

Expressões da Condição Precária do Trabalho na Periferia do Capitalismo



Roseli de Fátima Corteletti
Eugenio Pereira
Cláudia Freire
Ana Márcia Almeida Pereira
(Organização)

(Organização)

Roseli de Fátima Corteletti

Eugenio Pereira

Cláudia Freire

Ana Márcia Batista Almeida Pereira

Expressões da Condição Precária do Trabalho na Periferia do Capitalismo



Campina Grande-PB | 2024



Universidade Estadual da Paraíba
Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*
Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Expediente EDUEPB***Design Gráfico e Editoração***

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Carlos Alberto de Araujo Nacre
Thaise Cabral Arruda
Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

E96 Expressões da condição precária do trabalho na periferia do capitalismo [recurso eletrônico] / organizadores, Roseli de Fátima Corteletti ... [et al.]. - Campina Grande : EDUEPB, 2024.
544p. ; il. color. ; 15 x 21 cm ; 6.500 KB.

ISBN: 978-85-7879-941-0 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-942-7 (E-book)

1. Mercado de Trabalho. 2. Condições de Trabalho.
3. Precarização do Trabalho. I. Roseli de Fátima
Corteletti. II. Eugenio Pereira. III. Cláudia Freire. IV.
Ana Márcia Batista Almeida Pereira. V. Título.

21. ed. CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

COLETÂNEA EM HOMENAGEM AOS
15 ANOS DO GRUPO DE PESQUISA
TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E
POLÍTICAS PÚBLICAS-TDEPP-UFCG

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Jacob Carlos Lima</i>	
APRESENTAÇÃO	17
<i>Roseli de Fátima Corteletti</i>	
<i>Eugenio Pereira</i>	
<i>Cláudia Freire</i>	
<i>Ana Márcia Batista Almeida Pereira</i>	
PARTE I – PARA COMEÇO DE CONVERSA...	
CAPÍTULO I	27
TDEPP: uma trajetória de crítica sociológica ao trabalho informal e precário	
<i>Roberto Veras de Oliveira</i>	
CAPÍTULO II	49
A sociogênese de uma agenda de pesquisa sobre o tema do trabalho na Paraíba	
<i>Eugenio Pereira</i>	
<i>Cláudia Freire</i>	
CAPÍTULO III	95
Entre “Pelea de gallos” y “Olha pro céu”: Crónica sobre la colaboración en los estudios de trabajo Brasil-México	
<i>Octavio M. Maza Díaz Cortés</i>	

CAPÍTULO IV	123
Preâmbulo para uma reflexão necessária: o econômico e o político na fronteira da vulnerabilidade e do reconhecimento social	
<i>Ari Rocha da Silva</i>	

**PARTE II – ESTUDOS SOBRE O POLO DE
CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO
EM EVIDÊNCIA**

CAPÍTULO V	157
A cadeia produtiva de vestuário, no Brasil e no México, frente às reconfigurações do capitalismo atual: um olhar do global ao local	
<i>Sandra Roberta Alves Silva</i>	
CAPÍTULO VI	211
“Empreendedoras” das confecções: reflexões sobre o programa MEI e o contexto da Covid-19 no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano	
<i>Juliana Nunes Pereira</i>	
CAPÍTULO VII	243
“Aqui todo mundo costura!”: uma análise das relações de gênero no desenvolvimento do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano	
<i>Elaine Bezerra</i>	
CAPÍTULO VIII	275
De retalho em retalho: trajetórias e perspectivas de jovens trabalhadores da confecção	
<i>Mesias Ramos de Sousa Neves</i>	

CAPÍTULO IX	307
Informalidade e Autoempreendedorismo: um estudo sobre trabalhadores por conta própria no setor de confecções do Agreste Pernambucano	
<i>Fernanda Maria Almeida de Andrade</i>	
<i>Ana Márcia Batista Almeida Pereira</i>	
<i>Eugenio Pereira</i>	

PARTE III – FORMAS DIVERSAS DE TRABALHO PRECÁRIO NA PARAÍBA

CAPÍTULO X	339
A terceirização no serviço público: um estudo na UFCG	
<i>Roseli de Fátima Corteletti</i>	
<i>Kerilin Laine Andrade Chang</i>	
CAPÍTULO XI	369
Do lixão à mesa de negociação: a construção da ação coletiva entre os catadores e catadoras de materiais recicláveis da Paraíba	
<i>Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos</i>	
CAPÍTULO XII	407
O Músico Empreendedor: transformações no campo do trabalho musical em Campina Grande e João Pessoa sob o contexto pandêmico	
<i>Tiago Fernandes Alves</i>	
CAPÍTULO XIII	437
Extrativismo mineral e superexploração do trabalho no Estado da Paraíba	
<i>José Aderivaldo Silva da Nóbrega</i>	

CAPÍTULO XIV	467
Mercado de Trabalho e Sindicalismo no contexto da reforma trabalhista e da Covid-19: o caso dos comerciários de Campina Grande	
<i>Ana Clara Dantas Beserra</i>	
<i>Katia Machado de Medeiros</i>	
<i>Mario Henrique Guedes Ladosky</i>	
CAPÍTULO XV	499
“Tem Uma Menina Aqui”: a precarização do trabalho dos/das entregadores/entregadoras a partir do recorte de gênero em Campina Grande, PB.	
<i>Ewennye Rhoze Augusto Lima</i>	
SOBRE OS AUTORES E AUTORAS	531

PREFÁCIO

As várias periferias

Jacob Carlos Lima (UFSCar)

Os conceitos de centro e periferia são dinâmicos na caracterização do desenvolvimento capitalista em suas margens, que, tal como um rio, se movem, alterando seu curso conforme o regime de águas e outros determinantes ambientais. Considerando espaço, lugar e noção de território enquanto construções sociais, podemos dizer o mesmo de suas margens e/ou periferias, que mudam considerando contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Esta coletânea comemorativa dos 15 anos do TDEPP se move nessa direção: um grupo de pesquisa na Paraíba, estado periférico se pensarmos nas configurações política e econômica do país, e sua crescente proeminência no debate acadêmico na sociologia e nos estudos do trabalho. E poderíamos dizer mais, esses 15 anos reforçou uma tendência que vinha se constituindo duas décadas antes.

Falamos em pesquisa acadêmica, remete-nos à expansão das universidades federais na década de 1970 e à institucionalização e fortalecimento dos órgãos de fomento e de regulação da

pós-graduação. A Capes, o CNPq e a FINEP foram estruturantes destes processos, garantindo a formação graduada e pós-graduada, através de programas de financiamento através de bolsas como o PIBIC, PIBID e PET na graduação; das bolsas a mestrandos, doutorandos, e pós-doutorandos, assim como para projetos de pesquisa individuais, de grupos de pesquisa e institucionais. O Diretório de Pesquisa do CNPq formalizou os diversos grupos existentes no país e a bolsa produtividade em pesquisa garantiu apoio aos pesquisadores ao mesmo tempo que se tornou um símbolo de distinção acadêmica. A pesquisa assumiu preponderância sobre a docência e a extensão nas universidades, embora esta não tenha sido a pretensão original das políticas de fomento. A participação na pós-graduação tornou-se a entrada privilegiada aos financiamentos de pesquisa e a liderança acadêmica representada pela organização de grupos de pesquisa com a orientação de alunos de graduação e pós-graduação.

De forma progressiva, a pesquisa se difundiu por todo o país através do sistema federal de universidades e da constituição de institutos de pesquisa. Embora a região Sudeste ainda concentre a maioria das instituições e das verbas alocadas, refletindo a estrutura econômica do país, núcleos disciplinares e interdisciplinares se multiplicaram e se distribuíram pelo território nacional.

A UFPB, no final da década de 1970, era o segundo orçamento das universidades federais, atrás apenas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A expansão pelos seus sete campi contou com professores de todas as regiões do país e também do exterior. O Mestrado em Sociologia Rural de Campina Grande tornou-se referência no tema, assim como o Mestrado em Ciências Sociais de João Pessoa que, a partir de 1981, adotou como área de concentração Política e Trabalho. Os dois refletiam o contexto de enfraquecimento da ditadura militar e da reorganização dos movimentos populares e sindicais, que se tornaram

temas privilegiados de suas pesquisas. Embora vários programas tivessem o trabalho rural e urbano entre suas linhas de pesquisa, poucos se tornaram referência na área.

Alguns fatos ajudam a entender esse processo. Em João Pessoa, em 1985, foi criado o “Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Tecnologia e Trabalho”, coordenado pela prof. Maria Carmela Buonfiglio e composto por professores do Departamento de Ciências Sociais e do Departamento de Engenharia de Produção da UFPB. O Grupo conseguiu financiamento, inicialmente do CNPq, com um projeto sobre processos de trabalho em telecomunicações, em 1986, e posteriormente dois projetos financiados pela FINEP, o primeiro, “Tecnologia e Organização do Trabalho no setor industrial da Paraíba - 1987 - 1991”; e o segundo, “Projeto Integrado de Pesquisa Reestruturação Produtiva e Trabalho, 1997-2000”. Além disso, projetos de menor dimensão sobre condição operária e mobilidade social entre trabalhadores fabris na região, seguido por projetos sobre a terceirização em cooperativas de produção industrial, foram desenvolvidos durante toda a década de 1990 e início da década de 2000, abordando as cadeias de valor globais que se materializavam na região, a partir do setor do vestuário e com a chamada guerra fiscal. Nesse período, dois polos de pesquisa sobre o tema se destacavam na região: a UFBA e a UFPB.

Mas esse período foi marcado por mudanças nas margens, para nos remetermos à metáfora periférica. A década de 1990 foi marcada por todo um debate sobre uma possível crise paradigmática nas ciências sociais e ao chamado combate das grandes narrativas. Isso paralelamente à ascensão do neoliberalismo e à crise da esquerda política, com o desmanche do bloco socialista. Nesse contexto, o tema trabalho perdeu o apelo transformador que marcou o momento anterior da expansão acadêmica. Na Paraíba, o mestrado de Sociologia Rural abandona o rural como área de concentração, mantendo-se como linha de pesquisa.

O mestrado de João Pessoa, abandona o tema “Política” e “Trabalho” e se reestrutura como mestrado em Sociologia em 1995, criando o Programa de Pós-Graduação em Sociologia que, em 1999, se funde com o mestrado de Campina Grande, e tem seu doutorado aprovado pela Capes. Outro fator a considerar foi o crescimento das aposentadorias e deslocamento de professores, alterando profundamente o quadro docente em João Pessoa e Campina Grande.

Em 2004, com a entrada de Roberto Veras de Oliveira como docente em Campina Grande, a área de trabalho foi dinamizada com a criação do TDEPP. A área de trabalho tinha mudado, acompanhando as transformações econômicas, políticas e tecnológicas, abrindo-se para o trabalho não formalizado e para as formas de organização e resistência não necessariamente sindicais. Roberto chegou à, agora, UFCG (o desmembramento da UFPB deu-se em 2002) com o capital político decorrente de sua atuação anterior em assessorias aos movimentos sociais e sindicais e com uma excepcional capacidade de articulação em termos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Mesmo com sua redistribuição para a UFPB em 2011, continuou na organização de projetos conjuntos, agora com o TDEPP e o LAEPT, seu grupo em João Pessoa. Uma jogada de mestre foi a criação do projeto guarda-chuva sobre o Polo de confecções de Pernambuco em 2009, que agrupou alunos e pesquisadores sobre o tema, e sua circunscrição empírica que resultou em numerosas dissertações, teses de doutorado e monografias de conclusão de cursos junto aos programas da UFCG, da UFPB e de outras universidades do país e do exterior. O que por muito tempo foi considerado um tema menor, a sulanca, a produção de confecções feita por pobres e para pobres, nos anos 1990, foi descoberto como um polo empreendedor, representativo em sua informalidade dominante, como a modernidade neoliberal: a produção flexível e trabalho flexível. Cada vez mais articulados

em redes nacionais e internacionais, nas feiras e mercados populares, a produção foi considerada competitiva, inclusive, ao custo chinês, apregoadado como imbatível em termos de redução de custos. A UFPB e a UFCG, agora com o TDEPP e o LAEPT como Núcleos de pesquisa e extensão, assumem forte protagonismo nos estudos do trabalho nacionalmente.

Ao lado do Polo como empiria predominante nos projetos, outras temáticas passaram a ser abordadas, numa década caracterizada agora por forte crescimento econômico e políticas sociais dos governos petistas, assim como maior apoio às universidades (2003-2016). O TDEPP se fortaleceu com a entrada de novos professores da UFCG, como Roseli Corteletti e Mário Ladosky, e com a adesão de professores pesquisadores da UEPB, UFPE e de outros institutos, além de ex-estudantes que se associam como pesquisadores.

Convênios internacionais com o México, analisado aqui por Octávio Maza, juntou “universidades periféricas” com “temas periféricos” que, cada vez mais, deixam de ser periféricos. Agora, ao trabalho informal, juntam-se projetos sobre as desigualdades de gênero, classe e raça; trabalho doméstico e de cuidados; o novo desenvolvimentismo do governo Lula, o porto de Suape, a Fiat Goiana, a economia solidária, projetos sobre trabalhadores de plataformas; trabalho criativo, enfim, temáticas que hoje compõem o *mainstream* da sociologia do trabalho e que marcam os 15 anos do TDEPP.

Esta coletânea evidencia a mobilidade das margens, permitindo questionar os centros e as periferias. As cadeias globais de valor incorporam espaços e territórios e ressignificam lugares. Mais do que nunca, o trabalho é central na compreensão das relações sociais. Não mais o emprego entendido nos anos gloriosos do capitalismo de bem-estar social que, entre nós, sempre deixou 50% dos trabalhadores do lado de fora. Mas a precariedade constituinte da relação capital e trabalho e sua luta

permanente, representada pelo desmonte do mínimo conquistado pelas lutas dos trabalhadores do século XX: o trabalho formal com direitos sociais. No Nordeste e na Paraíba, a diferença está no aprofundamento de uma precariedade histórica, na qual se somam mudanças tecnológicas e organizacionais e sua inserção em redes globais de produção e distribuição. O debate é nacional e global ao mesmo tempo, mesmo que delimitado em territórios considerados periféricos. O desafio é compreender como as margens se movem.

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos este livro com o provocativo título “*Expressões da Condição Precária do Trabalho na Periferia do Capitalismo*”, que representa mais um resultado que se junta aos estudos e pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisas sobre Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP), vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O foco recaiu sobre diversos setores da economia dos estados da Paraíba, Pernambuco e regiões vizinhas.

O TDEPP foi criado e homologado pela UFCG e CNPq em 2006, como parte do esforço de vários docentes, sob a liderança do Prof. Roberto Veras de Oliveira. O objetivo era retomar os estudos sobre o tema do trabalho, uma marca dos antigos Mestrados de Sociologia e de Economia do então Campus II da UFPB, buscando reunir estudantes da graduação e da Pós-graduação, pesquisadores/as e público em geral, com interesse na área do trabalho. A partir do ano de 2013 somaram-se à condução das atividades do grupo a Profa. Roseli de Fátima Corteletti e, a partir do ano de 2014, o Prof. Mário Henrique Guedes Ladosky, ambos vinculados à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG.

A motivação para a organização e publicação desta coletânea surgiu no contexto de comemoração do aniversário de 15 anos do Grupo, completados no ano de 2021. A construção do livro foi seguindo ao mesmo tempo em que o TDEPP continuou sua trajetória. Em 2023, deu um importante passo adiante, alcançando um outro patamar, quando foi aprovada nas instâncias

superiores da UFCG a proposta de conversão do TDEPP em Núcleo de Pesquisa e Extensão, o que implica ser alçado à condição de órgão suplementar da Universidade, com funcionamento vinculado ao Centro de Humanidades. Para sua primeira gestão, foram eleitos o Prof. Mário Henrique Guedes Ladosky – vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – na condição de coordenador; a Profa. *Luíza Dantas* de Souza Lima Teixeira – vinculada à Unidade Acadêmica de Economia e Finanças, como coordenadora técnica; e o Prof. Eugenio Pereira, da Universidade Estadual da Paraíba, como coordenador adjunto.

Os estudos aqui reunidos são uma amostra do que tem orientado as linhas de pesquisa do TDEPP. Expressam, sobretudo, uma ênfase no caráter precário do trabalho na periferia do capitalismo, condição essa tão bem representada pelas realidades históricas e atuais do Nordeste e da Paraíba. Trata-se da continuação de estudos e pesquisas que vêm sendo realizadas e publicadas nestes 18 anos de atividades, a exemplo da obra *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*, organizada pelos Professores Roberto Veras de Oliveira e Gerry Rodgers, reunido resultados de pesquisas sobre diversos setores de atividades econômicas da região Nordeste, realizadas pelos pesquisadores/as vinculados/as ao TDEPP (UFCG) e ao Labores (UFPB), além de contar com a colaboração de diversos parceiros nacionais e internacionais.

A presente coletânea é composta de quinze capítulos, distribuídos em três partes: “*Para início de conversa*”, com três capítulos; “*Estudos sobre o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco em evidência*”, com seis capítulos; e “*Formas diversas de trabalho precário na Paraíba*”, com mais seis capítulos. Os textos foram escritos por diferentes autores/as, de diferentes Instituições federais, estaduais e municipais, a maioria com formação acadêmica na área de Ciências Sociais-Sociologia, sendo todos/as eles/as membros ou colaboradores do TDEPP.

Dando início à primeira parte, que se dedica a trazer algumas contribuições introdutórias, o capítulo I é intitulado “*TDEPP: caminho de (re)conhecimento crítico do trabalho em contexto periférico*”, de autoria de Roberto Veras de Oliveira (UPPB/UFCEG), e consiste em um relato detalhado, sob a perspectiva do seu principal formulador, da trajetória do Grupo de Pesquisa, assinalando a relevância de seus principais projetos, linhas de pesquisas e publicações, bem como sobre a atuação das lideranças do grupo e de pesquisadores/as de diversas instituições de ensino superior da Paraíba, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Portugal e do México, com os/as quais o Grupo estabeleceu interlocução.

O capítulo II, “*A sociogênese de uma agenda de pesquisa sobre o tema do trabalho na Paraíba*”, assinado por Eugenio Pereira e Cláudia Freire, a história institucional do TDEPP é reconstruída em uma perspectiva complementar ao texto anterior. Aí se encontra a análise e interpretação das condições sociais de produção e circulação do conhecimento sobre o trabalho no âmbito das ciências sociais, considerando as características e condicionantes do espaço social no qual essas práticas científicas estão inseridas.

No capítulo III “*Entre ‘Pelea de gallos’ y ‘Olha pro céu’: Crónica sobre la colaboración en los estudios de trabajo Brasil-México*”, de autoria do Octávio M. Maza Díaz Cortés, da Universidade de Aguascalientes-México, é descrita e comentada a longa parceria internacional que se estabeleceu entre esta universidade e o TDEPP. Desde pelo menos 2013 se estabeleceu entre as duas instituições uma intensa troca de experiências e conhecimentos realizadas através de intercâmbios acadêmicos entre pesquisadores/as especialmente da área da Sociologia do Trabalho, que resultaram em participações conjuntas em congressos, publicações, formação de alunos, entre outros.

No capítulo IV, último da primeira parte da coletânea, Ari Rocha da Silva, com o texto *“Preâmbulo para uma reflexão necessária: o econômico e o político na fronteira da vulnerabilidade e do reconhecimento social”*, traz uma pertinente reflexão sobre as contradições da sociedade capitalista e suas consequências na intensificação das desigualdades sociais, sendo essa uma temática que permeia os estudos do TDEPP, ao longo de sua trajetória.

A segunda parte da coletânea, dedicada aos estudos sobre o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco - que continua tendo grande relevância na agenda de pesquisas do TDEPP -, começa com o capítulo V, intitulado *“O setor de vestuário no Brasil e no México frente às reconfigurações do capitalismo atual: um olhar do local ao global”*, de Sandra Roberta Alves Silva. Este texto traz uma abordagem atualizada sobre a indústria do vestuário no Brasil e no México, realçando pontos de comparação entre os dois países.

O capítulo VI, *“Empreendedoras’ das confeções: reflexões sobre o programa MEI e o contexto da Covid-19 no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano”*, de Juliana Nunes Pereira, leva-nos a uma reflexão sobre a importância do Programa Microempreendedor Individual na vida laboral das mulheres empreendedoras daquele aglomerado produtivo, com especial destaque para o contexto que se estabeleceu com a pandemia da Covid 19.

O capítulo VII, escrito por Elaine Bezerra e denominado *“Aqui todo mundo costura!/: uma análise das relações de gênero no desenvolvimento do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano”*, nos permite refletir sobre as desigualdades nas relações de gênero, que ali se observa, sendo essas marcadas pela intensificação do trabalho informal das mulheres na costura, somando-se às atividades de cuidados da casa, dos filhos e demais familiares.

No oitavo capítulo VIII, “*Estudar ou costurar? As múltiplas percepções de jovens trabalhadores no campo da confecção*”, Mesias Ramos de Souza Neves traz um olhar sociológico sobre as experiências e percepções de jovens de um pequeno município paraibano e que se encontra vinculado ao circuito produtivo do Polo de Confecções do Agreste. Diante das adversas condições socioeconômicas do município, os jovens precisam trabalhar desde cedo para ajudar suas famílias, sendo o trabalho nas confecções a oportunidade de maior destaque. Nesse processo, concorrem para a reprodução do *habitus* que informa a vida social, econômica e cultural locais, onde se destacam a informalidade, o trabalho em domicílio e a precariedade das condições de trabalho.

Finalizando esta parte, o capítulo IX, “*Informalidade e Autoempreendedorismo: um estudo sobre trabalhadores por conta própria no setor de confecções do Agreste Pernambucano*” de autoria de Fernanda Maria Almeida de Andrade, Ana Márcia Batista Almeida Pereira e Eugenio Pereira busca descrever o trabalho por conta própria, como forma de inserção no referido segmento, especificamente nas facções de jeans em Caruaru-PE, e refletir essas condições de trabalho nas conexões que estabelecem com o discurso ideológico de alinhamento empresarial.

Na terceira parte, que agregou estudos sobre diversas experiências de trabalho precário situadas na Paraíba, teve início com o capítulo X, “*Terceirização no Serviço Público: um estudo na UFCG*”, de autoria de Roseli de Fátima Corteletti e Keriling Laine Andrade Chang. O texto relaciona o avanço das políticas neoliberais com a intensificação da terceirização e das condições precárias de trabalho entre trabalhadores/as terceirizados/as da UFCG.

No capítulo XI, “*Do lixão à mesa de negociação: a construção da ação coletiva entre os catadores e catadoras de materiais recicláveis da Paraíba*”, Thelma Flaviana dos Santos traz uma

análise sobre as possibilidades e limites de ações coletivas entre catadores de materiais recicláveis da Paraíba, um segmento que apesar de se situar em um dos últimos estágios da vulnerabilidade social não obstante reúne significativa experiência de organização.

O capítulo XII, denominado *“O músico como empreendedor: transformações no campo do trabalho musical em Campina Grande e João Pessoa sob o contexto pandêmico”*, de Tiago Fernandes Alves, analisa a configuração das segmentações do mercado de trabalho artístico da música com o objetivo de entender a reorientação que foi dada nesse segmento com a virtualização do trabalho musical através de aplicativos e outros tantos recursos tecnológicos. O resultado é uma perspicaz reflexão crítica sobre a incorporação da lógica/discurso empreendedor por parte dos segmentos mais precarizados e informais dos trabalhadores e trabalhadoras da música.

Na sequência, capítulo XIII, José Aderivaldo Silva da Nóbrega, com o texto *“Uma análise das configurações socioproductivas no setor mineral paraibano e dos seus desdobramentos sobre as condições de vida e trabalho das populações em microrregiões mineradoras”*, analisa a situação dos trabalhadores do setor mineral não metálico cujas bases de extração se encontram na microrregião do Seridó Paraibano.

O capítulo XIV, elaborado por Ana Clara Dantas Bezerra, Kátia Machado de Medeiros e Mário Henrique Guedes Ladosky, o *“Mercado de trabalho após a reforma trabalhista e sob a perspectiva dos efeitos da Covid-19: o caso das relações laborais entre os comerciários de Campina Grande”*, traz um estudo sobre o comerciário local, aliando análises das implicações da reforma trabalhista de 2017 e da pandemia da covid-19.

Para fechar a coletânea, no capítulo XV, de Ewennye Rhoze Augusto Lima, denominado *“‘Tem uma menina aqui’: a precarização do trabalho dos/das entregadores/entregadoras a partir*

do recorte de gênero, em Campina Grande”, nos remete a uma discussão bem recente acerca do trabalho sob demanda através de aplicativos, a partir da ótica da precarização do trabalho das mulheres.

Dada a relevância dos estudos aqui reunidos, esperamos que contribuam para a continuidade de uma reflexão crítica sobre uma realidade marcada historicamente pela desigualdade e precariedade, mas também pela resistência e persistência dos/as trabalhadores/as. Sobretudo esperamos que se converta em um instrumento de formação de novas gerações de pesquisadores/as comprometidos com a crítica social e a construção pública de caminhos de suas mazelas históricas e atuais.

Aproveitamos para agradecer e parabenizar a todos/as os autores/as desta coletânea, pelas importantes contribuições e por nos ajudarem a construir a história do TDEPP, desde o ano de 2006. Agradecemos também ao Professor Roberto Veras de Oliveira, pelas contribuições à trajetória do Grupo. Agradecemos ainda o apoio da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e da direção do Centro de Humanidades de Universidade Federal de Campina Grande. Também queremos agradecer à parceria de inumeráveis pesquisadores/as de instituições brasileiras e estrangeiras pelas fecundas parcerias.

Por fim, nossa gratidão à Universidade Estadual da Paraíba, pela parceria de sempre, em especial ao Prof. Cidoval Moraes de Sousa, por manifestar interesse no tema desta coletânea e aceitar apoiar sua publicação, pela Editora da UEPB.

Roseli de Fátima Corteletti
Eugenio Pereira
Cláudia Freire
Ana Márcia Batista Almeida Pereira

PARTE I

PARA COMEÇO
DE CONVERSA...

CAPÍTULO I

TDEPP: uma trajetória de crítica sociológica ao trabalho informal e precário

Roberto Véras de Oliveira

Pretendemos, neste capítulo, apresentar uma breve reconstituição de contextos e feitos que marcaram a trajetória do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP), sediado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), de modo a compor esta coletânea que foi motivada pelas comemorações de seus 15 anos de existência, alcançados em 2021.

Contexto que antecedeu a criação do Tdepp

A área de Ciências Sociais sofreu, na UFCG, muitas transformações desde o início dos anos 1990. Os estudos rurais tinham perdido muito de sua relevância histórica, alcançados com a projeção nacional dos mestrados em Sociologia e Economia Rural, criados em fins da década de 1970. O mestrado em Economia Rural não havia conseguido sobreviver à penúria pela qual passaram, naquela década, as universidades federais e a pós-graduação no país. Quanto ao mestrado em Sociologia Rural, persistiu

porque se fundiu com o Mestrado em Sociologia do Campus I da UFPB (que havia sido criado em 1979, com a denominação de Mestrado em Ciências Sociais, tendo passado em 1995 à denominação de Programa de Pós-Graduação em Sociologia), do qual se originou o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, em 1999, com Mestrado e Doutorado, conservando duas bases, uma em João Pessoa e outra em Campina Grande

O núcleo de estudos rurais que ali se estabelecera foi reduzido significativamente, em razão de uma presença crescente de outras temáticas, sobretudo das subáreas da Sociologia e da Antropologia da Cultura. No que se refere à temática do trabalho (antes, nos dois mestrados, tratada com centralidade por meio das abordagens sobre classes sociais no campo, sindicalismo rural, processo de trabalho na indústria canavieira, o trabalho na pequena produção agrícola, sobre a questão do campesinato, e temáticas afins), esta havia perdido total relevância na base de Campina Grande do PPGS.

No começo dos anos 2000, na UFCG, as questões referidas ao tema do trabalho se restringiam praticamente à ação do núcleo local da Rede Unitrabalho, projeto que envolvia núcleos de pesquisa e extensão de diversas instituições do país e que tinha como principal objetivo estabelecer uma ponte entre o conhecimento acadêmico e os trabalhadores. O núcleo local da Unitrabalho envolvia a participação de cinco professores/as – quatro dos quais da área de Ciências Sociais e um da Economia – e alguns alunos/as de graduação. A atuação se concentrava em atividades de extensão, especialmente no trabalho de incubação de empreendimentos solidários. Nenhum dos colegas do núcleo estava vinculado à pós-graduação.

Quanto à base de João Pessoa, que contou com um expressivo núcleo de pesquisadores/as orientados/as aos estudos do trabalho (desde os tempos do antigo mestrado em Ciências Sociais, criado em 1979), entre final dos anos 1990 e início dos

2000 tal temática também tinha perdido muito de sua relevância. Apenas três professores se mantinham atuando nela, Jacob Lima (que se afirmara como referência nacional), Maria Carmela Buonfiglio (que coordenava o Grupo de Pesquisa Tecnologia e Trabalho) e Eliana Moreira.

Nesse contexto, priorizamos a reconstituição de um grupo que retomasse a pesquisa sobre trabalho e, ao mesmo tempo, que a fizesse repercutir no PPGS. De início, foi constituído um grupo de alunos/as de iniciação científica, de modo a lançar as bases de uma agenda de pesquisa prioritariamente voltada aos temas da qualificação profissional e das políticas públicas de emprego (dando sequência ao trabalho que fora estabelecido no âmbito da Unitrabalho, em parceria com o Ministério do Trabalho). Esse esforço inicial de constituição de um grupo de pesquisa em temas do trabalho, no Centro de Humanidades da UFCG, foi reforçado pelas atividades de ensino, concentradas no curso de graduação em Ciências Sociais, principalmente na então disciplina de Sociologia Industrial. Outra experiência de ensino se associou a essa, entre 2009 e 2010, quando o núcleo da Unitrabalho da UFCG organizou um Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, denominado “Economia solidária e auto-gestão”. Na ocasião, orientamos dois TCCs, de Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos (*A Economia Solidária e o trabalho como realização: um estudo de caso na Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – Ecovárzea*) e de Luziene Santos Paizinho Gaudêncio (*As cooperativas e a precarização do trabalho: o caso da CACEMA*).

Nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia foi pavimentado com a condução de uma disciplina sobre Sociologia Contemporânea, no segundo semestre de 2005, mas só veio a ser oficializada em 2006. Naquele mesmo ano, a base de Campina Grande do PPGS apresentou, junto à Capes, uma proposta de criação de um Programa próprio,

de modo a voltar a ser independente da base de João Pessoa, denominado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). O Programa foi composto de duas linhas de pesquisa: “Desenvolvimento, políticas públicas e ruralidades” e “Cultura e identidades”. A primeira passou a ser o canal a partir do qual se concentraram os esforços de organização de um polo de estudos sobre trabalho na UFCG.

A criação do TDEPP e seus primeiros anos de atuação

Em 2006, o TDEPP foi criado e registrado no CNPq, sob nossa coordenação. Contando com a participação de pesquisadores e de estudantes de iniciação científica, de mestrado e de doutorado, surgiu com o propósito de reativar os estudos sobre o tema do trabalho na Paraíba, na UFCG e no PPGCS. Daí por diante, seguimos com uma agenda de pesquisas, eventos, orientações, atividades de ensino etc., sempre procurando ensejar oportunidades de estudo, interlocuções e publicações no âmbito do grupo, procurando dar uma atenção especial aos nexos entre o local, o nacional e o global.

Em março de 2007, organizamos, em conjunto com colegas da UFPB (Ivan Targino, Lúcia Moutinho e Paulo Aguiar, da Economia; Eliana Moreira, da Sociologia; e Emília Prestes, da Educação), o VI Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), tendo como tema-âncora “Dinâmica do emprego no Nordeste brasileiro”. No mesmo ano, em julho, vários de nós participamos do X Encontro Nacional da ABET, realizado em Salvador. Como desdobramento do primeiro evento, na coletânea *Dinâmicas do mercado de trabalho no Nordeste*, organizada por Paulo Aguiar e Ivan Targino, em 2009, publicada pela Editora da UFPB, participamos (em co-autoria com Eugênio Vital Pereira Neto, Diogo Fernandes da Silva e Alexandre Santos Lima, então alunos de iniciação científica e

integrantes do TDEPP) com o capítulo “O sistema ‘S’ e os novos desafios da qualificação profissional: o caso do Senai da Paraíba”. A partir de então, a ABET se converteu, para o TDEPP, em um privilegiado espaço multidisciplinar de interlocução nacional com estudiosos da área do trabalho. Na gestão 2007-2009 (Presidência de Dari Krein), integramos a diretoria na condição de 2º Secretário. Na gestão 2009-2011 (Presidência de Ivan Targino), assumimos a 1ª Secretaria, ocasião em que organizamos, na UFPB, o XIII Encontro Nacional da ABET (2011). Entre 2011 e 2015, convertemo-nos em coeditor da Revista da ABET.

Nos primeiros anos de existência do TDEPP, ainda como decorrência do trabalho anteriormente realizado no âmbito da Unitrabalho, o tema da qualificação profissional se firmou no primeiro plano de nossa agenda. Em 2006, organizamos a coletânea *Qualificar para quê? Qualificação pra quem?*, publicada pela EDUFPG, a qual buscou relacionar o debate internacional e nacional sobre qualificação profissional com a experiência de implementação na Paraíba do Plano Nacional de Qualificação (cuja avaliação institucional foi por nós coordenada). Além da organização do livro, participamos com a introdução e o capítulo “O PNQ e as perspectivas e desafios da política pública de qualificação na Paraíba”.

Em 2007, publicamos o artigo “Momento atual da política pública de qualificação profissional no Brasil: inflexões e desafios”, pela *Revista Ariús* (UFPB) e, no ano seguinte, o artigo “Desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil e os dilemas da participação e controle sociais”, na *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Em 2009, em coautoria com Emília Prestes, publicamos “Educação, qualificação, trabalho e políticas públicas: campos em disputa”, na *Revista Lusófona de Educação*. No mesmo ano, veio à público um estudo realizado com três alunos/as de iniciação científica, sobre a trajetória histórica e as transformações recentes do Serviço Nacional

de Aprendizagem Industrial (SENAI) na Paraíba, publicado na forma de capítulo na coletânea organizada por Paulo Aguiar e Ivan Targino, já reportada acima.

Naquele momento, já havíamos reunido um conjunto de pesquisas próprias, estudos de iniciação científica, resultados finais das primeiras orientações de mestrado e parcial da primeira orientação de doutorado (então em curso). Vários dos seus resultados (particularmente os referidos à região de Campina Grande, em abordagens sobre desenvolvimento histórico, mercado de trabalho, emprego e qualificação na indústria calçadista, reestruturação produtiva nos supermercados, condições de trabalho dos mototaxistas, políticas públicas de trabalho, emprego e renda, políticas de juventude e formação profissional no Senac) se converteram em capítulos da coletânea *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia vista pela lente do trabalho e das políticas públicas*, por nós organizada e publicada pela EDUFPG, em 2009.

Em 2010, publicamos, em coautoria com uma ex-orientanda de mestrado, Josilene Félix Marinho, o artigo “A experiência da Comissão Municipal de Emprego de Campina Grande como espaço de participação e controle sociais”, pela *Revista Política e Trabalho*. Em 2011, também com um ex-orientando, agora de doutorado, Jucelino Pereira Luna, publicamos o artigo “A nova reprodução do trabalho precário e os mototaxistas de Campina Grande”, em 2011, na *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Dois estudos retomavam o tema sindical: um, publicado em 2011, como artigo na *Revista Política e Trabalho*, intitulado “Novo padrão de relações de trabalho e de ação sindical no setor de telecomunicações brasileiro: contribuição ao debate a partir do caso da Paraíba”, tendo sido elaborado com base em pesquisa realizada em 2008; o outro foi publicado em 2012, sob o título “Processos de heterogeneização entre trabalhadores do Serviço Público da Saúde e Previdência Social em Pernambuco”,

em coletânea organizada por Ivan Targino e por nós (*Cenários da crise e do trabalho no Brasil*, pela Editora Universitária da UFPB), cuja pesquisa que lhe serviu de base foi realizada entre 2006 e 2008.

A centralidade, na nossa agenda, dos temas da qualificação profissional e das políticas públicas de trabalho possibilitou, entre meados dos anos 2000 e início da década seguinte, uma ativa parceria com Emília Prestes, do Centro de Educação da UFPB. Integramos o projeto *A formação de conselheiros de políticas públicas de trabalho e emprego: exercício para o diálogo social*, coordenado por Emília e financiado pelo Edital Universal do CNPq, com vigência entre 2006 e 2008, o qual ensejou atividades de pesquisa em conjunto e realização de *workshops*, incluindo participação de alunos/as de ambos os lados. Por meio deste projeto, em 2008, realizamos uma viagem de intercâmbio, juntos, a universidades da Espanha e de Portugal.

No primeiro caso, tivemos uma agenda de reuniões e visitas de duas semanas na Universidade de Valencia, campi de Valencia e de Gandia, além da visita a um projeto de extensão realizado na área de educação entre universidades espanholas e as Comisiones Obreras, em Madrid. As atividades realizadas na Espanha foram coordenadas por Francesc Jesús Hernández i Dobon, Sociólogo da Educação, o qual integrou, com um capítulo, a nossa coletânea *Qualificar para quê?* (comentada anteriormente).

No segundo caso (Portugal), visitamos o CES-Coimbra (onde tivemos atividades com Elísio Estanque e Hermes Costa) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa (ocasião em que fomos recebidos pelo Sociólogo da Educação Antonio Teodoro). Em coautoria com Emília, publicamos um artigo na *Revista Lusófona de Educação*, em 2009 (já comentado anteriormente). Entre 2010 e 2012, integramos a equipe do *Curso de especialização em educação de jovens e*

adultos – modalidade semipresencial, realizado por meio de convênio entre a UFPB, o MEC e os Governos de Cabo Verde e Guiné Bissau, com o fim de preparar professores de educação de jovens e adultos nos três países. As atividades foram semipresenciais, o que incluiu 15 dias de aulas presenciais nos dois países africanos, entre março e abril de 2012. Além de vários materiais produzidos como suporte ao curso (vídeo-aulas, cadernos de formação, programas radiofônicos), o programa incluiu a publicação de uma coletânea, com o título *Comunidades de aprendizagem e educação ao longo da vida*, organizada por Edna Brennand, Emília Prestes e Silvio Rossi, na qual participamos com um capítulo, em coautoria com Jorge Hermida, denominado “Trabalho, educação e questões da atualidade em Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe”.

A partir de 2009, o tema da informalidade ganhou centralidade na agenda de pesquisa do TDEPP. Naquele ano, organizamos, em parceria com Darcilene Gomes, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), e com o apoio da ABET, o *workshop A informalidade revisitada: das origens às novas abordagens*, o qual teve lugar nas dependências da FUNDAJ, em Recife. Participaram ainda do evento pesquisadores/as convidados, sendo todos versados nos estudos sobre o tema e questões afins, a exemplo de Clovis Cavalcanti (Fundaj), Márcia Leite (Unicamp), Carlos Salas (Cesit/Unicamp), Ângela Araújo (Unicamp), Graça Druck (UFBA), Alexandre Barbosa (USP), Luiz Eduardo Parreiras (Ipea), Rosane Maia (Dieese), Ivan Targino (UFPB), Elísio Estanque (CES/Universidade de Coimbra), entre outros.

Partiu-se, ali, do pressuposto de que, não sendo nova – uma vez que compõe uma característica marcante do padrão de relações de trabalho que se estabeleceu com a industrialização do país, da América Latina e de outras regiões do mundo –, a informalidade tem, ao mesmo tempo, se reconfigurado com as mudanças que vêm afetando globalmente os sistemas produtivos

e as relações de trabalho. Temas como *flexibilização*, *terceirização*, *heterogeneização* e *precarização* das relações de trabalho têm sido associados ao da informalidade, sob diversos prismas e intenso debate, na tentativa de melhor interpretar as novas realidades do trabalho. Dois anos depois, os conteúdos ali tratados foram publicados na coletânea *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*, organizada em parceria com Darcilene Gomes e Ivan Targino, a qual contou com o prefácio de Maria Cristina Cacciamali. Contribuímos com o debate por meio do capítulo “Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização”.

Ainda em 2009, seguindo essa linha de reflexão e visando empreender um esforço melhor articulado de pesquisa, iniciamos no TDEPP a construção de um projeto que denominamos de “Guarda-Chuva”, o qual se orientou para desenvolver ações de pesquisa, de um lado, mais integradas entre si e, de outro, inseridas em uma perspectiva de tempo mais alongado (visando superar a predominância de projetos pontuais, totalmente individuais e com horizontes de curto prazo). O projeto “Guarda-Chuva”, a partir da definição de algumas linhas gerais comuns, foi recebendo a adesão de diversos projetos de pesquisadores/as, de alunos/as (de iniciação científica ao doutorado) e de parceiros/as do TDEPP. Desse modo, contou desde o início com ênfases diversas, sendo que articuladas em torno do eixo temático da *informalidade* (referida à gestão dos empreendimentos econômicos e, sobretudo, às relações de trabalho). Ao mesmo tempo, definimos que a experiência do assim denominado Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, aglomerado produtivo e comercial originalmente conhecido como “feira da sulanca”, seria um lugar prioritário para o desenvolvimento dessa frente de pesquisa. Assim, o projeto “Guarda-Chuva” foi intitulado *Para discutir os termos da nova informalidade: o caso do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano*. Esperava-se que o

“Guarda-Chuva”, uma vez recebendo a adesão de diversos projetos específicos, viesse a contar com diversas formas de financiamento, mesmo que pontuais e parciais.

Calculávamos que, com tal iniciativa, seria possível imprimir uma maior ênfase à dimensão coletiva do processo de reflexão e acúmulo de conhecimentos, ao mesmo tempo preservando-se o caráter autoral das pesquisas. De outra parte, possibilitaria outro patamar de articulação entre pesquisa empírica e reflexão teórica. Só uma ação de pesquisa de médio e longo fôlegos, sendo capaz de produzir um maior grau de cooperação nas diversas fases e dimensões de seu desenvolvimento, em condições de colocar seus resultados em diálogo crítico com estudos realizados em espaços e perspectivas diversos (a partir de redes regionais, nacionais e internacionais), poderia avançar nessa direção.

A escolha do eixo temático da informalidade se justificou pela importância histórica, para a América Latina, o Brasil e o Nordeste, dos fenômenos nomeados, por diferentes perspectivas de abordagem, como “marginalidade”, “setor informal”, “economia informal”, “circuito inferior da economia”, “subemprego”, “trabalho autônomo”, “trabalho por conta própria” etc. Também pela relevância do debate mais recente a respeito de novas conformações das dinâmicas sociais do trabalho, nessas regiões e em todo o mundo, que em muito vem realçando efeitos de “flexibilização das relações de trabalho”, produção de “novas formas de trabalho precário”, processos de “heterogeneização” e “fragmentação” das formas sociais do trabalho, surgimento de uma “nova informalidade”, entre outros aspectos.

O passo seguinte foi a identificação do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco como uma experiência dotada dos requisitos apontados pelo grupo com o fim de concentrar, por um tempo razoável, seu esforço coletivo de pesquisa. Logo, percebemos que se tratava de uma experiência suficientemente

complexa e, por isso, capaz de abrigar muitos estudos ao longo de um certo tempo. Também observamos (já na fase exploratória) que o estudo desse caso nos permitiria problematizar as abordagens sobre contextos periféricos de trabalho precário e informal que, sob fortes automatismos, associavam tais contextos aos processos de reestruturação capitalista que proliferavam em escala nacional e, sobretudo, global. Chamava a atenção o fato de se estabelecer na região do Agreste de Pernambuco, com o desenvolvimento do Polo, um processo de industrialização sem aportes importantes por parte dos grandes capitais e do Estado, especialmente em uma região em que, sobretudo a partir da Sudene, o desenvolvimento regional se tornou fortemente dependente desses aportes. A apreensão do processo histórico dessa experiência nos exigia dar um realce especial ao papel da agência, mesmo que isso pudesse parecer paradoxal, já que estamos falando de personagens (os pequenos empreendedores e trabalhadores que participaram historicamente dessa experiência) que vivem e atuam sob muitos condicionamentos, constrangimentos e adversidades.

Nesse período, duas iniciativas desenvolvidas quase simultaneamente tiveram importante papel no sentido da consolidação de parcerias nacionais e quanto ao propósito de criar oportunidades de interlocução entre os integrantes do TDEPP e pesquisadores/as e alunos/as de outras regiões do país. O primeiro deles consistiu em um projeto de intercâmbio entre o PPGCS da UFCG e o Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, cujo título foi “Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: Um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano”. Coordenado por Marilda Menezes (representando a UFCG) e Emília Pietrafesa de Godoi (pela Unicamp) e financiado com recursos do CNPq, por meio do Edital “Casadinho” de 2008, o projeto envolveu 66 pessoas, entre estudantes de graduação, mestrado e doutorado, além de professores/as das duas instituições. Quatro eixos temáticos

nortearam as atividades: “Trabalho, migrações e agronegócio”; “(Re)pecuarização do Semiárido”; “Os quilombos e o direito à terra”; e “Transformações recentes nas relações de trabalho no Nordeste e a nova informalidade”.

Além das atividades de pesquisa propiciadas pelo projeto, foram realizados dois seminários reunindo todos os envolvidos, um na UFCG (em 2009) e o outro na Unicamp (em 2010), assim como participações articuladas entre as duas equipes em congressos e seminários nacionais. No que se refere à temática do trabalho, a interlocução foi estabelecida sobretudo com Ângela Araújo e Márcia Leite. Com Ângela, organizamos a coletânea *Formas de trabalho no capitalismo atual*, publicada pela Annablume, em 2011, oportunidade em que levamos à público a primeira safra de estudos sobre o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, sendo um capítulo de nossa autoria (“O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem”) e outros dois de duas mestrandas (Elaine Bezerra e Sandra Roberta Alves Silva – neste último, o texto foi escrito em parceria com sua orientadora, Marilda Menezes).

O segundo projeto, também de intercâmbio entre programas de pós-graduação, desta vez envolveu o PPGCS/UFCG e o PPGSA/UFRJ. Denominado *Trabalho, reconversões produtivas e políticas públicas no Brasil: Um olhar a partir das conexões rural-urbano*, foi coordenado por nós (representando a UFCG) e por Marco Aurélio Santana (pela UFRJ), tendo sido financiado pelo Edital Procad da Capes, aprovado em 2008, com execução entre 2009 e 2013. Envolveu docentes e discentes, do mestrado e do doutorado, das duas instituições.

As atividades consistiram principalmente em missões de discentes e docentes, de ida e volta, ao longo dos anos de vigência do projeto. As missões dos nossos alunos/as consistiram em estágios “sanduíche” (com duração de um semestre), tendo sido contemplados um total de 17. Quanto às missões dos docentes

(em ambos os casos circunscritas a períodos de uma a duas semanas), fomos visitados por Marco Santana, Elina Pessanha, Rosilene Alvim e José Ricardo Ramalho. Da nossa parte, participamos dessa missão com Marilda Menezes, Edgard Malagodi e Luís Henrique Cunha.

Outras iniciativas se desdobraram dessa experiência. Em maio de 2010, por exemplo, foi realizada, na UFCG, a IV Reunião Intermediária da Anpocs *Trabalho e Sindicalismo: o trabalho e as novas dinâmicas local-global*, com o apoio do GT “Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea”, cuja ideia foi gestada e o seu encaminhamento operacionalizado no âmbito da rede articulada em torno do Procad. Realizado em parceria com Marco Aurélio Santana e Ângela Araújo, teve como propósito principal analisar as novas configurações do trabalho sob um contexto mundial de flexibilização, precarização e informalização das relações de trabalho, com ênfase particular nos seus impactos na realidade brasileira e no Nordeste do país. Participaram do evento como convidados: Ivan Targino, Eliana Moreira e Márcia Costa (da UFPB), Darcilene Gomes e Luís Campos (da Fundaj), Dari Krein (Unicamp), Sadi Dal Rosso (UnB), José Ricardo Ramalho, Elina Pessanha e Maria Rosilene Alvim (da UFRJ), Graça Druck e Jair Batista da Silva (da UFBA), Alexandre Barbosa (USP), Sérgio Pereira (UFMA) e Fernando Souto (Univasf).

As relações de colaboração nos eventos acadêmicos, especialmente associadas aos estudos sobre trabalho, se intensificaram ainda mais, por exemplo com vistas aos congressos da SBS, da Anpocs, da Alast, da ABET, entre outros. Quanto ao tradicional GT Trabalho e Sindicalismo da Anpocs, entre 2013 e 2018, assumimos a coordenação em conjunto com Marco Santana. O projeto foi finalizado com a publicação da coletânea *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*, pela Editora Universitária da UFPB, em 2013, a qual foi organizada em parceria com Marco Santana. Nesta publicação, incluímos uma

segunda leva de estudos do TDEPP sobre o Polo do Agreste de Pernambuco. Desta vez, além do capítulo de nossa autoria (“O Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica”) e outro, em coautoria com o então ex-orientando do mestrado, Eugênio Pereira, (“*Modos de atuação do Senai no Polo de Confeccões de Pernambuco: mudanças recentes e implicações recíprocas*”). foram contemplados mais 5 trabalhos (abordando dimensões diversas daquela experiência socioprodutiva), com autorias de Sandra Roberta Silva e Marilda Menezes, Elaine Bezerra, Alexandre Santos Lima, Juliana Nunes Pereira e Alana Moraes (neste último caso, tratando-se de uma ex-aluna do PPGSA/UFRJ).

O projeto “Guarda-Chuva”, embora não tenha circunscrito as agendas de pesquisa do TDEPP aos estudos sobre o Polo do Agreste, manteve este como um foco central de nossas pesquisas ainda por algum tempo. Sua viabilização financeira foi garantida por meio de diversos suportes, como: o Projeto “Casadinho” (2008-2011); o Projeto “Procad” (2009-2013); o projeto “A informalidade no Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano: Práticas e sentidos em disputa”, que aprovamos junto ao edital Universal do CNPq, com vigência entre 2010 e 2012; o projeto com mesmo título, que aprovamos em edital de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, com vigência entre 03/2012 e 02/2015; as bolsas do CNPq disponibilizadas para alunos/as de iniciação científica e do CNPq e Capes para alunos/as de pós-graduação.

Em fins de 2009, teve início o processo de nossa transferência para a UFPB, que só foi consumado em meados de 2011. A partir de 2010 passamos, concomitantemente, a nos integrar ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho – LAEPT/UFPB, que havia sido criado em 2009. Com nossa redistribuição para a UFPB, em 2012, ao mesmo tempo em que mantivemos os vínculos com o PPGCS/UFCG e o TDEPP, assim como a pesquisa no *Polo do Agreste*, iniciamos uma

nova frente de pesquisa, agora orientada principalmente para o Complexo Industrial Portuário de Suape, situado no litoral sul de Pernambuco, e para o complexo automotivo articulado em torno da nova fábrica da Fiat, situado no litoral norte. Motivados pelo novo e impactante ciclo de investimentos públicos e privados no Nordeste, com destaque para Pernambuco, do mesmo modo, formulamos um “Projeto Guarda-Chuva”, denominado “O Novo Desenvolvimentismo no Brasil visto a partir de suas implicações sociais no Nordeste”, tendo como eixo temático principal a problemática atual do *trabalho* no Nordeste, a partir de suas novas conexões nacionais e internacionais.

O desenvolvimento posterior e o desenho atual

O nosso deslocamento para a UFPB não significou um desligamento do PPGCS e do TDEPP. Ao contrário, os vínculos foram preservados. O TDEPP seguiu se consolidando, tendo passado a contar com o importante suporte de Roseli Corteletti e Mario Henrique Ladosky, pesquisadores da área do trabalho que haviam recém ingressados na UFCG e que passaram a liderar o Grupo e a agenda de estudos do trabalho no polo de Campina Grande e entorno. Ao mesmo tempo, vários membros que ingressaram no Grupo como alunos de iniciação científica ou como mestrands agora eram doutores, assim como continuou o fluxo de novos alunos de graduação e de pós a cada ano, incluindo orientandos de Mário e de Roseli. Às ações do TDEPP se associaram, ainda, professores/as e alunos/as de universidades do entorno (alguns, ex-alunos do PPGCS e do PPGS/UFPB), com destaque para a UEPB (a exemplo de Waltimar Batista Rodrigues Lula) e o Campus de Caruaru da UFPE (principalmente com Ana Márcia Almeida e Claudia Freire).

Uma iniciativa importante nesse processo foi a criação, em 2015, do Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba (OMT-PB), no âmbito do TDEPP, como parte de uma rede de

convênios entre o Ministério do Trabalho e algumas universidades de diversas regiões do país. O OMT-PB ficou sob a coordenação de Mário Ladosky e Nadine Agra (doutora pelo PPGS sob nossa orientação). Em 2021, o TDEPP realizou uma programação de comemoração de seus 15 anos. Em 2016, festejou seus 10 anos.

Também tiveram continuidade os estudos sobre o Polo de Confeccões do Agreste, no âmbito do TDEPP, mas também agora no âmbito do LAEPT. As pesquisas e publicações se voltaram para o tratamento de aspectos diversos das dinâmicas sociais e de sua organização produtiva, comercial, institucional e do trabalho, incluindo sua formação histórica e principais transformações, o modo de atuação do SENAI, a inserção do SEBRAE, a incidência de Políticas Públicas municipais de trabalho, emprego e renda, a relação entre trabalho e gênero, a efetividade da implementação de programas do Governo Federal, como o Micro Empreendedor Individual e o Projovem, o trabalho em domicílio, os processos de diferenciação entre os empreendimentos comerciais, a incidência de trabalho infantil e suas representações sociais, entre outros. Um destaque coube à dissertação de Eugenio Vital Pereira Neto, que foi premiado em concurso de melhor dissertação pela Fundação Joaquim Nabuco, a qual foi publicada pela Editora Massangana, em 2014, com título *Qualificação e informalidade: os modos de atuação do Senai no Polo de Confeccões de Pernambuco*.

Nos primeiros 5 anos do referido “Projeto Guarda-Chuva”, já havia sido alcançado um expressivo volume de realizações. Alguns destaques:

- estudos de iniciação científica (PIBIC/CNPq): Jéssica Lôbo Sobreira, Bruno Mota Braga e Renata Bezerra Milanês, em 2011 (UFCEG); Tiago Nunes Batista, em 2013 (UFPB);
- monografia de Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC): Renata Bezerra Milanês, em 2012 (UFCEG);

- dissertações de Mestrado: Eugenio Vital Pereira Neto, Patrícia dos Santos Melo, Elaine Maurício Bezerra, Juliana Nunes Pereira e Alexandre Santos Lima, em 2011 (PPGCS/UFCG); Bruno Mota Braga, em 2014 (PPGCS/UFCG); Jéssica Lôbo Sobreira, em 2014 (PPGS/ UFPB);
- teses de Doutorado: Marcelo Alves Pereira Eufrásio, em 2013 (PPGCS/UFCG); Edilane do Amaral Heleno, em 2013 (PPGS/ UFPB) – neste caso, sob a orientação de Eliana Monteiro Moreira; Annahid Burnett, 2014 (PPGCS/UFCG);
- publicações: Vêras de Oliveira (2011; 2013); Silva e Menezes (2011; 2013); Pereira Neto (2014); Bezerra (2011b; 2013); Lima (2013); Pereira (2013); Eufrasio (2014); Vêras de Oliveira e Pereira Neto (2013); Burnett (2013); Vêras de Oliveira e Braga (2014);
- trabalhos apresentados em congressos da ALAST, da ABET, da SBS, da Anpocs, além de eventos locais e regionais.

Seguiram-se vários projetos de iniciação científica, de mestrado e de doutorado (sobretudo no curso de Ciências Sociais e no PPGCS da UFCG), assim como da parte de ex-alunos da casa que seguiram com seus estudos sobre o Polo mas em outras universidades: Renata Bezerra Milanês, que fez mestrado e doutorado na UFRRJ; Elaine Bezerra, que cursou doutorado na Unicamp; Sandra Roberta Silva, que está com o doutorado em curso na mesma universidade; Bruno Mota Braga, que concluiu doutorado no PPGS/UFPB; Juliana Nunes Pereira, que fez pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra. Também tivemos casos de alunos/as de outros programas que escolherem esse como tema de pesquisa e se aproximaram e interagiram com o TDEPP: Alana Moraes, no seu mestrado no PPGSA/UFRJ e, principalmente, Mariana Scussel Zanatta, no seu doutorado no PPGS/UFRGS. Com os projetos de pesquisa desenvolvidos por Ana Márcia e Claudia Freire, junto com seus

alunos/as de graduação, no Campus de Caruaru da UFPE, abriu-se uma outra frente de pesquisa sobre o Polo, ao mesmo tempo que em total integração com o TDEPP.

Quanto às interlocuções construídas nas reflexões geradas com essa frente de pesquisa, ressaltamos a parceria que desde 2013 passou a ser construída com Octavio Maza, da Universidad de Aguascalientes, México, que, com sua equipe, desenvolvia um significativo esforço de pesquisa sobre o segmento de confecções posicionados na região central do México. Várias missões de professores e alunos foram realizadas ao longo de anos, incluindo estudantes de pós-graduação, a exemplo de Armida Garcia, Miguel Gerardo Martinez e Simon Pedro Núñez, da parte do México, e Bruno Mota, Sandra Roberta da Silva e Pedro Santiago Couto, da parte do Brasil.

Com Wilson Fusco, da Fundarj, desenvolvemos uma parceria para explorar outras dimensões do aglomerado de produção de confecções do Agreste de Pernambuco. Com ele e Morvan de Mello Moreira, publicamos o artigo “Migração e mobilidade pendular em municípios do aglomerado de confecções das mesorregiões Agreste de Pernambuco e Borborema da Paraíba”, na *Revista Brasileira de Estudos de População – REBEP*, em 2021. Com Wilson, veio à público, pela Annablume, em 2021, “O aglomerado de confecções do Agreste de Pernambuco pelas lentes dos últimos censos”, capítulo integrante da coletânea organizada por José Ricardo Ramalho, Marcelo Sampaio Carneiro e eu, denominada *Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva*. Em 2023, passamos a compor um projeto de pesquisa coordenado por Wilson, “Polos de Confecções do Nordeste: migração e mobilidade pendular no contexto recente”, financiado pelo CNPq, com vigência até 2025.

Entretanto, os estudos realizados no âmbito do TDEPP, apesar de o Polo do Agreste seguir como um tema de destaque, representavam uma grande diversidade de abordagens sobre o

mundo do trabalho, como bem expressou a coletânea *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: Leituras sociológicas*, por nós organizada e publicada pela Eduepb, em 2014. Esta incluiu uma boa mostra dos estudos realizados no Grupo, até aquele período, sobre o trabalho no território paraibano.

Entre os temas tratados, foram contemplados: a dinâmica geral do mercado de trabalho e a atuação do Sistema S no estado, o trabalho dos mototaxistas e dos “flanelinhas” de Campina Grande, a atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, a implementação da política de qualificação profissional do Ministério do Trabalho no estado, a experiência da Comissão Municipal de Emprego de Campina Grande, a experiência da agricultura familiar e das políticas de inclusão social no município de Lagoa Seca, o sindicalismo dos servidores das universidades federais e do setor de telecomunicações da Paraíba, além da análise de duas experiências de economia solidária (uma sobre feiras de produtos orgânicos em João Pessoa e a outra sobre suplementos alimentares em Campina Grande).

A partir da incorporação de Roseli e Mário, ganhou relevância também na agenda de pesquisas do TDEPP os estudos sobre o polo calçadista de Campina Grande e o polo têxtil e de confecções da região de Caicó no Rio Grande do Norte (coordenados pela primeira), assim como sobre o polo automotivo de Goiana, Pernambuco, e os indicadores do mercado de trabalho na Paraíba (conduzidos pelo segundo). Quanto a isso, um suporte importante veio com a participação de ambos, além da mestrandia Kerilin Chang, no projeto “Trabalho e globalização periférica no Brasil: Um estudo comparativo em três setores produtivos”, coordenado por Jacob Lima, com financiamento do CNPq e vigência entre 2017 e 2020. Os resultados do referido projeto foram apresentados na coletânea *Trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos*, organizada por Jacob e publicada pela Annablume em 2020, na qual Roseli e Mário participaram com capítulos.

Nessa perspectiva, somaram-se, no PPGS/UFPB e no PPGCS/UFCG, estudos de iniciação científica, de mestrado e doutorado sobre: o Polo Fruticultor de Petrolina/Pe, os mototaxistas de Campina Grande, o Polo de Confeções do Agreste, o Complexo Industrial Portuário de Suape, o Polo Automotivo do Goiana/Pe, os *Call Centers* de João Pessoa e Campina Grande, a Economia Solidária e a problemática de gênero na Paraíba, as atividades de produção de renda renascença do Cariri da Paraíba, o trabalho de professores do ensino superior do setor privado da Paraíba, o conglomerado sucroalcooleira de Pernambuco e Paraíba, o Porto Digital de Recife, os impactos trazidos com a construção da Hidroelétrica de Belo Monte junto às populações do entorno, entre outros.

Não obstante o fato dos estudos realizados entre o TDEPP e o LAEPT ter tido como foco territórios socioprodutivos situados nos estados de Pernambuco e Paraíba, o caráter regional da formação socioeconômica (e sua dinâmica atual) passou a ganhar crescente apelo. Ensaios nessa direção foram feitos, sobretudo, com os projetos “Guarda-Chuva” sobre informalidade (no âmbito do TDEPP) e sobre a nova questão do desenvolvimento (no âmbito do LAEPT). Um esforço mais sistemático, contudo, visou a construção de um quadro analítico de alcance regional, centrado nas interconexões entre os temas do desenvolvimento e dos padrões de relações de trabalho com vigência histórica na região. Quanto a isso, foram cruciais as parcerias com José Ricardo Ramalho (UFRJ) e Marcelo Carneiro (UFMA), firmada por meio de projeto financiado pela CAPES, e com Gerry e Janine Rodgedrs (ex-OIT Genebra), iniciada em 2017. Da primeira, resultou a coletânea *Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva*, organizada em colaboração com José Ricardo e Marcelo Carneiro, publicada pela Annablume, em 2021, na qual diversos pesquisadores e alunos do TDEPP e LAEPT participaram como autores de capítulos, tendo sido essa uma instigante experiência de comparações de padrões socioeconômicos

e laborais entre o sul fluminense, o noroeste maranhense e os territórios da Paraíba e Pernambuco. Da segunda parceria, resultou a coletânea *Desenvolvimento e regime de trabalho: A trajetória do Nordeste do Brasil*, organizada com Gerry e igualmente publicada em 2021 pela Annablume. Nesse ambicioso esforço de sistematização e elaboração, contamos com ampla participação de pesquisadores e alunos do TDEPP e LAEPT. A respeito do que nos propomos a alcançar com a coletânea, ali escrevemos:

Versa sobre as conformações socioprodutivas e institucionais do Nordeste do Brasil e as transformações pelas quais passou ao longo do tempo, vistas preferencialmente pelo prisma dos padrões de trabalho na região, com um foco temporal nas últimas quatro décadas e, espacial, nos estados da Paraíba e de Pernambuco. Busca apresentar, assim, um quadro com realce histórico e com ênfase nas conexões entre os planos local, regional, nacional e internacional (p. 15).

Mais adiante, posicionamos a perspectiva do estudo da seguinte maneira:

Os esforços realizados nesse período visaram, em uma mão, produzir análises mais gerais sobre o processo de desenvolvimento do Nordeste, os mecanismos de geração e reprodução das desigualdades sociais e suas implicações para as relações e condições de trabalho, tomando como ponto de partida os estudos acumulados na equipe nos últimos dez anos; e, na outra mão, adensar esses estudos de corte setorial e ou territorial – os quais analisam os regimes de trabalho presentes em diferentes partes do sistema produtivo regional –, ao inseri-los em quadros analíticos mais amplos. O que acontece na região é em parte a agregação desses diferentes processos de produção,

mas o regime mais amplo de desenvolvimento, por sua vez, condiciona e influencia o nível e a qualidade do trabalho. Os regimes de trabalho locais estão, portanto, interconectados com o processo geral de acumulação de capital no Brasil e desempenham um papel importante na determinação de padrões de desenvolvimento e na distribuição dos seus benefícios (p. 17).

Uma nova fase se abriu para o TDEPP e o LAEPT em 2023, quanto ambos se converteram em Núcleo de Pesquisa e Extensão, tornando-se, com isso, órgãos suplementares, respectivamente, da UFCG e UFPB, sob aprovação das instâncias superiores de ambas. Quanto ao LAEPT, reunindo-se com mais 5 grupos de pesquisas sobre trabalho, da UFPB, oriundos de áreas disciplinares diversas, deu-se origem ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Extensão sobre Trabalho (LABORES). No que se refere ao TDEPP, o Núcleo foi constituído com base nele próprio, com funcionamento vinculado ao Centro de Humanidades. Para sua primeira gestão, foram eleitos coordenador e vice, respectivamente Mário Henrique Guedes Ladosky – vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – e *Luíza Dantas de Souza Lima Teixeira* – vinculada à Unidade Acadêmica de Economia e Finanças.

TDEPP e LABORES, agora Núcleos de Extensão e Pesquisa, hoje nós efetivamente ativos de redes regionais, nacionais e internacionais de estudos sobre o trabalho, encontram-se ainda mais preparados para seguir nessa trajetória de pautar o tema do trabalho informal e precário, observando-o sob uma perspectiva crítica e comprometida com o pensamento científico, com a universidade pública como direito de cidadania e com o horizonte da transformação social e de construção da justiça social.

Sejam bem vindos/as os/as novos/as pesquisadores/as!
Vida longa ao TDEPP e sua parceria com o LABORES!

CAPÍTULO II

A sociogênese de uma agenda de pesquisa sobre o tema do trabalho na Paraíba

Eugenio Pereira
Cláudia Freire

Introdução

O Núcleo Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP), do Centro de Humanidades, é órgão complementar da Universidade Federal de Campina Grande, com regimento aprovado em novembro de 2022, pelo Colegiado Pleno do Conselho Universitário. Sua origem vincula-se à experiência de uma década e meia de atuação do Grupo de Pesquisa registrado no CNPq, de mesmo nome, criado em 2006, e situado na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG, contando com a participação de estudantes e professores do curso de graduação e pós-graduação. Atualmente, o Núcleo TDEPP tem como finalidade permanente promover atividades integradas de pesquisa, extensão e de formação sobre diversas dimensões da temática do trabalho, em perspectiva interdisciplinar, com foco especial na realidade regional e, ao mesmo tempo, contextualizadas nacional e internacionalmente.

Esse capítulo recupera, em traços gerais, a sociogênese da agenda de pesquisa centrada nos estudos do trabalho, e suas interfaces. Busca, assim, como fio condutor, elementos da trajetória socio-histórica institucional desse grupo de pesquisa das ciências sociais, delineando seus condicionantes de origem e mudanças pelas quais vem passando. Para isso, emprega, metodologicamente, uma revisão bibliográfica e documental. O texto também está apoiado, no quesito de fonte de informações, em registros do memorial para professor titular, de autoria de Vêras de Oliveira (2022). Não custa lembrar aqui a parcialidade da interpretação esboçada, seja pelos recortes operados, seja pela implicação dos próprios autores no relato dessa experiência. Como adverte Bourdieu (2004, p. 21) “cada protagonista desenvolve uma visão desta história conforme os interesses ligados à posição que ocupa nessa história”.

Falamos em agenda. Essa noção sugere um instrumento empregado com finalidade de planejamento ou projeto; um documento de referência, de orientação antecipada de uma atividade de intervenção na realidade, ou de busca de conhecimento sobre essa realidade, identificando aquilo que se sabe e o que se desconhece, as lacunas e as prioridades estabelecidas, assumindo, portanto, um caráter prospectivo. Assim, o termo tem sido empregado na área do estudo de políticas públicas, incluindo as ações estatais em assuntos de ciência e tecnologia (Lopes, 2018).

Mas, aqui, ao tomarmos de empréstimo provocativamente essa noção, ampliamos seu uso, ao dizer de uma agenda de pesquisa com um olhar retrospectivo que foi se constituindo em seu fazer-se, a partir da ação de diferentes agentes no enfrentamento das condições e circunstâncias contextuais. Claro que, nesse processo, elementos de planejamento estiveram presente, orientando estudos empíricos e reflexões teóricas, cujos resultados fornecem um melhor entendimento de questões como

as desigualdades, as relações de exploração e dominação que atravessam as condições de trabalho enfrentadas por diversos segmentos da sociedade, materializando, com isso, certos compromissos e engajamentos com a emancipação e transformação socioeconômica. Não como uma execução previamente estabelecida e rigidamente obedecida, mas como dinâmica que foi se constituindo.

Na verdade, ela (a “agenda”) compõem um elemento possível das práticas científicas concretas e específicas que se desenrolam em conformidade com as dinâmicas postas por cada domínio científico. Esse conceito de *práticas científicas* nos revela o “conjunto complexo de processos determinados de produção de conhecimentos, unificados por um domínio conceitual comum, organizados e regulados por um sistema de normas e inscritos num conjunto de aparatos institucionais” (Japiassu, 1982, p.34). Sua compreensão nos leva a um exercício de autorreflexão reconstrutiva ainda mais crucial, cujos limites, vez por outra, são questionados sobre sua viabilidade.

Bourdieu (2004) não só nos encoraja a esse exercício, como afirma sua necessidade – enquanto condição de vigilância reflexiva. A sociologia, em suas práticas, deve tomar a si própria como objeto de questionamento e dirigir-se um olhar que desvele as condições sociais de sua própria produção e reprodução de conhecimento. Muito se fez nessa direção, como apontam estudos (Miceli, 1989; 1995) ao tratar dos dilemas da institucionalização, do reconhecimento das credenciais acadêmicas, enfim, da autonomia das ciências sociais no país. Inserimo-nos, nos limites do escopo deste texto, nessa tentativa de melhor examinar a gênese social de uma prática científica, e, mais precisamente, o desenho de um percurso de pesquisa sobre o mundo do trabalho, assumindo-o como um objeto de estudo legítimo/relevante, em uma universidade pública situada fora dos grandes centros de pesquisa, assim consagrados.

Nessa medida, essa “agenda de pesquisa” aciona sempre, e ao mesmo tempo, uma dinâmica interna e externa, muito além de uma oposição simplificada, abstrata e artificial. Com Bourdieu (1983), aprendemos que o campo científico em geral, bem como o campo das ciências sociais em específico – espaço no qual se inserem as práticas científicas –, é antes um microcosmo social marcado pela historicidade, um espaço que possui sua lógica própria, com regras mais ou menos específicas, que lhe garante uma autonomia relativa¹ de funcionamento.

Apesar de se reproduzir ao longo do tempo, também se transforma, é dinâmico², justamente em função de sua estrutura. Esta, por sua vez, é definida, a cada momento, pelo estado das relações de força, pelas disputas desiguais por recursos escassos³ estabelecidas entre diferentes agentes e instituições, cada qual ocupando posições e disposições assimétricas e hierarquizadas. “É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer [...] só compreendemos, verdadeiramente, o que diz ou faz um agente [...] se estamos em condições de nos referirmos a posição que ele ocupa nesse campo, se sabemos de onde ele fala” (Bourdieu, 2003, p. 23-24).

-
1. Autonomia é medida pela capacidade de refratar (retraduzir, transfigurar) as demandas externas ao ponto de serem irreconhecíveis. De acordo com o autor, na hierarquia das disciplinas científicas, as ciências sociais, ocupando a posição menos empoderada, possuem maior dificuldade em firmar e fazer reconhecer seu estatuto (Bourdieu, 2003).
 2. “Basta perceber [...] a relação dialética que se estabelece entre as estruturas e as estratégias – por meio das disposições – para fazer desaparecer a antinomia entre a sincronia e a diacronia, entre a estrutura e a história. A estrutura da distribuição do capital científico está na base das transformações do campo científico” (Bourdieu, 1983, p. 133-34).
 3. No campo científico “o que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social” (Bourdieu, 1983, p. 122).

O exame crítico desse microcosmo requer um esforço de relacionar, sua estrutura processual interna⁴, com as pressões e influências⁵ do mundo socioeconômico que incidem e retroalimentam, como um enraizamento espaço-temporal, à atividade/produto científico, informando, assim, suas condições reais de produção.

-
4. Quanto à *dimensão interna* das práticas científicas, que não abordaremos nesse texto, as reflexões de Bourdieu (2003; 2004), Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2010) se referem a todas as operações que se apresentam como suposto conhecimento transfigurado em atividade autônoma e isolada (ou isenta/neutra). Aqui estão os seus interesses intrínsecos, a lógica e debates imanentes sobre recortes e aproximações sucessivas da realidade. Desde as escolhas de fundo mais epistemológica, teórico/metodológica, até as escolhas técnicas/procedimentais no registro/análise de dados e informações; bem como as questões de validação de resultados e conclusões.
 5. O contexto/conjuntura política nacional interfere nessa dinâmica. Não vamos discorrer sobre esse ponto. Mas uma breve menção é necessária. Nos últimos trinta anos, visualizamos pelo menos três momentos: o primeiro de avanço neoliberal de realocação das atribuições estratégicas do aparelho estatal (pelo abandono de qualquer projeto de desenvolvimento nacional de longo prazo) no sentido das restrições às políticas social de proteção e investimento em áreas como cultura, educação, ciência e tecnologia (Collor e FHC); o segundo de redirecionamento daquela agenda, realocando a centralidade dos investimentos estatais justamente naquelas áreas, contribuindo para a expansão da rede pública de instituições de ensino superior e centros de pesquisa (Governos Lula 1 e 2); e o terceiro, com a retomada de políticas restritivas combinadas com obscurantismo ideológico de agentes governamentais (alinhados às frações/posições de extrema direita conservadora) que passou ao ataque negacionista, junto à opinião pública, das instituições estatais de cultura, educação e ciência. Nessa última fase, o ataque seguiu duas frentes articuladas: (1) o dos acentuados cortes ao financiamento público com o redesenho das áreas prioritárias (com acentuada redução da importância do campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), o que, em certos casos, minou, em outros comprometeu, as possibilidades materiais/objetivas de manutenção de pesquisa e formação nessa área; e (2) a desconstrução simbólica e subjetiva do lugar de relevância social, fazendo disseminar uma narrativa de descrédito (até pelo desconhecimento), em especial das universidades públicas (Temer; Bolsonaro).

Aqui estão, por exemplo, os efeitos do campo, ou como ele se manifesta, em uma escala micro e situada em um contexto específico, com as flutuações de oferta de recursos, seja de (a) financiamento público (de agências de fomento estaduais, em nosso caso a Fapesq-PB, e federais, como a Capes e o CNPq), com bolsas de estudos para pesquisadores (orientadores e estudantes) e recursos básicos – para publicações impressas e eletrônicas, diárias para deslocamentos, seja com missões de pesquisa de campo, seja para viagens na divulgação de resultados de pesquisas em eventos acadêmicos –; seja (b) da parte da Universidade, na disponibilização de infraestrutura física (salas de reunião, auditórios para eventos, laboratórios assistidos com equipamentos tecnológicos de informação e comunicação, tais como disponibilidade de acesso à internet, computadores e softwares).

O texto que se segue está dividido em duas partes. Na primeira, tratamos dos precedentes que informaram a criação do Grupo de Pesquisa, aí localizando elementos históricos do contexto em que se insere a experiência do ensino superior e a constituição do curso de ciências sociais na cidade de Campina Grande. Na segunda parte, desenvolvemos alguns elementos da história institucional do TDEPP, ao longo de seus dezoito anos, delineando a “agenda de pesquisa” sobre o mundo do trabalho.

As condições acadêmicas e institucionais que estiveram na base de surgimento do TDEPP

Como sabemos, a UFCG de hoje⁶ é uma instituição pública de ensino superior que remonta sua origem ao contexto dos anos cinquenta do século passado, momento no qual a cidade

6. A Universidade Federal de Campina Grande foi criada como desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, através da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002 (sob o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso). Seu primeiro reitor foi Prof. Dr. Thompson Fernandes Mariz. Hoje, além de

de Campina Grande passava por uma transição das bases de seu crescimento econômico viabilizado por investimentos públicos e privados. Tratava-se, de um lado, do esgotamento do ciclo agroexportador algodoeiro, que tinha consolidado e elevado a posição da cidade enquanto espaço socioeconômico de destaque no conjunto da economia paraibana; e, de outro, do fluxo daqueles capitais que se voltaram para a diversificação das atividades e concentração do número de estabelecimentos no setores de serviços, comerciais atacadistas e varejistas, e constituição de um pequeno parque industrial, alterando com isso a composição e dinâmica de seu mercado de trabalho urbano (Pereira, 2016; Silva Júnior, 2009)⁷. Em escala nacional, o debate público encaminhava-se para uma atuação estatal através de políticas econômicas de desenvolvimento nacional e regional, que logo foi

Campina Grande, a UFCG possui *campi* nas cidades de Patos, Pombal, Sousa, Cajazeiras, Sumé e Cuité.

7. De acordo com a historiografia, o primeiro ciclo de acumulação de capital em Campina Grande (1907-1940) se deu pela ampliação da atividade de produção agrícola do algodão no interior do estado. A cidade passou a ser o entreposto comercial atacadista e lugar de beneficiamento dessa fibra, que, à época, estava sendo demandada como principal matéria-prima da indústria têxtil internacional. Essas atividades mercantis foram dinamizadas com a construção de meios de transporte, até então inexistentes (a partir de 1907, com a chegada da linha ferroviária Great Western Brazil Railway e funcionamento efetivo do trem; e, depois de 1920, melhoria das rodovias e a circulação dos primeiros caminhões), viabilizando a exportação do algodão pelo Porto de Recife; e a recepção dos fluxos de demais mercadorias para o interior nordestino (Aranha, 1991; Melo, 2007). Outros fatores foram associados, a exemplo da melhoria da infraestrutura urbana, com investimentos públicos em energia elétrica e abastecimento de água; o que culminou com o aumento demográfico pela atração de migrantes em busca de emprego; Já o segundo ciclo (1950-1970) demarca um novo espaço de inserção da cidade no espaço produtivo regional, a partir da forte atuação estatal com as políticas de incentivos ao desenvolvimento, encabeçados pelos projetos da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), e a paulatina perda de importância relativa de Campina Grande para a capital da Paraíba, João Pessoa, que assume a principal posição econômica estratégica do estado (Pereira, 2016; Silva Júnior, 2009).

assimilada como projeto político em disputa pelas elites locais (Montenegro *et al.*, 2018).

Além das mudanças propriamente materiais suscitadas por aquele processo de dinamização econômica, também se notava profundas alterações subjetivas na vivência espaço/temporal promovida pelo rápido processo de modernização em múltiplas escalas, e que se visualizava no cotidiano social local. Destacam-se as necessidades abertas para a modelagem cultural do comportamento, tanto no que Bourdieu (1983) denominou de transformação de um *habitus* (de sujeitos de origem rural à trabalhadores subjetivamente afinados à um ambiente urbano/fabril, que, por sua vez, se desdobra em iniciativas de preparação de força de trabalho e formação de quadros técnicos e administrativos), quanto na invenção histórica de tramas político-econômicas e ressignificação de identidades e práticas culturais (Aranha, 2001; Ferreira, 1996). Aí situam-se a instalação dos primeiros colégios públicos de ensino básico (Colégio Estadual da Prata, em 1953), escola de ensino profissionalizante (Escola Senai da Prata, em 1950)⁸, cinemas (Cine Teatro Capitólio, em 1934; Cine Babilônia, em 1939; Cine São José, em 1945) e outros equipamentos culturais, que de algum modo concorreram para disseminação de novas práticas/discursos que vão paulatinamente plasmando o imaginário justificador da cidade de Campina Grande como um lugar atrelado ao progresso econômico e cultural.

Símbolo disso, envolvendo a participação de políticos, empresários, técnicos e engenheiros, está o projeto e a posterior

8 Escola Cidadã Integral Técnica Dr. Elpídio de Almeida foi inaugurada em 31 de janeiro de 1953. Foi a primeira escola do município a disponibilizar ensino secundário gratuito na cidade, modalidade que hoje corresponde ao Ensino Médio. Já a Escola do Senai, o Centro de Educação Profissional Prof. Stenio Lopes, foi a primeira escola profissionalizante, com cursos gratuitos, do Departamento Regional do Senai na Paraíba.

criação, em 1952, da Escola Politécnica, primeira instituição de ensino superior da cidade. Instituição criada e mantida por iniciativa estadual (Lei n.792/1952) a Politécnica, inicialmente foi dirigida por Antônio da Silva Moraes, depois foi federalizada e incorporada em 1960 à Universidade Federal da Paraíba⁹, com sede em João Pessoa (Montenegro *et al.*, 2018). A partir da antiga Escola Politécnica, situada em Campina Grande, constituiu-se o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) do *campus II*, da UFPB, localizado no bairro de Bodocongó, onde passou a funcionar os cursos de graduação (em engenharia civil, em 1952; engenharia elétrica, em 1963; engenharia mecânica, em 1966; e ciência da computação, em 1976). Em uma segunda fase, sob a direção do Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1932-2011)¹⁰, depois de uma série de medidas de investimento em convênios nacionais/internacionais, admissão de professores efetivos dedicados à pesquisa, oriundos de outros centros de ensino superior do país, a Escola Politécnica/CCT-UFPB se tornou referência regional e projetou o que seria o lugar de Campina Grande enquanto polo educacional e de produção em ciência e tecnologia de referência nacional (Montenegro *et al.*, 2018).

Contraditoriamente isso se dá sob o contexto do regime de exceção que passa a vigorar Pós-1964, impondo um conjunto de

9 A Universidade Federal da Paraíba, criada pela Lei nº 3.835/1960 (Presidente Juscelino Kubitschek) foi produto da federalização da Universidade da Paraíba, por sua vez criada pela Lei Estadual nº 1.366/1955 (sob o governo de José Américo de Almeida).

10 Formação em engenharia civil (1951-1955) pela Universidade Federal de Pernambuco e Livre-docência em Ciência, Tecnologia e Inovação (1957) pela Universidade Federal da Paraíba. Foi diretor da Escola Politécnica da Universidade da Paraíba com dois mandatos, 1964-67 e 1967-71. Professor Titular (1967-1984) do Departamento de Engenharia Civil do Centro de Ciência e Tecnologia do *campus II* da UFPB. Reitor (1973-75) da Universidade Regional do Nordeste, atual Universidade Estadual da Paraíba; e Reitor (1975-80) da UFPB. Foi presidente (1980-85) do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

medidas que visavam a censura prévia e perseguições políticas a grupos do campo democrático popular, com forte controle dos movimentos estudantil e sindical, além das limitações à circulação e debate de ideais no sistema de ensino. As perdas e desafios à institucionalização das ciências sociais são conhecidos em âmbito nacional, especialmente para os cursos situados na região Sudeste, em que pese os registros dos eventos do período sobre a sociologia e antropologia na Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Rio de Janeiro (Miceli, 1989; 1995). A modernização autoritária do sistema de ensino e pesquisa avançou culminando na chamada Reforma Universitária de 68 (Lei n. 5.540/1968), marco importante para a consolidação da universidade como espaço que integra ensino e pesquisa¹¹ (Cunha, 2007). A Reforma dava andamento ao movimento singular anterior, de duas décadas, de federalização de instituições estaduais, municipais e privadas que passavam a integrar uma rede de universidades mantidas e reguladas diretamente pelo Ministério da Educação e Cultura. Mesmo sob os freios ideológicos da censura imposta, os efeitos dessas medidas consolidaram-se com uma política nacional de incentivo ao setor privado, e certa ampliação de financiamento e infraestrutura para os cursos de graduação e crescimento dos programas de pós-graduação para as instituições públicas de ensino superior (Cunha, 2007).

Quanto à dinâmica local, desdobravam-se a expansão alcançada no campo das engenharias a partir de uma série de circunstâncias. Nota-se as mudanças mais amplas de contexto político/econômico pelas quais passavam, não só a cidade, mas o

11 Sinteticamente, a nova legislação reconhecia formalmente a autonomia didático-científica, administrativa e financeira das universidades federais; estruturava a carreira docente com um regime de estabilidade e dedicação exclusiva às atividades de ensino e pesquisa; extinguiu as antigas cátedras e adotava o formato dos departamentos como unidade de gestão, além do sistema de créditos com matrícula por disciplinas para estudantes aprovados e classificados em concursos vestibulares (Cunha, 2007).

próprio ambiente nacional com as pressões de abertura política, derivando o processo de redemocratização dos anos oitenta. Encabeçando não só a luta pela melhoria das condições de trabalho, mas a defesa dos direitos mais amplos (em questões como a preservação da educação, como serviço público e gratuito, bem como a autonomia e funcionamento democrático das universidades), estava o movimento sindical dos professores. Aqui registra-se o papel desempenhado pela ADUFPB/CG (Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba/Campina Grande, seção distinta da associação sediada em João Pessoa), criada em 1978, e filiada ao ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), logo após sua fundação em 1981.

Foi nesse cenário de efervescências que a Universidade Federal de Campina Grande, à época ainda denominada UFPB, assimilou, não sem contradições, demandas oriundas de outros campos disciplinares. Era necessário estabelecer uma visão mais ampla, para além do foco na ciência e tecnologia, aberta a consolidar a condição de uma instituição dedicada ao ensino e à pesquisa em campos distintos do conhecimento. Aí está a criação, em 1979, do Centro de Humanidades (CH), com o propósito de reunir cursos já existentes e viabilizar a criação de outras iniciativas na área de humanidades e ciências sociais aplicadas no âmbito da Universidade. O CH passou a abrigar o funcionamento dos cursos de graduação em ciências econômicas (criado em 1955), design (criado em 1978), pedagogia (1979), história (1980), administração (1980), letras (1984), arte e mídia (1999)¹².

12 Seguiu-se a criação de outros cursos, tais como o de filosofia (2009), geografia (2009), música (2009) e comunicação social (2010), compondo os esforços da política de expansão do ensino superior realizado em âmbito Federal, sob o Governo Lula. Isso recolocou a importância do CH para o conjunto da Universidade que teve sua origem bastante marcada pela presença dos cursos de engenharia, exigindo um olhar diferenciado às demandas, incluindo infraestrutura para as Humanidades.

O curso de graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) iniciou suas atividades em 1962, inicialmente denominado de Sociologia e Política. Isso se deu juntamente com o curso de bacharelado em ciências econômicas, criado um pouco antes, ambos vinculados à FACE (Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande), instituição pública municipal de ensino superior, criada em 1955. Transcorrida a sua federalização e incorporação à então Universidade Federal da Paraíba (*campus II*), o curso de ciências sociais passou a atual denominação em 1974 (com Decreto n.74.005/1974) no qual o ingressante realizava uma formação generalista comum, optando – decorrido as disciplinas teórico/metodológico, de caráter obrigatório – pela trilha da licenciatura (na qual constariam maior aprofundamento na área pedagógica) ou pela titulação no bacharelado (tendo a opção pela concentração em uma das três áreas; antropologia, ciência política ou sociologia) (UFCEG, 2019).

Atualmente (desde 2018), as duas habilitações foram separadas, constituindo cursos de graduação distintos: o curso de licenciatura em ciências sociais e o curso de bacharelado em ciências sociais. Administrativamente o curso de ciências sociais integrava o DSA, Departamento de Sociologia e Antropologia, atual UACS, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UFCEG, 2019). Ao longo de seus sessenta e dois anos, o curso já tinha consolidado, ainda nos anos 1990, a atual infraestrutura. Claro que, dado a hierarquia simbólica (e não menos objetiva/material) estabelecida entre as disciplinas científicas (Bourdieu, 1983; 2003; 2004), – sobretudo em uma instituição como a UFCEG, que teve sua história diretamente ligada à área de ciências aplicadas (e mais especificamente às engenharias) –, os cursos do CH, situados na base remota do prestígio, enfrentaram carências de recursos (salas de aula, equipamentos, número adequado de bolsas de estudo etc.). Ainda assim, a graduação em ciências sociais ofertava possibilidades interessantes de formação, contando com bolsas do programa de iniciação científica (Pibic-CNPq),

de monitoria, de projetos de extensão, o PET-Antropologia (Programa de Educação Tutorial, MEC-Capes). Além disso, contou, em seu percurso, com um quadro estável de professores efetivos em dedicação exclusiva, boa parte compondo projetos de pesquisa (UFCCG, 2019).

Aliás, nesse ponto cabe destacar as iniciativas pioneiras de pós-graduação estabelecidas no Centro de Humanidades da UFCCG, com o funcionamento, a partir de 1977, do curso de mestrado em sociologia e o mestrado em economia, ambos concentrados em estudos rurais. No caso específico do mestrado em sociologia, a iniciativa teve, certamente, as contribuições, até os anos oitenta, de um conjunto de mais de duas dezenas¹³ de “professores de alto nível, muitos deles voltando do exílio, outros tantos saindo do ostracismo forçado pelo regime de exceção” (Caniello, 2003, p. 111).

Além desse quadro, ambos os cursos de mestrado contaram com apoio inicial do já mencionado Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (reitor, 1975-80, da UFPB e presidente, 1980-85, do CNPq, principal agência de fomento brasileira), especialmente no estabelecimento de acordos de cooperação científica com universidades francesas. Tais iniciativas resultaram em parceria duradoura, com sucessivas renovações, por quase vinte anos, com a Universidade Paris X (Nanterre) (Caniello, 2003; Lima, 2019). Dentre outros aspectos, isso fez o mestrado em

13 Apoiamo-nos nos registros captados por Caniello (2003), na menção aos professores da época. São citados: Adailton F. Palmeira; Antônio Greco Rodrigues; César Barreira; Clara Germana de Araújo; Francisco José da Costa Alves; Guilermo Raúl Ruben; Hugo Ratier; Itan Pereira da Silva; José Cartaxo Loureiro; José de Jesus S. Lemos; Josefa Gomes de Almeida e Silva; Josefa Salete Barbosa Cavalcanti; Lenita Figueiredo F. Loureiro; Margot Barbosa Schulze; Maria Ignez S. Paulilo; Nancy Dione Loy; Norma Montalvo de Soler; Pedro Alcântara Figueira; Ruth Trindade de Almeida; Walter José de Oliveira da Veiga Pessoa; Michel Marie Joseph Beylier; Ghislaine Duqué; Edgard Afonso Malagodi.

sociologia ganhar notoriedade, tendo recebido em seus seminários a presença de importantes professores de projeção nacional, tais como, Octávio Ianni, Heleieth Saffioti, Maria Nazareth Wanderley, Roque Laraia e José Graziano da Silva (Caniello, 2003).

Como analisa Lima (2019), tudo isso acompanha a gênese do movimento mais amplo de descentralização (do eixo Sudeste) e expansão (para outras regiões, como o Nordeste) da sociologia, com a criação de novos cursos de graduação, e principalmente de institucionalização da pós-graduação. Esse processo operou com a atração/deslocamento docente, incluindo estrangeiros, que resultou, mais recentemente, no crescimento sem precedentes da pesquisa social no país.

Em termos do debate teórico, pelo menos até o início dos anos noventa, havia uma predominância de referências do marxismo (em suas diferentes correntes) e de referências etnográficas oriundas de estudos da antropologia. Parte desse debate pode ser acompanhado no periódico, à época, vinculado aos dois cursos de mestrado. Criada em 1982, Raízes, Revista de Ciências Sociais e Econômicas (com edições ininterruptas desde sua fundação), definia, como escopo, diversos temas relacionados aos estudos rurais, tais como agroindústria, trabalhadores rurais, migrações, campesinato, movimentos sociais no campo, reforma agrária, agricultura familiar, questões ambientais e políticas públicas para o semiárido (Raízes, 2024).

Com o transcorrer das décadas, tivemos uma certa diversificação temática (pela assimilação de novas referências teórico/metodológicas), renovação do quadro de professores permanentes, bem como alterações institucionais importantes. Em 1999 o conhecido curso de mestrado em sociologia rural é extinto e funde-se com o então mestrado em sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), da Universidade

Federal da Paraíba, *campus* João Pessoa¹⁴ (que tinha abandonado, desde 1995, sua antiga denominação de mestrado em ciências sociais). Essa alteração resulta no credenciamento, junto à Capes, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (mestrado e doutorado) funcionando em duas bases, Campina Grande e João Pessoa¹⁵. Com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba em duas universidades em 2002¹⁶ (que tornou o

14 Aqui é interessante notar o pioneirismo das ciências sociais praticada em Campina Grande em relação a João Pessoa, ainda que ambas iniciativas institucionais, quase paralelas, tenham estabelecido trocas recíprocas. O curso de mestrado em ciências sociais vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba, *campus* João Pessoa, foi criado em 1979 (alterando sua denominação para PPGS, curso de mestrado em sociologia em 1995), depois, portanto, da iniciativa do *campus* de Campina Grande; o que também ocorreu no âmbito da graduação em ciências sociais da UFPB, com o bacharelado criado em 1993, e a licenciatura em 2007.

15 As dificuldades decorrentes da fusão dos cursos de mestrado são conhecidas. Segundo Caniello (2003, p. 118), o “funcionamento prático de um Programa de Pós-Graduação em duas bases acadêmicas separadas por 130 quilômetros, nas quais se desenvolviam tradições de ensino, pesquisa e extensão próprias, procedimentos administrativos específicos e até processos eleitorais díspares” era evidente. Dessa forma, os “problemas administrativos, logísticos e acadêmicos não permitiram que a fusão se consolidasse plenamente, e as duas bases do Programa funcionavam com uma relativa independência, dando continuidade, de maneira quase autônoma, a suas tradições acadêmico-administrativas particulares” (Caniello, 2003, p. 119).

16 Seguindo os registros captados por Caniello (2003) menciona-se os professores da época vinculados à base de Campina Grande do PPGS-UFPB: Professores credenciados: Deolinda Maria de Sousa Ramalho, Durval Muniz de Albuquerque Jr., Edgard Afonso Malagodi, Elizabeth Christina de Andrade Lima, Ghislaine Duque, Jean-Philippe Tonneau (professor visitante), Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, Magnólia Gibson Cabral da Silva, Márcio de Matos Caniello, Marilda Aparecida de Menezes, Olívio Alberto Teixeira, Paulo Ortiz Rocha de Aragão e Rodrigo de Azeredo Grünewald. Professores colaboradores: Benedita Edina de Lima Cabral, Fábio Gutemberg e Gervácio Batista Aranha.

campus de Campina Grande a sede da atual UFCG)¹⁷; e considerando a expertise consolidada até aquele momento, o coletivo de professores vinculado ao antigo DSA submeteu proposta de criação de um novo programa de pós-graduação junto à Capes. Com a aprovação da proposta, em 2006, passou a funcionar o atual Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (curso de mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Campina Grande, à época, o único curso de doutorado do CH (PPGCS, 2024).

De fato, como apontamos, e assim os dados demonstram, houve, por décadas, no âmbito do ensino e pesquisa das ciências sociais na UFCG, um foco inegável nos estudos rurais. A predominância temática também pode ser observada na produção acadêmico-científica discente. Entre 1977 e 2002, temos um conjunto das 144 dissertações de mestrado defendidas. A análise temática dessas pesquisas concentra-se predominantemente em estudos da sociologia rural, correspondendo a 67% (96 dissertações). A segunda linha temática importante foi a área de estudos em sociologia da cultura, com 17% (25 dissertações), seguido de outros temas com baixíssima ocorrência, tais como teoria sociológica (2 dissertações), metodologia (1 dissertação), e sociologia do trabalho (1 dissertação) (Caniello, 2003, p. 120).

Esse balanço sobre o patrimônio de bens simbólicos produzidos e disseminados, traça bem o retrato da distribuição desigual dos temas desenrolados no período de vinte e cinco anos. Mais que isso, ele mostra, por um lado, a organicidade e vigor

17 O atual *campus* I, sede da UFCG, herdou a infraestrutura do então *campus* II UFPB, em Campina Grande, localizado no bairro de Bodocongó. A UFCG iniciou suas atividades em 2002, contabilizando 7.856 matrículas de alunos distribuídos em 29 cursos de graduação; e 518 alunos matriculados em 13 Programas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado), a maior parte concentrada na área de engenharia. O quadro docente era composto por 882 docentes (sendo 130 professores substitutos/temporários e 752 professores do quadro efetivo/permanente) (UFCG, 2004).

da área de estudos rurais, sua predominância como objeto de estudo consagrado; mas, também, revela a própria hierarquia social de temas relevantes, posicionando e classificando a *quase ausência* de estudos do trabalho. Podemos dizer que essa agenda se impunha, dentre outros elementos, pela composição de interesse e perfil de formação dos pesquisadores ligados à pós-graduação, às condições e possibilidades institucionais, tais como os convênios celebrados, os contatos entre universidades brasileiras e estrangeiras etc. Mas isso não é tudo. A ideia de situar as condições institucionais abre e restringe possibilidades, assim como se relaciona com as contingências inerentes a qualquer processo social. Como sabemos, há sempre espaço para desdobramentos e implicações inesperadas.

Surpreendentemente, até aquele momento, o tema do trabalho urbano foi pouco desenvolvido, seja pela sociologia, seja pela antropologia praticada em Campina Grande. E isso se deu mesmo considerando três aspectos que corriam lado a lado. O primeiro deles (de caráter endógeno e em escala micro) se conecta a todos os elementos do contexto de modernização e industrialização, com característica local, pelos quais passou a cidade, e que mencionamos anteriormente. O outro diz respeito à ebulição dos movimentos sindicais que marcaram os anos oitenta em escala regional e nacional (e que recolocou a importância do tema do trabalho no debate público); o que, por sua vez, demandou outro aspecto, de natureza analítica, com a assimilação crítica de referências teóricas estrangeiras e grande impulso de estudos empíricos que estavam em curso no país pela sociologia do trabalho urbano/industrial (Castro; Leite, 1994; Bridi; Braga; Santana, 2018; Vêras de Oliveira; Ramalho; Rosenfield, 2019).

Partindo de uma perspectiva mais abrangente, isso nos leva a refletir sobre a própria prática científica, bem como sobre a dinâmica de funcionamento da atividade de pesquisa (com suas

regras, classificações, hierarquias, nomeações e agentes participantes)¹⁸. Seguindo a provocação aberta por Bourdieu (2007), perguntamo-nos: a redundância observada nos domínios mais consagrados não é o preço do silêncio que paira sobre outros objetos? Quais os objetos legítimos, nobres, consagrados de discussão? Como são definidos? E, por oposição, de que modo são nomeados e classificados os objetos menos importantes ou indignos?

A definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado (Bourdieu, 2007, p.35).

Essa *quase ausência* de estudos do trabalho urbano mencionada pode ser interpretada à luz das posições diferenciais que se ocupa no interior de um espaço social estruturado/

18 Mencionamos aqui tais referências em demonstração da complexidade da tarefa. Cientes dos limites de nossa proposta até aqui, selecionamos um caminho possível para esse empreendimento reconstrutivo do qual nos fala Bourdieu. Aliás, “Seria necessário analisar a forma que assume a divisão, admitida como natural, em domínios nobres ou vulgares, sérios ou fúteis, interessantes ou triviais nos diferentes campos, em diferentes momentos. Certamente se descobriria que o campo dos objetos de pesquisas possíveis tende sempre a organizar-se de acordo com duas dimensões independentes, isto é, segundo o grau de legitimidade e segundo o grau de prestígio no interior dos limites da definição [...] Isto quer dizer, evidentemente, que os termos dessas oposições são relativos à estrutura do campo considerado, mesmo que o funcionamento de cada campo tenda a fazer com que eles não possam ser percebidos como tais e apareçam a todos aqueles que interiorizarem os sistemas de classificação que reproduzem as estruturas objetivas do campo como intrínseca, substancial e realmente importantes, interessantes, vulgares, chiques, obscuros ou prestigiosos” (Bourdieu, 2007, p.36-37).

hierarquizado. O desinteresse por um dado objeto (tema ou problema) científico, as controvérsias e disputas em torno de um dado paradigma teórico/metodológico, aqui sugeridas, apenas capturam um estado específico das relações de forças do campo das ciências sociais localmente praticada. Não se pode “ignorar essa série de encaixes estruturais, ignorar essa posição (relacional) e os efeitos de posição correlativos” (Bourdieu, 2004, p. 52). Como todo espaço social, essa experiência está situada historicamente e, ainda que estruturada, move-se em uma dinâmica e abre-se às mudanças.

O Grupo de Pesquisa *Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas*

E isso começa a se alterar com a entrada e posicionamento de novos agentes, e do conjunto de suas iniciativas concomitantes, mais ou menos articuladas, e que tornaria, anos depois, o modesto grupo de pesquisa, na mais significativa frente de estudos sobre o mundo do trabalho no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande. Isso, por sua vez, sinalizou a importância do tema e sua relevância social, recolocando as questões do trabalho como alternativa de objeto legítimo de estudo acadêmico no interior das ciências sociais localmente praticadas. Para tanto, a estratégia que foi sendo desenhada concentrou-se basicamente em ações de ensino e pesquisa, e tudo o que lhe acompanha. De um lado, a oferta de disciplinas, na graduação e pós-graduação, além das orientações de estudantes em seus cursos formativos; de outro, a elaboração de projetos e realização de pesquisas, seguida da publicação desses resultados, com destaque, seja na participação de eventos acadêmicos regionais, nacionais e internacionais, seja na produção bibliográfica que foi se acumulando, pela circulação de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros.

Podemos dizer que as primeiras iniciativas para a criação do TDEPP se encontram no protagonismo e orientação assumido desde a chegada, em novembro de 2004, do Prof. Roberto Vêras de Oliveira, um novo professor efetivo que se juntou ao quadro docente da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais. Até então, a única iniciativa que versava sobre o tema do trabalho estava sendo encabeçada pelo grupo da Rede Unitrabalho¹⁹, com o tema da *economia solidária*, que naquele contexto estava sendo fomentada, enquanto política pública, pelo Governo Lula. Como infraestrutura, a Unitrabalho local dispunha de uma sala de reuniões no 3º piso do Bloco AB, e sua iniciativa focava-se em ações de incubação de empreendimentos solidários, e compunha, com isso, atividades de extensão universitária. Dela participavam dois professores da UACS, a Profa. Ângela Metri Tejo e o Prof. Severino José de Lima. Com a inserção do Prof. Roberto, junto a essa equipe, dado seus vínculos e experiência anterior, logo transcorreu a realização de uma pesquisa de avaliação da política nacional de qualificação profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, realizada pela Unitrabalho²⁰. Na Paraíba, sob sua coordenação, foi realizado um estudo de avaliação externa, no acompanhamento dos resultados daquela política. Disso resultou o livro organizado por Vêras de Oliveira, intitulado *Qualificar para quê? Qualificação para quem?* publicado em 2006 pela editora Edufucg.

19 Rede Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos Pesquisas sobre o Trabalho, criada em 1996), instituição acadêmica, chegou a reunir 93 instituições de ensino superior no fomento de empreendimentos solidários.

20 Estávamos, à época, em uma importante mudança nas políticas públicas nacionais, nesse caso, com a passagem do Planfor (1995-2002) para o PNQ (que se iniciou em 2003) e sua execução em cada unidade da federação. Tratava-se, pois, da realização de estudos de acompanhamento e avaliação dos impactos e efetividade para a construção do sistema público de emprego no país. Os resultados dessa pesquisa são discutidos em detalhes em Saul e Freitas (2007) e Vêras de Oliveira (2007).

Em paralelo, o Prof. Roberto iniciava sua inserção junto ao programa de pós-graduação (no exato momento da mudança, já mencionada, do PPGS-UFPB para PPGCS-UFCG), ao mesmo tempo que desempenhava suas atividades docentes na graduação em ciências sociais. Ali ministrando a disciplina de sociologia industrial e estrutura de classes sociais, passou a reunir, em sessões semanais, um primeiro grupo de estudantes que foram vinculados ao seu projeto de iniciação científica sobre os desafios da qualificação profissional em âmbito estadual, inicialmente com foco na atuação do Sistema S. Com duas edições, 2005-2006 e 2006-2007, esse projeto (Pibic-Pivic/UFCG/CNPq) contemplou a participação de três estudantes, Alexandre Santos Lima, Diogo Fernandes da Silva e Eugenio Pereira; e dele seguiu-se mais uma edição tratando da formação profissional, estudo que analisou a transformação institucional do Cefet-PB para IFPB.

Às reuniões de orientação coletivas foram se somando, paulatinamente, e com flutuações, outros estudantes interessados no tema do trabalho, incorporando pretendentes às seleções dos cursos de mestrado e doutorado em ciências sociais, não só de estudantes da UFCG, mas também de outras universidades, além da participação ativa dos primeiros orientandos da pós-graduação. Essas reuniões serviam de espaços de criação de fortes vínculos, sob o espírito do aprendizado compartilhado, acerca das mudanças no mundo do trabalho (de forma mais ampla) e o modo como fenômenos empíricos situados poderiam ser explicados e interpretados com base em um diálogo crítico que mobilizava referências teóricas e metodológicas diversas. Segundo o depoimento, em seu memorial, Vêras de Oliveira comenta que:

Nesse contexto, minhas prioridades imediatas na UFCG eram constituir um núcleo de pesquisa e preparar minha inserção no PPGS. De início, arregimentei um grupo de alunos/as de iniciação científica, de modo a iniciar uma agenda de

pesquisa prioritariamente voltada aos temas da qualificação profissional e das políticas públicas de emprego (dando sequência ao trabalho que acabara de desenvolver junto ao Ministério do Trabalho). Esse esforço inicial de constituição de um grupo de pesquisa em temas do trabalho no Centro de Humanidades da UFCG foi reforçado pelas atividades de ensino, concentradas no curso de graduação em Ciências Sociais [...] [Já] meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia teve início com a condução de uma disciplina sobre Sociologia Contemporânea no segundo semestre de 2005, mas só veio a ser oficializada em 2006 [...] O Programa era composto de duas linhas de pesquisa: “Desenvolvimento, políticas públicas e ruralidades” e “Cultura e identidades”. Vinculei-me à primeira, onde havia maiores possibilidades de iniciar a constituição de uma linha de pesquisa, ensino e orientação na área da Sociologia do Trabalho (Véras de Oliveira, 2022, p. 62-64).

Em 2006, foi cadastrado na plataforma do CNPq o Grupo de Pesquisa *Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas*, anos depois assumindo a sigla TDEPP. Com isso, aquelas primeiras iniciativas ganhavam uma institucionalidade aglutinadora, que foi sendo reforçada²¹, com o incentivo constante à participação dos integrantes do Grupo de Pesquisa em eventos acadêmicos, tais como os encontros e congressos da Associação Brasileira

21 Sobre essa fase inicial o Prof. Roberto comenta: “Contando com a participação de pesquisadores e estudantes de iniciação científica, mestrado e doutorado, surgiu com o propósito de reativar os estudos sobre o tema do trabalho na Paraíba, na UFCG e no PPGCS. Daí por diante, seguimos com uma agenda de pesquisas, eventos, orientações, atividades de ensino etc., sempre procurando ensejar oportunidades de estudo, interlocuções e publicações no âmbito do grupo, com procurando dar uma atenção especial aos nexos entre o local, o nacional e o global” (Véras de Oliveira, 2022, p. 64).

de Estudos do Trabalho (ABET), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), da Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo (ALAST), além da promoção de eventos locais e regionais encabeçados pelo próprio Grupo de Pesquisa (TDEPP, 2020).

O crescimento qualitativo do TDEPP também se deu com o acesso privilegiado, que cada estudante passava a ter, com a visita ao Grupo de Pesquisa, de pesquisadores experientes da sociologia e economia do trabalho. Nessa medida, alimenta-se uma rede acadêmica de colaboradores, com os quais ainda se estabelece contatos frequentes, tais como Elísio Estanque e Hermes Costa (ambos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal), Gerry Rodgers e Janine Rodgers (ambos ex-pesquisadores da OIT, Organização Internacional do Trabalho), Octavio Maza (Universidad Autónoma de Aguascalientes, México), Jacob Carlos Lima (UFSCar), Cinara Lerrer Rosenfield (UFRGS), Alexandre Barbosa e Helena Hirata (ambos da USP), Graça Druck (UFBA), Eliana Monteiro Moreira e Ivan Targino (da UFPB), Cesar Sanson (UFRN), Cristiano Ramalho e Sidartha Soria e Silva (ambos da UFPE), Darcilene Cláudio Gomes (Fundaj), José Ricardo Ramalho, José Sérgio Leite Lopes, Marco Aurélio Santana, Elina Pessanha e Moacir Palmeira (todos da UFRJ), e Ângela Araújo, Márcia Leite, Ricardo Antunes, José Dari Krein e Márcio Pochmann (todos da Unicamp), Sadi Dal Rosso (Unb), dentre outros (TDEPP, 2020).

Cada uma dessas trocas servia para os visitantes como um painel que mostrava a potencialidade e qualidade das pesquisas em andamento, chamando a atenção para uma produção de conhecimento que estava sendo feita em condições muito adversas, quando comparada aos recursos disponíveis no eixo Rio-São Paulo, centros consagrados nos estudos do trabalho; e, ao mesmo tempo, para os estudantes que estavam em formação em pesquisa, a possibilidade de ter uma interação próxima, face

a face, com diálogo direto com suas referências bibliográficas vivas. A ilustração 01 e a ilustração 02 capturam um pouco desses momentos.

Ilustração 01 – Registro fotográfico do TDEPP. Interação como pesquisadores parceiros

Imagem (a)



Imagem (b)



Fonte: Arquivo TDEPP, outubro de 2009. Reunião do Grupo de Pesquisa com a participação de pesquisadores convidados. Na imagem (a) Prof. Jacob Lima (UFSCar) à esquerda; e Profa. Eliana Moreira (UFPB), à direita. Na imagem (b) a presença da Profa. Márcia Costa (UFPB) à esquerda, e do Prof. Roberto Mendonza, ao centro. Também estão na foto os primeiros alunos orientandos do mestrado, Alberto Jorge Carvalho, Ivana Carla Cruz, Josilene Marinho.

Ilustração 02 – Registro fotográfico do TDEPP. Reuniões de estudo

Imagem (a)



Imagem (b)



Imagem (c)



Imagem (d)



Fonte: Arquivo TDEPP. Imagem (a) de 2009. Prof. Roberto Vêras com estudantes da pós-graduação (da eq. para dir. Marcelo Eufráasio; Patrícia Melo; Elaine Bezerra; Jéssica Sobreira; Thaísa Almeida; Bruno Mota; Alexandre Lima e Diogo Fernandes); Imagem (b) de 2011. Da eq. para dir. Ana Márcia Pereira; Elaine Bezerra; Renata Milanês; Profa. Eliana Moreira (UFPB), Edilane Eleno (UFPB) e Bruno Mota; Imagem (c) de 2014. Prof. Roberto e Profa Roseli Corteletti com estudantes de pós-graduação em evento em João Pessoa-PB; Imagem (d) em 2019. Prof. Mário Ladosky e Profa. Roseli Corteletti com os pesquisadores Gerry Rodgers e Janine Rodgers.

Assim, quanto à dinâmica de funcionamento interno do TDEPP, ao longo de sua trajetória de atividades ininterruptas, foi se consolidando pelo menos três frentes de ação, que, de alguma forma, ainda informam as atividades do Núcleo: (1) *Encontros de Estudos Teórico/ Metodológicos* – consistem em debates internos, com regularidade mensal, entre professores e alunos, membros ou convidados, como o propósito de aprofundamento de leitura e discussão de textos referidos aos temas aglutinadores, a saber: trabalho, desenvolvimento e políticas públicas; (2) *Oficinas Temáticas* – consistem em reuniões internas, agendadas previamente, em conformidade com calendário de atividades anual, entre professores e alunos, membros ou convidados, como o propósito pedagógico de acompanhamento da elaboração de textos autorais (pesquisas em andamento ou finalizadas, de iniciação científica, mestrado, doutorado ou projetos de outra natureza), e, em cada sessão, com texto previamente

disponibilizado para leitura, há apresentação do autor, seguida de uma rodada de comentários críticos por parte dos membros presentes; e (3) *Seminários de Pesquisa* – nos quais são apresentados resultados de pesquisas em andamento ou concluídas, ou palestras centradas em formulações teórico-metodológicas diretamente relacionada às pesquisas realizadas pelo TDEPP. Participam dessa atividade, que é aberta à comunidade acadêmica em geral, os professores membros, pesquisadores convidados ou, ainda, alunos que se encontrem em fase mais avançada de formulação da pesquisa.

Decorridos os três primeiros anos de funcionamento do Grupo de Pesquisa, uma nova fase se inicia, em 2009. Essa fase pode ser caracterizada pela entrada no curso de mestrado do PPGCS-UFCG, como estudantes, de mais cinco integrantes. Também é marcada pelo lançamento do primeiro livro que consolidava os estudos e reflexões produzidas no âmbito do TDEPP até aquele momento. Sob o título *Campina Grande em Debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*, viabilizado em parceria com duas editoras universitárias, a Eduepb e Edufcg, a coletânea de textos aborda distintas dimensões da realidade do município, incluindo mudanças no padrão de relações de trabalho, alterações na dinâmica do mercado de trabalho local, iniciativas no campo das políticas públicas referidas ao trabalho e ao emprego, particularmente focado, sobre uma perspectiva histórica e atual.

Mas, sobretudo, em 2009, tentando enfrentar uma dificuldade bastante recorrente no âmbito acadêmico, qual seja, a predominância de projetos pontuais, totalmente individuais e com horizontes de curto prazo, o Prof. Roberto Vêras elabora e apresenta um projeto de pesquisa de longo prazo cuja proposta situava um campo empírico determinado e amplo o suficiente para abrigar, sob seu escopo, diferentes aspectos de sua estruturação e funcionamento, viabilizando, assim, a construção de

uma variedade de objetos de estudos particulares. O chamado “projeto guarda-chuva” intitulado, *Para discutir os termos da Nova Informalidade: o caso do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano*, passou a ser a referência central para várias pesquisas que se sucederam no âmbito do TDEPP²², e propunha a melhor caracterização e entendimento do trabalho precário e informal no setor de confeções de roupas populares. A partir dali, buscou-se a análise de diversos aspectos, como: a natureza das relações de trabalho, as condições de trabalho vivenciadas, as imagens produzidas a respeito do mundo do trabalho pelos trabalhadores e pelos demais segmentos envolvidos, as formas de organização sindical e não-sindical presentes, o modo de atuação estatal (seja por meio de políticas fiscais e de investimento, seja por meio de normatizações, ou ainda por meio de políticas sociais), as formas de atuação de organizações empresariais, com destaque para o Sistema S.

Esperava-se que o “guarda-chuva”, uma vez dotado de um problema amplo mas suficientemente bem delimitado, seria capaz de agregar vários projetos com definições mais específicas, executados em diferentes condições e em variadas escalas de tempo, podendo contar com diversas formas de financiamento, mesmo que pontuais e parciais, conduzidos por pesquisadores/as em diferentes posições acadêmicas. Assim, seria possível imprimir uma maior ênfase à dimensão coletiva do processo de reflexão e acúmulo de conhecimentos, ao mesmo tempo preservando-se o

22 No escopo do Projeto guarda-chuva foi derivado o projeto *A Informalidade no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano: práticas e sentidos em disputa*, de Roberto Vêras, que contou com recursos do CNPq, primeiro com Edital Universal (2010-2012), depois com bolsa de produtividade em pesquisa (2012-2015).

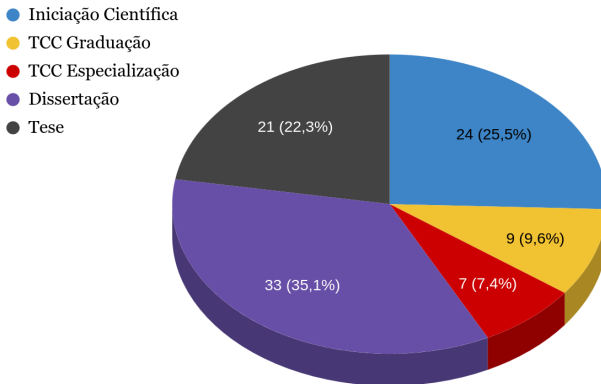
caráter autoral da pesquisa. De outra parte, possibilitaria outro patamar de articulação entre pesquisa empírica e reflexão teórica. Só uma ação de pesquisa de médio e longo fôlegos, sendo capaz de produzir um maior grau de cooperação nas diversas fases e dimensões da atividade de pesquisa, em condições de colocar seus resultados em diálogo crítico com estudos desenvolvidos em espaços e perspectivas diversos (a partir de redes regionais, nacionais e internacionais), poderia avançar nessa direção (Véras de Oliveira, 2022, p. 70).

Como se vê, esse esforço de montagem de uma estratégia de pesquisa empiricamente situada e factível de ser explorada em diversos aspectos, enquanto objetos construídos, foi acompanhado de um movimento que incorporou um efervescente debate teórico-metodológico sobre o tema da informalidade²³, tão presente historicamente na América Latina, no Brasil e no Nordeste, e que, desde o início daquela década, estava sendo rediscutido, no debate público e em fóruns acadêmicos, sob a designação de *nova informalidade*. Reunindo conhecidos especialistas no tema, foi realizado, no mesmo ano em que ganhava corpo o “projeto guarda-chuva”, em dezembro de 2009, na sede da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em Recife-PE, o workshop *A informalidade revisitada: das origens às novas abordagens*, que, por sua vez, resultou, dois anos depois, na publicação, pela

23 “Partiu-se, ali, do pressuposto de que não sendo nova, uma vez que compõe uma característica marcante do padrão de relações de trabalho que se estabeleceu com a industrialização do país, da América Latina e de outras regiões do mundo, a informalidade ao mesmo tempo tem se reconfigurado, com as mudanças que vêm afetando globalmente os sistemas produtivos e as relações de trabalho. Temas como flexibilização, terceirização, heterogeneização, precarização das relações de trabalho têm sido associados ao da informalidade, sob diversos prismas e intenso debate, nas tentativas de melhor interpretar as novas realidades do trabalho” (Véras de Oliveira, 2022, p. 70).

Ed.Ufpb, do livro *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho*, organizado por Roberto Vêras de Oliveira, Darcilene Gomes e Ivan Targino.

Gráfico 01. Distribuição de pesquisas de membros do TDEPP realizadas entre 2005 a 2024

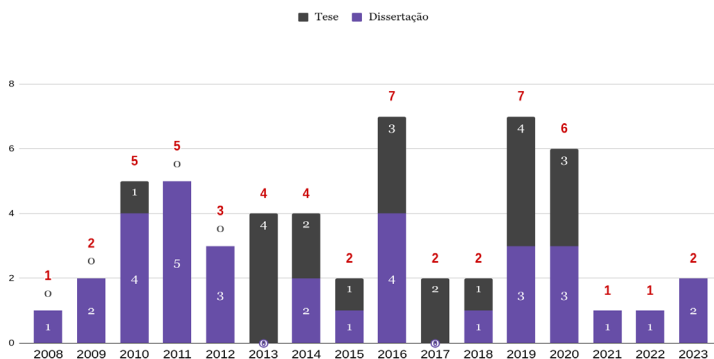


Fonte: informações coletadas da Plataforma Currículo Lattes do CNPq e registros do site (<https://sites.google.com/view/tdepp/Home>), 2024.

Desde então, o TDEPP tem sido um espaço de construção compartilhada do conhecimento, contribuindo na formação em pesquisa de dezenas de profissionais interessados no campo das ciências sociais, mas com forte disposição interdisciplinar, com diálogos próximos à economia, história, administração, direito, educação, dentre outras áreas. Como se pode ver no Gráfico 01, temos uma distribuição acumulada de pesquisas (captadas pelos seus produtos textuais), realizadas/concluídas entre 2005 e 2024, em distintos níveis, contemplando desde a iniciação científica (Pibic e Pivic) e trabalhos de conclusão de curso no âmbito da Graduação em Ciências Sociais, passando por pesquisas de especialização, até a pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado. Os dados coletados são compostos na maior parte por pesquisas realizadas no âmbito da

Universidade Federal de Campina Grande, mas também compreendem estudos de membros do TDEPP vinculados a outras instituições, excluindo-se todas as pesquisas, ainda que orientadas pelos coordenadores/líderes, cujos objetos de estudo são alheios ou não tenham tido influência efetiva da produção científica do Núcleo.

Gráfico 02. Evolução das pesquisas de mestrado e doutorado. Dissertações e teses desenvolvidas entre 2008 e 2022



Fonte: informações coletadas da Plataforma Currículo Lattes do CNPq e registros do site (<https://sites.google.com/view/tdepp/Home>), 2024.

Já o Gráfico 02, mostra justamente a evolução da produção discente, com pesquisas concluídas de mestrado e doutorado, numa trajetória de quatorze anos. O conteúdo desses estudos, boa parte elaborados com metodologias qualitativas, versam sobre temas como sindicalismo, políticas públicas de trabalho, emprego e renda, velhas e novas formas de trabalho precário e informal, relações de gênero, trabalho docente, trabalho infantil e juvenil, trabalho doméstico remunerado, teletrabalho, estratégias empresariais (terceirização, subcontratação, privatização, empreendedorismo, trabalho mediado por aplicativos), educação e qualificação profissional, dinâmicas de funcionamento do

mercado de trabalho, territórios e projetos de desenvolvimento, majoritariamente realizadas com base em material empírico produzido nos estados da Paraíba e de Pernambuco.

Considerando apenas a formação pós-graduada, temos até 2024, como egressos diretamente vinculados, o total de 21 doutores e 33 mestres. Muitos desses egressos, ainda ativos em atividades correntes do Núcleo, inseriram-se com vínculos institucionais, seja como discentes em programas de pós-graduação em outras universidades brasileiras e estrangeiras, seja como docentes no ensino básico (municipal e estadual), em faculdades privadas e em instituições públicas de ensino superior (TDEPP, 2020).

No que se refere à produção bibliográfica coletiva, destacamos o livro intitulado, *Formas de trabalho no capitalismo atual*, publicado pela editora Annablume, em 2011, coletânea organizada por Roberto Vêras e Ângela Araújo. Além de estudos realizados pela equipe de pesquisadores da Unicamp contidos nesse livro, vêm à luz os primeiros resultados da pesquisa sobre o Polo de Confeções de Pernambuco. O primeiro, com uma reflexão mais teórica assinada pelo próprio Prof. Roberto, discute uma perspectiva de abordagem sobre os estudos do Polo, seguido de mais dois capítulos, originados das pesquisas de Elaine Bezerra e Sandra Roberta Alves Silva. Além dessa publicação, temos mais dois livros importantes, são eles: *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil*, coletânea organizada também por Roberto Vêras e Marco Aurélio Santana, publicado pela Ed.Ufpb, em 2013; e *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas*, coletânea organizada por Roberto Vêras e publicado em 2014 pela Eduepb. Aliás, o leitor pode acompanhar o quadro 01 que consolida as principais publicações em livro com foco na produção coletiva de membros do Núcleo.

Quadro 01. Livros. Principais coletâneas publicados por membros do Núcleo TDEPP

<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (org.). <i>Qualificar para quê? Qualificação para quem? Do global ao local: o que se espera da qualificação profissional hoje.</i> São Paulo: Unitrabalho; Campina Grande: Edufpg, 2006.</p>	<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (org.). <i>Campina Grande em Debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas.</i> Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009.</p>	<p>ARAÚJO, Ângela; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (Org.). <i>Formas de trabalho no capitalismo atual.</i> São Paulo: Annablume, 2011.</p>	<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darciene; TARCINO, Ivan (Org.). <i>Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens.</i> João Pessoa: Ed Universitária UFPB, 2011..</p>	<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (Org.). <i>Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil.</i> João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2013.</p>
<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (org.). <i>Dinâmicas atuais do trabalho no Paraíba: leituras sociológicas.</i> Campina Grande: EDUEPB, 2014.</p>	<p>KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). <i>Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade.</i> Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.</p>	<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RODGERS, Gerry (org.). <i>Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil.</i> São Paulo: Annablume, 2021.</p>	<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; VARELA, Paula; CALDERO, Ana Maria (ed.). <i>Informalidad en América Latina: ¿Un Debate Actual? San Vicente del Raspeig: Universidad de Alicante; LATWORK, 2023.</i></p>	<p>VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RAMALHO, José Ricardo; SANSON, Cesar (org.). <i>Diálogos críticos: o pensamento estrangeiro e a sociologia do trabalho no Brasil.</i> São Paulo: Annablume, 2023.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Com esse olhar retrospectivo, pode-se dizer que o TDEPP tem ampliado e consolidado seu raio de ação, especialmente com a incorporação de mais dois professores efetivos da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais na área de sociologia do trabalho: a Profa. Roseli de Fátima Corteletti em 2013 (integrante desde 2009), e o Prof. Mário Henrique Guedes Ladosky em 2014. Desde então, ambos, juntamente com o Prof. Roberto, mantiveram-se na liderança do Grupo de Pesquisa. Mais recentemente, em 2020, também foram incorporadas a Profa. Luíza Dantas de Souza

Lima Teixeira e a Profa. Márcia de Lima Pereira Couto, ambas do curso de bacharelado de ciências econômicas da Unidade Acadêmica de Economia e Finanças da UFCG. Em colaboração mais próxima, tem-se contado com três professoras de outras universidades, também vinculadas ao TDEPP como pesquisadoras associadas, a Profa. Waltimar Rodrigues Batista Lula (do curso de licenciatura em sociologia da Universidade Estadual da Paraíba, integrante desde 2009), e as Prof^{as} Ana Márcia Batista Almeida Pereira e Cláudia Freire, do curso de bacharelado em administração da Universidade Federal de Pernambuco, ambas integrantes desde 2011 (TDEPP, 2020).

Considerando apenas a participação dos três líderes históricos do TDEPP, podemos mencionar o papel desempenhado no âmbito da gestão universitária nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Trata-se aqui da inserção em espaços administrativos, que vão desde os cargos como membro de comissões e colegiados, até cargos de coordenações de cursos na graduação e na pós-graduação; com destaque para o importante trabalho, não só de organização do funcionamento interno do Núcleo, como de promoção de eventos, tais como palestras, oficinas, reuniões, etc., inerentes àquelas atividades.

Como iniciativas mais recentes, temos, desde 2016, um esforço em ampliar a atuação do TDEPP, para além da já consolidada atuação na pesquisa. Trata-se da realização de 4 projetos de extensão e a inclusão de estudantes dos cursos de graduação da universidade com 5 edições do programa de monitoria institucional²⁴. Assim, de um lado, instiga-se o interesse na

24 Por outro lado, é preciso mencionar o inventário descritivo da atuação na área de ensino. A análise dos dados registrados no Currículo Lattes dos três líderes históricos do TDEPP, mostra a seguinte recorrência das disciplinas ministradas entre 2004 e 2024. Na graduação: Economia Solidária; Estrutura de Classes e Estratificação Social; Sociologia Industrial; Sociologia do Trabalho; Sociologia Brasileira; Sociologia Contemporânea; Sociologia

docência junto aos alunos dos cursos de graduação; de outro, esboça-se um contato mais próximo junto à comunidade, utilizando-se de outra linguagem, com ações como a *Organização e formação de catadores e catadoras de materiais recicláveis de municípios paraibanos, numa perspectiva de fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários* (2016-2018); o Projeto *CINE SINTEP* (2023-atual), com exibição de filmes, seguido de roda de debates com o público convidado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba, coordenada por Mário Ladosky; e ações do projeto *Desigualdade de classe, gênero e raça entre trabalhadoras domésticas de Campina Grande* (2023-2024), coordenado por Roseli Corteletti.

Além dessa atuação propriamente no âmbito da universidade, também podemos mencionar a participação dos integrantes do Núcleo em diretorias de entidades de pesquisa nacionais (a exemplo da ABET), no trabalho junto ao corpo editorial de revistas acadêmicas reconhecidas (BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais da Anpocs; Revista da Alast), e na construção e manutenção das redes de coloração em pesquisa. Um indicador relevante disso pode ser visualizado na forte interação que tem sido estabelecida, na participação de bancas de avaliação de dissertações de mestrado e teses de doutorado, momentos sempre muito interessantes para troca de

da América Latina; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Movimento Sindical no Brasil e Educação Popular; Estágio Supervisionado; Introdução à Sociologia; Estudos Socioeconômicos; Teoria Sociológica 2. Quanto às disciplinas ministradas na pós-graduação, da grade obrigatória, temos: Teoria Social 1, Teoria Social 2, Teoria Social 3, Trabalho, Ação Coletiva e Políticas Públicas, Metodologia do Ensino Superior. Também podemos mencionar as disciplinas de Seminários Avançados e/ou Tópicos Especiais em: Trabalho Digital; Teorias da Globalização; Mudanças atuais no Mundo do Trabalho; Práticas de Ensino e Conteúdos Curriculares; Padrões históricos e atuais de Trabalho no Nordeste Brasileiro.

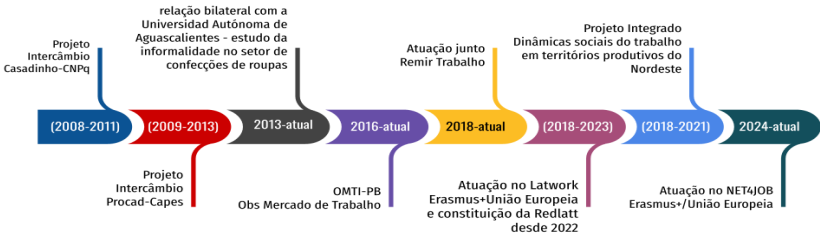
experiências e conhecimentos. Contabilizam-se, por exemplo, com Roberto Véras, 79 bancas de mestrado (entre 2003-2023) e 89 bancas de doutorado (entre 2007-2023); Roseli Corteletti com 11 bancas de mestrado (entre 2011-2023) e 12 bancas de doutorado (entre 2013-2021); e Mário Ladosky com 23 bancas de mestrado (2014-2023) e 22 de doutorado (2015-2023).

Ainda sobre esse quesito (construção e manutenção das redes de coloração em pesquisa), desde a formulação e execução do “projeto guarda-chuva” sobre a informalidade no Polo de Confeções de Pernambuco, com seus desdobramentos em publicações e na formação de pesquisadores em nível de mestrado e doutorado, o Núcleo TDEPP, através de seus membros e de suas lideranças, têm empreendido esforço para ampliar seus circuitos de debate, estabelecendo conexões a partir da realização de projetos de pesquisa integrados, de projetos de intercâmbios acadêmicos e participação de redes de pesquisadores nacionais e internacionais sobre a problemática do mundo do trabalho.

A ilustração 03 apresenta, no formato de uma linha do tempo, essas interações de integrantes do Núcleo TDEPP, para além de uma produção localizada do conhecimento. Nesse sentido, mencionamos, por exemplo, dois projetos, que ocorreram quase em paralelo, e que foram encabeçados pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCEG), junto a outras instituições de pesquisa. O primeiro foi o Projeto Intercâmbio Casadinho, intitulado *Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano*, com financiamento do CNPq (2008-2011), firmado entre o PPGCS/UFCEG e o Doutorado em Ciências Sociais/Unicamp. O segundo foi o Projeto Intercâmbio Procad, com o título *Trabalho, reconversões produtivas e políticas públicas no Brasil: um olhar a partir das conexões rural-urbano*, com financiamento

da Capes (2009-2013), firmado entre o PPGCS/UFCEG e PPGSA/ UFRJ. Ambos contemplaram basicamente atividades conjuntas, com missões de discentes e docentes, de ida e volta, ao longo dos anos de vigência do projeto, de Campina Grande para o Rio de Janeiro-RJ e para Campinas-SP, além de recursos para publicações conjuntas, dos livros *Formas de trabalho no capitalismo atual* (2011) e *Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil* (2013), já mencionados (Véras de Oliveira, 2022).

Ilustração 03 – Linha do tempo dos principais projetos e redes acadêmicas que o Núcleo TDEPP vem integrando com e sem auxílio de recursos para pesquisa.



Fonte: Elaboração própria

Já a inserção em redes de estudos sobre a dinâmica do mercado de trabalho regional e nacional passou a se intensificar a partir de 2016. É nesse ano que é criado o OMTI-PB (Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba), parte integrante do Núcleo TDEPP, que passou a ser coordenado pelo Prof. Mário Ladosky e, nos primeiros anos, em parceria com a Porfa. Nadine Agra, do TDEPP. A iniciativa foi resultado de convênio de cooperação estabelecido junto ao Ministério do Trabalho, com a finalidade de fazer o “acompanhamento de indicadores de emprego em municípios do estado,

para elaboração de estudos de subsídio aos gestores e representantes empresariais e de trabalhadores em espaços de diálogo tripartite, tendo em vista a elaboração de políticas públicas” (TDEPP, 2020, p. 6).

A partir daí, as pesquisas do Núcleo TDEPP passaram a incorporar, de algum modo e cada vez mais, as informações da base de dados estatísticos oficiais, como as disponibilizadas pelo IBGE (seja do Censo ou da Pnad, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), e pelo próprio Ministério do Trabalho, com a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e CAGED (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego). Com o recrudescimento político da dinâmica nacional de liberação e flexibilização assumindo novo contorno normativo/jurídico, no sentido de fragilizar os direitos protetores do trabalho, integrantes do Núcleo também passaram a compor, em 2018, a Remir Trabalho (Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar sobre a Reforma Trabalhista), coletivo que vem agregando mais de 200 pesquisadores e pesquisadoras de todas as regiões do país nas áreas de sociologia, antropologia, economia, direito, história, administração, assistência social, psicologia etc. (TDEPP, 2020).

Outro ponto de destaque fica com o projeto integrado *Dinâmicas sociais do trabalho em territórios produtivos do Nordeste: abordagens históricas e atuais* (2018-2021), coordenado pelo Prof. Roberto Vêras e pelo Prof. Gerry Rodgers. Esse projeto teve o objetivo de identificar as formas e padrões de regulação do trabalho que se dão a partir dos processos de constituição e reconfiguração, vistos em perspectiva histórica e atuais, de territórios produtivos situados no Nordeste e impactados pelo contexto de forte retração nos investimentos produtivos públicos e privados na região.

O estudo congregando integrantes do Núcleo TDEPP, dentre outros pesquisadores, contemplou a análise de situações empíricas diversas, tais como as relações socioprodutivas desenroladas

no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, no Complexo Industrial Portuário de Suape, no Polo Automotivo de Goiana/PE e entorno, no Polo Fruticultor de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, no aglomerado de Call Centers em João Pessoa e Campina Grande, no polo de Tecnologia da Informação de Pernambuco e no polo mineral do Seridó paraibano. Os resultados dessa ampla reflexão vieram à luz com a publicação, pela editora Annablume, em 2021, do livro *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*, organizado por Roberto Vêras e Gerry Rodgers.

Por fim, também devemos registrar três iniciativas de internacionalização. A primeira se inicia ainda em 2013, e vem se mantendo ao longo dos últimos anos, junto a Universidad Autónoma de Aguascalientes-México, através das relações bilaterais estabelecidas com o Prof. *Octavio Maza* Días Cortez, do Departamento de Sociología y Antropología da referida instituição. O foco dessa interação tem se dado em função das incríveis semelhanças que aproximam as dinâmicas do trabalho precário e informal no segmento de confecções de roupas e têxteis, quando observadas empiricamente as experiências socioproductivas do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano e do aglomerado produtivo têxtil e de confecções de Uriangato e Moroleon, situado no centro do México. Desde então, tem-se realizado um conjunto de atividades de pesquisa, seminários, aulas, participação em congressos e reuniões de trabalho, incluindo intercâmbios com estágio sanduíche de discentes de pós-graduação entre as duas instituições, tanto de alunos mexicanos com fluxo para o Brasil (com passagem em atividades do Núcleo TDEPP), como de estudantes brasileiros recepcionados em Aguascalientes (Vêras de Oliveira, 2022).

As duas outras experiências referem-se à participação do Núcleo TDEPP em projetos de fortalecimento e capacitação de centros de pesquisa sobre questões contemporâneas

do trabalho, mobilizando universidades da Argentina e Chile, Portugal, Espanha e Reino Unido, além de três universidades brasileiras (UFMG; UFPB e Unicamp). Esses projetos contam com financiamento da União Europeia, mobilizados através da Universidade de Alicante-Espanha, com recursos específicos para aquisição de equipamentos, licença de uso de softwares, desenvolvimentos de oficinas e treinamentos, viagens de intercâmbio e publicações. Isso tem permitido a integração de integrantes do Núcleo TDEPP junto a uma rede latino-americana de pesquisadores sobre trabalho informal e precário, constituída e incentivada, justamente, pela execução dos dois projetos.

O primeiro projeto se deu entre 2018 e 2023, intitulado Latwork-Erasmus+ *Desenvolvendo Pesquisa e Capacidade de Inovação nas Instituições de Ensino Superior da América Latina, visando à análise do Mercado de Trabalho Informal*, e teve o objetivo geral de desenvolver estruturas de investigação e metodologias inovadoras para satisfazer as necessidades científicas de criação de conhecimento no campo da economia/trabalho informal, segmentos da realidade socioeconômica que enfrenta muito dinamismo e dificuldades de informações. Sua conclusão oficial foi marcada por uma conferência de encerramento cujo título chamava à reflexão: *Informalidad e precariedad: qual é o futuro do trabalho na América Latina?* A conferência foi realizada entre 9 a 11 de novembro de 2022, na Universidade Estadual de Campinas; cujo desdobramento foi a publicação do livro *Informalidad en América Latina: ¿Un Debate Actual?*, em 2023, pela Editora da Universidade de Alicante.

Dessa experiência, tem se iniciado a constituição, desde novembro de 2022, da Redlatt (*Red de Estudios sobre el Trabajo Informal y Precario en América Latina*), cuja finalidade é a produção interdisciplinar de informação e análises, formação de pesquisadores e de atores sociais, além da publicação de estudos próprios e materiais de referência sobre o tema do trabalho

informal e precário na América Latina. Está estruturada a partir de centros de estudos e pesquisas constituídos no âmbito das IES (Instituições de Ensino Superior) da região e, inicialmente, conta com membros do Núcleo TDEPP e de pesquisadores do Brasil, Argentina e Chile, ambicionando expandir suas atividades para outros países latino-americanos.

O segundo projeto, ainda em fase de implantação, iniciado em 2024, é o NET4JOB-Erasmus+, versa sobre processo atual de digitalização socioeconômica que os países do mundo vêm passando. Especialmente na América Latina surge a necessidade de se criar mecanismos de enfrentamento das desigualdades, mecanismos esses baseados nos pilares da igualdade, trabalho digno, desenvolvimento sustentável e bem-estar para todos os estratos sociais. Assim, o projeto NET4JOB visa fortalecer e criar redes de conhecimento no campo da digitalização e seus impactos nas condições de trabalho latino-americano.

Considerações Finais

Pelo exposto, vimos a situação do campo das ciências sociais quanto ao tema do trabalho em quatro décadas, pelo menos da perspectiva da sociologia praticada em Campina Grande, figurando o ambiente institucional precedentes à criação do TDEPP. Passamos por breves notas em que situamos o próprio surgimento da Universidade Federal de Campina Grande como uma instituição de ensino e pesquisa tradicionalmente dedicada à área das engenharias, e certas dificuldades que tais condições trouxeram para o florescimento das Ciências Humanas em geral, e particularmente para graduação e pós-graduação em ciências sociais. Vimos também, que inicialmente, para as ciências sociais, esse processo se deu a partir do relevante estudo sobre o mundo rural, que permaneceu por décadas como “o objeto de estudo” por excelência. As pontes para um caminho

que viabilizou uma reflexão ao mesmo tempo teórica e empírica sobre o mundo do trabalho urbano, em suas diversas manifestações, se dão sob determinadas circunstâncias.

Após os registros da trajetória do TDEPP, é mister afirmar, seguindo as inspirações bourdieusianas, que um conjunto de agentes situados, e em disputa, tomou os estudos sobre a problemática do trabalho ao ponto de se firmar enquanto tema relevante no Centro de Humanidades. Aí estão, ao longo de quase duas décadas, o acúmulo de uma massa crítica de estudos, pesquisas, publicações e eventos científicos. Os esforços, parcerias, ampliação de horizontes acadêmicos e agregação de estudantes e pesquisadores ao grupo, atualmente Núcleo TDEPP, demarcam uma ação coletiva sem precedentes, de abordagem multidimensional, sobre o tema trabalho em nossa região. Para os interessados no melhor entendimento do trabalho no Nordeste brasileiro, a produção até aqui desenvolvida, seguramente se mostra como referência significativa.

Dado os recortes e limites desse texto, reconstruímos uma história parcial. O interesse na sociogênese de uma agenda de pesquisa sobre o tema do trabalho na Paraíba certamente ainda está incompleto. Primeiro porque o jogo ainda está sendo jogado. Considerando a continuidade da história e a necessidade constante de monitorar os desdobramentos do tema trabalho e suas diversas composições, este registro descrito tem como objetivo fincar a sociogênese desta experiência com vistas ao futuro que se desdobrará, servindo de referência e motivação para sua continuidade. Ainda nesse sentido, a atual mudança, que se fez de um Grupo de Pesquisa, à elevação institucional de Núcleo Integrado de Pesquisa, Ensino e Extensão no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande abre possibilidades interessantes para ampliação qualitativa de seu raio imediato de ação. A segunda limitação da elaboração que apresentamos diz respeito ao tratamento que dedicamos a atores e autores muito

relevantes que mencionamos de passagem. Assim, ainda estamos interessados em registrar e melhor avaliar a significativa contribuição que tivemos a partir da sociologia praticada em João Pessoa, na graduação em ciências sociais e na pós-graduação em sociologia. Pesquisadores como Jacob Lima e Eliana Moreira, estão certamente entre os nomes que enriqueceram os estudos no trabalho em nossa região.

Agradecimentos

À Capes e ao CNPq pela concessão de bolsas de estudo, de Pibic, mestrado e doutorado; e pelo apoio com recursos para pesquisa, ao longo de uma trajetória de dezoito anos. À Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG), pelo apoio institucional no reconhecimento da relevância do tema do trabalho no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande.

Aos egressos e integrantes do Núcleo TDEPP: Alexandre Santos Lima; Annahid Burnett; Alberto Jorge Santos Lima Carvalho; Darcon Sousa; Diogo Fernandes da Silva; Fabíola Cortezzi Guimarães Duarte; Ivana Carla Barros da Cruz; Josilene Felix Marinho; Jucelino Pereira Luna; Kerilin Laine Andrade Chang; Marcelo Alves Pereira Eufrasio; Mariana Scussel Zanatta; Mesias Ramos de Sousa Neves; Patrícia dos Santos Melo; Robert Kalley Cavalcanti de Menezes; Rosa Emília Araújo Idalino (*In Memoriam*); Sérgio Roberto Moraes Corrêa; Thaísa Santos de Almeida; Wellington Cantalice.

Aos pesquisadores associados: Dra. Ana Marcia Batista Almeida Pereira (UFPE); Dr. Anderson Matias Cardozo (Sec Educ PB); Dr. Bruno Mota Braga (UEPB); Dra. Edilane do Amaral Heleno (UFPB); Dra. Elaine Maurício Bezerra (SEDPAC-MG); Dra. Jéssica Lôbo Sobreira (TDEPP); Dr. Jorge Souza Alves (IBGE); Dr. José Aderivaldo Silva da Nóbrega (Sec Educ PB); Dra.

Juliana Nunes Pereira (UNIFIP); Dr. Mario Henrique Guedes Ladosky (TDEPP/PPGCS-UFCG); Dra. Nadine Gualberto Agra (Unifacisa); Dra. Renata Bezerra Milanês (TDEPP); Dra. Rejane Gomes Carvalho (UFPB); Dra. Roseli de Fatima Corteletti (TDEPP/PPGCS-UFCG); Dra. Thelma Santos (UFRN); Dr. Tiago Fernandes Alves (Sec Educ PB); Dra. Waltimar Batista Rodrigues Lula (UEPB); e Dra. Wanderleya dos Santos Farias (UFPB).

Referências Bibliográficas

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional: estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957)**. Dissertação (mestrado em sociologia), Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande-PB, 1991.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Usos sociais da ciência**. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p.33-38.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do Trabalho no Brasil Hoje: Balanço e Perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia (SBS)**, v. 6, n. 12, p. 42-64, 2018.

CANIELLO, Márcio de Mattos. Os 25 anos da pós-graduação em sociologia no Centro de Humanidades. **Revista Raízes (UFMG)**, Campina Grande, v.22, n.1, p. 110-124, jan/jun 2003.

CUNHA, Luiz. **A universidade crítica**. 3.ed. São Paulo: Ed.Unesp, 2007.

CASTRO, Nadya Araújo; LEITE, Márcia de Paula. A Sociologia do Trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. **BIB (Anpocs)**, São Paulo, n. 37, 1994.

FERREIRA, Jefferson Nunes. **Mais estrelas que o céu: Cinema e Subjetividade em Campina Grande nas décadas de 1940 e 1950**. 1996. Monografia (bacharelado em história), Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

LIMA, Jacob Carlos. A reconfiguração da sociologia no Brasil: expansão institucional e mobilidade docente. **Interseções (UERJ)**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 7-48, abr. 2019.

LOPES, José Dias. Características das agendas de investigação publicadas em jornais acadêmicos. **Ciência da Informação (Ibict)**, Brasília, DF, v.47 n.3, p.159-173, set./dez. 2018.

MELO, Josemir Camilo de. **Ferrovias inglesas e mobilidade social no Nordeste (1850-1900)**. Campina Grande-PB: EDUFCG, 2007.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil. Vol.1.** São Paulo: Idesp/Vértice, 1989.

MICELI, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil. Vol.2.** São Paulo: Idesp/Sumaré, 1995.

MONTENEGRO, Rosilene Dias; Et. al. (org.). **Escola Politécnica: memórias do ensino superior em Campina Grande.** Campina Grande: EDUFCG, 2018.

PEREIRA, William Eufrazio Nunes. Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX). **Revista História econômica & história de empresas (ABPHE)**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 295-346, jul/dez 2016.

PPGCS. **Histórico do Programa.** Campina Grande: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2024. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/>. Acesso em 18 fev 2024.

RAÍZES. **História da revista.** In: Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2024. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/about>. Acesso em 16 fev 2024.

SAUL, Ana Maria; FREITAS, José Cleber de (org.). **Políticas públicas de Qualificação: desafios atuais.** São Paulo: Unitrabalho; A+ Comunicação, 2007.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco da. Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. (org.). **Campina Grande em Debate: a condição**

urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEPB/EDUFCG, 2009. p. 11-33.

TDEPP. **Minuta da proposta de criação do Núcleo para apreciação pelo CONSUNI e CONSEPE-UFCG**. Campina Grande: Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas, julho de 2020.

UFCG. **Relatório de Gestão do Exercício de 2003**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

UFCG. **Resolução Sods nº 10/2022**. Aprova a criação e o Regulamento do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP), do Centro de Humanidades. Campina Grande: Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores; Universidade Federal de Campina Grande, 3 de novembro de 2022.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; RAMALHO, José Ricardo; ROSENFELD, Cinara. A Sociologia do Trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. **BIB (Anpocs)**, São Paulo, n. 90, 2019.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Memorial**. Processo avaliativo para ascensão a Professor titular da carreira do magistério superior apresentado ao Departamento de Ciências Sociais CCHLA-UFPB. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, março de 2022.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto (org.). **Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?** Sobre o sistema público de emprego em construção. São Paulo: Unitrabalho; A+ Comunicação, 2007.

CAPÍTULO III

Entre “Pelea de gallos” y “Olha pro céu”: Crónica sobre la colaboración en los estudios del trabajo Brasil-México¹

Octavio M. Maza Díaz Cortés

Introducción

Este capítulo responde a la invitación para participar de la celebración del 15º aniversario del grupo TDEPP. Aquí presento las reflexiones realizadas a partir de una serie de entrevistas a nuestros colegas de ambos países (Brasil y México), para dar cuenta del encuentro de dos grupos de investigación, los cuales han realizado una serie de actividades conjuntas, fortaleciéndose mutuamente. Este documento ha sido escrito pensando en el festejo de los 15 años de TDEPP, ocasión que quiero aprovechar para recordar afectuosamente los encuentros y los beneficios de

¹ Agradezco la invitación de Roseli Corteletti, quien además ha sido parte fundamental del intercambio que hemos tenido entre los dos grupos de investigación. Debo agradecer, también, a Camilo Pantoja, quien fue parte de la investigación que se requirió para este capítulo, así como un cuidadoso revisor del documento.

esta relación. Creo, además, que nos sirve también para pensar en lo relevante que es la articulación entre universidades, y para evidenciar las dificultades a las que nos enfrentamos en el mundo académico. Es una relación virtuosa que genera beneficios para el colectivo.

El título del capítulo hago referencia a los nombres de dos canciones tradicionales de los lugares desde los que hablamos: “Pelea de gallos”, música de mariachi que nos hace pensar en la feria de San Marcos en Aguascalientes, y “Olha pro céu”, canción tradicional del nordeste brasileño y que nos recuerda la fiesta de São João. Dos canciones, dos grandes fiestas, para dar cuenta de dos grandes grupos de investigación trabajando juntos y sus aportaciones.

A lo largo de este texto se habla de dos tradiciones de los estudios del trabajo que se encuentran: la mexicana y la brasileña. A ese respecto, es importante precisar que nuestros grupos de investigación están ubicados en universidades que podríamos llamar – con cierto orgullo – periféricas. Estos encuentros desde la periferia y de nuestras periferias, nos han permitido generar aportaciones valiosas, y construir una relación que ha impactado los estudios del trabajo de la región.

Al realizar las entrevistas hice conciencia de la gran cantidad de productos que tenemos y de lo valioso que ha sido este intercambio para el trabajo académico y para la vida de cada uno de nosotros. Tenemos tesis concluidas, libros y artículos conjuntos e intercambiados, tenemos muchos amigos y colegas solidarios. Seguramente habrá cosas que hemos olvidado anotar o referencias que se perdieron. Por las omisiones pido disculpas. Pero debo decir que me gustaría que este documento sirviera de enlace entre los muchos textos que componen nuestro intercambio. Espero que, con este recuento, podamos ver una especie de hipertexto de los muchos productos que han resultado del trabajo de muchas personas. Esto sin contar a todas y todos

aquellos que nos abrieron sus casas, talleres, empresas, oficinas y quisieron hablar con nosotros, a pesar de nuestro ‘portuñol’.

Nuestro intercambio en voz de las personas que han participado

La historia de esta colaboración empezó de forma un tanto fortuita. En julio del 2013 viajé a São Paulo, Brasil, para asistir al VII Congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo (ALAST 2013). Allí tuve la oportunidad de coordinar, junto a Enrique de la Garza, un Grupo de Trabajo en el marco del cual diversos investigadores presentaron sus trabajos. Fue en una de esas sesiones que conocí por primera vez a Roberto Véras, profesor de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), quien presentó un trabajo sobre la configuración productiva y el trabajo precario en el polo de confecciones en la región Agreste de Pernambuco. En esa misma sesión presenté, junto a Dolly Ortiz, una ponencia sobre los modelos productivos construidos desde la precariedad a partir del análisis del caso de Uriangato (Guanajuato), y fue tan evidente las similitudes entre los dos casos de estudio que, al término de la sesión, iniciamos una amistad con Roberto Véras que pronto se convirtió en el inicio de la colaboración entre nuestros respectivos grupos de investigación. El primer paso de esa colaboración tuvo lugar en el 2013, cuando Armida Concepción García, quien entonces estudiaba el doctorado en la UAA, recibió apoyo de la Universidad para viajar por primera vez a Brasil durante dos semanas.² Al año siguiente, en el 2014, Armida viajó nuevamente con el apoyo de una Beca Mixta de Conacyt con la que hizo una estancia más larga, de un semestre, que resultó fundamental para su formación académica y su carrera profesional, pues le permitió aprender otro idioma,

2 Entrevista con Armida Concepción García. Mayo 2, 2023.

formar una red académica en la que aún participa y conocer otros autores y perspectivas que complementaron el marco teórico de su tesis. Además, con el proyecto de Armida se inauguró otro tipo de colaboración que aún sigue funcionando, consistente en la dirección conjunta de las tesis de los estudiantes por parte de un profesor en Aguascalientes y otro en Paraíba. En el caso de Armida, junto a Roberto Véras codirigimos su tesis sobre las estrategias informales en el suministro de mercancías, la cual presentó un diálogo con las Ciencias Administrativas y que centralmente mostraba los canales de suministro que son utilizados por comerciantes de los polos de confección mexicanos (García, 2016).

El segundo estudiante en viajar a Brasil fue Miguel Gerardo Pérez Martínez, quien estaba cursando la maestría en Investigaciones Sociales y Humanísticas en la UAA, y quien también recibió apoyo de la Universidad para hacer una estancia de dos meses. Durante esa estancia, que realizó en el segundo semestre del 2014, estuvo en la Universidad Federal de Paraíba y en la Universidad Federal de Campina Grande, donde fue recibido por Roberto Véras y su equipo de investigación. En ese viaje, relata Miguel Gerardo, tuvo la oportunidad de visitar ciudades con una fuerte industria textil y en ellas conoció maquilas, mercados y algunos productores de ropa que pudo entrevistar.³ Académicamente, la estancia le sirvió para reforzar el marco teórico de su tesis (Pérez Martínez, 2016) sobre las expectativas laborales de trabajadores jóvenes precarizados en Uriangato. A este respecto, Miguel Gerardo anota que una de sus debilidades era el desconocimiento de la literatura académica sobre juventud y que en ello lo ayudó mucho el profesor Mario Ladosky que estaba trabajando dichos temas. El caso que Gerardo estudió nos acerca a una problemática fundamental, sobre la

3 Entrevista con Gerardo Miguel Pérez Martínez. Mayo 3, 2023.

racionalidad que orienta la acción de las personas trabajadoras, en particular lo relativo a la forma en la que construyen sus expectativas los segmentos más jóvenes.

Un elemento importante que destacar es que Armida y Miguel Gerardo estuvieron en Brasil cuando se estaba desarrollando la campaña para la presidencia en la que Dilma Rousseff fue reelecta por una mínima diferencia sobre Aécio Neves. Al respecto, tanto Armida como Miguel Gerardo mencionan que los sorprendió el nivel de compromiso político que vieron en la academia brasileña y que contrastaba con su experiencia en México, o al menos en Aguascalientes.⁴ Al respecto, Armida menciona que en ese contexto fue que asistió a una asamblea sindical en la que, si bien no entendió todo lo que se discutía, comprendió la importancia de la defensa de los derechos sindicales de los trabajadores. Por su parte, Miguel Gerardo, quien estuvo durante la parte más álgida de la campaña, fue a una manifestación en Pernambuco a la que asistieron Dilma Rousseff y Luiz Inácio Lula da Silva, a la cual lo llevó Pedro Couto, un estudiante del grupo del profesor Roberto Véras muy activo políticamente y quien, como se verá más adelante, realizó su estancia doctoral en la UAA.

Entre tanto, también en el año 2014, Roberto Véras realizó el primero de los varios viajes que ha hecho a Aguascalientes.⁵ En esa primera ocasión se trató de un viaje de quince días durante los cuales fue invitado a una entrevista en radio y otra en televisión sobre la situación política brasileña. Fue en este viaje que pudo conocer la zona de Moroleón y Uriangato. Desde entonces, Roberto Véras ha venido a Aguascalientes en cinco ocasiones en las que ha participado en distintos eventos académicos. En su último viaje, por ejemplo, que realizó a finales de 2018 – antes

4 Entrevista Armida Concepción García. Mayo 2, 2023 y a Miguel Gerardo Pérez Martínez. Mayo 3, 2023.

5 Entrevista a Roberto Véras. Mayo 5, 2023.

de que la pandemia alterara nuestras vidas, Roberto vino a Aguascalientes y participó en el Coloquio: “Una mirada a la industria de la confección en América Latina” en el marco de la cual dictó la conferencia “Las lecciones del Brasil”⁶, evento que organizamos como un espacio de diálogo entre ambos grupos de investigación.

Esos viajes, de acuerdo con Roberto Verás, fueron importantes no sólo en términos personales por las amistades que forjó y por la experiencia que le dejó conocer otra realidad, sino también en términos académicos y profesionales. Al respecto, Roberto Verás dice que una de las cosas que más lo impactó fue la *similitud empírica* entre Brasil y México, en particular en lo relacionado con la industria textil. En efecto, de acuerdo con Roberto, estar en Guanajuato se sentía como estar en Caruaru (Pernambuco), pues hasta las casas eran parecidas; ambas eran regiones áridas; compartían elementos de la dinámica socio-productiva y; como lo pudo ver a partir de las entrevistas que en ese momento Dolly Ortiz y yo estábamos haciendo a los propietarios de pequeñas empresas en esa región del país, los problemas también eran similares.⁷ Además de ello, Roberto anota que también percibió ciertas diferencias que le ayudaron a tener una idea más clara de las particularidades de la industria de la confección en Brasil, por ejemplo, la preocupación que había en México por la llegada masiva de productos chinos

6 En ese coloquio participaron académicos de la UNAM, de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), de la Universidad Estatal de Campinas de Sao Paulo (UNICAMP), así como la Red Temática “Trabajo y Condiciones Laborales” del Consejo Nacional para Ciencia y Tecnología (CONACyT), al que pertenece la UAA. Ver: “UAA concentró especialistas nacionales e internacionales para analizar la industria de la confección en América Latina”, Portal de Noticias UAA, Boletín 447, (diciembre, 2018).

7 Entrevista a Roberto Verás. Mayo 5, 2023.

que no existía en Brasil y que emergió como un futuro tema de investigación.⁸

La dimensión institucional también ha sido parte de nuestro intercambio, pues desde el inicio de éste nos preocupamos por formalizar el vínculo, mediante la firma de convenios de colaboración, los cuales han favorecido el intercambio en posgrado, pregrado y de investigación. Los convenios de colaboración entre universidades permitieron formalizar los vínculos y nos permiten justificar los intercambios que se realizan. Los vínculos entre nuestros grupos de investigación han impactado positivamente a las dos grandes organizaciones de estudios del trabajo. En efecto, en la ABET (Asociación Brasileña de Estudios del Trabajo) hemos colaborado en tres ediciones de sus congresos, fortaleciendo el grupo de trabajo liderado por Robert Véras y Ricardo Ramalho. En la AMET (Asociación Mexicana de Estudios del Trabajo) la presencia del grupo de TDEPP ha sido permanente, participando en mesas especiales y ponencias magistrales.

Además de Roberto Véras, Mario Guedes Ladosky ha sido el otro profesor brasileño que ha hecho parte de nuestro intercambio.⁹ En noviembre del 2016 Mario realizó un viaje a Aguascalientes durante el cual impartió una conferencia titulada: “La crisis del Brasil vista por la academia brasileña” en el marco del Seminario Permanente en Estudios Laborales de la UAA, la cual fue reseñada por el periódico *La Jornada Aguascalientes*.¹⁰ Desde entonces, con Mario Ladosky hemos tenido una fructífera

8 El impacto de las mercancías chinas en el mercado mexicano fue analizado por Marisa Valadez en una tesis recientemente defendida. Ver: VALADEZ (2023).

9 Entrevista a Mario Guedes Ladosky. 6 de mayo, 2023.

10 “Se impartió la conferencia La Crisis de Brasil vista por la Academia Brasileña en la UAA”, *La Jornada Aguascalientes*, (noviembre 12, 2016). <https://www.lja.mx/2016/12/se-impartio-la-conferencia-la-crisis-brasil-vista-la-academia-brasilena-en-la-uaa/>.

colaboración que se ha materializado en una ponencia que Mario Ladosky, Moisés Hussein Chávez y yo enviamos al Congreso de la Asociación Latinoamericana del Trabajo (ALAST) que se desarrolló en Montevideo, Uruguay en 2017; y en el Grupo de Trabajo que coordiné junto con Mario y el profesor Juan Montes Cato del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales del CONICET (Argentina) en el X Congreso de ALAST que tuvo lugar en Santiago de Chile en el 2022.¹¹ Por último, es necesario mencionar que uno de los productos más significativos que ha dejado este intercambio, fue el capítulo que publicamos junto a Cecilia Escobedo y Omar Pasillas en un libro coordinado por Mario Ladosky y en que se analiza la industria automotriz desde una perspectiva local (Maza, Escobedo y Pasillas, 2021). Además, gracias a la gestión de Mario firmamos varios convenios de colaboración con la Universidad Federal de Campina Grande (UFCG).

En mi caso, el intercambio que establecimos me permitió hacer una estancia sabática en la Universidad Federal de Paraíba (UFPB) entre agosto del 2015 e inicio del 2016. Previo a ese viaje, el grupo de investigación TDEPP nos invitó a Dolly Ortiz y a mí a presentar virtualmente el libro colectivo que realizamos a partir de nuestro proyecto de investigación en Uriangato y Moroleón (Maza y Ortiz, 2015).

Durante mi estancia sabática, que coincidió con un momento álgido en la política brasileña, visité varios polos de confección en João Pessoa, así como otras universidades y centros de investigación. Una de las primeras actividades que realicé fue dictar la conferencia inaugural del Programa de Doctorado en Sociología de la UFPB, donde también participé, en agosto del

11 En ALAST 2017 presentamos una ponencia titulada: “Globalización y cultura laboral entre dos plantas automotrices en México y Brasil” y en el ALAST 2022 en Chile coordinamos el Grupo de Trabajo sobre “División internacional del trabajo, desarrollo y territorio”.

2015, en una mesa del IV Seminario Nacional sobre el Futuro del Trabajo. Por otra parte, en septiembre de 2015 tuve la oportunidad de participar en el foro “Trabajo Informal y Precario en el Sector Textil de Confecciones”, que se llevó a cabo en el marco del XIV Encuentro de la Asociación Brasileña de Estudios del Trabajo (ABET), en esa ocasión se reunió en la Universidad Estadual de Campinas. En octubre del año 2015 dicté un seminario sobre el mercado del trabajo de jóvenes en México, a estudiantes de la Fundación Escuela de Sociología Política de Sao Paulo (FESPSP) y, en marzo del siguiente año, impartí el curso “El mercado de trabajo en México: entre la segura informalidad y la formalidad precaria” en el Centro Interdisciplinario de Integración y Relaciones Internacionales (CIIRI) del Instituto Latinoamericano de Economía, Sociedad y Política de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA).

Ese viaje significó un momento muy importante para mi desarrollo académico porque permitió conocer otras realidades y complejizar la visión sobre los estudios del trabajo a partir del contacto con profesores y estudiantes de distintas universidades brasileñas. Al respecto, resultó particularmente provechosa la oportunidad que tuve de comentar, a fines del 2015, el trabajo de Renata Bezerra Milanes de la Universidad Federal Campina Grande (UFCG). A lo anterior habría que añadir lo gratificante que resultó ser examinador de varias tesis de posgrado en la UFPB, en la UFCG y en la Universidad de Brasilia (UnB).¹² Por último, pero no menos importante, fue la posibilidad de asistir a las reuniones del TDEPP.

12 En la UFCG fui examinador de la tesis de doctorado de Claudia Freire y de las tesis de maestría de Thelma Flaviana Rodrigues y Guilherme José Mota Silva. En la UFPB fui examinador de la tesis de doctorado de Carla Giesele Macedo del posgrado en Sociología y en la Universidad de Brasilia fui examinador de la tesis de doctorado de Claudia Borges del Programa de Educación.

El intercambio continuó en 2016 con la estancia de tres meses en Brasil que realizó Simón Pedro García, quien por ese entonces estaba estudiando su maestría en la UAA. Dicha estancia fue posible gracias al programa de movilidad académica financiado por Conacyt, y para Simón Pedro resultó ser una gran experiencia personal y académica, pues entre otras cosas aprendió portugués, idioma que no conocía cuando llegó a Brasil; y en la UFPB contó con el apoyo de Roberto Véras, quien lo invitó a una de sus clases y además lo llevó a hacer trabajo de campo junto a otros estudiantes en el marco de un proyecto de investigación relacionado con huelgas que en el pasado habían realizado cortadores de caña.¹³ Durante su estancia, Simón Pedro no sólo fortaleció su vinculación al TDEPP, donde luego de mejorar su portugués pudo presentar un avance de su tesis – codirigida por Roberto Véras y por mi –. Al terminar su estancia regresó al México, donde se tituló de la maestría a finales del 2016, pero su experiencia en Brasil fue tan determinante en su trayectoria personal que al año siguiente, en el 2017, regresó con la intención de entrar a un doctorado, lo cual logró tras varios intentos y actualmente está cursando sus estudios en la UFPB con una tesis en la que, dando cuenta del aporte que ha significado nuestro intercambio, compara dos polos de la industria de la confección: Caruaru (Brasil) y Moroleón (México), desde una perspectiva de género.

Simón Pedro fue, hasta ahora, el último estudiante mexicano que viajó a Brasil. Pero el intercambio no se detuvo, sino que desde entonces han sido varios los estudiantes de Brasil que han venido a Aguascalientes. El primero fue Bruno Mota, quien aprovechó el proyecto de doctorado sándwich que permite a los estudiantes brasileños hacer estancias internacionales para venir a Aguascalientes en el 2018. Al respecto, Bruno destaca que

13 Entrevista a Simón Pedro García. Mayo 10, 2023.

esa estancia fue posible por el intercambio que establecimos entre el TDEPP y la UAA, pues había un contacto previo que le permitió conocer personas en Aguascalientes y además facilitó el proceso burocrático para hacer su viaje. Respecto al aporte académico que supuso esa estancia para su tesis, Bruno destaca que su investigación estaba enfocada en el tema de la informalidad en los polos de confección en Brasil, y que el viaje a México le permitió conocer la experiencia de los polos de confección en Uriangato y Moroleón (Guanajuato), lo que fue clave para conocer otras experiencias que le ayudaron a esclarecer aspectos de su propuesta de formalización de los espacios de comercio textiles. Además, Bruno advierte que en México se aproximó a la antropología del trabajo, una perspectiva teórico-metodológica que no conocía y que le resultó muy provechosa para complementar su investigación. Por último, es importante anotar que para Bruno resultó particularmente útil la posibilidad de conocer otra realidad como la mexicana, pues ello le ayudó a entender mejor la realidad brasileña.¹⁴

Además, Bruno fue el último estudiante brasileño que viajó a México con una buena beca, pues los cambios políticos en Brasil, marcados por el ascenso de Jair Bolsonaro al poder, trajeron problemas que afectaron la academia brasileña, entre ellos, el que se redujo la posibilidad de acceder a becas para realizar estancias internacionales. Sin embargo, y a pesar de las difíciles condiciones, Sandra Roberta Alves Silva, quien entonces estaba estudiando su doctorado en la Universidad Estadual de Campinas (UNICAMP), decidió hacer una estancia de investigación en Aguascalientes durante el segundo semestre del 2018. Al respecto, Sandra Roberta anota que conoció a las personas de Aguascalientes incluso antes de entrar al doctorado a través de su vinculación con Roberto Véras y el TDEPP.¹⁵ En

¹⁴ Entrevista a Bruno Mota. Mayo 4, 2023.

¹⁵ Entrevista a Sandra Roberta Alves Silva. Mayo 6, 2023.

efecto, en el marco de esos contactos fue que conoció a Armida García y la impresionó que su tema de investigación sobre los polos de confección en Moroleón y Uriangato retrataba realidades muy parecidas a lo que ella había visto en Brasil, razón por la cual terminó por proponer como tema de tesis para su doctorado una comparación entre, por un lado, los polos de confección en esas ciudades mexicanas y, por el otro, los polos de confección en Brasil. Algo muy importante que hay que destacar en el caso de Sandra Roberta solo obtuvo una pequeña beca de la *Cordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior* (CAPES) y al ser un apoyo muy pequeño tuvo que arrojarse de su familia y de los integrantes del grupo de investigación en México, lo cual da cuenta de cómo este intercambio ha trascendido lo estrictamente académico.

Respecto al aporte académico y personal que le dejó ese viaje, Sandra Roberta anota que con los viajes de Roberto Verás y Bruno Mota se había hecho una imagen de un México que tenía muchas similitudes con Brasil, pero que durante su estancia se percató que más allá de esas coincidencias, también había diferencias muy importantes. Una de las diferencias que más la marcó fue percatarse de que si bien ambos países compartían una historia similar con relación a la introducción del neoliberalismo, pudo ver que el desarrollo de ese proceso tuvo sus particularidades en México por su proximidad con Estados Unidos y que ello le permitió entender el mayor desarrollo de las maquilas textiles en las ciudades fronterizas mexicanas en comparación con Brasil. Por otra parte, algo que llamó la atención de Sandra Roberta fue que, a diferencia de Brasil, donde la sociología del trabajo tiene un carácter más militante que se evidencia en las críticas que se le hace al capitalismo, en Aguascalientes encontró una actitud más pragmática frente a los problemas de la informalidad y la precariedad, que se traducía en la atención que les prestaban a los emprendimientos y en el apoyo que recibían mediante la incubadora de negocios. El impacto que esa perspectiva tuvo en

su trayectoria profesional fue tal que, al regresar a Brasil, inició un emprendimiento que aún hoy sigue activo.¹⁶

La siguiente estudiante brasileña que hizo su estancia en Aguascalientes fue Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, quien en ese momento estaba cursando su maestría. Thelma llegó en diciembre de 2018 y estuvo hasta mayo del siguiente año no logró obtener una beca y tuvo que cubrir los gastos del intercambio, pero recibió el apoyo generoso y solidario de sus colegas en México.¹⁷ De acuerdo con Thelma, esa estancia fue muy importante académicamente, ya que su tesis de maestría era sobre recicladores de basura y durante el viaje pudo viajar a la Ciudad de México en donde realizó un par de entrevistas, una de las cuales resultó fundamental porque era una mujer que trabajaba asesorando a las organizaciones de recicladores en América Latina y ello le dio una perspectiva más global a su investigación. Además, dice Thelma, que durante esa estancia asistió a varias reuniones del Grupo de Estudio que teníamos en Aguascalientes y a dos eventos en la Ciudad de México. Uno de ellos, sobre el trabajo no clásico con el grupo de investigación de Enrique de la Garza, fue particularmente importante porque además de ampliar sus conocimientos sobre el tema, presentó una ponencia que se convirtió en su primer artículo en una revista internacional.

Por último, es importante mencionar que el intercambio de estudiantes ha servido para que los mexicanos y brasileños, a partir de su experiencia en otro país, conocieran con más claridad las particularidades de lo que sucede en la academia de sus respectivos países. En el caso de Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos, su experiencia en Aguascalientes le dejó una reflexión muy interesante sobre el tema de la militancia política en la

16 Entrevista a Sandra Roberta Alves Silva. Mayo 6, 2023.

17 Entrevista a Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos. Mayo 5, 2023.

academia y que, como lo anotaron otros entrevistados, fue uno de los aspectos que más impactaron tanto a mexicanos como brasileños.¹⁸ En efecto, como ya se anotó para el caso de Armida y Gerardo, para los estudiantes mexicanos fue sorprendente ver el nivel de involucramiento político de los académicos brasileños que se materializaba en las posiciones políticas que subyacían a sus investigaciones¹⁹ y, que de acuerdo con Bruno Mota, era una herencia de la tradición marxista que sobrevivió a los años de la dictadura, así como en la militancia activa en movimientos sociales o campañas políticas.²⁰

Sin embargo, como lo anota Roberto Véras, si bien es cierto que en los estudios del trabajo predomina una perspectiva de izquierda, el tema de la militancia es relativo y en muchas ocasiones está más bien relacionado con los temas de investigación, es decir, quienes trabajan temas de sindicalismo por lo general tienen un activismo más comprometido que aquellos que estudian otros temas como los polos de confección y que, sin dejar de tener un compromiso político, no militan en organizaciones políticas.²¹ Al respecto, Thelma plantea una reflexión interesante, según la cual no es que en México la academia esté al margen de la política, pues los mismos temas que se investigan – como el trabajo precario – reflejan una preocupación política, sino que la diferencia estriba en que son más cautelosos que los brasileños a la hora de incorporarlos al desarrollo de sus investigaciones por un posible temor de que afecten sus resultados.²²

18 Entrevista Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos. Mayo 5, 2023.

19 Entrevista Armida Concepción García. Mayo 2, 2023 y a Miguel Gerardo Pérez Martínez. Mayo 3, 2023

20 Entrevista a Bruno Mota. Mayo 4, 2023.

21 Entrevista a Roberto Véras. Mayo 5, 2023.

22 Entrevista a Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos. Mayo 5, 2023.

A partir de 2018 se ha hecho más difícil el intercambio de estudiantes tanto brasileños como mexicanos, lo cual estuvo relacionado tanto con los cambios políticos en ambos países, como con la pandemia. Sin embargo, la crisis causada por el Coronavirus también significó una oportunidad para reforzar la colaboración en línea y que ha resultado importante para sostener el intercambio entre ambos grupos de investigación en los últimos años. Con la pandemia aprendimos a realizar encuentros en virtuales, lo que permitió vencer el aislamiento.

La colaboración en línea empezó hace varios años y ello ha favorecido investigadores que, como Moisés Hussein Chávez, no tuvieron la oportunidad de viajar al Brasil. Este último, por ejemplo, menciona que en el 2016 participó en línea en un seminario organizado por Roberto Véras sobre la industria automotriz y que fue también en línea que trabajó con Mario Ladosky en la elaboración de una ponencia para el ALAST 2017 en la que comparaban el papel jugado por la empresa Jeep en Brasil y la Nissan en Aguascalientes.²³ Además, Moisés ha organizado varios eventos en los que de forma virtual han participado personas como Bruno Mota, quien en una ocasión intervino para hablar del caso de Brasil en un evento sobre pensamiento social latinoamericano. Luego, en el 2021, Moisés hizo parte de un seminario sobre la industria textil en el que participaron personas de ambos países, como Roberto Véras, Mario Ladosky, Sandra Roberta y las personas que en Aguascalientes estaban vinculadas al Observatorio Laboral que creamos en la UAA. Caso similar es el de Omar Pasillas, quien actualmente es profesor-investigador en la Universidad de Quintana Roo, y quien durante varios años fue colaborador y parte fundamental de nuestro equipo de investigación, lo cual se ve reflejado en las publicaciones en las que ha participado. Como Moisés Hussein,

23 Entrevista Moisés Hussein Chávez. Mayo 8, 2023.

él tampoco viajó a Brasil, pero estableció fuertes lazos con los colegas que nos visitaban y ahora les invita a los interesantes eventos académicos que realiza.

Por ello, cuando llegó la pandemia había un acumulado de experiencias que hicieron posible que el intercambio siguiera a pesar de las dificultades. Un ejemplo es el caso de Pedro Couto, un estudiante de doctorado que hizo una estancia de un año en Aguascalientes en el 2022. En el caso de Pedro, que fue un apoyo fundamental para varios de los estudiantes mexicanos que fueron al Brasil, su acercamiento con Aguascalientes empezó, precisamente, durante la pandemia, tiempo en el cual asistió virtualmente a una clase que dicté en la UAA a los estudiantes de sociología. Por ello, cuando Pedro Couto llegó a Aguascalientes en enero del 2022, no solo había mejorado su español, sino que ya tenía varios amigos en la ciudad. La estancia de Pedro mostró el grado de solidez alcanzado en la colaboración entre nuestros grupos de investigación y da cuenta de la importancia de que más estudiantes puedan tener la oportunidad de hacer una estancia de intercambio.²⁴

En efecto, la tesis de doctorado que Pedro Couto está realizando es una comparación de la experiencia laboral de los conductores de Uber en João Pessoa y Aguascalientes. Por ello, como lo deja ver Pedro Couto en su entrevista, su estancia fue fundamental porque le permitió conocer la realidad mexicana y realizar una docena de entrevistas a conductores de Uber en Aguascalientes. Ello le sirvió, por ejemplo, para identificar algunos hallazgos preliminares de su investigación, entre ellos, que mientras en João Pessoa los conductores se quejan mucho de las condiciones ofrecidas por Uber; en Aguascalientes los conductores reconocen que no es una situación ideal, pero es mucho mejor en comparación a otros trabajos que tenían antes.

24 Entrevista a Pedro Couto. 4 de mayo, 2023.

Ese contraste, dice Pedro Couto, le ha permitido pensar las diferencias en las formas de trabajo entre Brasil y México, así como las distintas condiciones que ofrece Uber en cada país, y respecto a lo cual anota que ese fue uno de los grandes aportes que le dejó el intercambio. Sin embargo, no fue el único, pues Pedro Couto aprovechó el año que estuvo en Aguascalientes para viajar a otros nueve estados de la república que le dieron la posibilidad de conocer la cultura y la historia mexicana, así como conocer a muchas personas que ahora son sus amigos.²⁵

La colaboración que establecimos desde el año 2013 ha resultado importante no solo para fortalecer nuestras respectivas líneas de investigación, sino que como lo dejan ver los relatos de los profesores y estudiantes que hemos podido aprovechar en esta oportunidad, también lo ha sido para nuestras trayectorias académicas, profesionales y personales. En todos los casos que aquí hemos presentado es claro que el intercambio dejó una huella imborrable en nuestras vidas, ya que nos permitió conocer mejor a nuestros propios países y objetos de estudio, así como las realidades de otros lugares. Sin embargo, algo que resultó fundamental, pero que es algo de lo que poco se habla, fue lo que significó en nuestras trayectorias vitales. En efecto, el intercambio nos ha permitido conocer otras personas con las cuales hemos creado vínculos que van más allá de lo académico y que trascienden hasta lo personal. Ahora bien, en lo que respecta al ámbito académico, el intercambio nos ha permitido entender con más claridad las similitudes y diferencias que tenemos en relación con nuestros objetos de estudios, así como en relación con las perspectivas teóricas, metodológicas y empíricas con que los analizamos, tema sobre el cual hablaremos en el siguiente apartado.

25 Entrevista a Pedro Couto. 4 de mayo, 2023.

El encuentro

Este relato nos lleva a reflexionar sobre el encuentro de dos “escuelas” y sobre las diferencias y similitudes en relación con la forma de acercarse al objeto de estudio del trabajo desde una perspectiva sociológica, lo cual implica teorías, métodos y conceptos como el de las díadas: pobreza y precariedad, y formalidad-informalidad, así como las distintas maneras en que se maneja el tema de lo político, es decir, la militancia y la neutralidad. El vínculo que se formó entre estos dos grupos ha permitido el intercambio de estudiantes y profesores y la creación de un tema conjunto. Pero una cuestión fundamental ha sido la creación de formas de investigar novedosas, pues al ver a los otros hemos aprendido a vernos a nosotros mismos.

La tradición de la sociología del trabajo mexicana en la que se inscribe nuestro grupo de investigación y que ha cambiado con el tiempo, deviene de la inaugurada por Enrique de la Garza Toledo (2010), quien a partir del posgrado en Estudios Laborales de la Universidad Metropolitana de México - Unidad Iztapalapa (UAM-I), en la Ciudad de México, formó a muchos investigadores que hoy son profesores en distintas universidades del país. El modelo que se desarrolló a partir de esa tradición es el nuevo *configuracionismo latinoamericano* que retoma la tradición marxista, en particular, las ideas del Marx joven y de Antonio Gramsci, realizando una relectura epistemológica que se nutrió también de su diálogo con Hugo Zemelman (2008). Esta propuesta representa, además, una aguda lectura de las tradiciones de los estudios del trabajo que se percibe en un enfoque flexible que permite hacer aportaciones teóricas sobre problemas específicos, desde una perspectiva que exige un acercamiento centrado en el objeto y anclada a una sólida propuesta teórica (Belmont y Maza, 2021).

Por su parte, la tradición de la sociología del trabajo brasileña con la que hemos tenido contacto está relacionada con el devenir intelectual de Roberto Véras, quien tiene una formación que inicia en el marxismo, pero que posteriormente entra en contradicción con sus vertientes más economicistas y deterministas, lo que lo llevó a buscar autores que proponían abordajes más abiertos como Antonio Gramsci y su atención a la política, o E. P. Thompson y su enfoque en la lucha de clases empírica. Además, ha tomado autores que, como Cornelius Castoriadis, rompen con el marxismo desde una perspectiva crítica. Esta trayectoria permite que Roberto Véras no siga una filiación teórica específica con la intención de abrir el debate en un sentido crítico, lo que se evidencia en la forma en que usa elementos conceptuales de diversas tradiciones para responder a una agenda de investigación que nos brinde diagnósticos más cercanos a la compleja realidad que enfrentamos. En otras palabras, Roberto Véras se ubica en una tradición de pensamiento crítico que, por un lado, cuestiona el statu quo que se materializa en las distintas formas que adopta el capitalismo y, por el otro, que epistemológicamente pone en el centro del debate los conflictos sociales y el carácter procesual histórico de los fenómenos sociales que condicionan las experiencias humanas y los hechos sociales.

En suma, estamos ante dos perspectivas semejantes que le apuestan a la búsqueda de enfoques teóricos que permitan dar cuenta de objetos de estudio complejos, y que provienen de una tradición de origen marxista, pero revisitada y repensada, en tanto el objetivo es encontrar nuevas formas de captar la realidad partiendo de las relecturas de los clásicos. Además de esas similitudes de orden teórico, metodológico y conceptual, debemos añadir la confluencia de un objeto de estudio con una similitud sorprendente. En efecto, los polos de confecciones del Agreste Pernambucano (Brasil) y de la región Moroleón-Uriangato (México) son dos espacios que comparten muchas

características, especialmente en la forma de producir la ropa y que se articula a partir de pequeños talleres, muchos de los cuales empiezan en el hogar. En algunos casos la distinción parece solo del idioma en el que están escritos los anuncios, aunque por supuesto también hay diferencias, muchas de las cuales se explican por las condiciones estructurales de ambos países.

Para concluir este apartado, quisiera señalar que en el marco de nuestro intercambio hemos podido constatar una diferencia en los enfoques temáticos y conceptuales que usamos tanto en México, como en Brasil. En efecto, mientras en Brasil el enfoque de la investigación es la precariedad; en México es a pobreza. En parte, esa divergencia deriva de las diferencias en la historia de cada uno de nuestros países, pues la relevancia que en México se da al estudio de la pobreza tiene que ver con la forma en que esta afecta al mundo del trabajo y que tiene pocas posibilidades de soluciones estructurales o legales. Por su parte, el énfasis que la academia brasileña hace en el tema de la informalidad radica en que allí ven la posibilidad de solucionar los problemas de desprotección. De manera muy escueta, me gustaría mencionar algunos aspectos que marcan estas diferencias: México no vivió esclavitud reciente como la brasileña y Brasil no vivió un proceso revolucionario como el mexicano (1910-1917), y a ello habría que agregar que México no experimentó una dictadura militar. Además, ambos países han enfrentado los modelos neoliberales con recursos y organizaciones de la sociedad civil diferentes y con sistemas de partidos que no coinciden. Como lo muestran estas líneas, ver estas diferencias nos ha permitido comprendernos a nosotros mismos en el espejo del otro.

Consideraciones Finales

De acuerdo con Mario Ladosky, cuando los estudiantes brasileños tienen la posibilidad de hacer un intercambio, regularmente piensan en alguna universidad de Estados Unidos o Europa, pues se supone que ir a una institución prestigiosa y que está localizada en lo que se consideran los centros de la producción del conocimiento sería la mejor forma de aprovechar una experiencia tan enriquecedora como la de ir a estudiar al extranjero. Sin embargo, el caso de nuestra colaboración entre dos universidades que, como la UAA en México y la UFPB en Brasil, están ubicados en la periferia incluso de sus propios países, ha permitido establecer una relación más horizontal, dado que comparten problemáticas y dificultades similares.²⁶ Ello es importante porque las semejanzas nos han permitido vernos en el espejo del otro y porque nos han posibilitado establecer una relación más equitativa y, por tanto, más productiva.

El diálogo entre académicos de dos países que enfrentan condiciones estructurales similares marcadas por la pobreza y la desigualdad; con una vida política que se torna cada vez más compleja; con vaivenes que exigen la atención permanente de la academia, nos ha dado la posibilidad de vernos a nosotros mismos de una forma más compleja a partir de ver la historia de los otros. Las condiciones que he mencionado afectan a quienes históricamente han sido los “perdedores” en nuestros países, es decir, mujeres, jóvenes, afros, indígenas, etc., y se cristalizan en el trabajo, el cual está marcado por la informalidad y la precariedad, dejando en los márgenes a grandes segmentos de la población. Sin embargo, si algo hemos encontrado en este intercambio a partir de estudiar la realidad de los trabajadores de nuestros países, es que desde los huecos las personas construyen

26 Entrevista a Mario Ladosky. 6 de mayo, 2023.

sus alternativas, tejen sus propias historias en retazos y, tal como lo analizan Dolly Ortiz y Julio César Macías Ponce (2023) construyen nuevas racionalidades.

En cuanto a las potencialidades, considero que el intercambio se está extendiendo con nuevos estudiantes y con las instituciones a las que llegan los egresados de nuestros programas. Quisiera detenerme en este punto, pues creo que la principal dificultad que estamos enfrentando es que los egresados de los doctorados no encuentran espacios para colocarse como investigadores, lo cual dificulta el trabajo académico. Los espacios en los que se están colocando son dedicados exclusivamente a la docencia o los implican cambios en los temas a los que se han especializado. Es un desafío construir alternativas para las nuevas generaciones. Esta es una condición que no está en nuestras manos y afecta a ambos países. Considero que el incrementar la productividad conjunta de nuestros equipos puede fortalecer la posición de los egresados cuando compitan por alguna plaza académica.

Para cerrar este capítulo quisiera mencionar dos recientes productos que son un crisol de nuestro proceso de colaboración. Se trata de dos dossiers en revistas internacionales: una mexicana y otra brasileña. En la revista *Caleidoscopio* de la Universidad Autónoma de Aguascalientes, se realizó una convocatoria a personas de nuestros grupos a que presentaran avances de sus proyectos de investigación. El título del número, que es bilingüe y que coordinamos Roberto Véras, Felipe Rangel y yo, fue “La industria del vestido: ¿dos experiencias que convergen?”, y está compuesto por 8 artículos: cuatro de autores mexicanos; uno con autores de ambos países; y tres de autores brasileños.²⁷

27 La presentación del dossier se puede ver en: Véras, Maza y Rangel (2022) que está disponible en línea: <https://revistas.uaa.mx/index.php/caleidoscopio/article/view/4253>.

Los temas que se presentan en dicho número reflejan los avances de nuestros grupos de investigación, los temas que nos ocupan y nuestras preocupaciones actuales. Al respecto, considero que nos hace falta pensar en artículos comparativos y en los que haya un diálogo entre ambas realidades. Este, me parece, fue el primer intento de conjuntar los trabajos de colegas de ambos países y de hacer una publicación expofeso. Esta propuesta se remonta al Coloquio: “Una mirada a la industria de la confección en América Latina”, luego del cual acordamos realizar publicaciones conjuntas y creamos un grupo de WhatsApp mediante el cual nos hemos comunicado por varios años hasta que, finalmente, logramos ver en el dossier una materialización de nuestra colaboración.

Por su parte, el dossier organizado para la revista *Contemporânea*, que es editada por el Departamento y el Programa de Posgrado de la Universidad Federal de San Carlos, es una reflexión sobre los nuevos campos de investigación en los estudios del trabajo. El título del dossier es “Novas fronteiras do trabalho: temas e perspectivas emergentes” y tiene trabajos de Roberto Véras, Marcia Leite, Dolly Ortiz, Edgar Belmont, Felipe Rangel y mío. La propuesta del dossier es presentar la forma en la que se investigan los límites del trabajo, reconociendo su enorme complejidad como problema de investigación. La palabra clave de este número de la revista es la heterogeneidad, tanto de temas y enfoques, como de campos de abordaje. Las propuestas que se presentan trascienden el vínculo original TDEPP – UAA y son un producto de las ondas expansivas de estos acuerdos, pues respondieron a la invitación de colegas con quienes los y las integrantes del grupo hemos trabajado en diferentes momentos.

En las entrevistas se muestra la relevancia que ha tenido este diálogo en lo personal, lo cual significa las ventajas de ver otro país, conocer otras formas, escuchar a colegas internacionales.

Las ventajas académicas, por su parte; son muy grandes, pues se trata de realidades muy semejantes, con tradiciones académicas con sus diferencias, las cuales no dejan de enseñarnos, es como dice Roberto Véras una forma de acercarse a un objeto empírico.

Quiero aprovechar el momento del aniversario de TDEPP para felicitar a mis colegas estudiantes y profesoras/es, agradecer la disposición que han tenido con nuestro equipo, así como valorar la buena disposición de las y los colegas mexicanos. Sin duda, hemos construido un vínculo muy sólido, que empezó por un objeto de investigación semejante y que ha llegado a lo institucional, a lo académico y especialmente a lo personal. Esta crónica, personal, me ha permitido ver la gran cantidad de actividades hemos realizado juntos y lo fructífero que ha sido este vínculo. Solo queda decir muchas gracias o muito obrigado.

Fotos de algunos de nuestros encuentros





Fuente: Fotos tomadas por Dolly Ortiz, 2023.

Referências Bibliográficas

BELMONT, Edgar; MAZA, Octavio. México: la apertura y los límites de la sociología del trabajo. **La Nouvelle Revue du Travail**, Francia, n. 19, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nrt/10189>. Acesso em: 9 mar. 2023.

GARCÍA, Armida Concepción. **Los autobuses comercio**. Estrategias comerciales informales para el suministro de mercancías. Doctorado, Universidad Autónoma de Aguascalientes, Aguascalientes, 2016. Disponível em: <http://bdigital.dgse.uaa.mx:8080/xmlui/handle/11317/1212>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GARZA TOLEDO, Enrique de la (Org.). **Hacia un concepto ampliado de trabajo**. Buenos Aires: CLACSO, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/neffa1/07.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MAZA, Octavio; ESCOBEDO, Cecilia; PASILLAS, Omar. Os últimos elos da cadeia automotiva: Reflexões sobre o desenvolvimento local a partir do caso das lavanderias de luvas para a Nissan em Aguascalientes – México. In: LADOSKY, Mario Henrique (Org.). **A indústria automobilística vista do espaço local: a experiência da Jeep (FCA) em Pernambuco e de outras montadoras**. Campina Grande/PB: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2021, p. 299–324.

MAZA, Octavio; ORTIZ LAZCANO, Dolly Anabel (Orgs.). **En el mismo barco: reflexiones sobre la producción, el trabajo y las redes sociales – el caso de Uriangato, Guanajuato**. Aguascalientes, Ags: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2015.

ORTIZ, Dolly Anabel; MACÍAS PONCE, Julio César. Modelo de contratación en micro y pequeñas empresas en comunidades textiles de alta especialización en México. **Caleidoscopio - Revista Semestral de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 26, n. 47, 2023.

PÉREZ MARTÍNEZ, Gerardo Miguel. **Jóvenes trabajadores y sus aspiraciones laborales en torno a la precariedad del trabajo el caso de los empleados de tiendas de ropa en Moroleón y Uriangato**. Maestría, Universidad Autónoma de Aguascalientes, Aguascalientes, 2016. Disponível em: <http://bdigital.dgse.uaa.mx:8080/xmlui/handle/11317/882>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VALADEZ, MARISA. **Mercancías asiáticas en la industria textil y de la confección en Moroleón y Uriangato, Guanajuato:** Transformación de las Dinámicas Comerciales y Productivas. Doctorado en Estudios Interdisciplinarios sobre Pensamiento, Cultura y Sociedad, Universidad Autónoma de Querétaro, Querétaro, México, 2023.

VÉRAS, Roberto; MAZA, Octavio; RANGEL, Felipe. Presentación del dossier La industria del vestido: ¿dos experiencias que convergen? **Caleidoscopio - Revista Semestral de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 26, n. 47, 2023. Disponible em: <https://revistas.uaa.mx/index.php/caleidoscopio/article/view/4253>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ZEMELMAN, Hugo. **Pensar teórico y pensar epistémico:** Los retos de las ciencias sociales latinoamericanas. México: IPECAL Enseñar a pensar, 2008. Disponible em: <https://repository.unad.edu.co/bitstream/10596/5564/1/Documento7.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

CAPÍTULO IV

Preâmbulo para uma reflexão necessária: O econômico e o político nas fronteiras da vulnerabilidade e do reconhecimento social

Ari Rocha da Silva

Olha o que eu ganhei, tá fresco, a ‘pexaria’ me deu, o Senhor não quer levar pra casa? Olha que ‘pexão’, tá bonito! Não quer levar um pra casa... não quer um? Leva...

Eu arrumo o lixo pro Senhor, pode deixa, tem muita coisa boa aqui, olha o que eu peguei! Vou leva pra casa, colocá na geladeira.

Vou vir limpar o muro, a ‘Bonitona’ me pediu pra eu limpa o muro e a causada dela, vou lá...

Olha, eu ganhei na loto, na Megasena, acertei a trinca, ganhei 130 real, o Senhor não quer um pouco, não tá precisando, fui ali tirar na lotérica, ganhei!

Não sou vagabundo... não sou vagabundo, pode vir a polícia aqui que eu mostro, eles pode chama a polícia... tenho a carteira aqui (mostra a Carteira de Trabalho). Ficam falando, mas eu não tenho nenhuma ficha (na polícia), sempre

trabalhei, sempre trabalhei... pode ver vizinho. Esses desgraçados ficam dizendo que eu sou vagabundo, nunca fiz nada..., tá tudo registrado aqui, olha aqui... nasci aqui e sempre trabalhei. Tá registrado...

(Ragu, catador e biscateiro, 50 anos)

As frases dos trechos apresentados acima não foram pronunciadas nessa mesma ordem, muito menos em um único momento, mas foram ditas e, em sua essência, algumas vezes repetidas na relação de convivência e vizinhança entre aquele que as pronunciou e o autor deste ensaio. A tônica das falas do meu interlocutor é sempre a mesma, de um homem simples que transita a passos largos em frente a minha casa, mas não pensa duas vezes em parar e estabelecer contato para falar de si e de sua rotina de trabalho, seja na catação de materiais recicláveis ou de pequenos trabalhos que realiza atendendo suas necessidades e de moradores locais.

Ragu mora numa casa de madeira bastante precária, inclinada para um dos lados, no fundo de um terreno onde há mais quatro casas, num bairro de estratos sociais mistos, relativamente próximo do centro da cidade de Passo Fundo / RS. Alguns vizinhos dizem que o terreno onde vivem Ragu e seus parentes, está “enrolado” na Justiça, não podendo ser negociado, causando constrangimento para alguns que moram próximos e que têm que conviver com esta família de baixíssima renda e hábitos simples e peculiares, como ficar na calçada, na frente do terreno, estendendo à área pública suas relações de convivência.

As frases acima são emblemáticas. As quatro primeiras nos dão uma ideia do transcurso de uma vida voltada ao trabalho e ao jogo estratégico de um indivíduo que busca dissipar suas dificuldades e suas inseguranças existenciais, relativizando suas vantagens e desvantagens de viver da forma em que vive, de pequenos trabalhos e de objetos das lixeiras de sua

vizinhança. Tais inseguranças, em boa parte, segundo nossa percepção, são advindas da irregularidade dos proventos econômicos necessários à manutenção de suas necessidades básicas, bem como da vulnerabilidade sentida pelo próprio indivíduo ao não se corresponder ao ideário normativo de trabalhador assalariado.

A estratégia de Ragu é circular pelos lugares. Ao longo do dia, busca oportunidades de ganhos e doações de pessoas pela cidade. Tal ação estratégica se realiza em pequenos trabalhos junto à vizinhança que o acolhe e oferta algumas atividades para que ele realize mediante pagamento em dinheiro, como capina em terrenos e ruas, limpezas de lixeiras e outros pequenos afazeres que ele se dispõe a executar. Muito embora Ragu também viva de algumas doações de alimentos, roupas e utensílios domésticos, em momentos extremos, ele se alimenta de restos de comida jogados no lixo, como sobras de pizzas, pães, frutas etc.

Podemos observar, todavia, nas falas de Ragu, mesmo na carência e na sua dependência a outras pessoas, uma lógica de conduta com sentido expreso de busca por estar integrado à sociedade em que vive. Ele se mostra recíproco a algumas iniciativas de pessoas que lhe dão atenção e, assim, imbrica-se nas relações de convivência, inclusive oferecendo coisas que ganha e que acha em determinados locais. Oferecer o prêmio que ganhou num jogo de loteria federal (quarta frase), de certa forma, é para Ragu uma oportunidade de dissipar, pelo menos em parte, as relações desiguais e discriminatórias que sofre no dia-a-dia, despojando-se de um recurso financeiro que certamente lhe fará muita falta, mas que lhe permitirá transitar e melhor valorizar sua participação na comunidade em que vive. Fica evidente que esse despojamento ocorre em benefício de algo que ele valoriza, talvez de forma inconsciente, pois, de algum modo, permite-lhe ter maior segurança para viver e estabelecer

conversações, possibilitando-o expandir seu *status* de importância no ambiente público.

A última fala da lista, em contrapartida, traz embutida o ressentimento do lugar onde mora e das relações de violências simbólicas que certamente sofre. A ira aos olhares estigmatizadores que recebe, por sua condição de pobreza andarilha pelo bairro, também acontece frequentemente. Pronunciamentos de Ragu, na quase totalidade dos casos, quando relaxa dos seus afazeres e estimulado por alguma bebida alcoólica, ressoam em xingamentos em alta voz a determinados vizinhos, puxando de suas memórias casos que sofreu de discriminação e desdém, geralmente para dizer que foi injustiçado e que é trabalhador.

Este tipo de discurso mais enfático e de profundo ressentimento, acontece em frente de algumas residências de moradores que Ragu marca como seus desafetos. Já foi visto, inclusive, dentro de uma pequena capela onde acontece a missa dominical católica da comunidade no final da tarde, onde começou a questionar, em tom de ironia e em alta voz, aqueles que oravam no templo, dizendo: “...estão rezando, né!? Tem que rezar mesmo...”. Intervenção essa carregada de paradoxo, haja vista os devotos rezarem no domingo e o tratarem mal o resto da semana.

Nesses momentos, Ragu, antigo trabalhador de uma indústria de calçados de uma outra localidade que sofreu com a concorrência produtiva de outro país, libera toda a sua retórica desafiadora, talvez guardada ao longo dos anos. Pois entoa toda a sua emoção, evocada não só pela dimensão do momento de desemprego presente e das dificuldades que passa cotidianamente, mas também pelos relatos de suas trajetórias, justificando as dificuldades e as proezas de ser trabalhador honesto, “*registrado*”, integrado oficialmente à sociedade que teima, em vários momentos, em rejeitá-lo, perfazendo o movimento pendular das contradições e

dubiedades impostas aos indivíduos que se encontram fora do mercado de trabalho formal.¹

Num país com grandes desigualdades sociais como o Brasil, como podemos caracterizar os “Ragus” que encontramos em nossas esquinas? Seriam eles simplesmente sujeitos irremediavelmente marginais ou elementos potenciais a serem integrados de outra forma à sociedade? Como integrar dignamente sujeitos vulneráveis que se encontram em condições de desemprego e dependência extrema? Será que a palavra certa seria integração? Como esta integração se constituiria?

Propomos aqui, mediante essas e outras indagações, uma reflexão que permita aportar alguns elementos à compreensão de fenômenos da vulnerabilidade social e da luta por reconhecimento como fenômenos de nossas sociedades. O caso do sujeito em destaque, sobre o qual se deriva esta reflexão, encontra-se em uma cidade média do norte do estado do Rio Grande do Sul, Passo Fundo, polo econômico regional que centraliza ações e decisões ligadas ao agronegócio da cultura agrícola da soja e implementos afins, destacando-se também o setor de educação superior e como referência à área da Saúde, agregando importância o setor de serviços e comércio à população regional.

Estabelecemos aqui, dessa forma, uma discussão preliminar que poderá ser seguida como base de uma reflexão maior, envolvendo outros espaços sociais, ressaltando igualmente o mundo do trabalho e dos processos de informalidade. Atinente a isso, priorizamos, até certo ponto, as repercussões das incertezas e

1 Registros de fenômenos como estes, protagonizados por Ragus, nos faz lembrar do filme “Estamira”, que conta a história de uma catadora de materiais recicláveis em um lixão na cidade do Rio de Janeiro. Em vários momentos a protagonista, que dá o título à obra, verbaliza de forma contundente sua crítica à sociedade em que vive e a determinados valores e concepções religiosas que a fazem se sentir pressionada e com profundo mal-estar em função de sua conturbada e contraditória convivência familiar.

divisões que condicionam questões sociais matizadas pelas políticas públicas e pelas intervenções de sujeitos singelos que povoam nossas esquinas. Aborda-se, com isso, de forma mais incisiva, a importância das dimensões do econômico e da política em torno de substratos sociais que congregam, numa mesma esfera de relacionamentos, a vulnerabilidade e a busca por reconhecimento social.

Dessa forma, a primeira parte do texto referência as transformações gerais do mundo do trabalho nas últimas décadas, na qual buscamos dar relevância às transformações aceleradas vivenciadas, em função de um enquadramento teórico e conceitual que diz respeito à *compressão do espaço e do tempo* (Harvey, 1999), tônica essencial para discutirmos as mudanças e movimentos dos atores sociais em sociedades globalizadas.

Em função disso, na segunda parte, elaboramos uma ligação das transformações do trabalho em sociedades contemporâneas a uma pauta de debate sobre integração social. Para isso, as sinalizações de uma nova questão social pelo rompimento de vínculos sociais são discutidas a partir das contribuições de Robert Castel (2003). Como contraponto, problematizando a análise deste autor, enfatizamos a crítica e as ponderações de Alejandra Pastorini (2011), ao analisar o aspecto da exploração e das contradições históricas da questão social no âmbito do processo de trabalho e da divisão da sociedade em classes.

No terceiro tópico do texto, buscamos desenvolver uma abordagem a partir da discussão anterior, retratando a dimensão econômica e a forma como percebemos que a dimensão política participativa é execrada das esferas das decisões públicas, seja no âmbito do Estado ou da sociedade como um todo. A ênfase, particularmente nesse tópico, será dada à condição da liberdade para que se possa pensar numa certa possibilidade de igualdade social, ou seja, busca-se perceber a liberdade de manifestação e de ação como aspectos sumamente importantes à definição de

uma sociedade mais igualitária do ponto de vista das condições de vida, ao tratar da configuração de políticas públicas e sociais.

Buscamos, assim, ir além do caso individual que abriu este artigo, pois ele representa apenas uma gama de outros sujeitos que buscam ser reconhecidos e que, em geral, são encapsulados em um nível de desigualdade social que lhes dá pouca efetividade de participação nas sociedades, embora sejam sujeitos móveis e que percorrem os espaços públicos anunciando nossa própria condição coletiva de geração de violência e apartamento social.

Complexidade das transformações sociais e do trabalho

As últimas cinco décadas representam um período de mudanças profundas no âmbito dos relacionamentos sociais e do próprio formato do modelo de exploração capitalista. Talvez pouquíssimas sociedades, ou nenhuma, não tenham sentido as profundas transformações ocorridas pelo estreitamento das relações entre sociedades e indivíduos. O processo histórico da globalização que foi sendo composto, em uma também estreita margem de tempo, acelerou mudanças relacionais em função dos aparatos tecnológicos, repercutindo de diferentes formas em agrupamentos sociais e na vida cotidiana dos indivíduos.

A compressão do espaço e do tempo (Harvey, 1999) talvez seja um dos fenômenos mais substantivos de nossa era, pois estreita nossas relações e aprofunda nossas capacidades interativas e usufruto de novos conhecimentos. Não há mais limites na possibilidade de emprendermos novos contatos sociais e estendermos nossas relações, direta ou indiretamente. Praticamente, comunicam-se todas as partes do mundo criando uma conexão de correspondências e de interdependências à medida que novos instrumentos técnicos e informacionais se estabelecem e direcionam nossas atenções e práticas. O tempo e o espaço,

que preteritamente nos distanciava, foram alterados. O “lacre” do isolamento se desfez e novas formas de interações e responsabilidades foram assim transformadas. O tempo e o espaço se aproximam pelo rompimento das distâncias que nos afasta. Basicamente, a tecnologia nos coloca em contato a qualquer hora e local.

Este fenômeno de encurtamento das relações se encadeia na rede de interconexões entre trabalho, produção e consumo de forma ainda nunca vista na história humana, à medida que as estratégias e condições de formação das cadeias produtivas e de consumo foram amplamente redimensionadas e recompostas no jogo do mercado e da maximização do lucro pelo capital investido. Mediante tal condição, estamos muito mais expostos às influências das dinâmicas de redes de relacionamentos, dos pontos que se cruzam e geram influências mútuas e da performance do mercado e do fetiche das mercadorias.

Ressaltando um dos quesitos mais importantes do processo da globalização econômica e social, podemos enfatizar que os movimentos locais e globais se tornam permeáveis uns aos outros, num nível de interatividade em escalas ampliadas de realocação de recursos e trocas múltiplas. As alocações de recursos, especificamente, são realizadas na produção ou na especulação financeira, criando efeitos na própria órbita do trabalho, na decomposição de uma massa trabalhadora fixa e especializada à uma dinâmica crescente de acumulação flexível em células de produção com trabalhadores polivalentes. Sendo estes sempre provisórios e ajustáveis às condições das mudanças geradas, ao alcance das estratégias competitivas e acirradas entre atores e gestores no mercado mundial.

A dinâmica da interdependência se constrói influenciando culturas particulares, ao ponto de influenciar o conjunto de dinâmicas abrangentes, do específico ao global. Esse é o mais complexo fenômeno da atualidade, como já sublinhamos, indutor de

novas análises e abordagens sociológicas, muito bem representado pelo conceito de rede, referenciado por alguns autores em suas diferentes matrizes teóricas e disciplinares (Santos, 1997; Giddens, 1991; Castells, 2003).

No âmbito da nova dinâmica interativa em forma de redes de interação, negócios e contatos, fenômenos subjacentes a ela, produtores e desfazedores dela mesma são compostos. Um destes fenômenos, como referenciado acima, está mais diretamente ligado às estruturas que configuram – ou deixam de configurar em determinado momento – as práticas do trabalho. O que antes, em grande parte, compunha-se e dinamizava-se pela organização dos mercados locais e nacionais, dentro de condições de produção padronizada, feito para um consumidor com referência determinada, transforma-se diante das novas atribuições que se circunscrevem pela sua mudança permanente, deslocando-se estrategicamente pelas facilidades alocativas e comunicacionais, coordenadas por uma lógica não padronizada de produção. Tais formatos estratégicos induzem a uma sempre renovada configuração de inovações tecnológicas, mantendo crescente a margem de ganhos das empresas pela obsolescência programada e reativa da produção às estratégias do mercado e do consumo. Revigora-se constantemente, com isso, o mercado, pedra angular à manutenção das margens constantes de lucros, indutores de determinadas formas de desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista.

Enfim, de uma matriz produtiva padronizada que buscava atender de forma especializada uma massa consumidora localizada, frente à ascensão do capitalismo no pós-guerra (meados do século XX), temos hoje, a partir de meados dos anos 70, uma escala de produção e acumulação flexível, possuidora da feitura de ajustes constantes, de rápida alocação de recursos, reestruturação variada das ofertas de produtos a públicos também variados e criados para consumir. Essa nova possibilidade

de regulação do sistema capitalista de produção ajuda a configurar, ao mesmo tempo que é configurada, as linhas ascendentes da globalização, dos meios técnicos-informacionais que ligam os pontos interdependentes da rede de ofertas/demandas, bem como regular as práticas e acessos ao trabalho mediante a sua flexibilização. Inclui-se a isso os processos de terceirização, intermitência das horas trabalhadas e a informalização, aspectos esses que, de uma forma ou outra, também precarizam as condições de trabalhadores, gerando incertezas, superexploração do trabalho e remunerações irregulares, entre outros fenômenos que se colocam como parte da lógica da flexibilização e da obsolescência programada da produção. Atinente a isto, segue-se um receituário ideológico liberal, ou neoliberal, responsabilizando os trabalhadores por suas capacitações e necessidades de buscarem suas próprias empregabilidades, tornando-se empreendedores de si mesmos.

Porém, longe de ser um processo meramente econômico, viabilizado pelos novos moldes da produção, que conseguem se estender pelo mundo, o processo da globalização torna-se algo maior, com repercussões não só instrumentais dos fluxos do trabalho e do consumo, como também se denota nas relações e nas mudanças políticas e culturais profundas que ela gera. Na medida em que se rompem os obstáculos aos contatos, tem-se uma variada possibilidade de junções de valores e práticas culturais e, com elas, novos formatos de representações e manifestações políticas. Essas transformações, ao longo das últimas décadas, em grande parte, libertam perspectivas que estavam acanhadas ou abafadas em seu círculo de relações locais e que não davam vazão a sistemas de ideias e perspectivas orientadoras de comportamentos. Há, dessa forma, um ambiente propício para uma maior margem de participação de rua em múltiplas cores e a defesa de interesses amplos e/ou específicos. Algumas manifestações se fortalecem, outras são mais assimiladoras ou ajustadas a outras linguagens e mecanismos relacionais, contudo, há

uma perspectiva muito mais efervescente e diversa na defesa de ideias no amplo espectro político que já conhecíamos.

Buscando pontuar ainda mais esta reflexão e já tangenciando a problemática deste ensaio, podemos nos remeter a uma questão premente que não diz respeito apenas a sociedades de capitalismo retardatário, como é o caso da sociedade brasileira, mas também diz respeito ao capitalismo dos grandes centros econômicos, onde o sistema originou-se.

O que buscamos enfatizar aqui é que este processo de compressão do espaço e do tempo, que podemos denominar como aspecto representativo e fundacional da globalização, possibilita outras dinâmicas às relações e vínculos sociais, estabelecendo um clima de interatividade que “desencaixa” os indivíduos da predominância das relações eminentemente circunscritas a um território ou região. Essa possibilidade, fortemente relacionada ao consumo e ao trabalho, conforme buscamos frisar, tem repercussões, seja no âmbito mais relacional (sociológico) dos grupos sociais, seja no âmbito mais íntimo (antropológico) das culturas e histórias de vida dos indivíduos e de suas relações comunitárias e subjetivas.

Toda carga de transformação social traz certos deslocamentos aos indivíduos, sejam elas de fundo mais abrangente ou das relações mais circunscritas ao local de origem. A globalização é um processo que, por sua repercussão em um espaço de tempo tão exíguo, tem um peso exponencial surpreendente, haja visto o que ela provoca em termos de deslocamentos. Estes deslocamentos, não necessariamente físicos, mas também simbólicos e íntimos, certamente, podem provocar incertezas, visto desatrelar nossas garantias ao inserir-nos à rede dinâmica de influências e mecanismos estendidos do ponto de vista de suas amplitudes e desencaixes locais. Deslocamo-nos das relações face a face, de forma presencial, para estabelecermos relações à distância, que nos fazem pensar em diferentes momentos que perdemos,

realmente, o controle de nossas ações e decisões (Giddens, 1991). A insegurança, desta forma, também se caracteriza como um produto contraditório e ambíguo da modernidade. Pois a humanidade busca dominar a natureza a partir da Ciência e de seus aparatos técnicos disponíveis, ao mesmo tempo que, em sua intervenção, ao alterar a suposta ordem dos fatores da natureza, causa fenômenos que nos remetem à dúvida, causando ansiedade frente ao desconhecido e às mudanças constantes.

Na medida em que as transformações em rede se estabelecem, gerando influências e deslocamentos, que nos colocam a princípio numa condição desconfortável de insegurança, diante da recriação constante da nossa capacidade de busca por uma *segurança ontológica* (Idem), temos que ressaltar o elevado nível de ajustamentos que somos desafiados a proceder visando responder às novas formas de envolvimento, como é o caso da nossa empregabilidade em um mercado de trabalho mutante e de oportunidades desiguais.

Cabe destacar, por sua vez, que estes fenômenos não são vividos de forma homogênea, muito menos as respostas a eles são padronizadas. Porém, os pressupostos que se hegemonizam e relacionam sociedades e perspectivas do desenvolvimento capitalista, em suas essencialidades exploratórias e acumulativas, trazem elementos ainda mais fomentadores das desigualdades sociais, como a mendicância, a violência, a desnutrição, a falta de habitação, a dependência profunda dos aparatos institucionais e das relações comunitárias e etc.

Atualidade da questão social e a vulnerabilidade social

A vulnerabilidade social torna-se, por tudo o que foi dito até aqui, um elemento heurístico de análise social, pois também enlaça a ideia do incerto e dos perigos de um mundo em permanente transformação. Estamos relativamente e de diferentes

formas vulneráveis às mudanças, em risco; pois a mudança constante nos traz a insegurança, ou seja, a necessidade permanente de nos envolvermos em constantes ajustes e adaptações. Esse processo é sempre duvidoso e, de certo modo, desgastante. Como ter a certeza de que teremos condições de nos ajustar às novas condições de vida/trabalho e estar em um ambiente acolhedor?

Temos que ter claro que esta nova condição de deslocamento traz diferentes dificuldades dentre as diversas sociedades e segmentos sociais. Se pensarmos em consonância a uma análise funcionalista de organização social, mediada por uma perspectiva que articula padrão de coesão, normalidade e funcionalidade na diversidade, podemos refletir sobre a adaptação dos elementos que se inserem ou buscam se inserir em determinada sociedade, isto é, podemos pensar nas possibilidades de como, essencialmente, determinados elementos fazem para se ajustar às novas necessidades e capacidades que o trabalho, ou a falta dele, nos exigem. Certamente, nem todos os sujeitos conseguirão de forma igual, a partir de seus próprios recursos, adaptar-se às mudanças, principalmente em sociedades com lastros e fórmulas de disputas competitivas e recursos reduzidos. Nessa equação, as mudanças constantes nos trazem uma nova questão social que deve ser matizada pela análise social, sendo a própria condição de adaptabilidade ao trabalho, no sentido de acomodar e ajustar os efeitos das transformações econômicas e sociais, uma condição para a análise sociológica e de *aporia* social.

Dentro de uma perspectiva funcionalista, Castel (2003), ao analisar mais especificamente a sociedade europeia, dirá que uma questão social é realmente uma *aporia*, uma questão problema fundada na sociedade, questão que deve ser resolvida à medida que seus efeitos se tornam deletério, prejudiciais à determinada sociedade, em um também determinado momento histórico e de desenvolvimento.

Esse autor recobre historicamente o processo de configuração do capitalismo e nos diz que vivemos na atualidade uma nova forma de desfiliação dos indivíduos, pela própria dinâmica que o sistema de trabalho se reconstitui nas esferas do capitalismo contemporâneo, sendo esse aspecto a questão social mais premente para se debruçar. Vive-se, segundo Castel, uma desfiliação de pessoas que sobram das novas estruturas produtivas, sem função e condição de se manterem inseridas em um padrão minimamente formal de organização, particularmente no âmbito da sociedade salarial. Esse é o grande legado assumido pelas sociedades atuais, essa é a nova questão social que se pronuncia, segundo Castel. Como regrar e estabelecer parâmetros de inclusão numa sociedade que se moderniza tecnologicamente e desenvolve novas estratégias logísticas de produção descartando contingentes de indivíduos, relegando-os a sua inutilidade e extrema pobreza? Essa, na verdade, seria a pergunta essencial de qualquer lista de indagações sob essa perspectiva sociológica.

Por esta condição, considera Castel, que antigas formas de solidariedade se encontram esgotadas para dar coesão às sociedades. A dimensão específica de inclusão pelo trabalho torna-se problemática, uma saída improvável para sanar esta nova questão social atualizada pelos processos de desemprego e precarização do trabalho. O que abriria a necessidade de concatenar políticas de intervenção por parte do Estado frente à recorrência do desfilamento social. Segundo este autor, tal interseção deve estar elencada em perspectivas alternativas à lógica da inserção no trabalho, pois vivemos uma crise do próprio trabalho. Outrossim, é de suma importância que se estabeleçam propostas que recubram uma forma de discriminação positiva daqueles que se encontram em condições vulneráveis, para que se reestabeleça estrategicamente a retomada da coesão social, ponto necessário às sociedades, salienta Castel.

Dentro de uma visão crítica do desenvolvimento das sociedades, Alejandra Pastorini (2011) refuta tal abordagem de uma “nova questão social”. Faz a crítica a Robert Castel e a outros autores em suas abordagens sobre a questão social, principalmente pela ausência em suas perspectivas da noção dos conflitos e das contradições no âmago das sociedades capitalistas. Contrapõe ainda as saídas desenvolvidas nessas análises no sentido de resolver os impasses resultantes da crise do trabalho e do desfilamento social sofrido por amplos contingentes populacionais.

A perda de processualidade na análise de uma suposta “nova questão social” para Pastorini é uma fragilidade da abordagem anterior, pois entende que o fulcro da questão social se estabelece dentro de um processo histórico contínuo das contradições de classe. Não se pode minimizar este processo fragmentando-o ao estabelecer etapas e novas contingências. A precarização do trabalho ou da vulnerabilidade social sofrida pelos trabalhadores, interpretando a autora, condiz com as estruturas de dominação e contradições históricas que se reproduzem continuamente na organização do sistema e da acumulação capitalista. Anota, porém, que, evidentemente, se deve dar a devida importância a determinados contextos da história e a tudo o que for relevante a uma determinada época ao enfatizar a totalidade do processo de exploração contínua daqueles que possuem apenas a sua força de trabalho como forma de participação econômica e reprodução social. Segundo a autora (Pastorini, 2011, p. 48):

Para compreender o movimento do real é necessário romper com os dualismos antes/agora, passado/presente, antigo/novo, fato que não implica desconhecer as especificidades de cada momento histórico e de cada contexto social; pelo contrário, dessa forma poderemos perceber as transformações sociais historicamente, sem cortes temporais fixos.

Dessa forma, a ideia de vínculos sociais amplos pressupõe a ideia de uma sociedade estável e harmônica, responsabilizando, em algum momento, o próprio indivíduo por sua carência e dificuldades de integração. Contrária a essa teoria, assevera Pastorini, é necessário pensar em estratégias que busquem romper com concepções redutoras da capacidade dos atores envolvidos, através das quais se possa criar uma proposição ‘contra hegemônica’ ao *status quo*. Dessa forma, evidencia contradições estruturais do sistema na lógica do trabalho e nas falsas apolo- gias que buscam perceber as questões sociais de forma fragmen- tada e setorial. Falar da questão social aqui é falar no processo da divisão social do trabalho e em sociedades divididas em classes, com apropriação desigual da riqueza socialmente gerada. Longe disso, estaríamos legitimando a própria expropriação sofrida pela classe trabalhadora explorada, ratifica a autora.

Sem dúvidas, estas referências teóricas geram um mote para se pensar nos processos e circunstâncias da dinâmica das relações cotidianas e do trabalho, do caráter distributivo e dos interesses envolvidos na problematização da questão social, ou questões sociais, atinentes ao mundo contemporâneo. Em ver- dade, seja no âmbito da teoria de cunho funcionalista ou da crí- tica marxista, esboçam-se análises que buscam dar relevância às condições de vulnerabilidade social existentes. A primeira busca percorrer a perspectiva da falta de integração de um contingente populacional que se encontra desconexo a um sistema de traba- lho que não mais o absorve, relegando uma massa de indivíduos a uma condição de desfilamento social. A outra perspectiva vê o aprofundamento das contradições históricas de classe, a ampliação da exploração do trabalho diante da banalização das precarizações laborais, assim como do poder ampliado da classe dominante e da fragmentação da luta política da classe trabalhadora.

Nossa proposta, a partir daqui, será aprofundar este debate inserindo alguns elementos que possam enriquecer o entendimento das questões sociais contemporâneas. Questões sociais no plural, haja vista que nosso viés é nos aliarmos a uma corrente de interpretação que perceba a heterogeneidade dos atores sociais envolvidos nos processos de vulnerabilidade social e que perfazem os contornos de uma sociedade onde o risco é iminente, mas de forma diferenciada, segundo características, lugares que se pronunciam e status econômicos, simbólicos e sociais. Segundo uma percepção interseccional, há que se ter cautela nas generalizações das condições sociais dos indivíduos na medida em que se percebe as desigualdades multiplicadas no seio das sociedades (Dubet, 2003), não como um fenômeno metassociológico e homogêneo. As desigualdades sociais são redimensionadas também pelas próprias desenvolturas dos indivíduos em seus processos existenciais e culturais de enfrentamento das próprias condições e incertezas sofridas.

Esta perspectiva é desenvolvida no próximo tópico, estendendo a dimensão política a fenômenos atitudinais e expressões que podem dizer respeito às experiências dos próprios atores sociais, sem subestimar, porém, fatores absorventes da exploração e das discriminações históricas e estruturais.

A hiperdimensão do econômico e o espectro da política execrada

Pensar uma questão social é também eleger em um determinado momento, uma dimensão da atuação política, econômica e cultural. Intervenções residuais e ajudas emergenciais aos pobres são, certamente, como o próprio termo se encarrega de qualificar, emergenciais, resíduos que se deixam escapar por uma válvula reguladora dos sintomas da crise econômica e social. O que vem a ser uma condição amortizadora como perspectiva

de apaziguar e não deixar convulsionar a sociedade em função dos problemas decorrentes de condições perturbadoras, embora seja evidente que o papel do Estado deva ser de formulador de políticas que deverão arregimentar instrumentos e recursos para qualificar relações, disponibilizando uma melhor distribuição de riquezas e desenvolvimento social.

Políticas sociais pontuais, relacionadas a indivíduos mais vulneráveis socialmente, não devem ser desprezadas, dentro de uma concepção visando estender garantias a quem se encontra em estágio avançado de empobrecimento e discriminação. Paralelamente a isso, podemos questionar, inclusive, o que seria uma condição digna de vida? Grande parte das políticas e projetos sociais ao longo da nossa história foram sempre catalisadas como amortecedores de uma condição de exploração e iniquidade social, sem o devido questionamento das origens dos processos de pauperização dos indivíduos. Em muitos casos, políticas se tornam paliativas e circunstanciais diante das experiências de intervenções, principalmente onde o ambiente autoritário faz parte da tradição política, servindo ao próprio jogo da colonização e da dependência social, enaltecendo as clivagens clientelistas e da tradição do domínio do espaço público de forma discricionária.

É de certa forma consensual que temos um nível de carência no Brasil que urge a tomada de decisões políticas para debelar um estado estrutural de fragilidade social extrema. Para diminuir esta condição, algumas ações de governos federais foram realizadas nos últimos anos, como o Programa Bolsa Família (BF) e o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), derivados de outros programas ou criados de forma originária. Tais programas, longe de serem políticas inteiramente satisfatórias para responder a todos os problemas elevados pela condição de vulnerabilidade social no Brasil, foram exemplos de instrumentos que buscaram confluir para certas demandas de segmentos da sociedade

brasileira. Em relação ao BF, denominado pelo governo federal anterior como Auxílio Brasil e retomado agora como BF no terceiro mandato do presidente Lula, iniciado em 2023, particularmente, distribui a uma parte da população, que se encontrava em condições de pobreza avançada, um recurso financeiro (uma bolsa) para que se possa satisfazer determinadas necessidades básicas às famílias beneficiadas por este Programa. Em suas diretrizes, para que se trate o problema da pobreza de forma ampliada, o BF exige que os pais ou responsáveis, efetivamente, mantenham crianças e adolescentes na escola, além de outras exigências vinculadas à área da saúde, como responsabilização efetiva pela vacinação obrigatória aos menores, além de outras condicionantes regimentais. Tem-se com este benefício um caráter propositivo e concatenado à ampliação da assistência social e de longo prazo, ou seja, de mudança estrutural da vulnerabilidade dos indivíduos.

Em linhas gerais, medidas e ações públicas ainda são pautadas por características e dimensões meramente residuais, haja vista a ausência de um aspecto que, segundo nosso entendimento, caracteriza-se de suma importância para que as políticas sociais aplicadas possam estabelecer um novo horizonte de objetivos em suas ações, qual seja: a participação política efetiva e o controle social na conformação das próprias ações públicas e sociais que se deseja implementar.

Esse aspecto diz respeito à participação de segmentos da sociedade que são, em certa medida, o próprio alvo das ações coordenadas pelas políticas. Nesse ponto de vista, a necessidade do aprimoramento, de um viés democrático popular e participativo, torna-se aspecto fundamental e pedagógico para a formação e constituição das ações propriamente ditas. Embora não possamos desprezar os avanços do aprendizado político e participativo brasileiro, desde a abertura democrática na década 80, retrocessos e dissipação de um ambiente crítico são também

fenômenos verificados e que desenlaçam uma nova bateria de decisões autocráticas e autoritárias entre nós.²

A discussão e crítica que Pastorini desenvolve, vista na parte anterior, corrobora o realce do caráter histórico e contínuo de uma questão social relacionada à precarização e ao desemprego do trabalhador na perda de suas garantias sociais. Em função disto, não podemos esquecer da dupla dimensão referente à esfera estrutural do sistema capitalista – economia e política – que se entrecruzam, gerando efeitos na condição de vida do trabalhador. O forte dessa análise, que deve ser aqui frisado como fundamento de um debate político, em nossa visão, está circunscrito principalmente ao conflito social e ao antagonismo entre as classes. Por essa perspectiva, entender como se constrói a divergência de interesses sociais dispostos historicamente nas sociedades é algo fundamental, porém parece-nos essencial igualmente uma discussão que inclua os sujeitos neste debate a partir de suas percepções e visões dos problemas sofridos. Pois, somente assim, poderão ter a possibilidade de condicionar as escolhas que devam ser concatenadas e refletidas em suas particularidades e em seu conjunto. Uma vez que a dimensão da ação e da intervenção social, para ser mais exato, tornam-se justificadas pelas necessidades reais e pelos pontos de contato entre os indivíduos.

Essa proposta de discussão não se faz simplesmente dentro de uma órbita regulatória e da necessidade quase natural/

2 Um exemplo disso foi o decreto do anterior presidente da República Jair Bolsonaro (2019-22), no Brasil, que, em seus primeiros atos de governo (2019), extinguindo os conselhos e comissões da sociedade civil. A medida impactou 700 conselhos que compunham o Plano Nacional de Participação Social, dentre eles, por exemplo, a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT. Fonte: Brasil de Fato. Acesso em 14.11.2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/por-meio-de-decreto-bolsonaro-extingue-conselhos-e-comissoes-da-sociedade-civil/>.

espontânea de encaixes/ajustes das peças que, por acaso, estejam deslocadas e compostas no “tabuleiro social”.³ De outra forma, o peso de enveredarmos por uma corrente autoritária e, até mesmo, meramente tecnicista, homogeneizadora das demandas, tratando de forma residual os problemas, é muito grande dentro de uma tradição política autoritária e populista que vivenciamos no Brasil (Faoro, 2012). Ficar encrustado no âmbito de alavancar certas condições econômicas aos pobres, de certa forma, é encapsular, no mínimo, a possibilidade de segmentos sociais vulneráveis terem a liberdade de manifestação. Nesse sentido, a discussão política não pode ser execrada da alçada das decisões, deixando-a à margem ou no subterrâneo das decisões hegemônicas e dos imperativos funcionais e técnicos do poder institucional. Nesse sentido, as relações em jogo e a própria necessidade de autonomia para fomentar a discussão política, para pautar o conteúdo e a relevância das questões sociais, são realmente condições necessárias ao próprio processo de ação democrática.

Observamos um mundo cada vez mais complexo, no qual as próprias transformações liberam forças em busca de maior liberdade e reconhecimento, muito embora a ênfase de canalização dessas liberdades e lutas por reconhecimentos não recebam, muitas vezes, os canais adequados para as suas manifestações ou se pautem a ajustá-las aos dispositivos normativos do *status quo*. Tal capacidade só se sustenta, por sua vez, no próprio aprendizado da participação, na experiência social, em função dos canais de diálogo que a própria sociedade e o Estado possam

3 Embora a discussão de Robert Castel vá além dessa ênfase e traga propostas para se pensar em soluções que vão além do trabalho, o autor dá importância predominante ao papel do Estado como ator necessário das políticas sociais que devam incidir sobre a nova questão social, ao novo conjunto de problemáticas que levam ao desfiliação social de indivíduos num mercado de trabalho cada vez mais restrito.

estabelecer, sendo o aprendizado um dos subprodutos da própria modernidade e dos anteparos que possam ser alavancados e compostos por ela.

Dentro de formatos de antigas e novas demandas produzidas e manifestas em países como o Brasil, em que a questão social também se pluraliza, temos como exemplos a questão indígena e a necessidade da demarcação de terras dos povos tradicionais que são muitas vezes coagidos pelos crimes advindos dos garimpos ilegais; a participação e a autonomia das mulheres, mediante uma sociedade que ainda as discrimina no trabalho e nas relações domésticas; a questão fundiária e a fixação do camponês à terra, anteriormente “griladas” por fortes interesses coronelistas ou caudilhescos espalhados por todo o País; a situação do negro e sua condição de ainda ocupar geralmente os extratos mais baixos da escala social; a precarização das formas de trabalho e de poucos ganhos econômicos de um segmento de trabalhadores informais que catam materiais nas ruas para posteriormente vendê-los por valores estipulados por quem os explora; entre outros aspectos de grande relevância social que fazem sujeitos vivenciarem diferentes e múltiplas desigualdades. Aspectos, estes, certamente relevantes para se pensar nos demais casos latino-americanos e caribenhos, onde o desenvolvimento desigual e as injustiças sociais são aspectos representativos das configurações históricas assimétricas de poderes entre diversas condições, clivagens e grupos sociais (Wanderley, 2000).

Em função disso, há que se analisar os próprios processos históricos de desigualdade de forma mais ponderada, com uma capacidade de percepção para avaliar que a desigualdade transcende o aspecto econômico, pois também se dá por outros requisitos integrados e relacionados à discriminação étnica, sexual, geracional, do/no trabalho etc. Ou seja, há uma coimplicação para se perceber e entender a vulnerabilidade social que não diz

respeito apenas à pobreza e à marginalização social (Salgado, 2005); uma vez que a complexidade desse processo tem diversas dimensões e origens que se entrecruzam e estabelecem as várias desigualdades e, neste sentido, as várias lutas sociais que se estabelecem no seio das sociedades e que agem de formas assimétricas e desarticuladas.⁴

Ficar preso aos conceitos de desfiliação ou de classe social amparadas exclusivamente à dimensão do trabalho é perder a possibilidade de analisar o fenômeno de vulnerabilidade social de forma mais contextualizada ao momento histórico e às problemáticas particulares, onde emergem ações sociais de diferentes sujeitos e grupos sociais que nos fazem perceber as interações e referências a questões sociais no mundo contemporâneo; todas elas, de certo modo, em correspondência.

Dentro de uma perspectiva histórica, de observação das ações sociais e de como se estrutura a própria carência, sendo a econômica apenas uma das referências para se pensar a vulnerabilidade social, Salgado (2005, p. 242) irá dizer que:

A proposta é entender a carência de uma perspectiva histórico-social, isto é, como processo de ação social desenvolvido na vida cotidiana (no tempo histórico). Ou seja, como processo

4 O trabalho de Norbert Elias, *“Os Estabelecidos e os Outsiders”*, ajuda-nos a pensar na capacidade de grupos sociais de criarem distinções frente a outros grupos ou segmentos sociais. Tais distinções não dizem respeito simplesmente a diferenças econômicas. Essa obra realça as diferenças que podem ser estabelecidas pelas formas que os poderes são constituídos, arregimentados por determinações e aspectos identitários grupais. No estudo de caso ao qual Elias se detém, a arregimentação de poderes, que faz determinado grupo se distinguir de outro, está relacionada ao tempo em que determinadas pessoas convivem, formando uma rede de relações mais consistente em relação aos recém-chegados a uma comunidade, os *outsiders*, o que faz o grupo mais antigo estigmatizar o novo, causando inúmeros processos de discriminação e desigualdades.

de construção humana do social e suas instituições. Nem dentro do mercado nem dentro da produção como paradigmas ideológicos, mas como processo de criação do social no tempo e no espaço, o que já abrange a atividade de produzir e atuar no mercado.

(...) é necessário humanizar a teoria da carência, pois isto mesmo nos ajudará a reconhecer que a problemática da carência é mais ampla que o problema da necessidade.

Nesse sentido, a possibilidade de se fazer apenas generalizações para dar conta do próprio fenômeno da carência é um aspecto limitante, em que se perde a capacidade de entender como se estabelecem realmente as relações e os múltiplos conflitos na prática.⁵ Perde-se, dessa feita, a própria capacidade

5 Geralmente, instituições e agências públicas se utilizam de determinados índices econômicos e sociais para monitorar a realidade e as formas concretas das estruturas econômicas e sociais de um país e de sua população. Nesse sentido, há uma preocupação histórica em aprimorar a produção de indicadores que possibilitem entender a realidade. Em décadas atrás, o Produto Interno Bruto (PIB) foi o indicador mais utilizado para medir a performance de um país, visto que se acreditava que, com o aumento do PIB, ou seja, com um maior crescimento econômico, haveria maior distribuição de renda pela capacidade do sistema produtivo de empregar uma mão de obra que estaria disponível. Esta perspectiva foi duramente questionada ao longo dos anos por vários intelectuais e políticos, em que se buscou outras possibilidades de configurações de dados objetivos que pudessem dar respaldo ao entendimento da condição econômica e social de um povo. Um dos índices mais utilizados atualmente é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tal indicador tem o mérito de ser constituído mediante três variáveis socioeconômicas (saúde, educação e renda) que lhe dão um maior aporte e consistência avaliativa, bem como a possibilidade de analisar municípios, estados e o país como um todo, no caso do Brasil. Por nossa conta, embora a importância das tentativas de objetivar em números a realidade social, o que possibilita pensar políticas públicas a determinados setores, a magnitude das informações pode perder a essência dos processos sociais à medida que forem usados

de se pensar na dimensão da atuação política dos atores, em suas estratégias, adaptações e resiliências, amplas e pontuais. Referências essas importantíssimas para que possamos entender o jogo dinâmico de poderes e conquistas que modelam os interesses dentre os diferentes grupos sociais. É interessante, assim, pensar a política dentro de uma perspectiva também microsso-cial, pois é nas instâncias da vida cotidiana que se funda as lutas e os próprios ressentimentos dos atores que buscam, a partir do que dispõem e de seus próprios aportes (econômicos, sociais, simbólicos etc.), estabelecer estratégias e táticas, conscientes e inconscientes, de atuação em sociedade, mostrando-se como elementos dinâmicos e integrais.

Podemos encontrar no lugar cotidiano das pessoas uma possibilidade de intervenção visando romper ciclos de pobreza e da vulnerabilidade social, através de ativos sociais e individuais que estejam à disposição da mobilização social em um determinado momento. Onde se possa romper práticas de discriminação e de políticas autoritárias vindas de cima para baixo, de práticas estabelecidas por uma cúpula de planejadores, públicos ou privados, que dizem o que é necessário para o público-alvo da ação planejada por eles. Todavia, cabe ser prudente e observar a correspondência das políticas sociais às estruturas de risco da sociedade; ao contrário, corre-se outros riscos, como criarmos efeitos perversos àquilo que queremos exatamente corrigir.

Nesse sentido, um amplo cuidado na intervenção é algo salutar, pois classificar, organizar, estender certos benefícios, também pode estigmatizar e criar um círculo de dependência

como forma de entendimento da realidade em alcance absoluto. Certamente a Sociologia, a Antropologia e outras ciências humanas possuem a capacidade de realizar pesquisas sociais que nos possibilitem compreender de forma mais complexa os diferentes contextos da vulnerabilidade social pela própria ação dos sujeitos e de suas experiências, embora, evidentemente, não se descarte os índices macroestruturais.

social ainda mais forte, que não promova a possibilidade de autonomia por parte dos sujeitos; consubstanciando uma certa relação tutelada, de forma ainda mais segregacionista. Dubet (2003), sociólogo francês, retrata alguns aspectos no âmbito da educação que vão ao encontro dessa hipótese. Ao referir-se à questão social do ensino, da abertura do sistema escolar aos pobres, política que se acredita ser bastante importante e fundamental para que se institua uma sociedade mais democrática e mais igualitária, chama a atenção de que, mediante determinadas escolhas que possam ser realizadas para que se permita a inserção de amplos segmentos ao ambiente escolar, pode-se gerar com isso outros tipos de desigualdades sociais, tão duras quanto as que se quer debelar. Visto os registros que dão margem para se estabelecer na prática um ensino precário para alguns, um ensino de segunda classe, incipiente para aqueles que não possuem a opção de escolha frente aos recursos limitados que a escola pública pretende dispor para os sujeitos carentes. Este é um caso emblemático, possivelmente gerador de mais violências e ressentimentos ao fortalecer um novo módulo de segregação existente no ambiente escolar e social; embora, sem dúvidas, uma escola universal, com amplo acesso a todos, seja fundamental como política pública e engajamento democrático visando qualificar a vida das pessoas.

Considerações Finais

Nosso objetivo, neste ensaio, foi fazer um preâmbulo, uma reflexão primordial em torno das dimensões econômicas e políticas no que se refere ao fenômeno da vulnerabilidade social na atualidade e, de alguma forma, ampliar este debate no ponto de sugerir o entendimento social mediante a abertura ao diálogo e à participação dos sujeitos diante das políticas sociais. Acreditamos que seja necessário entender a vulnerabilidade

social como um fenômeno amplo, ligado a problemas estruturais do trabalho, muito embora seja necessário pensar que as desigualdades sociais e vulnerabilidades sejam matizadas por um amplo leque de outras particularidades e características vivenciadas pelos indivíduos. Ressaltamos aqui a importância de observar as relações desenvolvidas pelos sujeitos em seus cotidianos e de suas bases constitutivas, para não secundarizar ações e experiências ao lidar com as variadas relações desenvolvidas e que devam ser propriamente articuladas para melhor compreensão da realidade.

A ênfase aqui foi, num primeiro momento, abordar dois recortes analíticos sobre a questão social predominante e perceber seus pontos de convergência e de distinção. Em seguida, elegemos uma perspectiva de abordagem das relações sociais em função das contradições e diversidades sociais. Buscamos dar relevância à participação como forma de definição das políticas sociais, haja vista ser um destaque importante para que se processe ações com ampla capacidade lógica voltada ao estabelecimento e à confluência de parâmetros de reconhecimento social. Por essa percepção, é importante que haja condições de constituição de uma pauta política que defina a própria essência das questões sociais e do que seja prioritário atingir pelas ações voltadas aos problemas sociais. E, em função disso, atingir a promoção da liberdade no debate político para se pensar na própria ideia de igualdade, sem o domínio de um poder hegemônico e discriminatório, dadas as referências que definem o ser integrado ao espaço público.

A ideia de promoção social, no sentido de ampliação e no oferecimento de possibilidades de discussão de condições sociais a sujeitos extremamente vulneráveis econômica e socialmente, só poderá ser construída, por essa perspectiva, dentro de uma dimensão política de permanente diálogo e posicionamentos dos próprios indivíduos em questão, pois as sociedades

não são espectros estanques, mas desenvolvem mudanças constantes, sendo um dos caracteres motivadores dessas mudanças as próprias relações e aproximações vividas de forma intensa e, muitas vezes, conflitiva entre sujeitos.

Percebemos, dessa forma, a possibilidade de instâncias de participação social visando dar vazão às demandas a partir da própria condição dos indivíduos, reconhecendo-os como elementos indispensáveis que interagem na construção efetiva de suas relações e de como são afetados diante de suas experiências relacionais cotidianas. A construção de um ambiente que amplifique as habilidades democráticas é indispensável para isso. Dentro desse princípio, a possibilidade de discussão e a oportunidade de colocar-se no lugar do outro é um elemento fundamental na equação de possíveis consensos, sendo isso, segundo nosso entendimento, uma questão basilar de uma política que vislumbre uma condição maior de autonomia e liberdade (Safatle, 2018).

Casos como o de Ragu, exemplo de manifestação de um indivíduo vulnerável e discriminado social e economicamente, tratado na introdução deste texto, retratam a condição de uma sociedade apartada, dividida em segmentos, onde existe um abismo econômico e social que nos afasta e estabelece a exiguidade ou a perversidade dos contatos. Ragu representa um estrato social despossuído, aquilo que Souza (2003) chama de ralé estrutural nos países de capitalismo tardio, inapto em suas condições de se envolver nas esferas do trabalho moderno, do autoconhecimento e de planejamento reflexivo prospectivo, embora, em um determinado momento de sua trajetória, tenha trabalhado numa empresa do setor calçadista e tenha, no momento atual, consciência de sua fragilidade social, o que o leva a lutar de diferentes formas para encontrar um espaço de manifestação e integração social.

É evidente que hoje este sujeito está condenado a uma condição de indignidade, visto os novos parâmetros de trabalho e exigências práticas e prospectivas. É tratado e acolhido, por parte da comunidade, de forma assistencialista, mas, em outros momentos, esta mesma sociedade o pune, julgando-o pelo “baixo apego” às condições e determinações do trabalho normativo. Isso ocorre ainda que Ragu faça um grande esforço para estar inserido em um padrão de sociabilidade ao executar trabalhos penosos e empunhar sua carteira de trabalho amarrotada, guardada no bolso traseiro da calça que veste. Registro de trabalho que significa para ele e para outros trabalhadores uma forma ainda de se constituírem como parte das sociedades e dos locais onde vivem.

Como aspecto conclusivo, cabe às instituições e grupos sociais elaborarem uma agenda de discussão pública que perceba os problemas estruturais de nossas sociedades, as contingências do mundo globalizado e, ao mesmo tempo, perceber as questões que vulnerabilizam os indivíduos ao lhes transformarem em subcidadãos, não por sua própria vontade, mas por uma série de disposições sociais e aspectos estruturantes e conjunturais que os fragilizam pela aspereza discriminatória cotidiana e por suas especificidades existenciais.

Particularmente, o momento no Brasil e na América Latina como um todo é de grandes impasses, rupturas políticas e perdas de direitos sociais, ainda mais pelo momento de crise na área da saúde e da crise sanitária (Covid-19) que se abateu sobre o mundo e que deixa reflexos incalculados. Ou seja, vivemos um momento de difícil definição de rumos e de formas que pelas quais possam ser alavancados os fundamentos de uma ação política integradora de desenvolvimento com forte participação popular.

A elasticidade de nosso processo de aprendizado à democracia ainda nos desafia, não sem muitos revezes, porém com

muitos delineamentos e possibilidades concretas que também se elevam no penoso processo de luta social, diante das contradições e desigualdades na esfera do trabalho e naquilo que compõe a nossa diversidade de vida e manifestação.

Referências Bibliográficas

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTAMIRA. [filme-vídeo] Produção de James D'arcy, José Padilha, Marcos Prado. Direção de Marcos Prado. Rio de Janeiro, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patrocínio brasileiro.** 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

GIDDENS, Antony. **Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª edição São Paulo: Loyola, 1999.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

SAFATLE, Vladimir. **O círculo dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SALGADO, Jorge G.A. Elementos conceituais para a construção de uma teoria sociológica da carência. In: CATTANI, A. D.; DÍAZ, Laura M. (Orgs.) **Desigualdades na América Latina**: novas perspectivas analíticas. Porto Alegre: EdUFRGS, 2005, p. 235-251.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Org). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000.

PARTE II

ESTUDOS SOBRE O POLO DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO EM EVIDÊNCIA

CAPÍTULO V

A cadeia produtiva de vestuário, no Brasil e no México, frente às reconfigurações do capitalismo atual: um olhar do global para o local

Sandra Roberta Alves Silva

Introdução

A globalização, segundo Sousa Santos (2002), é um fenômeno multifacetado, que envolve dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, que estão profundamente interligadas. É uma nova divisão internacional do trabalho que converteu as multinacionais em atores centrais da economia mundial, tendo como base: o sistema financeiro e investimentos em escala global; a produção flexível distribuída em vários locais; os baixos custos com transporte; as tecnologias de informação e comunicação; a desregulação econômica; a hegemonia das agências financeiras; e, a princípio, o surgimento de três grandes capitalismos transnacionais: Estados Unidos, Japão e Europa.

De acordo com Octávio Ianni (2001), essa nova divisão internacional do trabalho e da produção, envolvendo o fordismo, toyotismo, flexibilização e terceirização, tudo isso agilizado e generalizado com base tecnológica, transformou o mundo em uma grande e complexa “fábrica global”; que expressa não só a reprodução ampliada do capital em escala global, bem como a generalização das forças produtivas e a globalização das relações de produção. Para o autor, a dinâmica capitalista global, ao desenraizar-se, movendo-se por todos os cantos do mundo, ultrapassa fronteiras geográficas, regimes políticos, culturas e civilizações, com o objetivo de manter o lucro e a hegemonia financeira de grupos e classes dominantes. O processo de produção desterritorializado, a fim de obter lucro, incorpora à rede de produção global uma série de estratégias como, por exemplo, o barateamento da produção; legislações favoráveis aos investimentos; isenções de impostos; mão de obra abundante, barata e desorganizada; trabalho intensivo; e baixa tecnologia. Ademais, permite o crescimento do trabalho precário, terceirizado, informal, temporário e/ou de tempo parcial, trazendo para o centro do sistema produtivo antigos sistemas de trabalho domiciliar, artesanal e familiar, situados na fronteira da informalidade (Araújo *et al.*, 2004; Lima, 2010).

As relações de trabalho e de produção, na cadeia de vestuário, têm passado nos últimos anos, em nível mundial, por um conjunto de transformações, dentre as quais a mais importante consiste no fato de que as cadeias de produção se tornaram globalizadas. Neste contexto, a divisão internacional do trabalho concentrou a concepção dos modelos e coleções nos países desenvolvidos e a costura em regiões onde a mão de obra é mais barata.

Com essa reorganização da produção, as grandes redes varejistas que compram e comandam a produção em cadeia global concentram seus esforços nas atividades de concepção dos

produtos e comando da cadeia, agregando mais valor (Lupatini, 2004). A fragmentação que se espalha pelo mundo e envolve empresas e pessoas na produção de bens ou serviços, começando pela concepção até o consumo final, por meio da distribuição e terceirização da produção para diversos países, forma uma cadeia de valor “que representa todas as empresas e pessoas envolvidas na produção de um bem ou serviço, desde a sua concepção até o consumo final” (Reis; Almeida, 2014, p. 4).

De acordo com Supervielle e Rojido (2007), o conceito de Cadeias Globais de Valor ou CGV, surge mediante contexto histórico caracterizado pelo aumento da competitividade econômica internacional e pela expansão da abertura econômica (globalização), no qual empresas situadas em diversos lugares do planeta mantêm uma relação de interdependência entre suas atividades produtivas e comerciais. Esses novos sistemas globais baseiam-se na reorganização da indústria e em sua fragmentação. Passam a atuar em redes, envolvendo uma série sequencial de atividades que abarcam diversos atores e atrizes. Várias empresas espalhadas regionalmente, em vez de setores completos, se especializam em aspectos específicos da produção até completar o ciclo de um produto que vai da concepção ao consumo final (Gereffi *et al.*, 2013; Del Bono; Leite, 2016).

Nesse contexto, tal processo repercute diretamente sobre os(as) trabalhadores(as) e, conseqüentemente, em suas atividades produtivas, pois os empresários precisam responder a critérios economicamente preponderantes, como:

redução de custos de transação e dos riscos implícitos nas relações com o mercado; transferência de conhecimento e controle sobre os processos produtivos; exploração de capacidades coletivas; consolidação de vínculos estáveis [...] que permitem reduzir os custos

operacionais e gerar uma maior diferenciação [...]’ (Superville; Rojido, 2007, p. 346) [tradução livre da autora].

Desde a segunda metade do século XX, esse processo tem se intensificado por todo mundo. Entre os anos de 1950 e 1960, os Estados Unidos e a Europa Ocidental passaram a realocar algumas etapas do processo produtivo para o Japão. Nas décadas seguintes, China, Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan passaram a fornecer serviços de subcontratação. Com o “Programa de Industrialización Fronteriza”, criado em 1966, o México também começou a produzir para os Estado Unidos; e, em 1994, com o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, o trabalho subcontratado em maquiladoras foi intensificado. Vale destacar que, a partir dos anos 2000, a China começou a despontar no mercado global pela produção em larga escala, com baixo valor salarial [dentre outras questões], e o México começou a perder, em números, o seu posto de produtor (Barrientos Juárez *et al.*, 2004; De La O, 2006a; De La O, 2006b; Gereffi, 2000; 2015; Itam, 2008).

No entanto, com a escassez da mão de obra chinesa, a produção é mais uma vez deslocada para: Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia, Brunei, Vietnã, Myanmar, Laos, Índia, Paquistão e Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão; e para o Continente Africano, em países como a Etiópia, que é um dos vinte mais pobres do mundo (Cruz-Moreira, 2003; Montero Bressán, 2019).

1 [...] reducción de costos de transacción y de los riesgos implícitos a las relaciones de mercado; transferencia de conocimientos y control sobre los procesos productivos; explotación de eficiencias colectivas; cimentación de vínculos estables [...] que posibiliten reducir los costos operativos y generar mayor diferenciación [...] (Superville; Rojido, 2007, p. 346).

Olhando em direção à América do Sul, países como a Argentina e o Brasil mantêm uma produção bastante significativa para grandes redes de varejo. Produção esta que envolve problemáticas relacionadas à mão de obra imigrante (ex.: boliviana, peruana etc.), em muitos casos com trabalho análogo à escravidão (Leite; Alves Silva; Guimarães, 2017; Montero Bressán, 2019).

Em suma, é possível observar que não somente a cadeia produtiva de vestuário, como também a dos demais setores produtivos, têm passado por transformações significativas na contemporaneidade. Segundo Cacciamali (2000), o ponto de partida está no processo de acumulação capitalista em nível mundial, nos seus aspectos espaciais e institucionais, nas relações de subordinação que são engendradas e em suas especificidades nacionais e locais. Quanto às formas de inserção ocupacional, estas vêm se reconfigurando e adquirindo “novas características no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, expressando a um só tempo a persistência e a ressignificação de formas de trabalho anteriormente existentes, num movimento que acaba transfigurando o conjunto do mercado de trabalho” (Leite, 2008, p.6).

Conformação e articulação nacional/global da cadeia produtiva de vestuário: Brasil & México

No início do século XX, a indústria de vestuário brasileira começa a destacar-se em sua produção. Entre os anos de 1910 e 1913², de 105 fábricas, passou para 2.352 estabelecimentos, mas foi em 1920 que o setor alcançou maior expressividade. Nas

2 Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1950 a 1988. 2. ed. rev. e atual do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 (*apud* Prado, 2019, p.157).

décadas seguintes (1940 e 1950), apesar da forte presença da alfaiataria, produzindo roupa sob medida, o número de negócios voltados para a roupa seriada, espalhados em pequenas unidades, em domicílio, que atuavam como fornecedoras das indústrias matrizes, crescia exponencialmente (Abreu, 1986; Prado, 2019).

Impulsionada pela política de industrialização do governo Juscelino Kubitschek, em decorrência da forte migração do campo para a cidade, crescimento da população, e propagação das “tendências” da moda, a indústria de vestuário, entre os anos de 1960 e 1970, passou a apresentar elevados índices de crescimento, principalmente com a abertura de novas fábricas que empregavam trabalhadoras (es) tanto internamente, como externamente (a domicílio). Na década de 1980, apesar da crise que começava a se instaurar, a produção de roupas seguia aumentando, sendo realizada por diferentes espaços produtivos: fábricas, empresas clandestinas, e com alfaiates e costureiras a domicílio (Abreu, 1986; Prado, 2019).

A partir da década de 1990, com a reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho, o setor vestuário (bem como outros setores de produção) passa por significativas transformações. Com baixa incorporação tecnológica, o setor começou a intensificar o uso da subcontratação e da terceirização da mão de obra, em particular feminina. O deslocamento geográfico para outras regiões do país, principalmente para a zona rural, também passou a ser uma prática comum devido às vantagens oferecidas (incentivos fiscais) e ao menor custo com a mão de obra (Abreu, 1986; Amorim, 2003; Leite, 2004; Lima, 2009).

Atualmente, a reespecialização produtiva no Brasil tem acontecido por meio da terceirização e quarteirização do processo, comandado por grandes marcas nacionais e internacionais

(C&A; Renner; Riachuelo; Zara; Marisa; SHEIN³, dentre outras), que mantêm seus escritórios na cidade de São Paulo e distribuem a produção para outras cidades do estado e, principalmente, para outras regiões do Brasil. Tal processo é também comandado por grandes, médias, pequenas e micro empresas (formais e informais) espalhadas por todo território brasileiro, tendo maior proporção nas regiões Sudeste e Sul, mas também localizadas nas regiões do Centro-Oeste e Nordeste do país.

A cidade de São Paulo, que concentra [até os dias de hoje] grande parte da produção de vestuário brasileira, durante os anos de 1990, passou a intensificar a estratégia de reespecialização do processo produtivo para outras cidades da região metropolitana e ainda para outras regiões do país, reafirmando a tendência global da reestruturação produtiva e a interdependência entre os circuitos superior e inferior⁴.

3 Em 2023, a empresa chinesa SHEIN, que é uma varejista eletrônica global, chega ao Brasil. Em uma parceria com a Coteminas do Rio Grande Norte, irá produzir roupas no país. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/shein-comeca-a-produzir-pecas-de-roupa-no-rio-grande-do-nordeste-em-julho-diz-empresario-1.3387248>. Outro estado do Nordeste que está sendo sondado pela SHEIN é Pernambuco. O objetivo é abrir loja física na capital do estado (Recife), e mapear, no Polo de Confecções do Agreste, possíveis produtores de roupas que poderão atuar como fornecedores. Ver em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/tecnologia/2022/12/15148674-shein-em-recife-varejista-planeja-abrir-lojas-em-cidades-do-brasil-em-2023.html> e <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2023/04/carreiras-sugere-a-alckmin-instalacao-de-polo-textil-da-shein-no-agrest.html> (Acessado em: 02/09/2023).

4 De acordo com Silvana Silva (2012), com base na teoria dos circuitos urbanos de Milton Santos (1978), a cadeia de vestuário brasileira (produção/comercialização) está inserida em dois circuitos: o superior e o inferior. O circuito superior é formado pelas grandes redes de varejo, que comandam a cadeia global e detêm em seu interior o trabalho mais qualificado; e o circuito inferior que é formado pelas oficinas/facções de costura e pelo trabalho a domicílio, que prestam serviços terceirizados/quarteirado, utilizando uma mão de obra menos qualificada presente nas grandes cidades e/ou ainda nos espaços rurais.

Na cadeia de vestuário do Sul do Brasil, temos dois exemplos: o estado de Santa Catarina, no Vale do Itajaí⁵, onde estão localizadas empresas de renome nacional, como: Hering, Cremer, Marisol e Malwee; e o estado do Paraná, com o “Corredor da Moda”, localizado na região de Maringá. As duas regiões entraram na lógica da reespecialização produtiva, terceirizando a produção para os espaços rurais, e/ou para outras regiões do país. Há ainda algumas empresas locais/regionais que atuam como terceirizadas de outras grandes redes nacionais/internacionais (Andrade, 2002; Lupatini, 2004; Lins, 2008; Lima, 2009).

Na região do Centro Oeste brasileiro, em especial o estado de Goiás, tanto na capital Goiânia, como em algumas cidades do interior (Jaguará, Aparecida de Goiânia, Trindade, Anápolis, Jataí, Rio Verde, Catalão, Senador Canedo, Pontalina e Inhumas), encontramos uma considerável cadeia produtiva formada por: pequenas empresas formais/informais, facções domiciliares, lavanderias de jeans etc., que, em sua maioria, produzem roupas para a comercialização regional/nacional. Vale destacar que, num determinado momento, atuaram como terceirizadas/subcontratadas de grandes redes (Nunes; Campos, 2006; Vilasboas, 2015; Silva, 2017).

Partindo para a região Nordeste, três estados em particular nos chama a atenção: Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

O Ceará conta com grande parte da produção de confecções realizada em cooperativas e facções domiciliares distribuídas pelo interior do estado (por exemplo, na região do Maciço de Baturité). Contudo, atualmente, praticamente todos os

5 O Vale do Itajaí no estado de Santa Catarina é formado por 17 municípios - Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Jaraguá do Sul, Luiz Alves, Pomerode, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_do_Vale_do_Itaja%C3%AD (Acessado em: 02/09/2023).

municípios da região metropolitana de Fortaleza também mantêm unidades produtivas, que se dedicam a confeccionar jeans e modinha (roupa feminina).

Além das empresas locais/regionais, grandes indústrias de vestuário nacionais e multinacionais como, por exemplo, a Vicunha e a Malwee, estão instaladas na região. De modo geral, a cadeia produtiva está articulada entre pequenas, médias e grandes empresas, que trabalham como prestadoras de serviço para grandes marcas, e/ou produzindo marcas próprias, a fim de atender o mercado consumidor mais popular e/ou do “circuito inferior” (Moreira, 1997; Lima, 2002; Barreto; Domingos, 2014; Santos; Silva, 2015).

No estado do Rio Grande do Norte, desde a década de 1980, cidades como Jardim de Piranhas, Timbaúba dos Batistas, Caicó, Currais Novos, dentre outras, destacaram-se pela produção, com marcas próprias, em empresas formais e informais, itens de cama, mesa e banho, bonés (bonelaria) e vestuário em geral (Araújo, 2017). Segundo Silva *et al.* (2015) e Araújo (2017), em 2013, foi implantado na região o projeto Pró-Sertão (Programa de Interiorização da Indústria Têxtil), idealizado pelo Grupo Guararapes Confecções, da Rede Varejista Riachuelo⁶ em articulação com a FIERN (Federação das Indústrias do Rio Grande Norte) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), cujo objetivo foi descentralizar a produção têxtil da Região Metropolitana de Natal, levando-a para regiões com baixos índices de desenvolvimento. Por último, temos o estado de Pernambuco, onde está localizado o Polo de

6 A empresa matriz está alocada em Natal (Rio Grande do Norte) e possui dois grandes centros de produção: em Natal (RN), com 508 mil metros quadrados, e outros em Fortaleza (CE), com 118 mil metros quadrados. Disponível em: <https://www.riachuelo.com.br/a-empresa/historia> (Acessado em: 02/09/2023).

Confecções do Agreste⁷. Mas este veremos adiante de maneira mais específica.

Voltando a atenção para as particularidades da produção de vestuário no México, começamos esse percurso com a história da cadeia têxtil que tem sua origem nas comunidades pré-hispânicas (Itam, 2008). Para os Nahuas⁸, por exemplo, fiar e tecer eram atividades realizadas especificamente por mulheres, enquanto os homens trabalhavam com a terra. Com a colonização espanhola, o modo de vida pré-hispânico sofreu significativas transformações. A Nova Espanha (como era conhecido o México) teve sua economia baseada na mineração, agricultura, comércio e, no final do século XVIII, a fabricação têxtil ganhou destaque e se estruturou com uma combinação entre a antiga forma de produção indígena e a forma de produção europeia (Amaro Peñaflares, 1995; Miño Grijalva, 1999; Medina Jaimes, 2001).

Em meados do século XIX, depois da independência mexicana, a partir de investimentos nacionais e estrangeiros (Estados Unidos, Inglaterra e França), houve uma considerável tentativa de desenvolvimento industrial. Com a compra de maquinários para diversos setores produtivos, dentre os quais estava a produção têxtil/vestuário, apesar de o México continuar sendo um país rural, neste período a fabricação de tecidos aumentou substancialmente, espalhando-se por vários estados do país, como Puebla, Ciudad de México, Veracruz, Jalisco, Durango, Querétaro, Sonora, Coahuila, Michoacán e Guanajuato.

7 Um dos lócus da pesquisa doutoral.

8 Um grupo de povos nativos da Mesoamérica, ao qual pertencem os mexicas e outros povos antigos. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Nahuas> (Acessado em: 02/09/2023).

O crescimento da indústria têxtil/vestuário foi interrompido durante o período da Revolução Mexicana (1910-1917)⁹. A produção diminuiu e muitas empresas encerraram suas atividades devido à escassez de matéria prima, da instabilidade do mercado, do sistema de transporte militarizado, da falta de energia elétrica, da economia paralisada e dos constantes saques. No período pós-revolução, com os problemas internos (inflação, a desvalorização do peso, a falta de emprego etc.), houve um considerável crescimento da pobreza e conseqüentemente o aumento da migração interna e externa para os Estados Unidos. Para agravar a situação do país, as crises na economia mundial afetaram diretamente as relações comerciais do México e os investimentos europeus das indústrias têxteis (Arias, 1994; Gamboa, 1999).

Como brevemente mencionado, a indústria têxtil/vestuário mexicana esteve envolta em altos e baixos, e as constantes mudanças de regime e de governo, assim como as guerras civis e as intervenções estrangeiras influenciaram significativamente o setor. Entre uma e outra tentativa de recuperação, e cercada de problemas internos (greves, um parque industrial obsoleto etc.) e externos (crise econômica mundial de 1920), a indústria têxtil, nas décadas seguintes, durante a II Guerra Mundial, viu uma nova possibilidade de dar um arranque industrial no país, e o governo passou a oferecer infraestrutura à iniciativa privada, para que estas entrassem somente com a instalação das fábricas (Durand, 1986; Gamboa, 1999).

Depois da II Guerra Mundial, o modelo de substituição de importações passou a fazer parte da política de industrialização nos países da América Latina. Com maior presença do Estado investindo em infraestrutura (física e social) e incentivos fiscais para a iniciativa privada, a indústria mexicana e, em

9 Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/Revoluci%C3%B3n_mexicana (Acessado em: 02/09/2023).

particular, o setor têxtil/vestuário foram uns dos mais beneficiados. Entretanto, tal política, durante a segunda metade da década de 1970, começou a demonstrar os primeiros sinais de esgotamento. Se, por um lado, o processo de “industrialização” parecia gerar progresso técnico e uma produção sofisticada de bens de consumo duráveis, por outro, produzia profundas desigualdades entre empresas e pessoas, capital e trabalho, e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Ariás, 1997a; Ariás, 1997b; Damián, 2010; López; Solis, 2010; Maggio, 2017).

Nesse meio tempo, foi criado, em 1966, um projeto alternativo de industrialização, consolidado através do “Programa de Industrialização de Fronteira” (Programa de Industrialización Fronteriza). As primeiras empresas maquiladoras¹⁰ se estabeleceram sob sistema de Zona Livre e Regiões de Fronteiras que abrangiam cidades muito próximas dos Estados Unidos, como: Tijuana, Ciudad Juárez, Matamoros, Mexicali, Nogales, dentre outras. Cidades estas bastante empobrecidas e com sérios problemas de infraestrutura urbana, saúde e desenvolvimento humano (Espinosa; Hernández, 1994; Barrientos Juárez *et al.*, 2004; De La O, 2006a; De La O, 2006b).

De acordo com De la O (2006b), desde o princípio as maquiladoras se beneficiaram da barata e abundante força de trabalho, além do uso massivo da mão de obra feminina, especialmente mulheres jovens, entre 14 e 25 anos de idade. Outra vantagem para as empresas maquiladoras era poder recorrer, em contexto de desregulação do trabalho, à flexibilidade das condições de

10 As empresas maquiladoras são empresas manufactureiras dedicadas a montagem de componentes ou processamento de matérias primas, seja de produtos intermediários ou finais, que são importados para em seguida serem exportados. A organização da produção é feita internacionalmente, mediante processos intensivos em mão de obra em lugares onde esta é barata e abundante (JUÁREZ; GARCÍA *et al.*, 2004). Em geral as maquiladoras atuam com a montagem de peças de automóveis, eletroeletrônicos e produtos têxteis (vestuário).

trabalho. Muitas dessas empresas se estabeleceram em comunidades rurais pequenas e isoladas, ou ainda em cidades em que o declínio econômico era aparente e que, por sua vez, tinha um grande contingente de pessoas desempregadas.

Com as negociações para Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN)¹¹, em 1991, e o Acordo Trilateral entre México, Canadá e Estados Unidos (1993-1994), foi possível garantir a continuidade das reformas macroeconômicas, eliminar progressivamente as taxas e impostos alfandegários do comércio inter-regional e as restrições sobre a entrada de investimento direto estrangeiro. Em 1996, o Programa de Política Industrial e Comércio Exterior, a fim de aumentar o valor agregado, implementou políticas e incentivos para setores específicos considerados de alta prioridade, tais como: têxtil/vestuário, automotivo, eletrônico etc., fazendo com que a quantidade de empresas maquiladoras crescesse consideravelmente (Moreno-Brid *et al.*, 2006).

De acordo com Roa e Herrera (2011) e Weisbrot *et al.* (2017), o crescimento da economia mexicana, diante do TLCAN, foi inconstante e relativamente baixo, afetando sistematicamente sua capacidade de gerar emprego, havendo, conseqüentemente, desvalorização do peso mexicano, a diminuição do salário, o aumento do trabalho terceirizado e informal, além do aumento da pobreza e da precariedade das condições de vida da população.

11 O Tratado acelerou o programa de liberalização e abertura comercial e financeira, impulsionado por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), cujo conteúdo programático foi conhecido desde os anos noventa como Consenso de Washington, que beneficiou as empresas multinacionais (CABRERA, 2015. p.80) [tradução livre da autora]. Con el Tratado se aceleró el programa de liberalización y apertura comercial y financiera, impulsado por organismos como el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM), cuyo contenido programático se conoció desde los años noventa como el Consenso de Washington, que benefició a los corporativos multinacionales (CABRERA, 2015. p.80).

Diante de tal cenário econômico, entre os anos de 1994 e 2000, enquanto a indústria têxtil/vestuário no México experimentava um processo de deterioração e queda comercial pela baixa competitividade, a indústria de vestuário (maquiladora) cresceu, chegando a empregar em torno de 423 mil pessoas. Várias empresas de origem americana se instalaram no México, beneficiando-se das vantagens de produzir nas maquiladoras, devido à desvalorização do peso mexicano, à aproximação geográfica e à redução de custos advindos dos baixos salários e impostos estabelecidos no acordo comercial.

A partir de 2001, com a entrada da China na OMC (Organização Mundial do Comércio) e com a competitividade internacional, a indústria de vestuário mexicana enfrentou um forte período de crise e várias empresas tiveram que fechar as portas, gerando um grande número de desemprego e intensificando o mercado de trabalho “ilegal” e “informal” (Bair; Gereffi, 2003; Ita *et al.*, 2005; Itam, 2008).

Atualmente, a indústria maquiladora espalhada por todo território mexicano (outras cidades do Norte, do Nordeste, assim como para o Centro, o Oeste e o Sul) é uma das principais fontes de emprego e geração de divisas no país. Diante de tais circunstâncias, as empresas intensificam a proliferação da subcontratação/terceirização do trabalho de pequenas empresas e de oficinas clandestinas; e, aproveitando a mão de obra extremamente barata, pagam por produção e transferem os gastos com máquinas, eletricidade e infraestrutura para famílias pobres¹² (De La O; 2006b, 2006c; De La O; Medina, 2008; Inegi, 2019¹³).

12 Mais adiante, abordarei mais detalhadamente a temática da indústria de vestuário do México (principalmente sobre o mercado interno), por ser um dos focos desta pesquisa. No entanto, considero importante compreender a estrutura e a dimensão do setor, para finalmente chegar à cadeia produtiva de Morolón-Uriangato/GUA.

13 Disponível em: <http://www3.inegi.org.mx/rnm/index.php/catalog/465/study-description?idPro=> (Acessado em: 02/09/2023).

Nesta configuração, de mobilização geográfica, a cadeia de vestuário mexicana tem produzido em escala local/global e global/local. Há grandes empresas (Suburbia, Wal-Mart, Levi'S, Guess, Calvin Klein, The Gap, dentre outras) que abastecem tanto o mercado interno como o externo e, têm subcontratado trabalhadores sob o regime de maquila¹⁴.

Aqui vale um destaque, assim como no Brasil, a empresa chinesa SHEIN (varejista eletrônica global), desde de 2021 tem aberto lojas físicas que estão espalhadas por vários estados mexicanos. Entretanto, em uma entrevista para a Forbes (junho, 2023), o presidente da América Latina da SHEIN, Marcelo Claure, informou que o objetivo para 2023/2024 é que o México, junto ao Brasil, seja um polo de fabricação para países da América Central e América Latina. A ideia do modelo de negócio é que muitas pequenas fábricas se adaptem ao esquema de venda da empresa e se associem à SHEIN para fornecer roupas¹⁵.

Além das grandes cadeias globais instaladas [ou em vias de instalação], há também, no México, um número bastante significativo de pequenas unidades produtivas familiares (urbanas e rurais), que são historicamente conhecidas por seu modelo de trabalho a domicílio, compostas particularmente por mulheres e demais membros da família, e que buscam na atividade de produção de roupas, combinando-a com outras atividades, uma estratégia de sobrevivência (Arias, 1997; Bair; Gereffi, 2003; Antonio, 2014; Solis, 2014).

14 O trabalho de montagem de roupa sob o regime de maquila, na indústria têxtil/vestuário mexicana, tem sido realizado por trabalhadoras(es) de pequenas, médias e grandes empresas, e/ou ainda em domicílio, para outras empresas dos mais variados tamanhos, sendo estas locais, regionais, nacionais ou internacionais.

15 Disponível em: <https://www.forbes.com.mx/no-solo-sera-una-planta-este-es-el-plan-de-shein-para-instalar-fabricas-en-mexico-y-distribuir-en-todo-america/> (Acessado em: 02/09/2023).

De acordo com o INEGI (2014)¹⁶, 78,9% da produção de vestuário feita no país é realizada por grandes, médias, pequenas e principalmente microempresas¹⁷, espalhadas por, pelo menos, dez estados mexicanos: Ciudad de México; México; Puebla; Jalisco; Nuevo León; Querétaro; Yucatán; Aguascalientes; Durango; e o estado de Guanajuato, onde está localizada a Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón¹⁸.

O Polo de Confecções do Agreste (Pernambuco/Brasil) e a Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón (Guanajuato/México)

A Mesorregião do Agreste Pernambucano está aproximadamente à 170 km da capital Recife. A região, no início do século XX, era formada por agricultores/as, que trabalhavam como meeiros para os fazendeiros locais, ou em suas pequenas parcelas de terra, e mantinham suas famílias com a agricultura e criação de animais para a subsistência (plantação de feijão, milho, algodão). Em épocas de longa estiagem, por não possuírem grandes recursos financeiros, acabavam por se submeter ao trabalho “alugado” em outras regiões (Andrade, 1986; Ribeiro, 1995; Espírito Santo, 2013).

16 Disponível em: https://www.inegi.org.mx/contenido/productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/702825195649.pdf (Acessado em: 02/09/2023).

17 O tamanho das unidades econômicas no país, segundo o Censo Econômico de 2014, são: 0,6% de grandes unidades; 2% de médias; 6,5% de pequenas; e 90,9% de microempresas. Os critérios para determinar o tamanho das unidades econômicas de manufatura, segundo o Diário Oficial Federativa (DOF), de 30 de junho de 2009, é: Micro (de 0 - 10 pessoas); Pequena (de 11 - 50 pessoas); Média (de 51 - 250 pessoas); e Grande (de mais de 251 pessoas). Disponível em: <https://www.inegi.org.mx/app/biblioteca/ficha.html?upc=702825095666> (Acessado em: 02/09/2023).

18 Outro lócus da pesquisa doutoral.

Outro aspecto histórico importante na região são as feiras das cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, onde se comercializava gado, galinha, porco, carvão, diversos tipos de gêneros alimentícios e bens de consumo em geral. Neste contexto, muitos dos pequenos agricultores precisavam lançar mão de outras estratégias de sobrevivência, passando a comercializar, nas feiras locais e de outras regiões, parte de sua criação e produção agrícola (Campello, 1983; Lira, 2006; Alves Silva, 2010; Souza, 2012; Burnett, 2014).

Com a chegada do sistema ferroviário e anos depois, com o sistema rodoviário, o comércio na região foi se desenvolvendo. Foi neste momento, ao conciliar a agricultura e o comércio, que na cidade de Santa Cruz do Capibaribe/PE¹⁹, entre as décadas de 1940 e 1950, surge a “Sulanca”²⁰. A região tornou-se conhecida pela produção e comercialização de roupas simples e baratas, feitas com tecidos descartados e/ou comercializados por baixo preço, advindos, a princípio, das indústrias têxteis de Recife/PE e depois da região do Brás, em São Paulo/SP.

Nas décadas seguintes, a comercialização de roupa nas conhecidas “Feiras da Sulanca” se intensifica, muito pelo histórico comercial da região e também pelas redes criadas entre migrantes nordestinos que se estabeleceram em São Paulo e suas famílias que permaneceram em Pernambuco. Neste sentido, o recurso financeiro que os migrantes enviavam colaborava significativamente para a melhoria das condições de vida dos que permaneceram na região do Agreste de Pernambuco, além de

19 Na época, Santa Cruz do Capibaribe ainda pertencia à cidade de Taquaritinga do Norte/PE, emancipando-se politicamente em 1953.

20 A maior parte das pesquisas realizadas na região relatam que o termo “SULANCA” deriva das palavras “sul” e “helanca”, que dizem respeito a malhas advindas de São Paulo “Sul”. No entanto, a “Sulanca”, com o passar dos anos, passou a designar produtos de baixa qualidade e baixo preço, destinados a populações de baixa renda.

que parte desse dinheiro era utilizado para investir na pequena produção familiar em expansão (Campello, 1983; Mesel, 1986; Gomes, 2002; Alves Silva, 2010; Alves Silva e Menezes, 2012; Souza, 2012; Milanês, 2015).

Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma multiplicação de pequenos fabricos²¹ e pessoas comercializando tanto nas “Feiras da Sulanca”, em Santa Cruz do Capibaribe/PE e Caruaru/PE, como em feiras de outras cidades de Pernambuco e outros estados do Nordeste. Ou seja, a produção de roupas simples e de baixo custo para a população de baixa renda, tendo como apoio as relações de confiança (decorrentes das redes familiares de parentesco e vizinhança) e formas de crédito variadas, começava a se apresentar como uma real possibilidade de sobrevivência e acúmulo de capital. Realidade esta que, além de consolidar a região como um novo espaço produtivo, começou a atrair uma quantidade significativa de migrantes inter/intra-regional, além de incentivar a migração de retorno (Campello, 1983; Lira, 2006; Alves Silva, 2010; Vêras de Oliveira, 2011; Alves Silva; Menezes, 2012; Milanês, 2015; Sá, 2019).

Ao longo dos anos 1990, a produção acompanhou a crescente imbricação com a dinâmica capitalista e, consequentemente, com suas transformações nos modos de produzir e comercializar, tendendo uma maior racionalização e modernização tanto nas unidades produtivas, como nos locais de comercialização. A região passa a ser um aglomerado de atividades produtivas, comerciais e de serviços, especializado na confecção de vestuário, inclusive começando a produzir peças de melhor qualidade; ademais, a comercialização se intensificou nas “Feiras da Sulanca” de Santa Cruz do Capibaribe e de Caruaru, e, anos

21 Pequenos espaços de produção familiar, geralmente iniciados dentro de casa. Depois, com o crescimento da produção, pode ser transferido para um espaço maior, construído/adaptado especificamente para o trabalho, podendo ser no interior da casa ou em uma garagem próxima.

depois, de Toritama²² (Andrade, 2008; Vêras de Oliveira, 2013; Burnett, 2014; Sá, 2019).

Mesmo mantendo altos índices de informalidade e uma aprendizagem que se mantinha [mantém] empírica (perpassando de geração em geração, mediante relações de parentesco e vizinhança), os processos de institucionalização, modernização, qualificação profissional e formalização começaram a se estruturar. Surgiram as primeiras associações comerciais voltadas para o setor, além do que a região começou a receber consultorias em técnicas de produção, marketing, dentre outras, de instituições como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas). A partir de então algumas empresas passaram a investir na formalização, qualificação profissional, maquinários mais modernos e a desenvolver seus produtos baseados em diversos serviços, como, por exemplo, o design (Andrade, 2008; Alves Silva, 2010; Lima, 2011; Pereira Neto, 2013; Vêras de Oliveira, 2013).

O SENAI e o SEBRAE, no início dos anos 2000, passaram a ofertar cursos de qualificação, vender serviços técnicos e tecnológicos, e consultorias para micro e pequenas empresas, pautado numa perspectiva orientada pela lógica de mercado, incorporando “novos discursos e práticas, como as noções de competência, flexibilização, empreendedorismo, qualidade, competitividade, etc.” (Pereira Neto; Vêras de Oliveira, 2013, p. 385; Lima, 2013).

Uma articulação conjunta, de várias instituições de nível estadual, nacional e internacional (SINDIVEST - Sindicato das Indústrias de Vestuário do Estado Pernambuco; Governo

22 Como veremos adiante, a cidade de Toritama, no início dos anos 2000, também abre seu próprio espaço de comercialização, conhecido como “Parque das Feiras” (Braga, 2014).

do Estado de Pernambuco; Universidades Públicas e Privadas; SEBRAE; SENAI; SENAC; e a Empresa Alemã BFZ, juntamente com o Ministério de Desenvolvimento Alemão), desenvolveu uma série de ações, tanto na capital como no agreste do estado, com o objetivo de “mudar a imagem da moda pernambucana” e “fortalecer a cadeia produtiva”. Neste momento a terminologia “Sulanca” passa a ser considerada depreciativa, fazendo referência a produtos de baixa qualidade, e a região passa a ser denominada de “Polo de Confecções do Agreste”, efetivando assim a incorporação da região no circuito nacional e internacional da cadeia têxtil e de confecções.

O processo de institucionalização iniciado em 2000, ganhou ainda mais força com a criação, no ano de 2009, do FUNTEC (Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções)²³, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Em 2012 foi criado o NTCPE (Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco)²⁴, uma Organização Social (OS), com sede em Recife, gerenciada por três representações empresariais: o SINDIVEST (Sindicato das Indústrias de Vestuário do Estado Pernambuco), SINDITEXTIL (Sindicato da Indústria Têxtil) e a FACEP (Federação das Associações Empresariais de Pernambuco).

23 Disponível em: https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/Legislacao/Leis_Tributarias/2009/LEI13958_2009.htm (Acessado em: 02/09/2023).

24 O NTCPE funciona em um prédio centenário e recentemente restaurado, localizado na Rua da Moeda (histórico bairro do Recife - popularmente conhecido como Recife Antigo), e disponibiliza apoio a empresários e profissionais da cadeia têxtil e de confecções de Pernambuco. Dentre as atividades que são realizadas no local está um Programa de Incubação de novos negócios voltados para o setor, entretanto observamos por meio das entrevistas realizadas e algumas visitas ao local, que o público, em geral, que mais acessa o prédio e as atividades desenvolvidas são as pessoas ligadas à cadeia residentes na capital pernambucana. Disponível em: <https://www.marcopemoda.com.br/> (Acessado em: 02/09/2023).

A fim de melhor embasar as ações institucionais no Polo de Confeções do Agreste, o SEBRAE (2013) realizou uma pesquisa que observou que, além de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, outros sete municípios da região (Taquaritinga do Norte, Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Cupira, Riacho da Almas, Surubim e Vertentes)²⁵ tinham uma produção de confecções bastante significativa. Juntos, os dez municípios contabilizavam, na época, aproximadamente 18.803 unidades produtivas (predominantemente formada por micro e pequenos empreendimentos), dentre as quais 80% delas eram informais, sendo que o número de fábricas²⁶ correspondia a 43% do total. O processo produtivo empregava, na época, mais de 100 mil pessoas (a maioria com trabalho informal), que são responsáveis por movimentar a economia local e regional²⁷.

Diante da relevância regional, O NTCPE, em 2014, decide abrir um escritório na cidade de Toritama e passa a oferecer

25 Em outro estudo, realizado mais recentemente, sobre a indústria de confecções de Toritama/PE, o SEBRAE (2019), a partir da nova reorganização territorial do IBGE (regiões geográficas imediatas e intermediárias), redefine o agrupamento dos principais municípios que estão ligados (direta ou indiretamente) ao Polo de Confeções do Agreste. De dez municípios, agora são ao todo vinte e seis que compõem a Região Geográfica Imediata de Caruaru (IBGE 2017): Agrestina, Altinho, Barra de Guabiraba, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Chã Grande, Cumarú, Cupira, Frei Miguelinho, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Panelas, Riacho das Almas, Sairé, Santa Cruz do Capibaribe, São Caetano, São Joaquim do Monte, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes; empregando em torno de 120 mil pessoas em empregos diretos e 300 mil em indiretos.

26 Pequenas unidades produtivas domiciliares que realizam uma parte do processo produtivo.

27 Atualmente, o Polo de Confeções é considerado o segundo maior produtor de vestuário do país, produzindo cerca de 800 milhões de peças ao ano, tanto para o comércio nacional quanto internacional. A produção vai desde roupas íntimas femininas e masculinas, de dormir, de praia/banho, esportivas, de lazer, jeans, sociais, infantis, profissionais, artigos de cama/mesa/banho, artigos de copa/cozinha e decorativos, até acessórios e têxteis em geral.

vários cursos de qualificação, tais como: curso de mecânico de máquina de costura; vitrinismo; cursos voltados para o atendimento ao cliente; cursos de técnicas de vendas através de meios digitais (Whatsapp, Facebook, Instagram e Sites) etc. Entretanto, as ações que mais se destacaram foram as que estiveram voltadas para as empresas já estabelecidas, como: das visitas técnicas, no estado de Pernambuco e em outros estados do Nordeste, às empresas de vestuário que produziam para grandes redes (C&A, Riachuelo, Marisa, dentre outras); além de missões técnicas em nível nacional e internacional.

Neste movimento de institucionalização, expansão e interlocução com a cadeia têxtil e de confecção em nível local/regional/nacional/global, o NTCPE passa a integrar a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção). Em 2015 promoveram, em parceria com outras instituições do Polo de Confecções, o evento “Circuito Abit/Texbrasil – Competitividade e Internacionalização”, realizado em duas edições: a primeira na capital Recife, e outra na cidade de Caruaru. As temáticas discutidas nas reuniões estiveram pautadas na agenda de prioridades e perspectivas do setor, além da promoção da moda brasileira em outros países²⁸.

Junto com a ABVTEX (Associação Brasileira de Varejo Têxtil), o NTCPE realizou, em 2017, uma série de ações, como, por exemplo: o “Circuito Prepara ABVTEX”. A ação teve como objetivo aumentar o número de formalização e certificação (Selo do Programa ABVTEX)²⁹ de empresas no Polo de Confecções,

28 Disponível em: <https://www.abit.org.br/noticias/pernambuco-recebe-circuito-abittextbrasil> (Acessado em: 02/09/2023).

29 A Certificação de Fornecedores – ABVTEX permite ao varejo certificar e monitorar seus fornecedores quanto às boas práticas de responsabilidade social e relações do trabalho, e tem como objetivo, dentre outros: “Assegurar condições de trabalho dignas, combater o trabalho análogo ao escravo, infantil e a utilização de imigrantes em condição irregular na cadeia de fornecimento do

a fim de atuar como fornecedoras/subcontratadas para grandes redes varejistas de vestuário nacionais e internacionais, a exemplo do que já acontece em outras regiões do país.

Entre os anos de 2018 e 2019, em torno de trinta empresas no estado de Pernambuco receberam o Selo ABVTEX. Segundo o Presidente do Sindicato de Vestuário da época, a certificação seria um passo importante para a região do Polo de Confeccões conquistar o mercado de grandes magazines, como: Renner, C&A, Riachuelo, dentre outros³⁰.

Atualmente, no estado de Pernambuco, de vinte e uma empresas certificadas, apenas seis delas estão localizadas no Polo de Confeccões do Agreste³¹. Tais números indicam que as investidas institucionais para mudar a imagem do Polo de Confeccões e inclusive inseri-lo em um mercado fornecedor (com certificação) para grandes redes, tem surtido efeito, mas talvez não como se esperava, pois grande parte da cadeia produtiva mantém suas relações de trabalho e de produção com base familiar e na informalidade. Além do que, grande parte das empresas, mais estruturadas mantém a terceirização e a quarteirização do processo produtivo, sem observar as normativas colocadas pela ABVTEX.

Direcionando o olhar para o México, observamos que, assim como Pernambuco (Brasil), Guanajuato é um estado que possui posição estratégica no país, tanto por sua localização geográfica, como por sua história político-cultural. É o sexto estado do país com maior número populacional e possui uma economia bastante diversificada (agricultura/pecuária, serviços em geral,

varejo de moda” Ver em: <https://www.sgsgroup.com.br/pt-br/news/2019/08/abvtex-certificado> (Acessado em: 02/09/2023).

30 Ver em: <https://agrestetex.com.br/entenda-a-influencia-do-polo-textil-no-agreste-pernambucano/> (Acessado em 02/09/2023).

31 Ver em: <https://www.abvtex.org.br/lista-de-fornecedores-aprovados/> (Acessado em 02/09/2023).

empresas privadas, dentre outros), destacando-se aí os setores da indústria manufatureira e o comércio.

De acordo com a Secretaría del Trabajo y Previsión Social de Guanajuato (2023)³², os dois setores juntos correspondem a 45% do total de ocupações no estado. Vale destacar que uma parte considerável das pessoas economicamente ativas trabalham com a produção de calçados na cidade de León³³ e/ou com a produção de confecções na Zona Metropolitana de Moroleón, Uriangato e Yuriria ³⁴.

A Zona Metropolitana de Moroleón, Uriangato e Yuriria está localizada a aproximadamente 320 km da Ciudad de México, e, a partir de 2010, mediante um convênio assinado entre representantes públicos do governo do estado e dos respectivos municípios, passou a ser conhecida como “Zona Metropolitana de Moroleón, Uriangato e Yuriria”. Uma das justificativas para criar a Zona Metropolitana se baseou no fato de que as três cidades estão geograficamente muito próximas, compartilham estilo de vida, cultura e costumes bem parecidos, além de terem em comum a indústria têxtil/vestuário e o comércio de roupas como principal atividade econômica.

32 Secretaría del Trabajo y Previsión Social de Guanajuato - Información Laboral septiembre 2021. Disponível em: http://siel.stps.gob.mx:304/perfiles/perfiles_detalle/perfil_guanajuato.pdf (Acessado em 02/09/2023).

33 Para saber mais sobre a indústria calçadista em Leon (GUA/MEX) ver: <http://www.repositorio.ugto.mx/handle/20.500.12059/371> (Acessado em: 02/09/2023).

34 De acordo com o Instituto de Planejamento do Estado de Guanajuato, define-se “metrópoles” a vinculação de regiões que conformam centros de atividades econômicas e de prestação de serviços (Política de Gestión y Coordinación de las Zonas Metropolitanas en el Estado de Guanajuato. Disponível em: <https://portalsocial.guanajuato.gob.mx/sites/default/files/documentos/fimetros/ZM%20LAJA%20GESTION%20ZONAS%20METROP%20DE%20GTO%202008-2015.pdf> - Acessado em: 02/09/2023).

A produção de roupas da região, segundo Amador (2015), iniciou com a produção de rebozo³⁵, alcançando o seu auge entre 1940 e 1965. Nas últimas décadas, a região passou a ser conhecida pelo forte dinamismo da indústria de confecção e pela concentração de atividades dedicadas à comercialização, tanto das roupas produzidas local e regionalmente, bem como das roupas advindas de outras regiões, e/ou exportadas dos EUA e da Ásia. Atualmente, a cadeia produtiva é caracterizada pela heterogeneidade, flexibilidade, informalidade e quantidade de pequenas e médias empresas familiares, que se dedicam à produção e comercialização de uma variedade de roupas de baixo preço, além de empregar boa parte da população rural e urbana dos três municípios, dentre outras cidades circunvizinhas (Maza-Cortés; Juárez, 2014; Maza-Cortés *et al.*, 2016; Garcia; Alves Silva, 2019).

Embora, recentemente, haja um intento de maior presença do Estado, historicamente a dinâmica da economia local/regional constituiu-se sem a participação de instituições governamentais ou indústrias de grande porte, isto é, conformou-se em um espaço produtivo baseado nas relações de confiança. Para além das exigências legais e burocráticas, a principal característica que mantém a produção e a comercialização são os vínculos familiares; e é por meio de tais vínculos, que a aprendizagem é transmitida, garantindo que as empresas passem de geração para geração (López, 2015; Martínez, 2016).

A cadeia produtiva se configura a partir: da predominância do trabalho informal; do forte vínculo entre trabalhadores e patrões; dos baixos níveis de pobreza e quase nenhum

35 O rebozo é um xale de algodão feito em tear manual que todas as mulheres mexicanas usam independentemente da classe social. A palavra vem do verbo 'rebozar' que significa encobrir, por isso tem um tamanho suficiente para envolver todo corpo da mulher. Disponível em <https://maesdapatria.wordpress.com/2012/10/15/usos-e-costumes-do-rebozo/> (Acessado em: 02/09/2023).

desemprego; da produção com baixo preço; e baseada na existência de uma quantidade significativa de pequenas maquilas (facções) e talleres (oficinas); da concentração dos setores de produção e de comércio; das redes de parentesco e vizinhança; e do financiamento da produção com recursos próprios [aproveitando o apoio dos vínculos familiares para iniciar uma produção própria] (Maza-Cortés, 2013, p. s/p).

Segundo Maza-Cortés e Juarez (2014) e Maza-Cortés e López (2014), há uma forte participação das mulheres dentro das empresas, pois são elas as responsáveis por realizarem as atividades de desenho e costura. Os homens, por sua vez, trabalham com maquinários pesados, com controle numérico ou em atividades com maiores riscos de lesões, como o corte dos tecidos. Já as empresas, as maquilas (facções) e os talleres (oficinas) de menor porte, com perfil mais tradicional e que utilizam maquinário de baixa tecnologia, onde a máquina de costura é predominante, são dirigidas por mulheres, que realizam o trabalho a domicílio, conciliando o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

Diferente da maioria das empresas que encontramos na Zona Metropolitana, o “*Parque Têxtil Metropolitano*”, com estrutura domiciliar/familiar, foi criado a mais de dez anos, com recursos próprios. O conglomerado que se dedica à produção/comercialização semanal de mais de quinze mil peças de roupas (sob demanda/coleção³⁶), para grandes redes nacionais e internacionais, dentre as quais destacam-se: LOP; COPEL; Suburbia;

36 Geralmente, as empresas contratantes indicam as tendências para a coleção; e a empresa contratada desenvolve a coleção, que segue para a provação e posteriormente para a produção. Em geral, trabalham duas temporadas por ano (primavera/verão e outono/inverno), sendo que a estratégia de produção é estar sempre com uma temporada à frente. Em algumas ocasiões, empresas como a C&A, que tem uma equipe interna de designer, desenvolve a concepção do produto e a empresa/maquiladora realiza o restante do processo de produção.

Fábricas de Francia; Andrea; Soriana (nacionais); e Walmart; C&A e Disney (internacionais).

O “Parque Têxtil Metropolitano” é formado por várias empresas maquiladoras que são responsáveis por uma parte específica do processo produtivo (designer, insumos e tecidos, corte, costura, acabamento/empacotamento, administração, maquinário). As empresas pertencem ao mesmo grupo (familiar), estão alocadas dentro do mesmo espaço físico e possuem um fluxo de trabalho sequenciado, que conecta uma maquiladora à outra. O conglomerado conta com aproximadamente trezentos trabalhadores(as), em sua maioria jovens, distribuídos por diversos setores, havendo em cada setor “certa” divisão sexual do trabalho, como, por exemplo, no corte há mais homens e, na costura e no designer, embora existam alguns homens, a maioria são mulheres. Há ainda trabalhadores externos, em geral parentes dos trabalhadores(as) internos, que produzem as roupas em maquilas [oficinas] domiciliares, e/ou trabalham nas lojas (pertencentes ao conglomerado) espalhadas por Moroleón e Uriangato, que comercializam tecidos para os/as produtores/as locais.

Quanto aos(às) trabalhadores(as) contratados(as), muitos advêm da produção domiciliar/familiar, mas a grande maioria é oriunda de escolas técnicas, entrando na empresa como estagiários(as) e, posteriormente, contratados(as) oficialmente. A jornada de trabalho é das 8h às 17 horas, tendo a possibilidade de hora extra de acordo com a demanda e o tempo para a entrega da produção. Os intervalos ao longo do dia são de quinze minutos para o lanche (manhã e tarde) e trinta minutos para o almoço. O contrato de trabalho é formal, respeitando a Lei Trabalhista Federal Mexicana³⁷ e as normativas exigidas pelas empresas internacionais, que estão pautadas no Trabalho

37 Disponível em: https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/156203/1044_Ley_Federal_del_Trabajo.pdf (Acessado em: 02/09/2023).

Decente (OIT) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)³⁸.

Diante da configuração histórica local/regional da região, o conglomerado “*Parque Têxtil Metropolitano*” se mantém como um caso isolado. Alguns poucos empresários/as locais, durante entrevistas³⁹, afirmaram que tiveram [ou ainda têm] alguma experiência produtiva para grandes redes, no entanto segundo eles, por uma série de fatores, não há muita vantagem nesse tipo de produção, tais como: os baixos preços pagos por peça; a demora no pagamento da remessa encomendada; a exigência quanto à qualidade do produto e o risco de devolução de todo o pedido, devido a pequenas falhas na mercadoria, deixando a empresa local arcar sozinha com o prejuízo; ademais, muitas empresas agora estão trabalhando com fiscalizações que exigem a formalização nas relações e nos espaços de trabalho.

Embora as grandes empresas globais se façam presente na região, através do “*Parque Têxtil Metropolitano*”, com a produção de alguns poucos empresários para estas, e/ou ainda nas lojas de departamento localizadas na “*Galerias Metropolitana Uriangato*” (um shopping local/regional), as roupas produzidas na Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón, mesmo com a forte entrada de roupas chinesas e indianas, são vendidas diretamente para os/as compradores/as, que vêm das diversas regiões do México e/ou ainda de regiões fronteiriças dos Estados Unidos⁴⁰.

38 Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods> (Acessado em: 02/09/2023).

39 Pesquisa de campo realizada na Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón, no segundo semestre de 2018 (Tese de Doutorado).

40 Michoacán, Guerrero e Guanajuato, bem como de regiões mais distantes, como os estados de Veracruz, Cidade do México, San Luis Potosí, Zacatecas, Monterrey Tijuana e Los Angeles (Califórnia/EUA) (Garcia; Alves Silva, 2019).

A região, que tem forte expressividade nacional e em geral mantém o processo produtivo e de comercialização com base familiar e informal, tem recebido algumas ações governamentais que estão sendo pautadas na melhoria à imagem e no aumento da divulgação comercial em nível nacional e internacional. Dentre elas está a difusão da Certificação Marca Guanajuato⁴¹, criada em 2015 pelo Governo do Estado de Guanajuato, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. A certificação é feita para micro, pequenas e médias empresas de diversos setores [inclusive o setor têxtil e de confecções], originárias do estado de Guanajuato, que produzem artigos de qualidade, utilizando práticas de trabalho responsáveis e justas, e que demonstrem capacidade de representar o mercado nacional e internacional, mediante seus produtos e serviços.

Neste sentido, diferente de tantos espaços de comercialização conhecidos localmente como “*Tianguis*”, nos quais encontram-se produtos (roupas) locais, mas também de origem chinesa e indiana, o *Plaza Metropolitana Textil*, inaugurado em 2019, abriga em torno de 360 lojas de roupa, e coloca, como pré-requisito para comercializar no espaço, ser produtor local/regional e estar aberto à possibilidade de certificar a marca da empresa. As normativas que a certificação traz consigo, já incorporadas pelo espaço comercial “*Plaza Metropolitana Textil*” e pelo conglomerado de maquiladoras “*Parque Têxtil Metropolitano*”, implica significativas mudanças, principalmente no que se refere à “cultura da informalidade” na produção e nas relações de trabalho, perpassada de geração em geração, ao longo dos anos.

41 Disponível em <https://desarrolloeconomico.valledesantiago.gob.mx/tramites-y-servicios-2/marca-gto/> (Acessado em: 02/09/2023).

Algumas breves considerações

O mundo se transformou em uma grande fábrica, com processos produtivos e comerciais interligados e interdependentes. No caso da cadeia produtiva de vestuário, a concepção criativa dos produtos se mantém nos grandes centros e a produção das roupas tem se espalhado por diversos territórios, muitas vezes sem tradição de produção e/ou em regiões onde a cadeia produtiva já está mais “consolidada”. Em ambos os casos, a prerrogativa é encontrar mão de obra barata, diminuindo ao máximo os custos com a produção.

Se observarmos os contextos históricos, culturais e econômicos do Brasil e do México, fazendo um recorte para o setor têxtil/vestuário, veremos que há muitos elementos que os aproximam e os distiguem. O surgimento da indústria têxtil/vestuário em ambos os países é balizado por acontecimentos socio-histórico-econômicos que marcam profundamente o desenvolvimento de cada cadeia produtiva. A utilização da mão de obra barata, tanto do campo como da cidade, é uma realidade que se faz presente desde o surgimento da indústria nos dois países, mas é importante considerar que a globalização da economia mundial, principalmente depois da segunda metade do século XX, impôs rearranjos estruturais, territoriais e um outro ritmo de produção e trabalho cada vez mais precarizado.

No Brasil, a subcontratação da mão de obra na cadeia de vestuário já era uma realidade desde os anos de 1940 – 1950. Nas duas décadas seguintes com a indústria de vestuário apresentando elevados índices de crescimento, a subcontratação também aumenta. Mas é só a partir da década de 1990 [até os dias atuais] que a produção começa a ser externalizada, havendo um processo de intensificação da subcontratação de mão de obra, que se espalhou por várias regiões do país, inclusive sendo

realizada por grandes redes nacionais/internacionais; e por médias, pequenas e micro empresas locais/regionais.

Já o México, desde a década de 1960, passou a fornecer serviços de subcontratação (maquila) em diversos setores [dentre eles o setor de vestuário], para os Estados Unidos. Durante a década de 1980, foram instaladas maquilas de grande e médio porte, em cidades de fronteira; mas foi na década de 1990 que se intensificou o trabalho sucontratado em maquiladoras, inclusive de vestuário. Nos anos 2000, várias indústrias de origem americana se instalaram no México, beneficiando-se de vantagens, como: a desvalorização do peso e a aproximação geográfica. Atualmente há maquiladoras espalhadas por todos territórios mexicanos.

As regiões onde estão localizados o Polo de Confecções do Agreste (PE/BR) e a Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón (GUA/MEX) surgiram independentemente de grandes empresas e/ou intervenção do estado, mas a partir da iniciativa pequenos(as) agricultores(as) que conciliavam a produção agrícola de subsistência com a comercialização de produtos, dentre eles, roupas produzidas em âmbito doméstico. Conforme a produção familiar ia crescendo, construíam/adaptavam suas residências para comportar as necessidades do processo produtivo; incorporavam outras pessoas (geralmente parentes e vizinhos(as) próximos(as)); e reproduziam a lógica de subcontratação/terceirização, no campo e na cidade. Tudo para manter a venda de mercadorias com preços baixos e conseguir produzir quantidade de peças demandada pelos compradores(as).

Nas duas regiões pesquisadas, tanto no Brasil como México, alguns setores do processo produtivo, como a criação/concepção do produto e principalmente a costura, se mantêm fortemente demarcados pela presença feminina. Na costura, o processo de fragmentação do processo produtivo, por meio de fábricas e/ou oficinas (maquilas), ocupa cada vez mais as residências. As mulheres dividem o tempo entre o trabalho produtivo e

reprodutivo, trabalham com altas jornadas de trabalho, com pagamento feito por produção e, na grande maioria dos casos, sem acesso a direitos sociais. Realidade esta que se repete e se reconfigura em toda cadeia produtiva, a fim de manter as estratégias de flexibilização, a redução de custos e a responsabilidade social.

A migração é também uma realidade nos dois países. As migrações inter-regionais são um dos fatores que movimentam tanto o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano (PE/BR), como a Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón (GUA/MEX). Muitas(os) trabalhadoras(es) saíram de suas cidades/estados para trabalhar nas duas regiões, onde, em teoria, há mais oportunidades de trabalho do que em seus lugares de origem. Entretanto, no México, a migração para os Estados Unidos se mantém historicamente presente e influencia diretamente na produção de confecções da Zona Metropolitana, principalmente por conta das remessas que chegam à região, enviadas pelas(os) mexicanas(os) que estão no EUA.

A produção de confecções começa em espaços de trabalho informais (domiciliares), com uma relação de trabalho e comercialização familiar também informal. Conforme a produção cresce e as pressões governamentais e de fiscalização também aumentam, há um intento de formalizar partes do processo produtivo, inclusive formalizar alguns trabalhadores. Tanto no Brasil como no México, nos últimos anos, organismos públicos e privados têm procurado inserir uma estratégia de certificações, visando melhores práticas no processo produtivo das empresas. Entretanto, o que é possível ver, a grosso modo, é que essa é uma prática que poucos empresários locais/regionais têm adotado, e acabam mantendo, por uma série de fatores, a “cultura” da informalidade.

A manutenção da “cultura” da informalidade acaba por “impedir” ou “retardar” a entrada massiva das grandes redes.

Embora as grandes marcas globais sejam protagonistas de um processo de grande exploração da mão de obra, principalmente nos países mais pobres e/ou em desenvolvimento, elas estão sendo alvos de ações, em nível mundial, para mudar a “cara da moda”, tornando-se mais justa, sustentável e com equidade de gênero. Sendo assim, auditorias semestrais ou anuais as levam à necessidade de “cumprir” minimamente um protocolo que observa tais questões.

No Brasil, as grandes redes nacionais e internacionais estão espalhadas por grande parte do território brasileiro, mas, no Polo de Confecções do Agreste (PE/BR), embora já se façam presentes, tal entrada ainda é tímida. Entretanto, em 2023, a empresa chinesa SHEIN, tem feito um forte mapeamento e várias reuniões na região do Polo para identificar pequenas e médias empresas que se adequem ao esquema de normativas e de certificação proposto pela empresa e pelas respectivas instituições da cadeia têxtil/vestuário nacional⁴².

No México, além das empresas internacionais (principalmente dos EUA) que se instalaram, há muitos anos, em várias regiões, através das maquiladoras, vimos que, para 2023/2024, assim como no Brasil, a empresa SHEIN tem o objetivo de instalar a base produtiva no país, fazer parceria com as pequenas empresas que se adaptem às normativas exigidas, para que se tornem fornecedoras de roupas para a América Central e América Latina. Mas voltando o olhar para a Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón (GUA/MEX), foi possível observar que a entrada das empresas globais também não se deram de forma ampla. Embora estejam presentes, atualmente há apenas o conglomerado “*Parque Têxtil Metropolitano*” e alguns(as)

42 Informações atualizadas de pesquisa de campo, trazidas por atores/atrizes locais.

poucos(as) empresários(as) que já produziram [e/ou ainda o fazem] para estas.

As estratégias de certificação e a propagação do discurso de uma cadeia de vestuário mais justa, sustentável e equitativa, se for realmente efetivada, produzirá efeitos positivos para as(os) trabalhadoras(es), sem sombra de dúvidas. Entretanto, fica a impressão de que, nos dois países, a estratégia que vem sendo utilizada é de adaptar regiões de grande expressividade, como o Polo de Confeções do Agreste (PE/BR) e a Zona Metropolitana de Yuriria, Uriangato e Morolón (GUA/MEX), às necessidades de mão de obra das grandes redes globais.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O Averso da moda**: Trabalho a domicílio na indústria de confecção. São Paulo: Hucitec, 1986.

ALVES SILVA, Sandra Roberta Alves. **A juventude na “Sulanca”**: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE. 2009. Campina Grande, UFCG/PPGCS, Dissertação de Mestrado, 2009. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/oBoMY7hQSoQ8rZE1qd2R4TEdKYW8/edit>. Acessado em: 02/09/2023.

ALVES SILVA, Sandra Roberta; DEMENEZES, Marilda Aparecida. Memórias de infância e juventude de migrantes de retorno de São Paulo a Pernambuco. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 20, n. 2, p. 25-35, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645743>. Acessado em: 02/09/2023.

AMADOR, Adriana Pérez. Monografía. *In: En el mismo barco. Reflexiones sobre la producción, el trabajo y las redes sociales*: el caso de Uriangato, Guanajuato. Org. Maza,

O., Lazcano, D. (Primera edición). Uriangato, Guanajuato: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2015.

AMARO PEÑAFLORES, René. **La protoindustrialización en el México colonial: la producción doméstica rural y urbana em la región central, el caso de los hiladoes y tejedoes de la población de Ozumba (1759-1808)**. 1995. Tesis de maestria en história. Universidad Autónoma Metropolitana. México, 1995. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7054154>. Acessado em: 02/09/2023.

AMORIM, Elaine Regina Aguiar. **No limite da precarização Terceirização e trabalho feminino na Indústria de Confecção**. 2003. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279398?mode=full>. Acessado em: 02/09/2023.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra o homem no Nordeste**. 6ª ed. São Paulo. Editora Atlas. 1986.

ANDRADE, Tabira de Souza. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5026>. Acessado em: 02/09/2023.

ANDRADE, Guilherme de Araújo. **Dinâmica competitiva das micro e pequenas empresas no cluster industrial têxtil-vestuário do Vale do Itajaí – SC**. 2002. Dissertação (Mestrado). Economia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82689/199986.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 02/09/2023.

ANTONIO, Montiel Torres Marco. **Sobrevivir a la crisis. Los comerciantes de ropa de la región Puebla-Tlaxcala en el contexto de la crisis económica de 2008.** 2014. Tesis de doctorado en Antropología. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social. CIESAS. México, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ciesas.edu.mx/bitstream/handle/123456789/253/D249.pdf?sequence=1>. Acessado em: 02/09/2023.

ARAÚJO, Kayck Danny Bezerra de. **A terceirização do trabalho nas facções de costura do Seridó Oriental Potiguar (RN), 2013-2016.** 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23923>. Acessado em: 02/09/2023.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIM, Elaine Regina Aguiar; FERREIRA, Verônica Clemente. **Os Sentidos do Trabalho da Mulher no contexto da Reestruturação Produtiva.** VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em; https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

ARIAS, Patricia. **Tres microhistorias del trabajo femenino en el campo.** Estudios sociológicos, Vol.15 nº43 p. 213-237, 1997a. Disponível em: <https://www.bibhuma.fahce.unlp.edu.ar/Record/aMANI04009>. Acessado em: 02/09/2023.

ARIAS, Patricia. Crisis metropolitana, especialización económica y nuevas relaciones espaciales en México. **Espiral Estudios sobre Estado y sociedad.** v. 4, n. 10, 1997b. Disponível em:

<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/pperiod/espiral/espiralpdf/Espiral10/140-163.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

BARRIENTOS JUÁREZ, María del Socorro; GARCÍA, Verónica Vázquez; MARTELO, Emma Zapata; MANZANARES, Pilar Alberti. Maquila y fuerza de trabajo femenina. Un estudio de caso de Tlaxcala, Mexico. **Comunicaciones en Socioeconomía, Estadística e Informática**. v. 8, n. 1, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/23418322/Maquila_y_Fuerza_De_Trabajo_Femenina._Un_Estudio_De_Caso_De_Tlaxcala_Mexico. Acessado em: 02/09/2023.

BAIR, Jennifer; GEREFFI, Gary. Los conglomerados locales en las cadenas globales: la industria maquiladora de confección en Torreón, México. **Comercio exterior**, 2003, v. 53, n. 4. Disponível em: <http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/19/5/RCE.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

BARRETO, Mara Rubia Brilhante; DOMINGOS, Maria Danieli de Castro. **O processo de implementação de facções de costura no município de Barreira e suas implicações econômicas, sociais e culturais**. 2014. Monografia - Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB. Redenção-CE, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/478>. Acessado em: 02/09/2023.

BARRIENTOS JUÁREZ, María del Socorro; GARCÍA, Verónica Vázquez; MARTELO, Emma Zapata; MANZANARES, Pilar Alberti. Maquila y fuerza de trabajo femenina. Un estudio de caso de Tlaxcala, Mexico. **Comunicaciones en Socioeconomía, Estadística e Informática**. v. 8, n. 1, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/23418322/>

Maquila_y_Fuerza_De_Trabajo_Femenina._Un_Estudio_De_Caso_De_Tlaxcala_Mexico. Acessado em: 02/09/2023.

BRAGA, Bruno Mota. **A Dinâmica Formal-Informal do Trabalho no Parque das Feiras**: Constituição Histórica e Mudanças Recentes. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT12-03.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

BURNETT, Annahid. **Era o tempo do pano na porta**”: instituição e desenvolvimento da Feira da Sulanca dos anos de 1950 aos anos de 1980. 2014. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/157>. Acessado em: 02/09/2023.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas (SP), v. 9, n.1 (14), p. 153-174, dez. de 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124/10674>. Acessado em: 02/09/2023.

CABRERA, Sergio. **Las reformas en México y el TLCAN**. Problemas del desarrollo, v. 46, n. 180, p. 77-101, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301703615721206>. Acessado em: 02/09/2023.

CAMPELLO, G. M. C. **A Atividade de Confecções e a Produção do Espaço em Santa Cruz do Capibaribe**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

CONCEPCIÓN GARCIA, Armida. ALVES SILVA, Sandra Roberta. **As lojas de roupas de Texticuitzeo** - Canais de distribuição e comercialização da indústria de confecções no México. In: XVI Congresso da ABET - Reforma trabalhista no Brasil e no Mundo, 2019, Salvador - Bahia. XVI Congresso da ABET, 2019. Disponível em: http://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=8. Acessado em: 02/09/2023.

CRUZ-MOREIRA, Juan Ricardo. **Industrial upgrading nas cadeias produtivas globais: reflexões a partir das indústrias têxtil e do vestuário de Honduras e do Brasil**. 2003. Tese de doutorado em Engenharia. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-03112003-142622/publico/CRUZ-MOREIRATesePROPOLIUSP2003.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

DAMIÁN, Araceli. La pobreza en México y en sus principales ciudades. In: **Los grandes problemas de México: desarrollo urbano y regional**. El Colegio de Mexico. México, 2010. Disponível em: <https://libros.colmex.mx/wp-content/plugins/documentos/descargas/II.pdf>. Acessado em: 02/09/2023).

DE ITA, Martinez *et al.* **El trabajo en la industria textil y del vestido en México: 2000-2003**. La situación del trabajo en México, México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005.

DE LA O, María Eugenia. Geografía del trabajo femenino en las maquiladoras de México. **Papeles de POBLACIÓN**, n. 49, CIEAP/UAEM, julio/septiembre, 2006a. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252006000300005. Acessado em: 02/09/2023.

DE LA O, María Eugenia. El trabajo de las mujeres en la industria maquiladora de México: Balance de cuatro décadas de estudio.

AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 1, n. 3, agosto-diciembre, 2006b. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62310305>. Acessado em: 02/09/2023.

DE LA O, María Eugenia. Transnacionales, trabajo y género en México. **Desacatos: Revistade Ciencias Sociales**, n. 21, p. 83-94, 2006c. Disponível em: <https://cieras.repositorioinstitucional.mx/jspui/bitstream/1015/267/1/TRASNACIONALES%2C%20TRABAJO%20Y%20G%3%89NERO.pdf> . Acessado em: 02/09/2023.

DE LA O, María Eugenia. MEDINA, Nora Elizabeth. **La precariedad como trayectoria laboral. Las mujeres de la industria maquiladora en México**. Carta Económica Regional, n. 100, 2008. Disponível em: <http://www.cartaeconomicaregional.cucea.udg.mx/index.php/CER/article/view/5562>. Acessado em: 02/09/2023.

DURAND, Jorge. Auge y crisis: un modo de vida de la industria textil mexicana. **Relaciones**, v. 7, n. 28, p. 61-84, 1986. Disponível em: http://www.catedrajorgedurand.udg.mx/sites/default/files/1986_auge_y_crisis._un_modode_vida_en_la_industria_textil_mexicana.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. **Sulanqueiras**. O trabalho com vestuário e outros ofícios no Agreste Pernambucano. 2013. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/822285.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

ESPINOSA, Felipe; HERNÁNDEZ, Mauricio; LÓPEZ, Lizbeth. El TLC: un reto y una oportunidad para la salud ambiental. El caso de la maquiladoras. **Salud Pública de México**, v. 36, n.

6, p. 597-616, 1994. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/106/10636605.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

GAMBOA, Leticia. Los momentos de la actividad textil. In: **La Industria Textil em México**. Instituto Mora, El Colegio de Michoacán, El Colegio de México, Instituto de Investigaciones Históricas-UNAM, 1999

GEREFFI, Gary. El Tratado de Libre Comercio de América del Norte en la transformación de la industria del vestido: **¿bendición o castigo? Serie Desarrollo productivo**, Santiago de Chile, CEPAL, n. 84, 2000. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/4465/1/S00080738_es.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

GEREFFI, Gary. **América Latina en las cadenas globales de valor y el papel de China**. Boletín Informativo Techint. Septiembre/Diciembre, 2015. Disponível em: <https://www.comercioexterior.org.ar/img/noticias/AmricaLatinaenlascadenasglobalesdevaloryelpapeldeChina.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

GEREFFI, Gary. STURGEON, Timothy. GUINN, Andrew. ZYLBERBERG, Ezequiel. O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e de comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, 2013. Disponível em: https://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/115_tsggaggez.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

GOMES, Sueli de Castro. **Do comércio de retalhos a feira da Sulanca: Uma inserção de migrantes em São Paulo**. 2002. São Paulo (Dissertação de Mestrado) - USP. Pós-Graduação em Geografia Humana, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/en.php>. Acessado em: 02/09/2023.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalizacao**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Información Laboral. **Secretaría del Trabajo y Previsión Social de Guanajuato**. Septiembre, 2021. Disponible em: <https://www.stps.gob.mx/gobmx/estadisticas/pdf/perfiles/perfil%20guanajuato.pdf>. Acessado em: 23/14/20202/09/20233.

INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía (México). **La Industria textil y del vestido en México**. Aguascalientes/México, 2014. Disponible em: http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/ITV/702825068448.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía (México). **Colección de estudios sectoriales y regionales. Conociendo la Industrias del vestido**. Aguascalientes/México, 2019. Disponible em: http://canaive.mx/media/k2/attachments/190926_-_INEGI_Conociendo_la_industria_del_Vestido2019.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

ITAM – Instituto Tecnológico Autónomo de México. **La industria del vestido en México: Diagnóstico, prospectiva y estrategia**. México, DF: Centro de Estudios de Competitividad, 2008. Disponible em: <http://libroweb.alfomega.com.mx/book/385/free/data/Materiales/Capitulo12/EstudioSectorialIndustriaTextil.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

JUÁREZ, María del Socorro Barrientos, *et al.* Maquila y fuerza de trabajo femenina. Un estudio de caso de Tlaxcala, México. **Comunicaciones en Socioeconomía, Estadística e Informática**. v. 8, n.1, pp 23-55, 2004. Disponible em: <https://www.academia.edu/23418322/>

Maquila_y_Fuerza_De_Trabajo_Femenina_Un_Estudio_De_Caso_De_Tlaxcala_Mexico. Acessado em: 02/09/2023.

LANDA, Ramiro Tovar. 30 años de apertura comercial en México: del GATT al Acuerdo Comercial Transpacífico. *El cotidiano*, 2016, n. 200, p. 76-88. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32548630007.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

LEITE, Marcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.57-94, Mar.2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462004000100005. Acessado em: 02/09/2023.

LEITE, Marcia de Paula; DEL BONO, Andrea. Trabajo y terciarización en Argentina y Brasil. *CDC*, Caracas, v. 33, n. 93, p. VII-XVI, dic. 2016. Disponível em: <https://www.relatsargentina.com/documentos/RA.1-EAyTA/RELATS.A.EA.DelBonoLeite.pdf>. Acessado em: 23/02/09/2023.

LEITE, Marcia de Paula; DEL BONO, Andrea. **O trabalho e suas reconfigurações**: Conceitos e realidades. Trabalho apresentado no 32º. Encontro Anual da ANPOCS. GT: Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea. Caxambu, 2008. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt40-2/2713-marcialeite-o-trabalho/file>. Acessado em: 02/09/2023.

LEITE, Marcia de Paula; ALVES SILVA, Sandra Roberta; GUIMARÃES, Pilar Carvalho. O TRABALHO NA CONFECÇÃO EM SÃO PAULO: as novas formas da precariedade1. *Caderno CrH*, v. 30, p. 51-67, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/7N4ddYKK3JR95wBGBQz9tWM/>. Acessado em: 02/09/2023.

LIMA, Ângela Maria de Souza. **As faces da subcontratação do trabalho**: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores de confecção de roupas de Cianorte e Região. 2009. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas/SP 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280160>. Acessado em: 02/09/2023.

LIMA, Alexandre Santos. “Empreendendo” a Sulanca: o SEBRAE e o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. In: VERAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado e cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337146875_Lima_Jacob_C_As_artimanhas_da_flexibilizacao_o_trabalho_terceirizado_em_cooperativas_de_producao. Acessado em: 02/09/2023.

LIMA, Jacob Carlos. A realocação espacial da produção e do trabalho: flexibilização e mobilidades. In: Valencio Norma; Éder Andrade de Paula; Antonio Carlos Witkoski (Editores). **Processos de territorialização e identidades sociais**. Publisher: RiMA, Edufac; Eduam, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311699932_A_relocalizacao_espacial_da_producao_e_do_trabalho_flexibilizacao_e_mobilidades. Acessado em: 02/09/2023.

LINS, Hoyêdo N. Arranjo produtivo têxtil-vestuarista da região do Vale do Itajaí. In: CARIO, Silvio A. F.; PANCERI, Reginete; FLAUSINO, Elizabete S.; BITTENCOURT, Márcio; MONTIBELLER FILHO, Gilberto; CAVALCANTI, Paulo R. (org.). **Economia de Santa Catarina**: inserção industrial e

dinâmica competitiva. Blumenau: Nova Letra, 2008. Disponível em: http://portaldeeconomiasc.fepese.org.br/arquivos/links/textil_vestuario/2005%20APL%20Textil-Vestuarista%20Vale%20do%20Itajai%20master%20Plan%20SC.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

LIRA, Sonia Maria. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. **Revista de Geografia**, Recife, v. 23, p. 100-115, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/228657/23079>. Acessado em: 02/09/2023.

LÓPEZ, María del Pilar Ester Arroyo; SOLÍS, María De Lourdes Cárcamo. La evolución histórica e importancia económica del sector textil y del vestido en México. **Economía y Sociedad**, v. 14, n. 25, p. 51-68, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/510/51015546004.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

LÓPEZ, Osmar Pasillas. Breve análisis del modelo de producción em Uriangato, Gto. In: MAZA-CORTÉS, O.; LAZCANO, D. (Org). **En el mismo barco. Reflexiones sobre la producción, el trabajo y las redes sociales: el caso de Uriangato, Guanajuato.** (Primera edición). Uriangato, Guanajuato: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2015.

LUPATINI, Márcio Paschoino. **As transformações produtivas na indústria têxtil-vestuário e seus impactos sobre a distribuição territorial da produção e a divisão do trabalho industrial.** 2004. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Disponível em: <https://geein.fclar.unesp.br/producoes/categorias/teses-dissertacoes>. Acesso em: 02/09/2023.

MAGGIO, M. Laura Vazquez. **Revisión del modelo de sustitución de importaciones: vigencia y algunas reconsideraciones.** Economía Informal, v. 404, p. 4-17, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0185084917300233> Acessado em: 02/09/2023.

MAZA-CORTÉS. **Los modelos productivos construidos desde la precariedad, el caso de Uriangato.** VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo, julho de 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307577889_LOS_MODELOS_PRODUCTIVOS_CONSTRUIDOS_DESDE_LA_PRECARIEDAD_EL_CASO_DE_URIANGATO. Acessado em: 02/09/2023.

MAZA-CORTÉS; JUÁREZ, Edgar Lázaro Gutiérrez. **La industria de la confección en tres localidades, producción a la mexicana.** COMPENDIUM, nº32. Julio, 2014. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/880/Resumenes/Resumen_88037910002_1.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

MAZA-CORTÉS; LÓPEZ PASILLAS, Omar. **Las Comunidades de Producción Textil en el Centro de México.** POLÍTICA & TRABALHO. Revista de Ciências Sociais, n. 41, pp. 227-248. Outubro de 2014. Disponível em: http://www.academia.edu/15252939/Las_comunidades_de_producci%C3%B3n_textil_en_el_centro_de_M%C3%A9xico. Acessado em: 02/09/2023.

MAZA-CORTÉS, Octavio; GIL-PAREDES, Laura Cecilia. Perfil emprendedor y precario de desempleados que se autoemplean. **Hitos de Ciencias Económico Administrativas**, v. 22, n. 63, p. 45-77, 2016. Disponível em: <https://revistas.ujat.mx/index.php/hitos/article/view/1841/1494>. Acessado em: 02/09/2023.

MEDINA JAIMES, Carlos. **La manufactura têxtil novohispana**. La obraje colonial: 1750-1810. Um modelo de producci3n precapitalista fracasado. Una concepci3n hacia el sistema de industrializaci3n moderno. 2001. Tesis de grado em Hist3ria. Universidad Aut3noma Metropolitana. Unidad Iztapalapa-M3xico, 2001. Dispon3vel em: <http://148.206.53.233/tesiuami/UAM3086.pdf> . Acessado em: 02/09/2023.

MESEL. Katia. **Filme “Sulanca”**, 1986. 1 v3deo (14:28min). Publicado pelo canal: Moda Center Santa Cruz. Dispon3vel em <https://www.youtube.com/watch?v=MeAzdljD-IE>. Acessado em: 02/09/2023.

MILAN3S, Renata Bezerra. **Costurando roupas e ro3ados: as linhas que tecem trabalho e g4nero no Agreste pernambucano**. 2015. Disserta33o em Ci4ncias Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade), Rio de Janeiro, RJ, 2015. Dispon3vel em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2833739. Acessado em: 02/09/2023.

MIÑO GRIJALVA, Manuel. Protondustria colonial. *In*: G3MES-GALVARRIATO, Aurora (coord.). **La Industria Textil em M3xico**. San-Juan Mixcoac-M3xico: Instituto Mora. El col3gio de Michoac3n. El Colegio de M3xico. Instituto de Investigaciones Hist3ricas-UNAM, 1999. Dispon3vel em: <https://historiamexicana.colmex.mx/index.php/RHM/article/view/2021> Acessado em: 02/09/2023.

MONTERO BRESSAN, Jeronimo. **Producci3n, Comercio y Condiciones Laborales en la Industria de la Indumentaria Tras la Reciente Crisis Econ3mica Internacional**. Ponencia presentada em el VII Congreso Nacional de Geograf3a de Universidades P3blicas, Universidad Nacional de La Plata,

9-11 de octubre de 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334773226_Produccion_Comercio_y_Condiciones_Laborales_en_la_Industria_de_la_Indumentaria_Tras_la_Reciente_Crisis_Economica_Internacional. Acessado em: 02/09/2023.

MORENO-BRID, Juan Carlos; SANTAMARÍA, Jesús; RIVAS VALDIVIA, Juan Carlos. **Manufactura y TLCAN: un camino de luces y sombras**. Economía unam, v. 3, n. 8, p. 95-114, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/eunam/v3n8/v3n8a6.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. A Inserção da Mão-de-Obra Feminina na Indústria de Confecção no Ceará: O Caso das Cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité. **CADERNO CRH**, n. 26/27, p. 351-373, jan./dez. Salvador, 1997. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18676/12049>. Acessado em: 02/09/2023.

NUNES, Jordão Horta. CAMPOS, Andréia Ferreira. O setor de confecção em Goiânia: análise da relação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. **Sociedade e Cultura, Goiânia**, v. 9, n. 2, p. 237-255, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/15459?show=full>. Acessado em: 02/09/2023.

PEREIRA NETO, Eugênio Vital. **Qualificação e informalidade: os modos de atuação do Senai no Polo de Confecções de Pernambuco**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana., 2013.

PEREIRA NETO, Eugênio Vital; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Modos de atuação do SENAI no Polo de Confecções de Pernambuco: mudanças recentes e implicações recíprocas. In: VERAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio

(Orgs). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

PRADO, Luís André do. **Indústria do vestuário e moda no Brasil do século XIX a 1960: da cópia e adaptação à autonomização subordinada**. 2019. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16102019-145105/pt-br.php>. Acessado em: 02/09/2023.

REIS, Cristina Fróes de Borja; ALMEIDA, Julio Sérgio Gomes de. **A inserção do Brasil nas cadeias globais de valor comparativamente aos BRIICS**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 233, maio, 2014. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3347&tp=a>. Acessado em: 02/09/2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil** (Série de Estudos de Antropologia da Civilização). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: https://moodle.ifsc.edu.br/pluginfile.php/561583/mod_resource/content/1/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf. Acessado em: 02/09/2023.

ROA, José Cruz; HERRERA, Paola. El empleo en México. Del modelo de sustitución de importaciones (ISI) al modelo de libre mercado. **Economía y Sociedad**, v. 17, n. 27, p. 49-63, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/510/51021186004.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

SÁ, Marcio Gomes de. **Feirantes: quem são e como administram seus negócios**. Recife: Ed. UFPE, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/41964231/>

FEIRANTES_QUEM_S%C3%83O_E_COMO_ADMINISTRAM_SEUS_NEG%C3%93CIOS. Acessado em: 02/09/2023.

SANTOS, Marlon Cavalcante. SILVA, José Borzacchiello da. A dinâmica dos circuitos da economia urbana na indústria de confecção em fortaleza, Ceará. **Geosaberes**, v. 6, n. 2, p. 237 - 246, jul. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/426>. Acessado em: 02/09/2023.

SEBRAE. Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano. Relatório final. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco. Sebrae/Pernambuco. Recife, maio 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agreste%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

Secretaría del Trabajo y Previsión Social de Guanajuato. **Información Laboral**. Septiembre, 2021. Disponível em: <https://www.stps.gob.mx/gobmx/estadisticas/pdf/perfiles/perfil%20guanajuato.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

SILVA, Hudson Alves da; VASCONCELOS, Cláudia Maria Salvador de; GALVAO, Maria Luiza de Medeiros; NASCIMENTO, Vandetânia Xavier. **O Alvorecer Das Atividades Têxteis Em São José Do Seridó - RN**. In: II Congresso Internacional das Licenciaturas COINTER PDVL, Recife-PE, 2015. Disponível em: <https://cointer-pdvl.com.br/wp-content/uploads/2016/07/CO172015-O-ALVORECER-DAS-ATIVIDADES-T%C3%8AXTEIS-EM-S%C3%83O-JOS%C3%89-DO-SERID%C3%93-RN.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

SILVA, Selma Maria da. **Trabalho, gênero e identidade no setor de confecção no município de Goiânia-Go: o polo**

da região da Rua 44. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8244>. Acessado em: 02/09/2023.

SILVANA SILVA, Cristina da. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na MetrÓpole de São Paulo.** Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP). 2012. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Geociências da UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286985>. Acessado em: 02/09/2023.

SOLÍS, Marlene. La precarización del trabajo desde una perspectiva sociocultural en un contexto fronterizo. **Región y sociedad**, v. 26, n. 59, p. 81-112, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1870-39252014000200003&script=sci_arttext. Acessado em: 02/09/2023.

SOUZA, Alana Moraes de. **A gente trabalha onde a gente vive:** A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/787859.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. de S. (org.). **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez Editora, 2002. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/globalizacaoeciencias.pdf>. Acessado em: 02/09/2023.

SOUZA, Viviane da Silva. **Trabalho e proteção social na experiência do Polo de Confeção de Pernambuco**: os fios dessa relação. 2012. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/27644>. Acessado em: 02/09/2023.

SUPERVIELLE, M.; ROJIDO, E. **Trabajo de Organización y Cadenas de Valor**. Presentado en la reunión del Grupo de Trabajo de CLACSO, Buenos Aires, septiembre de 2007. Disponível em: http://www.audhe.org.uy/Jornadas_Internacionales_Hist_Econ/CLADHE1/trabajos/Supervielle_Marcos_387.pdf . Acessado em: 02/09/2023.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. (Org). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011. p.191-223

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs). **Trabalho em Territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 2013, p. 233-278.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira Oliveira. **A capital goiana do jeans**: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção de Jaraguá-GO. 2015. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas-SP, Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281199>. Acessado em: 02/09/2023.

WEISBROT, Mark, *et al.* **¿El TLCAN ayudó a México? Una actualización 23 años después.** Center for Economic and Policy Research [CEPR]. v. 2, 2017. Disponível em: <https://cepr.net/report/el-tlcan-ayudo-a-mexico-una-actualizacion-23-anos-despues/>. Acessado em: 02/09/2023.

CAPÍTULO VI

“Empreendedoras” das confecções: reflexões sobre o programa MEI e o contexto da Covid-19 no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano

Juliana Nunes Pereira

Introdução

Uma das faces das políticas de ativação ao mercado de trabalho é o empreendedorismo. Esta tem sido umas das alternativas cunhadas pelos governos frente ao desemprego estrutural e ao aumento vertiginoso da informalidade, sobretudo nos anos pós-1970.

Não se trata de uma sociedade pós-capitalista, do emergir de um novo modo de produção, mas de um novo paradigma de mistificação da relação capital/trabalho, com base na negação do assalariamento formal, com carteira de trabalho. Conforme Lênine, (2011, p. 77), “nós permanecemos, apesar de tudo, no capitalismo, embora, numa nova fase, mas indubitavelmente no capitalismo”.

Contra a crise estrutural do capital e seus rebatimentos, o remédio imposto pelo Estado é o autoemprego. Há, a partir daí um aprofundamento do escopo em desenvolver nos/as trabalhadores/as o “espírito empreendedor”. Ser empreendedor não é apenas uma habilidade, mas uma forma de ser e ver o mundo, tal como nos traz Dolabela (2009):

O empreendedorismo aborda a relação de oportunidade entre o indivíduo e o seu sonho, a sua visão, a sua idéia (*sic*). Uma idéia (*sic*), para ser viável, além de sua coerência com o ambiente externo, deve ser congruente com o indivíduo empreendedor; ao relacionar o resultado da atividade empreendedora aos sonhos, visões e desejos da sociedade e do empreendedor, o empreendedorismo pode ser visto como um instrumento auxiliar na construção da liberdade (Dolabela, 2009, p.2).

A individualização é convocada como solução de problemas de ordem estrutural, sendo cada indivíduo responsável pela sua inserção na esfera produtiva no interior do capitalismo. Dolabela (2009, p. 03) refere-se à “atitude empreendedora”, que se configura como “estilo de vida, visão de mundo, reação diante de ambigüidades e incertezas, protagonismo, inovação, capacidade de produzir mudanças em si mesmo e no meio ambiente, meios e formas de se buscar a autorealização” (*sic*).

Uma das maiores inspirações do empreendedorismo são as ideias de Joseph Alois Schumpeter. Ele afirma que na vida econômica, em grande medida, o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira. Assim o empreendedor deve ser o produtor que inicia a mudança econômica, e os consumidores, caso seja necessário, devem ser por eles educados, substituindo antigos produtos e hábitos de consumo por novos.

O central aqui é a capacidade de gerar inovações, riqueza e desenvolvimento. Não seria possível os empreendedores transmitirem geneticamente a seus herdeiros as qualidades que os conduziram ao êxito, por meio de inovações e novos métodos produtivos, visto que apenas o fato de herdar a riqueza não garante o êxito no empreendimento, devendo-se, para tanto, forjar a capacidade empreendedora criativa.

Para Schumpeter (1961), quanto menor a intervenção do Estado, maior a possibilidade de desenvolvimento, sendo os direitos sociais e trabalhistas um exagero, verdadeiros métodos economicamente irracionais. O empreendedor é o impulso fundamental que faz a engrenagem capitalista funcionar, sendo a *destruição criadora* a renovação constate do capitalismo através de suas entranhas, sempre se reconstruindo e em constante progresso.

O empreendedorismo se coloca pela eliminação das classes fundamentais e dos conflitos entre o capital/trabalho, podendo esta figura especial ser um capitalista ou um trabalhador/a. Trata-se, pois, da valorização do indivíduo e de suas potencialidades individuais, com um conjunto de competências, adquiridas, sobretudo, no processo de formação educacional¹.

As transformações pelas quais passa o mercado de trabalho, notadamente após os anos de 1990, transformam o entendimento clássico acerca do empreendedorismo, ao passo em que o paradigma neoliberal o incorpora intensamente às políticas de geração de emprego e renda.

Para Tavares (2018), o empreendedorismo teria a habilidade de operar acordos entre todas as partes interessadas, inventores, parceiros, capitalistas, trabalhadores. Sendo este uma estratégia do capital viabilizada pelo Estado (criando o aparato legal), que

1 Importante mencionarmos aqui a recente mudança no currículo escolar brasileiro, promovida pelo “Governo Temer” e aprofundada pelo Governo Bolsonaro.

obscorece a relevância do trabalho, pois o assalariamento continua sendo a base da relação capitalista, o que configura o empreendedorismo como um novo paradigma gerador de mais-valia² no contexto hodierno.

As formas mudam, mas o fim capitalista persiste inalterado. As mudanças se dão no âmbito das políticas, e estas atendem a interesses do capital na busca da reprodução ampliada (Soares, 2008). Assim como afirma Tavares (2018, p. 112):

No âmbito das mudanças promovidas pela parceria capital/Estado está o empreendedorismo. É procedente que sejam perscrutados os reais conteúdos dessa “novidade”. A proximidade do empreendedorismo com o trabalho informal remete aos anos 1980, quando, em resposta à realidade caótica anteriormente verificada por técnicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Quênia, as atividades informais foram consideradas como uma saída para o desemprego e o subemprego em todas as regiões pobres do mundo, como se pode ver no Relatório do Quênia. Na oportunidade, a solução apresentada era a criação de empregos a baixo custo. A OIT e até agências financeiras, como o Banco Mundial, passaram a recomendar apoio às atividades informais, o que coincidia com o fim do emprego com proteção social que prevalecera no período fordista.

A subjetividade do empreendedor é algo relevante a ser capturado, pois, além da força de trabalho, este deve estar convencido de que há a real possibilidade de ser uma pessoa de negócios e não apenas de promover o autoemprego (com base na crença da autonomia), mas de explorar outros/as trabalhadores/as.

2 “Cuja relação visível não se caracterize como assalariamento” (Tavares, 2018, p 110).

Tavares (2018) afirma que há um aprofundamento das relações capitalistas em detrimento da liberdade prometida, seu objetivo se realiza sem que a função do trabalho seja reconhecida, como se a mercadoria surgisse magicamente na esfera da circulação. Como assevera Sabino (2016, p. 11):

Por isso, é preciso perscrutar o conteúdo das relações de trabalhos domiciliares, por exemplo, que parecem ocorrer na esfera da circulação, e que são muito comuns aos trabalhos terceirizados, principalmente nos setores de confecções e de calçados. Em muitos casos, o suposto vendedor de mercadoria está a vender força de trabalho, em condições precárias e sob remuneração aviltante. Exceto por lhe ter sido usurpado o direito à proteção social, a relação guarda as mesmas características do trabalho assalariado.

Tavares (2018) menciona a relevância do endividamento do Estado a agentes coletivos internacionais, para indicar a robustez das políticas de incentivo ao autoemprego, mediante necessidade de cumprimento de agenda desregulamentadora das relações de trabalho. As críticas presentes no último relatório do Banco Mundial para o Brasil, *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* (2017), faz jus à necessidade de retração dos direitos trabalhistas e previdenciários. Figuram temáticas como as regras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que teriam requisitos baixos; a necessidade de flexibilidade dos contratos de trabalho e a redução da incidência de ações trabalhistas; o funcionalismo público como um peso para o orçamento; a necessidade urgente da reforma da previdência; a necessidade de integração de programas de apoio ao mercado de trabalho e a assistência social (sobretudo, concernente ao Bolsa família, salário-família, Benefício de Prestação continuada e aposentadorias rurais).

Há o interesse, no conjunto das recomendações dos organismos multilaterais, em focar no trabalho informal para gerar emprego e renda, articulando a isso à qualificação profissional para os desempregados e os mais pobres, fortalecendo suas capacidades produtivas, sendo esta, junto à flexibilização, fundamental para o crescimento econômico. O desemprego e a precariedade são agravados diante das medidas de austeridade implementadas pelo Estado. A individualização e o inculcamento de uma racionalidade liberal/empreendedora seriam o contraponto inserido na prática discursiva deste agente.

O domínio não se dá pela coerção, mas pelo autogoverno dos sujeitos. Trata-se da expropriação da subjetividade ou mais precisamente da subjetivação capitalista, em que o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço ao mercado (Dardot; Laval, 2016).

A promoção da *cultura empreendedora*, com ações que visam valorizar o empreendedorismo, lhe conferir maior visibilidade, com foco no estímulo e no encorajamento de novos empreendedores e a *educação empreendedora*, mediante a inserção do empreendedorismo no sistema educacional formal, com fulcro na formação de competências e habilidades empreendedoras, evidenciam a trajetória do inculcamento deste paradigma em território nacional.

Para atenuar esses reflexos dos altos índices de desemprego, o Estado Brasileiro lançou mão das *Políticas de ativação do mercado de trabalho*³, atuando em três frentes, em especial: intermediação de empregos (seguro-desemprego e a ampliação dos serviços públicos de emprego), treinamentos (com foco na recolocação no mercado de trabalho) e criação direta de emprego (sobretudo no apoio à criação de pequenas e microempresas, ou seja, com a potencialização do empreendedorismo).

3 “Medidas para reduzir o desajuste entre a oferta e demanda de trabalho, com políticas que visam ampliar as possibilidades de demanda” (Brasil, 2000).

Entre as políticas de ativação da economia, destacamos o Programa Microempreendedor Individual (MEI), criado em 2008 e apresentado como programa de fomento à formalização das relações de trabalho, combatendo assim a informalidade e o desemprego.

O Programa tem foco nos/as trabalhadores/as por conta própria e tem atualmente cerca de **14.189.937**⁴ (quatorze milhões, cento e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e sete) empreendedores/as registrados/as. Este é o programa de formalizações que tem maior incidência no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano e, sob a gerência e execução do Sebrae-Caruaru, tem sido um dos elementos do Projeto de “modernização” do Polo, com foco no combate a *cultura da informalidade local*.

Em que pese o Polo de confecções do Agreste Pernambucano ter emergido a partir de ações autônomas com foco na sobrevivência, às margens da intervenção do estado, com lastro histórico balizado pela informalidade, ele foi sustentado por relações precárias de trabalho, sobretudo, em âmbito domiciliar e fazendo uso da força de trabalho das mulheres.

Este artigo se configura como análise de novos contornos do objeto de nossa investigação de tese de doutoramento (2019). Esta perscrutou a implementação do Programa Microempreendedor Individual e seus rebatimentos na divisão sexual do trabalho, no âmbito do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, localizado na Zona da Mata e no Sertão de Pernambuco, englobando os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, estendendo-se por outros 07 (sete) municípios do Agreste (conformando o denominado Polo-10), atuando em atividades produtivas, comerciais e de serviços.

Importa-nos compreender no contexto hodierno quais os reflexos da pandemia, em razão da COVID-19, sobre o

4 Dados de 30 de junho de 2022 – Portal do Empreendedor.

empreendedorismo e as mulheres formalizadas através do MEI, considerando a prevalência do empreendedorismo por necessidade no Polo.

O Polo de Confecções do Agreste Pernambucano e o empreendedorismo por necessidade

O comércio que iniciou com as feiras, passou a produção de confecções, forjou a migração rural-urbana, diversificou-se e, no contexto atual, apresenta um complexo conjunto de subdivisões que comporta o comércio de feira de confecções e o comércio especializado destas no âmbito das produções locais (Oliveira, 2013). Neste ínterim, também foram modificadas as relações sociais e de trabalho⁵.

É o trabalho em domicílio, informal e precário que sustenta grande parte da produção local (Ávila; Ferreira; Arantes, 2015). O Polo é responsável por 16% da produção nacional de confecções. Contudo, mantém uma relação de complementariedade e simbiose entre o formal e o informal, na qual a produção e a comercialização de produtos a partir da informalidade geram oportunidade de trabalho e de renda, o que impulsiona também o comércio formal das cidades. É importante destacar que

o não pagamento de taxas e impostos nesta região não é nenhum segredo, aliás, vem sendo atribuído como um fato importante de competitividade, ou seja, uma das explicações para a

5 Em grande medida, estes projetos estão relacionados a esta conformação socio-histórica. Para saber mais, ver textos relacionados ao Polo de Confecções do Agreste Pernambucano em <https://sites.google.com/view/tdepp/Home?fbclid=IwAR28Q62UqghnU1e5HrjgP7WSmjxsmH5XUr6e6YS2Y3UZOQrPKaYy5yv3Gnc>

venda de mercadorias mais baratas [...] uma das alavancas de crescimento do pólo (Pereira Neto, 2013, p. 25).

O Polo surge nos interstícios deixados pelo sistema capitalista, guardando similitudes às definições acerca do setor informal e, posteriormente, encontra-se imbricado a este, entretanto sob contradições. Nas palavras de Oliveira (2011):

Realçamos pelo menos três processos que, ao mesmo tempo, sugerem o quanto ocorre tal imbricamento e o quanto o mesmo ocorre sob limites e tensões: 1. Os processos internos de diferenciação e conseqüente deslocamento, por parte de alguns dentre os empreendedores, entre uma dinâmica referida à sobrevivência e uma dinâmica referida à acumulação; 2. O compartilhamento com a dinâmica capitalista de acumulação, por meio da sua relação com o mercado capitalista; 3. A incorporação, entre os atores constitutivos do Pólo (certamente, com fortes implicações para a dinâmica sócio-política-econômica da região), de uma cultura capitalista (*Idem*, p. 27).

O autor afirma que a persistência da informalidade, como um elemento característico da dinâmica do Polo, tem, por um lado, facilitado a reprodução dos empreendimentos de diversos portes e, por outro, inibe uma incorporação mais ampla dos empreendimentos locais à dinâmica capitalista. Configura-se aqui uma tensão que se apresenta como de tipo estruturante.

O imbricamento junto ao sistema capitalista fora desencadeado por processos internos e externos ao Polo, sobretudo na relação entre este e os segmentos que constituem a cadeia produtiva têxtil e de confecções, assim como através da sua relação com fornecedores de matérias-primas, de equipamentos, com

compradores, prestadores de serviço, de gestão, com instituições de crédito, entre outros⁶ (Raposo; Gomes, 2003).

Este movimento tem reflexos na adoção de práticas de organização e comercialização tipicamente capitalistas, atuando através de vínculos com bancos, incorporando novas tecnologias e instrumentos de venda, práticas de gestão e, consequentemente, apontando também para padrões de consumo nesta mesma direção.

Além da reelaboração física e discursiva, que visa dissociar o Polo de uma dinâmica marcada pela desorganização do processo produtivo e da comercialização de produtos de baixa qualidade, houve também intervenções exógenas (de agentes públicos), com diversos objetivos, entre estes o intuito de promover processos de formalização de atividades produtivas e comerciais locais.

Entre as ações frente à informalidade, destacamos a implementação do Programa Empreendedor Individual. O referido Programa foi criado em julho de 2009, no Brasil, pelo Governo Federal, sendo este executado através do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tendo como marco legal a Lei complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, que instituiu, como Empreendedor Individual, o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil⁷.

6 Cumpre destacar que a aproximação com a modernização do Polo sobrevive, conjuntamente, com práticas históricas de produção e comercialização que têm por base a *confiança*, que teve início com a “sulanca”, mas se estende até o momento atual do Polo de confecções, seja nos contratos para a produção de mercadorias – distribuição de peças com contratos e prazos estabelecidos informalmente –, ou até mesmo na comercialização dos produtos através do uso de “cheques de terceiros”, “promissórias” ou ainda anotações em “cadernos de contas” (sem garantias de recebimento).

7 Os números sobre o Programa Empreendedor Individual encontram-se disponíveis em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>.

O Programa, que foi implementado em 2010 no polo, através do Sebrae, passou a refletir a relação formal-informal local. Isso porque, apesar das mudanças ocorridas, o Polo manteve características históricas, havendo por base o caráter predominantemente domiciliar, familiar, informal e com a predominância do trabalho precário, considerando a possibilidade de as unidades produtivas obterem a formalização, ao tempo em que continuam com operações de subcontratação de facções, estabelecendo relações informais.

Apesar de haver a incorporação de técnicas administrativas, ainda assim não há impactos decisivos que interfiram de forma significativa nas relações de trabalho em domicílio do processo produtivo, na grande maioria dos empreendimentos.

Esta relação entre o processo histórico do Polo, conformando tradições alicerçadas na *cultura da informalidade*, em detrimento da “modernização” formalizadora, atravessa o sujeito principal do Polo, as mulheres, que são as principais protagonistas do desenvolvimento local, desde o surgimento do polo de confecções.

Isso significa que o Polo vem se desenvolvendo em termos econômicos através da confecção, imbricando-se dentro deste processo histórico com os modelos modernizantes globais, contudo, sem esquivar-se da manutenção de formas tradicionais de produção e comercialização, baseadas na informalidade, no trabalho feminino, terceirizado e domiciliar.

A modernização do Polo a partir da formalização do Empreendedorismo

A partir de meados dos anos 2000, o processo de “modernização” é intensificado. As feiras da “sulanca” passam a ser denominadas em seu conjunto por *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco* ou *Polo da Moda de Pernambuco*. O projeto parte

de um convênio estabelecido, em 1997, com a ONG alemã BFZ, e da constituição da subseção do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (Sindinvest), o que significou uma mudança de paradigma no concernente aos produtos elaborados e comercializados no local (Oliveira, 2011).

Segundo Oliveira (2013, p. 12),

O Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco é um aglomerado de iniciativas produtivas e comerciais relacionadas ao setor de confeccões, com foco em roupa casual (masculina e feminina), brim (jeans, bermudas, saias, shorts e camisas), malharia (camisetas, tops, blusas, vestidos), outras vestimentas (calças, saias, camisas e blusas), moda infantil e lingerie. Se estabeleceu, a partir dos anos 1950/1960, em torno das “Feiras da Sulanca”, em Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, mas hoje seu raio de influência se estende por dezenas de municípios do Agreste de Pernambuco e repercute na Região e no país. As unidades produtivas são na sua maioria constituídas de “fabricos” e “facções”, mas, com a consolidação do Pólo, já vêm se estabelecendo algumas “fábricas”. As atividades comerciais ocorrem nas “Feiras da Sulanca” e, agora também, nos agigantados Centros Comerciais, para onde acorrem comerciantes (revendedores) e consumidores de diversos estados do país.

Há, neste contexto, a intervenção de agentes externos, com vistas à formulação de estratégias que potencializem a “modernização” e o alavancar das taxas de lucro, sobretudo, através da noção de “empreendedorismo” e da “organização produtiva”.

O propósito foi o de, em associação com um conjunto mais amplo de ações visando a modernização das atividades ali desenvolvidas, atuar

também sobre a reelaboração de sua imagem, tanto para dentro, como para fora. Para isso, seria preciso desconstruir a marca “sulanca”, associada que sempre esteve a produtos de baixíssima qualidade. Operou-se uma reelaboração discursiva visando por no lugar da “Feira da Sulanca” o “Polo de Confecções”; no lugar de “sulanqueiro”, a denominação “empresário” ou “empreendedor” (Oliveira, 2011, p 18).

A conformação do Polo contou com uma proposta de reelaboração da imagem dos produtos ofertados, buscando superar a ideia de produtos de baixa qualidade (que estariam relacionados à história da “sulanca”), através do “Projeto de Desenvolvimento do Polo de Confecções do Agreste”.

De acordo com Pereira (2019), para isso, diversos sujeitos atuaram, através da constituição de Fóruns, Núcleos, articulações institucionais e políticas, elaborando projetos de pesquisa e intervenção de forma sistemática com foco na “modernização” do que agora se configura como Polo de confecções.

A constituição do *Fórum Estratégico de Competitividade da Cadeia Têxtil e de Confecções*⁸, em 2009, pelo Decreto nº 33.339, através de uma iniciativa conjunta do Governo do Estado, de representações empresariais, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Sebrae, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e de universidades, teve por objetivo o desenvolvimento de um *Plano Estratégico para a Cadeia têxtil e de confecções*.

O escopo era oferecer dois produtos à Cadeia Têxtil e de Confecções: um *plano estratégico* para nortear as ações

8 Composto por representantes de secretarias do Governo do Estado, AD Dipier, Federação das Indústrias de Pernambuco (Fiepe), Sinditêxtil, Sindinvest-PE, Facep, Sebrae-PE, Senai-PE, Senac-PE, UFRPE, UFPE, Faculdade Boa Viagem (FBV) e Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas.

e a *estruturação de uma rede de governança* para monitoramento desse mesmo plano, através do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções e do Núcleo Gestor.

Neste contexto, o mapeamento do Fórum acerca do Polo apresentara os pontos limitantes, como a má formação da mão de obra; escassez de trabalhadores, especialmente, qualificados; falta de profissionalismo; predominância de empresas informais; carga tributária excessiva para os formalizados; fiscalização apenas sobre as empresas formais; questão ambiental; imagem da região, como produtora de bens de baixa qualidade, mas também potencialidades, como preço baixo do produto; baixo custo da mão de obra; capacidade empreendedora; adaptabilidade à mudança; “pessoas bravas, guerreiras”; capacidade produtiva elevada; localização do Polo; radiação do Polo; alta concentração de empresas em pequenos espaços.

Os relatórios também apresentavam oportunidades vislumbradas para o Polo, através da formalização e do atingir de novos mercados consumidores, além da necessidade de superar ameaças, concorrência “de fora” (sobretudo de produtos chineses); o surgimento de novos arranjos produtivos no Brasil; informalidade, com atenção às relações de trabalho; elevada carga tributária aos empreendimentos formais; especulação imobiliária e a guerra fiscal (com atenção à redução de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), em estados como São Paulo e Rio de Janeiro).

Importava, neste contexto, a motivação para forjar empreendedores/as locais que fluíssem do *empreendedorismo por necessidade*⁹ (arraigado no processo histórico local, balizado

9 “Empreendedor por necessidade é aquele que inicia o negócio pela ausência de alternativas para a geração de ocupação e renda” (Sebrae, 2017, p. 17).

pela subsistência), para o *empreendedorismo por oportunidade*¹⁰, com base em apoios exógenos (rompendo com a constituição histórica do Polo), ou (ao menos) potencializar as duas vertentes, com fulcro na pujança do desenvolvimento local.

Esta proposta apresentada pelos agentes exógenos ao Polo encontrava-se em consonância com o entendimento nacional da política de Governo frente à ausência de postos de trabalho, com investimento em políticas de geração de emprego e renda através do empreendedorismo, conforme evidenciamos anteriormente.

De acordo com Lima, Corteletti e Araújo (2018, p. 12), “a ideologia do empreendedorismo ressignificou a informalidade na produção como trabalho flexível. O que era visto como arcaico e atrasado tornou-se sinônimo de modernidade”. A proposta da formalização através da perspectiva do empreendedorismo fazia parte da ação dos agentes pós diagnósticos recorrentes de alto grau de informalidade local. Diversos planos de ação, projetos e programas foram elaborados, alguns com recortes específicos, voltados para o local, outros com modelos de abrangência nacional a serem incorporados conforme molde indicado. A informalidade aqui é compreendida como um fator relevante que pode comprometer as operações do Polo em mercado nacional e internacional.

O Programa Microempreendedor Individual¹¹ (MEI) foi implementado em Pernambuco, no segundo momento do Programa, em fevereiro de 2010, cerca de 08 meses após o seu lançamento oficial. A proposta era buscar espriar o processo de formalização das atividades econômicas locais, configurando-se como uma alternativa para superar a informalidade, garantindo a possibilidade de emissão de notas fiscais e recebimento de

10 “Empreendedor por oportunidade é aquele que inicia o negócio pelo fato de ter percebido uma oportunidade no ambiente” (Sebrae, 2017, p 18).

11 Ver anexo – Legislações pertinentes ao MEI.

maquinetas para operacionalização de cartões de crédito, o que consequentemente poderia resultar em aumento das vendas; além dos anseios dos gestores em todos os níveis, o que poderia resultar em um maior controle das atividades desenvolvidas no Polo e no recebimento de impostos (Pereira, 2011).

Segundo Pereira (2019), em fevereiro de 2019, Pernambuco ocupava o 10º lugar nacional em número de formalizações (251.221 MEI), destes, 44% eram mulheres. Os/as empreendedores/as estavam, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, ocupando espaços no comércio varejista de artigos de vestuário (19.953 MEI), cabelereiro (16.217), comércio varejista de mercadorias em geral (7.676) e lanchonetes (7.475). A inadimplência atinge 48,54% dos MEI em Pernambuco.

O estado de Pernambuco, assim como as principais cidades do Polo, seguia a média nacional, encontrando-se o maior número de formalizações entre a faixa de 21 a 60 anos, também com maior incidência entre 31 e 40 anos. Também seguia a incidência nacional no que se refere às formas de atuação, sendo a atuação em estabelecimento fixo o de maior incidência.

Nos primeiros dois anos do Programa, as três principais cidades do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano (PCAP) somavam 1.742, sendo Caruaru 1.516, Santa Cruz do Capibaribe 172 e Toritama 54. Estes números são de suma importância para que possamos observar o grau de implementação do Programa no PCAP.

Em 2019¹², o Programa registrava cerca de 7.891.231¹³ formalizações. Do total de MEI, até fevereiro de 2019, cerca de 51,4% eram do sexo masculino e 48,5% mulheres¹⁴; em 2016, esses

12 Dados do Portal do empreendedor em 02/02/2019.

13 Deste, 40.558 são de outras nacionalidades.

14 Observamos que a cada ano o número de mulheres formalizadas tem aumentado, sendo 45,2% (2010), 46% (2011), 46,5% (2012), 47% (2013), 47,4 (2014), 47,4 (2015) e 47,6% (2016) (Sebrae, 2017).

números eram 52,4% e 47,6%, respectivamente, o que tem apontado um aumento no número de mulheres formalizadas através do Programa, entretanto, em nenhum estado da federação as mulheres apresentavam igualdade ou superioridade em número de formalizações (Pereira, 2019).

Em fevereiro de 2018, a Receita Federal do Brasil cancelou 1,37 milhões de registros de MEI em todo o território nacional, em razão da inadimplência. Isso representa 17% dos 7,8 milhões de MEI cadastrados no país naquele ano¹⁵. Em nossa pesquisa de mestrado, constatamos que há diversas razões para o alto índice de inadimplentes, entre as principais temos a ausência de informações sobre as obrigações do MEI perante o processo de formalização, limitações de acesso à internet e a insuficiência financeira do/a empreendedor/a.

O MEI inadimplente não tem direito à cobertura previdenciária até a regularização dos débitos mensais. O débito é exclusivamente previdenciário, mas a Previdência Social não realiza parcelamentos desses recolhimentos atrasados. Além disso, o Simples Nacional também não faz parcelamento de débitos do MEI.

Entre 2010 e 2019, o número de formalizações aumentou cerca de 10% ao ano. Existiam em 2019, o número de 16.900 empreendedores/as formalizados/as através do Programa, sendo 12.949 em Caruaru, 2.988 em Santa Cruz do Capibaribe e 1.045 em Toritama.

Verificamos que o número de mulheres inferior ao número de homens formalizados. Caruaru tinha o maior número de formalizações registradas em comércio varejista de vestuário,

15 Publicado em Ato declaratório executivo COCAD nº 1, de 01 de fevereiro de 2018 – Declara baixadas as inscrições no CNPJ das pessoas jurídicas relacionadas no Edital de Intimação COCAD nº 1, de 23 de outubro de 2017, que não regularizaram sua situação.

com 1.472 formalizações (574 homens e 898 mulheres), confecções de peças de vestuário com 803 (216 homens e 587 mulheres), e cabeleireiros com 725 formalizações (161 homens e 564 mulheres).

Santa Cruz registrava as confecções de peças de vestuário em 550 formalizações (276 homens e 274 mulheres), comércio varejista de vestuário com 486 (241 homens e 245 mulheres), e, em terceiro, registra facções de peças do vestuário com 215 formalizações (99 homens e 116 mulheres).

Toritama, por sua vez, tinha, na sequência, comércio varejista de vestuário, totalizando 293 formalizações (148 homens e 145 mulheres), confecções de peças de vestuário com 155 (88 homens e 67 mulheres), e facções de peças do vestuário com 162 formalizações (102 homens e 60 mulheres).

COVID-19, aprofundamento da desregulamentação do trabalho e as mulheres “empreendedoras”: novas configurações?

Em 2019 o mundo do trabalho mergulhou em um novo contexto histórico: a pandemia em razão do Coronavírus¹⁶. A COVID-19 é uma doença infecciosa que teve início em Wuhan, na China, em dezembro de 2019 e, rapidamente, espalhou-se pelos cinco continentes, ceifando 6,37 milhões de vidas no mundo.

No Brasil, os primeiros casos foram registrados em 2020, e chegaram a aproximadamente 675¹⁷ mil óbitos até 2022. Em 06 de

16 A Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020 declara emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019 - nCoV).

17 Em março de 2023, são cerca de 699 mil óbitos no Brasil e 6.880.000 mortos no mundo.

fevereiro de 2020, entrou em vigência a Lei nº. 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019, trazendo, entre outras recomendações, o isolamento e a quarentena. Em seguida, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS classifica a COVID-19 como pandemia, dado seu rápido alastramento pelo mundo.

Em meio à pandemia (Coronavírus¹⁸), a Câmara Federal aprovou diversas medidas no âmbito do emprego, trabalho e renda, como a Carteira Verde e Amarela que restringiu ainda mais os direitos trabalhistas, sob a justificativa de controle da economia neste contexto. De acordo com o texto aprovado, o/a trabalhador/a demitido/a sem justa causa não tem direito à metade do salário correspondente até o fim do contrato, como indicado pela CLT; empregadores estão livres de pagar alíquotas do Sistema S; elimina a vedação de trabalhos aos domingos, permitindo que não haja o pagamento de hora dobrada, desde que se goze de folga posterior; bancários perderam a jornada de seis horas, entre outras.

Ainda durante esta conjuntura de emergência de saúde pública, o governo Bolsonaro promoveu diversas flexibilizações dos regramentos do trabalho, sob a justificativa da manutenção dos postos de trabalho, a exemplo da Medida Provisória 927/2020, a qual permite que, durante o período de suspensão, o empregador não precise pagar salário, mas conceder uma ajuda compensatória – sem natureza salarial – com valor negociado entre as partes, não dependendo de convenção coletiva, apenas negociação individual; além de estabelecer regras para o teletrabalho; garantir a antecipação de férias individuais e

18 A Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020 declara emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019 – nCoV).

concessão de férias coletivas; aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas; adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Bolsonaro também ratificou a diferenciação entre os/as trabalhadores/as que contribuem para a Previdência Social e aqueles/as que estão à margem do mercado de trabalho, mesmo em um contexto de pandemia, ao publicar regramentos de acesso e valores distintos para antecipação do auxílio doença, de R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais), e do BPC, de R\$ 600,00 (seiscentos reais), respectivamente.

O auxílio emergencial¹⁹ com valores entre R\$ 600,00 (seiscentos reais) e R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) para mulheres²⁰ chefes de família, garantido pela Câmara Federal – a despeito do Governo Federal – aos/às trabalhadores/as informais e trabalhadores/as autônomos/as, durante três meses²¹ da crise no contexto do novo Coronavírus, seria, posteriormente, usado como o responsável pela recessão econômica, escamoteando as próprias contradições do capitalismo, frente ao desemprego estrutural e ao pauperismo, rastro do alto grau de exploração da força de trabalho e da ausência de um sistema de proteção social.

As intervenções recentes no âmbito trabalhista, social e previdenciário, representam o modelo de desenvolvimento inserido na mundialização da economia, de forma que, ao lançar-se

19 Segundo dados do Governo Federal, cerca de 1,1 milhão de famílias tinham direito a receber os valores de R\$ 1.800, e 4,9 milhões a receber os valores de R\$ 1.200. Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/04/seis-milhoes-de-mulheres-chefe-de-familia-receberao-auxilio-emergencial>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

20 Os valores diferenciados foram aprovados pela Câmara Federal e visa à correção de gênero. Só de beneficiárias do Bolsa família foram mais de 06 (seis) milhões de mulheres.

21 A prorrogação do auxílio emergencial por mais 04 (quatro meses) tem valores de referência entre R\$ 300,00 (trezentos reais) e 600,00 (seiscentos reais), sob justificativa de crise fiscal – por parte do Governo Federal.

na intenção de fortalecer os mercados, o faz fragilizando a classe trabalhadora.

Os ataques ao trabalho são complexificados através da redução de direitos e maximização da mais-valia. Isso se estende em variadas frentes, como na flexibilização de direitos, na redução da participação e controle social (com redução de assentos em conselhos e no suprimir de conferências públicas), e no inculcar da lógica da individualidade e do empreendedorismo. As políticas prevalecentes concorrem para penalizar o trabalho e favorecer o capital. Resta para as maiorias o trabalho precário.

A lógica de desconstruir ou reduzir o sistema de direitos e de proteção social tende a expor o trabalhador a uma condição de maior vulnerabilidade, seja ao submetê-lo a uma dinâmica de intensificação da concorrência do mercado, fazendo-o aceitar ocupações e condições de trabalho mais precárias e até sem direitos, como o caso do trabalho supostamente autônomo; seja ao dificultar o acesso ao sistema de seguridade por meio de uma aposentadoria digna, do atendimento pelo sistema de saúde pública, do acesso aos benefícios em razão de afastamento involuntário do mercado de trabalho ou pelo direito ao seguro desemprego.

É neste contexto de aumento do desemprego e da ampliação dos postos de trabalho informal, flexível, subcontratados e terceirizados que o Programa Empreendedor Individual foi potencializado como a grande chave para a saída da crise econômica e para o desemprego que assolavam o país, frente ao fechamento de diversas empresas e encerramentos de postos de trabalho formal.

Segundo dados do IBGE (2021), o desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado, mais de 15 milhões no primeiro trimestre de 2021. Neste mesmo período, o número de trabalhadores/as por conta própria aumentou, chegando a 25,5 milhões – maior número desde o início da série histórica da

pesquisa. Após uma queda nos números do trabalho informal durante a pandemia de Covid-19, mediante as medidas restritivas, os números chegaram a 38,5 milhões no segundo semestre de 2020. Cerca de 68% dos/as trabalhadores/as que ficaram sem renda em 2020 eram informais.

De acordo com relatório do Ministério da Economia, das 3,3 milhões de novas empresas abertas durante a pandemia, 2,6 milhões foram de MEIs, correspondendo atualmente a 56,7%²² do total de negócios em funcionamento no país. O setor de serviços foi o que mais impulsionou estes números. A região nordeste ficou em terceiro lugar em número de formalizações no Brasil, ficando atrás apenas do sudeste e Sul do país, segundo estatísticas do Portal do empreendedor.

Tabela 01 – Números de formalizações MEI (2018 – 2021)

Ano	Nº formalizações MEI	% aumento/ano
2018	7.739.452	-
2019	9.430.438	1.690.986
2020	11.316.853	1.886.415
2021	13.284.696	1.967.843

Fonte: portaldoeempreendedor.gov.br (2022)

Antes de 2018, houve períodos que oscilavam, entre aumento e redução no número de formalização, com destaque para os anos de 2012 (1.008.652 formalizações) e 2015 (1.027.534 formalizações), com os maiores números de formalizados/as. Porém, nenhum destes anos se compara aos anos de 2020 e 2021, no concernente ao número de formalizados/as.

22 Atualmente correspondem a 70% das empresas em atividade no país.

Entre os números apresentados durante a pandemia, existe uma queda no número de mulheres, em âmbito nacional. Durante a realização da nossa pesquisa em 2019, as mulheres representavam cerca de 48,5%, caindo para 46,3% em meados de 2022.

Só nos primeiros seis meses de 2022, foram mais de 905 mil formalizações. Destacamos que este aumento no número de formalizações, comemorada pelo Governo Brasileiro, escamoteia que estes foram os mais afetados/as pela pandemia, com perdas de faturamento de até 82%.

No contexto do Polo, as medidas de combate a COVID-19 tiveram grande impacto. O Decreto nº 50.724, de 17 de maio de 2021, que estabeleceu medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do novo coronavírus, resultou na alteração do funcionamento das feiras e dos centros comerciais, o que ocasionou queda na produção e afetou o comércio das confecções, por meses.

Art. 3º As atividades das Feiras de Negócios da Confecção, nos estabelecimentos de natureza pública ou privada, localizados nos Municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama ficam vedadas aos sábados, domingos e segundas-feiras, podendo funcionar de terça-feira a sexta-feira, conforme horário disciplinado por ato do(a) Prefeito(a) de cada um dos citados municípios, observando-se o seguinte: I - o funcionamento diário das atividades deve corresponder, no máximo, a 10 (dez) horas contínuas; e II - a abertura dos estabelecimentos não deve ocorrer antes das 5h e o encerramento das atividades deve ocorrer até as 18h (PERNAMBUCO, 2021, p. 01).

A ampliação da restrição de funcionamento de serviços não essenciais em Pernambuco fez com que as feiras e centros comerciais das cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama não mais funcionassem. Alternativas foram buscadas, como a entrega em domicílio²³; as vendas pela internet, telefone e redes sociais; entre outros. Porém, isso não impediu que os/as trabalhadores/as amargassem imenso prejuízo dos rendimentos, e a ampliação da restrição a um conjunto de direitos.

Grande parte das mulheres trabalhadoras das confecções perderam postos de trabalhos (precários), com destaques para as faccionistas, que já desenvolviam o trabalho da costura em domicílio; porém, com a ampliação das restrições de circulação, viram-se em isolamento em suas casas, sem acesso à comercialização de sua produção. Algumas destas, segundo o DIEESE (2021), foram submetidas a relações ainda mais precarizadas do pagamento por peça, mediante o rebaixamento dos valores pagos pela produção, frente à ausência de alternativas financeiras. Este cenário implicou o descumprimento inclusive de obrigações previdenciárias, acompanhando a tendência nacional de inadimplência dos Microempreendedores Individuais, agora com maior índice de justificativa na ausência de recursos financeiros.

Em nossa pesquisa, realizada em 2019, constatamos que havia uma preocupação, das mulheres que trabalham no Polo, com o momento da aposentadoria frente à atividade informal. Considerando que, em Caruaru 54%, das mulheres não contribuem com a previdência, em Toritama 82,5% e em Santa Cruz 80% (PNAD, 2017), estes números confrontavam uma necessidade eminente: a busca pela formalização. O MEI surge através do Sebrae como uma alternativa.

23 Com dias e horários preestabelecidos, veículos podiam acessar os Centros Comerciais (como o Moda Center Santa Cruz) para coletar compras, mas não poderia haver comercialização no local.

Em 2019, antes da pandemia, os números do MEI nas principais cidades do Polo eram:

Tabela 02 – Formalizações MEI por sexo - Principais cidades do Polo (fevereiro de 2019)

Município	Homem	Mulher	Total
Caruaru	7.002	5.947	12.949
Santa Cruz	1.695	1.293	2.988
Toritama	600	445	1.045
Total	9.297	7.685	16.982

Fonte: portaldoempreendedor.gov.br (2022)

Em dezembro de 2019, Caruaru chegou a mais de 15 mil formalizações, Toritama a 1.200 e Santa Cruz do Capibaribe a mais de 3.500 formalizações. Entre 2020 e 2021 os números aumentaram significativamente:

Tabela 03 – Formalizações MEI - Principais cidades do Polo (2020-2021)

Município	2020	2021
Caruaru	18.426	21.404
Santa Cruz	4.065	4.540
Toritama	1.441	1.582
Total	23.932	27.526

Fonte: portaldoempreendedor.gov.br (2022)

Destacamos que, diferente da média nacional, o número de mulheres formalizadas manteve os percentuais de 45,2%, os mesmos percentuais observados em 2019. Contudo, existe como dado persistente, na média nacional e também local, o número inferior de mulheres formalizadas em todos os estados brasileiros.

No contexto histórico nacional, no âmbito da previdência social, as mulheres são ainda maioria em número de pensionistas²⁴ e em requerimentos de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício assistencial operacionalizado pela previdência, o que indica que estas mulheres ainda se encontram em sua grande maioria em situação de dependência no que concerne a atividades laborais com vínculos empregatícios, dos quais decorrem os acessos aos direitos previdenciário e trabalhistas, conferidos nos marcos da cidadania regulada através do trabalho formal.

Também coube à mulher o maior número entre os trabalhadores/as que desenvolveram atividades laborais sem rendimento. Conforme dados do IBGE, o maior número de mulheres nesta situação ocupacional teve permanência no período analisado.

Foram as mulheres que mais acessaram os valores dos benefícios assistenciais durante a pandemia, a exemplo do Auxílio Emergencial, na qualidade de desempregadas e/ou inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), e as que menos receberam o mesmo benefício na qualidade de segurada da Previdência Social.

Em que pese o desenvolvimento econômico do Polo, persiste um alto grau de vulnerabilidade social que atinge fortemente, em maior proporção, as mulheres. Atualmente, Caruaru tem 88.011 pessoas no cadastro único, destas 34.617 (39%) das famílias estão em situação de Extrema Pobreza, 23.106 (26%) baixa renda, 13.006 (15%) são famílias em situação de Pobreza e apenas 20% são famílias com renda acima de 1/2 Salário mínimo (dos 88.011 cadastrados/as no CadÚnico, 58,52% são mulheres); em Santa Cruz, 61% das famílias estão em situação de Extrema

24 Trata-se de pensão por morte: quando a mulher recebe um benefício previdenciário na condição de dependente de alguém empregado/segurado do Instituto Nacional do Seguro Social, em sua grande maioria homens (maridos, filhos, etc.).

Pobreza, 13% baixa renda, 15% em situação de Pobreza e 11% das famílias com renda acima de 1/2 Salário mínimo; e Toritama, 48%, 23%, 21% e 9% respectivamente (dos 10.743 cadastrados/as no CadÚnico, 56,65% são mulheres)²⁵.

Estes dados informam sobre as desigualdades presentes nas principais cidades do Polo. Se por um lado, o Estado busca potencializar o empreendedorismo, diante da cultura da informalidade, por outro, existe a real necessidade de intervenções de natureza assistencial, e é evidente que são as mulheres as mais afetadas por estas desigualdades, e, embora sejam estas inextricáveis neste processo de desenvolvimento do Polo, permanecem sendo as mais dependentes do ponto de vista econômico e social.

É importante destacar uma outra dimensão no trabalho realizados no Polo e que foi agravado durante a pandemia: a intensificação do trabalho e o adoecimento das mulheres. A natureza do trabalho realizado no polo tem causado historicamente diversas doenças ocupacionais, sendo esta uma das principais razões para o afastamento das atividades produtivas. Estas altas taxas de adoecimento são resultantes de um conjunto de fatores que engloba a gestão do trabalho (ou a ausência desta), a pressão por cumprimento de metas, condições ambientais impróprias, intensificação do ritmo de trabalho e ausência de descanso.

Assim,

surgem novas formas de adoecimento, disfarçado ou mal caracterizado, relacionadas ao trabalho, como o stress, a fadiga física e a mental, além de outras expressões de sofrimento relacionadas ao trabalho, como o envelhecimento precoce e conflitos interpessoais (Sousa; Sirelli, 2004 apud Bráz, 2011, p.63).

25 Dados do CECAD – Ministério da Cidadania. Acesso em 10 de junho de 2022.

Na conjuntura de pandemia, com o isolamento social, a demanda de trabalho das mulheres se manteve em patamares relevantes. Isso porque, se por um lado houve o arrefecimento na circulação de produtos, por outro, houve dois movimentos importantes no âmbito da produção: a intensificação do trabalho produtivo com o rebaixamento dos valores pagos por peça; e, na esfera reprodutiva: a ampliação da sobrecarga de trabalho no âmbito do “cuidado”.

Historicamente, a sociedade responsabilizou as mulheres em relação aos cuidados com a casa, os familiares, os adoecidos, entre outros; ou seja, o fator cuidado tem sido preponderantemente atribuído às mulheres. Há um padrão de divisão sexual do trabalho que segmenta as atividades produtivas, vinculadas ao mercado, e as reprodutivas, relacionadas aos cuidados, que englobam todo o trabalho doméstico, cumprindo intenções expressamente inscritas no campo da reprodução social.

Em que pese a ampliação do adoecimento destas trabalhadoras com a intensificação do ritmo do trabalho em domicílio, as mulheres tiveram que desenvolver um conjunto de novas habilidades e funções durante a pandemia, que envolve o uso de novas tecnologias: (a) para lidar com clientes e fornecedores, o manejo de salas de aulas online e outras atividades escolares (pois coube, em grande medida, a estas, a garantia da manutenção da educação escolar dos filhos/dependentes, em parcerias com as escolas, em atividades remotas); (b) a vigilância e intervenção sanitária em âmbito doméstico (no cuidado com a alimentação e afazeres domésticos), para garantir a não infecção de familiares; (c) o caráter de cuidadora em ritmos mais intensificados, dado o alto índice de contaminados e pessoas que continuaram em tratamento pós intervenções hospitalares ou mesmo com sequelas; entre outras atribuições.

Isso significa que, além do próprio adoecimento físico e mental inerente à natureza do trabalho produtivo no polo, a

intensificação do trabalho reprodutivo e a imposição de novas responsabilizações no contexto de pandemia, articulado a um cenário mais amplo de empobrecimento e ampliação do endividamento, configuraram-se não apenas como um aprofundamento da precarização do trabalho, mas das condições de vida destas trabalhadoras e suas famílias.

Considerações Finais

A informalidade é algo muito presente nas relações de trabalho no Polo. O processo de conformação do Polo e a propalada cultura da informalidade refletem a reprodução de um desenvolvimento econômico com base no caráter familiar, precarizado e informal.

No contexto atual, conclui-se que é a partir desta relação inserida em uma cultura informal, de beneficiamento de ampla oferta de produtos e serviços, que se chega a menores custos na produção, em detrimento de uma relativa baixa dos custos trabalhistas. São estas as bases nas quais se consolidam as atividades no Polo.

Em nossos estudos de doutorado, além das análises documentais e bibliográficas, procedemos com a realização de entrevistas e observação direta em grupos focais (com mulheres), e, em todas as etapas da pesquisa de campo, ficou evidenciado o receio diante da desproteção social. Destacamos que, em todos os grupos, a esperança de acessar benefícios previdenciários e ter o direito trabalhistas assegurado foi uma constante. De forma flagrante, a maioria das trabalhadoras do Polo encontra-se fora do sistema de proteção social.

A implementação do Programa Empreendedor Individual flexibilizou as formas de inserção destes/as trabalhadores/as no sistema previdenciário nacional. Os números apresentados em 2019 demonstram um aumento do número de mulheres

formalizadas, mas informam também a persistência das condições precárias de trabalho e de vida; o alto grau de inadimplência, por ausência de conhecimento normativo; e a manutenção da prioridade da formalização dos homens (maridos, filhos, etc.) em detrimento das mulheres.

No contexto de pandemia, houve a manutenção dos percentuais de mulheres formalizadas, diante do aumento significativo do número de formalizações, mas houve também a manutenção dos índices de inadimplência, agravada devido à ausência de recursos financeiros diante da pandemia. Segundo dados do Ministério da Cidadania, foram as mulheres quem mais acessaram o Auxílio Emergência, e o fizeram, não a partir da qualidade de segurada da Previdência Social, mas, sim, de público da Política de Assistência social, o que merece relevante reflexão sobre o que é ser “empreendedora” no Polo de confecções do Agreste Pernambucano.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Betânea *et al.* **Desenvolvimento, trabalho e autonomia econômica na perspectiva das mulheres brasileiras.** Recife: SOS Corpo, 2015.

BRÁZ, Aline de Carvalho. **O trabalho domiciliar e seus impactos na saúde do trabalhador:** uma aproximação à realidade dos trabalhadores têxteis em Juiz de Fora. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2011.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOLABELA, F. **A Evolução do conceito Empreendedorismo:** da empresa para uma formade ser. Uma proposta Conceitual: A

pedagogia Empreendedora. 2009. Disponível em: <http://www.starta.com.br/#/items/20090204150157375>. Acesso em: fevereiro de 2019.

LÊNINE, V. **O Estado e a Revolução**. Lisboa: Edições Avante, 2011.

LIMA, Jacob Carlos; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. “Empreendedorismo e terceirização na produção de confecções: experiências no Nordeste brasileiro”. **Anais...** In: 42º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2018.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. **Para discutir os termos da nova informalidade: o caso do pólo de confecções do agreste pernambucano**. Campina Grande: mimeo, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. O Polo de confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco (Orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

PEREIRA NETO, Eugênio. **Qualificação e informalidade: os modos de atuação do Senai no Polo de Confecções de Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nambuco, 2013.

PEREIRA, Juliana. **O Programa Empreendedor Individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no polo de confecções do Agreste Pernambucano**. 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFCG, Brasil, 2011.

PERNAMBUCO. Decreto nº 50.724, de 17 de maio de 2021. Estabelece, para os Municípios integrantes das Gerências Regionais de Saúde (GERES) IV e V, regras restritivas adicionais

relativas às medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-50724-2021-pernambuco-estabelece-novas-medidas-restritivas-em-relacao-a-atividades-sociais-e-economicas-no-periodo-de-26-de-maio-e-6-de-junho-de-2021-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-novo-coronavirus>. Acesso em março de 2022.

RAPOSO, Maria; GOMES, Gustavo. **Estudos de caracterização econômica do Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano**. Recife: FADE/UFPE/SEBRAE, 2003.

SHUMPETER, J.A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SOARES, Suely Ap. Gelli. **Políticas públicas, qualificação profissional e a educação do trabalhador no final da década de 90 no Brasil**. Campinas, Sp: UNICAMP, 2008.

TAVARES, Maria Augusta. Empreendedorismo e expropriação da subjetividade. *In Expropriação e direitos no capitalismo*. BOSCHETTI, Ivanete (org.). São Paulo: Cortez, 2018.

CAPÍTULO VII

“Aqui todo mundo costura!” Uma análise das relações de gênero no desenvolvimento do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco

Elaine Bezerra

Introdução

Quando recebi o convite, por meio da chamada aberta, para submissão de artigo no e-book comemorativo dos 15 anos do TDEPP, ponderei sobre o que “de novo” poderia trazer a partir das análises contidas na minha pesquisa de doutorado¹, uma vez que já publiquei partes substantivas das reflexões ali contidas em outros trabalhos. Mesmo partindo do pressuposto de que o conhecimento não é estático no tempo e espaço, nem possui data de “validade”, o desafio colocado foi fazer o exercício de revisitar a discussão teórico-metodológica da tese, trazendo à

1 A tese de doutorado “Trabalho de mulher, trabalho homem”, no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Ano de conclusão: 2018.

luz dimensões ainda pouco exploradas, mas a fim de qualificar a sistematização dos dados ali dispostos.

Compreender o comportamento das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho no desenvolvimento e consolidação do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco tem sido um interesse de investigação desde a pesquisa de mestrado². Naquela ocasião, identificamos uma complexa trama de relações que conformaram a dinâmica de desenvolvimento do Polo. Essa trama apresentou-se como constituída por “fios invisíveis” de um processo produtivo flexível, precário, informal e, notadamente, gerador de desigualdades. Do ponto de vista das relações de gênero, encontramos dois movimentos: ao mesmo tempo em que existia a manutenção de um padrão clássico de exploração e opressão das mulheres, a incorporação dos homens nas atividades de confecção apontava para uma atualização da divisão sexual do trabalho e dos processos nela contidos (Bezerra, 2011; 2018).

A presença dos homens em atividades consideradas “femininas”, como costurar, lavar, passar ferro, entre outras, nos interpelou sobre a existência de mudanças nos comportamentos dos sujeitos envolvidos na produção de confeções para o Polo. Mesmo essa presença não sendo inédita, ela guarda algumas particularidades que nos ajudam a pensar a própria dinâmica de desenvolvimento do Polo de Confeções do Agreste pernambucano (Bezerra, 2018).

Duas dimensões que organizaram as questões norteadoras da tese de doutorado interessam particularmente para o exercício proposto por este artigo. A primeira delas é compreender as circunstâncias e os motivos pelos quais os homens acabam por

2 A pesquisa de mestrado “O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri paraibano no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco” foi desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e concluída no ano de 2011.

assumir funções tidas como “tipicamente feminina” na produção de roupas no Polo. Ou seja, o que está na base da entrada dos homens em tais postos de trabalho? Derivada dessa, a outra questão procurou entender se, com a presença dos homens nesses espaços, ocorreu alguma alteração no padrão clássico da divisão sexual do trabalho.

Optei por apresentar neste texto uma reflexão das relações de gênero no interior da produção de confecções para o Polo do Agreste a partir de uma leitura sobre o desenvolvimento histórico da produção de roupas na região, tendo como pano de fundo as trajetórias de trabalho dos sujeitos que foram os interlocutores da pesquisa.

Os dados que serão utilizados no texto pertencem à pesquisa de campo realizada entre os anos 2013 e 2015, que contou com 45 entrevistas, sendo 27 realizadas com mulheres e 18 com homens, ambos envolvidos nas várias atividades existentes no Polo de Confecções do Agreste. A partir da sistematização das entrevistas, um dos exercícios metodológicos realizado pela pesquisa tratou de fazer uma análise do cruzamento entre as trajetórias de trabalho dos sujeitos entrevistados com a trajetória de desenvolvimento do Polo de Confecções, a fim de apurar as circunstâncias da inserção dessa força de trabalho masculina e os possíveis “deslocamentos” nos padrões discriminatórios. Esse é o recorte priorizado neste artigo.

Assim posto, o artigo está organizado da seguinte forma: a essa breve introdução, segue-se um item que apresenta os pressupostos teóricos norteadores da reflexão sobre gênero e da divisão sexual do trabalho no Polo de Confecções. Em seguida, traço um perfil dos sujeitos entrevistados para trazer uma leitura sobre suas trajetórias de trabalho nos marcos do desenvolvimento do Polo. Por fim, sugiro algumas linhas de análise e apresento as considerações finais.

As relações de gênero no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco

O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco é caracterizado como um aglomerado de atividades produtivas, comerciais e de serviços especializados em confecções, situado na região do Agreste pernambucano (Véras de Oliveira, 2013). Sua origem data dos anos 1940-1950 e está centralmente representado pelos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, embora abranja, também, outras cidades da região e áreas rurais, dentro e fora deste estado (Bezerra; Corteletti; Araújo, 2020). Surgiu a partir do trabalho de mulheres que, pressionadas pela necessidade de sobrevivência, começaram a costurar roupas com retalhos vindos da indústria têxtil paulista e expor as peças nas ruas do centro de Santa Cruz do Capibaribe (Bezerra, 2018; 2021). Essa confecção ficou conhecida como *sulanca*.

O contexto que propicia a emergência e constituição da produção e comercialização de confecções no Agreste de Pernambuco se beneficia das assimetrias de gênero e da divisão sexual do trabalho vigentes na formação social da região. Partimos aqui do pressuposto de que a sociedade em que vivemos assenta-se numa simbiose constituída pelo racismo-capitalismo-patriarcado, conforme postulada por Heleieth Saffioti (2002; 2004). Isso significa dizer que, por um lado, as classes sociais são, desde a sua origem, um fenômeno gendrado e racializado, e, por outro, que as relações de gênero e de raça sofreram uma série de transformações com a constituição das classes sociais. O patriarcado é o conceito que historiciza as relações de poder entre homens e mulheres e é apresentado por Saffioti como um caso específico das relações de gênero. Para a autora, a sua constituição dá-se no âmbito das relações de produção e na esfera pública (Saffioti, 2004). É importante ressaltar que, nessa interpretação, produção e reprodução são partes do mesmo

processo, de modo que as relações de classe estão presentes na reprodução e as relações de gênero e de raça estão presentes na produção.

Por sua vez, a divisão sexual do trabalho é a base dessa simbiose. Como definida por Danièle Kergoat (2002; 2009), ela tem como características dois princípios norteadores: o da separação e o da hierarquia. O primeiro explica a existência de uma separação entre trabalhos de homens e de mulheres. Tal separação imputa aos homens o trabalho produtivo (com conseqüente dispensa do trabalho doméstico) e atribui o trabalho doméstico às mulheres (Hirata; Kergoat, 2003). O princípio da hierarquia postula que o trabalho produtivo (por excelência realizado pelos homens) possui maior valor social do que o trabalho doméstico que é relegado ao status de um “não trabalho” (Bezerra; Corteletti; Araújo, 2020). Essa é a forma que mulheres e homens são socializados na estrutura familiar e nas outras instituições, como Igreja e Escola, e onde se constrói o lugar de desigualdade no qual as mulheres se inserem no mercado de trabalho (Bezerra, 2018). Para Souza-Lobo, as diferenças entre trabalhadores e trabalhadoras não refletem apenas as relações econômicas, mas “são também relações de poder, regidas por leis e normas, tradições e hábitos” (Souza-Lobo, 1991, p.170).

Essa base teórica permite articular uma perspectiva de gênero imbricada às classes sociais e ao racismo, e encontra no patriarcado e na divisão sexual do trabalho elementos que não apenas explicam a permanência dos padrões discriminatórios na sociedade capitalista, mas os historicizam. A partir desse embasamento é possível interrogar sobre as tendências de mudanças e transformações nos padrões discriminatórios que servem de referencial para a discussão aqui proposta, contribuindo com a reflexão sobre a atualidade do trabalho de mulheres e homens no contexto do desenvolvimento da indústria têxtil e de confecções.

As assimetrias de gênero seguem sendo a tônica que organiza os territórios produtivos no ramo de confecções, em particular, na experiência do Polo de Confecções do Agreste, e são as interfaces dessa dimensão que serão abordadas nas seções a seguir.

Quem são os homens e mulheres envolvidos na cadeia produtiva³ do Polo de Confecções e o que a trajetória desses sujeitos apresenta em relação à segregação de gênero no Polo do Agreste?

Os 18 homens entrevistados durante a realização da pesquisa estão assim distribuídos: 04 empresários (2 proprietários de lavanderias de jeans, 01 dono de uma confecção de jeans e lavanderia e 01 confeccionista de modinha); 02 trabalhadores de uma confecção de moda praia; 03 trabalhadores em lavanderias; 02 proprietários de fabricação de jeans; 02 profissionais autônomos na área do design e de recursos humanos; 04 gestores municipais e servidores públicos; e 01 que havia sido ajudante de uma confecção, mas não estava mais no ramo.

3 A produção de confecções na região do Agreste está organizada a partir dos seguimentos: distribuidores de tecidos e aviamentos, unidades de confecções que são conhecidas como fábricas, fabricos e fabricação, lavanderias de jeans, serviços de apoio e beneficiamento da produção como design, bordado, estamparia e a comercialização das peças.

Quadro 01- Perfil dos homens entrevistados⁴

Nome	Perfil	Cargo/Ocupação
Técnico	Solteiro, sem filhos. Possui Ensino Médio Completo com curso técnico e reside em Caruaru.	Técnico do ITEP ⁵
Joãozinho	52 anos, casado, 03 filhos. Possui ensino médio completo. Reside em Santa Cruz do Capibaribe.	Proprietário da empresa “J”
Babosa	Casado, 41 anos, 04 filhos. Ensino Médio completo. Reside em Caruaru.	Proprietário da empresa “K”
Aparício	Casado, 49 anos, 03 filhas. Ensino Fundamental incompleto. Reside em Caruaru.	Proprietário da Lavanderia “N”
Consultor	Casado. Graduado em Administração de Empresas.	Consultor Sebrae
Neno	Solteiro, 23 anos, sem filhos. Ensino Médio Completo. Filho de confeccionista. Reside em Caruaru.	Filho de vendedora de roupas
Secretário	Graduado em Administração de empresas. Reside em Santa Cruz do Capibaribe.	Gestor municipal em Santa Cruz do Capibaribe
Nildo	Casado, 33 anos, 01filho. Possui Ensino Superior. Reside em Toritama.	Sócio de uma confecção de Jeans
Dado	Casado, 23 anos, 02 filhos. Ensino Médio Completo.	Auxiliar de costura
Nero	Casado, 47 anos, 03 filhos. Possui Ensino Fundamental Incompleto.	Cortador
Fiscal do Trabalho	Casado, 01 filho. Superior Completo.	Funcionário público

4 Para manter o anonimato dos/as entrevistados/as, foram atribuídos nomes fictícios.

5 ITEP – Instituto de Tecnologia de Pernambuco

Nome	Perfil	Cargo/Ocupação
Léo	Casado, 29 anos, 02 filhos. Ensino Superior.	Sócio proprietário da Lavanderia “W”
Vítor	Solteiro, 21 anos, sem filhos. Ensino Superior incompleto.	Profissional da área de administração
Cadu	Solteiro, 29 anos, 02 filhos. Ensino Fundamental Incompleto.	Lavador – Chefe de setor
Bebeto	Solteiro, 27 anos, 01 filho. Ensino Fundamental Incompleto.	Passador
Douglas	Casado, 26 anos, 01 filha. Ensino Fundamental Incompleto.	Chefe de setor de customização
Gilson	Solteiro, 24 anos, sem filhos. Ensino Superior Completo com Pós Graduação.	Design
Duca	Solteiro, 53 anos, sem filhos. Ensino Superior Incompleto.	Proprietário facção “Z”

Fonte: Autoria própria (2022)

Observando a tabela acima, podemos identificar que a maioria dos homens são jovens, em especial, aqueles que trabalham nas lavanderias e nos espaços de confecção. Os empresários ou sócios de empreendimentos estão na faixa etária acima de 40 anos, sendo que apenas dois deles (de um universo de 06) tem menos de 35 anos. Duas outras dimensões aproximam os perfis desses homens: a baixa escolaridade e a questão dos filhos. Apenas 03 tem nível superior completo, sendo um deles graduado em uma área que não tem relação com o trabalho que desenvolve no Polo. Em relação à paternidade, uma questão que chama a atenção é a existência de filhos em 15 dos 18 entrevistados, e o fato de a maioria deles terem cônjuge ou já terem vivido maritalmente pelo menos uma vez, mesmo os mais jovens.

No caso das mulheres, das 27 entrevistadas, 04 eram designers; 04 proprietárias de empreendimentos, sendo 03 donas

de fábricas de confecção e uma lojista; e 10 costureiras (04 com contrato de trabalho formal e 06 informais). As demais entrevistadas eram gestoras de políticas públicas para as mulheres em âmbito municipal e profissionais de outras áreas. Em relação às costureiras, especificamente, 02 trabalham em uma fábrica e as demais são faccionistas domiciliares.

Quadro 02 - Perfil das mulheres entrevistadas

Nome	Perfil	Cargo/Ocupação
Técnica	30 anos, solteira, sem filhos. Possui Ensino Superior Completo e reside em Caruaru.	Técnica da Secretaria de Políticas para as mulheres de Caruaru
Coordenadora	Solteira, 30 anos, sem filhos. Possui curso superior.	Gestora Pública
Presidente	Viúva, 63 anos, 02 filhas adotivas. Possui ensino médio completo.	Representante Sindical
Dandara	Solteira, 24 anos, sem filhos. Possui ensino médio e curso técnico na área de modelagem. É graduada em Design. Reside em Caruaru.	Design e confeccionista
Dona Vilma	Viúva, 60 anos, 03 filhos. Possui Ensino Médio Incompleto. Reside em Caruaru.	Costureira
Josefa	Casada, 49 anos, 02 filhos. Ensino Fundamental incompleto. Reside em Caruaru.	Vendedora de roupas
Dona Dedé	Casada, 54 anos, 03 filhos. Ensino Fundamental Incompleto. Reside em Toritama.	Faccionista
Neném	Casada, 44 anos, sem filhos. Ensino Fundamental Incompleto. Reside em Toritama.	Faccionista

Nome	Perfil	Cargo/Ocupação
Yasmin	Solteira, 28 anos, sem filhos. Formada em Pedagogia. Possui curso de corte e costura. Reside em Toritama.	Costureira
Liza	Casada, 48 anos, sem filhos. Possui Ensino Médio Completo. Reside em Caruaru.	Faccionista
Leilane	Casada, 55 anos, 02 filhos. Ensino Médio Completo. Reside em Caruaru.	Proprietária da empresa “Moda Alternativa”
Dona Luz	Casada, 56 anos, 03 filhos. Ensino Médio Completo. Reside em Santa Cruz do Capibaribe.	Proprietária da “Sol do Agreste”
Diva	Casada, 51 anos, 02 filhos. Ensino Fundamental Incompleto. Reside em Santa Cruz do Capibaribe.	Modelista
Samantha	Casada, 25 anos, sem filhos. Ensino médio completo. Reside em Santa Cruz do Capibaribe.	Costureira
Neta	Casada, 38 anos, sem filhos. Possui Ensino Médio Completo. Reside em Santa Cruz do Capibaribe.	Costureira
Ana	Solteira, 21 anos, sem filhos. Possui ensino médio completo e está cursando o ensino superior em enfermagem. Reside em Santa Cruz do Capibaribe.	Auxiliar de costura
Rose	Casada, 44 anos, 01 filho. Possui Ensino Superior completo e tem curso de modelagem. Reside em Toritama.	Proprietária da empresa “V”
Help	Casada, 43 anos, 01 filho. Ensino Superior Completo. Reside em São Caetano.	Supervisora de vendas
Nany	Solteira, 21 anos, sem filhos. Ensino Médio Completo. Reside em Caruaru.	Design e Modelista

Nome	Perfil	Cargo/Ocupação
Zazá	Casada, 31 anos, 01 filho. Ensino Fundamental Incompleto. Reside em Caruaru.	Conferência - Lavanderia
Gilda	Solteira, 25 anos, sem filhos. cursando Ensino Superior. Reside em Caruaru.	Design
Mary	Casada, 27 anos, 01 filha. Ensino Fundamental Completo. Reside em Caruaru.	Faccionista
Lela	Casada, 35 anos, 3 filhos. Ensino Fundamental Incompleto. Reside em Caruaru.	Faccionista
Ane	Casada, 24 anos, 01 filho. Ensino Fundamental Completo. Reside em Caruaru.	Faccionista
Hanna	Casada, 23 anos, sem filhos. Ensino Superior incompleto. Reside em Caruaru.	Auxiliar administrativo e proprietária de confecção
Amy	Casada, 27 anos, 01 filha. Ensino Superior Completo. Reside em Caruaru.	Ergonomista
Nina	Casada, 56 anos, 04 filhas. Ensino Superior Completo. Reside em Caruaru.	Design e modelista

Fonte: Autoria própria (2022)

Diferentemente dos homens, mas em consonância com a realidade nacional, as mulheres são mais escolarizadas: 10 delas possuem o ensino médio completo, das quais 01 estava cursando enfermagem à época da entrevista e 07 entrevistadas possuíam o ensino superior. No entanto, assim como os homens, a presença de filhos (21 delas) e o casamento (20) é uma realidade para a maioria delas.

Para entender as motivações, bem como as possíveis alterações nos padrões de gênero e da divisão sexual do trabalho na

produção de confecções na região, recorremos a uma análise histórica das trajetórias de trabalho dos/as interlocutores/as, relacionando com alguns marcos do desenvolvimento do Polo. Para tal, dividimos (a partir de uma revisão bibliográfica) a trajetória do Polo em seis momentos⁶ e identificamos, nas entrevistas, em qual desses momentos os atores iniciaram sua atividade no território. Esses momentos aparecem nominado como “gerações”, da seguinte forma: geração “zero”, composta pelos/as entrevistados/as que começaram nos anos iniciais da constituição do Polo; geração “um”, dos anos de 1957-1971; geração “dois”, entre 1972-1981; geração “três”, a partir de 1982 até 1991; geração “quatro”, entre 1992-2000; geração “cinco”, dos anos 2001 até 2010; e geração “seis”, a partir de 2010 em diante.

Tendo esses momentos como referência, os sujeitos entrevistados/as foram classificados de acordo com os períodos em que iniciaram suas atividades laborais. Das 45 entrevistas, temos 07 pessoas que iniciaram sua trajetória, no Polo, na geração “dois” e 07 na geração “três”, 05 estão na geração “quatro”, 12 pessoas iniciaram na geração “cinco” e 08 na geração “seis”⁷. Nenhum/a dos/as entrevistados/as está entre aqueles presentes nas gerações “zero” e “um”, de modo que utilizamos as referências bibliográficas para caracterizar esse período.

6 Tomei como referência a periodização realizada por Cabral (2007), modificando algumas referências a partir do material colhido na pesquisa de campo e da revisão bibliográfica.

7 Para efeito da análise, foram excluídas 07 entrevistas que não se aplicam a essa classificação, uma vez que foram realizadas com agentes externos, gestores de políticas públicas e pessoas que tiveram uma ação muito pontual no Polo.

A “invenção” da Sulanca e as gerações “zero” e “um”

A emergência do Polo de Confeções está assentada num padrão clássico de estruturação das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. Nesse momento, podemos observar uma nítida separação entre os “lugares dos homens” e os “lugares das mulheres”. Os homens estavam no trabalho com agricultura, pecuária, na construção civil, no comércio, ou seja, ocupações masculinas. Figuras como a do mercador viajante que comercializava gêneros agrícolas (ovos, galinhas) e peças confeccionadas, como colchas, cobertores, redes, calçados, em sua maioria feita de forma artesanal, tornou-se notória na cultura nortestina (Bezerra, 2018). Às mulheres restavam as atividades ligadas à esfera doméstica e de cuidados, e o seu trabalho na agricultura representava apenas uma “ajuda” ao chefe da casa: o pai ou o marido. A costura é, nesse momento, um trabalho de mulher, uma vez que, no processo de socialização das meninas, coser peças simples para uso doméstico era parte das suas atividades cotidianas.

A escassez a que estava submetida a população local, na época, em consequência da crise do algodão e da estiagem, provocou uma intensa migração para o sudeste industrializado, cuja maioria era composta, sobretudo, de homens que acabaram se tornando os mediadores da aquisição de retalhos que viabilizou a produção das costureiras.

Nesse contexto, é possível destacar dois tipos de comerciante: um mais estruturado que começou a adquirir os retalhos e a vendê-los, passando também a investir em máquinas e no recrutamento de costureiras para o trabalho, e o outro conhecido como “galinheiro”, que trocava as peças de sulanca manufaturadas por gêneros alimentícios e vice-versa. Essas duas figuras se complementam: o primeiro já em um nítido movimento de exploração mais racionalizada da produção e o outro garantindo

que a sulanca chegasse a lugares mais longínquos, especialmente nas zonas rurais. É a partir do movimento desses dois tipos de comerciantes que a sulanca vai ficando notória e a região passa a vivenciar um processo migratório interno e externo, desenvolvendo as cidades e expandindo seus limites (Bezerra, 2018).

Migrar era uma prerrogativa para os homens. Embora a decisão tivesse como objetivo ir em busca de melhores condições de vida para a família, recaía sob a responsabilidade das mulheres administrar a escassez e cuidar da reprodução dos que ficavam. Costurar sulanca aparece, assim, como uma alternativa que associa o conhecimento que elas já possuíam à necessidade da região de dispor de produtos manufaturados, como vestuário e itens de cama, mesa e banho a preços baratos. Assim, a sulanca foi literalmente uma “invenção” das mulheres, que se estruturou a partir de um padrão clássico das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, aliando algo que era tipicamente feminino (costurar) a um comportamento majoritariamente masculino (viajar, vender).

Esse padrão acompanha o desenvolvimento da produção de sulanca, de modo que, no momento seguinte (ou geração “um”), as mulheres continuam como principal força de trabalho, seja na produção, seja na comercialização local das peças, realizada, inicialmente, nas calçadas das ruas de cidades como Santa Cruz do Capibaribe.

A geração “dois” e o “boom” da produção e comercialização da sulanca

Essa geração entrou nas atividades de confecção no período identificado como “boom” da produção e comercialização no Polo. Das 07 pessoas entrevistadas desse período, um é homem e 06 são mulheres. Uma primeira característica desse grupo é que 05, das 06 mulheres, tem origem rural e saíram das suas

localidades (duas delas do estado da Paraíba) para se instalarem nas principais cidades do Polo. Outro destaque é o fato de não costurarem em seus lugares de origem e terem aprendido o ofício ao chegar à nova cidade. Nesse período, as unidades produtivas já eram denominadas de fabricos e facções⁸, de caráter familiar e, majoritariamente, composta por mulheres. No entanto, já se observa o surgimento dos primeiros empreendimentos mais organizados, como as fábricas.

Os homens já não estão apenas na intermediação das vendas e da aquisição de matéria-prima, mas na organização de fabricos, fábricas e facções. Não é possível afirmar que eles, nesse período, não ocupavam a máquina de costura, mas é certo que, ao entrar na produção propriamente dita, foram se especializando em funções que requeriam um treinamento mais técnico, distante das habilidades aprendidas no processo de socialização doméstica. Esse é o caso de Nero, que começou a trabalhar aos onze anos numa fábrica em Santa Cruz do Capibaribe. No início, ele desenvolvia atividades destinadas aos meninos iniciantes: “na época era feito o seguinte: um garoto de 11 anos era pra fazer mandado, pra comprar um aviamento, comprar bolsas, botões. Aí pregava botão, tirava ponta de linha, dobrava a peça...” (Nero, entrevista em: 11/02/015). Com o avançar da idade, Nero foi sendo treinado pelo seu patrão para cortar seus tecidos e se tornou cortador profissional. Em um primeiro momento, autônomo; depois, como trabalhador formalizado na empresa de moda praia em que trabalhava na época da entrevista.

8 Fabricos são unidades de produção informal, geralmente dentro da casa do seu proprietário, sendo suas principais características a posse dos meios de produção, o domínio de todas as fases do processo produtivo e o emprego de mão de obra familiar. As facções são unidades produtivas prestadoras de serviços especializados em uma etapa da produção. Elas são subcontratadas e os donos não detêm a matéria-prima. Em alguns casos possuem ferramentas e equipamentos e empregam mão de obra em condições semelhantes a dos fabricos (Pereira, 2013).

A questão da qualificação é outra característica interessante desse grupo, pois, além do Nero, que está em um ofício considerado qualificado, 02 mulheres são modelistas (Nina e Diva). Entre elas, Nina tem mais escolarização e fez cursos de design e modelagem, enquanto Diva foi treinada pela sua atual patroa para dividir com ela o trabalho de modelar e riscar as peças. O que há em comum na trajetória delas é que ambas começaram como costureiras e o fato de hoje estarem mais ligadas à concepção e criação dos produtos não as isenta do trabalho na máquina de costura. A trajetória de Nina, por exemplo, intercala momentos de trabalho como costureira (formalizada e domiciliar), consultora autônoma e professora dos cursos de modelagem. Diva, que é formalizada em uma fábrica como modelista, por vezes, acaba tendo que ir para a máquina de costura nos momentos de pico de produção ou quando “não tem o que fazer” no seu setor (Bezerra, 2018).

Outras 02 mulheres começaram como costureiras e hoje são proprietárias de confecções estabelecidas na região. Suas trajetórias se assemelham à da maioria das mulheres: começaram costurando por conta própria, no trabalho domiciliar, e foram se estruturando até conseguirem formalizar seus empreendimentos. Há também, nesse grupo, uma entrevistada cuja trajetória é toda como trabalhadora de facção e outra que é proprietária de uma facção formalizada, mas, diferentemente das donas de confecção, sua condição não altera em nada o seu status de costureira.

Comparando as trajetórias dos sujeitos desse grupo, podemos perceber que já ocorre uma especialização das atividades no Polo, diferenciando os trabalhos de homens das atividades das mulheres. Esse é o caso do corte que até hoje se configura como um espaço de trabalho masculino. Há notícias na região de mulheres que cortam, mas só o fazem na sua própria confecção, nunca profissionalmente, como o Nero. As mulheres

permanecem nas máquinas de costura e em funções “femininas” como são as atividades de design e modelagem⁹ (Bezerra, 2018).

Geração “três” - os anos 1980

Na geração “três” já é possível perceber uma presença mais expressiva dos homens nas várias funções que comportam as atividades do Polo. Das 07 entrevistas inseridas nesse período, 03 são homens e 04 mulheres. Os 03 homens entrevistados eram proprietários de empreendimentos na região: um é dono de uma importante marca de jeans em Caruaru, o segundo possui uma fábrica de modinha em Santa Cruz do Capibaribe e o terceiro é dono de lavanderia de jeans, também em Caruaru. No caso das mulheres, a posição encontrada foi bem diversa: uma é dona de uma fábrica de jeans em Toritama, outra é lojista em Caruaru, vendendo confecção de origem chinesa, a terceira era dona de uma facção de jeans gerida em sociedade com um irmão e a última é faccionista domiciliar de jeans em Caruaru, que já empregou outras costureiras, mas no momento da entrevista trabalhava só.

Um ponto em comum entre as trajetórias dos homens desse grupo é que todos eles começaram no ramo pelas atividades comerciais, assim como os seus antecessores das gerações “zero” e “um”. Nos casos de Barbosa e Aparício, o fato das mães já estarem envolvidas com a confecção foi um incentivador para eles experimentarem o negócio. Joãozinho, em particular, não é natural do agreste pernambucano e começou como comerciante de confecção na cidade de São Bento, na Paraíba, mas

9 Apesar de se manter como funções ainda “femininas”, percebemos um aumento da presença de homens nas funções de design. Em grande medida, esse aumento pode ser atribuído à expansão de cursos técnicos e de nível superior em design na região. Sobre essa questão, ver outros trabalhos desenvolvidos pelo TDEPP disponíveis em: <https://sites.google.com/view/tdepp/Home>.

veio explorar a atividade em Santa Cruz porque viu nela uma oportunidade de se consolidar no setor.

No caso das mulheres, suas trajetórias apresentam um envolvimento nas atividades do Polo mais plural e diverso. Elas já experimentaram confeccionar vários tipos de produtos: moda feminina, masculina, infantil, uniforme escolar, blusas, shorts, calças, camisas, bolsas, roupas íntimas, entre outros. Algumas trabalharam em outros setores que não a confecção e uma delas já possuiu fábrica própria, mas fechou por dificuldades financeiras.

A origem rural é ainda marcante. Mesmo quando não nasceram diretamente nos sítios ou fazendas, seus pais ainda são oriundos do trabalho com a agricultura, inclusive, alguns possuem propriedades rurais.

Gostaria de chamar a atenção para dois elementos relativos à entrada dos homens nas atividades do Polo nesse período: o primeiro é a constatação de que a decisão deles de investir na produção foi orientada pela necessidade de ampliar os negócios, controlar mais espaços dentro da cadeia produtiva e se estabelecer no ramo – isso não significa que não há o objetivo da sobrevivência, mas este vem associado a uma visão de tipo mais “empreendedora” –; o outro elemento é que os homens já manuseiam a máquina de costura, principalmente aqueles que são donos do empreendimento ou que estão apoiando a produção da esposa ou da mãe. No entanto, quando adentram a produção, eles não vão, necessariamente, sentar nas máquinas de costura e produzir, pois preferem recorrer ao trabalho das costureiras facionadas para tal. Vemos isso na narrativa do Aparício, quando fala do seu começo na sulanca:

Eu já costurei também. Costurava roupa na máquina reta. Eu entendi que eu precisava entender de costura pra poder ensinar as costureiras e fui fazer curso pra aprender

modelagem. Eu só costurava quando precisava mesmo, mas eu não vivia direto nas máquinas. Só quando eu precisava de uma produção grande, uma coisa que eu precisava agilizar era que eu sentava numa máquina. Mas não que eu trabalhasse costurando, nem trabalhei nou-
tro canto (Aparício, entrevista em 04/03/2015).

O surgimento das lavanderias de jeans, como um serviço especializado e tecnologicamente mais avançado dentro da cadeia produtiva, inaugura uma ampliação da presença dos homens no setor produtivo e os mantêm fortemente associados a um trabalho de homens. Eles começam a organizar o setor de lavanderias e mantêm-se na condução de alguns fabricos e facções, assim como no comércio dos produtos. Os dois homens dessa geração que costuraram o fizeram como uma necessidade do cotidiano da gestão dos empreendimentos, como “ensinar as costureiras” a forma como o trabalho deveria ser realizado.

Geração “quatro” - a “viragem dos anos 1990”

O grupo de entrevistas classificadas como pertencentes à “quarta geração” no envolvimento com o Polo possui 05 pessoas, das quais, 03 são mulheres e 02 são homens. Desses, um era um jovem que já havia trabalhado na confecção da mãe, porém não atuava mais no ramo, e o outro possuía uma trajetória distinta dos homens que se estabelecem no Polo: ele trabalhava como representante no ramo de farmácia no estado de Minas Gerais e migrou para Caruaru para montar uma fábrica no ramo de confecção, incentivado por um irmão que já desenvolvia atividades no Polo. O lugar das mulheres desse grupo não se diferenciava das demais presentes na outra geração, mas a trajetória de uma delas se destacava por sempre ter tido contrato de trabalho formal, desde o momento em que começou a trabalhar profissionalmente como costureira.

A relação com uma origem rural já vai perdendo expressividade nesse grupo e a maioria dos entrevistados já são de origem urbana. Aqui, o Polo já é claramente uma oportunidade de negócio para os homens e a sua presença é expressiva nas lavanderias, nas empresas de bordado e nas serigrafias.

Dois mudanças importantes ocorridas nesse momento beneficiaram a entrada, em maior número, dos homens nas atividades do aglomerado. A primeira delas é a expansão das unidades de pequeno e médio porte e a ampliação dos serviços associados à produção de roupas com o bordado, a serigrafia e as lavanderias. De acordo com dados levantados por Almeida Pereira, Pereira, Braga e Freire (2021), o número de empreendimentos (micro, médio e pequeno porte) saltou de 73 empresas para 413 em 2022, com destaque para as microempresas que teve um aumento de 66 para 337 no mesmo período. É nesse momento que se passa a “associar à produção e à comercialização serviços diversos, como o de design, consultores em técnicas produtivas, marketing, entre outros, conforme afirmou Andrade (2008)” (Heleno, 2013, p. 140). Alguns dos confeccionistas entrevistados que iniciaram seus negócios no período anterior ampliaram a produção e formalizaram sua empresa nesse momento.

A segunda mudança se relaciona com a ampliação geográfica dos territórios envolvidos na produção e comercialização de confecções na região, com a incorporação de municípios do entorno, como Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Vertentes, Riacho das Almas, São Caetano, Surubim, entre outros, e, até mesmo o estado vizinho, a Paraíba, principalmente na região do Cariri Paraibano, conforme identificamos em pesquisa anterior (Bezerra, 2011)¹⁰.

10 Na pesquisa de mestrado (BEZERRA, 2011), encontramos costureiras residentes na região do Cariri paraibano que pegaram empréstimo na década de 1990, a partir de linhas de créditos abertas na época, para investir na compra de máquinas e confeccionar para a feira da sulanca.

Gerações “cinco” e “seis”: transformação da feira da sulanca em Polo de Confecções

As trajetórias dos interlocutores que compõem esse grupo são um reflexo da diversificação dos serviços oferecidos pelo Polo e da especialização da produção que já vinha ocorrendo no período anterior. O crescimento do Polo amplia a participação dos homens nos serviços especializados como as lavanderias e o design. Dos 06 homens entrevistados, 04 estavam nas lavanderias, em ocupações de chefia dos setores de lavagem, pistolado e passadoria.¹¹ Outro entrevistado é técnico em lavanderias do Instituto Federal de Pernambuco, sediado na cidade de Caruaru, e o último é design com formação superior e especialização na área. No universo das mulheres, a maioria era costureira domiciliar, com exceção da Dandara e Gilda, que são designers. Mesmo assim, Dandara já trabalhou como costureira e à época produzia uniformes utilizando trabalho subcontratado.

Comparando as trajetórias dos designers homens e mulheres, identificamos que Gilson não possuía relação com a confecção antes de fazer o curso superior e aprendeu a costurar como disciplina obrigatória da graduação. Esse caminho é o inverso do percorrido por Dandara, por exemplo, que iniciou sua trajetória como costureira e depois buscou qualificação na área.

Uma mudança importante nesse grupo é o fato de que grande parte dos entrevistados não entraram no trabalho por influência das mulheres da família ou de algum parente próximo, como ocorria nas primeiras gerações. Ou seja, os depoimentos indicaram que eles foram atraídos pelas oportunidades de emprego no Polo de Confecções e pela ampliação da formalização dos

11 Para um maior detalhamento sobre a organização da produção e da divisão do trabalho no interior, das lavanderias de jeans no agreste de Pernambuco, ver Pereira (2018), disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12950/1/Arquivototal.pdf>.

contratos de trabalho. Também, a existência de cursos de qualificação na área de corte e costura, design, modelagem, beneficiamento têxtil e a inclinação de várias empresas em absorver esses profissionais explicam, em parte, o aumento de profissionais nessas áreas e a presença indistinta dos homens em várias ocupações.

Assim como na geração anterior, a relação com uma origem rural afasta-se cada vez mais dos homens dessa geração, cuja vivência da primeira ocupação laboral foi nos empreendimentos de confecções ou em ocupações referidas ao urbano, como: borracharia, estofamento e entrega de gás e água. As famílias desses homens também já se afastaram de uma origem ligada ao campo e não exercem atividades agrícolas. A exceção vai para o caso das faccionistas domiciliares entrevistadas, moradoras de um assentamento de reforma agrária.

Destacamos, ainda, que os homens que se inseriram nas atividades do Polo a partir de 2002, embora sejam bastante jovens, possuíam em média de duas a três experiências de trabalho (na maioria informal), até chegarem à ocupação atual na época da entrevista. Essa situação é distinta das mulheres que possuíam menos experiências laborais (em média uma ou duas) e cinco delas vivenciavam, pela primeira vez, o trabalho remunerado. Esse período é identificado como o momento em que há uma transição entre a Feira da Sulanca para a constituição do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Segundo Vêras de Oliveira (2013), a partir de 2002 foi lançada uma campanha, coordenada pelo Sebrae e seus parceiros, para trocar o nome Feira da Sulanca para Polo de Confecções. Essa iniciativa objetivava, ainda, a desconstrução da marca sulanca, sempre associada a produtos de baixa qualidade, operando uma reelaboração discursiva para pôr, no lugar da “Feira da Sulanca”, o Polo de Confecções e, no lugar de “sulancheiro”, a denominação “empresário” ou “empreendedor” (Vêras de Oliveira, 2013).

O comportamento das relações de gênero ao longo do desenvolvimento do Polo

O resultado do cruzamento entre elementos sócio-históricos que ajudam a explicar a emergência e o desenvolvimento do Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco, com as trajetórias dos sujeitos entrevistados pela pesquisa de doutorado, permitiu compreender algumas das circunstâncias e motivações pelas quais os homens acabam por assumir funções tidas como “tipicamente femininas” na produção de roupas no Polo.

A primeira delas é a afirmação de que, no que pese às mulheres ainda serem a principal força de trabalho na produção de roupas no Polo, o aumento da presença dos homens nas atividades ligadas à confecção é uma realidade. Essa presença forte e expressiva é algo que não ocorria no início da sulanca: “hoje em dia é muito comum você encontrar em qualquer confecção homens costurando, mas na década de 50, 60, lá bem no início, a atividade de costura, era uma atividade primeiramente feminina” (Secretário, entrevista em 02/02/2015).

O declínio da produção agrícola na região do agreste concomitante à expansão da sulanca é apontado pelos entrevistados como o contexto que atraiu os homens para o trabalho na confecção. Conforme aponta Cadu:

Aqui no Nordeste antigamente era mais agricultura e hoje não tem mais tanta chuva como antes. Aí começou a aparecer confecção, a feira da sulanca. Muita gente não tinha como sobreviver da agricultura e passaram para o ramo da confecção. Aí começou os homens trabalhar mais em costura, mais na lavanderia (Cadú, entrevista em 04/03/2015).

A influência familiar, especialmente das mulheres, é outro fator que levou os homens a se interessarem pelas atividades ligadas à confecção, como lembra o proprietário da Lavanderia “N”, que iniciou com confecção incentivado pela mãe: “Foi ela que me incentivou a trabalhar com confecção porque quando ela era jovem, ela trabalhava com costura. Aí ela dizia assim: ‘meu filho você vá trabalhar com confecção porque roupa não é uma coisa que se estraga...’” (Aparício, entrevista em 04/03/2018).

Além do declínio das atividades agrícolas e da influência familiar, outra questão levantada como responsável pela ida dos homens para as atividades da confecção é a insuficiência das ocupações nas áreas mais “apropriadas” para a mão-de-obra masculina, como relatou Nero: “hoje em dia tem muitos homens costurando porque não tem emprego suficiente pra homem cortar, pra infestar, pra fazer mandado, pra dobrar peça” (Nero, entrevista em 11/02/2015).

A expansão das atividades comerciais e o aumento da demanda por produtos, levaram esses trabalhadores a desenvolver na confecção funções como o corte, o design, o bordado, a costura propriamente dita e o acabamento. Para Dona Luz, que é proprietária de uma confecção de moda praia em Santa Cruz do Capibaribe, o desenvolvimento do Polo de Confecções passou a atrair os homens ao perceber que as mulheres estavam ganhando bem e melhorando de vida: “As mulheres ganhavam bem, começaram a ficar bem-sucedida e não tinha emprego pra eles. Eles: ‘meu deus, não tem emprego!’ Aí começaram costurando e são excelentes costureiros” (Dona Luz, entrevista em 04/02/2015).

De fato, muitos desses homens viram na produção de sulanca uma oportunidade de negócios e de crescer economicamente: “eu vim pra cá por ser um centro de distribuição muito bom, por isso eu escolhi aqui. Aqui eu tenho tudo. Se eu precisar de um botão eu compro” (Joãozinho, entrevista em 23/10/2013).

Nessa linha, a “vocação” de ser uma região com “cultura para confecção” aparece como um elemento atrativo para homens que querem investir na produção e comercialização de confecções.

A presença dos homens na cadeia produtiva foi se naturalizando e manusear a máquina de costura tornou-se uma prática corriqueira para eles. Costurar deixou de ser um “lugar de mulher”, justificado por suas habilidades “naturais”, e se tornou, também, “coisa de homem”, como um espaço que supera as barreiras de gênero e da divisão sexual do trabalho: “Hoje em dia tem muitos homens costurando” (Nero, entrevista em 11/02/2015).

A maioria afirmou que não se sente “diferente” ou “segregado” por estar em funções dentro da cadeia produtiva da confecção, mesmo naquelas onde a presença das mulheres é mais comum “eu já tava com a minha cabeça preparada e nunca liguei muito pra essas coisas não” (Aparício, entrevista em 04/03/2018). Mesmo assim, ainda é uma prática recorrente da população local um tipo de preconceito velado, que só é verbalizado em algumas situações. É o que afirmaram as mulheres que exerciam funções em espaços de trabalho masculinizados: “Quando eu digo que trabalho numa lavanderia, algumas pessoas tiram onda: ‘ôxe mulher, trabalho de homem!’” (Zazá, funcionária da Lavanderia “N”, entrevista em 04/03/2015). Para a funcionária, há uma imagem construída na região de que lavanderia é “lugar de homem”.

A visão naturalizada da presença dos homens nos espaços de trabalho considerados “femininos”, ao mesmo tempo em que aponta para as mudanças ocorridas nos padrões de organização do trabalho referidos a gênero, invisibiliza as reconfigurações da segregação de gênero e da divisão sexual do trabalho na dinâmica do território. Embora a inserção desses homens se dê nas várias atividades ao longo da trama produtiva do Polo, a presença deles é maior em espaços que foram se masculinizando,

como é o caso do bordado, do corte nos empreendimentos de confecção e das lavanderias de jeans¹²:

O corte normalmente você vai encontrar sendo mais comandado pelos homens. Mulher fica mais na parte de costura que, também, se você for comparar com o passado, você encontra muito mais homens hoje, mas, ainda, a predominância, de longe, são as mulheres na costura (...). O bordado, a maioria são homens. Até porque é aquela coisa né, a mulher como ela tem uma agilidade maior na costura. (Secretário, entrevista em 02/02/2015).

Outra questão importante para pensar como se apresentam as assimetrias entre homens e mulheres na região é a relação entre a espacialização da produção e os padrões de gênero. O desenvolvimento do Polo de Confecções provocou um tipo de espacialização territorial que concentrou elos da cadeia produtiva em municípios diferentes. Um exemplo disso é a especialização de Toritama e Caruaru na produção e beneficiamento do jeans, concentrando a maioria das confecções e lavanderias. Já Santa Cruz do Capibaribe abarca majoritariamente a produção da modinha, e Taquaritinga do Norte está centralmente com a confecção de camisas e mosquiteiros. Esse fenômeno acabou provocando uma espécie de divisão sexual e territorial do trabalho. Ou seja, a presença dos homens está concentrada geograficamente nas cidades de Toritama e em bairros como o Salgado¹³ em Caruaru.

12 Na costura de jeans há uma grande quantidade de facções masculinas que já foram estudadas por Heleno (2013) e semelhantes às existentes em Cianorte no Paraná (Lima, 2009).

13 Salgado é um bairro localizado na cidade de Caruaru e é conhecido pelo grande número de espaços de confecções de jeans e lavanderias.

Se você for na minha cidade, por exemplo, que é a 19km daqui, é muito difícil você vê um homem costurando. É questão de cultura mesmo. O lugar onde tem maior concentração de lavanderia na cidade de Caruaru (são mais de trinta num bairro), ali você vê homens e as casas todas são facções. Então, eles são educados naquele ambiente (Técnico, entrevista em: 22/10/2013).

Por fim, cabe ressaltar que as visões se diferenciam sobre o que envolve preconceito ou não na distribuição do trabalho e nas oportunidades de emprego remunerado no Polo. Ao mesmo tempo em que há uma percepção da manutenção do machismo em relação a algumas atividades na confecção, a maioria afirma existir um avanço no sentido de quebra das barreiras em relação ao preconceito (Bezerra, 2018). O que está posto pelos homens acessados durante a pesquisa de campo é que essa naturalização gradativa do trabalho dos homens em espaços considerados femininos é fruto da mudança do status do trabalho de costura no território. Ou seja, o aumento da demanda de produção e a valorização do território dentro da cadeia produtiva nacional aumentaram a demanda por serviços especializados, qualificaram algumas dessas funções como a costura e atraíram a mão de obra masculina.

Considerações Finais

A experiência do Polo do Agreste demonstra que houve um processo de reconversão produtiva que substituiu as atividades agrícolas pela indústria de confecções. Essa foi a primeira circunstância que levou os homens para o trabalho nos fabricos e facções. A decadência da produção agrícola suprimiu as ocupações dos homens no campo e eles passaram a realizar atividades na confecção como alternativa de geração de renda.

Uma primeira particularidade é que essa inserção ocorreu de forma lenta e gradual. Os primeiros homens que entraram na costura o fizeram como uma ajuda ao empreendimento familiar (geralmente de posse da mãe ou da esposa), ou como investidores e donos, já subcontratando o trabalho das costureiras domiciliares, conforme exemplifica a trajetória de Aparício (proprietário da Lavanderia “N”). A proposta de analisar a inserção dos homens no Polo, utilizando o recorte do momento em que iniciam nas atividades de confecção, sugere uma mudança nos tipos de ocupação e graus de envolvimento ao longo dos anos. Eles deixam de ocupar atividades consideradas “masculinas”, como o transporte e a comercialização dos retalhos e das peças de roupas, para adentrar em vários outros espaços, inclusive, os considerados “femininos”, como a costura e o bordado. Também passam de coadjuvantes na produção para investir na organização dos empreendimentos, fazendo-se proprietários de fábricas, fabricos e facções.

Um dado importante é a mudança de perfil desses trabalhadores. Pudemos identificar que os homens mais velhos (acima de 35 anos), ou que se inseriram nas atividades do Polo até meados dos anos 1990, mantiveram-se em atividades mais tipicamente masculinas na cadeia produtiva. Por outro lado, os trabalhadores mais jovens, que começaram sua trajetória de trabalho a partir dos anos 2000, quando a produção de roupas já havia se consolidado e ampliado sua projeção, encontram-se em funções mais diversificadas, como “costureiro”, “passador”, “lavador”, entre outros. Como vimos acima, nesse universo dos homens mais jovens, a maioria era casado ou vivia maritalmente. Os que não estavam nessa condição, têm filhos pequenos. Diante da necessidade de manter suas famílias em uma região onde o principal setor que oferece trabalho remunerado é o de confecção, parece ter sido necessário relativizar a moral machista que atribuía essas funções apenas como próprias de “mulheres” para que eles também pudessem se ocupar nessa indústria.

Outro dado a ser considerado na análise é que o surgimento da produção do jeans e a chegada das lavanderias provoca um processo de masculinização desse setor dentro da cadeia, e, com eles, são ressignificados lugares de homens e mulheres e reelaboradas as visões sobre as discriminações ali existentes. Se a entrada dos homens nos espaços de costura coloca a necessidade de pensar a existência de movimentos possíveis dentro dos padrões discriminatórios presentes nas relações de trabalho, a permanência de espaços que sempre foram masculinos sugere a manutenção da segmentação ocupacional. Nas lavanderias, por exemplo, a dicotomia “trabalho leve” x “trabalho pesado” é acionada como forma de reforçar a segregação no espaço de trabalho. Isso não significa dizer que não se reconheça a precariedade e insalubridade que os postos de trabalho tidos como “pesados” ensejam, mas pontuar que a manutenção de tal segregação reforça a própria precariedade desse trabalho.

Assim, o ponto de chegada dessa reflexão é a percepção de que o processo de desenvolvimento que transformou a Feira da Sulanca em Polo de Confecções provocou mudanças nos padrões discriminatórios vigentes, ao mesmo tempo em que reelaborou os papéis tradicionais de gênero e da divisão sexual do trabalho, reiterando o que são atributos de mulheres e homens na sociedade.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Elaine Mauricio; de Fátima CORTELETTI, Roseli; Maria de ARAÚJO, Iara. (2020). Relações de trabalho e desigualdades de gênero na indústria têxtil e de confecções do nordeste. **Caderno CRH**, v. 33, e020030. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.38029>

BEZERRA, Elaine Mauricio. **O trabalho faccionado das mulheres do Cariri paraibano para o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Campina Grande, UFCG/PPGCS, Dissertação de Mestrado, 2011.

BEZERRA, Elaine Mauricio. “**Trabalho de mulher, trabalho de homem**” no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. 2018. 199 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2018.

HELENO, Edilane do Amaral. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de jeans no município de Toritama-PE**. 2013. 312 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPB, João Pessoa, 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret (Orgs). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Editora Senac, 2003, p. 111-123.

KERGOAF, D. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 47-59, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu>.

unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643968.
Acesso em: 21 nov. 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. HIRATA, H. *et al* (orgs), São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PEREIRA, Ana Márcia Batista Almeida; PEREIRA, Eugenio; BRAGA, Bruno Mota; FREIRE, Cláudia. O padrão de relações de trabalho no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; Rodgers Gerry (orgs). **Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Anablume, 2021, p. 453-495.

PEREIRA, Eugenio. **Qualificação e informalidade: os modos de atuação do Senai no Polo de Confecções de Pernambucano**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

SAFFIOTI, Iara Buongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

SAFFIOTI, Iara Buongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (orgs), **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa, Editora da UFPB, p. 233-278, 2013.

CAPÍTULO VIII

De retalho em retalho: trajetórias e perspectivas de jovens trabalhadores da confecção

Mesias Ramos de Sousa Neves

Introdução

Estudar e/ou trabalhar foi e é uma das tensões do mundo moderno aos jovens que vêm das classes populares. Não é incomum a desistência dos estudantes em face do trabalho cada vez mais precoce ou, quando vinculados ao ambiente escolar, a noção de “pertencimento” àquele universo não faz parte de seu projeto de vida, enquanto elemento primordial.

Foi essa constatação que deu origem à pesquisa que balizou a construção deste capítulo¹. A indagação inicial sobre o papel que a escola ocupa na trajetória de jovens inseridos no contexto do Polo de Confecção do Agreste Pernambucano² e

1 A dissertação de mestrado e a pesquisa completa pode ser conferida em Neves (2020)

2 Aglomerado produtivo que tem como principais municípios Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, referência nacional na produção de calças,

em que medida esta instituição tem oferecido a capacidade de mobilidade social resultou na formulação de perspectivas que os jovens têm acerca do trabalho.

Apesar de nossa discussão não se concentrar precisamente no processo educacional, a escola enquanto ponte para o mundo do trabalho³ – diga-se de passagem, uma das principais – configura-se um indicador importante para dimensionar o que os jovens projetam em relação à sua trajetória. Ao compor retratos sociológicos de jovens confeccionistas, surgiram projeções em que a educação não necessariamente se tornou um elemento crucial. A partir disto, pôde-se analisar como a confecção configura-se um campo de múltiplas possibilidades e de atores pluraes (Lahire, 2001).

Diferentes narrativas apareceram nas histórias de jovens pesquisados em cidades interioranas⁴ e de pequeno porte populacional, mas integradas à cadeia da confecção e ligados ao *modus operandi* dessa realidade. Assim, todas as reflexões contidas neste capítulo são a síntese de um trabalho empírico que, apesar de não estar detalhado em seus pormenores, embasou a discussão teórica que ora apresentamos.

Portanto, nosso estudo se concentra em duas vias principais: analisar o “contexto rural” dessa juventude e como o Polo de Confecção tem se tornado um ambiente de múltiplas experiências e disposições. Urge compreender que o jovem que está numa zona rural de um município de pequeno porte, por exemplo, contém experiências diferentes de um jovem que nasceu e

bermudas, saias, vestidos, blusas, shorts, tops, jaquetas, camisetas, roupas íntimas; para públicos feminino, masculino e infantil. Essas cidades-eixo são capazes de mobilizar diversos municípios do seu entorno, no que diz respeito ao trabalho na confecção.

3 Esta discussão foi feita em Neves (2016; 2018).

4 A pesquisa foi realizada nos municípios de Santa Cecília e Coxixola, ambos localizados na Paraíba, mas com estreita ligação com o Pernambuco.

creceu numa cidade como Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe ou Toritama. Logo, o grau de reflexividade do agente será tanto maior, quanto mais vivências lhe aprouver.

Nesse sentido, perguntar como esses contextos, até então calcados na atividade da agricultura, foram modificados/incorporados é fundamental para debater as eventuais estruturas de sociedade que essas realidades contêm, no objetivo de estudar as formas de (re) produção da vida social a partir da confecção.

É nessa direção que “sair” ou “permanecer” na confecção tornam-se os referenciais para pensar as chances que cada ator plural terá em sua trajetória, e, mais ainda, ao definir esse “lugar”, indagar as condições dessa permanência ou saída, é mais que pertinente.

Esse debate dimensiona o quanto a formação moral dos indivíduos está influenciada pelo *modus vivendi* e pelo *modus operandi* de uma realidade social. Dito de outra maneira, estar na confecção implica decisões e disposições para ocupar espaços nesta seara, cujas aspirações – individuais e coletivas – estão relacionadas aos modos de atuação dos agentes e formuladas por diversos fatores, elementos estes que tecem a vida social de um lugar e que, portanto, deverão ser debatidas ao longo do texto.

Juventude rural?

Para discutir as trajetórias dos jovens que estão inseridos na confecção, é preciso empreender um debate acerca do contexto que esses trabalhadores vivem. Ainda que de forma genérica, a discussão sobre o modo de vida rural põe luz sobre essas disposições, projeções e as diversas formas de sociabilidade, de maneira a constatar a diferença entre jovens trabalhadores da confecção que moram em cidades menores e aqueles dos municípios-eixo (Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama).

É no bojo de realidades interioranas que o Polo de Confecção do Agreste Pernambucano⁵ tem se propagado. Através da pluriatividade, muitos lugares desenvolvem a atividade da confecção, de maneira que ela não se restringe tão somente aos municípios-eixo – que, diga-se de passagem, também são cidades do interior. Assim, as relações sociais de muitos “municípios rurais”⁶ têm se modificado substancialmente a partir do momento que a costura ocupa lugar central na vida dos jovens, ora se mesclando com a agricultura e pecuária, ora se afastando e sendo literalmente substituída.

Esse debate pode sugerir a reflexão acerca “do que ainda há de rural” nestes espaços sociais e como eles foram adaptados à confecção. Partindo do pressuposto de que a atividade econômica é insuficiente para qualificar o *modus vivendi* rural (Wanderley, 2009), devemos adotar parâmetros para elucidar e discutir os elementos que fundam as novas ruralidades no contexto da pluriatividade sem, no entanto, perder de vista o caráter identitário das pessoas que ali vivem. O trabalho enquanto categoria analítica para se pensar o Polo, nos oferece pistas promissoras acerca desta discussão, sobretudo no que se refere à temática da juventude.

5 Diante da expansão desse aglomerado produtivo para outros estados, temos adotado apenas a expressão “Polo de Confecção”, no intuito de contemplar essas novas realidades. Logo, ao deparar-se com esta nomenclatura, leia-se com o mesmo sentido.

6 Wanderley (2004) faz uma pertinente análise dos municípios pernambucanos e constata que a maioria deles estão no rol daquilo que ela chama de “municípios rurais”. Em outro momento acrescenta: “nas sociedades modernas, o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais” (Wanderley, 2009, p.212).

A começar pela realidade doméstica e familiar, que caracterizam a identidade do mundo rural, temos na facção e no fabrico⁷ os lugares onde esse processo se constitui com bastante nitidez. O roçado que mantinha as definições claras “do que fazer” e “como fazer” (desde a divisão do trabalho até aquilo que se fazia com os lucros da produção) passam a ser claramente demarcados no âmbito da confecção quando se trabalha nela. Fazer parte de uma unidade produtiva é estar ligado à família, aos parentes e aos amigos e, mais ainda, reforçar a noção de “ajuda mútua” imprescindível ao grupo familiar (Andrade, 2020), cuja disseminação acaba por ensejar espaços de sociabilidade que incidem numa homogeneidade de relações sociais⁸.

Essa homogeneidade produz níveis morais arraigados nos valores apreendidos na família e solidificados na “vida tradicional” que se leva nas cidades rurais do Polo, conforme destacou Andrade (2020, p.52):

O que nos chama a atenção é como vem se relacionando uma ordem moral camponesa com práticas que caracterizam a acumulação flexível do capitalismo. No nosso entender, a forma

7 Unidades produtivas que desenvolvem o processo da confecção. O fabrico, normalmente é de maior porte e contém sua própria “marca”, por assim dizer. Já a facção, costuma ser um lugar terceirizado que “pega peça” por um valor determinado.

8 Um exemplo interessante para elucidar a homogeneização das relações sociais são as padronizações das confecções que, apesar da divisão de máquinas e incumbências de certas tarefas, mantêm, via de regra, a uniformização daquilo que se produz, ocasionando a ajuda múltipla de algumas unidades produtivas para com outras (como é muito comum conhecer cidades pelo tipo de confecção que se tem: jeans, moda íntima, etc.). Citamos ainda a interdependência das facções com o dono da produção (Milanês, 2015), as lojas de revenda daquilo que se é produzido, lojas de tecidos, aviamentos, entre outros exemplos. São relações que mesmo contendo graus distintos de diferenciação do trabalho, mantêm semelhanças e consagram forte nível de homogeneidade.

como o trabalho familiar é utilizado mobiliza uma **economia moral** de forma a engendrar relações não mercantis na produção e comercialização de mercadorias (Grifo nosso).

É sobre esta economia moral que pretendemos chamar a atenção, isto é, para além da atividade econômica, estamos falando de contextos em que a confecção é ressignificada em múltiplos sentidos, sobretudo no que se refere às normas culturais que engendram formas de vivências a partir da confecção.

Um exemplo interessante para dimensionar essa noção de economia moral é o valor atribuído ao trabalho, nas localidades que o Polo abrange com maior pujança. Viver ociosamente sem trabalhar provoca a aplicação de sanções morais que a sociedade local aciona constantemente. Há uma identidade coletiva que preconiza o trabalho como passo necessário à integração do grupo social e, quando não feito é-se punido de diversas maneiras. Podemos retomar esta discussão à luz daquilo que Bourdieu (1979, p.65) mencionava acerca das sociedades tradicionais:

Trabalhar, mesmo que por uma renda ínfima, é, perante si mesmo e perante o grupo, fazer tudo que é possível para ganhar a vida trabalhando, para subtrair-se à condição de desempregado. Ao se estar na impossibilidade e encontrar um trabalho verdadeiro, tenta-se preencher o abismo entre as aspirações irrealizáveis e as possibilidades efetivas desempenhando um trabalho cuja função é duplamente simbólica pelo fato que ele traz uma satisfação fictícia àquele que a realiza, ao mesmo tempo que lhe proporciona uma justificação perante os outros, aqueles que a pessoa tem a cargo e aqueles a quem essa pessoa recorreu para subsistir.

Trabalhar na confecção, ainda que seja por um baixo salário e/ou de modo informal, é reforçar os laços sociais da vida tradicional que se é levado nos contextos rurais. Estar ocupado significa dizer que é uma “pessoa esforçada” para conseguir aquilo que se pretende e, com isso, adquirir a noção de pertencimento ao grupo social, de modo que se consagrará um capital social relevante⁹.

Uma sociedade que, como a sociedade camponesa, atribui-se o dever de dar trabalho a todos os seus membros, que, ignorando a noção de trabalho produtivo ou lucrativo e, ao mesmo tempo, a raridade do trabalho, exclui a consciência do desemprego, pode estimar a possibilidade de que sempre há algo a fazer para quem quer fazer alguma coisa e tratar o trabalho como um dever social, a ociosidade como falta moral. Identificando-se a atividade à função social e não se medindo ao produto em espécie (e menos ainda em dinheiro) do esforço e do tempo despendidos, cada qual está no direito de sentir-se e de dizer-se ocupado, conquanto preencha o papel que convém à sua idade e a seu código (Bourdieu, 1979, p.65).

Dessa maneira, estar vinculado à confecção é estar reforçando os laços sociais que são necessários à convivência entre os jovens.

9 Mais adiante falaremos em “capitais convergentes”, portanto, leia-se, desde já, que esse tipo de capital se torna uma capital convergente à trajetória do jovem. Assim, estamos falando aqui de capitais que podem articular contextos favoráveis ou não, à composição de disposições e o posterior *stock* aludido por Lahire (2001). Contudo, os “baixos salários” a que nos referimos e as condições materiais até mesmo desfavoráveis, não são uma justificativa para o trabalho precário e insalubre de muitos deles.

Por outro lado, podemos perguntar se a crescente globalização e a integração desses grupos num âmbito cada vez mais “urbano” pode ocasionar a mudança nesse modo de vida e, por conseguinte, afetar as relações sociais locais, sobretudo no que tange à noção de trabalho. Em outras palavras, a ida às feiras nas cidades-eixo, o acesso aos diversos meios de comunicação, carro, moto, máquinas de costura, entre outros, não teriam viabilizado uma nova forma de vida cidadina aos “confeccionistas do campo”? Mais ainda, o contato com novas realidades não produziria um novo construto moral que coloca em xeque a forma de se viver nesses lugares?

Para este assunto, nos valem das palavras de Castro e Carneiro ao afirmarem que o acesso aos “bens da civilização” não determina a “urbanização” daqueles que vivem nessas localidades, uma vez que os “hábitos e valores de cariz urbano tendem a ser interpretados e assimilados à luz da cultura local e dos modos de vida tradicionais preexistentes” (2007, p.267). Logo, os jovens confeccionistas têm acesso a tais ferramentas, todavia reformulam ao modo local, como bem reitera Andrade (2020, p. 66): “É apressado argumentar que essas diversas atividades não-agrícolas implicam uma desfiguração do espaço agrário quando sua relação é na verdade ambígua podendo estabelecer elementos para a sua reprodução”.

Ainda que o contato com contextos sociais mais “cidadinos” oportunize novas experiências, aqueles que saem de seu lócus de aprendizagem levam consigo sua *hexis corporal* e a gramática social apreendidas (Bourdieu, 2006), cuja visão de mundo não está desvencilhada, mas ressignificada ou até mesmo adaptada aos novos espaços sociais. Nas palavras de Sá (2015, p.103), “ao migrarem ou crescerem nas cidades, trouxeram consigo ou receberam por meio do convívio e da educação doméstica as heranças deste tipo de família inscrito em seus corpos e no seu jeito de estar no mundo”.

Para elucidar ainda mais o debate podemos verificar outro exemplo desse *modus vivendi* que é a reorganização na noção de tempo a partir das demarcações feitas anualmente pelos confeccionistas entre “feira boa” e “feira ruim”. A primeira indica o período de alta nas vendas e a possibilidade de mais trabalho, maiores jornadas, logo, mais dinheiro para consumir e produzir; nas “feiras ruins” acontece o inverso e a forma de organizar o tempo livre se dá de forma diferente, realizando “bicos” para complementar a renda, “segurando” os fabricos para não parar de trabalhar, produzindo estoques, dentre outras estratégias.

Nas “feiras boas”, o domingo é por excelência o dia de comercializar e o espaço da feira é exclusivamente para a venda diante da multidão que chega para comprar; nas “feiras ruins”, o domingo é “dia santo” - sendo inclusive fechados alguns locais de venda - e a atenção se volta para a religiosidade. Em resumo, as feiras demarcam o tempo e o ritmo das atividades nas cidades do Polo, processo similar ao que Garcia (1990) constatou acerca da divisão anual que os agricultores fazem entre “inverno” e “verão”. Em suma, estas (re)apropriações não estão fundamentadas apenas na atividade econômica, mas nos sentidos que são atribuídos a ela.

Ao observar a sociedade Cabila, por exemplo, Bourdieu constata situação semelhante acerca do tempo, em que a colheita é núcleo vital para a consagração dos ritos e rituais que aquela sociedade vivenciava.

Os cabilas guardam o trigo ou a cevada em grandes jarras de barro furadas a diversos níveis de altura, e a boa dona de casa, responsável pela gestão das reservas, sabe que quando o nível do trigo está abaixo do furo central chamado *thimit*, o umbigo, é preciso controlar o consumo: o cálculo, como se vê, é feito por si só, e a jarra é como uma ampulheta que permite perceber a cada instante o que não existe mais e o que

resta. Em resumo, o uso do dinheiro exige uma conversão análoga à que opera, em outro tipo de moldura, a geometria analítica: à evidência clara, fornecida pela intuição, substitui-se a 'evidência cega', resultante do manejo dos símbolos (Bourdieu, 1979, p.27).

O estoque de produção dirá o cálculo acerca de quanto e o que será feito na confecção. Em períodos de alta, o confeccionista tende a manter a produção daquilo que está "saindo bem". Quando o período não é bom, ele vai buscar novas tendências, frear o estoque, economizar no processo produtivo, além de, entre outros recursos, converter o manejo dos símbolos, cujo cálculo se torna imprescindível.

Assim, pensar esse território a partir das sociabilidades empregadas, da constituição da moral e dos valores, na composição tradicional das relações, na gramática social que se é empreendida, no disciplinamento dos corpos, em resumo, na construção identitária de um *ethos* próprio, é refletir sobre o *modus operandi* que o Polo contém, sobretudo em uma realidade de periferia da periferia. Classificar estes elementos (e tantos outros) como citadinos e urbanos, por assim dizer, encerram generalizações que perdem a capacidade analítica de perceber as apropriações e ressignificações dos espaços e dos modos de vida rural. Em outras palavras, os agentes reapropriam tais características e atribuem novos significados à vida local, cujo dinamismo está na capacidade de ressignificar essas experiências, contextos e atribuir a eles graus diversificados de reflexividade da ação (Lahire, 2001).

As estruturas sociais e a distinção no campo da confecção

Esse modo de vida que buscamos elucidar pauta os significados que são atribuídos a cada trajetória do jovem confeccionista do interior. Os movimentos de ação e estruturação de ordenamentos sociais balizam a confecção e seus construtos morais. Sob essa égide, forma-se o *campo da confecção*¹⁰ (nos termos bourdieusianos) dentro do espaço social rural, que por sua vez engendra disposições duradouras, *habitus*, posições de classes, capitais simbólicos e mecanismos de distinção social peculiares a esta realidade.

É no campo que se encontram as lutas simbólicas de cada jovem que mora no interior e mantém sua vida integrada à confecção. Sua perspectiva acerca do futuro está diretamente ligada à posição que nele ocupa e sua trajetória está conectada às disposições incutidas ao longo do tempo. O *habitus* – enquanto mecanismo de aprendizagem e inculcação dessas disposições duradouras – reflete as distinções que cada agente tende a possuir e, desse modo, consagrar uma posição de “destaque”, que poderá coincidir com a sua permanência na confecção ou não¹¹. Daí a importância de debater como se compõe o campo da

10 Ao se referir à confecção enquanto campo de ação, estamos aplicando o conceito bourdieusiano de maneira a ‘flexibilizar’ e dar sentido a este, a partir da noção do trabalho-vivência. O próprio Bourdieu ao se referir à forma como elaborou sua teoria à luz de Weber, afirma: “Nada mais restava fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando-o a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo – alta costura, literatura, política, etc. – mas também as invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como casos particulares do possível” (1998.p.66)

11 Quando se trata de permanência há um desejo muito nítido, por parte dos jovens, de ter seu próprio negócio (fabrico, facção, ponto de venda na feira, etc.). Já quando o assunto é sair da confecção, a escolarização desponta como caminho possível para novas trajetórias.

confecção e como os atores se colocam perante os diversos contextos que estão inseridos.

Inicialmente é preciso salientar que, no campo da confecção, coexistem padrões e empregados, de posições diferenciadas e que precisam ser analisadas com acuidade para dimensionar cada colocação do agente – como demonstrou Sá (2015) –. É válido considerar ambos os postos pelo fato de que o desejo de autonomia de muitos jovens trabalhadores é montar seu próprio negócio e/ou atingir uma posição de destaque (que pode coincidir com a posição de patrão ou não). A questão que está posta é: em que medida esse campo oferece margem de mobilidade social e como isso acontece nos diversos (micro) espaços?

Como a juventude é o lapso de tempo que ritualiza e consagra o futuro do trabalho, bem como a trajetória posterior, essas disposições funcionam como elementos essenciais na condução das escolhas. Assim, diante do campo escolar¹², por exemplo, e do campo da confecção, o jovem tende a fazer suas escolhas pela aferição dos capitais que dispõe e das condições objetivas de sucesso no campo que está inserido.

Se não há concessão de moratória social ao jovem confeccionista, para que possa dedicar-se aos estudos, somado à insuficiência de capitais necessários à progressão no ramo educacional e seus possíveis ganhos em longo prazo, a escolha entre escola e trabalho, a priori, será feita em favor da inserção e/ou postergação do lugar que ocupa no campo da confecção – o que poderá ocasionar o ciclo reprodutivo¹³ (Bourdieu, 2012). Em

12 Tratamos do campo escolar por ser aquele que mais aparece nos relatos dos jovens como sendo um passo necessário à trajetória de alguns. Então, este deverá ser confrontado com o campo da confecção constantemente.

13 Esta ideia foi defendida em Neves (2016) para tratar daqueles jovens trabalhadores que mediante a insuficiência de “capitais escolares”, se lançam no mundo do trabalho desde cedo, de acordo com as necessidades emergenciais que lhe são prementes.

outras palavras, quando as necessidades objetivas e materiais são um imperativo, os jovens se veem impelidos a trabalhar em situações de informalidade, precariedade, baixos salários etc., e esse contexto torna-se ambiente favorável à reprodução social (em última instância, estamos falando também da formação de classes sociais, como já defendia Bourdieu em suas análises).

Por outro lado, como as trajetórias são resultados das múltiplas experiências, de maneira que os indivíduos pertencem a vários campos e subcampos ao mesmo tempo (Lahire, 2001, p.43), são produzidos contextos distintos que são evocados a partir do maior ou menor grau de disposições que se contém. Neste sentido, o nível de capitais disponíveis em cada trajetória, acionará os esquemas de ação de cada ator plural, na demanda de um projeto de vida que pressupõe o cálculo daquilo que se tem e o que se deseja atingir.

A partir do momento em que há contextos favoráveis às decisões e relativo grau de razoabilidade na intenção, os indivíduos começam a avaliar suas projeções e, num espaço de tempo, de maior ou menor lapso, poderão executar conforme o esperado. É isso que acontece quando “batalhadores” (Souza, 2012) conseguem romper com a lógica da reprodução social e, ao concentrarem-se nas “portas de saída”, investem suas fichas dentro daquilo que lhes parece mais favorável¹⁴.

Tomemos o caso de permanência na confecção para análise. Para ocupar uma posição neste campo, é preciso incorporar (seja por meio da socialização primária ou secundária) os capitais simbólicos e as disposições duradouras pré-definidas nesse cosmos. Como os jovens herdaram disposições e capitais mais elementares, não apenas no campo da confecção, essa junção de experiências

14 Esta, evidentemente, é uma das possíveis explicações para realidades de batalhadores, no entanto, ela foi colocada no intuito de clarificar a discussão anterior e não de resumir a teoria de Jessé Souza, cuja análise vai muito além desta simples analogia.

compõe o *stock* de cada um (Lahire, 2001). Ademais, neste universo confluem contextos que não necessariamente são campos – no sentido que Bourdieu atribui –, mas que estão no ordenamento social de cada jovem trabalhador. Família, amigos/as, religião, namorados/as, festas, não se enquadram no conceito bourdieusiano e, no entanto, estão a todo tempo formulando as ações dos atores (Ibidem, p.42-43).

Surge aqui um debate que a princípio pode ser considerado contraditório, isto é, a partir do momento que o indivíduo tem em sua teia de relações, contextos diversos na sua socialização, o campo da confecção não seria, em tese, produtor de disposições e hábitos a ponto de produzir um ciclo reprodutivo ou até mesmo uma estrutura social.

Diante disso, é preciso ponderar que, enquanto um campo de ação, a confecção exige dos atores, capitais e disposições. Quanto maior a integração dos contextos e instituições sociais na produção homogênea da socialização, em favor dos capitais simbólicos postos na confecção, maior será o grau de êxito daquele que foi submetido nestas condições sociais e, por consequência, se inseriu neste campo. É o que podemos denominar de “capitais convergentes”.

Dito de outra maneira, quando os contextos caminham na mesma direção, esse fenômeno da formação das disposições tende a ser mais bem sucedido e, se isso coincidir com os capitais simbólicos da confecção, logrará ainda mais êxito.

Como o Polo de Confecções é um território de múltiplas influências, o *stock* de disposições de cada ator varia conforme o grau de contato com este campo e seus “capitais convergentes”. É nesse sentido que as “idas” e “vindas” ao Polo de Confecções do Agreste, por exemplo, compõem a pluralidade das relações sociais e, com base nisso, tecem-se novos contextos de ação. Assim, a estrutura da confecção abre margem de mobilidade a partir do momento que se confronta com outros contextos e

possibilita estratégias de ação e reflexividade dos indivíduos, fazendo com que ele opte pela saída, ou não, do ramo da confecção. Vejamos como isso acontece na prática.

Para sair da confecção ou ocupar um lugar de destaque, os jovens trabalhadores devem investir nos capitais simbólicos que estão postos. Devem conhecer as regras do jogo – ainda que não seja de modo racional e calculista – e concentrar seus esforços na obtenção da distinção em relação aos seus pares. Na interpretação de Sá (2015, p.246),

Este campo, como outros, possui suas próprias regras. Conhecê-las e saber bem jogar com elas é algo decisivo para a atuação de quem por lá se aventura. Por mais que possa ser negada a concorrência (para além da economia) entre aqueles que dele tomam parte, há disputas de poder, por signos distintivos socialmente reconhecidos no campo e no agreste das confecções.

Assim, investir nesses capitais é antes de tudo investir no seu próprio negócio. Para tanto, é preciso incorporar, naturalizar, tornar legítimo e aceito pelos jogadores, de modo que se consolide uma disposição “inata” e duradoura. Essa disposição, quer seja apreendida ou incorporada mais tarde, funciona como elemento fundante dos que pretendem jogar neste campo e quando os contextos socializadores convergem no mesmo sentido, por assim dizer, o objetivo final terá maior probabilidade de êxito.

Para jogar é preciso estar disposto, seguir as regras e, mais ainda, encará-las como naturais. Os espaços sociais da confecção servem como potencializador deste processo, pois, seja na feira ou na unidade produtiva em que se trabalha, é fundamental demonstrar a disposição para a confecção.

A feira, por exemplo, é o lugar onde se dá a consagração do rito das vendas e a consumação dessas disposições individuais. Ainda segundo Sá,

O habitus feirante seria como um ancestral comum, porém ainda contemporâneo, que permite aos filhos serem elaborados deste modo, para além das diferenças entre suas trajetórias, perfis atuais e tipos de negócio que possuem, enfim, do modo como se projetaram neste campo. [...] A feira pode ser vista como um cosmo no qual diversas práticas são reproduzidas, compartilhadas, adaptadas ou modificadas (2015, p.156).

Lá na feira, tal *habitus* é compartilhado em plena rua, quando se diz ‘chegue freguesa, que lhe faço um desconto’. Ou então quando se grita: ‘eita que a macaxeira hoje tá boa demais! Pague dois quilos e leve três!’ Se mostra por meio do pequenino menino que, em pé em cima do banco, anuncia imitando os adultos como fazem os adultos: ‘oito laranjas por um real, quem vai levar, quem vai!’ [...] Está na habilidade com que se arruma, se coloca o maço de notas de dinheiro no bolso e no jeito como se puxa dele as necessárias ao troco. [...] tudo é vivido e apreendido por meio de um sentimento de práticas que se dão naqueles dias de feira – práticas que fazem a cabeça e se inscrevem no corpo de quem cresceu, negociou ou ainda negocia por lá desde muito tempo atrás (2015, p.173-174).

Para o trabalhador da confecção que vai às cidades-eixo é preciso jogar as regras do jogo e, por meio do *habitus* incorporado, adentrar esse campo, desenvolvendo aptidões, posturas (*hexis*), linguagens etc. Nas palavras de Sá (Ibidem, pag.173) “ele [habitus] se mostra no jeito de feirante visto como ‘desenrolado’,

de quem tem convicção de que saberá como improvisar em situações não esperadas, que assim vai se virar do melhor modo possível por lá”.

Na categoria “desenrolado”, estabelece-se um capital simbólico deveras cobrado que é a capacidade de “se sobressair” mediante as situações que ocorrem aos agentes. Comprar tecidos, fabricar, levar nas facções (quando é o caso), oferecer os produtos na feira, conhecer pessoas, adquirir prestígio e confiança no campo, dentre outras coisas, são elementos que devem ser cultivados¹⁵. Soma-se ainda a capacidade de conhecer fregueses, interagir com eles, saber onde comprar o material para se confeccionar, encontrar peças para costurar (no caso das facções), dentre outras estratégias. Ser um bom trabalhador, vendedor e/ou autônomo é ser conhecido, ter nome na praça, amizade, confiança e nome limpo (Sá, 2015)¹⁶.

É fundamental ao jovem ser um “sujeito trabalhador” disposto a pegar qualquer peça, vender nas feiras sem ressalvas, trabalhar qualquer dia, fazer “serão”¹⁷ e entregar as peças no prazo estabelecido, em suma, é preciso jogar as regras do jogo¹⁸.

Quando os capitais convergem na mesma direção, de forma que o jovem é considerado uma pessoa “desenrolada” e tem

15 Em todas essas situações, a educação torna-se secundário na progressão do campo, exceto quando for para ocupar uma profissão/posição que necessite de um conhecimento específico (neste caso saindo da posição de trabalhador da confecção, o que não acontece com frequência e quando ocorre, rompe-se o ciclo reprodutivo de modo a constituir um novo campo, do qual terão novas regras, capitais e disposições).

16 O que Andrade (2020) definiu como “ter conhecimento” para se estabelecer no ramo da confecção.

17 Jornada de trabalho prolongada em período de altas nas vendas.

18 A educação e o capital cultural podem se caracterizar como elemento que potencializa essa diferenciação, mas não parece ser definidor e por esse motivo investir em longas carreiras educacionais se torna secundário nessa missão.

“conhecimento”, somado ao contexto rural de uma “economia moral”, temos não apenas uma posição de destaque no campo da confecção, mas, no grupo social juvenil.

Aos jovens de classes populares, o trabalho se configura como um elemento importante também para a manutenção de sua vivência, pois o salário poderá garantir a sua participação no grupo social¹⁹, ao passo que esperar por “recompensas” trazidas por carreiras acadêmicas longas e/ou incertas pode inviabilizar o princípio da “probabilidade objetiva”²⁰, isto é, quando as chances estão “fora de cogitação”, uma vez que nossas decisões são balizadas no cálculo objetivo.

Conhece-se o caso do filho de mineiro que deseja ir para a mina o mais depressa possível, porque isso é entrar no mundo dos adultos. (Ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem sair da escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascenderem o mais depressa possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que se lhe encontram associadas: ter dinheiro é muito importante como afirmação perante os amigos, perante as raparigas, permite-lhes saírem com os amigos e com as raparigas e serem reconhecidos e reconhecerem-se como homens (Bourdieu, 2004, p.155)

19 Neste caso, estamos falando de sociabilidades que os jovens vivenciam no intuito de demarcar espaço no grupo social em que estão inseridos. Um caso frequente, que serve de exemplo, é o jargão juvenil de “ostentação”, cuja maneira de viver indica graus diversos de “poder” e de “sucesso”, sobretudo no contexto das redes sociais.

20 A este respeito Bourdieu (2014) retoma Max Weber afirmando que esta teoria, advinda da economia, pode ser transposta para a Sociologia simplificada em: “a existência de uma ‘relação de causalidade inteligível’ entre as chances genéricas (‘típicas’) ‘existentes objetivamente em média’ e as ‘expectativas subjetivas’” (Pag.95).

A partir do momento que o jovem ganha seu salário e com ele adquire bens, celulares, motos e carros, participa de festas, de viagens (sobretudo no contexto das redes sociais), tais vivências estão possibilitando uma rede de reconhecimento social (numa linguagem atual, de “ostentação”), que confere poder e distinção social em seu meio. No entanto, quando o período da juventude passa à fase adulta, o valor financeiro se torna insuficiente mediante outras demandas e aquilo que se constituía “valor diferencial” passa a ser valor “necessário” à sobrevivência (sobretudo quando se constitui um novo núcleo familiar), de maneira a consolidar as estruturas de reprodução social²¹.

Desta feita, a trajetória de cada herdeiro da confecção²² terá seu grau de mobilidade mediante os contextos e investimentos dispendidos pelo agente. Sua posição no campo será conferida conforme sua adesão às regras e os sentidos que lhe são atribuídos, em resumo, ao *stock* empreendido para a consagração de um ou mais elementos distintivos²³.

21 Um caso notório e digno de conhecimento foi um jovem pesquisado em Neves (2019) que ao relatar sua história de vida, narrou seu trabalho na confecção desde criança e que precisou casar-se “muito cedo”. Ele afirmou que costumava sair para as festas com os amigos, mas depois que “teve família” precisou se afastar um pouco dessas vivências. Com isso, naquela ocasião, levantamos a hipótese de que a fase adulta chega bastante cedo àqueles que iniciam sua vida no mundo do trabalho precocemente (o que poderia revelar uma possível explicação da formação familiar ainda na juventude) e a comprovação do que vimos discutindo sobre a teoria da reprodução social.

22 Utilizo a categoria de *herdeiros* de Pierre Bourdieu (2014) de modo inverso utilizado pelo sociólogo. Ele usa o termo para denominar classes que buscam se perpetuar na classe dominante e, para isso utilizam de diversos mecanismos para a manutenção do *status quo*. No entanto, ao usar este termo, objetivo demonstrar sujeitos receptivos de *habitus* que os repassam em forma de herança cultural aos seus pares, constituindo uma estrutura de sociedade, que poderá ser rompida ou não, a partir do *stock* (Lahire, 2001) que cada um dispõe.

23 É preciso, a meu ver, estabelecer uma diferenciação entre “ciclo reprodutivo da confecção” e “variações dentro do campo da confecção”. O primeiro, faz

Em outras palavras, ainda que o agente permaneça no campo da confecção, o grau de disposições e capitais convergentes muito dirá sobre a formação do contexto a que ele está submetido e suas implicações (de saída e/ou permanência no ramo), sobretudo a partir da “probabilidade objetiva”, logo, de sua reflexividade.

Dessa maneira, tais contextos de ação demarcam alguns cenários que despontam como referenciais para se pensar trajetórias de jovens da confecção: (a) a continuação no ramo como trabalhador assalariado (ocasionando o ciclo reprodutivo); (b) a montagem de seu próprio negócio (facção, fabrico, loja de revenda, compra e aluguel de boxes, etc.); (c) investimento em outro campo com o valor obtido pelo trabalho; (d) a saída para outro campo e a volta com outras disposições; (e) concentrar os esforços em uma ascense possibilitando a saída da confecção da geração posterior (quando se têm filhos) ou do próprio jovem em um futuro menos imediato; e (f) intervenção de outros contextos, que não da confecção, para a saída do campo.

Quando o jovem decide continuar no ramo da confecção como trabalhador assalariado, a sua permanência no cargo está sujeita às diversas configurações do mundo do trabalho, isto é, a precariedade, a terceirização e tantos outros elementos, se fazem presentes no contexto desses agentes. Disso resulta o fato de que muitos jovens têm o desejo de “autonomia” (Menezes; Silva, 2013) para montar seu próprio negócio no intuito de driblar essas nuances que o trabalho assalariado contém. Tanto no

referência àqueles que dependem exclusivamente da confecção para sobreviver e tendem a permanecer durante bom tempo em postos de trabalho assalariados. A estas pessoas serão inculcidas disposições duradouras que serão passadas em forma de herança cultural, por meio de *habitus* (Bourdieu, 2014) e com isso haverá um ciclo reprodutivo. Por outro lado, pessoas, por diferentes razões, movem-se dentro do campo da confecção e podem galgar novas posições dentro dele. Em resumo, pode-se dizer que o nível de reprodução é medido pela (in)capacidade de mobilidade social que se tem na confecção.

caso de montar seu empreendimento, quanto na permanência como trabalhador assalariado, a continuação no campo da confecção se torna comum.

Se considerada a hipótese de saída da confecção, uma das pontes é a educação. Através do trabalho o jovem poderá investir em cursos, obter outra profissão e sair definitivamente desta seara. Neste caso, políticas públicas se tornam elemento fundamental para auxiliar a formação de um contexto favorável na composição do stock do agente, bem como pessoas, referências e demais elementos que possam incrementar a composição dos esquemas de ação – como aconteceu na história de vida de duas jovens discutidas em Neves (2019).

Pode-se ainda migrar para outro campo e depois voltar à confecção. O ator poderá sair temporariamente para estudar, se qualificar e em seguida voltar com os conhecimentos obtidos para aplicar ao seu negócio ou até mesmo obter uma profissão ligada à confecção (como o caso de designers de moda, estilistas, desenvolvedores de programas tecnológicos, influenciadores digitais, entre outros). Nesse caso, temos de forma nítida a aquisição de capitais convergentes à confecção e isso poderá conceder um “diferencial” em relação a outros empreendimentos.

Já quando o jovem resolve “poupar”²⁴ para garantir uma possível saída da confecção, este prazo tende a ser mais longo, podendo ser concedido ao próprio jovem ou as gerações vindouras. O que diferencia este caso dos anteriores (de saída do campo da confecção) é o tempo que esse processo ocorre e o número de experiências que compõe o stock de disposições. Entretanto, em todos os casos de “saída” da confecção a mudança no contexto é

24 Essa “poupança” poderá ser financeira no objetivo de aliviar as “experiências ruins” que a conciliação dos estudos e trabalho podem trazer. Daí, a escolha do indivíduo poderá ser racional e tácita em trabalhar por um tempo, para, eventualmente, estudar em seguida – como no caso de César e Lucas, trabalhadores em Neves (2019).

fundamental para a reflexividade da ação e o modo de atuação do agente.

Por fim, a intervenção de outros elementos como a religião, amigos, parentes, professores e políticas públicas, poderão consolidar um contexto favorável aos capitais convergentes e ocasionar a saída ou permanência do campo da confecção, a partir do exemplo de suas trajetórias. Neste caso, o que chama a atenção é a formação de disposições que esta realidade pode proporcionar, promovendo e oportunizando o grau de reflexividade do ator plural a partir de referenciais que influenciam a formação moral dos indivíduos.

Dito isso, é importante que se diga que esses “perfis” não são e não estão isolados, de modo que, ora podem seguir de forma independente, ora se cruzam e influenciam uns aos outros (sendo separados aqui apenas por uma questão metodológica e de tipo ideal weberiano). Aliás, não é contraditório quando consideramos a pluralidade dos atores e as diversas disposições que cada um contém (Lahire, 2001), mas permite uma análise do grau de mobilidade social que a confecção possui e, ao mesmo tempo, como os agentes organizam sua reflexividade em torno do *stock* que dispõem.

Considerações Finais

O exercício de determinada profissão implica uma cultura (profissional) específica, que ultrapassa o desempenho e o reconhecimento das funções que lhe estão inerentes. O campo profissional pressupõe que, quer as profissões, quer os profissionais, se situem no espaço social de acordo com determinados mecanismos de diferenciação, expresso em múltiplos indicadores (sendo que o salário é apenas

um deles). Ou seja, **o estatuto social e/ou a imagem interligada a algumas profissões, categorias profissionais ou setores de atividade, encontram homologias noutras esferas da realidade social** (Rodrigues; Leão, 2012) (Grifo nosso).

Nas palavras de Rodrigues, resumimos a tarefa que se propôs este capítulo, qual seja, o de demonstrar que a atividade econômica da confecção vai além da ocupação profissional, fomentando contextos e elaborando diversas possibilidades de trajetórias juvenis.

Enquanto um lugar de múltiplas experiências, o campo da confecção encontra-se presente na vida de indivíduos que compartilham, concomitantemente, socializações, competências, ações e reflexividades diversas, de tal maneira que encontrar os “esquemas de ação” (Lahire, 2001) pode traduzir a trajetória de cada agente, e mapear esses esquemas é tarefa fundamental nesta compreensão.

Nesse sentido não basta tão somente ocupar um posto de trabalho na confecção, mas incorporar as regras do jogo é fazer do trabalho um elemento chave para as diversas disposições que se apresentam aos jovens e ao seu projeto futuro. Em outras palavras, por se tratar de trajetórias que comungam diversos aspectos da vida social, a soma de experiências que marcam a socialização primária e secundária de cada ator plural muito dirá sobre a formação do contexto que cada um está imerso.

Como o campo é um lugar de poder e de disputas, não necessariamente físico, mas presente na realidade social, cada agente deverá cumprir as regras do jogo do qual ele faz parte. Na confecção, essas regras estão postas e, para se distinguir e galgar uma posição firme ou de destaque, é preciso jogá-las com as apetências que lhe são inerentes. Não conter as regras do jogo

é não possuir as competências e aptidões que se espera daquele que ingressa no ramo.

Para adquiri-las é possível trilhar caminhos diversos, mas todos devem convergir na aquisição e incorporação das regras a ponto de torná-las naturais e legítimas. Quanto maior a intensidade com que esse processo ocorrer, maior será o grau de êxito daqueles que pretendem permanecer e/ou se destacar no campo.

Essa é a forma como se põe o campo da confecção. Àqueles que estão dentro desse universo, são reservados graus diferentes de mobilidade social mediante a aquisição destes capitais específicos. No entanto, como ela divide os espaços de sociabilidade com a escola, a religião, o grupo de amigos e formas de lazer, os contextos que o indivíduo participa desempenham papel semelhante na condução do *stock* que cada ator possui.

Na medida em que esses contextos convergem, nos mesmos capitais, o grau de “êxito” dentro do campo tende a ser maior, haja vista que têm em comum a formação do indivíduo mais ou menos unívoco (tomado como tipo ideal, já que esse processo na prática dificilmente ocorre). Porém, ainda que haja a unicidade da formação social do agente, isto não é suficiente para dizer o grau de mobilidade que ele possui dentro do campo da confecção. Por exemplo, um ator plural, cuja família possui capital cultural (como o apreço pela leitura e escrita, com uma religião que incentiva práticas como essas e grupo de amigos que partilha dos mesmos valores) pode não transferir com o sucesso esperado esses capitais para a confecção e obter o mesmo êxito que poderia conseguir numa carreira escolar-acadêmica.

Assim posto, não é a questão da convergência dos contextos, unicamente, que demarca a probabilidade do êxito, mas a soma dos capitais e das disposições que o campo em questão exige. Dito de outra maneira, não basta ter contextos integrados, mas contextos que possuam disposições e capitais afins e que, ao

mesmo tempo, sirvam de elemento distintivo no campo que se está inserido.

Quando as disposições e capitais adquiridos não são suficientemente adequados ao campo, ou pelo menos não são capitais elementares, ainda que sejam confluentes, podem ocasionar reprodução social, uma vez que aquele capital não se configura definidor à distinção.

Um exemplo disso é quando o contexto familiar, somado ao contexto religioso e o contexto rural (com outras instituições e grupos sociais), moldam a noção de trabalho precoce como sendo primordial à formação do indivíduo. Isso pode ser considerado uma disposição importante e até mesmo um capital para a confecção, em um primeiro momento. Mas, se a noção de trabalho, como elemento moral, não se somar a outras disposições, como a do cálculo, da previsão, austeridade, planejamento e conhecimento de pessoas no ramo, o agente tende a permanecer apenas como trabalhador da confecção, já que o único capital que possui é a força de trabalho e a disposição obtida é saber fazer o que faz, juntamente com a percepção de que trabalhar é importante. Nesse caso, os contextos foram confluentes, mas não suficientes para garantir uma posição de destaque no campo, pois as disposições e capitais não representaram uma aquisição diferenciada.

Assim, a aquisição de disposições e capitais específicos para a confecção parece ser mais importante que a confluência dos contextos. Indubitavelmente, quando os contextos convergem na missão de repassar essas disposições específicas, o grau de êxito dentro do campo tende a ser maior.

É nesse sentido que, se o agente possui uma formação plural poderá fazer disto uma “vantagem”, uma vez que ele disporá de um conjunto maior de experiências, logo, um conjunto de disposições, que, de forma duradoura ou não, poderá auxiliar na formação do *stock* em sua trajetória.

De modo contrário, se o ator possuir uma socialização mais unívoca, com a introjeção de *habitus* em comum, poderá, também, constituir um diferencial, haja vista que a profundidade com que estas disposições marcam sua formação individual produz uma “especialização” naquilo a que se propõe. Neste caso, é preciso ressaltar, mais uma vez, que essa “especialização” só terá efeito prático no campo que encontrar ambiente para tal. Se isso coincidir com a confecção, teremos um caso de sucesso no campo e de êxito profissional²⁵.

Desse modo, o grau de “sucesso profissional” será marcado pela reflexividade do ator acerca daquilo que dispõe e o que pretende para sua trajetória, isto é, dos capitais e disposições que possui e o futuro que almeja. Como as escolhas são feitas a partir da formação da consciência, esses contextos influenciam nas decisões, mas não a determinam (inclusive com a predominância de alguns contextos sobre outros).

A formulação do *stock* de experiências ao qual o jovem está ligado conduz sua reflexividade e, portanto, demarca o “peso” que a estrutura da confecção exerce sobre os indivíduos, abrindo margem ou não ao rompimento com o ciclo reprodutivo.

Como as trajetórias dos jovens da confecção compartilham realidades concomitantes, como o modo de vida rural (já que são cidades de pequeno porte e de fraca diferenciação social) e com instituições e grupos sociais que estão presentes na formação juvenil (família, educação, religião, formas de lazer, grupo de amigos, entre outros.), todos esses aspectos compõem o ordenamento de um contexto social mais amplo e geral que incidirá no êxito de cada um. Daí a necessidade de esmiuçar cada aspecto

25 Daí a explicação de muitos jovens que têm pais e familiares já inseridos na confecção há um bom tempo possuírem relativa “vantagem” no campo da confecção.

deste para se perguntar em que medida tais “micro-contextos” influenciam nas trajetórias dos jovens analisados.

Destarte, no contexto mais geral se encontra o campo da confecção com suas regras e normas. Permanecer ou sair é tomar a decisão a partir da consolidação do *stock* de disposições, da soma de experiências e do cálculo balizado no realismo prático que se possui. É refletir o que se tem em termos de distinção e o que se deseja para a vida. É apostar as fichas a partir daquilo que dispõe. É se projetar sobre as estratégias e brechas que os contextos oportunizam. Afinal, a vida é uma grande costura.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, B. B. F. de. A Máquina e a Enxada: Economia moral e acumulação flexível no território das confecções em Pernambuco, Brasil. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 21, n. 52, 2020. DOI: 10.22456/1984-1191.98661. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/98661>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 26, p. 83-92, jun, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa, Portugal: Fim de século. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Org. Maria Alice Nogueira. 15.ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os Herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CANÁRIO, Rui (2005) A escola como construção histórica. In: **O que é a escola?** Um olhar sociológico. Porto, Porto Editora. p. 59-88.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades Contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Mauad X:FAPERJ, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. CARNEIRO, Maria José. *Et al.* **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro, Mauad X: 2007.

GARCIA, A. **O sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e metodológicas. São Paulo: Marco Zero, 1990.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.41, n. especial, p.1393-1404, dez., 2015.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural**: as molas da ação. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 49, 2005, pp.11-42.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004a.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso nas classes populares**: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 2004b.

MENEZES, Marilda Aparecida. SILVA, Sandra Roberta Alves. O desejo de autonomia dos jovens e o tratamento familiar. In. VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

MILANÊS, Renata Bezerra. **Costurando roupas e calçados**: as linhas que tecem o trabalho e gênero do Agreste Pernambucano. Dissertação de Mestrado, UFRRJ, 2015.

NEVES, Mesias Ramos de Sousa. **Os herdeiros da costura?: Trajetória de jovens trabalhadores da confecção**. 2019. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, - Campina Grande – Paraíba – Brasil, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9828>. Acesso em junho de 2022.

NEVES, Mesias Ramos de Sousa. **De retalho em retalho**: a vida juvenil na costura. Trabalho final da disciplina de Etnografia. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFCG. Campina Grande, 2018.

NEVES, Mesias Ramos de Sousa. **Os herdeiros da costura**: a lógica reprodutiva da escolarização por meio da necessidade. 2016. 84f. (Trabalho de Conclusão do Curso), Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, - Sumé – Paraíba – Brasil, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5283>. Acesso em jan de 2019.

RODRIGUES, Ana Roseira; LEÃO, Tânia. Ao encontro das práticas culturais dos estudantes do ensino superior. Exercício de revisitação assente na análise dos factores de variação intra-individuais. (Capítulo 5). In: LOPES, João Teixeira. *et al.* **Registros do ator plural: Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa**. Porto: Edições Afrontamento, 2012.

SÁ, Marcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. 2.ed. Recife: Ed. Universitária, 2018.

SÁ, Marcio. **Filhos das feiras**: heranças e reconfigurações disposicionais no Agreste pernambucano. In. 39º Encontro Anual da ANPOCS. 2015. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt41/>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

SÁ, Marcio. **Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste**. 2015. (Tese de Doutorado em Sociologia) Braga: Universidade do Minho, 2015. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35680> . Acesso em: 25/09/2017.

SOUZA, Jessé. *Et al Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **O mundo rural como espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade:** relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. (2004) Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2018.

CAPÍTULO IX

Informalidade e Autoempreendedorismo: um estudo sobre trabalhadores por conta própria no setor de confeccões do Agreste Pernambucano

*Fernanda Maria Almeida de Andrade
Ana Márcia Batista Almeida Pereira
Eugenio Pereira*

Introdução¹

Este artigo aborda o tema do trabalho informal no segmento de confecção no Agreste Pernambucano. A pesquisa buscou descrever o trabalho por conta própria, como forma de inserção no referido segmento, especificamente nas facções de

¹ Este artigo é uma versão condensada do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Autoempreendedorismo e o trabalhador por conta própria: um estudo nas facções de jeans no agreste pernambucano*, de Andrade (2022), e, como tal, se beneficia da pesquisa de campo feita anteriormente, bem como aciona material empírico produzido no âmbito do Convênio 06/2019 firmado entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Secretaria Regional de Trabalho e Emprego de Pernambuco (SRTb-PE), sob coordenação de Pereira (2020).

jeans em Caruaru-PE, e refletir essas condições de trabalho nas conexões que estabelecem com o discurso ideológico de alinhamento empresarial.

Inicialmente, podemos dizer, com base em estudos anteriores, como Andrade (2019), Braga (2019), Corteletti (2020), Vêras de Oliveira (2013), dentre outros, que a informalidade no Polo de Confeccões² se associa a um complexo território produtivo que abrange empresas formais (fábricas) intimamente conectadas com unidades informais (fabricos e facções), bem como unidades de comercialização (lojas, vendedores ambulantes, e barracas nas feiras especializadas da região). Este estudo focalizou as facções de roupas no segmento de jeans, pequena unidade responsável por realizar apenas uma etapa do processo de costura e/ou fase de acabamento da roupa. Normalmente, essas unidades funcionam no espaço doméstico ou em um outro agregado à residência, não sendo possível separar o que é domicílio do que é trabalho, ambos sintonizados no mesmo ambiente familiar (Corteletti, 2020). Trata-se de importante elo da cadeia e, ao mesmo tempo, estratégia de diminuição de custos de produção para os contratantes, com a vantagem de atuar na subcontratação informal em cascata – situações em que facções repassam

2 O chamado Polo de Confeccões de Pernambuco tem sua origem por volta de 1950 com as feiras da sulanca. Trata-se de um aglomerado produtivo e de comercialização de confeccões de roupas a preços populares, composto principalmente pelos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Caruaru, e outros do entorno da região Agreste de Pernambuco. Não contou inicialmente com apoio estatal ou de grandes firmas capitalistas do setor de confeccões e, desde então, é caracterizado pela forte presença de milhares de unidades informais (negócios sem registro legal como empresa) e emprego de milhares de trabalhadores informais (assalariados sem carteira e trabalhadores autônomos). Desde os anos 2000 vem passando por processos de modernização, ampliando suas conexões com a dinâmica tipicamente capitalista de acumulação. Cf. Vêras de Oliveira (2013); Pereira, Pereira, Braga e Freire (2021).

trabalho para outras menores e com valores ainda mais rebaixados (Andrade, 2019).

Para contextualizar a questão, emprega-se um quadro de análise com referências históricas e atuais da literatura dos estudos do trabalho. Primeiro, recuperamos o debate sobre a velha/nova informalidade, incluindo aí a categoria dos trabalhadores por conta própria (Prandi, 1978), tecendo considerações e apontamentos sobre a atual questão do autoempreendedorismo como forma ideológica de apagamento das relações de trabalho, especialmente em seu caráter de subordinação e dependência do trabalhador em relação aos seus contratantes (empresas formais ou informais) (Colbari, 2015; Lima, 2010; Machado da Silva, 2002; Rosenfield, 2015).

Em seguida, trata-se da análise dos trabalhadores por conta própria, nas facções naquele território socioproductivo. Como dissemos, essas unidades, por serem uma forma/espço de atuação histórica no local, permitiu metodologicamente captar algumas pistas dos sentidos socioculturais referentes ao que é “Ser Faccionista”, uma expectativa almejada por muitos trabalhadores, associada ao *status* de autoempreendedor. Nesse ponto, apresentam-se dados do estudo qualitativo, realizado entre 2018-2019, baseado em pesquisa de campo junto às facções de *jeans* no município de Caruaru, empregando a observação direta sistemática em nove unidades produtivas, e a técnica de entrevista semiestruturada junto a dez sujeitos (proprietários e/ou trabalhadores). Ali, adentrou-se no processo produtivo caracterizando as fases de modelagem, corte, costura, “diferenciado”³ e acabamento.

3 “Diferenciado” é a denominação adotada pelos atores sociais envolvidos nas atividades de produção e comercialização de roupas confeccionadas em jeans (denim). Refere-se ao conjunto de intervenções (químicas e atrito) sobre o tecido de modo a obter efeitos de design de moda, agregando valor unitário à peça (mercadoria).

Vale salientar que esse estudo estabelece diálogo com outros, que trazem à tona o trabalho por conta própria, porém, mais do que isso, buscam entender como se constrói socialmente a expectativa de “montar um negócio”, como via para a inserção social pelo trabalho. Especialmente, a pesquisa de Milanês (2020), que aborda, de modo detalhado, os relatos dos confeccionistas da região Agreste, donos de fábricas e fabricos, que viram no empreendimento próprio a chance de galgar melhores condições de vida. No Alto do Moura, em Caruaru, o estudo de Moura (2019) evidencia as motivações para o negócio próprio, associadas ao desejo de ter liberdade, fora da relação de subordinação direta, em meio ao desengajamento das novas gerações para o trabalho artesão.

Por fim, na organização deste texto, além desta introdução e das indicações teórico-metodológicas já apontadas, apresentamos os conceitos centrais que embasam o estudo e seguiremos para a discussão dos resultados, retomando o propósito central, para, em seguida, lançarmos reflexões à guisa de conclusão.

Debate sobre a nova informalidade e o autoempendedorismo

No quadro dos estudos sobre a informalidade, os sentidos e designações foram sendo alterados. Das discussões que se iniciaram na década de 1970, surgiram noções como setor informal, economia informal e, mais recentemente, processos de informalidade e nova informalidade. A origem dessas denominações contou com dois marcos fundamentais: o primeiro deles diz respeito aos estudos coordenados pela missão da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Quênia, em 1972; enquanto o segundo são os estudos realizados pelo antropólogo Keith Hart, em 1973, em Gana, também no continente africano, em que se identificaram formas de inserção no mercado de trabalho urbano, divergentes do que se conhecia, à época, no mercado formal.

Com a continuidade dos estudos sobre o setor informal, novas questões foram sendo discutidas, tal como a funcionalidade do setor informal em relação à dinâmica de acumulação capitalista. A questão que se colocava era determinar se, e em que medida, uma massa de trabalhadores desempregados (em relação aos seus vínculos laborais, como economia moderna) e o conjunto de ocupações (informais) que desempenhavam nos mais variados ramos de atividades (produção, comercialização e serviços), caracterizados como de tipo tradicional, sem produtividade, baixo uso de tecnologia e baixa capacidade de geração de renda, poderiam, enfim, estar integrados ou à margem dos circuitos de valorização capitalista⁴.

Posteriormente, autores como Machado da Silva (1971) trouxeram à luz a dualidade existente entre o setor formal e o informal, suas diferenças e singularidades, sendo o setor informal direcionando às referências de valores e normas diferentes do setor formal. Nessa perspectiva, as formas de inserção e funcionamento de ambos se distanciaram. O informal estaria relacionado a fatores como família e parentesco, entrada (inserção) ligada ao relacionamento pessoal com o dono (proprietário do negócio), assim como a gestão do ambiente estaria influenciada

4 Segundo Lopes (2008), a discussão de informalidade tem cinco vertentes que foram apontadas desde o início dos estudos sobre o setor informal, sendo eles: os baseados no excedente da força de trabalho que foram direcionados pela OIT na África e pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC); a segunda está relacionada à subordinação da produção informal ao sistema capitalista. Nesta vertente, os autores assumem uma interdependência de um com o outro, sendo o setor informal subordinado ao setor formal; a terceira linha está ligada a estudos de sociólogos e economistas de matriz marxiana que associaram o setor informal a formas tradicionais e arcaicas de produção e criticam a visão dualista, conectando o formal ao informal, sendo o informal funcional à dinâmica do capital; a quarta linha relacionada é a neoliberal e legalista e, por fim, na quinta, os autores sistematizaram uma visão associando a informalidade a novas formas de trabalho e à flexibilização, sendo conhecidos como neomarxistas ou estruturalistas.

por questões pessoais. Tais características seriam marcas distintivas em relação aos processos racionalizados e padronizados típicos do setor formal, com suas formas de inserção e gestão associadas a fatores impessoais.

O estudo de Cacciamali (1982) denominou como ‘brechas’ os espaços que o setor informal ocupava, no qual o setor formal não se fazia presente, corroborando, nesse sentido, os estudos de Prandi (1978) e, dessa forma, a dinâmica de acumulação de capital. Estudando uma categoria específica, a dos trabalhadores urbanos por conta própria, os que almejavam “ser patrão e empregado de si próprio”, Prandi (1978, p.56) reforça a heterogeneidade desses trabalhadores sob as condições do capitalismo periférico (com ocupações irregulares/ocasionais para complementação de renda e os regulares que se enxergam como classe dos “autônomos”) bem como suas condições de trabalho precárias.

Essas referências clássicas dos estudos do trabalho informal esclarecem aspectos importantes da dinâmica do próprio capitalismo nos países centrais e especialmente em países periféricos. Com o fim do pacto fordista (concertação/regulação das relações capital-trabalho via atuação estatal), que viabilizava as condições de funcionamento do mercado de trabalho em quase pleno emprego e garantias das proteções dos direitos trabalhistas (estabilidade, ganhos salariais, férias e aposentadoria) (Leite, 2011), ganhou força, com as implantações de políticas neoliberais, um conjunto de novas formas de inserção no mercado de trabalho caracterizado por vínculos desregulados, sem proteção social e rebaixamento salarial, ali se localizando um conjunto de ocupações realizadas sob condições precárias.

Nesse novo contexto, a informalidade foi se recriando, o que antes era visto por analistas como atividade passada (quase pré-capitalista; não moderna), fadada ao desaparecimento (diante do desenvolvimento do capitalismo, com suas formas típicas de

formalidade de vínculos e relações), tornou-se integrada à lógica e dinâmica de acumulação flexível de capital. Tais mudanças têm sido descritas a partir do conceito de *nova informalidade*, interpretação teórica instituída entre os anos 1990-2000, que caracteriza as novas formas de inserção/vínculo/condição informal, provenientes da flexibilização das relações de trabalho organicamente conectada ao setor formal, expressão típica da atual fase/lógica/dinâmica flexível de acumulação de capital (Véras de Oliveira, 2011).

Cacciamali (2000) nos fala em *processo de informalidade* atrelado à globalização. Trata-se de “um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições” (Cacciamali, 2000, p.163), abrangendo, dessa forma, dois processos intrínsecos: a reorganização do trabalho assalariado, com novas formas de trabalho sendo ampliadas e recriadas, e o autoemprego, no qual os trabalhadores encontram outros meios para auferirem renda pela dificuldade de reinserção no mercado de trabalho.

Já Araújo (2011) discute e recupera o conceito de *nova informalidade* para entender as mudanças no mundo do trabalho, a exemplo das formas laborais que vêm sendo recriadas e cada vez mais conectadas à dinâmica capitalista. As últimas décadas foram marcadas por ondas de flexibilização e mudanças na informalidade em um contexto de desregulamentação da legislação trabalhista. É a partir desse momento que é indispensável repensar a informalidade abrangendo novas questões que foram apresentadas na realidade brasileira, criando assim uma nova noção. Nas palavras da autora:

A riqueza da noção de nova informalidade está no fato dela permitir identificar as transformações nas atividades identificadas como

tradicionais e típicas do “setor informal” (como o trabalho autônomo, do vendedor ambulante, por exemplo) e as conexões entre as pequenas ou microempresas, o assalariado desprotegido e outros tipos de relações de trabalho com a dinâmica de acumulação de capital na sua atualidade (Araújo, 2011, p. 180).

Desde então, as pesquisas referentes à informalidade apontaram uma relação entre a informalidade, o empreendedorismo e a empregabilidade, colocando em questão uma nova cultura do trabalho que transfere para os trabalhadores a responsabilidade por se inserirem no mercado de trabalho (Machado da Silva, 2002; Lima, 2010). A cultura do trabalho, ao longo do tempo, sofre mutações e ressignificações que ligam os trabalhadores às novas percepções e valores relacionados às configurações no ambiente de trabalho. Aqui, a subjetividade passa a ser modelada e vinculada ao discurso ideológico empresarial, instrumento de controle sobre o próprio trabalho.

Segundo Machado da Silva (2002), o “quase conceito de informalidade” estaria sendo substituído pela dupla empregabilidade\empreendedorismo⁵, noção relacionada a uma nova forma de exploração capitalista, em que o controle é estabelecido em uma base individual e subjetiva. Diferentemente da noção de informalidade, relacionada ao entendimento das relações na dinâmica social, em sua nova concepção:

o par “empregabilidade\empreendedorismo” adquire um sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se se referir,

5 Segundo a ONG Americana Global Entrepreneurship Monitor (GEM) “o empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GEM, 2019, p. 20).

um termo mais agressivo, de “domesticação”) que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança [...] (Machado da Silva, 2002, p. 21).

Nesse contexto, o individual se sobressai ao coletivo, como na colocação de Lima (2010, p. 32), ao afirmar que “o empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do ‘novo’ espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado”. Nessa linha de pensamento de autogerenciamento por parte dos trabalhadores que internalizam esse discurso (com valores que são próprios das empresas), acabam sendo submetidos a um tipo de subordinação disfarçada, camuflada por meio de uma “cortina de fumaça” que realça a autonomia e a liberdade financeira.

Nessa perspectiva, os trabalhadores por conta própria⁶ tornam-se uma categoria renomeada, ressignificada e crescente em contraposição ao contrato de trabalho estável e com carteira assinada, negado pela narrativa da subordinação e hierarquia de comando. A suposta autonomia/liberdade, de ser dono de si mesmo, controlando e fazendo a gestão do próprio tempo de trabalho é alimentado “segundo o ideário neoliberal, [em que]

6 Atualmente, segundo a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “classifica-se como ‘conta própria’ a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado” (IBGE, 2019, p. 127). Nesta categoria, existe uma variedade de ocupações. Conforme Kon (2004, p.5), “a natureza heterogênea das ocupações englobadas nas categorias de trabalhadores por conta própria, varia em relação às condições de trabalho, nível de remuneração, requisitos de qualificação ou escolaridade e mesmo nível de continuidade ou estabilidade na ocupação”. Existem os conta própria qualificados e os não qualificados (responsáveis pela execução de tarefas simples e repetitivas que são ensinadas em pouco tempo).

o trabalhador por conta própria é considerado um empreendedor, expressão da iniciativa e do dinamismo individuais capazes de movimentar positivamente a economia” (Holzmann, 2013, p. 4). Aliás, esse descortinamento crítico já se encontra no estudo clássico de Prandi (1978), ao dizer que:

o trabalho autônomo representa ao mesmo tempo um elemento essencial na formação da sociedade urbana pré-industrial e do modelo ideologicamente sustentado – que subsiste até os dias de hoje – do sucesso econômico-social. É o trabalhador independente, o empreendedor virtual que se transformará idealmente no futuro empresário ou que logrará ocupar algum lugar de destaque no seio da pequena burguesia urbana, afirmando-se, com ele, a ideologia do esforço próprio e a virtude do trabalho (Prandi, 1978, p.61).

De modo complementar, para Cacciamali (2000), os trabalhadores por conta própria ocupam uma categoria que tem como objetivo se autoempregar, conforme aponta abaixo:

No caso da categoria trabalhadores por conta própria, ou formas análogas, como muitos microempresários, desejamos apontar que eles estão criando uma ocupação no mercado de bens, principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar. O que caracteriza esse grupo, especialmente aqueles que operam com baixo nível de produtividade com relação às empresas capitalistas, é que compreende indivíduos com pouco nível de capital físico ou humano, que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos (Cacciamali, 2000, p.167).

Diante do cenário atual com o aumento da informalidade e dos trabalhos por conta própria, a disseminação de um discurso que corrobora um movimento de autoempreendedorismo como colocação no mercado de trabalho, vem sendo a principal característica desse processo de autonomização do trabalhador. Como Rosenfield (2015) cita no seu trabalho⁷, como forma de inclusão social, os trabalhadores mobilizam recursos próprios em uma zona “cinzenta” das relações de trabalho e emprego, buscando uma inserção individual no mercado. Semelhantemente, Colbari (2015) nos mostra que noções como empreendedorismo contribuem para ressignificações do conceito de autoemprego e sub-emprego, um excedente que abriga trabalhadores sem inserção no mercado formal, apagando situações de subordinação e dependência, e alterando a concepção de relação de emprego e suas conexões com as dinâmicas econômicas.

No fundo, trata-se de um mecanismo de controle social, que tem no empreendedorismo tomado de modo uniforme, a expressão das “mudanças no paradigma produtivo-organizacional e no contexto institucional, político e ideológico” (Colbari, 2015, p. 8). O que por sua vez concorre para apagar uma distinção analítica importante, a polarização entre *empreender por necessidade* (“efeito refugiado”) e *empreender por oportunidade* (“efeito empreendedor”).

7 Na perspectiva de Rosenfield (2015, p. 120), o autoempreendedorismo “combina a perspectiva de independência com a autonomia para prover o auto-sustento” sendo, dessa forma, uma estratégia de adquirir renda de acordo com suas necessidades e recursos disponíveis. Existem três estratégias de inserção por meio do autoempreendedorismo, são elas: de aquiescência, de resistência e de combinação de adaptação e resistência. A primeira refere-se à aceitação das normas, a segunda busca meios para atuar fora do sistema, abandonando as normas que julgam como causadoras das desigualdades no sistema. E, por fim, a terceira que combina as duas primeiras, aceitando umas normas e refulando outras.

O trabalho por conta própria em facções e o ideário de autoempreendedorismo no Polo de Confecções de Pernambuco

Para retomar o debate sobre o Polo de confecções é importante situar que, na região, o trabalhador por conta própria tem certas peculiaridades que o diferem e interferem na sua percepção e experiência socioproductiva no Agreste Pernambucano. Conforme Pereira e Freire (2021):

o conta própria é um tipo de trabalhador que se confunde com a origem da atividade de confecção na região e se apresenta nas diversas ocupações que cruzam a linha do tempo da história local - as sacoleiras, os carregadores nas Feiras da Sulanca, os mecânicos de máquina, os cortadores de tecidos que “correm” os fabricos da região ou estão em garagens/salões de produção, as(os) costureiras(os) em facções de modelagem, acabamento, corte-costura (Pereira; Freire, 2021, p. 10).

Como se pode notar, o trabalhador por conta própria está inserido em todas as etapas da organização produtiva, desde a modelagem até a parte final do acabamento das peças, tendo ocupações e rendimentos diferentes, conforme a atividade desempenhada. Especificamente, nas facções, prestam serviços especializados, desde a modelagem das peças até a fase final de acabamento das roupas. Seguindo o fluxo produtivo da confecção de jeans, a primeira etapa é a *modelagem*, quando ocorre a criação de moldes em conformidade com as designações dos fabricos e fábricas; em seguida, o *corte*, etapa em que os moldes são colocados sobre uma mesa com o tecido enfiado para serem cortados usando máquinas específicas. A próxima fase é a *costura*, momento em que as peças seguem para montagem

na referida facção, podendo realizar o processo completo, de acordo com o domínio tecnológico, ou encaminhar para outras facções de costura, como o travete e o caseado⁸. Depois, as roupas prontas poderão seguir para a fase de diferenciado, com vistas à colocação de efeitos manuais (lixados, rasgados, pisto- lados etc.), se for o caso, ou adentrar diretamente a lavanderia para beneficiamento. Em seguida, a fase de *acabamento final* ou *aprontamento*, para retirar as linhas e empacotar as roupas para serem encaminhadas aos fabricos ou fábricas (Andrade, 2019; 2022). Na Figura 01, na sequência, seguem registros de algumas facções, dentro do conjunto das pesquisadas:

Figura 01 – Imagens das facções



8 O travete é o processo de colocar mais pontos de reforço na costura, como nos bolsos e riatas, além de outras partes da peça que precisam de maior segurança para não rasgar na lavagem. Já o caseado significa fazer a abertura para fixação dos botões (Andrade, 2022). Ambos processos demandam máquinas de costura específicas.

Facção de diferenciado	Facção de acabamento final
	

Fonte: pesquisa de campo, 2018-2019

Quanto aos trabalhadores, a maioria teve o aprendizado da confecção ainda na infância, na observação de familiares nas suas práticas cotidianas; outros tiveram sua inserção mais tarde, trabalhando por conta alheia em fábricas e/ou fabricos da região e, depois, seguiram para o trabalho por conta própria. O ponto em comum entre as experiências é a qualificação tácita, sem recorrer a cursos profissionalizantes na área. Acionando a linha argumentativa trazida por Kon (2004), os trabalhadores realizam tarefas simples e repetitivas que são ensinadas em um curto espaço de tempo. O quadro 01, a seguir, apresenta algumas características dos entrevistados e das suas inserções no segmento.

Quadro 1 – Caracterização dos trabalhadores

Facções /Trabalhador(a)	Breve caracterização
<p>Facção de acabamento A Trabalhadora 01 - “Peleira”</p>	<p>Mulher, separada, três filhos, iniciou há 8 anos na produção como peleira (tirando “pêlo”/pontas de linha), movida pela necessidade de complementar a renda e por meio de familiares. O trabalho é realizado no domicílio em paralelo com os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos.</p>
<p>Facção de costura A Trabalhador/a 02 e 03 - Costureiro/a</p>	<p>Casal de proprietários, ensino fundamental completo. A mulher está inserida no processo desde cedo, aprendeu toda a etapa de montagem das peças trabalhando em fábrica da região. O homem se inseriu na costura após experiência profissional em lavanderia. Estão, há 16 anos, no trabalho faccionado e informal, sem proteção social. A organização da produção acontece no domicílio e se volta para a etapa da montagem de peças de roupas infantis.</p>
<p>Facção de costura B Trabalhadora 04 - Costureira</p>	<p>Mulher, 50 anos, três filhos, ensino médio incompleto. Começou a trabalhar aos 16 anos, sendo inserida na confecção por sua madrinha. Aprendeu na prática as fases do seu domínio na produção da roupa. Estabeleceu-se, há 16 anos, com a costura de saias curtas e longas; e atua também na montagem de peça piloto.</p>
<p>Facção de corte A Trabalhador 05 - Cortador</p>	<p>Homem, casado, duas filhas, ensino fundamental incompleto. Atua como maqueiro em um hospital e como cortador. Aprendeu na prática e nas experiências de trabalho em fábricas do Polo. A partir disto, ele criou uma rede de contatos com os fabricos, suas unidades-clientes atualmente. Iniciou na facção, há 6 anos, na segunda parte do processo produtivo, que é o corte de tecidos, principalmente o <i>jeans</i>. A facção funciona em galpão de propriedade da família da esposa.</p>
<p>Facção de acabamento B Trabalhadora 06 - Travete e Caseado</p>	<p>Dona/trabalhadora, 40 anos, casada, uma filha, ensino médio completo. Aprendeu na prática, observando o trabalho de familiares. Iniciou, há 10 anos, no meio familiar, em fabrico da cunhada.</p>

Facção de diferenciado Trabalhador 07 - Diferenciado	Dono/trabalhador, 31 anos, casado, curso técnico de recursos humanos. Aprendeu na prática todo o processo produtivo nas lavanderias em Caruaru e Toritama, onde se inseriu há 14 anos, por indicação de familiares. Há 1 ano e meio possui sua facção.
Facção de corte B Trabalhador 08 - Cortador	Dono/trabalhador, 36 anos, casado, ensino fundamental incompleto. Qualificação tácita. Iniciou por indicação do irmão. Há 15 anos trabalha com confecção e há 4 anos está em facção própria de corte.
Facção de costura C Trabalhadora 09 - Costureira	Dona/trabalhadora, 33 anos, casada, dois filhos, ensino fundamental incompleto. Começou a trabalhar aos 12 anos e há 6 anos constituiu a facção de costura. Faz a montagem das peças, exceto o travete e o caseado.
Facção de costura D Trabalhadora 10 - Costureira	Dona/trabalhadora, 29 anos, solteira, ensino médio incompleto. Começou a trabalhar com 17 anos e, há 6 anos, tem facção de costura voltada a peças infanto-juvenis.

Fonte: pesquisa de campo, 2018-2019

Adentrando os relatos de campo, nota-se que a maioria teve sua entrada no setor de confecção do jeans, por meio dos vínculos sociais anteriormente formados pelos parentes, amigos ou vizinhos. Uma das costureiras destaca esse momento: “eu fui olhando as meninas costurando, tive aquela vontade de aprender e fui fazendo. Hoje eu sei fazer a peça toda, faço short, uma calça, jaqueta, macacão [...]” (T02). O modo intuitivo e pouco sistematizado no primeiro contato com a confecção é também salientado por outras trabalhadoras:

[...] Aí as meninas tiravam pêlo numa casa sempre que eu passava. Aí depois outra menina começou pegando também, trazendo pra casa dela, aí eu ficava sempre olhando, observando e pegava umas peças para ajudar ela e aprendi a tirar. Aí depois eu fui pegar pra mim que eu estava precisando (T01).

Minha mãe já costurava, mas a gente nunca se interessou. Quando as coisas começaram a ficar difíceis e a gente queria ter um pouquinho a mais de dinheiro, aí eu e minha irmã começamos a se interessar [...] Mas, foi quando minha mãe adoeceu que eu decidi ficar em casa e costurar por conta própria (To4).

Em paralelo às estratégias, não propriamente econômicas, acionadas, incluindo as motivações relacionadas ao trabalho do cuidado para as mulheres, o material de campo indicou que há outras estratégias acopladas, associadas ao cálculo econômico, racional, como se pode ver, abaixo, o que evidencia as diferenciações internas, sugerindo certa heterogeneidade entre os/as entrevistados/as nos seus percursos de inserção na confecção, especialmente, no trabalho por conta própria:

No início, nós não tínhamos facção, nos produzíamos. Fazíamos o contrário, produzíamos as peças, fazíamos o corte e colocávamos nas facções de fora. Aí a gente viu que a parte de facção eliminava parte do nosso lucro, então a gente resolveu comprar as máquinas e produzir em casa mesmo. Só que ao longo do tempo também a gente percebeu que não tinha como a gente só produzir para nós mesmos por conta do custo com as costureiras que era alto e a produção só seria nossa. Foi quando a gente começou a pegar peças de terceiros e começamos a fazer peças para outras pessoas, e hoje nós trabalhamos com dois fabricantes além de nós dois, no caso são três (To3).

Um outro elemento acionado pelos trabalhadores é a possibilidade de auferir maior renda. O trabalhador do diferenciado destaca que: “a motivação foi financeira mesmo, porque eu

trabalhava numa lavanderia e já tinha vários contatos, meu salário lá não era tão bom. É melhor então financeiramente manter uma facção do que estar numa lavanderia” (To7).

Como se vê, a inserção na confecção e no trabalho por conta própria é motivada por uma miríade de circunstâncias que escapam à chave explicativa que a relacionam exclusivamente a uma via encontrada para enfrentar o desemprego.

Quanto à jornada de trabalho, esta é irregular, porém atravessada pela intensificação, visto que é dependente da demanda dos fabricantes, o que implica “estar à disposição” e aumentar o ritmo de trabalho. A intensificação vem acompanhada do alargamento da jornada de trabalho, que, no geral, é bastante visualizada nas unidades produtivas do Polo de Confecções, sobretudo nos meses de maior demanda por produção. Sendo sazonal, suas flutuações exigem a adaptabilidade dos trabalhadores diretos, traduzidas, em seus próprios termos, como necessidade de “fazer *serão*” (hora extra). Vejamos alguns depoimentos das diversas situações:

Chega agora de tarde, aí ele [fabricante] quer de manhã, se chega 10h da manhã, ele quer 15 ou 16h da tarde [...] Às vezes, eu fico até 18h ou 19h, aí vou, tomo banho, tomo café, descanso um pouquinho. Mas aí quando eu vejo que ele quer logo eu ainda trabalho até umas 22h, mas isso quando eu aguento, quando eu não aguento vou dormir, aí no outro dia eu madrugo, acordo umas 04h30 ou 05h pra poder tirar as peças pra entregar de 08h quando ele vem buscar (To1).

Nas épocas boas eu e ela ficamos [de 5h30] até meia noite trabalhando. Quando é mercadoria pra entregar que é pedido, é normalmente a época que eles vêm que é outubro, novembro e dezembro que é onde o rojão aumenta mais e a gente tem que produzir pra dar vencimento

porque ele depende disso pra entregar na lavanderia e conseguir colocar as peças na próxima feira (T03).

Para dar conta das tarefas atribuídas (pelo contratante/fabricante), uma trabalhadora aciona outra estratégia em seu dia a dia. Seu relato revela que conta com uma rede de trabalhadoras desempregadas da vizinhança para quem distribui as peças, sempre que a quantidade diária é superior a 100 unidades. Esta subcontratação informal em cascata reduz os *serões*, associada ao salário de uma das filhas, anteriormente “peleira”, compõe a renda familiar. A pesquisa de campo também evidenciou que o trabalho reprodutivo reduz a produtividade das mulheres faccionistas e amplia a jornada do trabalho produtivo, conforme veremos, a seguir:

Olhe, às vezes, eu faço cinquenta, sessenta [peças]. Mas, quando eu vou fazer as coisas dentro de casa eu faço pouco. Agora eu estou assim: já tá tudo pronto. Eu faço almoço, boto na geladeira, e depois só esquento quando precisa, aí dá para fazer umas cinquenta. Mas isso é quando chega também porque às vezes passa dois, três dias sem trazer nada porque a lavanderia atrasa. Aí às vezes chega de última hora, na quarta ou na quinta, aí querem tudo “nas carreiras”, é uma agonia tão grande (T01).

Em relação aos rendimentos dos entrevistados, estes variam muito, conforme o tipo da facção e as diferentes ocupações dos trabalhadores, e os pagamentos ocorrem semanal, quinzenal ou mensalmente. Porém, a instabilidade é comum, visto que os trabalhadores não têm um controle dos seus rendimentos, assim como é ausente a previsão da produção semanal ou mensal (Pereira; Freire, 2021). Dito de outro modo, os trabalhadores

pesquisados estão à mercê das oscilações das demandas, próprias da atividade de confecção, de caráter sazonal. Essa imprevisibilidade nos fluxos de serviços contribui para a instabilidade nos rendimentos, associada à subordinação disfarçada aos “contratantes”, responsáveis pela distribuição dos serviços dentro das fases de externalização da produção destinada às facções.

Nas facções de costura, onde é feito o trabalho de montagem e há maior número e variedade de máquinas, os trabalhadores auferem maior rendimento. Segundo a entrevistada To4: “ele [contratante] paga 2,30 cada peça. Esta daqui ele paga 3 reais, outra aqui é 2,80: as longas se não forem difíceis, ele paga 2,80, já essa como tem muita costura e dá trabalho, o valor sai por 3 reais”. A entrevistada afirma que ganha acima de um salário mínimo e meio por mês, aproximadamente. Já em uma facção de acabamento, especificamente de travete e caseado, o valor pago é, em média, por peça “quarenta centavos. O travete sai a 10 centavos e o caseado a 5 centavos, a unidade” (To6). Levando em conta apenas o rendimento, nas facções de acabamento para retirada das pontas de linha, compondo a fase final de confecção da roupa, os trabalhadores têm a renda mais rebaixada, e o valor pago por peça, em média, é 7 ou 8 centavos, totalizando 80 reais por semana (To1). Em geral, os trabalhadores recebem semanal ou quinzenalmente. Um deles relatou que recebe na entrega dos cortes: “Eu entreguei esse e ele já paga. Então tem esse negócio diário. Independente do tempo que você vai gastar para fazer as peças” (To5). Frente aos outros trabalhadores, torna-se uma vantagem, além do rendimento mensal ser mais alto, acima de 2 salários mínimos.

O que se pode ver é que há diferenças nos rendimentos, porém, a instabilidade, a baixíssima autonomia na negociação do preço por peça, especialmente nas facções de costura e acabamento final (retirada de ponta de linha) e o risco generalizado de sofrer calote. Na facção de diferenciado, por exemplo, outra desvantagem é a autorresponsabilização do trabalhador pelos

custos relativos aos insumos e meios de produção, assumindo, portanto, os riscos do negócio. Nas palavras do trabalhador: “no processo de pistolagem, a gente usa o compressor para dar pressão na pistola. Os equipamentos de segurança são luvas, avental, máscara, óculos de proteção comprados por mim [...]. Os produtos de pigmentos e outros corrosivos são comprados também por mim” (T07). Esta situação também se apresenta em algumas facções de costura e naquelas direcionadas à etapa de corte.

Quanto à saúde e segurança no trabalho, as observações atestam que a organização da produção acontece em domicílios carentes de iluminação e ventilação adequadas. Nesses espaços, os trabalhadores relatam que sentem dor de cabeça, dor na coluna, cansaço em demasia, pressão psicológica por prazos. Quanto a este fator estressor, um dos entrevistados relata que: “o pior é o estresse, a pressão. Esse rapaz mesmo: ele entrega a mercadoria na terça-feira e na quinta-feira ele já quer que esteja pronto, fica ligando” (T03). A pressão pelo cumprimento de prazo na entrega das peças em suas diversas fases de confecção é também dependente da posição que a facção ocupa dentro do processo produtivo. Um dos cortadores, trabalhador que desempenha tarefa chave para atender a todo o fluxo sequente da costura, afirma que:

eu tenho o prazo de doze horas para entregar um corte desses. É que se eu não cumprir o horário das doze horas, aí ele já pergunta se tá próximo de terminar, se vai demorar muito. Eles ficam mais em cima porque todo mundo depende daqui de mim, se eu demorar a entregar, a facção para e se a facção parar, todo mundo paga (T05).

Das categorias que serão discutidas, abaixo, duas delas indicam a conexão dos trabalhadores com o ideário do autoempresendedorismo e do trabalho por conta própria, são elas: o “ser

dono do próprio negócio” e o “ter autonomia sobre os horários”. A primeira colocação é recorrente quando discutimos sobre o conta própria, nos estudos de Prandi (1978), no qual o autor faz a seguinte menção “ser patrão e empregado de si próprio”, a partir desse entendimento o negócio é baseado na autogestão do trabalhador, que seria responsável por toda organização e gestão do trabalho (HOLZMANN, 2013).

A maioria dos entrevistados atuava sozinha em suas facções. Do total, dois contavam com a ajuda de um conhecido, como foi mencionado por um cortador: “geralmente, quando aumenta a produção, quem tem que aumentar o tempo de trabalho sou eu, porque ele só vem ajudar uma vez ou outra, aí não tem como eu exigir que ele venha mais vezes. Eu precisaria de um funcionário simples [contratado]” (T05). E o outro, da facção de diferenciado, da mesma forma, afirma: “só quando a rotina está pesada mesmo, aí preciso chamar ele [o ajudante]” (T07).

Em relação à concepção dos entrevistados sobre “ser dono do próprio negócio”, as percepções eram próximas, principalmente no que se refere à autonomia e à flexibilidade dos horários de trabalho. A entrevistada T06 afirmou, em seu depoimento, que se sentia dona do negócio, pois, em suas palavras: “[...] no fim, sou eu que resolvo tudo, todas as questões, as pessoas procuram a mim”. O T08 também relatou as vantagens de ser dono do próprio negócio, após experiência no trabalho por conta alheia, ao afirmar que a condição atual é “melhor do que depender dos outros”.

Estas falas se conectam às reflexões trazidas por Milanês (2020), ao buscar entender o empreendedorismo/negócio próprio na região:

o pilar do empreendedorismo na região está calcado em um triângulo, que envolve: a liberdade no ambiente de trabalho, a autonomia perante a figura de um patrão ou chefe e o

desejo pela melhora nas condições de vida. O que é tido como critério de independência no Polo é o controle sobre o próprio tempo e ritmo de trabalho, por isso, trabalhar “sem patrão” é um dos principais incentivos para eles se tornarem autônomos e abrirem o próprio negócio (Milanês, 2020, p. 261).

No quesito “melhores condições de vida”, uma das entrevistadas assinala as vantagens do trabalho por conta própria ao indicar a ampliação nos rendimentos: “se você pensar, a maioria das pessoas que tem um emprego é com um salário mínimo. Aí precisam ainda se locomover, tem a roupa para ir trabalhar, o calçado. E, aqui, eu estou em casa, fico à vontade. Fica melhor do que trabalhar fora e ganhar um salário mínimo” (To6).

No entanto, há que se problematizar a autonomia preconizada pelos trabalhadores *versus* a instabilidade nos rendimentos, já destacada anteriormente, na linha trazida por Corteletti (2020, p. 20) em pesquisa junto a faccionistas: “[...] a tão sonhada autonomia e liberdade é relativa, uma vez que dependem do trabalho da ‘patroa’ contratante e nem todas as semanas recebem a mesma quantidade de trabalho” (Corteletti, 2020, p. 20).

Outro elemento que lança questionamentos à autonomia é o controle do trabalho. Este se dava de uma forma peculiar, a partir de três pontos principais: os prazos, a contagem das peças e a verificação da qualidade. O ritmo do trabalho está diretamente relacionado ao dia da feira na cidade que acontece na segunda, portanto o trabalho se dá na sintonia de entrega no domingo, antes da feira. A entrevistada To6 mencionou como dificuldade “os prazos apertados e a pressa dos clientes, porque eles já vêm querendo levar isso pra lavanderia, então eu não tenho como fazer as coisas descansadamente. É tudo em cima da hora”. Na facção de costura, por exemplo, já ocorreram casos em que o contratante ligava por meio de vídeo chamada para verificar o

trabalho e cobrar os prazos de entrega. No dia da entrega das peças, há a verificação da quantidade de peças e da qualidade do serviço realizado na facção. Nesse sentido, o estudo de Colbari (2015) menciona a lógica na qual esses trabalhadores estão inseridos, sob a qual a autonomia é valorizada, mas se trata de uma, nas palavras da autora, máscara enganadora que insere os trabalhadores autônomos e empreendedores em uma lógica de acumulação do capital, mesmo sob condições de vida-trabalho próximas à linha da sobrevivência.

No entanto, como vimos no material de campo, a heterogeneidade das condições de trabalho e as diferenciações internas nas inserções na atividade e a posição ocupada dentro do processo produtivo, aliada às exigências de maior aporte de capital e qualificação profissional, conecta alguns trabalhadores a um excedente de produção, que possibilita entrar numa dinâmica de reinvestimento no negócio próprio, mesmo que este esteja atrelado ao circuito inferior da economia.

Considerações Finais

Este texto resulta de reflexões feitas em pesquisas anteriores sobre o tema do trabalho informal no segmento de confecção no Agreste Pernambucano. A pesquisa descreveu o trabalho por conta própria como forma de inserção no referido segmento em facções de jeans no município de Caruaru-PE, e buscou refletir sobre essas condições de trabalho nas conexões que estabeleceram com o discurso ideológico de alinhamento empresarial.

Nos relatos de campo, os trabalhadores tiveram sua inserção em fabricos, fábricas ou facções, e com o tempo decidiram ter sua própria facção, incentivados por um ideário de autonomia e uma proposta de gestão e organização individualizadas da produção e do trabalho, que, na maioria dos casos, não se concretizou, já que os prestadores de serviço (trabalhadores)

estavam submetidos a jornadas de trabalho prolongadas e aos mecanismos de controle, camuflados pelo fato de o trabalho ser realizado no ambiente domiciliar.

Pelo que foi observado, não receber ordem e ter o que eles [entrevistados] denominam de autonomia foram dois fatores valorizados. Não ter uma hierarquia de comando direto faz diferença no entendimento deles. No Agreste Pernambucano, em Caruaru, a ideia de não cumprir horários programados em uma empresa e não seguir uma linha de hierarquia que no setor formal está bem definida compõem uma linha de raciocínio que faz parte da construção socioprodutiva baseada no protagonismo da região, onde a ideia de ser dono e empregado de si próprio é um “sonho” almejado por muitos.

As discussões dos resultados mostram, a partir dos dados de campo, que a inserção no segmento da confecção, para aqueles trabalhadores, ocorreu por intermédio da família ou de amigos; a qualificação é tácita e a maioria deles atua no setor há mais de cinco anos, como conta própria. Os resultados ainda revelam a autopercepção enredada nas tramas da precariedade, com depoimentos que expressam a expectativa de ser dono do próprio negócio e ter autonomia de horários, indicativos das conexões dos trabalhadores com o ideário do autoempreendedorismo. A análise ocupacional das tarefas foi decisiva para a compreensão das rotinas, das táticas de controle e das jornadas intensas e descontínuas.

Em estudos futuros, há a pretensão de voltar ao campo empírico mobilizando os autores para aprofundar a percepção sobre o trabalho por conta própria e o autoempreendedorismo, a partir de um recorte geracional no contexto atual, pós-pandemia da Covid-19.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, F.M.A. **Dinâmicas da informalidade em facções de jeans em Caruaru-PE**. Relatório do projeto PIBIC/UFPE, Caruaru, 2019 (Mimeo).

ANDRADE, F.M.A. **Autoempreendedorismo e o trabalhador por conta própria**: Um estudo nas facções de jeans no Agreste Pernambucano. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2022.

ARAÚJO, A. M. C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: VERÁS DE OLIVEIRA, R; GOMES, D; TARGINO, I. (org.). **Marchas e Contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa. Cidade Universitária, 2011.

BRAGA, B. M. **O informal como tecido social**: os arranjos econômicos, sociais e laborais que constituem o Agreste das confecções/Pernambuco/Brasil. 2019. Dissertação (Programa de Pós - Graduação em Sociologia). João Pessoa, 2019.

CACCIAMALI, M. C. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. 1982, 163 f. **Tese** (Doutorado em Economia do Programa de Pós-graduação em Economia), Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia e Administração, 1982.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, (Unicamp) Campinas, n. 14, jun. 2000.

COLBARI, A. L. Do autoemprego ao Empreendedorismo Individual: Desafios Conceituais e Empíricos. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, 2015.

CORTELETTI, R.F. Informalidade, terceirização e trabalho domiciliar em facções de costura de Santa Cruz do Capibaribe-PE. In: **Anais do 3º Encontro do observatório do mercado de trabalho do Maranhão**. Edição 3. São Luís, 2020.

GEM. GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2019.

HOLZMANN, L. O trabalhador por conta própria no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v.34, n. 124, p. 119-137, jan/jun. 2013.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

KON, A. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: Encontro Nacional de Economia ANPEC, 32. **Anais...** João Pessoa: ANPEC, 2004.

LEITE, M. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces do mesmo processo. In: VERÁS DE OLIVEIRA, R; GOMES, D; TARGINO, I. (org.). **Marchas e Contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa. Cidade Universitária, 2011.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre. 2010.

LOPES, E.A.B.. Informalidade: um debate sobre seus distintos usos e significados. **BIB**, São Paulo, nº 65, p.49-70, 2008.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. 1971. Dissertação (Mestrado

em Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro), 1971.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade: Reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

MILANÊS, R. B. “Todo mundo aqui quer ser patrão”: pernambucanizando o empreendedorismo no Polo de Confecções de Roupas do Agreste. 2020, 278f. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

MOURA, M. R. F. **O trabalhador por conta própria e seus pequenos negócios do Alto do Moura-PE**. 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2019.

OIT. **Employment, incomes and equality**: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Genova: OIT, 1972.

PEREIRA, A. M. B. A.; FREIRE, C. O Trabalhador por conta própria na produção de Confecções em Caruaru-PE. In: Anais do Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia. **Anais...** Uberlândia (MG) Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: Acesso em: 26/04/2023.

PEREIRA, A. M. B. A.; PEREIRA, E.; BRAGA, B. M.; FREIRE, C. O padrão de relações de trabalho no polo de confecções do Agreste de Pernambuco. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; RODGERS, G.. **Desenvolvimento e regime de trabalho**: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021.

PEREIRA, A. M.B.A. et al. **Relatório técnico**: convênio nº 06/2019-UFPE/SRTb-PE. Caruaru: GEIA/CAA/UFPE, 2020.

PRANDI, R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

ROSENFELD, C. Autoempreendedorismo: forma emergente de inserção social pelo trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O polo de confecções do agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A. (orgs). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013.

PARTE III

**FORMAS DIVERSAS DE
TRABALHO PRECÁRIO
NA PARAÍBA**

CAPÍTULO X

A terceirização no serviço público: um estudo na UFCG

Roseli de Fátima Corteletti
Kerilin Laine Andrade Chang

Introdução

As transformações atuais no mundo do trabalho determinaram novos métodos de organização do trabalho, dentre eles a flexibilização das relações de trabalho. Com o objetivo de minimizar os custos, as empresas passam a terceirizar etapas do processo produtivo, muitas vezes levando parte da produção para áreas rurais, como é o caso da indústria de confecções. As grandes empresas procuram concentrar suas atividades no planejamento e no desenvolvimento dos produtos, e tendem a terceirizar parte de sua produção para empresas distribuídas globalmente, atendendo aos interesses do capitalismo flexível e da hegemonia neoliberal.

A terceirização vem se mostrando a principal forma de flexibilização do trabalho, pois, utilizando esta forma de gestão, os empresários garantem maiores lucros, repassando para terceiros os custos com a contratação da força de trabalho e encargos

sociais. Segundo DRUCK *et al* (2018), as mudanças que ocorreram ainda na legislação do trabalho nos anos 90 garantiram uma flexibilização sem limites. Com o avanço da terceirização, em 1993, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) emitiu a Súmula 331, que delimitava e reconhecia a legalidade da contratação de serviços terceirizados relacionados às atividades meio, tanto para os setores privados como para os serviços públicos.

De acordo com Silva e Soares (2016), em 1995, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Bresser Pereira, realizou a ampliação da terceirização no serviço público a partir de jurisdição pautada nas políticas neoliberais e no discurso de modernização da administração pública, através do enxugamento do Estado. Bresser Pereira defendia que a estabilidade no trabalho dos servidores públicos causava um alto custo para o governo e implicava uma ineficiência de gestão.

Dois anos depois da reestruturação do Estado, em 1997, houve a edição do Decreto nº 2.271, que tinha como objetivo determinar as atividades que poderiam ser fornecidas para o governo como prestação de serviços – as atividades de limpeza, segurança e manutenção, que deveriam ser executadas por setores privados no serviço público. Sendo assim, de acordo com Bresser Pereira (1988, *apud* Silva; Soares, 2016, p. 4), no “novo modelo de Estado, ficou designada uma estrutura estatal dividida basicamente em três áreas de atuação: as atividades exclusivas do Estado; os serviços sociais e científicos do Estado e a produção de bens e serviços para o mercado”.

Nesse novo modelo, com áreas de atuação para o Estado, a terceirização passou por uma grande intensificação nos setores privados, mas, principalmente, nos setores públicos. Com a aprovação da reforma trabalhista e regulamentação da terceirização, no ano de 2017, pelo governo Temer, esse processo se completa e temos um agravamento da precarização das condições de

trabalho, uma vez que as consequências dessas mudanças provocadas pelo aumento da terceirização podem ser traduzidas em intensificação do trabalho, redução ou ausência de direitos sociais, aumento de riscos com acidentes, bem como aumento da insegurança na vida ocupacional e social dos/as trabalhadores/as envolvidos/as.

Neste trabalho, nosso objetivo é analisar a terceirização no serviço público e suas consequências nas condições de trabalho (remuneração, jornada de trabalho, direitos sociais), bem como na vida dos/as terceirizados/as da Universidade Federal de Campina Grande-PB. Além disso, buscamos verificar como esses trabalhadores/as estão percebendo em seus cotidianos de trabalho as mudanças relacionadas à reforma trabalhista e à regulamentação da terceirização. A pesquisa foi realizada no ano de 2018, quando realizamos 58 entrevistas, com aplicação de questionários, junto de trabalhadores/as das três empresas de prestação de serviços com contratos vigentes no momento da pesquisa. Os critérios adotados para seleção dos sujeitos sociais foram estabelecidos através do contato direto, no próprio local de trabalho e agendando um horário para as entrevistas. Após a coleta de dados e das informações, as variáveis que melhor atendiam aos objetivos da pesquisa foram tabuladas para facilitar nossas análises. Além disso, coletamos dados e informações nos *sites* do governo federal e na prefeitura da Universidade Federal de Campina Grande-PB, onde buscamos realizar um levantamento do número de empresas prestadoras de serviço, bem como do número de trabalhadores, por categoria, no ano de 2018. No ano de 2022, os dados sobre empresas e trabalhadores foram atualizados, para fins de elaboração deste artigo.

Cabe destacar que, durante a pandemia, muitos/as trabalhadores/as ligados à parte administrativa passaram a trabalhar remotamente, outros ligados ao setor de limpeza e segurança que tinham alguma comorbidade ficaram em casa durante o período

mais crítico da pandemia. Outros, ainda, trabalharam um dia sim outro não, enquanto outra parcela permaneceu trabalhando diretamente e cuidando da universidade. Com o retorno das atividades presenciais, percebemos que alguns trabalhadores/as haviam sido substituídos, uma vez que houve mudança de uma das empresas contratante de serviços. Os períodos de renovação de contrato das empresas geram inseguranças nos/as trabalhadores/as, uma vez que podem também ser desligados do quadro de funcionários.

Por fim, salientamos que este artigo é resultado de um aprofundamento de questões teóricas e empíricas da pesquisa¹ realizada no ano de 2018. Trata-se de um tema de extrema relevância nos contextos atuais de flexibilização e precarização das relações de trabalho, que atinge grande parte de trabalhadores/as brasileiros/as, tanto no serviço público quanto no privado.

A terceirização no Brasil

No Brasil, segundo Druck (2016), a terceirização é um velho fenômeno que teve suas origens nas zonas rurais, através de contratação temporária de trabalhadores, conhecidos por “gatos”, os quais são subcontratados para trabalharem em determinadas épocas das colheitas agrícolas, principalmente no corte da cana.

Na atualidade, ela atinge todos os setores econômicos, públicos e privados. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014), do ponto de vista social, a terceirização atinge os/as trabalhadores/as que se encontram mais vulneráveis no mercado de trabalho,

1 O trabalho e suas reconfigurações precárias: um estudo sobre a terceirização na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, realizada pelo PIBIC/CNPq, no ano de 2018, na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB.

ou seja, as mulheres, os jovens, a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queers, intersexos, assexuais e demais possibilidades de orientação sexual ou identidade de gênero (LGBTQIA+), negros, imigrantes, que precisam se submeter a qualquer tipo de emprego por necessidade de sobrevivência.

Não existe entre os estudiosos da Sociologia do Trabalho um consenso sobre o conceito da Terceirização, mas podemos dizer que predominam as análises onde a terceirização é entendida como um processo de transferência da execução de atividades de trabalho de uma empresa para outra, em que a empresa contratante busca transferir a execução de atividades para uma empresa tomadora/prestadora de serviços, ressaltando que todas as responsabilidades trabalhistas e sociais dos trabalhadores terceirizados ficam sob responsabilidade da empresa prestadora do serviço. Inicialmente, Lima (2002) salienta que é importante observarmos a distinção entre a terceirização da terceirização.

A segunda diz respeito ao crescimento do setor de serviços e nada tem a ver com o processo de externalização ou terceirização da produção. Outra distinção importante também é a quarta, quando a empresa terceira ou subcontratada, delega a uma outra empresa parte ou mesmo a totalidade da atividade acertada com a empresa primeira. (p. 20)

Para Filgueiras e Cavalcante (2015, p. 4), “a terceirização é um fenômeno do mercado de trabalho, uma relação entre capitalistas e trabalhadores”. Ou seja, para esses autores a terceirização não significa apenas externalização das atividades de produção e sim “uma contratação diferenciada da força de trabalho por parte da empresa tomadora de serviços”. O objetivo é além da redução dos custos externalizar problemas relacionados

aos conflitos trabalhistas e dos riscos presentes nas condições de trabalho, bem como a diminuição das “resistências da força de trabalho e as limitações exógenas ao processo de acumulação” (p. 5), uma vez que enfraquece os laços de coletividade devido a fragmentação das atividades de trabalho.

De acordo com o DIEESE (2014), o principal objetivo das empresas com a terceirização é a redução de custos da empresa contratante. E pode ser aplicada em qualquer atividade das empresas/instituições, sendo diferenciada nas atividades relacionadas à prestação de serviços, que são as atividades *meio*, as quais são caracterizadas por serem atividades de apoio na produção e/ou de serviços, como: atividades de limpeza, segurança e recepção. As atividades *fim* das empresas são consideradas de grande importância para a produção final e requerem uma qualificação profissional mais elevada dos trabalhadores, como é o caso de professor/a de universidades, entre outras atividades consideradas nucleares pelas empresas e instituições.

De acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) analisados pela Central única dos Trabalhadores (CUT) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no ano de 2013, no Brasil, o número de trabalhadores tipicamente contratados representou 34.748.421 (73,2%) da força de trabalho brasileira, enquanto que os trabalhadores tipicamente terceirizados representaram um total de 12.700.546 (26,8%) dos trabalhadores brasileiros. Verificamos ainda que, no ano de 2013, os trabalhadores de setores tipicamente contratantes recebiam um salário de R\$ 2.361,15, valor bem superior ao que é recebido pelos trabalhadores dos setores tipicamente terceirizados (formais), R\$ 1.776,78. Além disso, ao compararmos a jornada semanal dos trabalhadores, podemos verificar que os terceirizados trabalham uma média de 3 horas a mais do que os tipicamente contratados; já em relação ao tempo de emprego na mesma empresa, percebemos que

os tipicamente contratantes possuem uma média de 5 anos e 8 meses de trabalho na empresa, enquanto os terceirizados possuem uma média de 2 anos e 7 meses. Desse modo, podemos concluir que os trabalhadores tipicamente terceirizados recebem menos, trabalham mais e possuem uma média bem inferior de tempo na permanência do emprego, o que gera mais insegurança e incertezas quanto ao futuro profissional.

Uma informação que cabe destacar é a disparidade entre as justificativas dadas pelos empresários para os baixos salários pagos aos terceirizados. Os empresários argumentam que a baixa remuneração se deve ao pequeno porte das empresas em que trabalham e ao baixo nível educacional desses trabalhadores/as. No entanto, de acordo com o DIEESE (2014), 52,6% dos terceirizados trabalham em empresas com mais de 100 empregados, afirma ainda que é cada vez maior o nível de instrução dos trabalhadores/as terceirizados/as, principalmente dos que atuam em atividades *fim* das empresas.

Segundo Druck (2016, p. 54), a terceirização é o principal indicativo de precarização do trabalho no Brasil. Além disso, “cria trabalhadores de primeira e de segunda categoria, estimulando a concorrência e a discriminação”, o que gera inúmeros conflitos no ambiente de trabalho. Outro aspecto importante de ser destacado é que, conforme Filgueiras (*apud* DIEESE, 2014, p.28), “o trabalho terceirizado está fortemente relacionado com o trabalho análogo ao trabalho escravo”. De acordo com a pesquisa, durante o período de 2010 a 2013, constatamos que entre os 10 maiores casos de resgate de trabalhadores em condições de trabalho análogo ao escravo, 90% dos trabalhadores resgatados eram terceirizados, sendo que isso atinge até mesmo trabalhadores que possuem contratos formais de trabalho com as empresas, ou seja, a terceirização aumenta as formas de exploração da força de trabalho.

Além disso, vale salientar uma situação entre as empresas contratantes e contratadas dos serviços terceirizados que também agrava a condição dos trabalhadores: o *calote* dado pelas empresas prestadoras nas empresas tomadoras, principalmente no final dos contratos, resulta em dívidas e as empresas tomadoras não se responsabilizam em pagar os trabalhadores, deixando-os desamparados e tendo que recorrer à Justiça para o recebimento dos salários, o que, por sua vez, com a regulamentação da terceirização e a extinção do Ministério do Trabalho, pelo governo Bolsonaro, se tornou ainda mais difícil.

Segundo Alves (2015), a terceirização ganhou muita força no país devido à lógica do sistema capitalista com sua ideologia neoliberal, uma vez que, ao incorporar a competitividade na produção das empresas, os empresários passaram a utilizar em seus discursos que a terceirização melhora a qualidade da produção, argumentando que haveria uma maior especialização do trabalho por parte dos terceirizados e um aumento dos lucros ao substituírem os trabalhadores contratados regularmente por trabalhadores terceirizados; como também que deixaria o processo produtivo da empresa melhor preparado para competir no mercado global. Enfim, defendem que a terceirização seria um instrumento importante de modernização das empresas e de geração de emprego e renda. No entanto, todos esses argumentos citados como positivos pelos empresários resultam em exploração da força de trabalho, pois, ao mesmo tempo que as empresas buscam vincular os modernos processos de produção e de tecnologia para ampliarem a produção, elas se utilizam de arcaicas formas de trabalho, o que resulta em um aumento da precarização das condições dos trabalhadores/as, com salários menores e, em muitos casos, com a ausência de direitos trabalhistas, uma vez que estes ficam sem representação sindical, gerando uma “indissociabilidade entre precarização social e terceirização” (Druck, 2016, p 35).

Terceirização no Serviço Público

De acordo com Druck *et al.* (2018), a terceirização no serviço público no Brasil surge em meados de 1967, durante a ditadura militar, com o principal objetivo de reduzir a máquina pública. Por meio de uma reforma administrativa, foi apresentado o Decreto de Lei nº 200/1967, que permitia a contratação e a concessão para a realização de atividades de forma indireta no setor público. Através desse decreto tornava-se viável o uso da terceirização para atividades *meio*. Ainda segundo as autoras, em 1970 foi sancionada a Lei nº 5.645 que regulamentava os serviços que poderiam se enquadrar na contratação indireta para a prestação de serviços na esfera pública no país, ou seja, atividades de serviços, como “transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza, e outras assemelhadas”, deveriam ser preferencialmente realizados por trabalhadores terceirizados ou subcontratados, através de contratos com empresas privadas. Além dessas, destacamos também a Lei nº 6.019/1974 que criou o trabalho temporário, entre outras. Vale salientar que até este momento ainda não havia concursos públicos, os quais foram regulamentados a partir da Constituição Federal de 1988 (Druck, *et al.* 2018, p. 117).

Em 1983, foi sancionada a Lei nº 7.102, que regulamentou a Lei nº 6.019/74, ampliando contratações para os serviços de vigilância, permitindo a contratação de forma atípica, o que resultou no avanço da terceirização. Em contrapartida, o TST enunciou a Súmula 256 com o objetivo de definir que o vínculo do trabalhador contratado pela empresa de prestação de serviços seria com a empresa terceirizada, não com a empresa contratante. É importante destacar que, para a contratação de empresas prestadoras de serviços em órgãos públicos, é necessário que seja realizado um processo de licitação, regulamentado pela Lei nº 8.666/93, com a finalidade de garantir economia financeira e

eficiência na contratação da empresa prestadora de serviços; ganha o processo de licitação pública, a empresa que oferecer o menor preço para a execução da atividade no serviço público. No entanto, segundo Druck *et al.* (2018), foi através da Reforma do Estado², realizada pelo governo de Fernando Henrique, no ano de 1995, que a “privatização e a terceirização assumem lugar central” (p. 18).

De acordo com Carvalho (2014), a terceirização no setor público teve sua maior expansão nos anos 90, durante o Plano Diretor de Reforma do Estado para a Administração Pública. Nesse período, o país esteve sob grande influência da economia neoliberal, principalmente por parte do governo federal que, na época, era comandado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Bresser Pereira, ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE/1995-1998), teve a ideia de propor um sistema de administração dos recursos humanos com foco no enxugamento do Estado brasileiro, transferindo as responsabilidades de algumas funções, até então controladas pelos órgãos públicos, para entidades de fins privados para a realização de atividades auxiliares e de apoio. Segundo esse autor, o governo privatizou várias empresas estatais, com o discurso de que a administração pública era ineficiente, ineficaz e que gerava muitos custos para o Estado. Além disso, justificava-se que, devido à crise fiscal em que o país se encontrava, era necessário reduzir os gastos com os órgãos públicos, passando a ter um maior índice de privatizações, o que estamos vendo acontecer repetida e acentuadamente no contexto atual.

O MARE teve como responsabilidade verificar quais as atividades ficariam sob a responsabilidade do Estado e quais

2 De acordo com Duck *et al.* (2018), a reforma regencial do estado brasileiro foi iniciada no ano de 1995, pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do estado (MARE), com a direção do ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.

atividades deveriam ser terceirizadas. Em síntese, foram definidas três áreas de atuação. De acordo com Druck (2016),

a) as atividades exclusivas do Estado, constituídas pelo núcleo estratégico; b) os serviços não exclusivos do Estado (escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais, entidades de assistência aos carentes, museus, orquestras sinfônicas, dentre outros) (...) e c) a produção de bens e serviços para o mercado (com a retirada do Estado mediante adoção de programas de privatização e desestatização). Fora das atividades principais, estão as ‘atividades ou serviços auxiliares’ (limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática e processamento de dados, entre outros), que deveriam ser terceirizados e submetidos à licitação pública. (Druck, 2016, p. 19)

Após essa definição do governo, houve uma expansão significativa da terceirização. A terceirização no serviço público, segundo Druck (2016), serve como base para a privatização de órgãos estatais e para o desmonte do funcionalismo público, o que coloca em risco a segurança e a estabilidade dos trabalhadores concursados. O aumento da terceirização em serviços públicos, como é o caso da saúde e da educação, ocasiona uma diminuição de funcionários e o aumento da desvalorização e da desqualificação do ambiente de trabalho, visto que os terceirizados possuem índices menores de treinamento e qualificação. Contudo, o discurso do governo é de que a terceirização no serviço público torna as atividades públicas mais eficientes. No cotidiano, o que podemos observar é a falta de investimentos, de infraestrutura e de fiscalização por parte do governo no serviço público, resultando em uma significativa ampliação da terceirização.

Além disso, de acordo com Druck *et al.* (2018), mais duas leis incentivaram o avanço e a legalização da terceirização no setor público brasileiro, a Lei nº 9.637/1998, através da qual o Poder Executivo pode subcontratar Organizações Sociais (OS), e a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF). Na primeira, as OS são caracterizadas como uma entidade de pessoa jurídica com direito privado, sem fins lucrativos, podendo atuar em diversas áreas, como educação, saúde e cultura. Já a LRF permite ter um eficiente controle das contas públicas para a redução das despesas do Estado com funcionários públicos, havendo redução dos concursos públicos e aumento da contratação de terceirizados.

Druck (2017) salienta ainda que, no ano de 2011, foi criada a Lei nº 12.550, que teve como finalidade a terceirização da administração dos hospitais universitários federais. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) é “uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação e responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais” (p. 32-3).

Em suma, essa empresa foi criada para sanar o sucateamento dos hospitais. Sob a pressão da crise financeira e da falta de profissionais, houve uma drástica expansão da terceirização nos hospitais, sendo que, atualmente, dos 50 hospitais universitários federais, 37 desses são administrados pela EBSERH. Ou seja, o poder público está deixando de administrar hospitais e outras atividades relacionadas à saúde, transferindo-as para entidades privadas. A situação reflete uma tentativa de diminuição geral do funcionalismo público através da terceirização.

Ainda de acordo com a autora, o caso da terceirização nas instituições de ensino público é grave, pois, com o avanço da terceirização nas universidades, houve um quadro de grande precarização das condições de trabalho dos trabalhadores/as terceirizados/as, visto que muitas empresas contratadas não

respeitam os direitos trabalhistas dos seus funcionários, como férias, por exemplo. Além disso, com os ajustes fiscais no setor educacional público houve uma drástica redução financeira nas instituições, o que resultou na demissão de vários trabalhadores/as terceirizados/as, sobrecarregando os que permaneceram. Segundo Druck (2017), “a terceirização no serviço público fragiliza a função e identidade do ‘servidor público’, o que acaba atingindo toda a sociedade” (p. 61-62).

Outro avanço da agenda neoliberal foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, conhecida também como “teto dos gastos” ou PEC da morte, uma vez que tinha por objetivo congelar os gastos públicos com saúde, educação, assistência social, segurança, entre outras, por 20 anos, sendo aprovada no governo de Michel Temer. No ano de 2017, houve a aprovação da Reforma Trabalhista e a regulamentação da terceirização, as quais afetaram significativamente a classe trabalhadora, sobretudo aqueles/as trabalhadores/as que possuíam contratos formais de trabalho, com carteira assinada. A reforma trabalhista alterou mais de 100 artigos da CLT, visando uma maior flexibilidade das relações de trabalho do ponto de vista dos interesses patronais. Aprovou o trabalho intermitente e o teletrabalho, ou seja, regulamentou novas formas de precarização do trabalho. A regulamentação da terceirização também favoreceu o aumento da precarização do trabalho, uma vez que resultou na ampliação dessa forma de contratação de empresas prestadoras de serviços para todos os tipos de atividades das empresas, ou seja, tanto para atividades meio quanto para atividade fim. Além disso, no ano de 2019, foi aprovada a Reforma Previdenciária.

Com todas essas medidas e com a própria reconfiguração do trabalho no Brasil se aprofunda o trabalho flexível, precarizado, desregulamentado, que acarreta inúmeros desdobramentos sobre os/as trabalhadores/as. Cada vez mais vemos o fortalecimento do incentivo da individualização das relações de

trabalho como forma de diminuir o papel do estado, como é o caso do autoempreendedorismo e do trabalho por conta própria. Esse panorama de trabalho precário será aprofundado no item a seguir, com dados e informações da pesquisa realizada com terceirizados/as da UFCG.

A terceirização na UFCG

Nesta seção, apresentamos um mapeamento da terceirização na UFCG, com os tipos de atividades fornecidas pelas três empresas prestadoras de serviços e o número de trabalhadores/as por sexo. A pesquisa foi realizada com trabalhadores/as terceirizados/as da Universidade Federal de Campina Grande, no município de Campina Grande, no ano de 2018. No ano de 2022, buscamos atualizar os dados sobre as empresas e número de trabalhadores, buscando fazer uma comparação. O objetivo foi analisar a terceirização no serviço público e suas consequências nas condições de trabalho (remuneração, jornada de trabalho, direitos sociais) dos trabalhadores/as terceirizados/as.

Verificamos, através dos dados fornecidos pela administração da prefeitura da UFCG, que na época da realização da pesquisa havia um total de 353 trabalhadores/as com contratos terceirizados, nas três empresas de prestação de serviços. Desse total, entrevistamos 58 pessoas, ou seja, nossa pesquisa possui uma representação de 16,43% em relação ao total da população investigada. A seleção dos trabalhadores/as entrevistados/as foi realizada através de contatos no local de trabalho, para agendamento de um horário para realização da entrevista, por meio da qual buscamos entrevistar homens e mulheres, das diferentes empresas prestadoras de serviços.

As empresas contratadas foram: Alerta – Serviços Gerais, que oferece serviço nas atividades relacionadas à limpeza externa e interna do *campus*; Alerta – Vigilância, nas atividades

de vigilantes noturnos e diurnos, que realizam rondas pelas UFCC; CriArt, responsável pelos contratos relacionados à função de porteiros dos blocos de salas de aula; e Suprema, que é responsável pelas contratações de atividades de trabalho como recepcionistas, supervisor de gás, cozinheira/o, copeira/o, telefonista e técnico em informática.

Na Tabela 1, podemos observar o número total de trabalhadores/as por empresa e por sexo, bem como o total de trabalhadores/as entrevistados/as. Percebemos que o número de trabalhadores/as terceirizados/as no campus de Campina Grande está bem equilibrado de acordo com o sexo, ou seja, de um total de 353 trabalhadores/as, havia 175 mulheres e 178 homens prestadores de serviços vinculados às empresas prestadoras de serviços.

Tabela 1 – Total de trabalhadores/as por empresas e entrevistados/as, por sexo. Campus de Campina Grande, 2018

Empresas	Número total de trabalhadores/as		Trabalhadores/as entrevistados/as	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Suprema	106	83	14	7
CriArt	0	49	0	18
Alerta	69	46	11	8
Total	175	178	25	33

Fonte: Universidade Federal de Campina Grande-UFCC/
Elaboração própria/PIBIC (2018).

Na tabela 2, apresentamos dados atuais (2022) do número total de empresas e trabalhadores/as terceirizados/as da Universidade Federal de Campina Grande. É importante destacar que houve uma alteração nas empresas, mas mesmo com a pandemia e o ensino remoto, o número de trabalhadores terceirizados se manteve, inclusive aumentando em 35 trabalhadores/as, se comparado ao ano de 2018. As categorias de Recepcionista

e Serventes de limpeza são as mais expressivas no número de contratações de trabalhadores/as, com 108 e 103 trabalhadores/as, respectivamente.

**Tabela 2 - Total de trabalhadores/as por empresas –
Campus Campina Grande, 2022**

Empresas	Quantidade de trabalhadores/as
Suprema Empreendimentos Eirelli – EPP	167
Alerta Serviços – Eirelli	163
Força Alerta Segurança e Vigilância Patrimonial LTDA	51
Servebem Conserva e Limpeza de Prédios	7
Total	388

Fonte: Universidade Federal de Campina Grande-UFCG/
Elaboração própria (2022).

A seguir analisaremos dados e informações sobre o perfil dos/as trabalhadores/as entrevistados/as, buscando valorizar esses personagens sociais que fazem parte do cotidiano universitário.

Perfil e trajetória ocupacional dos/as trabalhadores/as

Ao realizarmos as entrevistas com aplicação de questionários, verificamos que a idade dos participantes é bem diversificada, variando de 20 a 71 anos, mas com uma maior concentração na faixa etária dos 40 anos. Na Tabela 3, apresentamos o grau de instrução dos/as terceirizados/as. Verificamos que 34,5% possuem o ensino fundamental incompleto, seguidos por 32,7% com ensino médio completo, e apenas 6,9% possuem o ensino superior completo. Os demais ficaram distribuídos entre ensino fundamental completo, ensino médio incompleto e superior incompleto.

Tabela 3 - Grau de instrução dos/as terceirizados/as

Grau de instrução	Número de trabalhadores (as)	Porcentagem
Nunca frequentou a escola	0	0
Fundamental Incompleto	20	34,5%
Fundamental Completo	5	8,6%
Médio Incompleto	5	8,6%
Médio Completo	19	32,7%
Superior Incompleto	5	8,6%
Superior Completo	4	6,9%
Total	58	100,0%

Fonte: Pesquisa própria/PIBIC (2018).

Buscamos compreender os motivos que levaram muitos entrevistados a interromperem os seus estudos e verificamos que, por serem de famílias pobres, tiveram que abandonar os estudos bem cedo para ajudar nas despesas com a sobrevivência da família. Algumas mulheres também se casaram cedo e/ou tiveram filhos/as, passando assim a se dedicarem totalmente ao trabalho reprodutivo, no espaço doméstico. Em outros casos, relataram que não tiveram interesse em continuar estudando. Por outro lado, muitos disseram que, se tivessem novas oportunidades, gostariam de voltar a estudar. Acreditamos que o fato de trabalharem dentro de uma instituição de ensino, de conviverem diariamente com professores e estudantes, os motiva para o retorno aos estudos.

Em relação ao município e ao estado onde nasceram, constatamos que a maioria deles/as é oriunda do estado da Paraíba, havendo uma maior predominância do nascimento na cidade de Campina Grande-PB. Os demais são naturais de outras cidades paraibanas e apenas dois eram de outros estados. Verificamos ainda que a maioria (44,8%) é casado/a. Em segundo lugar, estão os/as solteiros/as, totalizando (43,1%), seguidos pelos que

possuem união estável, vivendo juntos e separados. Entre os que possuem filhos, a maioria possuía um filho e somente dois trabalhadores possuem cinco filhos cada. A maioria deles (64,2%) já trabalhava como terceirizado/a em outros lugares, antes da contratação atual na UFCG, e uma menor parte (6,9%) dos trabalhadores/as entrevistados/as está no seu primeiro emprego terceirizado/formal, com carteira assinada. Além disso, verificamos que os/as participantes tinham uma idade bem diversificada, ou seja, a idade variou de 20 a 71 anos, mas verificamos uma maior concentração de frequências na faixa etária dos 40 anos, de modo que pudemos constatar que a idade é um critério flexível na contratação.

Em relação à trajetória ocupacional dos/as entrevistados/as, percebemos que a maioria começou a trabalhar muito cedo e também que já haviam ficado desempregados/as em algum momento da vida, tanto por curtos períodos de tempo, como 15 dias, 3 meses, como por períodos maiores, por exemplo, 1 ano, 3 anos, 5 anos e até 10 anos, sem conseguir um emprego formal. Quando desempregados, sobreviviam com a ajuda da família ou do/a companheiro/a que trabalhava e conseguia manter as despesas da casa. Outros, porém, se submetiam a qualquer tipo de ocupação para poder garantir o pão do dia a dia, sendo expostos constantemente ao trabalho precário, fazendo bicos e pequenos serviços.

Ao perguntarmos como conseguiram se inserir no trabalho na UFCG, a maioria respondeu que foi emprego por indicação de amigos/as, primos/as, colegas, mãe, pai e outros parentes, de professores da própria instituição, nos casos em que essas pessoas conheciam os proprietários das empresas que prestam ou prestavam serviços na UFCG, ou ainda de alguns parentes e/ou amigos que já trabalhavam na instituição como terceirizados/as e os indicaram para ocupar a vaga. Vale salientar que foram poucos os casos em que os terceirizados/as entrevistados/as conseguiram o emprego por meio da distribuição de currículos.

Ao analisarmos as suas trajetórias ocupacionais, vimos que as mesmas foram marcadas pela precariedade³, pela informalidade⁴ e pelo desemprego. Verificamos que eles estão bem mais satisfeitos com a contratação como terceirizados/as do que com a situação anterior, na maioria das vezes na informalidade e em condições bem mais precárias de trabalho.

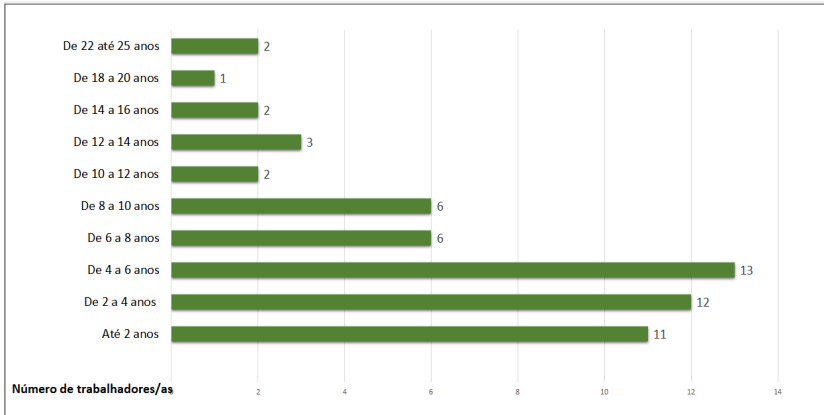
Condições de Trabalho

Em relação ao tempo de contratação na UFCG, verificamos que existem casos em que os trabalhadores/as são alocados de uma empresa terceirizada para outra, sem mudar a instituição, ou seja, há troca da empresa contratada, mas alguns trabalhadores permanecem na instituição, enquanto outros são desligados. Entretanto, mesmo havendo essa situação, a mudança de empresa é geradora de muita insegurança no ambiente de trabalho, uma vez que eles podem ser desligados. No momento da realização da entrevista, observamos casos de trabalhadores/as que haviam sido contratados fazia apenas 8 dias. No entanto, houve também o caso de uma pessoa que já está trabalhando há 25 anos na instituição, ou seja, desde os anos 90, quando a terceirização começou a se expandir no serviço público, contudo a maioria (62%) do total de trabalhadores/as entrevistados possui entre 2 e 6 anos de trabalho na UFCG. Conforme pode ser observado no Gráfico 1, nos últimos 6 anos cresceu significativamente o número de contratações.

3 Segundo Rodgers (1989 *apud* Leite, 2009, p. 74), o conceito de precariedade envolve instabilidade, falta de proteção social e vulnerabilidade econômica ou social.

4 A informalidade é entendida como a ausência de uma regulação por parte do estado, a ausência de contrato formal de trabalho com registro em carteira e a falta de estabilidade financeira.

Gráfico 1 – Tempo de trabalho como terceirizado/a, na UFCG



Fonte: Elaboração própria/PIBIC (2018).

Sobre a carga horária de trabalho, constatamos que os trabalhadores/as possuem uma jornada de 44 a 48 horas semanais, porém existem algumas atividades nas quais a carga horária é de 12 horas de trabalho, seguidas por 36 horas de descanso, como é o caso dos trabalhadores da vigilância armada, no setor de segurança patrimonial.

Os trabalhadores que possuem meios de transportes próprios ou que moram perto da instituição costumam ir para suas casas fazer as refeições; os que moram mais distante, almoçam no local de trabalho. Alguns setores possuem copa e lugares para as refeições, alguns almoçam em lugares improvisados nos setores em que trabalham, e outros saem a procura de um lugar para almoçar no campus da UFCG e descansar em alguma sombra de árvore.

Sobre o ambiente e condições de trabalho, a maioria dos entrevistados/as afirmou que tanto o ambiente como as condições de trabalho são boas e/ou ótimas, entretanto temos que levar em consideração que muitos desses trabalhadores/as tiveram em suas trajetórias ocupacionais a marca do trabalho

infantil, do trabalho informal, da precariedade e do desemprego, fazendo com que, ao comparar a situação atual com as grandes dificuldades que vivenciaram no passado, a ocupação atual torna-se uma grande conquista. Sendo assim, mesmo trabalhando como terceirizados/as e ganhando um salário mínimo, o fato de estarem ocupados, dentro de um espaço voltado para a educação os faz terem mais motivação e uma avaliação mais positiva da atividade ocupacional que desenvolvem.

Por outro lado, assim como ouvimos respostas positivas em relação às condições e ao ambiente de trabalho, alguns dos trabalhadores, ao nos contarem sobre suas trajetórias, se lamentaram das condições em que exercem as suas atividades. Outros relataram que sofrem assédio moral tanto por parte dos supervisores das empresas terceirizadas quanto por parte dos servidores da instituição, como insinuações de que os terceirizados roubaram alguns materiais do setor de trabalho, e até a realização de revistas a mochilas e/ou bolsas, bem como o impedimento deles beberem a água mineral do setor onde desempenham suas atividades de trabalho. Alguns alegam que se sentem desrespeitados e desvalorizados como trabalhadores/as e como pessoas humanas.

Outros relataram que sofrem humilhações constantemente e que só estão nesse trabalho porque realmente precisam. Salientaram também que, em algumas situações, as atividades que exercem são pesadas, que exigem muita força física, pois muitos ficam responsáveis pela limpeza de 2 a 3 prédios/blocos, junto com algum/a colega. Relataram também que os produtos e materiais que a empresa disponibiliza para o trabalho são de baixa qualidade e que são orientados a diluí-los na água para render mais, além de algumas vezes terem que usar produtos vencidos. Salientaram ainda que às vezes falta material para realizarem seu trabalho. Entretanto, alguns relataram que a empresa fornece equipamentos de proteção individual, tais

como luvas e botas para cada trabalhador/a. Constatamos ainda que, em alguns casos, existem desvios de funções, ou seja, são contratados com uma função e na prática exercem outra, provavelmente para a empresa não ser obrigada a pagar o salário equivalente à esta função.

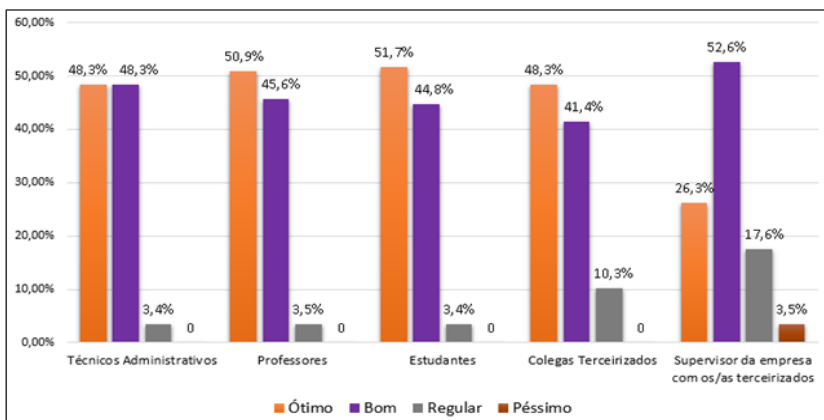
No Gráfico 2, apresentamos o nível de satisfação dos trabalhadores/as terceirizados/as com o relacionamento com técnicos administrativos, professores/as, estudantes, demais colegas terceirizados e supervisores/as das empresas. Em relação ao relacionamento com os técnicos administrativos, 48,3% dos entrevistados/as afirmaram que o relacionamento é ótimo, e na mesma proporção é bom; apenas 3,4% informaram que era regular. Já no caso dos professores, temos que 50,9% afirmaram que era ótimo, 45,6% bom, e, para 3,5%, regular. No relacionamento com os estudantes, 51,7% dos/as entrevistados afirmaram que era ótimo, 44,8% informaram que o relacionamento era bom e apenas 3,4% responderam regular.

No entanto, ao perguntarmos a satisfação com os demais colegas terceirizados/as, obtivemos que 48,3% responderam que era ótimo, 41,4% regular, e 10,3% bom – de modo que podemos perceber que o nível de satisfação no indicador regular aumentou um pouco. De acordo com as nossas análises, muitos dos terceirizados/as possuem um bom relacionamento no ambiente de trabalho, mas, por outro lado, alguns possuem mais dificuldades de socialização com os demais, pois relataram casos de fofoca e intriga, o que gera conflitos e dificulta a socialização com os trabalhadores/as. A própria concorrência entre eles também pode gerar conflitos desse tipo.

Em relação ao relacionamento dos terceirizados/as com os/as supervisores/as, verificamos que 26,3% informaram que era ótimo, 52,6% avaliaram como bom, 17,5% disseram que era regular e 3,5% disseram que era péssimo. Alguns dos entrevistados/as nos informaram que sofriam muita perseguição e humilhação

por parte dos supervisores/as e que os trabalhadores/as terceirizados/as *morrem de medo* dos/as supervisores, uma vez que estes últimos “possuem mais poder” em relação aos trabalhadores/as. Os supervisores podem aplicar advertências e suspensão, cujas penalizações algumas vezes são o desconto no salário do/a trabalhador/a. Sendo assim, os supervisores são bastante temidos pelos trabalhadores/as.

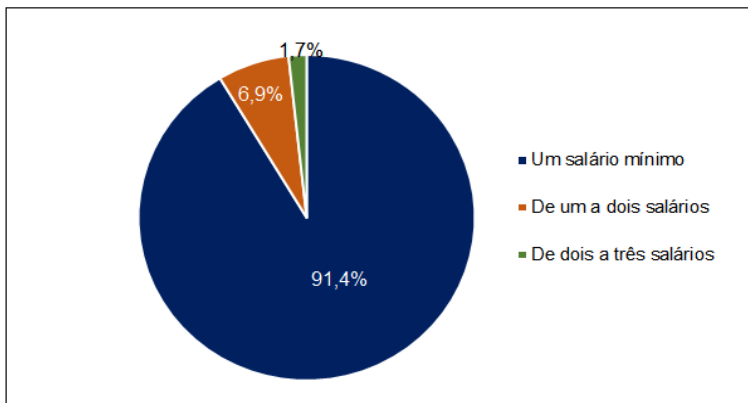
Gráfico 2 – Relacionamento dos entrevistados/as com os demais colegas, servidores e estudantes da UFCG



Fonte: Elaboração própria/PIBIC (2018).

No Gráfico 3, apresentamos a remuneração mensal aproximada dos entrevistados/as: 91,4% dos entrevistados/as possuem a remuneração mensal de um salário mínimo, 6,9% recebem de um a dois salários e apenas 1,7% recebe de dois a três salários, por executarem funções que exigem mais qualificação. Ou seja, o trabalhador flexível, trabalha mais, recebe menos e possui maior insegurança na vida profissional. É o que constatamos no caso estudado.

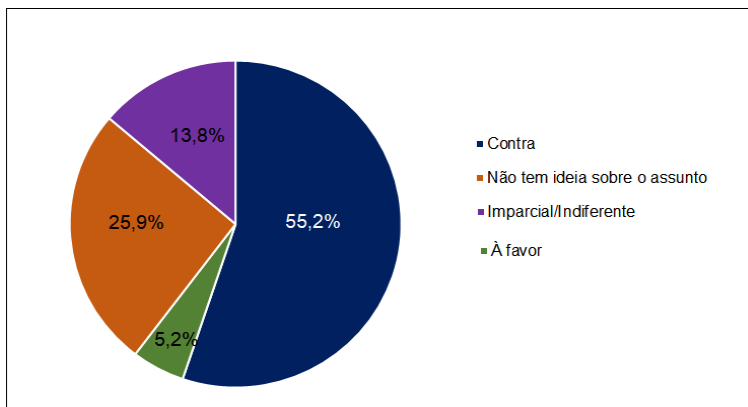
Gráfico 3 – Remuneração mensal (aproximada), em salários-mínimos



Fonte: Elaboração própria/PIBIC (2018).

No Gráfico 4, apresentamos a percepção dos/as trabalhadores/as entrevistados em relação aos direitos sociais e à Reforma Trabalhista, aprovada no ano de 2017, pelo Governo Temer. Podemos observar que um total de 55,2% se colocaram contra a reforma trabalhista e consideram que ela prejudica os direitos trabalhistas, mas não souberam explicar as mudanças; 25,9 % não possuem ideia do que trata essa reforma; 13,8% acham que a reforma trabalhista é imparcial e indiferente para a execução do seu trabalho; e apenas 5,2 % dos trabalhadores/as se posicionaram a favor da reforma, pois acreditam que ela trará benefícios para a classe trabalhadora, gerando mais empregos e renda, ou seja, acreditam plenamente no discurso utilizado pela classe dominante.

Gráfico 4 – Percepção sobre a Reforma Trabalhista de 2017



Fonte: Elaboração própria/PIBIC (2018).

Ao questionarmos sobre como avaliavam as diferenças entre o trabalho terceirizado e o trabalho contratado regularmente, verificamos que muitos não percebem diferenças na forma de contratação. Acreditamos que isso se deve ao fato de que a maioria nunca vivenciou a experiência de um emprego formal, com carteira assinada e direitos sociais garantidos, antes desta contratação atual. Além disso, o baixo nível de escolarização e à falta de acesso às discussões e informações sobre o assunto, também devem ser considerados. Alguns, no entanto, possuem um posicionamento mais crítico, reconhecendo que a situação da contratação atual é mais vulnerável. Entre as diferenças citadas, destacamos: a diferença salarial, a jornada de trabalho mais elevada, uma maior insegurança no trabalho, os conflitos de classe, o desvio de funções, assim como as formas de tratamento diferenciado em relação aos trabalhadores efetivos da instituição.

Portanto, podemos concluir que a avaliação do ambiente e das condições de trabalho foi bem diversificada. Do ponto de vista de alguns dos entrevistados, as condições e o ambiente de trabalho foram avaliados como boas, mas pudemos perceber

que existe uma grande precariedade nas condições de trabalho e também um desconforto no ambiente de trabalho, devido principalmente aos conflitos citados acima e que envolvem diretamente os terceirizados/as.

Considerações Finais

Durante a década de 90, no Brasil, com o desenvolvimento da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, houve uma forte recessão econômica que gerou o aumento do desemprego, da informalidade e das formas flexíveis de contratos de trabalho, como a terceirização, que passa a ser utilizada em todos os setores de atividades, públicos e privados. Com a aprovação da Reforma Trabalhista e a regulamentação da terceirização, em 2017, essas formas flexíveis de assalariamento foram intensificadas, bem como suas relações com a precarização das condições de trabalho.

Através dos nossos estudos podemos concluir que a terceirização é um processo que visa, além da transferência das responsabilidades trabalhistas, a redução de gastos com o pagamento da força de trabalho e a diminuição do quadro de trabalhadores contratados diretamente, e, no caso das empresas privadas, a diminuição dos direitos sociais e o enfraquecimento da organização coletiva dos trabalhadores/as. No serviço público, a terceirização é utilizada também como meio de conter o crescimento do funcionalismo e redução do tamanho do Estado, através da não realização de concursos públicos. Com a ampliação do setor privado, a terceirização se expande cada vez mais e de forma absurda, como destaca Druck (2018, p. 113), “a terceirização hoje é um fenômeno mundial”, que atinge todos os setores da economia, públicos e privados, nas áreas urbanas e rurais.

Sabemos que as empresas, ao defenderem a ideologia capitalista e as políticas neoliberais, buscam maximizar os lucros

e acirrar a competitividade no mercado, sendo os trabalhadores/as afetados de forma geral, tanto pela baixa remuneração, quanto pelas intensas jornadas de trabalho, maiores índices de rotatividade, preconceito no trabalho, impossibilidade de obter uma qualificação adequada, além dos riscos e incertezas com o futuro profissional. Todos esses aspectos fazem com que as atividades exercidas pelos/as terceirizados/as sejam marcadas pela precariedade e/ou precarização do trabalho, como mostram os dados e informações levantadas nesta pesquisa. Com a regulamentação da Lei da terceirização e aprovação da Reforma Trabalhista, no ano de 2017, esse quadro vem se agravando, uma vez que a terceirização foi regulamentada também para as atividades *fim* das empresas.

A pesquisa foi desenvolvida no ano de 2018, mediante a realização 58 entrevistas com trabalhadores/as das três empresas de prestação de serviços com contrato vigente no momento da pesquisa. Entre os principais resultados, verificamos que o trabalho terceirizado representa um avanço em relação às suas experiências anteriores, as quais foram marcadas, desde o início, por desemprego, informalidade, trabalho infantil e exclusão social. Entretanto, observamos precárias condições de trabalho, intensificação da jornada de trabalho e diversos tipos de humilhações e conflitos interpessoais. Além disso, dúvidas e incertezas com relação ao futuro ocupacional fazem parte do cotidiano de trabalho, gerando grande instabilidade, estresse e ansiedade, prejudicando a saúde física e mental dos/as trabalhadores/as.

Verificamos que a situação social e a trajetória ocupacional dos/as trabalhadores/as terceirizados/as da UFCG está relacionada também aos limites inerentes à constituição de um mercado de trabalho situado em uma região periférica, o qual é marcado desde a sua formação pelo desemprego, pela informalidade, pela baixa qualificação profissional da força de trabalho e pelo baixo grau de instrução de uma parcela significativa

da população, marcada, por sua vez, pela exclusão social e pela pobreza típica de contextos periféricos e agravados pelas secas que persistem na região.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. A lógica da terceirização e o capitalismo no Brasil: Precarização do trabalho na era do neodesenvolvimentismo. **Revista O público e o privado**, p. 15-35, n. 25, Janeiro/Junho, 2015. Disponível em: <https://cutt.ly/4KOOBjZ>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CARVALHO, Lucas Vinicius. A terceirização e os terceirizados no setor público: um estudo de caso. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DIEESE/CUT. **Terceirização e desenvolvimento**: uma conta que não fecha. Dossiê sobre o impacto da terceirização sobre os trabalhadores e proposta para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

DRUCK, Graça. A indissociabilidade entre precarização social do trabalho e terceirização. In: TEIXEIRA, Marilane Oliveira; ANDRADE, Helio Rodrigues de; COELHO, Elaine D'Ávila. (Orgs.). **Precarização e Terceirização**: Faces da mesma realidade. São Paulo: Sindicato dos Químicos-SP, p. 35-58, 2016.

DRUCK, Graça. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, supl. 1, p. 15-43, 2016.

DRUCK, Graça. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, Vera Lucia;

LOURENÇO, Edvânia. (Orgs.). **O Averso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho.** São Paulo: Outras expressões, p. 59-87, 2017.

DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Mariana Morena; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: Particularidades e implicações. In: CAMPOS, André Gambier (Org.). **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate.** Brasília: Ipea, p. 113-142, 2018.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. Terceirização: Debate conceitual e conjuntura política. **Revista da ABET**, v. 14, v. 1, p. 15-36, janeiro a junho de 2015.

LEITE, Márcia de Paula. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: M. Leite e A. Araújo (Orgs.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México.** São Paulo: Annablume, 2009.

LIMA, Jacob Lima. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção.** São Paulo, Terceira Margem, 2002.

SILVA, Tarcísio; SOARES, Luiz. **Terceirizados e a cultura organizacional de uma universidade brasileira: a incorporação de um habitus.** VIII Congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo. Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Bs. Buenos Aires, Argentina, 2016.

CAPÍTULO XI

Do lixão à mesa de negociação: a construção da ação coletiva entre os catadores e catadoras de materiais recicláveis da Paraíba

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

Introdução

Por muito tempo, e até os dias atuais, milhares de pessoas viveram e vivem do consumo e venda de alimentos e materiais que encontram nos lixões ou pelas ruas dos grandes centros urbanos. Sem ter acesso a direitos sociais mínimos como alimentação saudável, trabalho digno, habitação, água encanada, energia, documentos, entre outros, essas pessoas se encontram em uma situação onde a própria cidadania lhes é negada. Tendo que conviver ainda com o estigma relacionado à atividade que desenvolvem e a exclusão social decorrente desse estigma.

Entretanto, ao longo das últimas décadas, algo vem mudando na realidade desses trabalhadores e trabalhadoras. Através da organização socioproductiva e política, milhares de catadores e catadoras de materiais recicláveis do Brasil vêm deixando os lixões e as longas jornadas solitárias pelas ruas das cidades, passando a integrar associações e cooperativas de

trabalho, chegando até mesmo a formar um movimento social. O Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) surge em 2001, e, através dele, estes trabalhadores vêm alcançando diversas conquistas legais e sociais.

A organização coletiva dos catadores e catadoras brasileiros se inicia em meados da década de 1980, mas não ocorre de maneira homogênea em todo o país. Se no eixo Sul-Sudeste, onde surgem as primeiras associações e cooperativas desses trabalhadores, as primeiras políticas públicas em prol desse segmento social brotaram ainda no início dos anos 1990, é só a partir da segunda década dos anos 2000 que o tema passa a ser incorporado na agenda de políticas públicas de estados como a Paraíba. Esse passo foi fruto tanto de pressões internas que surgem de baixo para cima a partir dos movimentos sociais locais, inclusive do movimento de catadores que começa a se organizar na Paraíba desde fins dos anos 1990, quanto é fruto da pressão externa do próprio Governo Federal, que na época investia na descentralização de políticas públicas que contemplavam a população de catadores.

Atualmente, em meio a uma forte crise social-política-institucional-econômica-sanitária, que começou muito antes da chegada da pandemia da Covid-19 no Brasil, mas se agravou com os efeitos desta, assistimos ao desmonte das políticas públicas em prol do segmento dos catadores e catadoras de materiais recicláveis no país. Entretanto, os aprendizados da ação coletiva, em termos de matrizes prático-discursivas e repertórios de luta, persistem como “armas” desses trabalhadores e trabalhadoras contra a ofensiva do capital e a negligência de gestores públicos que se recusam a aplicar as medidas previstas em lei.

Em meio a este cenário, neste capítulo nos propomos a analisar a organização coletiva dos catadores no estado da Paraíba, buscando resgatar a gênese e desdobramentos desse processo. Buscamos levar em consideração durante nossas análises as

características sociais, políticas e econômicas do desenvolvimento do Nordeste para melhor compreender as similitudes e diferenças entre o modo como se dá a organização dos catadores na Paraíba e em regiões economicamente mais dinâmicas como o Sul e o Sudeste do país. Este artigo recupera achados de nossa investigação de doutorado¹, finalizada no ano de 2020. Entretanto, aproveitamos a oportunidade para atualizar dados sobre as estratégias que os catadores e catadoras de materiais recicláveis paraibanos vêm utilizando para manter a ação coletiva em meio ao desmonte de políticas públicas e à pandemia da Covid-19.

Pode-se classificar a metodologia adotada como estudo de caso, exploratório e qualitativo. Os instrumentos de pesquisa incluem técnicas e fontes variadas, como observação participante, incursões etnográficas, diário de campo, entrevistas temáticas e de história de vida, bem como a consulta a dados secundários, como levantamentos quantitativos, mapeamentos, jornais e documentários. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2016 e 2020, período no qual entrevistamos trinta e um catadores – quatorze homens e dezessete mulheres – das cinco regiões do país, enfatizando principalmente o estado da Paraíba, onde entrevistamos dezenove catadores – cinco homens e quatorze mulheres. Ademais, entrevistamos oito gestores públicos, dez representantes de entidades de apoio que prestam assessoria a catadores, três empresários e dois gerentes do setor de reciclagem. Para atualizar os dados, foram realizadas visitas em quatro associações e cooperativas, bem como algumas conversas com lideranças do MNCR.

1 A tese de doutorado mencionada foi defendida no ano de 2020 junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFPG) sob a orientação do professor Pós-doutor Roberto Vêras de Oliveira e coorientação do professor Dr. Mário Henrique Ladosky.

A história da atividade de catação no Brasil

A bibliografia costuma atribuir o surgimento da atividade de catação aos processos de industrialização e urbanização, analisando como a dinâmica capitalista, gerando um excedente de mão de obra que não encontra espaço no mercado formal de trabalho das grandes cidades, leva milhares de pessoas a buscarem na catação uma forma de sobrevivência. Também vem se observando os efeitos decorrentes das transformações do capitalismo para se entender de que maneira a intensificação do consumo, o surgimento das indústrias de reciclagem e o aumento no nível de desemprego decorrente das crises cíclicas do capital e do processo de reestruturação produtiva se relacionam ao crescimento do número de catadores nas últimas décadas².

Os registros disponíveis indicam que o processo de organização coletiva dos catadores de materiais recicláveis teve início entre as décadas de 1960 e 1980, com experiências diversificadas em várias partes do globo, ampliando-se principalmente nos países em desenvolvimento como Brasil, Colômbia, México, Peru, Chile, Egito e Índia³. Mesmo com distinções significativas entre si, estas experiências coletivas parecem ter pontos em comum, tais como a importância das parcerias com outros atores sociais no início do processo de organização coletiva, como a Igreja Católica, ONGs, sindicatos, governos municipais e mesmo dos elos superiores da indústria da reciclagem, a exemplo de atravessadores ou compradores.

2 Cf. Martins (2005); Bosi (2008); Burgos (2013); Silva, Goes e Alvarez (2013); Leite, Wirth e Cherfem (2015); Lima (2015); Nascimento (2016).

3 Cf. Birkbeck (1978); Masalías e Nureña (2004); Rodríguez (2005); Wilson, Velis e Cheeseman (2006); Kemp e Crivellari (2008); Niño e Hernández (2012); Pacheco-Vega (2012); Sánchez (2013); Silva, Goes e Alvarez (2013); Leite (2015); Leite, Wirth e Cherfem (2015); Sant'Ana e Metello (2016); Núñez (2017); Rossi (2018).

No caso brasileiro, a organização coletiva dos catadores teve início em meados da década de 1980 nas cidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). Durante os anos de 1990 surgiram inúmeros empreendimentos de catadores dentro da perspectiva da economia solidária, com forte apoio da Igreja, universidades e prefeituras. A organização socioprodutiva parece ter fomentado a organização política dos catadores, que em 1999 realizam em Belo Horizonte o I Encontro Nacional dos Catadores de Papel. Neste evento, os catadores decidiram formar um movimento nacional, resultando no surgimento do Movimento Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis, fundado oficialmente em 2001⁴.

Em nossa pesquisa, identificamos cinco processos sócio-históricos relacionados à organização coletiva dos catadores no Brasil: o fortalecimento do movimento da economia solidária em resposta às crises do capital e ao aumento do desemprego, que propôs a criação de associações e cooperativas autogestionárias visando gerar trabalho e renda, contrapondo-se à lógica de exploração do capital; a intensificação das discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade, que levou o tema da reciclagem à agenda de organizações internacionais, pressionando os Estados signatários a incluírem a coleta seletiva em seus planos de gestão de resíduos sólidos; a expansão da indústria da reciclagem, que encontra na figura do catador uma mão de obra barata e passa a explorar o trabalho de milhares de pessoas que atuam de maneira individual ou coletiva; o papel das intermediações de outros atores sociais, como ONGs, a Igreja Católica, universidades, gestores públicos e sindicatos, que contribuíram com o processo de formação de empreendimentos de reciclagem visando melhorar as condições de trabalho e vida dos catadores; o surgimento das políticas públicas voltadas aos catadores, que

4 Cf. Martins, (2005); Kemp e Crivellari, (2008); Silva, Goes e Alvarez (2013); Leite, Wirth e Cherfem (2015).

aparecem primeiramente em nível municipal no início dos anos 1990 e a nível federal nos anos 2000.

A partir do processo de organização socioprodutiva e política, os catadores têm realizado conquistas que lhes permitiram avanços legais, como o reconhecimento da atividade e a construção de políticas públicas que visam a inclusão socioeconômica desses trabalhadores através do fomento às cooperativas e associações de reciclagem, bem como o pagamento por parte do poder público municipal pelos serviços de limpeza pública e educação ambiental prestados por esses trabalhadores, além de sua inclusão na cadeia produtiva da reciclagem. No âmbito social, as conquistas alcançadas vêm permitindo a milhares de pessoas saírem dos lixões a céu aberto ou deixar de trabalhar nas ruas, passando a integrar cooperativas ou associações, o que provoca uma melhora significativa em suas condições de trabalho e de vida⁵.

As principais conquistas legais realizadas pelos catadores brasileiros incluem: o direito de assento no Conselho Nacional para o Meio Ambiente (CONAMA) e o reconhecimento formal da profissão de catador através do registro no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) em 2002; a elaboração de políticas públicas vinculadas à Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), visando a inclusão dos catadores na gestão de resíduos sólidos e a geração de renda; a consolidação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC); a aprovação do Projeto de Fortalecimento do Associativismo e do Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (Cataforte) e do Programa Pró-Catador, que propunham capacitar, assessorar e fortalecer a organização dos catadores em diversos estados brasileiros; além

5 Cf. Barros e Pinto (2008); Leite (2015); Leite, Wirth e Cherfem (2015); Sant'ana e Metello (2016); Veronese e Cabral (2016); Rossi (2018); Santos (2016; 2018; 2020).

da construção de um marco legal, do qual se destaca a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, que é de longe a mais importante conquista legal para a categoria⁶.

Apesar dos avanços alcançados, é preciso destacar que a implementação da PNRS e de outras leis que beneficiariam os catadores ainda é uma realidade distante para a grande maioria desses trabalhadores. A maioria dos municípios ainda não os remunera pelo serviço de limpeza urbana e educação ambiental, grande parte não pôs em prática um plano de inclusão socioeconômica para os catadores, e até mesmo o prazo para fechamento dos lixões, previsto pela PNRS para 2014, vem sendo adiado sistematicamente. Ademais, vale ressaltar que, com o desmonte da Senaes e das políticas públicas de economia solidária, desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, os catadores têm vivenciado um retrocesso em suas conquistas, ameaçadas pela falta de interesse dos gestores públicos em aplicar o marco legal⁷.

Ainda sobre a organização coletiva dos catadores brasileiros, a categoria também conta atualmente com a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), fundada em 2000, e com a União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicatadores), fundada em 2017. A nível internacional, hoje o MNCR integra a *Red Latinoamericana y del Caribe de Recicladores* e a Aliança Global de Catadores. Os catadores organizados também costumam participar dos fóruns de economia solidária. Ademais, o MNCR vem se articulando com outros movimentos sociais como os movimentos por moradia, Movimento Sem Terra (MST), o

6 Cf. Kemp e Crivellari (2008); Leite, Wirth e Chermem (2015); Sant'ana e Metello (2016); Rossi (2018).

7 Cf. Leite, Wirth e Chermem (2015); Sant'ana e Metello (2016); Simões (2017); Santos (2018; 2020).

Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), sindicatos e partidos políticos.

A união entre os catadores e a interação destes com outros atores sociais, com outras categorias de trabalhadores, bem como a articulação com movimentos sociais nacionais e internacionais, permitiu aos catadores brasileiros incorporar elementos de “matrizes prático-discursivas”⁸ diversas, que têm contribuído para a construção de um “repertório”⁹ de suas lutas.

Ao longo de seu processo de organização coletiva, os catadores tiveram contato com várias matrizes prático-discursivas, dentre as quais se destacam as matrizes da Teologia da Libertação e da economia solidária, que contribuíram para que os catadores questionassem e tentassem modificar as relações de produção nas quais estavam imersos. A matriz sindical

8 Sader (1988) explica que, nas lutas sociais, os sujeitos elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos, recorrendo a matrizes-discursivas constituídas para abordar a realidade, que implicam diversas atribuições de significado, e, conseqüentemente, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação do vivido em referência a determinados valores e objetivos. Não se tratam, contudo, de simples ideias, sua produção e reprodução dependem dos lugares e práticas materiais onde estão situados os sujeitos. Ademais, no decorrer das lutas e ao largo da história concreta, as matrizes se mesclam e se transformam. Vêras de Oliveira (2012) dá ênfase às práticas presentes nessas matrizes, além de discursos, compreendendo-as como “matrizes prático-discursivas”.

9 Se apropriando do termo repertório do campo da música e estendendo-o ao campo do teatro, Tilly (2010) conceitua repertório como o conjunto limitado de performances, ou formas de ação política, surgidas em meio a conflitos numa dada época e que a partir de então ficam à disposição dos atores sociais, sendo aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. O repertório não é, assim, peculiar a um grupo, mas a uma estrutura de conflito historicamente estabelecida, representando uma expressão da interação histórica e atual entre atores e seus opositores, modificando-se a partir das próprias ações desenvolvidas (Mc Adam, Tarrow e Tilly, 2009; Alonso, 2012; Bringel, 2012).

fomentou a identificação dos catadores enquanto trabalhadores que lutam por reconhecimento. As matrizes centradas nos temas do meio ambiente, sustentabilidade, educação ambiental e responsabilidade social empresarial contribuíram para que esses se identifiquem enquanto agentes ambientais que lutam por inserção socioeconômica na gestão dos resíduos sólidos. A matriz da democracia popular levou os catadores a se identificarem enquanto cidadãos, que querem fazer valer seus direitos e a assumir sua intervenção política. A matriz feminista e a referida às questões raciais os fez reconhecer e denunciar o fato de que a maioria das pessoas que vivem da catação são mulheres e negros, grupos já marcados por uma forte exclusão social.

Se a matriz prático-discursiva de um movimento social diz respeito ao conteúdo político-ideológico que vai possibilitar a elaboração das demandas, a tradução destas em reivindicação se daria por meio do repertório de ação coletiva. Identificamos que o repertório dos catadores tem incluído ao longo do tempo: 1) Ações diretas, como passeatas, manifestações públicas, fechamento de portão de lixões ou de garagens de empresas de limpeza urbana, interdição de estradas, ocupação de câmaras de vereadores, etc.; 2) Ações institucionais, que incluem participação em espaços de diálogo como conselhos, comitês e fóruns, e audiências públicas; 3) Ações jurídicas, que envolvem acionar o ministério público, a defensoria pública ou o ministério do trabalho quando necessário; 4) Ações de “sensibilização” da sociedade, dos gestores públicos e dos próprios catadores, através de campanhas, cartas públicas, divulgação de material gráfico e audiovisual, cursos de educação ambiental, entrevistas, agitação, etc.

As matrizes prático-discursivas e o variado repertório de luta construído ao longo de sua trajetória coletiva oferecem aos catadores ferramentas de intervenção política, que eles mobilizam de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura e

as oportunidades políticas de cada momento¹⁰. Através dessas ferramentas, os catadores têm lutado por estabelecer uma pauta de demandas comuns e construir a proposta da Reciclagem Popular, um modelo logístico de gestão dos resíduos sólidos que promove a inclusão dos catadores na cadeia da reciclagem como atores centrais. Apesar de terem avançado em várias destas pautas, os catadores ainda enfrentam muitos desafios: a resistência de alguns gestores públicos em seguir a legislação, indiferença da sociedade, perseguição por parte de atravessadores¹¹ e até do tráfico.

A organização coletiva dos catadores e catadoras na Paraíba

A organização socioprodutiva e política dos catadores paraibanos teve início por volta do ano 2000, concomitantemente ao momento em que a categoria se organizava politicamente a nível nacional. Os primeiros empreendimentos de catadores da Paraíba surgem nas cidades de João Pessoa, no ano de 1999, e Campina Grande, no ano 2001. Ambas iniciativas surgem a partir da ameaça de fechamento dos lixões por parte das prefeituras.

Inicialmente, a prefeitura de João Pessoa buscou apoio da Igreja Católica para pensar soluções para as famílias que viviam no lixão do Roger. Se a resposta de como agir diante da situação apareceu rapidamente para membros da Cáritas, em diálogo com instâncias nacionais da Igreja que tinham quase duas décadas de trabalho social com catadores, a concordância e adesão

10 Sobre as matrizes prático-discursivas e repertórios de luta do MNCR, ver Santos (2020; 2021). O conceito de oportunidade política pode ser encontrado em Mc Adam, Tarrow e Tilly (2009).

11 Cf: Leite (2012); Leite, Wirth e Churfem (2015); Lima (2015); Magalhães (2016); Sant'ana e Metello (2016); Rossi (2018); Santos (2020; 2021).

dos catadores locais à proposta de organização coletiva não se deu automaticamente.

A Associação dos Trabalhadores de Material Reciclável (ASTRAMARE), a primeira associação de catadores do estado da Paraíba, surge informalmente em 1999 e é fundada oficialmente no ano 2000, contando com apenas 20 pessoas. Através de investimentos públicos e privados as condições de trabalho na ASTRAMARE melhoraram. Provavelmente devido aos bons resultados da experiência, surgem novos empreendimentos na cidade de João Pessoa. Em 2019 existiam cerca de treze empreendimentos de catadores em João Pessoa, contando com condições bem distintas de infraestrutura, maquinário, acesso a equipamentos e retiradas mensais que variavam de R\$ 400,00 a 1.200,00.

Também por pressão da prefeitura teve início a organização coletiva dos catadores de Campina Grande. No início dos anos 2000, os catadores do lixão do bairro do Mutirão já tinham contato com uma religiosa da Igreja Católica da Irlanda, que desenvolvia um trabalho de educação de jovens e adultos chamado Projeto Esperança. Diante das ameaças da prefeitura de fechamento do lixão, se deram os primeiros contatos dos catadores com professoras/es e alunos/as da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e membros da Cáritas Diocesana de Campina Grande, que contribuíram com a formação da Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (COTRAMARE), formalizada em 2001. Durante a primeira década dos anos 2000, a COTRAMARE passa por dois rachas internos dando origem a uma associação e outra cooperativa. Atualmente há sete empreendimentos de catadores na cidade.

Durante o processo de construção coletiva da ASTRAMARE e da COTRAMARE, as entidades de assessoria trouxeram lideranças dos catadores de outros estados para dialogar com os catadores dos lixões paraibanos. Um evento que contribuiu para

que surgissem mais empreendimentos de reciclagem na Paraíba foi o primeiro Congresso Nacional dos Catadores e Catadoras, realizado em 2003 em Brasília. Empolgados com a troca de experiências, as lideranças locais passaram a mobilizar os catadores dos lixões onde coletavam para organizar-se coletivamente, a partir daí proliferou a organização de associações e cooperativas no estado.

Nesse processo, as Dioceses e a Cáritas passaram a se encontrar duas vezes por ano com representantes das entidades de apoio dos vários municípios para trocas de experiências. Com o tempo, as assessorias entenderam a importância de envolver os grupos de catadores nas discussões, e assim surge a Rede Lixo e a Cidadania (Relici) na Paraíba. Inicialmente a pauta girava em torno de troca de experiências e análise de conjuntura dos municípios, depois os participantes foram construindo pautas conjuntas como a elaboração de cartas para candidatos apresentando suas demandas, elaboração de estratégias de enfrentamento a ameaças comuns aos grupos, discussões sobre modelos de gestão de resíduos, elaboração de projetos para concorrer a editais de políticas públicas nacionais ou projetos com recursos internacionais¹².

Entre a primeira e a segunda década dos anos 2000, a Relici serviu como espaço de formação política para catadores paraibanos, fortalecendo e intensificando a articulação dos catadores do estado com lideranças do MNCR de estados vizinhos como Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nesse processo, em 2008 surge uma nova liderança do MNCR na Paraíba, uma mulher negra eleita representante do MNCR na Paraíba em uma reunião com 200 catadores que aconteceu na cidade de Cabedelo.

12 Como a Rede Lixo e Cidadania da Paraíba não tinha personalidade jurídica, uma entidade de assessoria ficava com a responsabilidade de apresentar o projeto que era elaborado com a participação do coletivo.

A partir de então, a liderança eleita passou a viajar junto de uma liderança de Pernambuco por toda a Paraíba, visando mobilizar os catadores para integrarem uma luta coletiva. Assim, no início da segunda década dos anos 2000 se intensificam as ações diretas dos catadores no estado. Neste momento já haviam vários empreendimentos de catadores por toda a Paraíba. Ademais, com o aporte de recursos federais para projetos como o Cataforte e o Pró-catador, haviam se multiplicado o número de assessorias a esse público. O engrossamento das fileiras dessas frentes fortalecem a Relici e o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES), levando os catadores a pressionarem os gestores públicos pela abertura para o diálogo.

No final do ano de 2013, o Governo do Estado da Paraíba teve acesso a recursos federais via Senaes, destinados ao fomento de empreendimentos de catadores, através da aprovação do Projeto de Fomento a Empreendimentos Econômicos Solidários atuantes com Resíduos Sólidos no Estado da Paraíba, que visava atender a 1.800 catadores, pertencentes a 42 municípios paraibanos. Por ocasião da aprovação de tal recurso, surgiu uma pasta voltada à economia solidária dentro da Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH-PB). Desde o começo, a responsável pela pasta e pelo projeto estabeleceu diálogo com os catadores e com a Relici, buscando pensar coletivamente a melhor forma de aplicar os recursos aportados.

Apenas em 2015 foi criada a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes) dentro da SEDH-PB. A ex-secretária da Sesaes informou que a secretaria chegou a contar com cinco projetos que atendiam catadores: o Projeto Ações Integradas; o Projeto Cooperar¹³; um projeto do

13 O Projeto Ações Integradas desenvolve ações específicas para catadores, agricultores, artesões e experiências populares de finanças públicas; já o Projeto Cooperar, que busca fomentar o cooperativismo em diversas áreas, tem uma linha de atuação voltada para a questão dos resíduos sólidos, com recursos do

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (Funcep) em parceria com o Governo do Estado, que ofereceu maquinário aos empreendimentos de catadores; e o mencionado Projeto de Resíduos Sólidos que visava atender 1800 catadores.

Em 2019, a Sesaes se transforma na Secretaria Executiva de Economia Solidária (Sesol). Em 2020, a secretaria contava com dois projetos, o Ações Integradas e um Projeto de Fomento aos empreendimentos atuantes com Resíduos Sólidos. Entretanto, de acordo com as lideranças do MNCR na Paraíba, não há muita transparência sobre a execução dos projetos.

De acordo com o ex-chefe da seção de economia solidária do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) da Paraíba, a Senaes repassou cerca de 4 milhões para o governo do Estado executar projetos de economia solidária através da Sesaes. Ademais, a Senaes estabeleceu mais quatro convênios na Paraíba, um com a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), finalizado em 2018; um com a UFCG e outro com a ONG Centro de Ação Cultural (Centrac), finalizados em 2017; e o convênio do Cataforte, executado pela Cáritas paraibana passando depois à responsabilidade da Cáritas de Pernambuco, que envolveu a formação de uma rede estadual de comercialização de materiais recicláveis: a Rede CataPB.

O fortalecimento da luta dos catadores com apoio das entidades de assessoria, bem como dos governos estadual e federal, possibilitou a realização do Encontro Estadual de Catadores e Catadoras de Paraíba, ocorrido em Campina Grande no ano de 2015. O encontro contou com a presença de catadores de diversas partes da Paraíba, tanto os que trabalhavam de forma organizada quanto individual. Na ocasião, lideranças do MNCR de São Paulo, da Bahia e de outros estados vieram participar do evento.

Banco Mundial, em 2016 este projeto contemplava três municípios paraibanos (Itabaiana, Pombal e Bonito de Santa Fé).

No encontro seria realizada a eleição do MNCR na Paraíba, entretanto, como a representante atual tinha grande apoio dos catadores, as lideranças nacionais decidiram estender seu mandato, elegendo uma coordenação com seis pessoas para ajudá-la a resolver as questões da categoria no estado.

Atualmente, com as mudanças políticas ocorridas na conjuntura nacional e estadual, que tiram o foco de políticas sociais voltadas para a economia solidária, muita coisa mudou na organização coletiva dos catadores paraibanos. Sem programas e projetos, muitas entidades de assessoria tiveram que abandonar a atuação com catadores. As poucas entidades que ainda encontram condições de prestar alguma assessoria aos grupos são as universidades. Entretanto, sem recursos para viabilizar os encontros dos catadores, as reuniões da Relici pararam de acontecer ainda em 2018. Na Paraíba, o processo de desgaste das políticas públicas de economia solidária levou a uma desarticulação dos grupos de catadores e dos grupos adeptos ao movimento da economia solidária em geral. Todavia, os catadores paraibanos tentam manter o diálogo através de grupos de Whatsapp (como os grupos do MNCR e da Rede CataPB).

Lembramos que, para além das políticas de economia solidária, a partir da aprovação da PNRS em 2010, os municípios deveriam elaborar seus planos de gestão de resíduos, o que poderia beneficiar os catadores da região. Porém, até janeiro de 2015 apenas 64 dos 223 (28,7%) municípios paraibanos haviam regulamentado seus planos. Através de um questionário eletrônico aplicado junto aos gestores municipais, o Tribunal de Contas da Paraíba identificou que dentre os 207 municípios respondentes, 30% tinham plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (GIRS) e 10,6% tinham planos intermunicipais, porém 49,8% não tinham elaborado nenhum plano de gestão de resíduos sólidos e 85% não dispunha nem mesmo de planos de

saneamento básico até 2018¹⁴. A falta de cumprimento da legislação tem levado o MNCR a denunciar as prefeituras ao Ministério Público, que vem emitindo Termos de Ajuste de Conduta (TAC), raramente levados a sério pelos gestores municipais.

Especificidades do desenvolvimento no Nordeste e suas implicações na ação coletiva dos catadores da Paraíba

Como os catadores do Sul e Sudeste começaram a se organizar socioprodutivamente e politicamente antes dos catadores das demais regiões do país, o movimento realizou mais avanços em termos de conquistas legais e sociais nessas regiões. Mesmo que os paraibanos estivessem presentes na formação do MNCR em 2001, marchando à Brasília no primeiro Congresso Nacional da categoria, não podemos deixar de ter em vista que, enquanto nesse período havia dois empreendimentos de catadores recém criados na Paraíba, em outros estados vários grupos já contavam com mais de uma década de organização coletiva, havendo cultivado um diálogo com gestores públicos municipais e conquistado avanços como a implementação da coleta seletiva e fomento à estruturação de seus espaços de trabalho.

Essa diferença no tempo de organização coletiva dos trabalhadores do eixo Sul-Sudeste em comparação com o eixo Norte-Nordeste-Centro-Oeste obviamente gera um descompasso quanto às conquistas da categoria entre as regiões. Acrescenta-se a isso o fato de as condições socioeconômicas e culturais dessas regiões do país serem bem distintas, o que também acaba influenciando nos desdobramentos da organização coletiva nas regiões.

14 Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2018).

Visando explicar um pouco o contexto do desenvolvimento do Nordeste, resgatamos inicialmente a reflexão de Silva (2016), para quem o fato do Brasil ser um país de dimensões continentais, ao mesmo tempo em que é marcado por fortes heterogeneidades e desequilíbrios regionais, justifica a defesa da necessidade de adoção de políticas de desenvolvimento regional integrado, inseridas em um projeto nacional de longo prazo. O autor explica que até a década de 1950, os planos de desenvolvimento nacional praticamente não atendiam à temática regional, assim, os grandes projetos de investimentos setoriais se concentravam no Sudeste.

Véras de Oliveira (2015), Ismael (2015) e Silva (2016) enfatizaram que a primeira grande ação estratégica no sentido de reorganização do espaço econômico regional e de integração nacional nessa época foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, durante o Governo de Juscelino Kubitschek. Ismael (2015) explicou que institucionalmente a Sudene apontava para um federalismo cooperativo no país, no intuito de enfrentar as desigualdades regionais, enquanto que na dimensão econômica, favorecia a integração da economia nordestina ao centro dinâmico na região Sudeste.

As consequências da existência e atuação da Sudene reafirmam a declaração de Oliveira (1981) de que a expansão do capitalismo no Brasil se dá estabelecendo relações antigas no novo e novas no arcaico. Os caminhos do desenvolvimento no Nordeste possibilitaram a coexistência de formas de organização produtiva voltadas à subsistência, formas tradicionais de produção capitalista e os grandes investimentos da indústria moderna. O novo arranjo, apesar de melhorar os indicadores sociais, produziu novos contrastes, desequilíbrios e desigualdades, desse modo a pobreza continua perseverando na região. Para os que não conseguiram se alocar nas velhas e novas oportunidades de trabalho assalariado, restavam as “opções” do auto emprego ou

da migração, que muitas vezes levavam uma à outra, tendo o trabalho autônomo ou informal se intensificado com a industrialização da região (Véras de Oliveira, 2015).

Com o processo de migração para o eixo Sul-Sudeste entre 1950 e 1970, a catação surgiu como alternativa para os migrantes que não encontraram espaço no mercado formal de trabalho devido à baixa qualificação, inadaptação para o trabalho industrial e também devido à própria dinâmica de exclusão social e manutenção de um exército de reserva criado pelo capitalismo. Para os que permaneceram no Nordeste, diante à seca e a falta de oportunidades no meio rural, restou a migração para os centros urbanos da região, onde desenvolviam vários trabalhos informais. Na falta desta opção ou diante de uma situação de extrema pobreza, restava buscar nos lixões comida e materiais que pudessem consumir ou revender para garantir sua sobrevivência. Essa foi a trajetória do núcleo familiar de vários de nossos entrevistados.

Seguindo com o histórico do desenvolvimento do Nordeste, Silva (2016) pontuou que devido à crise econômica internacional dos anos 1970, o Brasil passou a enfrentar sérias dificuldades fiscais e financeiras que desencadearam a crise do modelo desenvolvimentista em curso. O agravamento das condições da economia acarretou pressões para a adoção de políticas de desregulamentação, privatização e liberalização dos mercados, que já na década de 1990 resultaram em uma reestruturação industrial com forte impacto negativo no mercado de trabalho e em uma nova inserção da economia doméstica nacional no sistema econômico global neoliberal.

As transformações decorrentes da crise da década de 1990 seguiram a tendência global na região Nordeste. Aos empregados regulares impunha-se a flexibilização das funções e da jornada de trabalho, ao mesmo tempo em que cresciam os trabalhos periféricos, revivendo sistemas antigos como o trabalho doméstico, artesanal, familiar, paternalista. A adoção de políticas

neoliberais trouxe a liberalização e privatização da economia, dando início a “guerra fiscal” dos estados, que buscaram atrair o investimento estrangeiro para suas localidades. O Nordeste concentrou seus esforços na atração de setores industriais que só exigiam o que tinha em abundância: mão de obra barata e desorganizada, com uma fraca organização sindical¹⁵.

Uma das estratégias criadas pelos estados nordestinos para atrair os setores industriais foi o fomento às cooperativas de trabalho, estas prestavam serviços como terceirizadas para outras empresas, em especial do setor têxtil e calçadista, reduzindo os custos das contratantes ao eximí-las das responsabilidades com direitos trabalhistas e previdenciários. Na avaliação de Lima (2002), tal qual a Sudene, a Guerra Fiscal não foi capaz de solucionar os problemas sociais e econômicos do Nordeste ou de qualquer um dos seus estados. Para o mundo do trabalho no Nordeste, a herança da Guerra Fiscal é um subproletariado, semi-especializado, acostumado com relações trabalhistas que não garantem direitos legais.

De acordo com Vêras de Oliveira (2015), o Governo Lula inaugurou um período de recuperação econômica, mantendo o mercado de trabalho estável mesmo com a crise global de 2008. Surge um novo discurso desenvolvimentista, realçando o compromisso com a geração de emprego e renda e a estabilidade macroeconômica, tendo por emblema maior o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, o qual visava aumentar a produtividade das empresas, estimular investimentos privados, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais. Em 2010, o compromisso foi reafirmado através do PAC 2. Silva (2016) ressaltou que ainda em 2003 começa a ser implementada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada em 2007.

15 Sobre a guerra fiscal no Nordeste ver Lima (2002) e Ismael (2015).

Verás de Oliveira (2015) avaliou que a retomada do crescimento econômico no Nordeste foi favorecida por esse novo contexto, resultando no incremento da capacidade de consumo, favorecida pelo aumento das transferências monetárias federais, assim como pela adoção de uma política de valorização do salário mínimo e pelos reajustes acima da inflação. Mesmo assim o Nordeste continuou socialmente diferenciado, mantendo elevados índices de desigualdade e pobreza, o que manteve altas as taxas de migração e de informalidade.

Com o Governo Temer começa o desmonte das políticas de geração de trabalho e renda e de redistribuição de renda, que contribuíam para minimizar a situação de pobreza na qual vivem muitos nordestinos. Tal desmonte se intensificou ainda mais com a eleição de Jair Bolsonaro, que, apesar de instituir uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional em 30 de maio de 2019, devido ao seu posicionamento “anti-Nordeste”, pouco tem feito pela região.

Do exposto, observamos que o mercado formal de trabalho nordestino não foi construído de maneira a absorver a força de trabalho local. O Nordeste não conta apenas com um volumoso exército de reserva como outras regiões, trata-se de uma situação de desemprego estrutural histórica, que gera um quadro de pobreza e miséria tão intenso que afeta até mesmo a percepção dos trabalhadores acerca do que seria uma condição de trabalho precária.

Analisando a organização coletiva dos catadores paraibanos, uma ex-integrante da Cáritas põem em evidência o modo como o padrão de desenvolvimento do Nordeste, marcado por uma situação de pobreza estrutural, além de um atraso temporal no fortalecimento das discussões sobre a pauta dos catadores, dificultou o desenvolvimento da ação coletiva.

[...] não existe no estado o Movimento Nacional dos Catadores, assim, [...] eles não conseguem se encontrar, eles não conseguem construir

pautas conjuntas, eles não conseguem se apresentar enquanto movimento autônomo, é... cada um tá na sua base, tentando sobreviver lá. Agora, também assim com enormes dificuldades, que a gente sabe que a realidade dos municípios aqui no Nordeste é bem diferente da situação dos municípios em outras regiões. Se você vai em São Paulo, no Sul, claro, tem desafio, tem, mas aqui é tudo muito precário. Então, o povo vive pra... assim, pra sobreviver, pra comer amanhã. Tão envolvidos na dinâmica local e não [...] entenderam ou se fortaleceram suficiente pra se entender enquanto movimento conjunto (Helena, 2018).

Chama atenção na fala da entrevistada o apontamento sobre como a questão da luta pela sobrevivência se torna o centro das preocupações dos catadores, o que retira dessas pessoas o foco da organização coletiva. Por mais que os catadores de outras regiões também enfrentem dificuldades para conseguir renda, na Paraíba as retiradas mensais são muito mais baixas que nos empreendimentos do Sul-Sudeste, onde estas variam de um a três salários.

Ademais, em regiões com um mercado de trabalho formal mais consolidado, as pessoas que hoje vivem da reciclagem, por vezes, tiveram outras experiências laborais com acesso a direitos trabalhistas e até mesmo com participação sindical. Essa experiência anterior deu a muitos catadores de regiões mais dinâmicas outros referenciais para valorizar a organização coletiva e para desejar lutar pelos direitos com os quais estão habituados.

Avaliando a organização dos catadores no Brasil ao longo das últimas três décadas, uma professora da UFCG explicou

Bom, o movimento é um movimento crescente que realmente teve conquistas, mas que também ele foi polarizado em termos de regiões.

Aqui pro Nordeste mesmo, eu acho que os dados do saneamento [...] nas áreas do Norte-Nordeste são mais carentes de maiores... inclusive presença dos movimentos das políticas, né? Pra que eles pudessem contribuir mais efetivamente e fortalecer o trabalho deles aqui na região. [...] Porque a questão dos descartes na região Norte e Nordeste são mais críticos, e é onde tem [...] menor número de aterros [controlados] e uma grande quantidade também de catadores desorganizados. Então, quando eu digo polarização... tá, é que, por exemplo, a região Sudeste, a região Centro-Oeste e a região Sul elas têm lideranças mais fortalecidas inclusive pelas políticas aplicadas por cada região e aí isso fortalece a ação do movimento nessas áreas e aqui a gente tem o que? A gente tem ausência de integração da ação do catador com as políticas públicas que os gestores preconizam [...] [os gestores municipais] não avançam (Loise, 2018).

A partir da fala da entrevistada, percebe-se que a situação do descarte dos resíduos sólidos e do saneamento público é mais crítica nas regiões Norte e Nordeste, onde ainda há uma grande quantidade de aterros sanitários funcionando de forma inadequada, bem como uma forte presença de catadores de materiais recicláveis nesses espaços. Interpretação que corroboramos a partir da análise de dados do *Atlas de Saneamento 2011* (IBGE, 2011).

Soma-se a isso o fato de que nessas regiões não houve tanto incentivo de políticas públicas que fortalecessem a categoria ao longo dos últimos anos, desse modo, haveria uma ausência de integração entre a ação dos catadores e as políticas públicas. Ademais, na avaliação da entrevistada, os gestores públicos nordestinos não avançam na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à gestão de resíduos

sólidos e à integração socioeconômica dos catadores tal como preconiza a PNRS.

Percepções dos catadores paraibanos sobre a organização coletiva da categoria

Em nossa investigação, observamos que as percepções dos catadores paraibanos sobre a organização coletiva da categoria estão, em certa medida, relacionadas ao modo como o MNCR estava agindo localmente quando os entrevistados começaram a ter contato com o movimento. Assim, identificamos cinco fases do movimento no estado.

Em um primeiro momento, que propomos chamar de estágio embrionário, surgiram iniciativas para a organização dos catadores em associações e cooperativas por pressão do fechamento dos lixões e influência da Igreja Católica, que favoreceu o contato dos catadores locais com lideranças de outros estados. Na Paraíba, esse estágio ocorreu entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Logo em seguida veio o estágio do nascimento, quando os primeiros empreendimentos e catadores que coletavam individualmente foram envolvidos na construção da organização política da categoria a nível nacional, através da participação na caravana ao primeiro Congresso Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.

Observamos que os catadores que participaram dos estágios embrionário e de nascimento do movimento na Paraíba demonstraram grande identificação com o MNCR, avaliando positivamente as conquistas realizadas e reconhecendo que a organização coletiva, em empreendimentos econômicos solidários e no próprio MNCR, transformou suas vidas.

Esse é o caso de três entrevistados, aos quais demos os pseudônimos de Cleide (2017), Neide (2017) e Marcos (2018). Indagados se conhecem o MNCR, os entrevistados declaram

respectivamente: “o movimento começou lá dentro do lixão mesmo”, “Com certeza! Fui bater em Brasília atrás do presidente, homi [risos]”, “No ano 2000 nós fizemos o movimento”. Para esses entrevistados não há uma separação entre o movimento de catadores, os empreendimentos de que fazem parte e sua profissão. Ser catador, por si, é ser parte do MNCR, um movimento que eles ajudaram a construir, seja dentro do lixão, dialogando com outros catadores, seja no primeiro Congresso.

Entretanto, a percepção sobre a participação no movimento pode variar bastante. Por exemplo, Marcos, atualmente na coordenação estadual e ex-integrante da comissão nacional do MNCR, se considera parte do movimento, conseguindo enxergar as contribuições “invisíveis” do movimento para a vida dos catadores através das conquistas legais e de políticas públicas. Também Cleide, mesmo sem nunca ter ocupado cargo no movimento, porém havendo participado de várias reuniões da categoria, se sente parte do MNCR e percebe que é através do MNCR que as associações e cooperativas conseguem realizar suas conquistas. Já Neide, que não costumava frequentar as reuniões da Relici nem do FEES, percebe sua contribuição para o surgimento do MNCR no primeiro Congresso, mas não considera que participa deste movimento.

Propomos chamar o estágio seguinte do MNCR na Paraíba de infância, compreendendo o período da primeira década dos anos 2000. Nessa fase, como vimos, os empreendimentos de catadores se multiplicaram no estado e começaram a se estruturar em questões de infraestrutura, ao mesmo tempo em que se fortaleceu a articulação dos catadores a nível estadual através da Rede Lixo e Cidadania e do Fórum de Economia Solidária, porém contando ainda com forte apoio e, poderíamos dizer, praticamente dependência das entidades de assessoria como a Igreja, as universidades e as ONGs.

Observamos que os catadores que passaram a se engajar na organização coletiva a partir desse estágio da infância do movimento no estado, apesar de também reconhecerem a importância das associações e cooperativas para as melhorias de suas condições de trabalho e vida, nem sempre veem o MNCR como um ator importante para essas conquistas, sendo mais comum atribuírem às assessorias o mérito por terem “mudado de vida”. É o caso de entrevistados de diversos empreendimentos que surgiram entre 2007 e 2010 em Campina Grande e João Pessoa, que mencionaram as universidades, a Igreja, as ONGs, o Governo do Estado e as políticas públicas federais como principais apoios para a organização coletiva.

Para muitos dos entrevistados desses empreendimentos, as contribuições do MNCR se resumem a informações prestadas aos catadores através de reuniões ou das formações de projetos da ANCAT. A entrevistada Laura (2018), que participa de uma associação contemplada por um recurso da Coca-Cola via ANCAT, afirmou que não sabe muito bem como funciona o movimento, mas sabe que ajuda os catadores do país todo, atrás de recurso e de parceria. Para ela, as principais conquistas do MNCR envolvem ajudar os empreendimentos de catadores, devendo o MNCR empenhar-se em conseguir recursos para que haja mais projetos, possibilitando aos empreendimentos conseguirem material e maquinário para trabalhar. Todavia, a catadora comenta que acha importante que os catadores participem do MNCR.

O estágio da adolescência teria durado de 2010 até 2016 aproximadamente, quando o MNCR avançou em termos de organização política no estado, consolidando um nome como liderança estadual e, através da parceria entre liderança local e lideranças de estados vizinhos, passou a realizar uma maior quantidade de “ações diretas”. Nesse período, apesar de ainda contar com grande apoio das entidades de assessoria e começar

a conquistar o apoio de gestores públicos municipais e estadual, os catadores começaram a amadurecer seu posicionamento enquanto categoria, modificando suas relações com os diversos atores sociais com os quais se articulam, questionando e mesmo rompendo com alguns apoios que consideravam ferir sua autonomia e cobrando mais do poder público ao identificar-se como sujeitos de direitos.

Seguindo os passos que o MNCR tinha vivido nacionalmente na década anterior, os catadores paraibanos começaram a criar espaços de diálogo exclusivos da categoria dentro das reuniões da Relici. Também passaram a adotar a metodologia “de catador para catador”, defendendo que o diálogo entre catadores deve ser direto. Os catadores também passaram a avaliar criticamente as decisões das assessorias e a execução das políticas públicas, e a utilizar-se das ações diretas para pressionar gestores públicos e sensibilizar a sociedade com a sua causa.

Nesse período a Relici estava funcionando a todo vapor, contando com a participação massiva dos grupos de catadores de todo estado e recursos de projetos executados por várias entidades de assessoria, começando a ganhar a simpatia e apoio de gestores públicos municipais e estaduais. Por esse motivo, é comum que os catadores que participam de empreendimentos que surgiram naquele período apontem pessoas que participavam da Rede como atores importantes para sua organização coletiva, inclusive por apresentá-los às lideranças estaduais do MNCR.

Mesmo sem associar o MNCR à consolidação dos empreendimentos, indicando primeiramente a importância das entidades de assessorias como universidades, ONGs e a Igreja para o surgimento das associações e cooperativas, a grande maioria dos catadores que se aproximou do movimento nesse estágio da adolescência parecem ter uma boa visão do mesmo, reconhecendo

a contribuição indireta do MNCR para a consolidação dos empreendimentos.

É o caso de Antônio, presidente de uma associação localizada na cidade de Pombal, para quem as principais conquistas do MNCR foram doar tudo que eles têm hoje: galpão, maquinário, caminhão. Interessante comentar que o MNCR nunca doou nada para essa associação diretamente, porém, de certa forma, o catador percebe que todas as políticas públicas de fortalecimento aos empreendimentos de catadores que beneficiaram a associação são conquistas do MNCR. Todavia, Antônio (2018) considera que o MNCR ainda tem que conquistar “tudo”, “tem que conquistar os políticos”, “os grandes”, o que aponta um reconhecimento dos desafios da categoria em convencer políticos a nível nacional e local.

Para Chico (2018), integrante da coordenação estadual do MNCR e liderança na cidade de Bananeiras, a importância das associações e cooperativas seria conseguir as doações com mais facilidade, pois os representantes dos empreendimentos podem ir às empresas “com documentos na mão”, “podem exigir que o dono do supermercado doe os resíduos”. Ele comenta que a pedido dos catadores, em outubro de 2018 foi realizada uma audiência pública sobre a lei municipal de gestão de resíduos sólidos na cidade, estando presentes a representante estadual do MNCR, uma técnica da ANCAT, catadores de Solânea e de Lagoa Seca, e representantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para Chico (2018), o MNCR consegue ajudar tanto os catadores organizados quanto os individuais, organizando-os e politizando-os.

Entretanto, também houve declarações de catadores que se envolveram na organização coletiva nesse período da adolescência do movimento no estado e não tinham uma boa percepção do MNCR. É o caso de Alane, que apesar de integrar a coordenação estadual do MNCR, não tem uma percepção positiva sobre

o movimento no estado. Quando perguntamos de que forma o MNCR ajuda as associações e cooperativas, ela respondeu:

Assim, quando eles batiam mais de frente era nesse negócio de poder público, né? [...] As associações e as cooperativas poderem ter mais acesso a falar com um prefeito, a falar com um governante do Estado e ter mais acesso a esses negócios de prefeitura [...]. É assim eu nunca fiz parte de nenhuma, né? Mas assim, o que eu já ouvi falar de outros lugares eles sempre vão pra porta, né? Fazem uma comissão e vão pra rua, chamar atenção mesmo, né? (Alane, 2017)

Havendo participado de vários encontros estaduais e nacionais de catadores, Alane parece usar como referência de ação coletiva as ações diretas, das quais, não tendo participado, ouviu falar que acontecem com frequência em outros lugares. De fato, para quem lê as notícias do MNCR ou para quem ouviu os discursos das lideranças nacionais em eventos, parece que os catadores do Brasil estão o tempo todo interditando estradas, fazendo passeatas e audiências ou pondo “lixo” em frente às prefeituras para protestar por seus direitos. Talvez, influenciada por esse ideal de ação coletiva e sentindo falta dos tempos em que a Relici funcionava bem, permitindo que os grupos do estado estivessem em diálogo constante, Alane acabou se desanimando ao ponto de afirmar que já não há mais movimento no estado.

O estágio de vida adulta do MNCR na Paraíba parece ter início entre o fim de 2017 e início de 2018, quando a maior parte dos projetos em prol dos catadores foram finalizados, levando ao desaparecimento gradual de membros de entidades de assessoria do espaço público. A partir desse momento, os catadores passam a ter que enfrentar uma nova etapa que coloca à prova suas lições sobre autonomia, autogestão e emancipação enquanto coletivos e categoria.

Nenhum dos empreendimentos que observamos ao longo de nossa pesquisa desapareceu com o desmonte das políticas públicas e a desarticulação da Relici e do FEES. Ao contrário, identificamos que surgiram alguns grupos informais já durante o período da pandemia da Covid-19. Porém, os catadores comentaram que, com o fim dos projetos, os grupos que já enfrentavam muitas dificuldades, estão em uma condição de abandono, contando apenas com a assessoria de apoios antigos como os professores e incubadoras de economia solidária de universidades públicas da região, alguns projetos articulados pela ANCAT em parceria com empresas privadas que estão desenvolvendo ações de logística reversa tal como previsto na PNRS, e contribuições mínimas de alguns gestores públicos municipais que já tinham desenvolvido um diálogo com os catadores.

As mudanças no cenário político e a desarticulação da frente de atores em prol dos catadores na Paraíba já apresenta seus efeitos, as políticas públicas de economia solidária parecem andar paralisadas no estado, não havendo diálogo entre a Sesol e o MNCR ou os empreendimentos de catadores. Os governos municipais não avançaram na implementação dos planos de Gestão de Resíduos Sólidos, tampouco na contratação dos catadores para a coleta seletiva, reduzindo seu apoio ao fornecimento de óleo diesel e motorista para os caminhões, quentinhas para alguns grupos mais antigos em algumas cidades e fornecimento de EPIs.

Atualmente, a articulação entre os catadores do estado acontece principalmente através dos grupos de WhatsApp, mas os contatos se dão mais para resolver questões referentes aos caminhões de coleta ou comercialização, do que para pensar em estratégias políticas conjuntas. Em geral, cada grupo vem criando suas próprias estratégias de sobrevivência em meio à difícil conjuntura política e sanitária em que se encontram. Todavia, quando surge uma proposta visando fomentar o debate

sobre a implementação dos planos de gestão de resíduos com o ministério público ou com vereadores, os catadores trocam informações entre si e designam as lideranças que podem representar os interesses da categoria.

Sobre o período da pandemia da Covid-19, logo no início do período de isolamento, os catadores de Maceió (AL) e São Paulo (SP) iniciaram campanhas solidárias, visando levantar fundos para manter os catadores em casa. O modelo da campanha logo se propagou por várias cidades, inclusive na Paraíba. Em Campina Grande, os grupos se articularam para solicitar do poder público municipal apoio enquanto estavam sem poder trabalhar, o que lhes rendeu doações de cestas básicas, álcool em gel, máscaras e EPIs no momento em que voltaram a trabalhar. Ademais, o MNCR adotou a estratégia a nível nacional, criando a Campanha de Solidariedade aos Catadores do Brasil, auxiliando catadores de várias cidades do país.

Considerações Finais

Os catadores da Paraíba começaram a se organizar coletivamente em associações e cooperativas de trabalho quando seus colegas do eixo Sul-Sudeste já tinham mais de uma década de caminhada de organização coletiva. Por um lado, os paraibanos foram beneficiados pelas conquistas de seus companheiros, engajando-se na organização política da categoria ao mesmo tempo em que formavam os primeiros empreendimentos no estado. Por outro lado, os catadores da Paraíba, assim como de outros estados do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, tiveram que enfrentar desafios específicos para tentar consolidar políticas de gestão de resíduos sólidos locais que primassem pela inclusão socioproductiva dessa categoria.

Identificamos como ao longo do tempo diversas matrizes prático-discursivas contribuíram para a construção de uma

identidade coletiva positiva dos catadores. As principais matrizes que contribuíram para a consolidação do movimento social dos catadores brasileiros foram a Teologia da Libertação, a economia solidária, a matriz do novo sindicalismo, os debates sobre meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, mas também a matriz da democracia popular, a matriz feminista e a relacionada às questões raciais. Estas matrizes permitiram aos catadores gestarem uma identidade coletiva, reconhecendo-se como trabalhadores, agentes ambientais, cidadãos de direito, em sua maioria mulheres negras. Tal identidade coletiva permitiu conformar uma agenda de demandas da categoria.

Com a consolidação do MNCR enquanto entidade representante da categoria dos catadores e a oportunidade política aberta com a chegada do PT ao Governo Federal, os catadores passam a integrar espaços institucionalizados, a partir dos quais realizam várias conquistas em termos de marco legal e políticas públicas. Em conjunto, esses foram os principais processos que permitiram a organização coletiva, socioprodutiva e política, dos catadores e catadoras de materiais recicláveis em diversas regiões do país, inclusive na Paraíba.

Sobre a percepção dos catadores paraibanos a respeito do processo de organização coletiva, todos os entrevistados, inclusive aqueles que ainda atuam de maneira individual, veem a organização socioprodutiva como algo positivo, considerando a participação em associações e cooperativas fundamentais para que os catadores melhorem de vida e alcancem direitos. Já a visão sobre a organização política é diretamente influenciada pela trajetória de vida e o momento e tipo de envolvimento do catador desenvolve com o MNCR. Quanto mais intenso o envolvimento do catador com grupos e atividades da categoria, especialmente em ações diretas, mais fácil é que este se sinta parte da categoria, e, muito provavelmente, parte do MNCR.

A organização coletiva tem possibilitado que a categoria dos catadores saísse dos lixões às mesas de negociação com o poder público e empresas privadas. Apesar das limitações na aplicação do marco legal conquistado, os catadores vêm construindo formas de ação coletiva e buscando intervir na arena política através da utilização das estratégias disponíveis em seu repertório de luta, buscando transformar as relações produtivas e sociais nas quais estão inseridos. Essa categoria é uma prova viva de que trabalhadores informais, que vivem nas franjas do capitalismo, podem se organizar e agir coletivamente, desenvolvendo uma identidade coletiva e logrando realizar conquistas que modificam, em certa medida, a vida de muitas pessoas envolvidas com essa atividade.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v.02, n.03, p. 21 – 41, 2012.

BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista. Reciclagem: Trabalho e Cidadania. In: KEMP, Valeria Heloisa.; CRIVELLARI, Helena Maria Tarci (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 65-82.

BIRKBECK, Chris. Self-Employed Proletarian in na Informal Factory: The case os Cali's Garbage Dump. **World Development**, v.6, n.9/10, p. 1173-1185, 1978.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: O caso dos catadores de recicláveis. **RBCS**, v. 23, n. 67, p. 101 – 116, 2008.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & Antropologia**, v.02, n.03, p. 43-63, 2012.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico**. São Paulo: Humanitas, 2013.

ISMAEL, Ricardo. A SUDENE e o enfrentamento dos problemas do Nordeste na Nova Ordem Constitucional. In: NASCIMENTO, Ângela; LIMA, Marcos Costa. (Org.). **O Nordeste Brasileiro em Questão: Uma Agenda para Reflexão**. Brasília: Kiron, 2015. p. 114-135.

KEMP, Valeria Heloisa.; CRIVELLARI, Helena Maria Tarci. (Org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LEITE, Márcia de Paula. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula. (Org.). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012. p. 227-268.

LEITE, Márcia de Paula. A economia solidária no debate e na experiência latino-americana. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela.; LIMA, Jacob (Org.). **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 19-42.

LEITE, Márcia de Paula, WIRTH, Ioli Gewehr e CHERFEM, Carolina Orquiza. Trabalho e resistência na Reciclagem: Movimento Social, Política Pública e Gênero. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela; LIMA, Jacob (Org.). **O trabalho na**

economia solidária: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015. p. 335-361.

LIMA, Jacob. **As artimanhas da flexibilização:** o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, Jacob. Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da Pobreza. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela; LIMA, Jacob (Org.). **O trabalho na economia solidária:** entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015. p. 325-333.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p.11-48, 2009.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Liminaridade e exclusão: Caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira?. In: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Catadores de materiais recicláveis:** um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 123-150.

MARTINS, Clitia Helena Backx. Catadoras/recicladoras na Região Metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade ocupacional. **Mulher e Trabalho**, p. 65-78, 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/mulher/2005/artigo4.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MESALÍAS, Jorge Prince; NUREÑA, Cecilia Castro. **Evaluación Temática Regional:** Trabajo Infantil en la Segregación y Gestión de Residuos Sólidos Urbanos en América Latina y el Caribe Lima. OIT / IPEC Sudamérica, 2004.

NASCIMENTO, Josilene Barbosa do. “**Burros sem rabo**”: invisibilidade e consumo ostensivo. Curitiba: Appris, 2016.

NIÑO, José Juan Cervantes; HERNÁNDEZ, Lylia Palacios. El trabajo en la pepena informal en México: nuevas realidades, nuevas desigualdades. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 27, n. 1, p. 95-117, 2012.

NÚÑEZ, Nicolás Gómez. La economía de reciprocidad de cachueros y coleros en Chile. In: GAIGER, Luiz; SANTOS, Adriane (Org.). **Solidariedade e ação coletiva**: trajetórias e experiências. São Leopoldo: Unisinos, 2017. p. 108-130.

OLIVEIRA, Francisco. de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista, Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981.

PACHECO-VEGA, Raúl. Cartoneros, catadores, minadores y pepenadores: reciclaje informal de basura em países de AL. **Crónica**, Aguascalientes, 05 out. 2012. Disponível em: <http://www.cronica.com.mx/notas/2012/695499.html>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ROSSI, Flávia. A atuação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) na construção de políticas públicas para catadores nos governos do PT no âmbito federal. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu. **Anais eletrônicos 42º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/6Bbf9bs>. Acesso em: 05 jul. 2020.

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 329-367.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÁNCHEZ, Tania Espinosa. La basura y los recicladores informales: ¿Por qué México no?. **Emeequis**, 24 ago. 2013. Disponível em: <http://www.m-x.com.mx/2013-08-24/la-basura-y-los-recicladores-informales-por-que-mexico-no-por-tania-espinosa-sanchez/> Acesso: 12 abr. 2019.

SANT'ANA, Diogo de; METELLO, Daniela. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, C.J. e GOES, F.L (Org.). **Catadores de materiais recicláveis:** um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 21-46.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. **Contra a maré?** Economia solidária e cooperativa de catadores em meio ao capital. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/6BbgqEk>. Acesso em: 31 dez. 2019.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. Reflexões sobre as Políticas Públicas voltadas os(as) Catadores(as) de Materiais Recicláveis no Estado da Paraíba: Entre as diretrizes nacionais e a implementação local. **RPPI**, v.3, n.1, p. 206-229, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/35429>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. A organização dos “inorganizáveis”: a experiência coletiva dos catadores e catadoras de materiais recicláveis na Paraíba. Tese de Doutorado. Campina Grande: UFCG, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/17953> Acesso em: 29 abril 2021.

SANTOS, Thelma Flaviana Rodrigues dos. Trabalhadores informais “inorganizáveis”?: O caso dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. In: RAMALHO, J.R.; CARNEIRO, M.S.; OLIVEIRA, R.V. (Orgs.). **Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva**. São Paulo: Annablume, 2021. p.327-354.

SILVA, Sandro Pereira da. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Rev. Serv. Público**, Brasília, v. 67, n.3, p. 351-376, 2016.

SILVA, Sandro; GOES, Fernanda; ALVAREZ, Albino. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

SIMÕES, Maria Luiza Duarte. Projeto de Lei prorroga fim dos lixões para 2021. **Portal JUS**, mai. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57761/projeto-de-lei-prorroga-fim-dos-lixoes-para-2021>>. Acesso em 12 fev. 2019.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Juventude e Trabalho como Questão Pública no Brasil: há uma inflexão com as iniciativas recentes?. **Contemporânea**, v. 2, n. 1 p. 231-253, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: Velha Nova problemática. In: NASCIMENTO, A.; LIMA, M. C. (Org.). **O Nordeste Brasileiro em Questão: Uma Agenda para Reflexão**. Brasília: Kiron, 2015. p. 42-80.

VERONESE, Maria e CABRAL, Sueli. A dimensão do estar-junto: sociabilidades e identidades como articuladores

teóricos possíveis para pensar a tríade homem-lixo-trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais eletrônicos 40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 2016. Disponível em: < <https://cutt.ly/CBbgidE>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

WILSON, David; VELIS, Costa; CHEESEMAN, Chris. Role of informal sector recycling in waste management in developing countries. **Habitat International**, n. 30, p. 797-808, 2006.

CAPÍTULO XII

O Músico Empreendedor: transformações no campo do trabalho musical em Campina Grande e João Pessoa sob o contexto pandêmico

Tiago Fernandes Alves

Introdução

Em seus primeiros dias, a pandemia causada pelo vírus da Covid-19 trouxe grandes questões sobre a sobrevivência do modelo econômico capitalista, uma vez que o fechamento do comércio e atividades não essenciais durante meses, na tentativa de conter as contínuas subidas dos números de mortos e contaminados, foi um dos pontos mais polêmicos e discutidos. O que entrou em pauta foi a sobrevivência de corpos humanos ou o do corpo econômico. Vale salientar que os primeiros profissionais a serem atingidos por essa paralização foram os músicos, musicistas e artistas em geral, pois as aglomerações tanto em espaços fechados quanto abertos sofreram as restrições mais urgentes e necessárias.

O fechamento de casas de shows e teatros, assim como o cancelamento de eventos, espetáculos e turnês decidiram, de forma abrupta, a vida de milhões de profissionais em todo o mundo. A urgência em frear a pandemia veio de forma vertical, sem uma preparação por parte das autoridades, e isso ficou claro tempos depois, enquanto assistíamos ao desespero dos trabalhadores do campo artístico-musical, sem nenhum apoio por parte de políticas emergenciais que só vieram meses depois. Vale ressaltar que, quando falo dos trabalhadores da música enquanto cadeia produtiva atingida pela pandemia, me refiro também a toda massa invisibilizada dos bastidores dos eventos e shows – toda a produção de um festejo junino, por exemplo, em que temos a compra de materiais para confecção de roupas juninas, costureiras, os pequenos comerciantes locais, as empresas de segurança, as distribuidoras de bebidas, os vendedores de lanches, os ambulantes com suas caixas de isopor, os trios de forró formados por senhores de idade da zona rural, o escoamento da produção de milho na forma de pamonha, canjica, o queijo de coalho na brasa, a venda de fogueiras, os carroceiros, etc. Nisso, entram também a rede hoteleira, o turismo de eventos, encontros religiosos, venda de fogos de artifício.

Na base dos empregos diretos, movimentada pelos shows, temos os *roadies*¹, equipe de iluminação, eletricitas, dançarinos,

1 Esses trabalhadores são fundamentais para a realização de qualquer evento artístico musical, sem os quais nada seria possível, principalmente em um país como o Brasil, onde uma massa super explorada e invisibilizada serve de alavanca para a consecução de qualquer obra, seja artística, seja material. Podemos defini-los como um “faz tudo”, desde a montagem do palco, até mesmo pequenos serviços de eletricidade. Isso reflete a estrutura escravagista ainda em voga em nosso país, onde corpos de homens negros servem de sustentação mal paga para a realização dos eventos glamurosos na reprodução do capital artealizado. Existe, pois, uma clara divisão sexual e racial do trabalho musical. As mulheres negras possuem pouco espaço neste cenário, pois lhes resta o papel de cantoras, *backing vocals* ou dançarinas.

peçoal de apoio, mesários. Aos trabalhadores e trabalhadoras desse setor, restou embarcar em outras atividades na tentativa de reestabelecer os mínimos ganhos necessários à sobrevivência – vendendo seus instrumentos, trabalhando como motoristas de aplicativo, fazendo serviços na área da construção civil, vendendo frutas, ovos e verduras no porta mala dos seus carros, ou qualquer outra forma de trabalho para a manutenção de suas vidas. Mesmo consciente de todo esse cenário, irei me dedicar apenas aos trabalhadores da música de Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba, citando aqui esse contexto mais amplo apenas como exercício reflexivo.

Neste trabalho, apresento uma série de reflexões sobre a precarização do setor, que já vem sendo realizada antes mesmo do início da pandemia da Covid-19, e que culminou, nos últimos dois anos, no agravamento da situação. Portanto, lançarei mão de dados de pesquisas anteriores, assim como de entrevistas realizadas entre músicos de Campina Grande e João Pessoa, na Paraíba, presentes em trabalho anteriormente publicado por mim, no que se refere ao processo de circulação da música enquanto mercadoria (Alves, 2016).

Por também fazer parte da cena musical, foi-me possível entender os processos de contratações de eventos, trazendo, pois, minha experiência como trabalhador dos palcos para ajudar a compor essa miscelânea de acontecimentos que teimam em não se desvelar para o público, ocultados pelo espetáculo e pela necessidade de se fazer presente, na construção de um personagem estetizado, a espetacularização do real e da vida cotidiana (Debord, 2003).

Nesse sentido, objetivando entender as estratégias de sobrevivência empregadas, analiso perfis da rede social *Instagram* para entender o novo modelo que estou chamando de *músico empreendedor*, situado em diversos perfis de músicos, musicistas e empresas de estúdio de gravação, além de cursos de música *online* e seus patrocinadores.

Em termos analíticos, irei do geral ao particular, procurando entender as características gerais do campo musical e do mercado fonográfico, visando compreender tais mudanças estéticas e performáticas. Observo o perfil geral do trabalhador musical no Brasil a partir do relatório do Escritório Brasileiro de Compositores (EBC) de 2021 e o comparo ao perfil local, tentando apreender continuidades e rupturas. Por fim, apresento algumas estratégias traçadas por trabalhadores musicais de Campina Grande e João Pessoa e os caminhos por eles tateados, na tentativa de sobreviver diante da crise do setor cultural.

As Lives como nova estética algorítmica

As *lives* de repente surgiram como a febre imaculada que salvaria os trabalhadores e trabalhadoras do setor artístico musical, tirando a população do tédio do isolamento social, uma promessa de nova roupagem de interações humanas. Mas esse fenômeno deve ser analisado de modo mais comedido. Primeiramente, um recorte crítico tem que ser realizado. As *lives* foram uma possibilidade real para um ínfimo contingente dos trabalhadores e trabalhadoras da música, uma vez que requerem, no mínimo, internet de qualidade e equipamentos de captação e reprodução audiovisual. Ou seja, apenas aqueles e aquelas com condições materiais e financeiras puderam dispor dessa nova ferramenta. Audre Lorde (2007 apud Holanda, 2019) expõe essa questão quando coloca a poesia como a mais acessível e barata manifestação artística para grupos subalternizados e de baixa renda, do mesmo modo que Collins (2019) quando descreve a hierarquização entre as produções literárias e musicais de mulheres negras norte-americanas, tendo o *blues* como evocação estética superior.

Nesta situação imposta, muitos foram os colegas trabalhadores e trabalhadoras musicais e artistas destoados diante

dessas novas ferramentas. O grande montante sequer possui redes sociais ou *email*, além de deterem pouco domínio sobre os mecanismos das plataformas de distribuição *streaming*, gerando um fosso que antes não se via. Por outro lado, as plataformas *Instagram e Youtube*, que rapidamente se adaptaram ao novo formato para a realização de transmissões ao vivo, ganharam ainda mais projeção por conta do sucesso das *lives*. Essas apresentações através das plataformas digitais passaram a compor a nova performance artístico-musical que estava há meses paralisada. Contudo, vale ressaltar a distância geracional entre os mais jovens acostumados ao mundo digital e os veteranos com pouca maleabilidade necessária ao uso desses recursos. Dentre esses, cito meu próprio pai, trompetista, que, em suas *lives*, necessitou de auxílio para realizar as transmissões ao vivo.

O fenômeno das *lives* foram produto de indivíduos isolados em casa e que, aos poucos, foram arrebatados por grandes companhias de bebidas e demais empresas interessadas nos *likes* e compartilhamentos que fizeram dessas plataformas uma fonte de lucro (monetização). Ao contrário da situação do artista ordinário, que fez uso de sua internet e de seus próprios equipamentos para realizar uma apresentação ao vivo em casa, os artistas *streaming* tiveram produção e gerenciamento técnico monetário dando total suporte.

Essas apresentações se tornaram uma forma rentável, aos olhos dos produtores de algoritmos, apenas oferecendo uma “janela de oportunidades” para divulgar sua arte, gerenciando alguns comandos simples de seu celular. Essas plataformas distribuem os conteúdos produzidos, enquanto empresas algorítmicas mensuram os *likes* e *views* em busca de potenciais objetos de investimento. Aos produtores e gigantes multinacionais da música como a *Warner* e a *Sony*, basta esperar que os dados cheguem às suas mesas com as estatísticas de quanto lucro determinadas obras devem render. É o que discuto a seguir.

O sistema por trás das plataformas *streaming*

A IFPI (*International Federation of the Phonographic Industry*) possui amplo controle sobre o que será lançado no mercado como sucesso. A gestação dos futuros *hits* se dá através de um amplo controle sobre composição, produção, gravação e distribuição, por meio de uma divisão internacional do trabalho artístico musical (Simmel, 1998). Em seu *Global Music Report: state of the industry*, de 2019 e 2021, a Federação apresenta as estatísticas que revelam as nuances do mercado fonográfico pelo mundo, as projeções de mercado de cada região, os novos formatos consumidos, os perfis em destaque, etc. Este documento revela como artistas ao redor do mundo são produzidos, deixando entrever como os *hits* e os novos artistas são lançados, assim como recheia suas páginas com propagandas de empresas e agências de sondagens específicas na coleta de dados sobre que tipo de música cada usuário pelo mundo se identifica, através de quais plataformas as consome, quantos acessos e *likes* nas redes sociais, *downloads*, elaborando perfis estatísticos que permitem estabelecer padrões de consumo. Essas empresas trabalham em conjunto ao coletar dados de perfis de usuários de internet e plataformas digitais ao redor do planeta, negociando esses dados como informação estatística probabilística de futuras composições que emplacarão os novos sucessos do momento. Cada curtida em um vídeo no *Youtube*, cada *like* em uma música no *Deezer*, *Spotify* fornece aos algoritmos informações aos bancos de dados de empresas como a *Nielsen*, na Suécia, que depois negocia a venda desses dados fornecidos pelos próprios usuários. Mesmo se não houver participação ativa do usuário, toda vez que se assiste a um vídeo ou se ouve uma música, os dados são armazenados e se constroem os perfis dos usuários. Os índices de audiência também preenchem os arquivos da indústria, uma vez que, em países onde a internet e redes sociais possuem

pouco alcance, a TV e o rádio ainda são os carros chefe na distribuição das mercadorias sonoromusicais (Alves, 2016).

No segundo momento, a indústria municiada pelos dados aciona seus muitos estúdios pelo mundo, numa complexa rede de estúdios de gravação, produtores, arranjadores, compositores e instrumentistas, para a elaboração do produto a ser vendido. Neste ponto, uma similitude com a indústria comum se faz transparecer: existem eixos estruturais (bases rítmicas que depois são negociadas num lucrativo mercado dos *beats*) das músicas a serem compostas, ritmos² pré-programados, melodias³, harmonias⁴ e letras pré-projetadas em linhas de montagem que mais lembram uma fábrica de automóveis. Contudo, ao adequar-se ao novo modelo de produção capitalista, essa fase da produção industrial sonoromusical está totalmente perfilada ao *just-in-time* toyotista, sendo a mercadoria fabricada após o mapeamento das demandas. A divisão do trabalho nessa fábrica artístico-musical atende aos requisitos mais básicos da reestruturação produtiva (Antunes, 2005; 2010). A ultra especialização e a divisão por tarefas reflete o ímpeto de reorganização da fábrica enxuta, executando tarefas produtivas a partir

2 Ritmo pode ser definido como sendo a relação entre a duração de notas (sons) e pausas (intervalos sem som), dentro de um padrão temporal específico. Mas essa relação também se estende à relação entre notas fortes (acentuações) e notas fracas, graves e agudas, formando um fluxo contínuo e regulado.

3 A melodia é uma sequência linear de notas que o ouvinte ouve como uma entidade única. A melodia de uma música é o primeiro plano para os elementos de apoio e é uma combinação de tom e ritmo.

4 O conceito de harmonia é complexo, pois sua definição em obras clássicas passa hoje por contestações e reformulações. Contudo utilizarei aqui a definição mais abrangente e menos técnica, visando mais uma explicação didática que facilite a compreensão do texto em si. Harmonia é a combinação de sons dentro de uma lógica sequencial, onde os acordes se arranjam em uma estrutura (harmônica), dando conformidade musical. A harmonia define, portanto, o tom da música e as possíveis linhas melódicas a partir dessa estrutura basilar.

das demandas de consumo. O resultado são produções musicais centradas nos possíveis consumos que retornarão na forma de lucro a partir de baixos investimentos, uma vez que todo arsenal constitutivo dessas novas mercadorias se encontra encaixotado em *standards* que reproduzem de modo controlado os gostos dos consumidores.

Na página principal do aplicativo de distribuição de música *Spotify*, a cada fim de ano, um relatório é disponibilizado aos usuários sobre as *playlists* ouvidas⁵. No final de 2019, a empresa apresentou um resumo da última década, mostrando os artistas mais ouvidos, a quantidade de horas que o usuário gastou usando o aplicativo, suas preferências, etc. Apesar de não ser uma prática ilegal, uma vez que tudo está firmado por meio de um contrato aceito pelo usuário (contrato de uso de *softwares* e aplicativos que dificilmente lemos por completo), essas plataformas *streaming* vendem essas informações para grandes produtoras como a *Sony Music Entertainment*, *Warner Music Group*, *Universal Music Group*, Som Livre para a preparação de novos lançamentos, não mais de discos completos, mas em formatos *singles*, onde apenas uma música é lançada como “música piloto”, uma espécie de rastreamento do campo a ser (re)investido. Essas grandes produtoras não são nada mais que subsidiárias de grandes conglomerados do entretenimento, produzindo todo tipo de mídia física e digital.

5 No fim do ano de 2021, recebi do *Google* e do *Youtube Music* os relatórios do meu perfil de consumo musical. Impressionou a meticulosidade como os dados foram computados (óbvio, são aferições matemáticas!). Minutos de escuta, *ranking* das mais ouvidas, perfil de consumo, etc. Não é de impressionar que todos esses dados retornarão em possíveis tipos de música que os algoritmos me irão sugerir, e o *Google* na forma de produtos, bebidas e comidas que, estatisticamente, eu tendenciosamente irei desejar. O *Ifood*, por exemplo, já envia notificações de possíveis alimentos que podemos consumir baseado em nosso perfil de pedidos anteriores e em horários que ele “entende” ser a “hora da fome”.

Lendo atentamente ao relatório da IFPI, fica claro que os discursos sobre “genialidade”, “artista”, “empoderamento”, “criatividade”, “superação”, “inovação” e “talento” aparecem como apropriação das histórias de vida ao servir como capital simbólico (Bourdieu, 2011) que agrega valor ao produto artístico musical. Quando Lipovetsky (2015) descreve a constituição de um novo tipo de capitalismo pautado na estetização e Canclini (2012) demonstra o surgimento de uma “sociedade sem relato”, as duas perspectivas convergem para a atuação desses discursos como incremento semântico para preencher objetos vazios de sentido artístico, apenas para consumo imediato. Isso se revela em programas televisivos brasileiros de domingo à noite, quando histórias de superação são narradas, mostrando as dificuldades dos artistas que “lutam contra tudo e contra todos em busca da realização dos seus sonhos”. Essa retroalimentação entre o produto e a narrativa de luta e sofrimento é fundamental para a valorização da obra.

O esgotamento das pulsões criativas praticamente inexistentes na indústria cultural, pois seu nicho de mercado se tornou “avesso ao novo”, impõe ao consumidor estruturas sonoras reconhecíveis, como proposto por Adorno (1973), onde o mesmo objeto é oferecido, mas com modificações em sua estética rótulo (no caso da música das últimas décadas, seu timbre e ambientações sonoras). Os discursos se referem à preparação das subjetividades dos potenciais consumidores das mercadorias artístico musicais em um enredo que dignifica a obra antes de ser consumida, uma espécie de rotulação, apresentando os ingredientes que culminaram nas sonoridades⁶ ouvidas. A criatividade não

6 Por sonoridade, compreendo a relação entre som e silêncio: os sons ambientes, seus ruídos, seus sons particulares que o definem e distinguem, etc. Sonoridade quer dizer a relação mais ampla com os sons de cada lugar para além da música. Esta distinção é importante quando aponto que certas mercadorias sonoras são produzidas em formatos musicais, mas dentro de uma

se revela no produto em si, mas nas narrativas e rótulos a ele atrelados, tal qual uma moto Honda Titan 125cc que há mais de 20 anos possui o mesmo projeto, mas que a todo ano recria-se em novos modelos, apenas modificando sua carenagem, faróis, adesivos e cores.

Apropriando-se dos discursos inovadores e criativos, a indústria se alavanca como produtora da “revolução moda” (Lipovetsky, 1988), uma revolução que não ousa transformar a realidade social, apenas fornecer alívio aos sofrimentos causados pelas barbáries cotidianas. A “revolução moda” age como estetização controlada das inovações sociais, novas roupagens em um mundo apresentado por meio de novidades, porém sem modificar a estrutura produtiva. E essa lógica é fundamental quando pensamos no empreendimento musical ao atribuir ao produto (música) uma renovação estética com garantia de rentabilidade monetária. O sucesso musical se dá num retorno simbólico, como a honra e o respeito no caso dos estamentos observados por Weber (1999), ou o capital simbólico social pensado por Bourdieu (2011), travestido na forma da quantidade de acessos e reproduções do hit nas plataformas *streaming*. Nesse sentido, é muito comum que colegas do mundo da música de Campina Grande busquem o tempo todo a estetização visual nos palcos e nas sonoridades timbrísticas⁷ de suas músicas, repetindo os padrões que estão emplacando sucessos mundo afora.

Segundo o relatório da IFPI, a indústria no mundo todo investiu mais de 5,8 bilhões de dólares na produção de artistas.

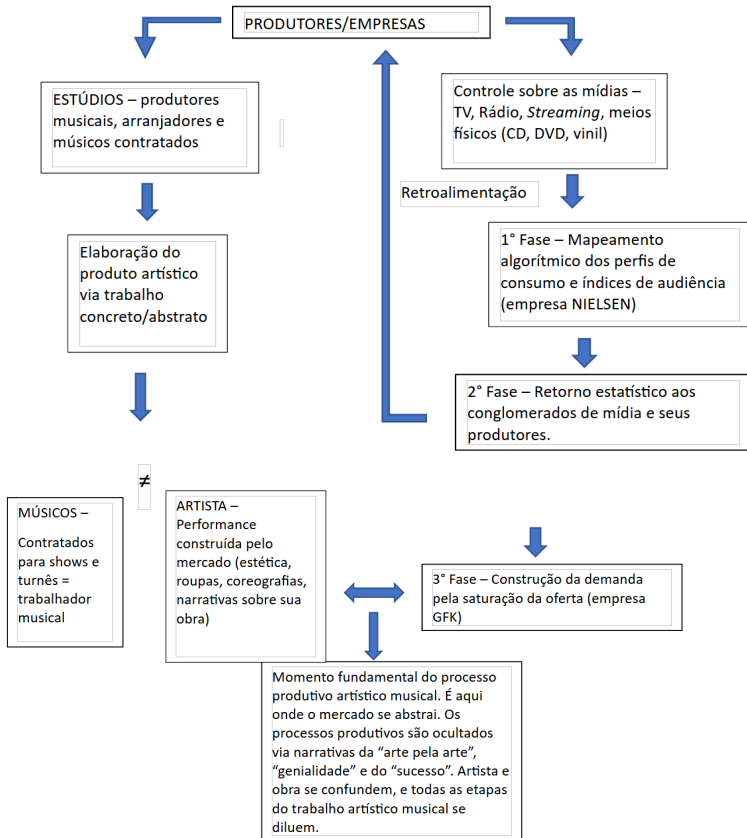
lógica de produção industrial voltada para o lucro. Apesar de ser música, não ultrapassa sua objetividade enquanto produto industrializado, volátil, descartável, voltado ao mercado e lucro. São, portanto, sons organizados em formato musical, sonoridades estetizadas.

- 7 Timbre é a identidade sonora de um som, aquilo que o distingue e o caracteriza. Para efeitos comparativos poderia afirmar que o timbre está para o som assim como uma cor está para um objeto físico, ou sua textura. Portanto, timbre seria a cor, a textura e temperatura de um som, seu sabor.

Para tanto, após a captação do artista, são dirigidos esforços ao desenvolvimento da identidade visual do mesmo, os *Creative Teams*, elaborando suas roupas, características pessoais, postagens em redes sociais controlada por equipes de relações públicas no *Tweeter*, coreografias, performances no palco. Ao mesmo tempo, o *Marketing & Digital age* nas campanhas multimídia, divulgando, maciçamente, a imagem pré-fabricada do artista. O *Syne & Partnership* fica imbuída da padronização do artista, ou seja, sincronização entre imagem e distribuição nas mídias. Essa etapa está diretamente atrelada ao *Press and Publicity*, responsável pelo acercamento do artista aos grupos midiáticos e seus apresentadores locais, num claro movimento de capital social. A *Global Distribution* e *Global Reach* ficam responsáveis pela distribuição em escala global, acionando produtoras e empresas de mídia no mundo todo por meio de técnicos globais que facilitam a entrada do artista em culturas diferentes, moldando-o de acordo com o país a ser negociado. Como comentado em linhas atrás, ao artista local, desassistido de toda esta estrutura de produção, resta imitar a estética amplamente consumida em busca de seu lugar ao sol.

A máxima, muito utilizada por músicos e musicistas entrevistados ao longo dessa pesquisa, se fez presente a todo momento quando lia as páginas do relatório. “Temos que tocar o que o povo quer ouvir” e “temos que tocar o que o povo gosta” foram os jargões apoteóticos reveladores do jogo de interesses de uma indústria muito bem sucedida no que faz, ao abstrair de si o própria o foco de controle sobre o que é consumido, a formação dos gostos, a construção das demandas. Estas frases foram também as mais repetidas durante as entrevistas e conversações com os sujeitos da amostra. Neste caso a reprodução dessa lógica soou como uma tentativa dos músicos e musicistas de se “redimirem” de uma espécie de “culpa” por estarem tocando um tipo de música que muitas vezes não gostam, ou que exige baixo recurso técnico diante do seu próprio potencial.

Figura 01. Indústria Fonográfica Mundial: atores e processo de produção e circulação. (IFPI)



Fonte: Adaptado de Global Music Report: the state of music industry (2019).

Não foi incomum identificar a frustração de muitos desses trabalhadores e trabalhadoras musicais quando relacionados os anos de dedicação ao estudo de suas vozes e instrumentos com o tipo de música executada, tendo em vista a alta porcentagem de profissionais formados em curso superior e que não são absorvidos pelo mercado. Há um descompasso entre o nível exigido

pelo mercado (ou seja, o que é necessário para execução das chamadas músicas de sucesso) e o nível desses profissionais.

O relatório da IFPI também aponta um crescimento de 9,7% do setor, principalmente pelo incremento das plataformas *streaming* mais baratas, ágeis e com um nível de previsibilidade dos lucros sem antecedentes, sendo este o sexto ano de crescimento consecutivo. Em meio às sucessivas crises do capitalismo, a indústria fonográfica conseguiu se ampliar, conquistar novos mercados, principalmente na América Latina e Ásia, dois dos seus grandes campos de investimentos e retorno lucrativo.

De 2014 até o ano de 2022, o mercado *streaming* acumula oito anos consecutivos de crescimento que o fez obter 67% do total do mercado nos dias atuais. Desde 1999, o mercado de mídia física vem decaindo. Em 1999, as receitas ultrapassavam os 22 bilhões de dólares, chegando a pouco mais de 4,5 bi em 2022. No Brasil, o *streaming* já corresponde a mais de 85% do mercado total, obtendo um crescimento no último ano (2022) de mais de 25% do setor. África, com 34,7%, e América Latina, com 25,9%, lideram as taxas de expansão desse formato de mídia, apontados como os mais promissores mercados de consumo de mídia *streaming* do mundo, seguidos apenas pelos asiáticos, com 15,4%.

Neste modelo empreendido pelo trabalho tecnológico, numa clara incorporação do trabalho morto via aplicativos e que caracteriza o infoproletariado (Antunes, 2018), sob constante vigilância algorítmica, o trabalho performático do trabalhador e trabalhadora da arte e música foi regido durante a pandemia pela “vaquinha” digital *online*, pelas doações e pedidos de ajuda via *Whatsapp*, em busca do consumo de sua apresentação ou produto “postado” em sua “linha do tempo”, seu “perfil” ou “canal”, e que esses “cliques” e “curtidas” sejam revertidos numa pequena fração recebida na forma de dividendos obtidos pelas grandes empresas de entretenimento. Foi incalculável a quantidade de colegas, conhecidos e amigas a se utilizar desse tipo

de estratégia, após meses sem nenhum tipo de auxílio, que só contemplou a classe artística através da Lei nº 14.017/20, a Lei Aldir Blanc, disponibilizando apenas dois auxílios durante toda a pandemia, através de editais municipal e estadual, sob repasses da União. Contudo, o tema dos auxílios não será aqui tratado, pois se estende para além dos limites deste trabalho.

A construção do músico empreendedor

Nesta seção, analiso as postagens referentes aos perfis na rede social *Instagram* da Ordem dos Músicos do Brasil (@ordemdosmusicosdobrasil) e da Paraíba (@omb_pb), Secretaria de Cultura de Campina Grande (@secultcg), Associação de Músicos da Paraíba (@asmupb) e do Sindicato de Músicos de Campina Grande (@simcgpb). Uma rápida olhada nesses perfis revela as disputas políticas travadas durante a pandemia como forma de reivindicação dos interesses da classe trabalhadora musical, principalmente aqui na Paraíba, onde músicos e musicistas foram às ruas protestar, fechando estradas e avenidas nas principais cidades do estado. Contudo, as reivindicações foram pautadas pela reabertura de bares e restaurantes, e pelo setor de eventos, pois possuem maior capital político de negociação com as instâncias normativas legais. Os constantes litígios judiciais entre os governos federal, estadual e municipal durante a pandemia acerca do fechamento de espaços públicos e cancelamento de eventos foram amplamente usados como plataforma discursiva nas postagens desses perfis, onde bravejou-se constantemente o lema “fomos os primeiros a parar”. Isso é revelador sobre o sustentáculo basilar da maioria desses trabalhadores que são os pequenos espaços onde há música ao vivo. Bares, restaurantes, espetinhos são espaços onde a grande massa trabalhadora musical tira seu sustento, através de negociações informais, “boca a boca”, são acertados precários contratos de

trabalho com baixos cachês. As reivindicações das redes sociais rapidamente ecoaram entre os trabalhadores e trabalhadoras da música, pois encontraram o solo fértil de uma classe desamparada e sem expectativa de retorno ao trabalho.

Para entender melhor os impactos da pandemia sobre o campo artístico musical, analisei quarenta e quatro perfis de músicos e empresas de cursos de música na rede social *Instagram*. A coleta foi realizada de forma aleatória, ou seja, ao atualizar minha *timeline* o próprio aplicativo ia me oferecendo perfis que ele “entendeu” como sendo do meu interesse. A coleta foi interrompida quando percebi que as informações já estavam se repetindo, utilizando o critério de saturação de dados (Spink, 1998). Além dos perfis de músicos e de links patrocinados, analisei também alguns perfis de sindicatos e associações de músicos. Contudo, irei primeiramente analisar os perfis dos músicos, cursos de música e *links* patrocinados.

Disponibilizei algumas frases que achei interessantes para entender como funciona o processo de captação da atenção desse público consumidor na construção do ideário do músico empreendedor. São frases de efeito presentes nas descrições dos perfis e que tentam mostrar um produto diferenciado, barato e de fácil apreensão. A teoria musical também é apresentada como algo pragmático, não academicista. Os estudos técnicos e teóricos são vendidos como de fácil execução, na promessa que é necessário estudar “apenas alguns minutos por dia”. Mais adiante, analiso esses dados de modo pormenorizado. Esses foram os perfis:

Quadro 01. Perfis e slogans de músicos empreendedores

PERFIS DO <i>INSTAGRAM</i>	SLOGANS E DESCRIÇÕES DE CADA PERFIL
@splice	Perfil patrocinado
@carlinhosbrown	Vinculado à rede doméstika.org, com perfil para inscrições para cursos, desenvolvimento de projetos, fóruns, etc.
@marcusabjaud	Aulas de improvisação de teclado
@miloandreo	Aulas de teclado
@edu-ribeiro-baterista	Aulas de bateria
@drumplayalong	Vendas de <i>play alongs</i> para bateristas
@fabricademusica_	“aumente seu nível de violão com apenas 3 minutos diários – grátis”
@udemy	“aprenda piano blues” e aulas de baixo – “comece uma nova carreira”
@mozartmello	Patrocinado – aulas de harmonia
@maestrosandroribeiro	“leia partituras em 30 dias”
@pedropeixotoaudio	Mixagem 3D
@leandrodriguesmusic	“se você tem música na alma, venha aprender a expressá-la” e “não trate a música apenas como um hobby”.
@ademirjuniorjazz	Curso de harmonia de jazz
@ademirjuniorjazz	Patrocinado – aulas de harmonia e composição
@beethovenonline	Patrocinado – “você não precisa ler partitura, é tudo com cifras”
@ozielzinho	Patrocinado – aulas de guitarra
@darlanmarley	Patrocinado – “até quando você vai ficar adiando o sonho de tocar bateria?”
@rafaelbazanofarofa	Patrocinado – “desvendei os segredos do <i>fingerstyle</i> ”

PERFIS DO INSTAGRAM	SLOGANS E DESCRIÇÕES DE CADA PERFIL
@lobaopiano	Patrocinado – “você é bitolado na nota?”
@musicpro.com.br	Patrocinado – “cantar notas agudas ou graves? Qual sua maior dificuldade?”
@marcelobarbosagtr	Patrocinado – guitarra - “fuja da ansiedade! Comece hoje um novo hobby!”
@cursodemusicanaweb	Patrocinado – “está na hora de evoluir sua técnica na guitarra”
@pedrocassiniguitar	Patrocinado – teoria e timbre – “está insatisfeito com seu timbre? Não consegue extrair tudo do seu equipamento?”
@felipeandreoli	Patrocinado – “pouco tempo pra estudar?”
@rodflausino	Patrocinado – aulas de harmonia
@junior_groovador	Patrocinado – “aprenda a tocar vários estilos com energia, alto astral e groovada”
@filipepaivaguitar	Patrocinado – “uma força pra você se livrar do seu fraseado batido”
@vamprapp	<i>Tinder</i> para músicos – “rede social para criativos”
@lipeh.gt	Patrocinado – dominando a penta – “descubra como improvisar e criar solos incríveis, mesmo que você não saiba nenhuma escala”
@escola_do_tecladista	Patrocinado – “de 298,90 por apenas 29,90”
@rodrigoferrarezi	Patrocinado – “seja um guitarrista, não um tocador de guitarra”
@toncarfi	Patrocinado – “chega de apenas tentar cantar e cante de verdade”
@studiomarciomarkx	Patrocinado – “Aprenda a cantar do zero”
@emmanuelachimidt_loopstrings	Patrocinado – “técnicas consagradas que funcionam em diversos estilos”
@vilmar.gusberti	Patrocinado – “chegou a sua hora de aprender a tocar guitarra”
@bandmix	Patrocinado – “você é músico e está procurando uma banda?”
@bruladis	Patrocinado – “seja um baixista completo”

PERFIS DO <i>INSTAGRAM</i>	SLOGANS E DESCRIÇÕES DE CADA PERFIL
@wesleymoreiravoz	Patrocinado – “cantar notas agudas ou graves?”
@omagodamusica	Patrocinado – “o curso de música mais completo da internet”
@edição de vídeos para músicos	Patrocinado
@audiovoicer	Patrocinado – equipamento para voz
@maestroSalvagni	Patrocinado – leitura musical
@seutomplaybacks	Venda de <i>playbacks</i>
@mineirinhoprodutor	Patrocinado – “Bases para compor. Finalmente uma ferramenta que ajuda o compositor a compor com mais praticidade e qualidade e praticar melodias em minutos”.
@sound_campaign	Patrocinado – “Meus seguidores dobraram no <i>Spotify</i> . Apenas 7 passos curtos para obter milhares de <i>streams</i> para sua música”.

Fonte: elaboração própria do autor. Dados da pesquisa.

Ficou perceptível que o produto tem que ter um diferencial, mas esse diferencial é o próprio agente que iguala todos eles. Muitos iniciam com uma pergunta, o que aproxima esses perfis aos tutoriais do *Youtube*, aos livros de autoajuda, ancorados em simplificações, apelando para o lado prático, descomplicando tudo aquilo que se julga desnecessário para quem pensa em ampliar sua técnica e ganhar dinheiro rapidamente. Monetizar se tornou o jargão do empreendedor virtual com o “ganhe dinheiro com qualquer coisa que você saiba fazer”, incluindo qualquer banalidade que renda visualizações nas redes sociais. A explosão da nova estética *Tik tok* e *Kwai*, ou seja, dos vídeos curtos, trouxe nova roupagem a tudo aquilo que estávamos acostumados; informações simplificadas em alguns segundos de vídeo.

Empreender para monetizar seu produto, seja ele música ou outra forma de expressão artística, faz parte do atrativo buscado em perfis como @sound_campaign, que busca vender, em

um número cabalístico, os “7 passos infalíveis de se conseguir visualizações e capitalizar sua música”. Perfis que vendem bases para compor, como o @mineirinhoprodutor, são o alicerce de um modelo quase fordista de produção musical, onde toda estrutura já está pré-programada à espera dos detalhes que fabricarão “carros de qualquer cor, desde que sejam sempre pretos”. A simplificação estrutural das músicas é fundamental para baratear os custos de produção, bastando ao sujeito comprar um pacote de bases rítmicas, ou de *play alongs* e “iniciar uma carreira de sucesso investindo uns poucos minutos por dia”.

Outro ponto em comum é que o processo de ensino aprendizagem é totalmente voltado ao uso de aplicativos que são os maiores patrocinadores desses perfis. Os patrocinadores terminam sendo plataformas digitais que utilizam aplicativos “grátis”, mas com propaganda, ao contrário da versão paga, que, além de não estarem repletos de propagandas, oferecem ferramentas a mais. Esse novo modelo de monetização virtualizada amplia a esfera da total informalidade do campo artístico musical, atrelando o consumo de música e entretenimento ao mercado das *bitcoins*. Assim como nas *lives*, cuja monetização se tornou o cachê virtualizado do músico e musicista, e a virtualização do processo de ensino-aprendizagem – transformado em tutorial e tendo a figura do professor substituído pelo aplicativo – surge como novo modelo de mercado para o empreendedor da música que deseja continuar trabalhando sem sair de casa. O *home office* musical é o modelo legado pela pandemia, abrindo uma nova área de atuação em que a arte, o entretenimento e a performance se confundem com as novas tecnologias.

Perfis como o @rodreinup prometem “turbinar o número de inscritos, curtidas e visualizações no seu canal de *Youtube*” numa clara alusão aos discursos de *coachings* que se tornaram um padrão da lógica do “faça por si mesmo”, porém, “nós podemos te ajudar a vencer os obstáculos”, com “receitas de sucesso”.

Como profissional da música há 25 anos, foi a primeira vez que me foi perceptível o discurso empreendedor transformado em produto de venda, ofertado como algo que pode se obter apenas seguindo alguns passos simples, ao alcance de todos.

Os perfis do *Instagram* revelaram sintomaticamente o encerramento de ciclos de investimentos públicos na área da arte e da cultura, no processo que Chin-Tao Wu (2006) denominou de “privatização da cultura”, ao observar as políticas neoliberais dos governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher nos Estados Unidos e Inglaterra, respectivamente. A chamada crise de 2008 deu início a uma série de políticas de austeridade em todo mundo, levando ao corte dos investimentos estatais nos setores voltados à promoção de arte e cultura como sendo gastos, assim como saúde, segurança pública e educação.

A pandemia trouxe o enredo final como justificativa entre os trabalhadores da música de que agora estaremos sozinhos nessa caminhada, e que o único jeito de trilhar um caminho vitorioso nesses tempos difíceis é ser flexível, ter resiliência e empreender, mostrar que somos capazes de nos reinventarmos para alcançar os nossos objetivos. O mundo algorítmico abstrai qualquer ideia de que exista um sistema controlado por humanos, cujas redes sociais são um espaço aberto e democrático, no qual pessoas se relacionam livremente, e que existe um mundo de oportunidades para os mais preparados. O que se tornou vendável é essa ideia de algo que pode ser tomado em suas mãos, bastando ao indivíduo escolher ter ou não uma carreira de sucesso. A vontade própria e a dedicação são os únicos componentes para a vitória em um mundo onde os desejos são realizados e realizáveis pelo esforço individual. Toda a estrutura de dominação e o jogo político de poder se esvaem. O sistema construtor de sucessos reluz sem indicações de que seja uma mercadoria perfeitamente agenciada por uma indústria que negocia nossos dados pessoais e preferências de consumo abundantemente. Consumimos e

produzimos arte e cultura sem conseguir definir o que é trabalho repetitivo e o que é arte em meio a um modelo de linha de produção artística que nos cooptou as subjetividades e criatividade sem limites.

Perfis de sindicatos e associações de músicos, como o @sindimussp, Sindicato dos Músicos de São Paulo, atrelam música ao comércio, assim como a Associação de Músicos de Campina Grande – PB, que promoveu atos pró abertura do comércio no ápice da pandemia. No perfil do @simcgp, Sindicato de Músicos de Campina Grande, fundado em julho de 2020, os apelos pela abertura do comércio e as constantes convocações a atos conclamando os donos de bares e restaurantes para comporem uma unidade de luta (“essa luta é nossa”), no meio da pandemia, demonstram a apropriação política do sindicato.

Ao que pese o fato desses sindicatos e associações nunca terem feito atos dessa magnitude, e o terem feito durante a parte mais crítica das mortes e internações, há a ressalva de que, por mais deslocadas que sejam reivindicações como essas, boa parte desses trabalhadores e trabalhadoras estava nas ruas temendo a perda total de sua renda, pois grande parte deles vive de apresentações em pequenos locais, como bares e restaurantes, e, no caso específico da região Nordeste, os shows e eventos com bandas de forró e piseiro.

O perfil dos músicos e musicistas no Brasil e na Paraíba

Um relatório realizado pela União Brasileira de Compositores (UBC), em 2021, mostrou um aumento de 36% na arrecadação de músicos e musicistas através de plataformas *streaming*, o que não reverbera na quase totalidade de perda da renda de 89% dos trabalhadores da música por conta da pandemia. Desse montante, 18% buscaram formas alternativas de ganhar dinheiro devido ao cancelamento de shows e eventos. A

pesquisa da mesma associação apontou o perfil desses e dessas profissionais, dos quais 84% são homens e 70% estão entre 31 e 60 anos de idade. Dos 611 entrevistados, 46% afirmaram viver exclusivamente da música, e sua renda mínima necessária ao sustento básico varia entre 2 e 3 mil reais mensais. Desse montante, 50% afirmaram ter perdido toda a renda, vivendo da ajuda de familiares e amigos, assim como buscando formas alternativas de sobrevivência.

O relatório do Escritório Central de Arrecadação (ECAD) apontou que 62% de toda música consumida no mundo, geradoras de receitas, foi via *streaming*, algo em torno de 13,4 bilhões de dólares no ano de 2021. Contudo, em 2019, as receitas foram de 21,6 bilhões de dólares. No Brasil, esse aumento está relacionado aos novos acordos celebrados pela gestão coletiva da música no país com as plataformas *streaming*, estabelecendo novas formas de distribuição das receitas entre compositores e artistas em termos de direitos autorais e direitos de transmissão e reprodução.

Em 2021, foram arrecadados no Brasil 252 milhões de reais, sendo repassados aos músicos, musicistas e compositores apenas 58,5 milhões, pouco mais de 1/5 do valor total arrecadado. Outro dado importante é o número de contemplados que foi de 130mil. Chama atenção quando dividimos esse número pelo valor distribuído, em que temos uma média de 450 reais para cada um. Outro número interessante é a quantidade de reproduções, que foi de 476 bilhões. Ou seja, a quantidade de reproduções necessárias para que um/uma artista ou compositor/compositora consiga receber, em termos de rendimentos dignos, é absurdamente elevada. Esses valores são condizentes aos ganhos na plataforma *Youtube*, que é algo em torno de 1 a 19 reais a cada 1.000 visualizações. Neste sentido, não são as reproduções da obra em si que conferem ganhos reais monetários, mas a quantidade relativa entre visualizações e seguidores como potencial nicho de mercado consumidor dos produtos anunciados na forma de

patrocinadores. Podemos raciocinar essa equação em termos matemáticos, algorítmicos, pois é disso que se trata.

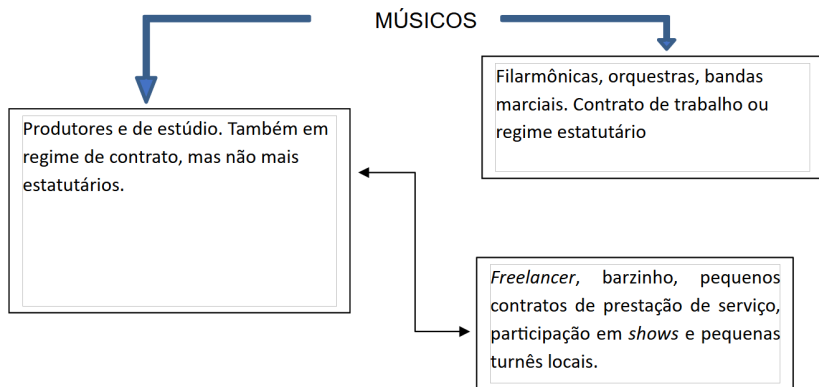
Esses dados corroboram as entrevistas e conversas com diversos músicos e musicistas que fiz ao longo da pandemia. Foram 6 instrumentistas, 3 cantores e uma cantora. Também poderia contabilizar outros tantos profissionais, algo em torno de 30, com quem dialoguei, dividi palcos, experiências, gravações, e pude extrair impressões que caminham no mesmo sentido.

A criação de coletivos, a busca pela autoprodução e o acúmulo de funções, como citada por Segnini (2007; 2011), revelam a asfixia que o setor cultural vem sofrendo nos últimos anos. Além disso, temos o retorno da inflação e a subida do dólar que encareceu os instrumentos, equipamentos e peças de reposição em sua amplitude importadas ou pertencentes a marcas estrangeiras. O congelamento dos cachês⁸ e essa nova forma de monetização atrelada à quantidade de público pagante como balizador do valor pago pelo trabalho musical dificultam, há anos, a vida desses trabalhadores que foram buscar outras formas de subsistência além da arte.

A substituição do cachê pelo *couvert* e, agora, o retorno do cachê reduzido são ferramentas utilizadas pelos contratantes para amenizar suas perdas durante o período pandêmico, uma vez que os contratos são celebrados levando em consideração a ampla concorrência de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras informais.

8 O valor dos cachês em 2021 na Paraíba em média não ultrapassou os 175 reais por apresentação. Isso equivale a praticamente 1/8 do valor do salário mínimo praticado na atualidade, e é o mesmo valor pago há mais de 10 anos, que em média variam entre 150 e 200 reais. Bandas de forró da região também praticam valores similares, mas muitas delas optaram, até antes da pandemia, pelo assalariamento dos seus funcionários, o que garante o congelamento dos valores pagos quando há muitos eventos na época das festas juninas, por exemplo.

Figura 02. classe trabalhadora musical da Paraíba



Fonte: elaboração própria do autor. Dados da pesquisa.

Basicamente, esta é a forma como a classe trabalhadora musical se divide na Paraíba e, em extensão, no Brasil: (1) no topo, temos os trabalhadores concursados das filarmônicas e sinfônicas, sob regime estatutário; (2) em segundo plano, temos os músicos produtores e de estúdio que, além de tocarem com os artistas *streaming* recebendo cachês regulados por legislações estaduais e por contratos formais de trabalho, possuem certa estrutura material que lhes garante o recebimento por arranjos, ou são donos de estúdios, ou são produtores de grandes artistas e grupos, ou ainda participam de *master classes*, etc – lembrando que tanto esse grupo quanto o anterior exigem nível técnico mais apurado, como o domínio da escrita musical, por exemplo –; (3) em terceiro lugar, está a grande massa dos trabalhadores musicais, pois se enquadra em músicos de bandas, de barzinhos, *freelancer*, numa subdivisão que não chega a se anular, uma vez que se pode estar em várias dessas situações ao mesmo tempo. Neste plano, a situação é inconstante e a informalidade impera. Contudo, podemos falar de um subgrupo dos trabalhadores de bandas e grupos de música popular, possuidores de carteira

assinada e que recebem salários ao invés de cachês. Mas mesmo esses trabalhadores e trabalhadoras se encontram em constante instabilidade, pois as substituições e demissões são práticas constantes. Não contemplo os professores e professoras dos cursos técnicos e superiores de música por entender a atividade de ensino como não enquadrada especificamente na atividade de trabalho musical, mas de formação de músicos, musicistas, arranjadores/arranjadoras, compositores/compositoras.

Nesta realidade em que impera a informalidade, muitos dos pesquisados revelaram a decepção com o mundo artístico musical, principalmente com a “falta de respeito com nós, músicos”. Um dos entrevistados, baixista, acabou se tornando mototaxista durante a semana para complementar a renda, outro, cantor, passou a trabalhar numa padaria após concluir um curso de panificação. Outros tantos colegas abriram pequenos comércios em suas garagens, viraram motoristas de aplicativos, ou tiveram que se mudar de cidade em busca de um mercado mais abastador. Podemos fazer alusão à uberização do trabalho como o novo modelo de trabalho precarizado (Slee, 2017) no qual o trabalho musical se encaixa. Trabalhadores da arte e da cultura passam a gerenciar suas próprias atividades laborais a partir de aplicativos, empreendendo suas carreiras via redes sociais, submetendo-se aos precários pagamentos de cachês e *couvert* sem nenhum tipo de garantia legal.

Outro fenômeno que pude observar foi uma migração massiva de muitos colegas de trabalho para as igrejas evangélicas. Contudo, não pude observar o pagamento de cachês significativos, pois uma vez participando desse tipo de grupo, o trabalho é incorporado como “construção da obra do senhor”, frase que ouvi em algumas oportunidades.

Considerações Finais

O discurso empreendedor percorre e adentra todos os espaços sociais. Basta repararmos nos semáforos brasileiros, onde os pedintes devem merecer a esmola via malabarismos, performances de curta duração, girando bolas, cuspidando fogo, dançando sincronicamente, realizando qualquer atividade inusual. O pedinte que se esforça e demonstra suas aptidões estará sempre à frente daquele que nada tem a oferecer em termos de entretenimento nos trinta segundos em que estamos parados no sinal vermelho.

Chegamos a um ponto de inflexão estético. Não há mais separação entre arte e entretenimento. Tudo foi estetizado, artealizado, inclusive as mercadorias e todo o sistema capitalista (Lipovetsky, 2015). Essa harmonização entre essas duas esferas que antes apresentavam contornos nítidos (arte/entretenimento) é o modelo por excelência de um neoliberalismo que “aprendeu” a investir em objetos artísticos/estéticos como forma de investimento. Em *A Privatização da Cultura*, Chin-Tao Wu (2006) apresenta o modo como a cultura foi paulatinamente sendo apropriada pelos setores empresariais, fundações, bancos privados sob fortes subvenções fiscais durante os governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher, na Inglaterra. Obras de arte iniciaram uma corrida de preços cada vez mais astronômicos, sendo os leilões o lugar mais seguro de investimentos como nenhum outro. Exposições, concertos e festivais de música tornaram-se o grande chamariz dos fundos de investimento privados, sempre com apoio de governos locais. Os grandes eventos esportivos seguiram a mesma lógica. Olimpíadas, a final do *Super Bowl* e Copa do Mundo de futebol são exemplos de como o mercado de eventos e de turismo foram artealizados, com grandes espetáculos de música, dança e shows pirotécnicos.

Os dados sobre as arrecadações junto aos poucos dados sobre a real quantidade de pessoas que vivem da música e que usam a música como forma de complementação da renda nos dão uma dimensão pouco clara desse mercado de trabalho amplamente informal. Os poucos exemplos de sucesso e o diletantismo teórico sobre um campo sociologicamente inteligível obscurecem um submundo de alcoolismo, drogas, discriminação, violências e exploração do trabalho nos seus mais variados níveis. Poucos são os estudos sobre as reais condições de trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras da música, muitas vezes focados em orquestras, sinfônicas e filarmônicas, em regiões centrais do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília), retratando postos de trabalho que, mesmo com todas as dificuldades, gozam de certo prestígio diante de outros milhares de indivíduos entregues a uma rede oculta de exploração do trabalho.

Cabe aqui uma série de questionamentos sobre os circuitos das bandas de forró no interior do Nordeste, por exemplo. Como se dá a reprodução da mão de obra dos grupos de pisadinha, brega funk e forró eletrônico? Como funcionam os esquemas contratuais em grandes eventos nas festas juninas? Como funciona o esquema entre quem determina os sucessos do momento e os contratos desses artistas com prefeituras Brasil afora? Quais são os ganhos reais dessa estrutura que reproduz uma superexploração da mão de obra artístico-musical e por que ela não reverbera entre aqueles e aquelas que fazem o evento acontecer? Essas são as questões fundamentais para entender a estrutura/sistema artístico musical.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. O Fetichismo na Música e A Regressão da Audição. *In: Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural e Industrial, 1975. p. 65-108.

ALVES, Tiago Fernandes. Vivendo da Noite: relatos e experiências de profissionais da música em Campina Grande – PB. **Revista Café com Sociologia**, v. 5, n. 3, p. 157-178, out/nov. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **A sociedade sem relato**: antropologia e estética da iminência. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Versão eletrônica Coletivo Periferia. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. 2003. Acesso em: 17 nov. 2021.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jonathan. **A Estetização do Mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de: **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 243-256.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Criação Rima com Precarização**: análise do mercado de trabalho artístico no Brasil. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. GT29: Trabalho, precarização e políticas públicas. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1196&Itemid=171, 2007. Acesso em: 10 jan. 2022.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. À procura do trabalho intermitente no campo da música. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 30, p.177-196, out. 2011.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SIMMEL, Georg. **A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva**. *In*: Simmel e a modernidade. Brasília: UNB, 1998. p. 1-34.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: apropriações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 63-92.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília – DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

WU, Chin-Tao. **Privatização da cultura**: a intervenção corporativista nas artes desde os anos 80. São Paulo: Boitempo, 2006.

Anexos

Global Music Report: the state of music industry (2019). Disponível em: https://www.ifpi.org/wp-content/uploads/2020/07/Global_Music_Report-the_Industry_in_2019-en.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

Global Music Report: the state of music industry (2021). Disponível em: https://gmr2021.ifpi.org/assets/GMR2021_State%20of%20the%20Industry.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

União Brasileira de Compositores. Relatório anual (2021). Disponível em: http://www.ubc.org.br/Anexos/Relatorio_Anual/2020.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022.

União Brasileira de Compositores. Reportagem sobre as perdas de arrecadação de músicos durante a pandemia. Disponível em: <http://www.ubc.org.br/publicacoes/noticia/19443/pesquisa-exclusiva-89-dos-musicos-tiveram-perdas-com-a-pandemia-em-2021>. Acesso em: 19 fev. 2022.

Brasil. Lei 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm. Acesso em: 23 fev. 2022.

CAPÍTULO XIII

Extrativismo mineral e superexploração do trabalho no Estado da Paraíba¹

José Aderivaldo Silva da Nóbrega

Introdução

Apesar dos efeitos destrutivos da pandemia de Covid-19 sobre as vidas e as condições de sobrevivência em razão do desemprego e da ausência das políticas para atender, sobretudo, os mais vulneráveis, o setor mineral conseguiu manter sua pujança econômica. Chama a atenção o crescimento de 62% no faturamento da mineração, passando de R\$ 209 bilhões, em 2020, para R\$ 339 bilhões em 2021 (IBRAM, 2022). Quanto à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), teve-se 10 bilhões de Reais recolhidos e a balança comercial teve

1 O presente texto é resultado da pesquisa que resultou na tese “Estudo Sobre as Inter-Relações entre formalidade e Informalidade do Trabalho no Segmento De Minerais não-metálicos no Seridó da Paraíba”, defendida em 2019 sob a orientação dos professores Dr. Roberto Vêras de Oliveira e Dr. Mário Henrique Guedes Ladosky.

saldo de 49 bilhões de Dólares (*idem*). Na Paraíba, as operações de venda de minério declaradas saltaram de pouco mais de 460 mil Reais para cerca de 522 mil.

Por trás desses números positivos do setor mineral, temos as seguintes questões: em quais condições a mineração tem conseguido avançar na geração de riqueza? Particularmente na Paraíba, como a organização produtiva tem conseguido se manter e quais as implicações para as condições de trabalho dos garimpeiros? Partindo destes questionamentos, o objetivo geral é analisar as características contemporâneas da atividade mineral paraibana e o modo como a superexploração do trabalho se configura como um elemento estruturante da atividade.

A metodologia de pesquisa foi qualitativa sendo constituída pela composição de técnicas como observações de campo e entrevistas semiestruturadas – colhidas com garimpeiros, atravessadores, empresários e agentes públicos, entre 2017 e 2019, portanto, durante o doutoramento. Complementando os dados primários que produzimos, também lançamos mão de um conjunto de dados secundários extraídos de fontes oficiais como Agência Nacional de Mineração, Ministério da Economia e de órgãos como o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Além disso, revisamos uma bibliografia mínima que problematiza a organização da mineração.

Nos fundamentaremos no conceito de extrativismo definido por Gudynas (2015; 2018) como tipo de apropriação de recursos naturais em grande volume e/ou alta intensidade, em que metade, ou mais, destes recursos são exportados como matéria-prima sem processamento industrial ou com processamento limitado. Também lançaremos mão do conceito de superexploração do trabalho, particularmente, na definição de Ruy Mauro Marini (2017), para analisar a estratégia de manutenção do lucro por meio da intensificação e da extensão da jornada de trabalho associadas ao rebaixamento do salário do trabalhador.

O texto segue dividido em três seções nas quais: (1) apresentamos os conceitos de extrativismo e suas formas, segundo a análise de Gudynas (2015), e abordamos o conceito de superexploração do trabalho; (2) caracterizamos o extrativismo mineral paraibano, evidenciando o seu lugar no quadro nacional; e (3) analisamos a superexploração do trabalho no contexto do extrativismo mineral da Microrregião do Seridó paraibano.

“Extrativismos minerais” e superexploração do trabalho

O termo “indústria extrativa” se refere a uma atividade econômica centrada na remoção dos recursos naturais, em quantidades elevadas, a fim de comercialização. O Banco Mundial popularizou esse termo e os países latino-americanos o reproduziram em suas políticas – inclusive o Brasil utiliza essa denominação no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Gudynas (2015) considera equivocado o uso de “indústria extrativa” já que não há, literalmente, uma atividade de fabricação de recursos minerais, assim como não há, nas minas, grande contingente de operários. Em vez desta terminologia, o referido autor trabalha com a noção de “extrativismo” definindo como um “tipo de apropriação de recursos naturais em grande volume e/ou alta intensidade, em que metade, ou mais, destes recursos são exportados como matéria-prima sem processamento industrial ou com processamento limitado” (Gudynas, 2018, p. 62). Nessa definição estão incluídas a mineração, a pecuária intensiva, a pesca em escala, a piscicultura e a carcinicultura. O autor frisa que, embora localmente realizado, o extrativismo “responde às exigências de consumo e disponibilidade de capital dos mercados globais” (*idem*).

A megamineração é o tipo mais conhecido e abordado atualmente no campo do extrativismo mineral. Esta forma de realização da atividade ocorre majoritariamente a céu aberto, em

larga escala – um milhão de toneladas brutas por ano segundo parâmetros da Agência Nacional de Mineração (ANM, 2019) –, vinculada a uma cadeia de consumo global, com processos extrativos de elevado nível tecnológico e de automação, e que é estimulada/financiada por meio da aquisição de ações nos mercados financeiros. Dos mega projetos de mineração, destacam-se: a extração de minério de ferro pela Vale S.A. em várias áreas do Sudeste brasileiro, inclusive, por meio de subsidiárias como a Samarco; Grande Carajás (minério de ferro) no Pará; extração de alumina, em Barcarena-PA, pela Alunorte, e etc.

A importância econômica da megamineração é evidente, sobretudo, na exploração de minério de ferro, a qual correspondeu a 72% da riqueza mineral brasileira gerada em 2019, conforme o último anuário mineral publicado (ANM, 2020). No último trimestre de 2021, a pauta de exportações minerais foi absolutamente liderada por este minério (91%), seguida pela exportação de cobre (5,8%), chegando, juntos, ao total de 97,7% de todo o valor exportado (ANM, 2021).

A despeito de a maior parcela da riqueza mineral brasileira ser oriunda da megamineração, as dinâmicas do setor mineral não se restringem a este tipo de organização produtiva. Isso porque o extrativismo é um fenômeno plural (Gudynas, 2015; 2018) em razão da diversificação das atividades por setores (agrícola, silvícola, mineral, pecuária), e também pela diferenciação de cada setor segundo o volume de recursos extraídos, tecnologias usadas, mão de obra, impactos ambientais e econômicos, etc. Para dar conta dessa pluralidade, Gudynas (2015) define quatro gerações de extrativismos, as quais podem ser pensadas como reconfigurações da atividade frente às mudanças em escala local e global.

Quanto ao extrativismo mineral, a primeira geração é caracterizada pelo uso da força humana para escavação de minas usando picareta e pá, com auxílio de tração animal ou maquinário simples e o beneficiamento quase inexistente. O modelo

mais evidente de realização deste tipo de extrativismo no Brasil ocorreu entre o período colonial e início do século XIX.

Embora não mensure quantidade de recursos extraídos, Gudynas (2015) define a segunda geração do extrativismo como a fase de incremento da capacidade de extração por meio da introdução de motores a combustão, uso de explosivos, técnicas de perfuração de rocha, maior complexidade do processo de beneficiamento e a construção de infraestrutura para transporte, a exemplo das ferrovias. Isso ocorre, particularmente, entre os séculos XIX e XX.

A terceira geração constitui a fase da implementação de grandes equipamentos com elevada capacidade de perfuração, carregamento e avanço nas tecnologias e técnicas de extração, as quais permitem o maior volume dos recursos minerais. O autor também fala na quarta geração do extrativismo que, no caso da mineração, representa o avanço nas técnicas de fraturação das rochas, exploração em altas profundidades do mar (pré-sal) e a intensificação do uso de energia elétrica e de água para fazer a extração.

Essas quatro configurações do extrativismo não são sucessões lineares, apesar do uso do termo “geração” e da identificação de períodos históricos em que elas são mais fortes. São características da atividade que preponderam em algum tempo e localidade, mas que ainda coexistem e, às vezes, se retroalimentam “no mundo subterrâneo” das lavras ilegais, irregulares e até criminosas, cuja existência tem relação com o porte das minas, o tipo de inserção no mercado internacional, as características locais historicamente configuradas e a atuação do Estado. Tudo isso ocorre em meio a numerosas conexões nas quais são atrelados pequenos e médios empreendimentos de beneficiamento e de extração contratados como fornecedores de minério e que, por sua vez, se enraízam nos longínquos territórios, arregimentando mão de obra para a extração sob diferentes condições, algumas, análogas ao trabalho escravo.

No caso do garimpo, que caracteriza a primeira geração do extrativismo, temos observado reconfigurações no Brasil proporcionadas pelo incremento de alguns tipos de ferramentas e máquinas (guinchos, motores, martelos pneumáticos) e pela adoção de novas legislações que ampliaram a lista de áreas garimpeiras, elevaram o número de concessões de lavra garimpeira² e flexibilizaram as exigências proporcionando uma elasticidade do conceito de garimpo que “legaliza” práticas de subcontratação informal de garimpeiros, a exemplo das falsas cooperativas. Essas reconfigurações do garimpo e os afrouxamentos da legislação mineral estão relacionados aos problemas internos de organização produtiva da mineração e aos fatores externos, como os ciclos de elevação da demanda por minérios específicos que pressionam por respostas ágeis à busca por matérias primas, e “essa agilidade” consiste em pular etapas do processo de regularização por meio de lavras garimpeiras ou irregulares.

As mudanças no extrativismo mineral, mesmo aquelas vinculadas à modernização e elevação da produtividade, não têm sido capazes de subverter o tipo de relação econômica do Brasil com os países que monopolizam os capitais e a tecnologia. Trocate e Coelho (2020) afirmam que o extrativismo aprofunda a “inserção subordinada no mercado internacional” e o domínio das “oligarquias concentradoras de riquezas” que operam como investidoras nas bolsas de valores, em ações de empresas mineadoras (Trocate; Coelho, 2020, p. 36).

2 De acordo com a Lei Nº 7805, de 1989, o regime de permissão de lavra garimpeira consiste na autorização para a extração mineral em jazidas que, por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possa ser lavrado, independentemente de prévios trabalhos de pesquisa e dentro de alguns critérios fixados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (atualmente Agência Nacional de Mineração – ANM) como a determinação do tipo de substância mineral. Esse é o caso do caulim, do feldspato e do quartzito.

Essa conclusão de Trocate e Coelho (2020), sobre a consequência do extrativismo, abre-nos espaço para retomada de discussões que estiveram presentes no debate das Ciências Sociais – majoritariamente latino-americanas – entre o fim da década de 1960 até os anos 80, especialmente, no que se refere à questão da superexploração do trabalho como uma característica do capitalismo dependente da América Latina.

Superexploração do trabalho foi um conceito elaborado por Ruy Mauro Marini³, no fim dos anos de 1960, tendo por influências a teoria de Karl Marx e a apropriação desta para a elaboração da teoria da dependência (Marini foi um dos seus formuladores)⁴. No contexto de emergência desta teoria⁵, havia se estabelecido um conjunto de intelectuais concentrados em explicar a expansão do capitalismo que produzia um “tipo ideal” de país desenvolvido com base na adoção de normas e valores identificados com a racionalidade econômica moderna, voltados para a produtividade máxima e acumulação de riquezas (Santos, 2015).

Além de definir o que seja a nação desenvolvida, a chamada teoria do desenvolvimento investigava os “obstáculos à plena implantação da modernidade” e definia “instrumentos de intervenção capazes de alcançar resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade deste ideal de desenvolvimento”

3 O seminal ensaio *Dialética da Dependência* foi escrito por Ruy Mauro Marini, em 1973. Trabalhamos neste texto com uma republicação na revista *Germinal* de 2017.

4 A relação de intelectuais da teoria da dependência é muito maior, incluindo figuras conhecidas como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Paul Baran e muitos outros que podem ser conhecidos na obra de Santos (2015). Os autores citados neste parágrafo fazem parte, segundo Theotônio do Santos, de uma de suas vertentes chamada de neo-marxista.

5 Foge ao escopo do presente texto, que se concentra no debate sobre superexploração do trabalho, uma reflexão mais abrangente a respeito da Teoria da Dependência e todo o conjunto de polêmicas que se verifica nos anos de 1980, quando críticas a este tipo de análise do capitalismo se proliferaram, especificamente, as formuladas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

(Santos, 2015, p. 10). Na prática, para estes teóricos, as sociedades subdesenvolvidas eram aquelas que não alcançaram o ideal de racionalidade e eficiência econômica de nações como, por exemplo, os Estados Unidos, lugar de fala de alguns dos intelectuais, como Walt Whitman Rostow – um dos principais representantes desta teoria.

A teoria da dependência, por sua vez, se colocava de forma crítica em relação aos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento então abordados, sobretudo, quando eram tratados como etapas de uma evolução do capitalismo, sendo o subdesenvolvimento a primeira. Em resumo, o debate sobre subdesenvolvimento foi recolocado com os seguintes argumentos: trata-se de um fenômeno conectado à expansão dos países industrializados; subdesenvolvimento e desenvolvimento são dois aspectos de um mesmo processo de expansão do capitalismo, mas não são etapas, e a dependência, característica dos países subdesenvolvidos, não é um fenômeno determinado apenas externamente, mas, também, por diferentes circunstâncias internas identificáveis por meio de uma análise concreta de cada país (Santos, 2015). Trocate e Coelho (2020) lembram que, para Andre Gunder Frank (1969), outro dependentista, “as sociedades dos países pobres não eram em nada semelhantes ao passado dos países ricos e os países desenvolvidos jamais foram subdesenvolvidos, mesmo que antes tenham sido não-desenvolvidos.” (Trocate; Coelho, 2020, p. 37).

O ensaio clássico de Ruy Mauro Marini, “Dialética da Dependência”, analisa o capitalismo dependente partindo da forma de inserção na divisão internacional do trabalho e da transferência de parte da mais-valia dos países periféricos para os centrais. Marini (2017) discorreu sobre a troca desigual entre os países, evidenciando dois processos que foram, de um lado, a elevação da demanda por matérias primas e alimentos, ofertados pela América Latina, visando a abastecer indústrias e

trabalhadores no mundo desenvolvido e, por outro, o desequilíbrio de equivalência de valor das mercadorias primárias em relação às manufaturadas.

O problema observado por Marini (2017) não é, por si, a falta de equivalência de valor de produtos trocados entre os países, mas as distintas formas de desenvolvimento das forças produtivas que resultam em composições orgânicas diversificadas do capital, que, conseqüentemente, implicarão incremento de máquinas e tecnologias, cujo resultado, por fim, é a diferença de tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria. Essas diferenciações explicam as assimetrias de poder na relação entre os países e a falta de equivalência do valor da mercadoria.

O capitalista dos países desenvolvidos consegue o seu lucro por meio da ampliação da produtividade em face do incremento de máquinas e técnicas de produção, abastecendo-se de matérias primas de valor mais baixo. Ao mesmo tempo, os empresários do mundo subdesenvolvido, diante das quedas bruscas no valor das matérias primas, precisavam encontrar mecanismos de compensação desta perda para garantirem o seu lucro. Nesse caso, essa compensação ocorre por meio da superexploração do trabalho. Ela é “o fundamento da dependência” (Marini, 2017, p. 353) e acontece através do “aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada e da expropriação da parte do trabalho necessário ao operário para repor a sua força de trabalho” (Marini, 2017, p. 333-334).

No caso da mineração, a elevação das taxas de lucro ocorre mediante “o uso extensivo e intensivo da força de trabalho.” (*idem.*, p. 334). Isso é diferente do aumento da produtividade, posto que, no caso latino-americano, a elevação do lucro implica que, na realização da atividade produtiva, haja maior consumo da força física e mental do trabalhador, em face do maior tempo e maior dispêndio de energia ao longo da jornada, resultando no

encurtamento de sua vida útil (Marini, 2017) e na manutenção de uma situação de elevada carência econômica que reforça a necessidade da renda da mineração.

Em suma, a superexploração do trabalho dá conta do processo de degradação das condições de sobrevivência da classe trabalhadora como um elemento próprio da dinâmica do capitalismo. Os regimes de exploração do trabalho extensivos e intensivos implicam, por um lado, a “negação da condição de repor o desgaste da força de trabalho” e, por outro, essa maior força empregada na atividade não gera valor que dê maior possibilidade de consumo dos itens além daqueles indispensáveis para o sustento da família e para “conservar sua força de trabalho em estado normal” (Marini, 2017, p. 334). A partir da próxima seção, tentaremos tornar isso mais claro ao tratarmos do caso do trabalho dos garimpeiros que extraem minerais não metálicos na Paraíba.

Extrativismo mineral na Paraíba

Na Paraíba, dos 223 municípios, em torno de 60 exploram economicamente a atividade mineral de modo registrado e com recolhimento de tributos. As cadeias produtivas são muito variadas. No litoral sul do estado, onde estão localizados Alhandra, Pitimbu e Caaporã, a exploração mineral mais importante é a do Calcário, que é um componente fundamental para fabricação de cimento e para corretivos de solo. A exploração do calcário é realizada por empresas pertencentes ao mesmo grupo controlador das indústrias de cimento ou por empresas subcontratadas.

No litoral norte, especificamente em Mataraca, existem jazidas de titânio e outros minerais metálicos a ele associados. A exploração mineral é feita pelo capital estrangeiro, representado pela empresa Tronox, que controla sete fábricas de dióxido de titânio em seis países: Arábia Saudita, Austrália, Brasil, França,

Inglaterra e Estados Unidos, mas a extração de minérios é feita somente na Austrália e no Brasil, em Mataraca.

Na mesorregião da Borborema, está a microrregião do Seridó, que compreende 14 municípios, os quais, somados, correspondem a 7,7% do território paraibano e a cerca de 3% da população paraibana. Essa microrregião está subdividida em Seridó Ocidental e Seridó Oriental. Trata-se de uma das áreas mais importantes, dado o vasto conjunto de minerais contidos numa rocha chamada de pegmatito. Nessa rocha, estão matérias primas para peças de revestimento cerâmico, cimento, vidro, tintas e muitas outras variedades de produtos.

A exploração mercantil dos minérios no Seridó remonta, pelo menos, a 1930, quando se registrou os primeiros garimpos dos quais se extraiu amianto, tantalita e berilo. A partir de 1940, com a corrida internacional por tântalo, berilo, mica, estanho entre outros, foram instalados postos de compra de minério em Campina Grande, ao mesmo tempo em que ocorriam os levantamentos geológicos, treinamentos com as populações seridoenses, mediante a ajuda do Serviço Geológico dos Estados Unidos.

Passado o período de impulso da demanda de minerais metálicos em razão da 2ª Guerra, o papel decisivo do Estado passou a ser exercido por meio da concessão de isenções fiscais e financiamentos através da SUDENE, que investiu, ao longo de sua trajetória, valores que, atualizados, correspondem a 16 bilhões de Reais, tendo por grandes beneficiários grupos como Caulisa, Brennand, Mineração Borborema, Mineração Jerônimo Rosado, entre outros (Brasil, 2001).

Os investimentos entre os anos de 1960 a 2000 favoreceram a capilarização de empreendimentos mineradores cujas atividades principais estavam nas capitais nordestinas (João Pessoa, Natal, Recife e Fortaleza, sobretudo), e até do Sudeste (é o caso da extração de granito controlada por uma empresa do Espírito Santo). Formou-se um conjunto de usinas de beneficiamento de

minérios e promoveu-se, via BR 230 e Porto de Cabedelo, o escoamento da produção.

No quadro geral atual, a Paraíba tem uma participação pequena na geração da riqueza mineral, em torno de 1%, mas isso se deve ao peso do setor de minerais metálicos, particularmente o ferro, concentrado no Sudeste e Norte. De toda maneira, em alguns setores dos minerais não-metálicos, o extrativismo mineral paraibano se destaca. É o caso, por exemplo, da participação paraibana na extração de bentonita (49,8%), em 2017, seguida dos estados de, São Paulo (33,6%) e Bahia (15,3%), conforme dados da Agência Nacional de Mineração (ANM, 2018).

Quanto à vermiculita, a Paraíba esteve entre os cinco maiores produtores do país; na extração de feldspato, os dados disponíveis são de 2017, e as extrações paraibanas representaram 11% da produção nacional, ou seja, a 3ª maior (ANM, 2019); na exploração do quartzo, o estado também ficou entre os 5 maiores produtores. Ocorre que estes e outros minerais não têm o preço no mesmo nível das principais *commodities*, como é o caso do ferro e alumínio. Uma tonelada de alumínio, por exemplo, é 23 vezes mais cara do que a mesma quantidade de caulim, e o minério de ferro é 50% mais elevado do que a referida argila.

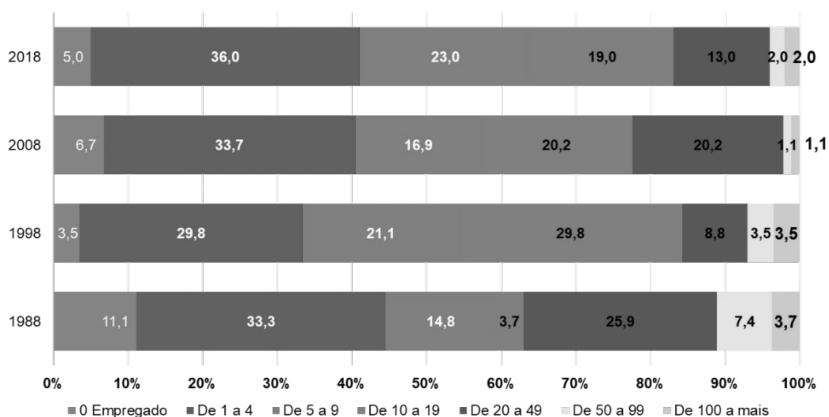
Quanto às exportações, os dados colhidos no Ministério da Economia referentes ao ano de 2021 indicam que as exportações paraibanas chegaram à cifra dos US\$ 635 milhões, sendo que, destes, 11,4% corresponderam à exportação de minérios. O valor ultrapassou os US\$ 74 milhões, dos quais 36% eram provenientes da exportação de metálicos (titânio), 35% da de pedra, areia e cascalho, e 29% incluía a exportação de outros minérios como argilas. As exportações de minério cresceram 180% em relação ao ano de 2020. Estados Unidos, França e Bélgica são os três maiores destinatários das exportações minerais paraibanas.

Quanto à arrecadação de impostos, a Paraíba figurou em 20º lugar no *ranking* geral de recolhimento de CFEM. Isso significou

um montante superior aos 8 milhões de reais, o que conferiu um quinto lugar na região Nordeste. Mas, quando se excluirmos os metálicos, vemos o quadro mudar. Se filtramos a CFEM recolhida pela venda de bentonita, por exemplo, a Paraíba se torna o 1º lugar em 2021; no caulim, salta para a 10ª posição; feldspato, para 4º; quartzo, para 5º; calcário, 11º; granito, areia e argila, para 12º em ambos, e assim ocorre com outras substâncias fundamentais para as variadas cadeias produtivas, mas concentradas na construção civil. Já na arrecadação da Taxa Anual por Hectare (TAH), que é cobrada para manutenção da titularidade da área, o estado ficou em 11º no ranking nacional de 2021, com um valor recolhido de 1,3 milhão de reais.

O extrativismo mineral paraibano continua a ser composto preponderantemente por empresas de limitada capacidade de absorção de mão de obra e com trabalhadores especializados em tarefas nas usinas de beneficiamento mineral, conforme poderemos averiguar na sequência de gráficos e tabelas.

Gráfico 1: Distribuição, em termos percentuais, segundo o tamanho, dos estabelecimentos relacionados à classe de minerais não-metálicos na Paraíba (comparativo 1988/1998/2008/2018)

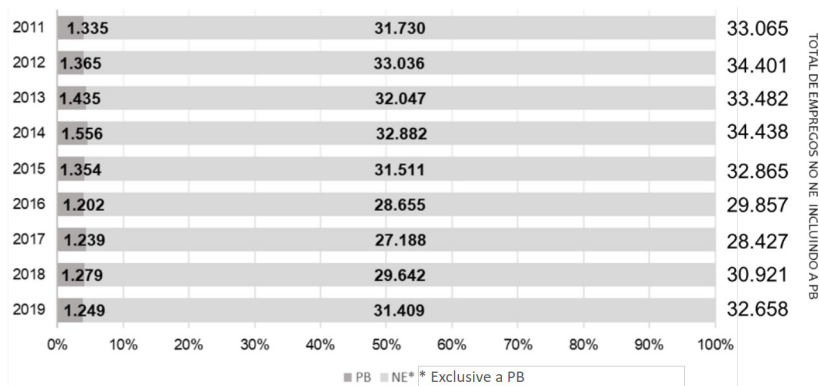


Fonte: elaboração própria com base em dados da RAIS (MTE/RAIS, 2022)

Os dados do gráfico 1 mostram que a maioria das empresas é composta por empreendimentos que não conseguem absorver nem 50 trabalhadores formais. Em 2018, por exemplo, 59% dos estabelecimentos tinham de um até nove funcionários. Mas também há aquelas entre 10 e 19, que foram responsáveis por 19% dos estabelecimentos, enquanto as que possuem mais de 20 funcionários correspondem a 17%. Uma minoria (2%) tem 100 ou mais funcionários.

No gráfico 4, indicamos a participação da Paraíba na geração de empregos formais na mineração do Nordeste. Podemos notar uma relativa estabilidade no percentual de participação na geração de empregos no Nordeste, considerando todos os segmentos de metálicos e não metálicos. No ano de 2011, esse percentual era de 4% (1.335 empregos) e se manteve próximo a este percentual ao longo da década, havendo uma pequena queda, em 2021, para 3,9%.

Gráfico 2: Quantidade de empregos formais no setor extrativo mineral da Paraíba comparado ao Nordeste



Fonte: Elaborado com base em dados da RAIS (MTE/RAIS, 2022)

Quanto ao perfil desse emprego formal, é notável a priorização da contratação formal dos trabalhadores do beneficiamento e de pessoas para a gestão do empreendimento que possam atuar na negociação das áreas, no licenciamento e, em alguns casos, até na arregimentação de força de trabalho para a extração.

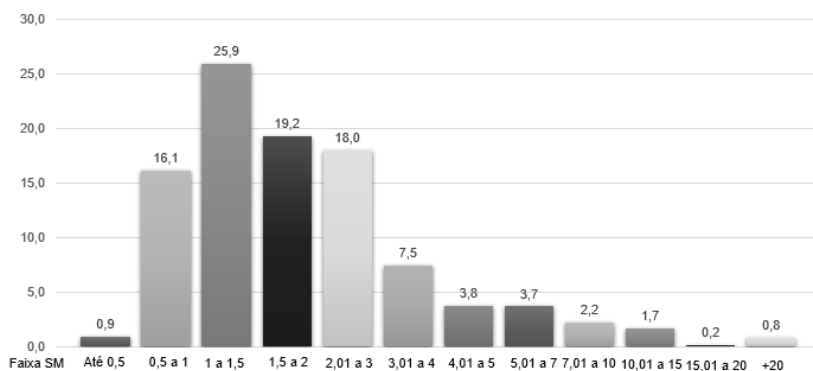
Tabela 1: Quantidade de trabalhadores por perfil das ocupações principais, formais, no setor mineral paraibano em 2019 (exceto petróleo e gás)

OCUPAÇÕES	QUANTIDADE
Trabalhadores da extração mineral	292
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de	162
Embaladores e alimentadores de produção	71
Trabalhadores da construção civil e obras públicas	66
Ajudantes de obras	63
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	52
Trabalhadores de beneficiamento de minérios e pedras ornamentais	47
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e	43
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	40
Supervisores da extração mineral e da construção civil	33
Mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas	24
Mecânicos de manutenção de máquinas e equipamentos industriais, comerciais e residenciais	23
Escriturários de controle de materiais e de apoio à produção	22
Trabalhadores elementares da manutenção	22
Técnicos em eletroeletrônica e fotônica	17
Trabalhadores de montagem de tubulações, estruturas metálicas e de compósitos	16
Operadores de utilidades	15
Outros	241

Fonte: Elaborado com base em RAIS (MTE/RAIS, 2022)

A tabela 1 descreve um perfil de trabalhadores ocupados nas usinas e exercendo tarefas mais de beneficiamento primário, transporte e gestão do que das operações propriamente extrativas (desmonte da rocha, detonação, etc.). É uma mão de obra que ganha pouco mais de um salário mínimo, havendo, porém, as funções mais especializadas que ganham um pouco mais.

Gráfico 3: distribuição percentual dos trabalhadores por faixa salarial em 2019



Fonte: elaboração própria com base em dados da RAIS (MTE/RAIS, 2022)

Comparando os dados do gráfico 3 com o quadro geral do Nordeste, vemos algumas diferenças. Enquanto, na Paraíba, 42% da mão de obra formal tem uma média salarial entre 0,5 e 1,5 salário mínimo, na região Nordeste 60% está entre um e três salários mínimos. Comparando com o Pará, o maior percentual daquele estado (56,8%) se situa na faixa de 2 e 5 salários (MTE/RAIS, 2022). Em relação a Minas Gerais, os dados de 2019 indicam uma concentração do percentual de trabalhadores na faixa salarial 1,51 a 4 salários (55%).

Na tabela a seguir, mostramos o perfil dos trabalhadores formais da atividade com base na escolaridade.

Tabela 2: Distribuição, em termos percentuais, do nível de escolaridade dos trabalhadores da extração mineral em 2019. Comparativo PB/NE/Brasil

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	PB	NE	BRA
Analfabeto	2,41	1,02	0,40
Até 5ª Incompleto	11,80	6,10	3,42
5ª Completo Fundamental	6,10	3,38	2,89
6ª a 9ª Fundamental	9,07	6,68	5,35
Fundamental Completo	10,27	8,36	8,21
Médio Incompleto	5,54	6,84	5,23
Médio Completo	47,75	56,35	56,27
Superior Incompleto	1,77	2,09	2,35
Superior Completo	5,14	9,08	15,47
Mestrado	0,16	0,09	0,33
Doutorado	0	0,01	0,07

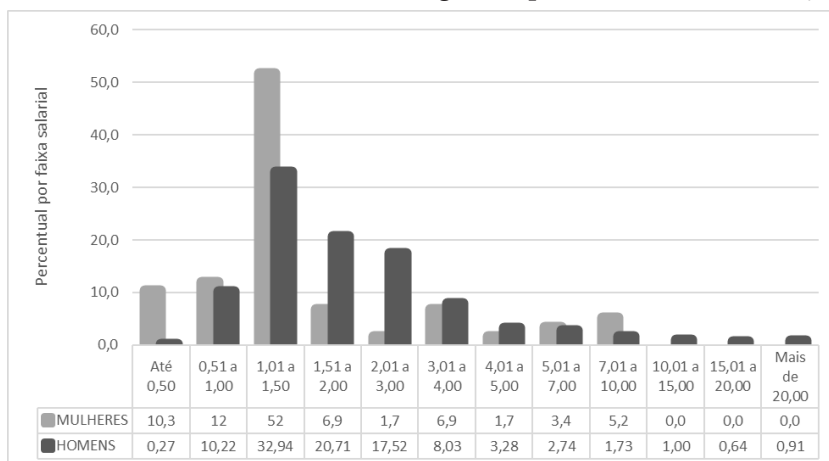
Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS (MTE/RAIS, 2022)

A maioria dos trabalhadores da indústria extrativa no Brasil tem escolarização de nível médio. Os trabalhadores paraibanos, em menor número, como está claro. Chama atenção o analfabetismo e a baixa escolaridade. Os analfabetos são os que estão a mais tempo de carteira assinada. Em 2019, conforme dados da RAIS, 40% dos analfabetos estavam na faixa entre 60 e 120 ou mais meses de trabalho. Quanto à remuneração, 17% dos analfabetos estavam na faixa salarial de 0,51 e 1 salário mínimo médio. 67% recebiam entre 1 e 1,5 salário mínimo.

Quanto à questão do gênero, identificamos que 5% da força de trabalho é composta por mulheres cuja escolaridade preponderante é o ensino médio (53,03%), havendo 7,58% com nível superior completo e 18,8% com ensino superior incompleto. Comparando aos homens, essas apresentam uma escolaridade mais elevada que os trabalhadores, já que 1,44% destes concluiu o ensino superior e 4,56% estavam com o ensino incompleto.

Outro aspecto a ser observado é a ocupação dos postos de trabalho com menor remuneração pelas mulheres. São as mulheres que trabalham como auxiliares de escritório, auxiliares de contabilidade, faxineiras, auxiliares de alimentação e cozinheiras. Nas ocupações de maior remuneração estão as engenheiras de minas, geólogas, técnicas de laboratório, químicas, e gerentes de recursos humanos. Do gráfico abaixo, fazemos a distribuição das trabalhadoras por faixa salarial e comparamos com os dados sobre os homens.

Gráfico 4: Distribuição percentual dos trabalhadores da indústria extrativa da Paraíba, de acordo com o gênero, pelas faixas salariais (2019)



Fonte: Elaborado com base dados da RAIS (MTE/RAIS, 2022)

Na divisão sexual do trabalho, na mineração, podemos verificar que as mulheres estão concentradas na faixa de 1,01 a 1,5 salário mínimo (52%). Trata-se, como mencionado no parágrafo anterior, de ocupações centradas no apoio do funcionamento das empresas, havendo, porém, cerca de 9,7% das ocupações mais situadas no campo da gerência, departamento de pessoal, laboratórios, engenharia, entre outros, que aparecem no topo

da remuneração média. O trabalho masculino sendo majoritário está distribuído em todas as ocupações, ainda que a maioria delas de nível médio esteja situada entre um e quatro salários.

Essa descrição do perfil das ocupações formais reflete o cenário da fase de beneficiamento mineral, a qual existe porque é alimentada pela oferta da matéria bruta extraída por garimpeiros arregimentados pelos atravessadores. Nessa fase extrativa, a realidade é diferente porque nela se visualiza, em traços mais fortes e vivos, a superexploração. Passamos a tratar da questão a seguir.

Superexploração do trabalho na mineração paraibana

O trabalho cotidiano nas minas e pedreiras da Paraíba exige grande dispêndio de força física, o que o torna duplamente desgastante: consome-se, por um lado, os recursos naturais, desgastando o solo e a vegetação para realizar as escavações, seja para lavra a céu aberto, seja para a abertura de acessos às galerias subterrâneas; e, por outro lado, desgasta-se os corpos em razão das condições insalubres. A insalubridade envolve os seguintes fatores: a qualidade do ar respirado e razão das partículas de sílica e de substâncias expelidas com as detonações de Nitron (explosivo); a temperatura ambiental e exposição solar nas pedreiras; o barulho estressante do repicar contínuo de picaretas e pontei-ras (nas pedreiras); e as centenas de curvaturas na coluna que causam dores e muita tensão muscular, quase irrecuperáveis no período de descanso do trabalhador (Nóbrega, 2012; 2019).

No caso do caulim, que estudamos ao longo de nosso mestrado e do doutorado (Nóbrega, 2019), vimos que a sua retirada do subsolo exige remoção da camada superficial da vegetação e a abertura de uma espécie de trincheira. Esse processo, a propósito, foi facilitado pelo uso das máquinas retroescavadeiras, seja de prefeituras, empresários ou mesmo adquiridas pelas próprias

cooperativas de garimpeiros, com subsídios do Governo do Estado, em 2011.

No interior das minas, os trabalhadores, com picaretas e pás, vão retirando da parede rochosa o caulim. O material amontoado é transferido para uma caixa de ferro que é içada até a superfície, para despejo no caminhão. Essa etapa da cadeia do caulim se encerra com o transporte do material até as empresas de beneficiamento no próprio município de Junco do Seridó ou nos vizinhos Juazeirinho, Assunção e Tenório, além de Equador, que fica no Rio Grande do Norte.

A extração é feita sempre em turmas de garimpeiros em um padrão que, historicamente, envolve cinco pessoas, distribuídas em três tarefas principais: operador do guincho (1), escavador (2) e carregador da caixa de ferro com caulim (2). O manuseio de picaretas e pás, na verdade, se volta às tarefas de desmontar o caulim da rocha e colocá-lo na caixa ou na concha, como dizem os garimpeiros. O operador do guincho inicia o procedimento de subida do material e o caminhão/caçamba é carregado para levar até as empresas de beneficiamento.

A jornada dos garimpeiros ultrapassa as 8 horas considerando que eles começam a trabalhar entre cinco e sete da manhã e vão até as 16 ou 17 horas, ficando todo esse tempo na mina, realizando três pausas para se alimentar: lanche das 9 horas e das 15 horas, além do almoço. À época em que o material era puxado manualmente por carretéis de madeira, as jornadas eram ainda maiores, pois começavam às 4 horas manhã, uma vez que a subida de material era mais demorada e as conchas de borracha suportavam apenas 80kg. Com a introdução do guincho, a partir de 2006, tanto a subida foi mais rápida como a capacidade de levantar peso aumentou.

Há riscos de acidentes por quedas, desabamentos e cortes. Os garimpeiros não detêm conhecimento de segurança do trabalho, tampouco, de mecânica das rochas, e precisam estar

bastante atentos nas movimentações da parede que possam indicar deslocamento. Não há plano de contingência para situações como desabamentos, razão pela qual esses eventos quase sempre culminam com alguma morte. Outro tipo de risco associado às precárias condições de trabalho é o de adoecimento. São vários os tipos de doença que começam pela própria coluna, doenças pulmonares, como silicose, problemas cardíacos, dores de cabeça e tonturas.

A extração de quartzito, por sua vez, exige uso de explosivos para abrir as frentes de trabalho, que são a céu aberto. A perfuração da rocha para implantação dos explosivos é feita utilizando um equipamento chamado martelo pneumático. A carga de explosivos é distribuída pelos buracos que estão dispostos ao longo do bloco de quartzito e faz-se a detonação.

Na sequência do trabalho, os garimpeiros separam o quartzito nos diferentes tamanhos. Em seguida, a rocha é preparada para o envio à superfície. Três subprodutos são obtidos dessa detonação: a laje (fragmento de 1m^2), o cavaco (pequenos fragmentos) e a pedra de alicerce.

Comparando as análises de campo que fizemos em nossa pesquisa de mestrado (Nóbrega, 2012), com os trabalhadores do caulim, e a do doutorado, na qual se incluem também os que extraem quartzito, vimos que ambos os perfis de garimpeiros têm jornada de cerca de 10 horas dentro da mina, com pausas para almoço e lanches. O desgaste físico é piorado pela recepção direta dos raios de sol e pela alta temperatura das pedras. A saúde do trabalhador é afetada pela inalação de partículas de sílica, especialmente no momento da perfuração a seco e da batida na hora de abrir a pedra.

A chave para entender a superexploração do trabalho está nos mecanismos de pagamento, por produção ou diária, e a dependência do trabalhador em relação ao dono do direito de explorar a área. O pagamento por produção é feito a partir do

cômputo da quantidade de caminhões de minério ou pedra que passa pela porteira da fazenda. Deduz-se dela os gastos com a extração, o lucro do atravessador e a conga⁶ para, então, definir o valor a que tem direito cada um trabalhador da turma. Nesse primeiro sistema de pagamento, os trabalhadores, conforme a sua experiência empírica, estimam quantas carradas precisam extrair para alcançarem uma renda determinada⁷. Sabem que precisam de um maior esforço para extraírem mais e venderem mais carradas, a fim de cobrirem despesas novas em suas casas ou para atingirem algum objetivo, como adquirir uma moto. Consequentemente, dispendem mais força física para escavação e passam mais tempo escavando, achatando as horas de descanso.

No caso do caulim, para tentarmos ilustrar essa intensificação do trabalho, a carrada de 10 toneladas tem valores aproximados de R\$ 115,00. Assim, se toda a renda fosse exclusivamente para pagamento do trabalhador, seriam necessárias 50 carradas por mês para garantir um salário mínimo para cada membro de uma equipe de 5 pessoas. Ocorre, porém, que estes trabalhadores têm de pagar a conga (que rebaixa para aviltantes R\$ 103,50 o valor da carrada), o óleo diesel para o guincho, as ferramentas e a alimentação. Acrescente-se que, para atingir essa meta de 50 toneladas, eles precisam encher duas caçambas, pelo menos, por dia (considerando o trabalho entre segunda e sexta). Em nossas pesquisas (Nóbrega, 2012; 2019), constatamos turmas de garimpeiros que conseguem extrair 80 toneladas por mês.

6 Conga é um percentual sob o valor da carrada de minério que é pago ao dono da propriedade para que seja liberada a extração e a passagem pela porteira. À época da pesquisa, esse percentual é 10%.

7 Este cálculo é aprendido pelo garimpeiro através de seus colegas, no cotidiano, ou, conforme descrevemos em nossa dissertação, as esposas dos garimpeiros ajudam a pensar esta questão.

Quanto ao sistema de pagamento por diária, a prática comum no Seridó é o pagamento de R\$ 50,00 – havendo casos em que se paga R\$ 60,00 (a preços de 2021). Nesse meio de pagamento, o trabalhador não pode parar nenhum dia para não ter reduzida a sua renda. Embora o garimpeiro receba por dia trabalhado e não de acordo como os caminhões carregados, a garantia do pagamento da diária no final da semana está associada à quantidade de carradas que o dono da área, ou atravessador, vendeu. Ele avalia o desempenho de sua turma e pode, em determinadas circunstâncias, atrasar pagamentos ou realizá-los de forma fracionada. Como essa renda junto aos benefícios sociais, como bolsa família, são os únicos da casa, ele não quer ver atrasados os pagamentos, tampouco ser dispensado porque não correspondeu às expectativas de quem o arregimentou para o trabalho. Além disso, em algumas entrevistas realizadas em nossa pesquisa de mestrado, trabalhadores afirmaram que recebiam bônus por terem alcançado uma determinada quantidade de caminhões carregados.

Além da previsão de renda com base na produtividade ou quantidade de diárias a receber, o trabalhador se vê pressionado pela necessidade de ser considerado pelo atravessador ou dono da área como confiável, com disposição física para o trabalho e disciplinado. Isso ocorre porque, no extrativismo mineral, só se trabalha em área com licença conferida pelos órgãos federais (ANM), estaduais (SUDEMA na Paraíba) e municipais.

Quem não tem a titularidade, busca “parceria” com quem tem e, nesse caso, configura-se uma relação de dominação do titular da área subordinando os que não têm esse tipo de autorização. No caso paraibano, a condição de realizar pesquisa mineral e extração é para poucos, como depreendemos da tabela abaixo:

Tabela 3: Distribuição percentual da autoria de processos de regularização de área segundo o tipo de interessado (2021)

Tipo de interessado	%	Quantidade
Pessoa Física	18,07	556
Empresa	81,51	2508
Cooperativa	0,42	13
Total	100%	3.077

Elaborado com dados de ANM (2022)

Dos 3.077 processos de regularização de área, ativos na Paraíba, mais de 80% estão concentrados por empresas. A posse dessa autorização para pesquisar ou explorar uma área é condição primordial para o exercício na legalidade da extração mineral e, também, é uma estratégia para ocupação de áreas em vista da inibição da atuação dos agentes econômicos concorrentes. E, como dissemos, também é uma forma de controle sobre turmas de garimpeiros.

O atravessador tem o papel de organizar a força de trabalho, facilitar o acesso às ferramentas de produção e negociar com os proprietários de terra, de modo a garantir as condições de entrega da matéria prima à empresa. Vale dizer que, localmente, as figuras dos atravessadores não são vistas de forma negativa, são, ao contrário, pessoas reconhecidas socialmente como “arranjadores de trabalho” para os desempregados do município. Eles procuram pessoas próximas, parentes e vizinhos, o que mostra a importância dos laços sociais como mecanismo de difusão de oportunidades de trabalho.

Quanto à questão do controle, o mecanismo funciona a partir de três elementos: (i) o minério só pode ser extraído se a comercialização for feita para o portador da licença ou para um terceiro a quem esse portador tenha autorizado; (ii) o atravessador é alguém do convívio dos garimpeiros e, portanto, através dos vínculos sociais que perpassam a relação econômica, o

atravessador consegue obter colaboração e dedicação dos trabalhadores; e (iii) a remuneração é baseada na “produtividade” da turma, então, quanto mais extraírem, mais dinheiro recebem.

De forma mais ampla, podemos dizer que a superexploração do trabalho, no contexto extrativista mineral paraibano, ocorre como parte de uma rede de produção puxada majoritariamente pela demanda do setor da construção civil, o qual compra o minério das empresas de beneficiamento instaladas no Seridó. São essas empresas as responsáveis por praticamente todo o trabalho formalizado no setor mineral paraibano – conforme vimos no detalhamento anteriormente apresentado. Esse trabalho formal prescinde dos trabalhadores informais que são os garimpeiros. Os beneficiadores acionam os atravessadores, ou as turmas de garimpeiros que eles próprios mantêm em suas áreas, para extraírem o minério requerido.

Considerações Finais

O extrativismo mineral paraibano, na sua forma mais preponderante, que é o trabalho manual, com baixo nível de tecnologia e maquinário, em minas de micro e pequeno porte, não consegue manter a sua taxa de lucro com base no incremento da produtividade por meio do investimento em tecnologia de prospecção. As estratégias empresariais de manutenção ou ampliação de lucro passam pela intensificação da jornada de trabalho associada ao rebaixamento da capacidade de consumo, em decorrência da menor remuneração, sendo esta, por sua vez, definida pela quantidade de diárias a pagar ou pela quantidade extraída de minérios. Com isso, o trabalhador “é obrigado a um dispêndio de força superior ao que ele deveria proporcionar normalmente” (Marini, 2017) e, por conseguinte, não consegue repor o desgaste de sua força de trabalho.

Os extrativismos, como destaca Gudynas (2018), ocorrem sob diferentes regimes de propriedade e de acessos aos recursos naturais. Pelo que vimos no presente texto, o acesso às jazidas minerais implica a obtenção de licenças concedidas pelo estado. A consequência é que as dificuldades de acesso à informação sobre áreas em disponibilidade, a complexidade da burocracia para o licenciamento e as desigualdades econômicas favorecem a concentração das áreas entre empresas, pessoas físicas que atuam como atravessadores e consultorias que atuam como especuladoras de títulos minerários, fazendo cessão onerosa de direito para terceiros.

Tal concentração resulta na sujeição dos trabalhadores às condições impostas pelos titulares das áreas que liberam a exploração do minério desde que a quantidade extraída seja vendida exclusivamente ao titular da área. Aceitando essa condição, o trabalhador garimpeiro receberá ou por produção – quantidade de caminhões carregados de minério – ou por diária, mas, em ambos os casos, como tratamos na última seção deste texto, ganha-se mais na medida em que se intensifica a força física para extrair e carregar mais rapidamente e, também, quando se reduz os tempos de pausas e se alarga o máximo possível o tempo de permanência na mina para obter maior renda. Embora essa se configure uma situação ameaçadora da integridade física do trabalhador e favoreça a manutenção de precariedade e pobreza, por outro lado, é um amortizador da pressão por renda nos pequenos municípios.

O dilema do extrativismo é que, ao passo que avança a degradação do meio ambiente e dos corpos, também cresce a dependência da renda mineral instaurando um ciclo do qual é difícil de sair sem grandes problemas. O que fazer?

Eduardo Gudynas, a quem nos referimos diversas vezes neste texto, nos aponta algumas pistas que poderiam significar a atenuação de seus feitos econômicos, ambientais e sociais mais

nefastos. Um primeiro passo seria a difusão de conhecimentos para orientação de tomadas de decisões na esfera estatal e, também, na sociedade civil. Muito se tem produzido de conhecimento para prospecção, a ponto de haver, na megamineração, caminhos autônomos, minerodutos, processos mais complexos de beneficiamento mineral, maior capacidade de aproveitamento dos produtos minerais, etc. Tais conhecimentos não foram convertidos em políticas de melhoramento das condições de trabalho na mineração, ainda que esforços tenham sido enviados no contexto da difusão do cooperativismo mineral.

É preciso superar a armadilha da produção de relatórios de impacto que minimizam os efeitos negativos e supervalorizam os benefícios do extrativismo. Isso contribui para adoção de medidas mais realistas de mitigação dos impactos e de compensação de danos. Para tanto, visualizamos como desafios as questões da sonegação e do desvio de finalidade da aplicação dos recursos recolhidos com a CFEM.

É legítima a apropriação dos recursos naturais para produzir o necessário à sobrevivência, porém, como destaca Gudynas (2015), deve-se impedir que a expansão do extrativismo predatório, recuperar as áreas gravemente afetadas pelo extrativismo já em curso, e promover práticas alternativas a esses tipos de desenvolvimento (Gudynas, 2015, p. 430).

No extrativismo, o Estado é, ao mesmo tempo, o regulador do ambiente de realização da atividade e o patrocinador da infraestrutura básica para o seu funcionamento. Dada essa fundamental atuação estatal, cabe questionar em que medida os movimentos sociais e trabalhadores da mineração conseguirão mudar a rota da agenda na direção do melhor aproveitamento da riqueza mineral em favor das populações mais vulneráveis e da reconfiguração das condições de produção, tendo em vista a minimização dos impactos, diversificação das fontes de renda, com o aprimoramento da proteção social dos(das)

trabalhadores(as), promovendo a agregação de valor à produção e melhorando as condições de beneficiamento e da construção de outras possibilidades objetivas de vida das populações locais afetadas pela mineração.

Referências Bibliográficas

ANM. **Anuário Mineral Brasileiro 2010**. Brasília: DNPN, 2010.

ANM. Sumário Mineral Brasileiro 2018/ Agência Nacional de Mineração. Brasília: ANM, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2018>. Data de acesso: 21/10/2021

ANM. **Anuário Mineral Brasileiro**: principais substâncias metálicas / Agência Nacional de Mineração. Brasília: ANM, 2020.

ANM. **Informe Mineral Brasileiro – 3º Trimestre 2021**/ Agência Nacional de Mineração. Brasília: ANM, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-nacionais/informe03tri2021_publicacao.pdf. Data de acesso: 12/01/2022

ANM. **Sistema de Consulta de Processos**. Brasília-DF: ANM, 2022. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/scm/extra/site/admin/dadosprocesso.aspx>. Data de acesso: 20/02/2022

ARCHELA, R. S.; ARCHELA, E. Síntese cronológica da cartografia no Brasil. **Portal da Cartografia**, Londrina-PA, v. 1, n. 1, p. 93-110, maio/ago, 2008. Disponível in; <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>. Data de acesso: 19/08/2020

BRASIL. **Relatório CPI Finor**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/51-legislatura/cpifinor/relatoriofinal.pdf>. Data de acesso: 10 mai. 2018.

CRISPIM, D.E.S. **Impactos sociais e econômicos da empresa de cimentos do Grupo Elizabeth no Município de Alhandra**. 2020. 53f. Monografia (Bacharelado em Economia). - Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa PB, 2020.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2020 – Ano base 2019**. 80 p. 1ª.ed. - Brasília: IBRAM, 2020.

FRANK, Andre G. “**Latin América: Underdevelopment or Revolution. Essays on the Development of Underdevelopment and the Immediate Enemy**”. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1969

GUDYNAS, Eduardo. **Extrativismos, Ecología, Economía y Política de un modo de entender el desarrollo y la Natureza**. Cochabamba: Centro de Documentación e Información (CEDIB), 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos: el concepto, sus expresiones y sus múltiples violencias. **Revista Papeles de Relaciones Ecosociales Y Cambio Global**, n. 143, pp. 61-70, 2018. Disponível em: <https://www.fuhem.es/papeles/papeles-numero-143/>. Data de acesso: 30/01/2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez, 2017.

SANTOS, R.P.S; MILANEZ, B. Neoeextrativismo No Brasil? uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais** (REPOCS), v.10, n. 19, jan/jun, 2013.

MTE/RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília-DF: MTE, 2022. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/>. Acesso em: 03/02/2022.

NÓBREGA, J. A. S. **Estudo sobre as inter-relações entre formalidade e informalidade do trabalho no segmento de minerais não metálicos no Seridó da Paraíba**. 2019. 244f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Humanidades - Universidade Federal de Campina Grande, Campi na Grande-PB, 2019.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, v. 1. Obras Escolhidas, 2015.

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio: o problema mineral brasileiro**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

TRONOX. **Proposta da Administração para a AGO a ser realizada em 30 de abril de 2021**. Atas de Reunião. João Pessoa-PB: TRONOX, 2021. Disponível em: <https://www.tronox-ri.com.br/governanca/atas-de-reuniao/>. Data de acesso: 12/02/2022.

CAPÍTULO XIV

Mercado de Trabalho e Sindicalismo no contexto da reforma trabalhista e da Covid-19: o caso dos comerciários de Campina Grande¹

*Ana Clara Dantas Beserra
Katia Machado de Medeiros
Mario Henrique Guedes Ladosky*

Introdução

O período que se abre após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, foi um dos mais desafiadores para a defesa dos interesses dos trabalhadores e para a organização sindical no país, em geral.

A ascensão de Michel Temer recolocou na agenda política do país um projeto econômico de tipo neoliberal, visando uma redução da regulação pública em favor de uma lógica de mercado, conforme se pode ler entre as propostas do documento Uma ponte para o futuro: “na área trabalhista, permitir que as

1 Este capítulo é baseado nos resultados da pesquisa PIBIC 2020-2021 e 2021-2022.

convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos” (PMDB, 2015, p. 19 – grifo nosso).

Este é um dos princípios que estruturou a Lei 13.467/2017, a reforma trabalhista, e que promoveu mais de 200 alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943 com objetivo de assegurar os direitos básicos para inúmeras categorias profissionais assalariadas da iniciativa privada, entre eles os/as empregados/as do comércio.

Os direitos trabalhistas contidos na CLT, desde há muitos anos, vêm sofrendo mudanças, ora retrocedendo, como após o golpe civil-militar de 1964 – que retirou a estabilidade no emprego após 10 anos de vínculo do trabalhador –, ora conquistando novos avanços, como na Constituição Federal de 1988, quando os direitos da CLT entre os trabalhadores urbanos e rurais foram igualados.

A partir dos anos 1990, sobretudo no mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), intensificaram-se as pressões por flexibilização e precarização dos direitos para atender o “mercado”, resultando em um conjunto de leis, como a que criou o Trabalho por tempo determinado (lei 9.601/98); a lei das Cooperativas de prestação de serviços (Lei 8.949/94); o Trabalho em tempo parcial (MP 1709/98); a Suspensão do contrato de trabalho (MP 1726/98); Trabalho estágio (MP 2164/99 e Lei 6.494/77); o Banco de horas (Lei 9.061/98 e MP 1709/98) e a PLR – Participação nos Lucros e Resultados (MP 1029/94; Lei 10.101 a partir de 19/12/2000, que reproduz a MP 1982- 77/2000), conforme Krein e Teixeira (2003, p. 39). No setor de comércio varejista em geral, foi particularmente prejudicial a aprovação da lei 10.101/2000, que liberou o trabalho aos domingos, sem a previsão de passar por negociação coletiva com os sindicatos.

Os quase 13 anos de governos do Partidos dos Trabalhadores (PT) foram um oásis de tranquilidade quanto às iniciativas de alteração da legislação, embora a terceirização e a rotatividade laboral persistissem na prática patronal, minando os ganhos

reais obtidos nas convenções coletivas, ao longo daquele período, e a valorização do trabalho. Na ocasião, os sindicatos tiveram a oportunidade de fazer uma reforma sindical pactuada com o Ministério do Trabalho e a representação patronal no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). A proposta debatida naquele espaço em torno do fortalecimento da representatividade das entidades sindicais e, conseqüentemente, de sua capacidade de negociação, se aprovada, poderia ter dotado o sindicalismo de uma capacidade de resposta melhor ao que veio após o golpe de 2016, mas o entendimento entre as partes não prosperou, com inúmeras divergências entre todas as bancadas do FNT, inclusive entre as diferentes centrais sindicais.

A conjuntura que se abre com Temer e tem seguimento com Bolsonaro combinou um agravamento da crise econômica – em grande medida causada pela ação oposicionista de sabotagem política no Congresso Nacional – com uma grave crise política que levou à ruptura institucional do país. Tendo uma correlação de forças amplamente desfavorável, a nova agenda econômica, como mencionado acima, foi de um neoliberalismo extremo, ao ponto de aprovar uma mudança na Constituição para “congelar” os investimentos públicos durante 20 anos, apenas repondo a inflação no orçamento.

Um dos muitos marcos negativos da agenda destrutiva de Bolsonaro foi justamente a extinção do Ministério do Trabalho², incorporado ao Ministério da Economia em 1º de janeiro de

2 Após 88 anos de atuação, o Ministério do Trabalho foi extinto no dia 1º de janeiro de 2019, como um dos primeiros atos do governo Bolsonaro, sendo então absorvido pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPT), subordinada ao Ministério da Economia. No dia 27/07/2021, foi editada a Medida Provisória 1058/2021, que recria o Ministério do Trabalho e Previdência. O propósito do governo com essa ação, tudo indica, foi mais o de acomodar aliados com cargos no Executivo, do que uma preocupação em ter uma política pública efetiva de trabalho, emprego, renda e previdência (Senado Federal, 2021).

2019, ação simbólica que, junto à Reforma Trabalhista, expressou o “fim da Era Vargas”, sinalizando uma inflexão histórica na precarização dos direitos dos trabalhadores. Para Bolsonaro, a extinção do Ministério do Trabalho se justificava porque a pasta trazia “recordações que não fazem bem à sociedade”, e completou: “ali funcionava como um sindicato do trabalho e não como um ministério” (Araújo; Murakawa, 2018). A destruição da CLT e dos sindicatos pela *reforma trabalhista* e por outras medidas que se seguiram faz parte desse amplo contexto adverso de 2015/2016 até julho de 2022.

Em meio a isso, no ano de 2020, os desafios para o mundo do trabalho se intensificaram e tornaram-se uma questão de mundial relevância e preocupação, devido à pandemia de COVID-19. O protocolo de biossegurança, com a necessidade de isolamento social, teve grande repercussão sobre o mercado de trabalho em geral, e do comércio em particular, o que deteriorou ainda mais as relações de trabalho dos comerciários.

Este artigo parte do grande quadro aqui esboçado, que veio se formando em nossa sociedade, para analisar o caso específico dos impactos da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e da pandemia de Covid-19 sobre as relações de trabalho na categoria dos comerciários de Campina Grande. A razão para o recorte da análise focar nessa categoria profissional se deve ao fato de que as estatísticas do trabalho indicaram maior incidência dos contratos intermitentes nos vínculos desse setor de atividade econômica do que nos demais, na cidade de Campina Grande.

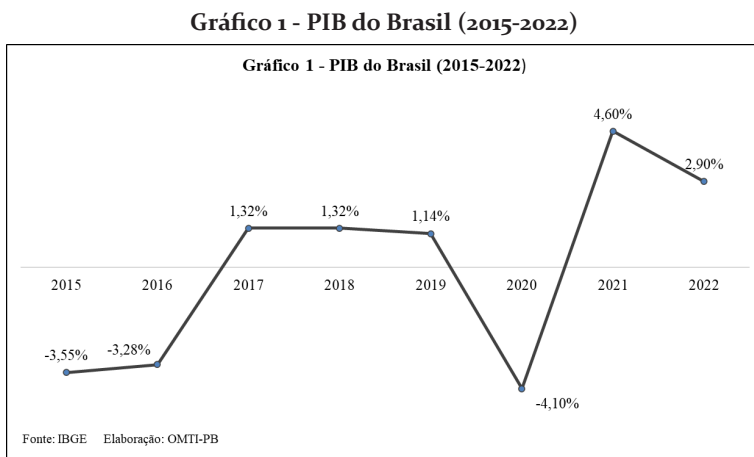
Utilizou-se aqui uma metodologia qualitativa analisando os seguintes materiais: exemplares impressos do jornal do Sindicato dos Comerciários de 2015 a 2019, página web do Jornal da Paraíba (março 2020 a junho 2021), página web da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Campina Grande, entrevista com o presidente do Sindicato e outros sindicalistas da categoria, acompanhamento da Assembleia online da Campanha Salarial 2021-2002, além do levantamento de dados sobre ocupação no

setor, a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre 2014 e 2019, e do Novo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Novo CAGED) em 2020.

O texto está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a segunda seção traz uma análise mais detalhada sobre o período mais recente, em continuidade à trajetória histórica da CLT. Na seção seguinte é traçado um retrato dos comerciários de Campina Grande pelos dados da RAIS e do Novo CAGED. Na quarta seção, outros materiais da pesquisa de campo, de natureza qualitativa, são explorados para poder “ouvir a voz” de sindicalistas, trabalhadores, empregadores e instituições do Judiciário e do Ministério Público. E assim chega-se às considerações finais.

A precarização laboral: da reforma trabalhista à pandemia

A economia brasileira, grosso modo, se encontra estagnada desde 2015, com o Produto Interno Bruto (PIB) em torno de zero, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, com elaboração do OMTI-PB (2023).

O PIB nacional teve uma queda brutal (-3,55%) em 2015, influenciado pela crise política. No ano seguinte, 2016, manifestações de rua promovidas pela oposição derrotada eleitoralmente em 2014 se intensificaram, pedindo o *impeachment* da presidenta Dilma e, naquela conjuntura, a economia se ressentiu da instabilidade expresso em nova retração do PIB (-3,28%). Em 2017 e 2018, no governo Temer, que enfrentou muitas denúncias de corrupção até o final de seu mandato, o PIB não decolou, como esperavam os analistas do mercado: ficou em apenas 1,32%, desempenho que não tira o país do fosso em que se meteu.

O governo Bolsonaro, eleito em 2018, provocou sucessivas crises entre os Poderes da República pelas atitudes de confrontação do mandatário em relação ao Supremo Tribunal Federal. O resultado da constante ameaça à democracia refletiu no ambiente econômico e, em seu primeiro ano de mandato, 2019, o país teve um PIB de 1,14%. Com a pandemia e a trágica gestão para enfrentá-la, o PIB teve uma queda recorde (-4,1%) em 2020. No ano seguinte, 2021, o PIB cresceu 4,6% e fechou o PIB no último ano do mandato de Bolsonaro (2022) em queda em relação ao ano anterior, com crescimento de apenas 2,90%.

A reforma trabalhista aprovada em 2017 foi viabilizada nesse contexto de instabilidade político-econômica e sanitária. As justificativas para o desmonte da CLT giraram em torno da necessidade de “modernização” da legislação trabalhista para permitir uma retomada de empregos, o que estaria inviabilizado pelos elevados custos de contratação, segundo seus defensores. No entanto, a retomada de postos de trabalho não aconteceu conforme a expectativa criada, como mostrará o gráfico 2, mais a frente, pois houve decréscimo de 7,3% nos vínculos de comerciários de Campina Grande entre 2015 e 2019, ano em que supostamente já daria para sentir os efeitos positivos no emprego, propalados pelos defensores da reforma trabalhista.

Este processo é complementado pela desestruturação e desconstrução do papel de representação política do sindicalismo brasileiro, levado à cabo como estratégia pelos governos Temer e Bolsonaro. O primeiro pôs fim à obrigatoriedade na cobrança da contribuição sindical (o “imposto sindical”), submetendo-a à aprovação em Assembleia; e o segundo editou a Medida Provisória 873/2018 para pôr fim ao seu desconto na folha de pagamento das empresas, colocando a necessidade de uma autorização individual e expressa por escrito de cada trabalhador/a, numa clara demonstração de enfrentamento à organização sindical.

Segundo o então presidente do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande, após a *reforma trabalhista* a entidade passou a arrecadar apenas 5% do que conseguia antes, que levou à perda de sua capacidade de mobilização e oferta de serviços à categoria. Por exemplo, o fim da obrigatoriedade de fazer na entidade sindical a homologação das rescisões de contrato dos empregados com mais de um ano de vínculo empregatício também afetou drasticamente essa ação do Sindicato, e pode levar mais perdas aos trabalhadores. Corrobora esse cenário, a fragilização do sindicato da categoria, com a Medida Provisória 873/2019³.

A reforma também abriu espaço para interpretações e modificações futuras da CLT sem qualquer preocupação com

3 O governo Bolsonaro editou a Medida Provisória 873 em 1º/03/2019, reforçando o caráter restritivo da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). A intenção clara do texto, ao alterar o artigo 578 da CLT, foi o de vedar qualquer caráter coletivo e compulsório na arrecadação da Contribuição Sindical: “As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão recolhidas, pagas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, sob a denominação de contribuição sindical, desde que prévia, voluntária, individual e expressamente autorizado pelo empregado” (Ladosky; Bridi, 2019, p. 127, grifo nosso)

direitos trabalhistas. O cenário social, que já era grave, deteriorou-se ainda mais durante a pandemia de Coronavírus, quando foram aprovadas medidas de flexibilização laboral para assegurar o distanciamento social e evitar ao máximo que pequenos e médios negócios fechassem suas portas.

O primeiro instrumento de flexibilização laboral foi a Medida Provisória 927 (MP 927)⁴, regulamentando o teletrabalho; a antecipação de férias individuais; a concessão de férias coletivas; o aproveitamento e a antecipação de feriados; o banco de horas; a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; o direcionamento do trabalhador para qualificação; e o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ressalta-se que o artigo 2º dessa MP previa o acordo individual escrito entre empregado e o empregador, tendo “preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais” (Medida Provisória 927, 2020), fragilizando assim os sindicatos.

Em seguida, foi criada a Medida Provisória 936 (MP 936), depois transformada na Lei 14.020/2020, que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Esta prevê a redução de salários e jornada de trabalho (em 25%, 50% ou 75%), com pagamento proporcional de compensação da perda salarial do trabalhador, com recursos do Seguro-desemprego; a suspensão temporária dos contratos de trabalho pelo prazo máximo de 90 dias; e o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda, o chamado Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 (correspondente a aproximadamente meio salário mínimo da época) para cada família.

É importante chamar atenção que as medidas de redução de jornada e a adoção de trabalho remoto não foi uma exclusividade

4 A MP 927 teve vigência de 22/03/2020 a 19/07/2020, e caducou ao não ser transformada em Lei.

brasileira e, de algum modo, foi observada em outros países, como os conhecidos como *kurzarbeit* (Alemanha) ou *short time employment*⁵, utilizados em maior escala durante o agravamento da crise econômica de 2008-2009. Mas a MP 936 trazia inovações institucionais em relação a outros países, pois a forma de cálculo gerava uma queda excessiva da renda dos trabalhadores. Segundo os critérios adotados, a negociação coletiva tornou-se uma obrigação somente para os empregados contidos na faixa salarial de R\$ 3.136,00 (acima de 3 salários mínimos da época) a R\$ 12.202,00 (duas vezes o teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS). Para os demais trabalhadores, que representavam cerca de 80% do mercado de trabalho formal em 2018, segundo a RAIS, estava autorizada a redução salarial via acordo individual, com obrigatoriedade de comunicação aos sindicatos num período de 10 dias úteis. No caso da suspensão dos contratos, o risco de perda salarial era ainda maior porque, nas empresas de pequeno porte (com faturamento igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões), os trabalhadores recebiam somente a parcela do seguro-desemprego referente à sua faixa salarial. Apenas nas grandes empresas (isto é, com faturamento superior a 4,8 milhões) exigia-se uma participação maior dos empregadores no pagamento dos salários, de, no mínimo 30%, que seria somada ao benefício emergencial de 70% do valor do seguro-desemprego facultado ao trabalhador. Isso afastava a política brasileira da verificada em países europeus, onde a compensação salarial se baseou num valor fixo ou num percentual da remuneração bruta ou líquida⁶.

-
- 5 Estima-se que, no final de abril de 2020, cerca de 47 milhões de trabalhadores estavam inscritos em programas semelhantes em toda a União Europeia, número esse que ultrapassava os 50 milhões com a inclusão dos trabalhadores do Reino Unido e da Suíça (Müller; Schulten, 2020).
 - 6 Na Alemanha, por exemplo, a reposição da renda dos trabalhadores variava entre 60% (nos primeiros três meses) a 87% do salário líquido (entre o 7º e o 12º mês). Na França, representava 84% da remuneração líquida e no Reino Unido 80% do salário bruto. Ademais, dificultava a atuação dos sindicatos

Como se vê, no governo Bolsonaro, diferentemente de outros países, as iniciativas tiveram um viés de precarização do emprego e flexibilização das relações de trabalho, procurando excluir os sindicatos de trabalhadores de qualquer tipo de negociação e/ou fiscalização em torno delas. A maior parte de tais medidas flexibilizadoras foi adotada pelos empregadores do comércio de Campina Grande.

Em seguida, o governo federal editou a Medida Provisória 1045 (MP 1045) que representava uma “minirreforma trabalhista”, mas malogrou durante os trâmites nas Câmaras dos Deputados⁷. Para se ter uma ideia, a proposta dessa MP criava mais três modalidades de contratação, uma delas sem registro na CLT, além da modificação de 73 novos artigos.

Todo esse cenário se refletiu nas campanhas salariais da categoria que, como em todo o país, passou a ter dificuldade de reposição das perdas inflacionárias, sobretudo devido a impossibilidade de mobilizações de massa em decorrência da pandemia, que levou ao ineditismo das assembleias remotas (*online*).

A Convenção Coletiva 2020-2021, por exemplo, conseguiu reajustar o valor do Piso salarial para R\$ 1.120,00. Já para os trabalhadores *Office-boy*, Serviços gerais, faxineiro, carregador, trabalhador braçal, copeiro, empacotador, entregador, servente, trabalhadores de farmácias que exercem a função de entregador motoboy (auxiliares de Serviços Operacionais), o piso salarial foi fixado em R\$ 1.100,00, o valor do salário mínimo naquele ano.

durante a pandemia, os quais, especialmente na Alemanha, foram os principais responsáveis por elevar a reposição das empresas e preservar grande parte dos salários em setores como o metalúrgico (que preservou entre 80% e 97% da remuneração líquida), o químico (90%), o de empregados de *fast foods* (90%) e o de serviços têxteis (85%) (Müller; Schulten, 2020, p. 6-7).

7 No dia 1º/09/2021, o plenário do Senado rejeitou a MP 1045, chamada de “minirreforma trabalhista”. Foram 47 votos contrários, 27 votos favoráveis e 1 abstenção. A MP será arquivada. (Castro, 2021)

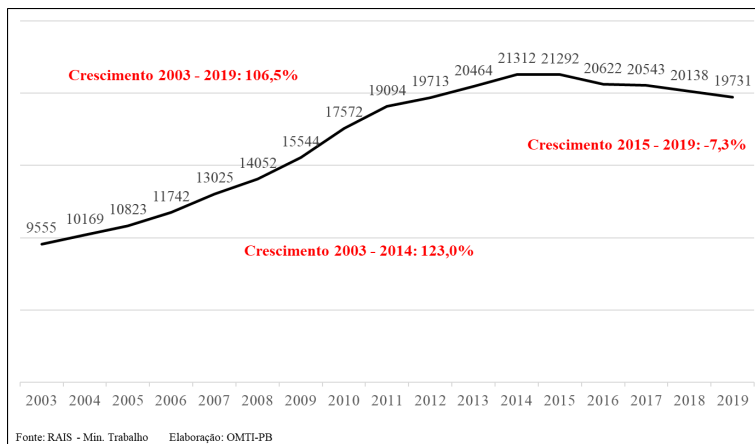
Além disso, o sindicato acordou um abono compensatório de R\$ 30,00 referente ao período de julho a dezembro de 2020, ao qual todos os trabalhadores tiveram direito por cada competência mensal. Já os trabalhadores que não recebem piso salarial foram reajustados em 2,35% sobre o valor do salário, ficando garantido também o abono acima mencionado. Posteriormente, o Sindicato conseguiu negociar um aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2020-2021, para os trabalhadores não sofrerem perdas diante da MP 936.

A geração de empregos prometida pela *reforma trabalhista*, como a preservação dele no período pandêmico, conforme se verá na próxima seção, não correspondeu ao sacrifício exigido como contrapartida aos trabalhadores.

Retratos do emprego dos(as) comerciários(as) de Campina Grande

Embora este artigo tenha o recorte temporal aproximado entre 2015 / 2017 e 2022, para tentar captar a dinâmica que contextualiza a crise em que foi retomada a política neoliberal – de onde resultou a reforma trabalhista – e os efeitos da COVID-19 sobre a regulação do trabalho, é importante ter também uma visão em perspectiva mais ampla, que expresse o desempenho do emprego formal na categoria comerciária desde os governos do PT, a partir de 2003, conforme gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução dos vínculos no Comércio de Campina Grande (2003-2019)

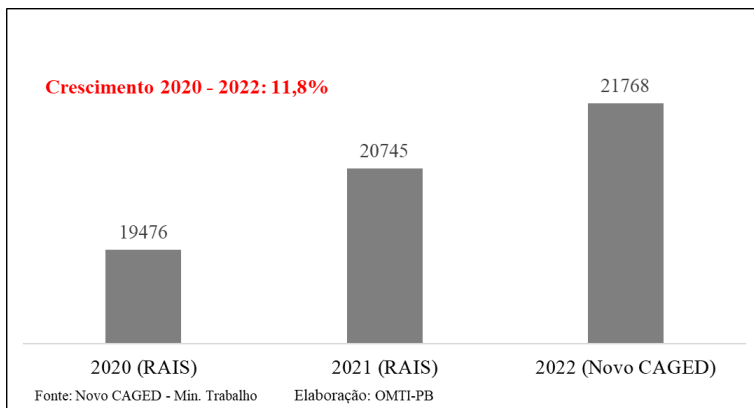


Fonte: RAIS – Min. Trabalho, com elaboração da OMTI-PB (2023).

De acordo com a RAIS, a categoria teve um crescimento contínuo nos vínculos de 2003 a 2014, registrando aumento de 123,0% no período, quando alcançou o estoque de 21.312 registros de empregados celetistas no comércio. De 2015 até 2019 (ano anterior à pandemia), a RAIS registrou um decréscimo de 7,3% no emprego do comércio de Campina Grande, chegando ao patamar de estoque de vínculos próximo ao de 2012.

Os efeitos da pandemia de Covid-19 no emprego no comércio de Campina Grande podem ser observados nos dados de estoque de vínculos disponíveis no momento em que esse texto foi escrito, coletados da base da RAIS (2020 e 2021), acrescido do saldo de 1.023 novos vínculos indicados na base do Novo CAGED para se obter o estoque de 2022, conforme se vê no gráfico 3.

Gráfico 3 - Evolução do estoque de vínculos no comércio de Campina Grande (2020-2022)



Fonte: novo CAGED – Min. Trabalho, com elaboração da OMTI-PB (2023).

Se for considerado o estoque de vínculos em 2020 informado pela RAIS, haverá um aumento no estoque de 11,8% entre aquele ano e 2022. Note-se que o ponto inicial desse período tem um patamar bastante baixo em virtude da crise da pandemia (o estoque foi de 19.731 em 2019 e caiu para 19.476 no ano seguinte, agravado pelos efeitos da Covid-19). Portanto, a lenta recuperação da pandemia só poderia apresentar percentual positivo de crescimento, pouco acima da queda de 7,3%, verificada entre 2015 e 2019.

A oscilação no emprego dos comerciários é agravada pelo tipo de vínculo precário que tem crescido após a reforma trabalhista e na pandemia, como se pode ver na tabela 1.

TABELA 1 - Tipos de vínculo no setor de Comércio em Campina Grande (2017 - 2021)

Ano	CLT U/ PJ Ind	Aprendiz	CLT U/ PJ Determinado	Contrato Prazo Determinado	Contrato TMP Determinado
2017	20219	234	71	2	0,0
2018	19673	259	172	18	8
2019	18831	430	422	44	1
2020	18566	346	554	5	0
2021	19834	427	410	25	0
Crescimento	-1,9%	82,5%	477,5%	1150,0%	

Fonte: RAIS - Min. Trabalho Elaboração: OMTI-PB

CLT U / PJ Ind: Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.

Aprendiz: contrato regido nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, que afirma que o(a) trabalhador(a) nessa condição deve ser maior de 14 anos e menor de 24 anos.

CLT U / PJ Determinado: Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998.

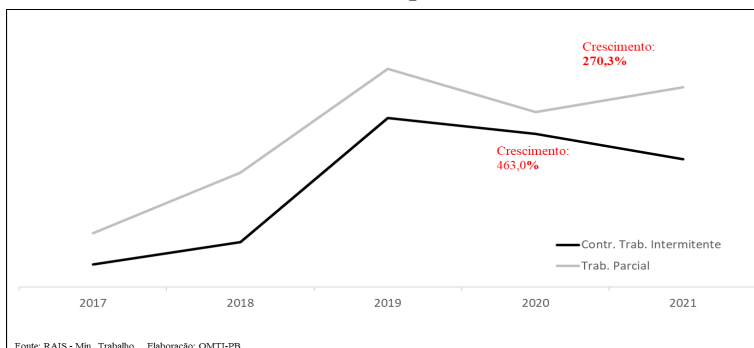
Contrato TMP Determinado: Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999.

Na tabela 1, vê-se que os vínculos celetistas por prazo indeterminado ainda prevalecem (19.834 vínculos em 2021), mas tem diminuído (-1,9%) enquanto vê crescer as contratações por prazo determinado, regido ou não pela CLT (crescimento de 477,5% e

de 1.150,0%, respectivamente), bem como os vínculos na modalidade de aprendiz (82,5%).

A mesma observação feita sobre os dados da RAIS na tabela 1 pode ser aplicada ao gráfico 4, indicando um crescimento significativo do estoque de vínculos pelo contrato de trabalho intermitente, modalidade flexível e precária criada na reforma trabalhista; e também nos contratos em tempo parcial, respectivamente de 574,1% e de 225,0%.

Gráfico 4 - Estoque de vínculos com contrato de trabalho intermitente e Parcial no comércio de Campina Grande (2017-2021)



Fonte: RAIS – Min. Trabalho, com elaboração da OMTI- PB (2023).

O **Trabalho por Tempo Parcial** é regido pelo art. 58-A da CLT e não pode ultrapassar 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais.

O **contrato de trabalho intermitente** foi criado pela alteração do § 3º do art. 443 da CLT na Lei 13.4/2017, no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade. Para os trabalhadores sob a condição desse tipo de contrato, a forma de pagamento é por hora.

Em síntese, os comerciários de Campina Grande exemplificam concretamente a tendência de deterioração do trabalho no período após a reforma trabalhista e a pandemia, combinando a redução do emprego com o aumento de formas atípicas de contratação (por prazo determinado, intermitente, parcial e de aprendizes) que levam a perdas/flexibilização de direitos.

Constata-se, no caso concreto dessa categoria, o real objetivo da reforma, conforme Krein *et al.* (2019): o desmonte da CLT para o barateamento do custo da força de trabalho e a flexibilização das relações de trabalho sob o manto da “segurança jurídica”. Assim, no contexto de grave crise econômica, político-institucional e biossanitária no período analisado, e com a destruição dos sindicatos, os trabalhadores se viram em situação de extrema fragilidade, expressa no desemprego, na deterioração dos salários, das condições de trabalho e em seus direitos.

A pandemia de COVID-19 em Campina Grande: a pressão patronal pela abertura do comércio na cidade e as ações do Sindicato em defesa dos(as) trabalhadores(as)

Com base nos dados da Secretaria Estadual de Saúde divulgados no portal G1, Campina Grande teve o primeiro caso de Covid registrado em 27 de março de 2020 e até maio de 2022 já havia 62.412 casos da doença, com 1.237 mortes⁸. Esses números significam taxas de 15.081,56 casos por 100 mil habitantes e de 298,92 mortes por 100 mil habitantes. Isso confere à cidade um índice de letalidade (nº de mortes em relação ao de infectados) de 1,98%; pouco acima da média nacional, de 1,81%.

8 Todos os dados sobre a Covid em Campina Grande contidos neste relatório têm como fonte a Secretaria Estadual de Saúde e foram obtidos no dia 19/09/2021 para a elaboração deste texto (G1, 2021). As atualizações diárias dos dados posteriores a esta data não puderam ser incorporadas ao capítulo.

Em que pese a dramaticidade dos números da Covid em Campina Grande, que permitiu chegar aos números acima citados – sem falar na tristeza dos que perderam parentes, amigos e pessoas queridas –, a maior parte do setor patronal local (incluindo os do setor de comércio) pressionou por todo o período da pandemia na cidade, pelo retorno às atividades econômicas, conforme levantamento da pesquisa.

Esta sessão remonta o debate sobre abertura/fechamento do comércio de Campina Grande através de matérias em ordem cronológica de 1º/04/2020 a 03/06/2021, procurando assim sistematizar a sequência dos fatos no período pandêmico até o momento em que este capítulo foi escrito. De modo complementar, cita-se também documentos da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Campina Grande.

Desde março de 2020, mês em que a pandemia eclodiu e os primeiros casos no Brasil e na Paraíba ganharam força, os jornais locais indicam as várias formas de pressão que o conjunto de empresários fez para manter o comércio de Campina Grande aberto, inclusive com mobilização de carreatas. As tentativas foram contra todas as recomendações médicas do início da pandemia e contaram com o apoio da prefeitura e, de forma mais velada, também da mídia:

A reabertura do comércio em Campina Grande, assim como nas demais cidades brasileiras, é uma necessidade indiscutível. Todo mundo concorda que empresas e trabalhadores precisam voltar ao trabalho para diminuir os impactos provocados pela pandemia do coronavírus. Mas o cerne da questão é como e quando deverá ocorrer esse retorno. Em Campina a prefeitura lançou uma cartilha com a proposta de reabertura gradativa dos estabelecimentos. (Jornal da Paraíba, 2020a, grifo nosso)

Posição diferente teve a Federação das Indústrias da Paraíba (Fiep), cujo presidente defendeu, dias depois, a manutenção do fechamento do comércio na cidade. Para ele, seria “precipitado” reabrir estabelecimentos (Jornal da Paraíba, 2020b).

Na semana seguinte, em 13/04/2020, a Prefeitura divulgou a 2ª versão da Cartilha de Retomada Econômica (Jornal da Paraíba, 2020c), na qual uma série de regras foram estabelecidas e os chamados serviços essenciais foram priorizados. Pela natureza da atividade, bares, restaurantes, galerias comerciais, shoppings e academias foram impedidas de funcionar, baseado em dois decretos, um estadual e outro municipal (Jornal da Paraíba, 2020d). Prenunciava-se, assim, uma batalha judicial, conforme noticiado.

Àquela altura, em abril de 2020, o distanciamento social e os cuidados sanitários eram mais do que necessários para conter a disseminação da doença, pois na ocasião os primeiros casos já estavam sendo contabilizados na cidade.

O que se viu então, pela grande imprensa, foi um cabo de guerra: de um lado, a preocupação com a manutenção da atividade no comércio sob a justificativa das consequências negativas para as empresas e sobre o emprego; de outro, a certeza de disseminação do coronavírus na cidade, o colapso na rede hospitalar e as mortes iminentes.

Dois dias depois (Jornal da Paraíba, 2020e), o governador João Azevedo considerou a reabertura de lojas em Campina Grande um “risco desnecessário” naquele momento, e ameaçou ir à Justiça para conter as iniciativas do setor patronal do comércio e outros.

Da mesma forma, no mesmo dia (15/04/2020), também o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual da Paraíba (MPPB) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) ameaçaram ir à Justiça contra o então prefeito Romero

Rodrigues, caso ele afrouxasse as medidas de quarentena na cidade (Jornal da Paraíba, 2020f).

A queda de braço do empresariado do comércio e da prefeitura de Campina Grande contra as medidas de isolamento social teve seguimento no dia 16/04/2020 (Jornal da Paraíba, 2020g). O chefe do Executivo Municipal teve de convencer ao Ministério Público (MP) que a cidade já estava tomando as medidas necessárias para a reabertura do comércio. Vale lembrar, a data estava às vésperas da primeira notificação de mortes por Covid, e já havia cerca de 6 casos reconhecidos de contágio pelo Coronavírus.

Segundo outra matéria de 16/04/2020 (Jornal da Paraíba, 2020h), o prefeito se comprometeu em enviar relatório e documentos ao MP detalhando serviços de saúde e adoção de medidas que viabilizariam as atividades de comércio e de outros setores na cidade. O esforço do prefeito malogrou e o comércio teve que permanecer fechado por recomendação de procuradores do MP (Jornal da Paraíba, 2020i).

Diante disso, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) insistiu e recorreu à Justiça contra a recomendação do MP, acatado pelo prefeito (Jornal da Paraíba, 2020j). Na ocasião (23/04/2020), já eram 30 infectados e 2 mortos na cidade, com tendência de alta. Foi nesse momento de maior radicalização para a reabertura do comércio que o setor patronal de Campina Grande ofereceu ao Brasil o exemplo mais chocante e deprimente de assédio moral contra os trabalhadores, expondo-os publicamente de joelhos em frente às lojas, como que em oração, rogando pela abertura do comércio para manter seus empregos (Jornal da Paraíba, 2020k).

O impacto econômico negativo aparecia como principal motivo para a reabertura do comércio, porém houve grande resistência, não somente por parte dos profissionais e

especialistas em saúde, mas também de algumas instituições e líderes políticos.

Derrotados em todas as frentes em sua tentativa de retomar as atividades, o setor patronal do comércio passou a seguir uma estratégia de não confrontação. No dia 10/06/2020, a CDL participou de sessão remota da Câmara de Vereadores de Campina Grande para debater a retomada econômica pós-pandemia, de modo a “reabrir o comércio de forma segura, oferecendo segurança à população e aos profissionais do comércio em geral, de modo a evitar um aumento substancial no número de novos casos positivos de Covid-19”, atuando de forma alinhada diretamente com as ações da saúde municipal, segundo comunicado da instituição (Câmara de dirigentes lojistas, 2020a). Poucos dias depois, a CDL lançou uma campanha pelo funcionamento seguro do comércio (Câmara de dirigentes lojistas, 2020b). Na altura, centenas de cidadãos de Campina Grande se infectavam diariamente (só no dia 10/06 foram registrados 254 casos de contágio) e 47 haviam morrido em decorrência de Covid.

Somente em 18/08/2020, depois de mais de um mês de números elevados, a cidade passou à tendência declinante de casos e mortes – 125 e 3, respectivamente – e o prefeito autorizou o funcionamento integral do comércio de Campina Grande, atendendo aos apelos da CDL, apesar de o município ser a segunda cidade em número de casos na Paraíba (Jornal da Paraíba, 2020l). De acordo com ele, a medida foi possível porque a cidade estava preparada para atender os novos casos de Covid-19 (Jornal da Paraíba, 2020m).

O efeito do relaxamento da quarentena surtiu rápido efeito no desempenho do comércio da Paraíba, no qual Campina Grande tem um grande peso. Em 08/10/2020, o Jornal da Paraíba noticiou que “O setor acumulou alta de 4,5% em 12 meses”. Mesmo assim, dizia a matéria, a Paraíba ocupa o penúltimo lugar no ranking nordestino (Jornal da Paraíba, 2020n).

O segundo semestre de 2020 parecia promissor para a atividade do setor com as vendas *online* durante a *Black Friday* e o Natal, quando a redução dos casos de Covid alimentava a ilusão de que a pandemia estava superada. Em outubro, a Paraíba tinha tido a quinta maior alta do comércio varejista em todo o país, com crescimento de 2,3%, bem acima da média nacional (0,9%) (Jornal da Paraíba, 2020o).

No balanço de 2020, o comércio da Paraíba encerrou com saldo positivo, mesmo em ano de pandemia de Covid e isolamento social. Segundo notícia da imprensa, “nos 12 meses de 2020, a receita nominal do comércio paraibano teve um crescimento de 7%, superior à média nacional. Apesar da queda de 4,7% no volume de vendas no mês de dezembro de 2020, o ano se encerrou com um saldo positivo de 2,4% no volume de vendas” (Jornal da Paraíba, 2021a).

A nova onda do surto de Covid, que veio forte em 2021, trouxe novamente o fechamento do comércio no início de março. Mas o novo prefeito, Bruno Cunha Lima, decidiu não seguir, por completo, as regras contidas no decreto estadual, que previa toque de recolher e restrição por completo do comércio e das atividades religiosas (G1PB, 2021).

Um mês depois, em 06/04/2021, quando Campina Grande atingia 114 novos casos e 2 mortes, em atitude demagógica, o prefeito disse que não é dos governantes “o poder de dizer o que é ‘essencial’” (Jornal da Paraíba, 2021b). No dia seguinte (07/04/2021), o prefeito assinou Decreto municipal que flexibilizava atividades em escolas particulares, comércio e igrejas (Jornal da Paraíba, 2021c).

Somente em junho, o prefeito emitiu novo Decreto alinhado ao do Estado. A ideia foi manter as diretrizes estaduais para evitar possíveis “batalhas” na Justiça, mas implementar escalonamento no funcionamento do comércio (Jornal da Paraíba, 2021d).

Em meio aos conflitos de interesse evidenciados nas matérias de jornal, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Campina Grande (SECCG) procurou fazer o máximo possível ao buscar articulações mais amplas na sociedade, enfrentando as enormes restrições de ordem política com as consequências da reforma trabalhista de 2017, ao qual agregou-se a impossibilidade de promover manifestações coletivas de massa devido à crise sanitária.

Desse modo, colocou-se ao lado do MP, MPPB e MPT, acionando-os por meio de denúncias, para evitar a exposição dos seus representados ao risco de contágio. Nessa perspectiva, o SECCG pautou a reivindicação para que os comerciários das farmácias tivessem prioridade na fila de vacinação, junto com os profissionais da saúde. Também atuou para que o patronato fosse obrigado a cumprir a recomendação do Ministério Público do Trabalho (MPT) em itens como a aferição de temperatura dos empregados antes do início da jornada, a disponibilização de álcool em gel, o fornecimento de máscaras etc. No entanto, segundo o sindicato afirma, as empresas não cumpriram integralmente tais recomendações do MPT.

Além dessa articulação institucional na sociedade, algumas ações do Sindicato expuseram uma condenação moral à prática dos empregadores que, conforme as matérias de jornal mencionadas aqui, colocaram o lucro acima da vida dos seus empregados e empregadas. Com esse intuito, no dia 29/05/2021, o presidente do Sindicato dos Comerciários de Campina Grande abriu a Assembleia de deflagração da Campanha Salarial 2021-2022 com um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de Covid que trabalhavam como comerciários/as.

No plano da negociação coletiva propriamente dita, conforme mencionado em outra seção deste capítulo, o SECCG teve êxito ao firmar Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2021, com cláusulas que asseguraram 100% da remuneração

aos empregados do comércio, evitando assim as perdas que estavam embutidas na Medida Provisória 936. Assim, em meio a muitas dificuldades, o SECCG pôde contabilizar algumas vitórias parciais que minimizaram o contexto extremamente adverso colocado no período 2015-2022.

Considerações Finais

Jair Bolsonaro reiterou várias vezes em sua campanha à presidência da República, em 2018, que considerava difícil a vida dos empregadores no Brasil, sinalizando aumento da flexibilização e da precariedade trabalhista no país. Para ele, o setor produtivo estava com a razão, ao reclamar que a CLT tornava o Brasil “um país de direitos, mas que não tem emprego”. “Isso tem que ser equacionado um dia”, disse. “Eles (empregadores) têm dito, não sou eu, ‘um pouquinho menos de direito e emprego’ ou ‘todos os direitos e menos emprego’. É a palavra de quem emprega no Brasil” (Valor Econômico, 2018).

Conforme o resultado da pesquisa no qual este artigo está baseado, a política adotada com tal viés, primeiro por Temer, depois por Bolsonaro, levou os comerciários de Campina Grande a enormes perdas de direitos e a uma tendência à ampliação de contratos atípicos, desde a crise político-econômica de 2015-2016, aprofundado pela reforma trabalhista de 2017 e pela pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2021.

O Sindicato dos Comerciários enfrentou como pôde esse contexto adverso recorrendo com frequência ao Ministério Público do Trabalho para conter a ofensiva patronal. Contudo, apesar do contexto profundamente adverso aqui analisado, a vitória de Lula na eleição presidencial de 2022 reacendeu a esperança de novos dias no horizonte da classe trabalhadora, mesmo com as dificuldades que enfrenta com a oposição no Congresso Nacional e em setores da sociedade. Certamente não

tem sido e não será um caminho fácil reverter a tragédia social que aqui se instalou desde o golpe de 2016, e reaver os direitos dos trabalhadores.

Este artigo analisa um dos períodos mais difíceis dos trabalhadores e trabalhadoras da História do Brasil, centrado no caso específico dos comerciários de Campina Grande como exemplo de uma situação que é geral, e espera que o duro aprendizado deste passado tão recente não seja em vão e possa iluminar o futuro que se abre novamente.

Referências Bibliográficas

ABDALA, Déborah; BRISOLA, Elisa Andrade. Direitos trabalhistas dos comerciários: principais violações. **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 1, 2017. DOI: <https://doi.org/10.32813/rchv10n12017artigo8>.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ARAÚJO, Carla; MURAKAWA, Fábio. Bolsonaro: Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego. **Valor Econômico**, 04/12/2018. Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-terade-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml>. Acesso em 27/09/2021.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, 2020a. “CDL participa de sessão remota da Câmara de Campina Grande sobre retomada econômica após pandemia”. **CDL**, Campina Grande, publicado

em 10/06/2020. Disponível em: <https://cdlcampina.org.br/site/2020/06/cdl-participa-de-sessao-remota-da-camara-de-campina-grande-sobre-retomada-economica-apos-pandemia/>. Acesso em: 12/08/2021.

CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS, 2020b. “CDL Campina Grande lança campanha pelo funcionamento seguro do comércio”. CDL, Campina Grande, publicado em 17/06/2020. Disponível em: <https://cdlcampina.org.br/site/2020/06/cdl-campina-grande-lanca-campanha-pelo-funcionamento-seguro-do-comercio/> Acesso em: 12/08/2021.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, Augusto. **Senado derruba MP com minirreforma trabalhista**. Senado Notícias, 01/09/2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/09/01/senado-derruba-mp-com-minirreforma-trabalhista>. Acesso em 27/09/2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal: A Era Vargas Acabou?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIEESE. **Reforma Trabalhista: riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical**. São Paulo: DIEESE, 2017.

G1. Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados. **Portal G1**, publicado em Disponível em <http://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/2021/mapa-cidades-brasil-mortes-covid/pb/campina-grande/>. Acesso em 19/09/2021.

G1PB. “Novo decreto de Campina Grande fecha comércio, restaurantes e bares nos fins de semana e abre igrejas”. **G1**, João Pessoa, publicado em 12/03/2021. Disponível em <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/03/12/novo-decreto-de-campina-grande-fecha-comercio-restaurantes-e-bares-nos-fins-de-semana-e-abre-igrejas.ghtml>. Acesso em 13/07/2021.

GALVÃO, Andréia; KREIN, Jose Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Dossiê Reforma Trabalhista (em construção)**. Campinas: CESIT/UNICAMP, 2017.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020a. “Prefeitura lança plano para reabrir comércio de Campina Grande, mas como fiscalizar regras de distanciamento?”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 1º/04/2020. Disponível em <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/pleno-poder/prefeitura-lanca-plano-para-reabrir-comercio-mas-como-fiscalizar-regras-de-distanciamento/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020b. “Presidente da Fiep defende manutenção do fechamento do comércio em CG”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 03/04/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/presidente-da-fiep-defende-manutencao-do-fechamento-do-comercio-em-campina-grande/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020c. “Bares, restaurantes e shoppings permanecerão fechados em CG mesmo com abertura do comércio”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 13/04/2020. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/bares-restaurantes-e-shoppings-permanecerao-fechados-em-cg-mesmo-com-abertura-comercio/. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020d. “Decisão de reabrir o comércio de Campina poderá resultar em ‘batalha judicial’”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em: 14/04/2020. Disponível em: <http://jornaldaparaiba.com.br/plenopoder/decisao-de-reabrir-comercio-de-campina-podera-resultar-em-batalha-judicial/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020e. “Governador não descarta acionar Justiça contra reabertura do comércio de Campina Grande”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 15/04/2020. Disponível em: <http://jornaldaparaiba.com.br/politica/governador-nao-descarta-acionar-justica-contr-reabertura-do-comercio-de-campina-grande/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020f. “MPF, MPT e MPPB recomendam que Romero mantenha comércio fechado em Campina Grande”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 15/04/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/mpf-mpt-e-mppb-recomendam-que-romero-mantenha-comercio-fechado-em-campina-grande/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020g. “Pressionado pelo comércio para reabrir, Romero vai se reunir com representantes do MPF, MPE e MPT”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 16/04/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/pleno-poder/>

pressionado-pelo-comercio-para-reabrir-romero-vai-se-reunir-com-representantes-do-mpf-mpe-e-mpt/. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020h. “MP pede relatório e Romero ganha fôlego na discussão sobre reabertura do comércio de Campina Grande”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 16/04/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/mp-pede-relatorio-e-romero-ganha-folego-na-discussao-sobre-reabertura-do-comercio-de-campina-grande/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020i. “Prefeitura de Campina Grande decide seguir recomendação do MP e comércio continuará fechado”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 17/04/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/prefeitura-de-campina-grande-decide-seguir-recomendacao-do-mp-e-comercio-continuara-fechado/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020j. “Justiça nega pedido da CDL e mantém comércio de Campina Grande fechado”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 23/04/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/justica-nega-pedido-da-cdl-e-mantem-comercio-de-campina-grande-fechado-2/>. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020k. “‘Reféns’: protesto pela reabertura do comércio de Campina Grande é criticado nas redes sociais”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 28/04/2020. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/refens-protesto-pela-reabertura-comercio-de-campina-grande-e-criticado-nas-redes-sociais/. Acesso em 12/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020l. “Romero Rodrigues autoriza funcionamento integral do comércio em CG”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 18/08/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/romero-autoriza-funcionamento-integral-do-comercio-em-campina-grande/>. Acesso em 13/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020m. “Comércio de CG volta a funcionar em horário padrão nesta quarta-feira”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 19/08/2020. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/comercio-de-campina-grande-volta-a-funcionar-em-horario-padrao-nesta-quarta/. Acesso em 13/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020n. “Comércio varejista da Paraíba tem alta de 4,5% e 4ª maior variação do país, aponta IBGE”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 08/10/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/economia/comercio-varejista-da-paraiba-tem-alta-de-45-com-4a-maior-variacao-pais-aponta-ibge/>. Acesso em 13/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2020o. “Comércio varejista da Paraíba tem a 5ª maior alta do país em outubro, revela IBGE”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 10/12/2020. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/economia/comercio-varejista-da-pb-tem-5a-maior-alta-pais-em-outubro-revela-ibge/>. Acesso em 13/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2021a. “Comércio da PB tem queda de 5% em dezembro, mas 2020 encerra com saldo positivo”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 10/02/2021. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/economia/vendas-no-comercio-na-pb-caem-quase-5-em-dezembro-mas-2020-encerra-com-saldo-positivo/>. Acesso 13/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2021b. “Bruno adianta que novo decreto de Campina Grande deve flexibilizar atividades em escolas, comércio e igrejas”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 06/04/2021. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/bruno-adianta-que-novo-decreto-de-campina-grande-deve-flexibilizar-atividades-em-escolas-comercio-e-igrejas-2/>. Acesso em 13/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2021c. “Decreto de Campina Grande flexibiliza atividades em escolas particulares, comércio e igrejas”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 07/04/2021. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/decreto-de-campina-grande-flexibiliza-atividades-em-escolas-particulares-comercio-e-igrejas/>. Acesso em 13/07/2021.

JORNAL DA PARAÍBA, 2021d. “Decreto de Campina Grande será alinhado ao do Estado, mas com adequações no comércio”. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, publicado em 03/06/2021. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/politica/decreto-de-campina-grande-sera-alinhado-ao-do-estado-mas-com-adequacoes-no-comercio/>. Acesso em: 13/07/2021.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Marco Antônio de. Mudanças Institucionais e Relações de Trabalho: As Iniciativas do Governo FHC no Período 1995-1998, *in Anais do VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. São Paulo: ABET, 1999.

KREIN, José Dari. **O Aprofundamento da Flexibilização das Relações de Trabalho no Brasil**. 2001. [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2001.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, apr. 2018.

KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane. A reforma sindical e trabalhista em tempos de crise do emprego e a proposta da CUT para um sistema democrático de relações de trabalho. **Debates e Reflexões**. São Paulo: Escola Sindical São Paulo – CUT, nº 12, 2003.

KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (organizadores). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; RODRIGUES, Iram Jácome. A CUT e o sindicalismo brasileiro nos anos recentes: limites e possibilidades. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 53-76, apr. 2018.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; AGRA, Nadine Gualberto. A experiência do Observatório do Mercado de Trabalho da Paraíba: entre escolhas metodológicas e desafios futuros. **Caderno do Observatório do Mercado de Trabalho**. Brasília: DIEESE; Ministério do Trabalho 1ed., v. 2, p. 35, 2017.

LADOSKY, M. H. G.; BRIDI, M. A. (2019). O financiamento sindical, a MP 873/19 e a encruzilhada da ação coletiva: algumas notas. In: PASSOS, André; MELO, Raimundo Simão de; NICOLADELI, Sandro Lunard. (Organizadores). **Financiamento sindical no Brasil: reflexões sócio-jurídicas e o curioso caso da MP 873/2019**. Belo Horizonte: RTM Editora, 1ed., v. 1, p. 127-134, 2019.

MÜLLER, Torsten; SCHULTEN, Thorsten. Ensuring fair short-time work. A European overview. In: **ETUI Policy Brief**. Bruxelas: ETUI, nº 7, 2020.

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília, 29/10/2015. Disponível em <https://edisciplinas.usp>.

br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/o/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundação%20Ulysses%20Guimarães.pdf. Acesso em 10/07/2022.

SENADO FEDERAL. Bolsonaro edita MP que recria Ministério do Trabalho. **Senado Notícias**. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/28/bolsonaro-edita-mp-que-recria-ministerio-do-trabalho>. Acesso em 27/09/2021.

VALOR ECONÔMICO, 2018. “Bolsonaro: Trabalhador terá que escolher entre ter mais direitos ou emprego”. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, publicado em 04/12/2018. Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml>. Acesso em 27/09/2021.

CAPÍTULO XV

“Tem Uma Menina Aqui”: a precarização do trabalho dos/das entregadores/entregadoras a partir do recorte de gênero em Campina Grande, PB.

Ewennye Rhoze Augusto Lima

Introdução

Este texto está voltado às reconfigurações do mercado de trabalho contemporâneo, mais especificamente durante a realidade do tempo presente, no ramo de entregas (ou *delivery*), em razão da emergência desse tipo de serviço do setor terciário na atual conjuntura, em que a atividade citada foi alçada a um destaque social não observado no passado, tal como se vê nos últimos anos – destaque nem sempre benéfico para entregadores/entregadoras.

Com a crise sanitária provocada pela epidemia de Covid-19, e todos os impactos por ela causados no Brasil, aqui generalizada a partir de março do ano 2020, observam-se transformações significativas no mundo do trabalho, dentre as quais ganha ampliação o recorrente destaque de pessoas responsáveis por

entrega de mercadorias diversas. Assim, no texto que aqui se apresenta, focalizamos nas dinâmicas de reformulação da noção de trabalho – a partir de uma tendência à precarização – no setor referido.

Damos destaque aos/às trabalhadores/trabalhadoras que tendem a não se conectar às grandes plataformas digitais desse ramo (*Uber Eats, iFood, James Delivery, 99 Food, Rappi* etc.), a partir de um recorte de gênero e geração, em seu potencial delimitador das condições de trabalho. A hipótese central aqui desenvolvida é a de que as variáveis citadas servem de classificadores hierarquizantes no segmento laboral utilizado para o estudo. Partimos do pressuposto de que uma precarização do trabalho observada no atual mundo neoliberal nos conduz a uma discussão sobre como as construções sociais de gênero e idade incidem sobre as interações da sociedade em geral e especificamente para a esfera do trabalho.

O trabalho das entregas por aplicativo é, em um primeiro momento, uma nova modalidade de emprego que o desenvolvimento tecnológico do século XXI proporcionou ao cotidiano social de boa parte do mundo modernizado. Trata-se de uma alternativa que foi sendo assimilada pelo mundo do trabalho de modo sutil e quase “natural”, haja vista a viabilidade de sua inserção no limiar do tempo agitado do contemporâneo e sua “fácil” resolução no sentido de atender às demandas do “tempo é dinheiro”, próprias do espírito capitalista exploratório, para as pessoas que já estão inseridas no mercado formal ou que gozam de estabilidade financeira. As rápidas ascensão e aceitação dessa nova modalidade funcional provam como há um abismo de classe e de oportunidades trabalhistas: se, por um lado, pessoas de diversos segmentos têm seu tempo individual otimizado e, de certo modo, melhorado pelos serviços prestados, por outro, as pessoas que exercem o trabalho de entrega vão sendo gradativamente assimiladas pela via da precarização – ao passo que

possibilitam que outros trabalhadores agilizem suas rotinas, eles próprios são cobrados constantemente pelo cumprimento em “tempo hábil” dos serviços prestados.

Uma das modalidades econômicas que possibilitaram tal tipo de serviço através das inovações tecnológicas foi a chamada “economia colaborativa de compartilhamento de prestação de serviços a terceiros” (ou o *e-sharing*, em inglês)¹. Se essa modalidade seduz pela rápida aceitação cotidiana, ela também preocupa pela enfática flexibilização de normas trabalhistas, desvalorização da força de trabalho e precarização das garantias e direitos adquiridos pelos regimes legais, a exemplo da CLT. Ascende, nesse cenário, a possibilidade de terceirização de mão de obra através de meios digitais, em especial os chamados aplicativos telemáticos.

Essa “alternativa” de atendimento de serviços terciários, vendida como parte de uma “economia de compartilhamento” (ou *sharing economy*, no inglês), promete suprir necessidades básicas da população urbana, o que inclui aproximar e dinamizar relações entre quem oferece produtos e quem os consome. É prática comum no ambiente social, que se torna cada vez mais neoliberal, que a sua adesão seja vista como positividade, já que, em tese, promoveria benefícios a ambas as partes – impulsionar os negócios de quem se presta a oferecer determinados produtos e viabilizar a não necessidade de deslocamento em contextos de metrópoles cada vez mais caóticas e menos praticáveis.

A questão é que as pessoas que se submetem a exercer a profissão – ou seja, os entregadores e as entregadoras – acabam

1 “Esta nova engenharia econômica elencada no modelo de negócios dessas plataformas tecnológicas por aplicativos é, por natureza, inovadora e disruptiva no âmbito jurídico, econômico e social. A entrada dos aplicativos de Economia Compartilhada acirra debates regulatórios e mexe com inúmeros grupos de interesse que até então estavam estabelecidos confortavelmente no mercado” (Garcia Júnior, 2020, p. 18).

aceitando condições quase nunca favoráveis para o exercício do trabalho por não terem outra possibilidade de renda. E empresas como as citadas adotam o modelo de relação trabalhista que não enquadra seu “associado” como funcionário de direito, apenas como “colaborador” de caráter “autônomo e livre” para que possa gerir seus rendimentos, horários, atribuições e deveres. Tal modelo, chamado por muitos lugares e sujeitos de “uberização” dos serviços, é pautado pela total ausência de regulamentação e vínculo empregatício. Cria-se uma situação de não seguridade para as pessoas que se prestam a exercer a função, e enriquecimento e lucro para as empresas que “intermedeiam” as relações através da tecnologia. Criou-se, portanto, um novo desafio para as legislações trabalhistas e o mundo prático do emprego: estabeleceu-se uma zona de incerteza e um limbo legal que ainda precisa ser resolvido com o passar dos anos.

Uma coisa é certa: sem a devida garantia legal, entregadores e entregadoras são alvos fáceis para a perda de direitos que trabalhos regulamentados garantiriam. Dificulta-se, assim, o acesso dessas pessoas a questões trabalhistas básicas, tais como as licenças ou as férias, o seguro-desemprego ou a jornada de trabalho legal, fundamentos que, até pouco tempo, pareciam estar consolidados e que agora são questionados com frequência.

Estabelecidos esses parâmetros, objetiva-se compreender parte desse processo de precarização do trabalho experimentado na atividade de entregadores/entregadoras, de um modo a perceber como a questão de gênero incide sobre as experiências de inserção e no cotidiano de mulheres empregadas na referida atividade. Para alcançar essas metas, é necessário analisar a inserção dos indivíduos nesse tipo de atividade laboral, dando um maior destaque às experiências femininas dali decorrentes. Realizamos, como necessário, um levantamento de dados sobre as pressões vividas pelas mulheres entregadoras tanto por parte de seus colegas do gênero masculino, dos seus grupos de

referência – família e amigos – como do próprio segmento de consumidores dos serviços de entrega (*delivery*). Seja o preconceito dos homens, o desgaste da dupla jornada de trabalho (na moto e em casa) ou o frequente desrespeito por parte de clientes que se julgam socialmente “melhores” que as pessoas que trabalham no ramo: é sintomático que as mulheres entregadoras passem por dificuldades específicas, senão maiores, que os homens que lidam com a atividade.

O texto enfatiza, portanto, análises de narrativas de experiência de trabalhadoras do setor de serviços de entrega por motociclistas da cidade de Campina Grande – PB, as quais passaram por uma hipertrofia social com o advento da pandemia do COVID-19, uma doença causada pelo vírus SARS-CoV-2. De uma maneira mais específica, analisamos como a variável conceitual de gênero influencia os cotidianos dos indivíduos nesse tipo de trabalho². Pensamos a noção de empoderamento relacionada às questões de gênero para problematizar as percepções do trabalho das entregadoras na referida cidade, durante os primeiros meses da pandemia, assim como a produção de sua subjetividade como cidadãs e os seus reflexos nas relações sociais, de gênero e relativas ao poder.

O empoderamento de mulheres faz parte do processo da conquista da autonomia, da autodeterminação, tratando-se, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio, implicando a libertação feminina das amarras da opressão de gênero: “para nós, o objetivo maior do ‘empoderamento’ é

2 Nosso campo social é marcado historicamente pela segregação dos gêneros/sexos. Uma histórica organização social centrada na figura masculina, ou patriarcado, dá indicativos de como foi construído o papel da mulher, assim como a base para análise da legitimação da discriminação e da opressão para com as mulheres. Construiu-se um modelo normativo de papéis sociais que reflete nas relações de poder performadas por homens e mulheres na sociedade.

destruir essa ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre ‘nossos corpos, nossas vidas’” (Sardenberg, 2006, p. 02).

Sendo assim, a tendência é que essas estruturas sociais construam o sujeito à medida que passam a representá-lo. O feminismo e o empoderamento modificaram estas estruturas políticas que regulam os sujeitos, condicionando-os às suas exigências. É e por isso que “[...] o sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático” (Butler, 2016, p. 13).

A construção do sujeito está vinculada a certos objetos de legitimação e exclusão que são neutralizados por uma análise política que toma estas estruturas como seu fundamento. Porém, a multiplicidade das questões que abarcam estes sujeitos, as mulheres, muitas vezes não é mais contemplada por todas essas estruturas citadas anteriormente. “Com efeito, a norma produz e depois oculta a noção de ‘sujeito perante a Lei’, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei” (Butler, 2016, p. 14). Neste jogo de luz e de sombra, o sujeito oblitera-se e uma hegemonia da estrutura prevalece. Diante disto, a crítica feminista deve compreender como a relativa categoria “mulheres” é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder e por intermédio das quais se busca a emancipação.

O próprio termo “mulheres” é muito mais abrangente, pois o sujeito mulher não se encerra em si e o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente diante dos múltiplos contextos históricos. Pois, além disto, existem as inserções indenitárias construídas que também perpassam o gênero e uma questão que se tornou impossível separar: a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que esta é produzida e mantida.

Também devemos atentar para o desdobramento do feminismo e a universalização do patriarcado que não é uníssono, pois existem as variações sociais e culturais da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres. Esses questionamentos se estendem para a noção binária de gênero que o isola das outras identidades, assim como constrói uma noção equivocada de coesão identitária.

Quaisquer tentativas de ampliar os discursos feministas, por vezes, passam a ser interpretadas como um desvio do que seria o feminismo, abrindo a possibilidade para acusações de deturpação cabal da representação. Por isso, devemos normalizar a crítica às categorias de identidade que estão presentes no interior de estrutura já construída:

a identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento. Talvez, paradoxalmente, a ideia de “representação” só venha realmente a fazer sentido para o feminismo quando o sujeito “mulheres” não for presumido em parte alguma (Butler, 2016, p. 18).

Por mais que seja conclamada uma noção unitária de “mulher”, com a finalidade de fortalecer a solidariedade entre o gênero, percebemos que também haveria uma suposta distinção entre o sexo e o gênero em si no seio do feminismo, no qual o primeiro teoricamente seria biológico e o segundo é culturalmente construído. A hipótese de um sistema binário dos gêneros acaba por defini-lo como aquele que reflete o sexo ou é por ele restrito.

A respeito disto, *Bell Hooks*, ativista dos direitos das mulheres negras, escreve:

desde seu início, o movimento feminista foi polarizado. Pensadoras reformistas escolheram enfatizar a igualdade de gênero. Pensadoras revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que mulheres tivessem mais direitos. Queríamos transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. Como a mídia de massa patriarcal não estava interessada na visão mais revolucionária, nunca recebeu atenção da imprensa dominante. A noção de “libertação da mulher” que pegou – e ainda está no imaginário do público – era aquela que representava mulheres querendo o que os homens tinham (Hooks, 2018, p. 15).

Como Hooks deixa claro, o movimento feminista constantemente teve e tem múltiplas pautas que contempla(ra)m diferentes grupos e que nem sempre estiveram em consonância. Estas diversificadas perspectivas nos mostram, de uma forma mais ampla e complexa, como o feminismo foi se modificando ao longo das décadas, promovendo um novo tipo de agência. Repensar os gêneros e como estes se constituem e alimentam o binarismo, de forma mais abrangente, faz parte deste roteiro feminista que questiona as desigualdades.

A respeito disso, dispõe Judith Butler: “se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se [...] nula” (Butler, 2016, p. 19).

Assim, o gênero não seria uma interpretação cultural do sexo. É nesse sentido que devemos observar o quanto ambos

são socialmente construídos e quais ferramentas os constroem enquanto conceitos que chegam a ser de um período pré-discursivo. Haveria um construto pré-existente ao construtor? Estaríamos nós sujeitos/as a algum determinismo que circunscreve os corpos/recipientes/passivos de uma lei cultural inflexível?

Ainda seguindo este fluxo, refletimos sobre a relação estabelecida entre os signos e os corpos. O campo em que se materializam externamente os significados culturais, as associações com cores, estampas, moldes e o próprio cuidar de si materializam-se potencialmente nessa pesquisa como um divisor mais significativo que qualquer outro, haja vista que não é buscada uma neutralização dos signos do gênero/sexo, mas uma apropriação dos signos opostos, no intento de se salvaguardar das condutas tidas como predatórias. Daí emerge a dúvida sobre a possibilidade de existir para além desses limites.

Judith Butler nos responde que

tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (Butler, 2016, pp. 21-22).

Diante desta resposta ficamos com a sensação de que até a linguagem nos empurra para a significativa preponderância masculina. Todavia, quando nos referimos a ambos os gêneros, a palavra masculina é aquela que delimita: “entregadores”. Isso mostra como a semântica, não só nesse caso, mas em vários outros, reverbera a ampla dominação masculina.

Esta dominação está sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação das estruturas históricas da

ordem masculina, em que construímos um sistema baseado em opostos homólogos vinculados ao gênero: positivo/negativo, alto/baixo, forte/fraco e assim sucessivamente. A respeito disso, Pierre Bourdieu explica:

a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 2002, p. 17).

Bourdieu, com essa noção de dominação masculina, condição resultante da violência simbólica, busca analisar as bases da assimetria de gênero, vista por ele como uma ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos, suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, que se vê perpetuada e impregnada nos contextos sociais, vista muitas vezes como natural e aceitável:

a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos: é a estrutura do espaço, opondo lugar da assembléia ou do mercado, reservados aos homens, e a casa, reservadas às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o longo ciclo de vida,

com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (Bourdieu, 2002, p. 20).

A ordem social faz a manutenção constante da estrutura social em que estamos inseridos. Vemos que a divisão do trabalho e os signos que atribuem significado ao gênero aplicado ao labor é um dos pontos mais culminantes dessa questão. A formação do espaço público e masculino se contrapondo ao espaço privado feminino tende a ser associada com a natureza “física” ou “biológica”. E isso se dá na associação do corpo feminino ao espaço privado, doméstico, interno e secreto. Em contrapartida, vemos a confrontação que as entregadoras geram, em seu pequeno quantitativo, diante da premissa de que este não seria um espaço social possível para mulheres.

Para tomar posse desse espaço, que seria “inapropriado”, muitas estratégias são usadas. Algumas vezes tentamos, através da apropriação dos signos do gênero supostamente oposto, nos tornar o “primeiro sexo”³. Seria, assim, o gênero feminino aquele que é marcado? Haveria no gênero masculino a unidade universal que transcenderia o próprio corpo? As mulheres são definidas nos termos opostos aos deles, enaltecendo-os?

Mediante estes questionamentos que repensam a perspectiva dualista beauvoiriana, dispomo-nos a pensar também um segundo viés de interpretação através de Luce Irigaray. Esta pesquisadora nos propõe uma segunda linha de raciocínio, através da qual percebamos as mulheres como o sexo que não pode ser representado mediante uma sociedade falocêntrica. Faltaria uma linguística adequada, por exemplo, para a materialização de nossos signos.

3 Alusão ao termo utilizado na obra de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo”.

“Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar. Nesse sentido, as mulheres são o sexo que não é “uno”, mas “múltiplo” (Joaquim, 2006, p. 54)⁴. Seguirmos com esse viés é repensarmos toda uma lógica baseada na teoria do feminino como representação negativa do masculino e, a partir daí, enxergar essa dialética como um sistema que exclui uma economia significante inteiramente diferente. Assim, faltar-lhe-iam categorias que delimitassem o sexo feminino, minando por terra a economia simbólica baseada no binarismo.

A recorrência da problemática na investigação feminista sobre o gênero é indicada pela presença ambígua de duas posições: a primeira seria o gênero como uma característica secundária das pessoas e a segunda seria o gênero como a própria noção de pessoa, posicionada na linguagem como o “sujeito”, uma construção masculinista e uma prerrogativa que exclui o gênero feminino.

Todo esse movimento teórico nos faz repensar radicalmente aquelas categorias de identidade mediante as relações de alteridade entre gêneros. Pensamos, por exemplo, o quão circunscrito em si o corpo feminino é, ao passo que o corpo masculino vive uma liberdade ostensivamente radical. Assim, quando pensamos em mulheres exercendo funções estabelecidas como “tipicamente” masculinas pela sociedade, utilizando um maquinário também associado a eles, pensamos no corpo reprimido, que precisaria “atenuar” seus traços.

No caso das entregadoras, a indumentária adquirida era vista como EPI (Equipamento de proteção Individual), ou seja, o uso de uma camisa de mangas longas seria para protegê-las da

⁴ Teresa Joaquim é pesquisadora e tradutora da teoria e de obras de Luce Irigaray, com destaque para o livro *As Causas das Mulheres*, que traduz e trabalha várias ideias da referida autora.

luz solar, assim como o uso de calça jeans e botas seria para protegê-las no caso de acidente durante o trajeto da entrega. Porém, ao trabalhar alguns dias com uma calça “legging” na cor preta⁵, notei olhares invasivos nos trajetos, assim como nos pontos de entrega. Percebendo esse movimento invasivo, optei por utilizar uma calça jeans mais folgada e um moletom.

Ao descaracterizar meu corpo, vivenciei a situação de ser recebida por um porteiro como “um entregador”. Isso ocorreu no dia 09 de maio de 2020, por volta das 16 horas. O porteiro autorizou minha entrada e me respondeu com a frase “diga aí, meu amigo”. Quando retirei o capacete, ele respondeu logo em seguida: “perdão moça”. Privamo-nos de liberdade corporal. Para entregadoras, uma confusão como esta não gera tanto constrangimento, pois já se tornou situação rotineira.

É importante pensar como eu e outras entregadoras precisávamos nos travestir masculinamente, a fim de impor uma conduta supostamente ilibada e ao mesmo tempo evitar o assédio que poderia acontecer em qualquer ambiente: na loja em que buscávamos a entrega, no trajeto ou até mesmo na casa do cliente.

O assédio e o preconceito formaram a pauta cotidiana. Além disso, uma das questões que perpassaram minha experiência e os relatos das demais era a própria *bag*, a bolsa utilizada para transportar as mercadorias, e que é carregada nas costas, já que é pensada para o corpo masculino – por não ter as mamas protuberantes.

Sempre falávamos entre nós sobre como era desconfortável a faixa que fica por cima dos seios, apertando-os, causando dores ali e até mesmo na coluna. Essa faixa de sustentação é ideal para que o produto não se mexa dentro da *bag*, evitando avarias.

5 A autora que vos escreve trabalhou por alguns meses como entregadora no ano de 2020.

Ainda assim, mesmo sabendo da importância dessa faixa, nós optávamos, às vezes, por transportar os produtos com a mesma desafivelada, por razões de conforto⁶.

Esta continuidade para o feminino, por vezes, é confrontada; tomamos, por exemplo, o falocentrismo, ou a centralidade do masculinismo, que implica questões que se tornam estruturais no dia a dia das entregadoras. O uso da motocicleta como ferramenta de trabalho traz à tona questões vinculadas a um símbolo que constantemente é associado ao masculino urbano. Isso reflete, por exemplo, numa pequena quantidade de mulheres que pilotam quando analisamos a quantidade total de condutores no Brasil: apenas 23% diante da imensa maioria masculina de 77% (Caldeira, 2020).

Esses dados, apresentados em 2020, apesar de terem significado uma alta no número de mulheres com acesso a veículos de duas rodas, denunciam a alta desigualdade na comparação entre homens e mulheres no que trata da utilização de motocicletas, como se este fosse um tipo de transporte “típico” de homens. Em 2011, por exemplo, apenas 18,8% das pessoas que conduziam motos no país eram de mulheres. A expectativa é que haja cada vez mais um aumento no número de consumidoras desse tipo de veículo, mas isso, em nenhuma hipótese, pode ser visto como algo a celebrar. A luta pela igualdade ainda fará parte de um longo processo.

Essa desigualdade e a busca por revertê-la não se dá apenas no tocante a números. O sexismo também pauta o mercado; afinal, modelos de motos que são ‘femininos’ ou ‘voltados às mulheres’ reforçam o binarismo e as divisões de gênero:

6 Recordamos Beauvoir que propõe o corpo feminino como instrumento de liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora. Porém, esta teoria da corporificação por si só promove uma limitação da peculiaridade entre a liberdade e o corpo, haja vista que investe na dualidade mente/corpo, esquecendo que entre estes dois há uma continuidade, um elo.

A representatividade delas no mercado de motos também chama a atenção dos fabricantes que, como a Triumph, criou uma plataforma para mulheres que pilotam. A Honda também tem criado motos e scooters conceitos voltados a elas nos Salões de moto e até mesmo alterou o pedal de câmbio da Biz para que elas possam pilotar com sapatos de salto. Afinal, entre as CUBs, como a Honda Biz, 66% dos compradores eram do sexo feminino (Caldeira, 2020, s/p.).

Podemos perceber, pela citação, que a lógica capitalista de mercado não está preocupada em desmistificar as divisões e diferenças de gênero; ao contrário, tal lógica reproduz os discursos que tratam do feminino e do masculino como essencialmente diferentes. O mercado não tenta alterar a *bag* da entregadora, por exemplo, pensando no conforto que isso possa vir causar às usuárias; ele altera formatos de motocicletas com vias a atrair consumidoras que possam pagar pela demanda.

Há uma diferença clara nessa prerrogativa, já que não é a tentativa de melhorar as condições de vida e a tentativa de igualdade entre os gêneros que está em jogo e, sim, a adaptação de produtos, à medida que há aumento da sua respectiva procura. Os produtos não são ofertados pensando nas mulheres *a priori*, e sim quando a demanda cresce. Os pedais das motos não são alterados como um todo, de modo que ajudem homens e mulheres a melhor pilotar os veículos; isso só ocorre com os modelos que são criados em função de serem vistos como “femininos”, o que causa uma ampla divisão e justifica a quantidade maior de condutores do sexo masculino, já que a maioria desses veículos é pensada para os homens e os favorece.

Aquela quantidade reduzida de mulheres que conduz motos nos traz à tona outro conceito de Judith Butler: a *economia significante masculinista*, que diz respeito ao masculino/

homem, dado como um sujeito essencial/referência. Essa compreensão reproduz a estratégia falocêntrica em todos os níveis da sociedade, não apenas entre motociclistas. A economia capitalista neoliberal desfavorece as mulheres ao engessá-las a lugares específicos, transparecendo hegemonia aos homens e tratando-os como essenciais ao mercado, ao capital e à força de trabalho. Desconsiderar isso é o que tem ajudado a aumentar, e de um modo considerável, as diferenças entre homens e mulheres.

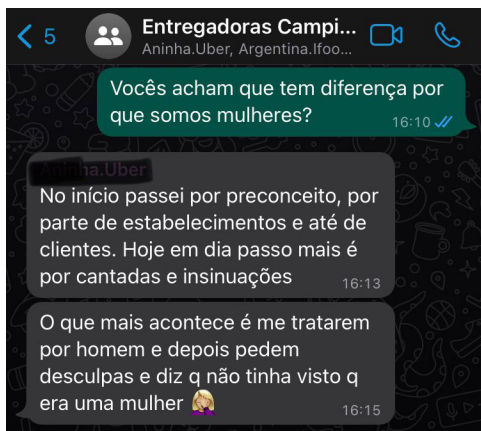
Como aponta Butler, esse sujeito masculino não pode ser tido como um “inimigo singular”, já que sua proposta é entender as práticas políticas como sendo determinantes no processo de manipulação. Essa questão é crucial para que percebamos essa supervalorização no cerne da questão de gênero do trabalho motorizado. A atuação do homem entregador é naturalizada, enquanto a mulher entregadora é um corpo “estranho”, uma exceção à “regra”. É esse tipo de economia significativa que faz com que o mercado de trabalho veja, como recorrente, a atividade masculina de pilotagem de entregas, e, como “desviante”, a feminina.

Assim, a sociedade androcêntrica faz com que as pessoas incorporem, reproduzam e legitimem aquele seu modelo, mantendo as divisões que Bourdieu ressaltou anteriormente, naturalizando essa dominação masculina de uma forma simbólica. O autor analisa esse tipo de dominação e a recorrência disso na sociedade hodierna, denunciando uma forma de pensar que se presta a estabelecer dicotomias, divisões e segregações que se estendem na herança longínqua das civilizações falocêntricas estruturadas desde a Antiguidade. Há um longo e arduo processo histórico a ser combatido.

Reforçam-se, como esse histórico, dicotomias que constroem divisões sexuais aparentemente espontâneas, que não o são, nas quais o corpo é um grande receptáculo dessas desigualdades. Naturaliza-se, por exemplo, que o corpo masculino é

“mais adequado” para a motocicleta por conta do peso desse tipo de veículo e do equilíbrio necessário à condução. Normaliza-se o argumento de que isso é um impeditivo para que mulheres realizem, de modo “adequado”, o trabalho sobre duas rodas; por outro lado, força as mulheres a se anularem no sentido de que precisam se adequar a modelos que não foram pensados para elas. Os esquemas de pensamento socialmente estruturados afetam de modo direto os corpos femininos, prejudicando-os. A partir daqui, apresento relatos de um grupo de *WhatsApp*, o “Entregadoras Campina”, meio pelo qual se extraem depoimentos relevantes:

Imagem 01: primeiro relato de motociclista no grupo “Entregadoras Campina” no *WhatsApp*.



Fonte: Aplicativo de mensagens de uso pessoal desta pesquisadora. 02 de Setembro de 2023.

Esta é uma imagem do citado grupo que organizamos, nós mulheres entregadoras de Campina Grande, para podermos nos comunicar melhor, já que não trabalhávamos nos mesmos estabelecimentos. Durante a minha participação no grupo, sempre as incitei com perguntas que trouxessem as nossas questões de gênero cotidianas à tona. Uma das primeiras perguntas foi

justamente correlacionada à dominação masculina que naturalizava condutas como as que foram citadas pela colega: preconceito e assédio:

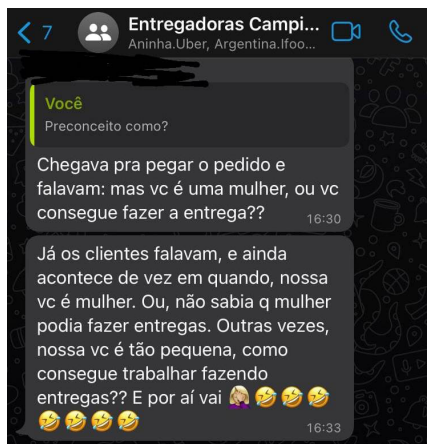
Questionei: “você acham que tem diferença por que somos mulheres?”, em relação aos homens no trabalho de entregas. A resposta de uma integrante do grupo: “no início passei por preconceito, por parte de estabelecimentos e até de clientes. Hoje em dia passo mais é por cantadas e insinuações. O que mais acontece é me tratarem por homem e depois pedem desculpas e diz que não tinha visto que era uma mulher”.

É notável que há escalas de discriminação e preconceito no trato que o senso comum dá às mulheres entregadoras: em geral, o primeiro estereótipo é que, no momento de chegada a uma entrega, costuma-se achar de cara que se trata de um homem que presta o serviço, como se uma mulher não pudesse se levantar do veículo e efetuar a entrega a princípio. Parte-se do pressuposto de que sempre será um homem a fazer aquele serviço.

O segundo estereótipo assemelha-se ao assédio, já que se materializa em “cantadas” e insinuações sexistas. A cultura masculinista, ao presenciarem mulheres entregadoras, acaba por fazer os homens acharem que possuem algum direito de fazer insinuações com o corpo feminino, falas que emanam abuso verbal contra a dignidade do trabalho prestado e das mulheres em si. Com o tocante à maior parte dos fatos, contudo, aquele depoimento atesta uma “confusão” com a pessoa que entrega, ou seja, sempre se acredita que ali há um homem para fazer a entrega e não uma mulher.

Outro grande preconceito se dá com a capacidade feminina para realizar a entrega: disseminado amplamente, esse estereótipo parte do princípio de que a “delicadeza” da mulher – algo historicamente construído – a impede de realizar esta atividade:

Imagem 02: segundo relato de motociclista no grupo
“Entregadoras Campina” no WhatsApp.



Fonte: Aplicativo de mensagens de uso pessoal desta pesquisadora.
02 de Setembro de 2023.

Os comentários, vindos essencialmente de homens, pressupunham que a mulher, por ser como tal, não teria condições físicas ou laborais de realizar a entrega de um pedido, já que exige o trato com a motocicleta, o peso da *bag* e do produto entregue, entre outras situações que menosprezam a capacidade feminina. Chega-se ao cúmulo de haver atendentes de estabelecimentos que afirmavam desconhecer o fato de mulheres poderem fazer tal serviço. Clientes reforçavam a mesma ideia:

Chegava para pegar o pedido e falavam: mas você é uma mulher, ou você consegue fazer a entrega?

Já os clientes falavam, e ainda acontece de vez em quando, “nossa você é mulher”. Ou [*com sensação de espanto*], não sabia que mulher poderia fazer entregas. Outras vezes, “nossa você é tão pequena, como consegue trabalhar fazendo entregas?” E por aí vai. (*Grifos da autora*)

Como se pode ver, inclusive a altura de uma mulher pode significar que ela “não tem capacidade para realizar a entrega”. Não vem a ser o caso quando se trata de um homem: dificilmente o mesmo questionamento será feito caso se tenha um sujeito masculino de baixa estatura fazendo o serviço. O tamanho da mulher, portanto, acaba sendo apenas mais um subterfúgio para disseminação de preconceito. A sensação de “espanto” com o fato de uma mulher estar com a posição de trabalho que o senso comum entende como masculino acaba por gerar esse tipo de situação desconfortável e embaraçosa para entregadoras.

O fator capacidade acaba sendo a reprodução da dominação masculina que Bourdieu tanto aponta. Ainda que se trate de um trabalho precarizado que não atribua status social a quem o exerce, ainda assim, o patriarcado encontra uma maneira de fazer o homem parecer mais “hábil” e mais “capaz” de realizar algum serviço e/ou prestar força motriz ao mercado, o que acaba sendo uma herança direta da ideia de que os lugares femininos estabelecidos se encontram no lar, na família, na cozinha ou para os cuidados de filhos e filhas.

Ainda no tocante à capacidade, outro relato aponta que a qualquer tipo de situação, as mulheres têm a sua inteligência questionada e posta em xeque. Uma motociclista do mesmo grupo de *WhatsApp* citado nos apresenta um relato que chega a ser surpreendente do quanto pode ser preconceituoso: ao expor que, em determinada ocasião, a entregadora teve dificuldades em achar o local onde efetivaria o serviço por conta do sinal de GPS, um dos vizinhos da cliente que a esperava – que, a rigor, nada tinha a ver com a situação – teceu o seguinte comentário ao saber que seria uma mulher quem faria a entrega: “não encontra o local porque é mulher”. Tipo de preconceito que faz parte da mesma categoria de estereótipos da máxima “mulher ao volante, perigo constante”. A lógica absurda e masculinista termina por ser a mesma:

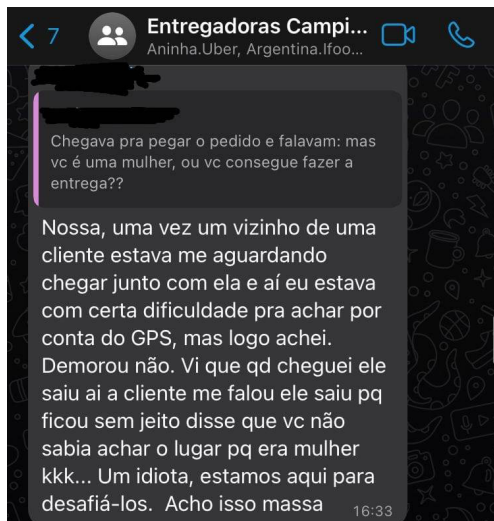
Nossa [*aparente indignação*], uma vez um vizinho de uma cliente estava me aguardando chegar junto com ela e aí eu estava com certa dificuldade para achar por conta do GPS, mas logo achei. Demorou não. Vi que quando cheguei ele saiu, aí a cliente me falou ‘ele saiu porque ficou sem jeito, disse que você não sabia achar o lugar porque era mulher (*risos*)... Um idiota, estamos aqui para desafiá-los. Acho isso massa. (*Grifos da autora*)

O mais interessante desse relato é o engajamento da entregadora com a própria causa: ela tem consciência social de que, em sua maioria, são homens que tecem esse tipo de comentário preconceituoso; ela sabe que isso está se reproduzindo por conta do machismo. Ela se compromete com as entregadoras numa condição de classe e com as colegas com as quais compartilha o mesmo grupo numa rede social. Ela afirma categoricamente querer desafiar esse tipo de preconceito ao se manter naquele tipo de trabalho, obviamente para além da necessidade de autossustento e sustento de sua família. Essa possibilidade de unir consciência crítica, engajamento e necessidade de sobrevivência torna o ofício de entregas feito por mulheres um dos mais complexos na atualidade em termos sociais, porque ele escancara vários problemas: machismo, sexismo, precarização de direitos trabalhistas, pouca segurança no trabalho (com o risco de acidentes e roubos, por exemplo), desqualificação da capacidade feminina, entre outros que fazem o cenário ser bastante desafiador.

É interessante, ainda, como a entregadora relata que acha “massa” esse tipo de desafio. Apesar de todas as dificuldades, é recompensador mostrar, a uma pessoa que tem esse tipo de preconceito em relação às mulheres, o atributo que estas possuem para o fato de conseguirem realizar aquilo que não se pensa que conseguimos. É com esse tipo de engajamento que as

entregadoras devem olhar para seu ofício, pois ele aponta para uma mudança, ainda que seja lenta, das concepções machistas de mundo.

**Imagem 03: relato de motociclista no grupo
“Entregadoras Campina” no aplicativo de mensagens.**



Fonte: Aplicativo de mensagens de uso pessoal desta pesquisadora.
02 de Setembro de 2023.

O mais constrangedor e invasivo, contudo, está no assédio. O relato de outra colega demonstra a situação embaraçosa com a qual teve que lidar diante de uma “piada” masculinista e assediadora que um cliente falou para a entregadora: ele se achou com prerrogativa para perguntar se a própria motociclista era algum tipo de “brinde” que viria junto com a entrega: “já teve cliente que perguntou se eu era o brinde do pedido dele”, como se o fato de ela ser mulher sujeitasse-a a aceitar qualquer tipo de insinuação sexual por parte de um homem, a rigor, desconhecido. “Seboso” foi o termo que achei para defini-lo no momento em que li o relato, já que a atitude nada mais é do que repugnante.

**Imagem 04: relato de motociclista no grupo
“Entregadoras Campina” no WhatsApp.**



Fonte: Aplicativo de mensagens de uso pessoal desta pesquisadora.
02 de Setembro de 2023.

Esse tipo de atitude do cliente não é apenas reprovável por si só: ele é uma demonstração do quanto estamos sujeitas, quando se trabalha com esse tipo de serviço, a esse modelo de assédio. O contrário (uma mulher fazer o mesmo tipo de comentário com um entregador) é praticamente nulo de possibilidade e isso tem uma explicação social: o machismo sugere que o homem tem que ser conquistador e galanteador, no sentido de que deve mostrar suas “habilidades” como homem viril; enquanto isso, as mulheres não apenas passam por esse tipo de constrangimento, como também, no pensamento machista, não devem se ofender, pois isso seria “natural”. E assim a dominação masculina acaba por se perpetuar em microações cotidianas; daí a importância de as próprias mulheres terem consciência do que provavelmente vão lidar ao realizarem um tipo de trabalho como este. É preciso combater o masculinismo.

O cúmulo do absurdo nos relatos, porém, ainda está por vir. Trata-se de um episódio de atentado ao pudor e, por tabela, total desrespeito para com a entregadora. Uma colega afirma que um cliente, propositalmente, saiu para o recebimento da entrega sem roupa alguma: “eu já fui recebida por um cliente nu, sem nadinha. Acho que ele fez de propósito”. É de se mensurar o que passa na cabeça de um homem achar que pode sair sem roupa para receber uma entregadora pelo simples fato de ela ser mulher. O absurdo disso acaba por demonstrar como o machismo pode atuar de maneira decisiva para que a pessoa reproduza comportamentos completamente reprováveis como esse. O constrangimento, o desrespeito, a falta de qualquer senso de civilidade estão no âmbito do machismo e do masculinismo ao se vislumbrar uma situação como essa.

Esse tipo de ação pode ser compreendido na mesma lógica da **violência simbólica**, conceito elaborado por Pierre Bourdieu, em que não há o explícito dano físico, mas se pressupõe danos morais ou psicológicos à vítima. Tal tipo de ato é decorrente da reprodução do discurso machista dominante, em que o fato realizado, na percepção do agressor, parte do lugar de poder que se atribui ao mesmo. Só pode passar pela cabeça de alguém que realiza algo como o ocorrido que, pelo fato de ele ser homem – e lidar com uma mulher – e de exercer relativo poder financeiro (foi ele quem pagou pelo produto) em relação à entregadora, isso lhe daria a “condição” de violentá-la moralmente, como se ela estivesse ali apenas para lhe prestar um serviço.

É necessário deixar claro que o tom descontraído que é utilizado pelas entregadoras no grupo não diminui a gravidade dos relatos. O tom cômico das falas se dá pelo fato de aquela conversa ocorrer em um grupo de colegas de trabalho que se conhecem pessoalmente e se sentem à vontade para relatar de um modo menos constrangedor e sério. Essa maneira de lidar com as ocasiões em questão não anula o constrangimento e o

sentimento de revolta que passa pelo âmago íntimo dessas trabalhadoras, expostas a todo tipo de situação que não passariam se fossem homens. A soma de uma naturalização daquilo que não deve ser naturalizado com o machismo estrutural perpassa relações de trabalho no mundo capitalista e patriarcal, e resulta em experiências as mais bizarras e sem sentido, como a última citada.

**Imagem 05: relato de motociclista no grupo
“Entregadoras Campina” no WhatsApp.**



Fonte: Aplicativo de mensagens de uso pessoal desta pesquisadora.
02 de Setembro de 2023.

Com a devida descontração, a entregadora menciona a possibilidade de utilizar o próprio capacete – instrumento de segurança para os momentos em que se pilota a moto – como uma arma de defesa: “por isso que eu já subo com capacete e tudo. Qualquer coisa dou uma capacetada [sic] nele”. São tantos os casos de abuso e violência simbólica que, ainda que de

fato não utilize aquele instrumento para esta finalidade (ou seja, para uma agressão física de revide), ela não deixa de considerar a possibilidade como legítima-defesa. E o riso que se segue à fala demonstra que, apenas em um caso extremo, se poderia ter a recorrência a este artefato. Este trabalho acaba sendo tão precarizado que as entregadoras precisam pensar duas vezes antes de cometer qualquer coisa, já que podem responder por atos que seriam apenas para se defender. A falta de uma legislação trabalhista mais apurada e protetiva as deixa fragilizadas no que se refere a lidar com homens que a desrespeitem nesse nível.

Considerações Finais

São situações como as que foram relatadas que tornam o trabalho das entregadoras um desafio permanente. Desde este-réotipos e preconceitos os mais variados (desde o pressuposto de que são homens que devem fazer as entregas, passando pelas insinuações ofensivas, até o cúmulo do atentado ao pudor), estamos sujeitas – no meu caso, estive enquanto trabalhei na área – a qualquer tipo de situação constrangedora por conta de atos machistas que se reproduzem de modo estrutural na sociedade. É preciso um longo processo de desautorização do machismo e do patriarcado para que essa realidade comece a mudar e para que homens deixem de agir como se tivessem poder sobre o corpo feminino. A realidade não apenas exige tal transformação, como pede que haja ainda mais cuidado por parte das mulheres que exercem esse tipo de trabalho.

O preconceito está correlacionado, portanto, com a questão de gênero já explanada anteriormente, que é base para a nossa sociedade e, por tabela, com a suposta incompatibilidade deste ofício com o nosso gênero. Neste viés, a ocupação, pelas mulheres, de espaços que anteriormente lhe eram negados continua sendo imbuída de preconceitos e de concepções ultrapassadas,

que vinculam a mulher a trabalhos domésticos, seja de forma onerosa ou gratuita.

Assim, enxergamos o sexismo⁷ como uma forma de organização taxonômica binária do preconceito, que cria moldes de gêneros opostos, por meio dos quais a mulher está sempre associada aos interiores, ao baixo e ao inferior. Quando as mulheres se opõem a esta construção simbólica e imagética, há um confronto social que gera o desmonte de conceitos já pré-estabelecidos e nos causam constrangimentos como os que são relatados neste texto.

Como foi dito anteriormente, esses espaços que a mulher entregadora ocupa seriam “inapropriados” e ocupados palmo a palmo, diante do cotidiano de preconceito e de assédio que reverbera as estruturas sociais de poder e de dominação masculinas. O assédio, no interior do grupo das cinco mulheres que dele participam, foi, desde a sua existência enquanto grupo, uma unanimidade. Ainda que nós estejamos apenas a exercer um serviço prestado como outro qualquer, não são raras as ocasiões de preconceito e falta de respeito para conosco, por motivos de reprodução de condições estruturantes da sociedade patriarcal que ainda insiste em permanecer mesmo com os avanços sociais observado nas últimas seis décadas ao menos – desde os anos 1960, com o advento de movimentos antissistêmicos, como a contracultura, o feminismo e o movimento negro.

A capacidade que o patriarcado tem de se manter como instância tanto no público quanto no privado afeta diretamente a vida dessas mulheres que precisam trabalhar e encontrar um meio de sobrevivência numa sociedade de cunho capitalista neoliberal e exploratório. A diferenciação e a desigualdade pautam essas relações sociais e, em geral, fazem com que haja a reprodução de certa noção de “incapacidade” feminina – que

7 Atitude de discriminação fundamentada no sexo.

sequer existe – quanto a pilotar uma moto e realizar serviços de entrega, e reforça a “capacidade” que é atribuída aos homens no sentido de ser o serviço de *delivery* algo “natural” aos mesmos. Os depoimentos colhidos mostram como devemos nos opor ao que se costuma dizer sobre tal questão.

Há ainda em curso, deste modo, uma androcracia, ou seja, uma espécie de regime masculinista que dá privilégios aos homens pelo simples fato de estes terem nascido com o sexo biológico masculino. E esses privilégios são os mais variados, afetando a sociedade desde as ações cotidianas mais básicas até questões mais específicas, como é o caso do trabalho das entregadoras de produtos que utilizam motocicletas como meio de sobrevivência. Não apenas a situação das mulheres nesse tipo de serviço ou na aquisição de veículos sobre duas rodas é reduzida em relação aos homens, como o fator estereótipo que as delimita têm fator decisivo no tocante ao gerar constrangimentos e violências simbólicas ou não-físicas.

O corpo como receptáculo desse tipo de preconceito é algo que Pierre Bourdieu já alertava. Usando exemplos da modernidade (séculos XVI a XVIII), ele mostra como simbolicamente os lugares sociais decorrem dos lugares de trabalho e convivência atribuídos a homens e mulheres:

As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (conduzir a charrua, por exemplo), assinalando-lhes lugares inferiores (a parte baixa da estrada ou do talude), ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (são elas que carregam o estrume, e, na colheita das azeitonas, são elas que as juntam no chão, com as

crianças, enquanto os homens manejam a vara para fazê-las cair das árvores), enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais (Bourdieu, 2002, p. 33).

De modo semelhante, ocorre no mundo contemporâneo: as mulheres são vistas como incapazes de realizar atividades de entrega ao pilotarem moto e outros veículos motorizados; quando se reproduz que lugar de mulher é no lar ou nas tarefas de casa; quando as mulheres ganham menores salários para o exercício das mesmas atividades feitas por homens; quando a participação na política é majoritariamente masculina – no Brasil de hoje, apenas 12% das pessoas eleitas para cargos políticos são mulheres (Janone; Vieira, 2021). Essa herança é uma das mais presentes nas sociedades atuais e ela é herdada historicamente.

Faz-se relevante destacar que o patriarcado se desenvolve a partir do instante em que a discriminação é atribuída a qualquer pessoa que não seja homem e/ou que não exerça um lugar de poder ou privilégio – a misoginia, a homofobia, o racismo, entre outros, todos são decorrentes dessa estrutura que rege a sociedade. A discriminação é o sustentáculo de uma hierarquia que, a priori, coloca o masculino como o grupo de usufruto dos privilégios de poder, na política, na família, na vida social e coletiva etc.; manifestações masculinas que recusam a equidade de gênero e oprimem mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros etc. É preciso, sobretudo, combater o preconceito e o lugar de poder que os homens acabam exercendo como se fosse algo “normal” ou que não se prestasse à problematização.

Apesar de ter havido uma leve mudança de cenário quanto à presença de mulheres nos serviços de entrega motorizada sobre duas rodas, tal aumento não deve ser comemorado; ele se dá em decorrência da necessidade que está em pauta nos últimos

anos e no vertiginoso aumento do desemprego nos dois últimos governos (Michel Temer e o atual, Jair Bolsonaro). A representatividade das mulheres ainda está longe de se comparar à dos homens, mas, se cresceu, foi por conta da busca por alternativas de trabalho, ainda que precarizado, no intuito de se garantir o próprio sustento.

A crise econômica recente faz com que se veja cada vez mais mulheres que atuam em serviços *delivery*, ainda que, na comparação com os homens, o número seja muito menor. É uma tentativa de driblar a crise e ter uma fonte de renda, ainda que esta fonte seja bastante desfavorável e pouco rentável. Não são raros os casos de jornadas extensivas de 12 horas ou mais por parte de quem exerce essa atividade. Não se trata, portanto, de romantizar ou tecer um elogio ao pequeno aumento do número de trabalhadoras na área de entregas, até porque não há o que se comemorar quando o modelo de trabalho é algo que explora a força produtiva da pessoa que exerce determinada função.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [*Sujeito e História*], 2016.

CALDEIRA, Arthur. “O Brasil Não Parou. Está Andando sobre Duas Rodas”. **Estadão**. Edição de 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/o-brasil-nao-parou-esta-andando-sobre-duas-rodas/>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

GARCIA JÚNIOR, Wagner Roberto Ramos. **Uber: (des)regulação econômica e entraves políticos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia e Mercados) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JANONE, Lucas; VIEIRA, Helena. “Brasil é 142º na Lista Internacional que Aponta Participação de Mulheres na Política”. **CNN Brasil**. Edição de 23 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-142-na-lista-internacional-que-aponta-participacao-de-mulheres-na-politica/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2022.

JOAQUIM, Teresa. **Cuidar dos Outros, Cuidar de Si: questões em torno da maternidade**. Lisboa, POR: Livros Horizonte, 2006.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. “Conceituando ‘Empoderamento’ na Perspectiva Feminista”. **I Seminário Internacional: trilhas do empoderamento de mulheres – Projeto TEMPO**. Salvador: NEIM/UFBA, 05-10 de junho de 2006, pp. 01-12.

SOBRE AUTORES E AUTORAS

Ana Clara Dantas Beserra

Possui ensino médio completo pela Escola Estadual de Ensino Profissional José Walfrido Monteiro (2016) e cursou Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. E-mail: anaclaradantasbeserra@outlook.com

Ana Márcia Batista Almeida Pereira

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2017). Especialista em Economia e Trabalho pelo DIEESE (2024). Professora Associada do curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisadora no Grupo Vivências (UFPE-CNPq) e Núcleo Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG), com estudos voltados à problemática do trabalho, principalmente nos temas: informalidade e suas re-configurações, precariedade e relações de trabalho. É uma das organizadoras do livro “Trabalho, Organizações e Gestão em Contextos Periféricos” (Editora UFPE, 2020) e co-autora do artigo “Ethos do Trabalho no Agreste das Confeções” (Cadernos Ebape/FGV, 2022). Integra a Red de Estudios Latinoamericanos sobre el Trabajo Informal y Precario (Redlatt), co-coordenando o subprojeto intitulado a Informalidade e Precariedade na Indústria e Comércio de Confeções: Brasil (SP e PE) e México (Moroleón, Uriangato, Zapotlanejo e Chiconcuac). E-mail: anamarcia.almeida@ufpe.br

Ari Rocha da Silva

Pós-doutor em Sociologia, pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Unisinos (Bolsa Capes) com estágio no Centre d'Estudis Sociològics sobre la Vida Quotidiana i el Treball, na Facultat de Ciències Polítiques e Sociologia da Universitat Autònoma de Barcelona / UAB (Bolsa PDSE - Capes). Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc (Bolsa CNPq) e Especialista em Políticas Sociais - Unisc. Graduado em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Dinâmicas Urbanas, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes de trabalho e informalidade, atores e experiências sociais. Autor dos livros *Catadores, experiências e disposições nas tramas urbanas*, 2020 (Appris), *O trabalho e seus significados*, 2008 (Edunisc). Co-organizador do livro *Trabalho & pandemia*, 2021 (Annablume), entre outros textos de artigos e capítulos de livros. E-mail: arirochadasilva53@gmail.com

Cláudia Freire

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande (2016). Docente da Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste, no curso de Administração. Possui Bacharelado em Ciências Sociais

pela Universidade Federal da Paraíba (1992) e mestrado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1998). Participa do Núcleo de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP) ligado a UFCG. Áreas de atuação: Sociologia das Organizações, Sociologia do Trabalho, Informalidade, Subdesenvolvimento, Família e Negócios. E-mail: cfclaudiafreire@gmail.com

Elaine Mauricio Bezerra

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atua com os temas de gênero, feminismo, patriarcado e trabalho. Organizou, em co-autoria, dois Dossiês sobre a obra de Heleieth Saffioti: “Heleieth Saffioti – 50 anos d’A Mulher na Sociedade de Classes”, publicado pela Revista Estudos Feministas (UFSC) e “REVISITANDO HELEIETH SAFFIOTI: aportes para pensar a atualidade de seus conceitos”, publicada pela Revista de Ciências Política & Trabalho (UFPB). É membro do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFCG. E-mail: elainemauriciobezerra@gmail.com

Eugenio Vital Pereira Neto

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2019). Atualmente, trabalha como professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba e é pesquisador no Núcleo Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG). É autor do livro “Qualificação e Informalidade” (Editora Massangana/Fundaj, 2013). Interessam-lhe estudos nos temas: relações de trabalho, qualificação profissional, trajetórias

ocupacionais e política pública de trabalho, emprego e renda. Integra a Red de Estudios Latinoamericanos sobre el Trabajo Informal y Precario (Redlatt), co-coordenando o subprojeto intitulado a Informalidade e Precariedade na Indústria e Comércio de Confeções: Brasil (SP e PE) e México (Moroleón, Uriangato, Zapotlanejo e Chiconcuac). E-mail: eugeniovital@gmail.com

Ewennyne Rhoze Augusto Lima

Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre na mesma Universidade Federal pelo Programa de Pós-graduação em História. Graduação em Pedagogia pelas Faculdades Integradas do Norte do Paraná (UNOPAR). Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG. Especialista em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em supervisão escolar na Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP). Cursa bacharelado em Ciências Sociais na UFCG. Foi Professora da Disciplina de História do Brasil no Pré-Vestibular Solidário (PVS) da UFCG (2010-2013). Monitora da disciplina de “História do Nordeste” (2013.1-2013.2) do Curso de História da UFCG. Atualmente é professora concursada do ensino fundamental anos iniciais no município de Pitimbu - Pb e Supervisora no Município de Campina Grande - Pb. Tem experiência nas áreas de História, Educação e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: História das Mulheres; História da Moda; História do Recife Contemporâneo; Anos 1930; História do Brasil contemporânea; Processo de urbanização no Brasil; Representações individuais e coletivas; Deficiência psicomotora e processos de aprendizagem. Sociologia do trabalho na contemporaneidade. E-mail: ewennyerhoze@gmail.com

Fernanda Maria Almeida de Andrade

Mestranda em Gestão, Inovação e Consumo pela Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste (PPGIC/UFPE). Participante do Grupo Vivências (UFPE/CNPq), com interesses de pesquisa voltados a abordagens de(s) coloniais nos estudos organizacionais e à problemática do trabalho, com estudos relacionados a informalidade, trabalho por conta própria, autoempreendedorismo e relações de trabalho. E-mail: fernanda.almeidaandrade@ufpe.br

José Aderivaldo Silva da Nóbrega

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2009) onde também concluiu os cursos de Mestrado (2012) e Doutorado em Ciências Sociais (2019). É professor de Sociologia no Ensino Médio na rede pública do Estado da Paraíba desde 2011. Atua como pesquisador colaborador no Núcleo de Pesquisa Trabalho Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG). Desde a graduação, caminha academicamente entre três eixos de investigação: o ensino de Sociologia e as reformas do ensino médio; trabalho informal e precário e as dinâmicas socioprodutivas e a reconfiguração do mundo rural. Tem desenvolvido reflexões sobre o ensino em tempo integral, formação de professores e, paralelamente, está acompanhando a expansão do complexo eólico-solar na Paraíba. E-mail: aderivaldocg@gmail.com

Juliana Nunes Pereira

Pós-doutoranda vinculada ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande PPGCS/UFCG,

mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba - PPGSS/UEPB, Mestrado em Sociologia - PPGCS/UFCG e graduação em Serviço Social DSS/UEPB. É especialista em Gestão Pública Municipal, através da Universidade Estadual da Paraíba/Brasil. Atualmente é pesquisadora no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG) e do Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS/UEPB); e assistente de pesquisa do Grupo de Estudos de Gênero e sexualidade (PPGSS/UEPB). É analista no Instituto Nacional de Seguro Social - INSS no Brasil. Tem interesses de pesquisa nas áreas relacionadas à Sociologia, com ênfase em Gestão, Previdência, Trabalho, Orçamento Público, Participação Social e relações de gênero, raça e etnia. Atua como Consultora e Assessora do Centro de Educação Cidadã e Direitos Humanos - CECIDH, organização não governamental, que tem como áreas de atuação: Políticas Públicas e Direitos Humanos; Participação Política e controle Social; Educação e Direitos Humanos; e, Gênero, cidadania e política. E-mail: julianaaspereira@gmail.com

Kátia Machado de Medeiros

Mestrado em andamento do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2010) e graduação em Pedagogia - UNINTER (2018) com Especialização *Lato sensu* no curso Educação Infantil - UNINTER (2018). Cursos de Aperfeiçoamento em Educação Infantil: Fundamentos Teóricos e Metodológicos (2017) e em História, Geografia e Ciências para Crianças de 8 a 10 Anos (2017), ambos pela Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação - FATECE. Além disso, Cursos de Aperfeiçoamento em Educação e Meio Ambiente (2017)

e Psicopedagogia na Escola (2017), ambos pela Faculdade Metropolitana - FAMEESP. Têm experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia no Ensino Médio e na área de Educação Infantil.

Kerilin Laine Andrade Chang

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG e mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Pesquisadora do Núcleo de Estudos: Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas/TDEPP-UFCG-CNPq. Possui experiência em pesquisas acadêmicas na área da Sociologia do Trabalho, com ênfase nas temáticas das transformações do mundo do trabalho, com foco sobre terceirização, setor industrial (ramo calçadista e confecção de vestuário) e do setor de tecnologia da informação (TI). E-mail: kerilinchang@gmail.com

Mario Henrique Guedes Ladosky

Possui graduação em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (1990), mestrado no Programa de Pós-graduação em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (1996) e doutorado em Sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (2009). Atuou de 1987 a 2013 como assessor do movimento sindical ligado à CUT, sobretudo na área de formação sindical. Desde 2014 é docente no curso de Graduação em Ciências Sociais (área de Sociologia) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG) e no Programa em Rede de Mestrado Profissional em Sociologia (ProfSocio).

Atualmente é coordenador do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Política Pública da UFCG (TDEPP-CH/UFCG) e do Observatório do Mercado de Trabalho e da Informalidade na Paraíba (OMTI-PB), e também participa da Coordenação da Red de Estudios del Trabajo y Economía Informal en América Latina (REDLATT). Os estudos estão focados nos temas de sociologia do trabalho, sindicalismo, mercado de trabalho, desenvolvimento e economia solidária. Atualmente é Bolsista de Produtividade do CNPq - nível PQ2. E-mail: mhla-dosky@gmail.com

Mesias Ramos de Sousa Neves

É Licenciado em Ciências Sociais pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA/UFCG) e mestre na mesma área pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Já atuou como coordenador pedagógico, gestor escolar e é Professor de Sociologia e Filosofia na rede estadual de ensino da Paraíba, na cidade de Santa Cecília. Possui trabalhos voltados para a área da Sociologia da Educação e Sociologia do Trabalho, todos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Pesquisa TDEPP (Trabalho Desenvolvimento e Políticas Públicas). E-mail: mesiasufcg@gmail.com

Octavio M. Maza Díaz Cortés

Profesor investigador de la Universidad Autónoma de Aguascalientes en el Departamento de Sociología y Antropología, doctor en Estudios Laborales por la Universidad Autónoma Metropolitana. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores nivel I. Líder del cuerpo académico: “Trabajo y Relaciones Sociales”. Es secretario técnico del Doctorado

Interinstitucional en Economía Social Solidaria. Ha participado y coordinado proyectos de investigación sobre temas laborales y pobreza. Ha publicado diversos libros, capítulos de libros sobre temas de informalidad, precariedad laboral en la industria del vestido en México y sobre la relación trabajo, ocio y deporte. Sus trabajos se pueden consultar en: <https://octaviomaza.academia.edu/> . Su mas reciente trabajo se titula el control de la violencia y sus contradicciones, mismo que publicó con el Mtro. Omar Pasillas, en el libro colectivo “Repensar los escenarios de la seguridad pública en el contexto del siglo xxi” editado por la Universidad de Quintana Roo. E-mail: octaviomazadc@gmail.com

Roberto Véras de Oliveira

É doutor em Sociologia pela USP (2002). Realizou estágio pós-doutoral entre 2015 e 2016 no UCLA Institute for Research on Labor and Employment (Califórnia - Estados Unidos). É Professor Titular da UFPB, atuando no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Mestrado e Doutorado), do qual foi coordenador entre 2013 e 2015 e vice-coordenador entre 2017 e 2019. É, ainda, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, que coordenou entre 2007 e 2009. Foi membro do Comitê de Assessoramento de Ciências Sociais - CA/CS do CNPq (2020-2023). Foi Primeiro Secretário da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, na gestão 2009-2011. Foi membro da Diretoria da ANPOCS, Biênio 2017 / 2018. Foi integrante da coordenação do GT Trabalho, Trabalhadores e Ação Coletiva da ANPOCS, entre 2013 e 2018. Foi integrante da coordenação do GT Novas Configurações do Trabalho nos Espaços Urbano e Rural da SBS, entre 2011 e 2015. Foi representante do Brasil junto à Diretoria da Asociación Latinoamericana de Estudios

del Trabajo, gestão 2017-2019. Foi co-editor da Revista da ABET, entre 2011 e 2015, e da Revista Política e Trabalho, entre 2016 e 2021. Atualmente é Bolsista de Produtividade 1D do CNPq. Atua na Sociologia do Trabalho e suas interfaces com a Sociologia Política e a Sociologia Econômica. Temas prioritários: relações de trabalho, formas de regulação do trabalho, informalidade, sindicalismo, trabalho e desenvolvimento regional, trabalho digital, entre outros. Email: roberto.veras.2002@gmail.com

Roseli de Fátima Corteletti

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2009), professora Associada na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-PB, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP-UFCG). Atualmente vem desenvolvendo pesquisas nas áreas de Reestruturação Produtiva, Empreendedorismo, Informalidade, Terceirização, Trabalho e Gênero, Trabalho Doméstico e de Cuidados. Nos anos de 2020-2021 foi coordenadora de Pesquisa e Extensão da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e nos anos 2021-2023 foi Assessora de Pesquisa do Centro de Humanidades da UFCG. Suas publicações mais recentes: CORTELETTI, R. de F.; SILVA, L. L.; SILVA, Filipe G. P. Políticas neoliberais, trabalho remoto e reflexos na saúde de docentes universitários. In: Revista Universidade e Sociedade/Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). Brasília, 2023. CORTELETTI, R. DE F.; SILVA, Ê. T. Informalidad, tercerización y pandemia: un estudio con alcantarillas de Pão de Açúcar-PE Org. VERAS DE OLIVEIRA, R.; MAZA, Octávio; RANGEL, Felipe. In: Revista Semestral de Ciencias Sociales y Humanidades, Año 26, Número 47, 2022. CORTELETTI, R. de F. Empreendedorismo e

trabalho flexível na produção têxtil de Jardim de Piranhas-RN. In: RAMALHO, J. R., CARNEIRO, M.S. e VERAS DE OLIVEIRA, R. Configurações do desenvolvimento, trabalho e ação coletiva. São Paulo: Annablume, 2021. E-mail: roselicortel@yahoo.com.br

Sandra Roberta Alves Silva

É Pedagoga pela Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Caruaru – FAFICA/PE. Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG/PB. E doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNICAMP/SP. Possui uma vasta experiência como educadora, tendo atuado como Coordenadora Pedagógica e Professora de Ensino Fundamental e Médio. Lecionou ainda, em diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação, nas seguintes Instituições de Ensino: Universidade Federal Rural de Pernambuco (FRPE/UAG/PE); Centro de Ensino Superior de Santa Cruz (CESAC/PE); Autarquia Educacional de Belo Jardim (AEB/FBJ/PE). Com uma trajetória de mais de quinze anos, como pesquisadora, atuou em diversos projetos e pesquisas, tais como: PROJETO «Inventário/Trajecória da Sulanca (FUNDARPE)»; PROJETO «Sulanca Uma Evolução Tecnológica» (FUNDARPE); PROJETO «Diálogo Social - Mulheres Costurando Direitos»; PROJETO «Crescimento, Inclusão e Empoderamento Econômico das Mulheres no Brasil (SOS CORPO); PESQUISA INICIAL para o Filme: "Estou me guardando para quando o Carnaval chegar" (Marcelo Gomes); PESQUISA "Estudo sobre a Cadeia Produtiva do Setor Vestuário no Município de São Paulo - possibilidade para promoção do trabalho decente entre os trabalhadores" (2015); PESQUISA "Study of Wage Fixing Institutions and their Impacts in the Brazilian Garment Industry: a focus on the case of São Paulo and Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco"

(2015); PESQUISA “Transformação digital no mercado de moda em Santa Cruz do Capibaribe – PE” (2022). Atualmente se dedica ao ENSINO - Cursos e Palestras; PESQUISAS: Quali-Quantitativa; e atua com CONSULTORIA nas áreas da Educação; Ciências Sociais; Sustentabilidade e Meio Ambiente. E-mail: sroberta.alves@gmail.com

Tiago Fernandes Alves

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – TDEPP (Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas – CH/UFCG). Professor de Sociologia da Rede Básica de Ensino da Paraíba. Músico instrumentista e compositor. E-mail: tiagofalves21@hotmail.com

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

Graduada em Sociologia e em Administração, especialista em Economia Solidária e Autogestão, mestre e doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente está atuando como professora substituta pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no Departamento de Ciências Sociais. Participa do Núcleo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP - UFCG/CNPq) e da Red de Estudios del Trabajo y la Economía Informal en América Latina (REDLATT). Interessada nos temas: trabalho informal, gênero e raça, economia solidária, movimentos sociais, ação coletiva e políticas públicas. E-mail: thelmaflavianasantos@gmail.com

Sobre o livro

Projeto Gráfico e Editoração	Leonardo Araújo
Capa	Leonardo Araújo
Fotos da capa	Acervo da pesquisa “O trabalho em territórios periféricos: estudos em três setores produtivos”, (UFSCar), 2020.
Revisão Linguística	Haissa de Farias Vitoriano Pereira
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	11 x 16,8 cm
Tipologias utilizadas	Iowan Old Style 10,5 pt

Os estudos aqui reunidos são uma amostra do que tem orientado as linhas de pesquisa do TDEPP (Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas). Expressam, sobretudo, uma ênfase no caráter precário do trabalho na periferia do capitalismo, condição essa tão bem representada pelas realidades históricas e atuais do Nordeste e da Paraíba. Trata-se da continuação de estudos e pesquisas que vêm sendo realizadas e publicadas nestes 18 anos de atividades, a exemplo da obra *Desenvolvimento e Regime de Trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*, organizada pelos Professores Roberto Veras de Oliveira e Gerry Rodgers, reunido resultados de pesquisas sobre diversos setores de atividades econômicas da região Nordeste, realizadas pelos pesquisadores/as vinculados/as ao TDEPP (UFCG) e ao Labores (UFPB), além de contar com a colaboração de diversos parceiros nacionais e internacionais.

